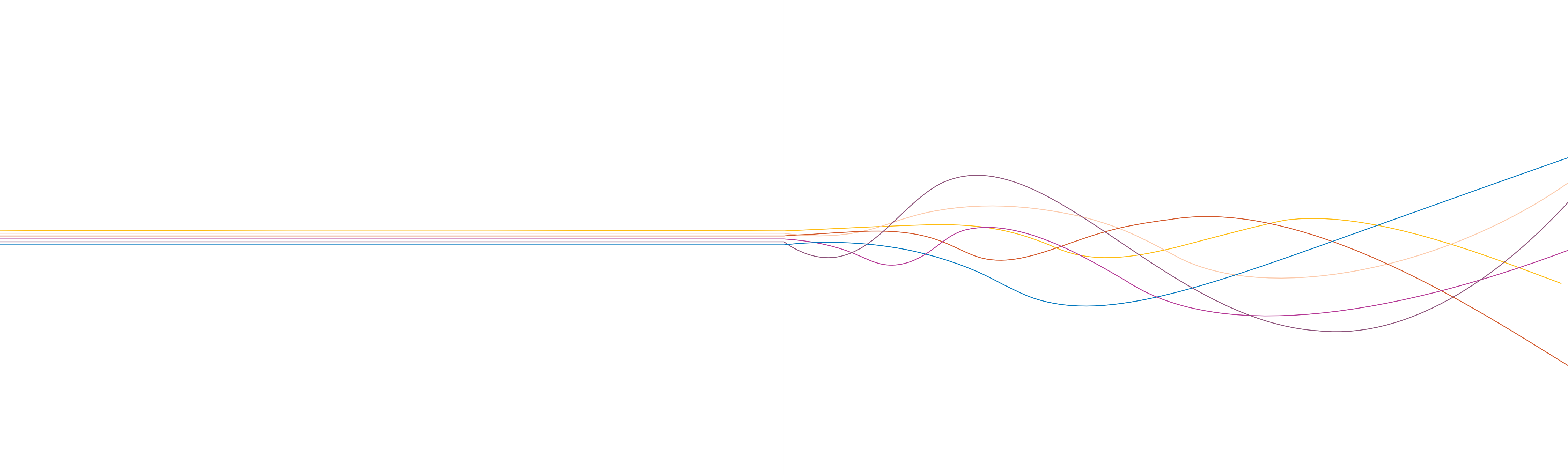




A LINHA



DO HORIZONTE



A LINHA  DO HORIZONTE

BRASÍLIA E A GESTÃO DE SUA PAISAGEM ENVOLTÓRIA

Mariana Freitas Priester

A LINHA DO HORIZONTE:
BRASÍLIA E A GESTÃO DE SUA PAISAGEM ENVOLTÓRIA

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília para a obtenção do título de Doutora em Arquitetura e Urbanismo
Orientadora: Prof. Doutora Ana Elisabete de Almeida Medeiros

Área de concentração:
Teoria, História e Crítica

Linha de Pesquisa:
Patrimônio e Preservação

Brasília, 2024

Projeto gráfico

Estúdio Sarau

Foto de capa

Celso Júnior

**Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo autor**

Freitas Priester, Mariana

A Linha do Horizonte: Brasília e a gestão de sua paisagem envoltória / Mariana
Freitas Priester; orientador Ana Elisabete de Almeida Medeiros. Brasília, 2024.
305 p.

Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, 2024.

1. Historic Urban Landscape. 2. Entorno. 3. Paisagem Urbana Histórica. 4. Conjunto
Urbanístico de Brasília. I. de Almeida Medeiros, Ana Elisabete, orient. II. Título.

FP949I

TESE DE DOUTORADO

A LINHA DO HORIZONTE:
BRASÍLIA E A GESTÃO DE SUA PAISAGEM ENVOLTÓRIA

Autora: Mariana Freitas Priester

BANCA EXAMINADORA

Dra. Ana Elisabete de Almeida Medeiros (UnB)
Presidente

Dra. Fláviana Barreto Lira (UnB)
Membro examinador

Dra. Teresa Cunha Ferreira (Universidade do Porto)
Membro examinador

Dra. Julia Rey-Pérez (Universidad de Sevilla)
Membro examinador

Dra. Maria Fernanda Derntl (UnB)
Membro suplente

AGRADECIMENTOS

Quatro anos de dedicação à pesquisa de um tema possibilita uma grande amplitude de olhares e contribuições sobre o objeto. Um trabalho dessa extensão, jamais poderia ser realizado sozinho. Dessa maneira gostaria de agradecer imensamente à minha orientadora, Prof. Dra. Ana Elisabete de Almeida Medeiros pelo acompanhamento sempre muito atento a cada novo desdobramento da pesquisa. Agradeço também, aos membros da banca, as Professoras Dra. Flaviana Barreto Lira, Dra. Mônica Bahia Schlee e Dra. Teresa Cunha Ferreira que contribuíram enormemente na banca de qualificação e no formato final deste trabalho. Agradeço ainda a Profa. Dra. Julia Rey Pérez pela participação na banca final da tese.

Presto meus sinceros agradecimentos à equipe técnica da Subsecretaria do Conjunto Urbanístico de Brasília, da qual faço parte há dois anos, local onde encontrei amigos, professores e conhecimentos essenciais sobre a gestão do CUB: Giselle Moll Mascarenhas que apesar de não mais estar na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEDUH, confiou na minha capacidade de integrar a equipe; Ricardo Augusto Noronha, Rejane Jung, Lídia Adjuto Botelho, Patrícia Veiga Fleury, Scylla Watanabe, Erika Quintans, Rayelli Bárbara Miranda Ribeiro e Anie Caroline Afonso Figueira. Agradeço também a Luciana Jobim pelo trabalho e aprendizado durante sua gestão na Coordenação de Planejamento e Monitoramento do Conjunto Urbanístico de Brasília – COPLAB. Cito especialmente Renata Marchini Loureiro que contribuiu imensamente à pesquisa! A elaboração deste trabalho só foi possível graças a vocês!

Agradeço aos meus queridos amigos do PEP/IPHAN, Thiago Perpétuo, pelas conversas e contatos em Brasília e Mariana Kimie da Silva Nito pelas conversas e angústias compartilhadas sobre o tema do entorno dos bens tombados.

Agradeço aos técnicos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, Maurício Guimarães Goulart pelas trocas sobre a gestão da área de entorno de Brasília e Anna Finger pela entrevista concedida. Agradeço também aos professores Andrey Rosenthal Schlee e Eduardo Pierrotti Rossetti, pela disponibilidade e atenção em me conceder entrevistas, bem como à arquiteta Ana Carolina Favilla, ao arquiteto Thiago Teixeira de Andrade, ao engenheiro Danilo Aucélio e ao Bruno Moreira, todos aceitaram gentilmente serem entrevistados. Sem dúvida foram pessoas chaves para o início e o desenvolvimento da pesquisa.

Agradeço ainda ao Capitão Pedrosa do 2º Centro de Geoinformação do Exército Brasileiro pelo envio do Mapa de visibilidades do horizonte do Plano Piloto de Brasília.

Gostaria de agradecer aos organizadores do VI Colóquio Ibero-Americano: Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto e da Oficina HUL Conjunto Moderno da Pampulha pela semana de intensos debates e que proporcionou um exercício de aplicação do HUL na prática.

Agradeço também aos colegas da pós-graduação pelas contribuições ao longo das reuniões no grupo de orientação da Professora Ana. Ao meu querido amigo Daniel Rosa Bittencourt pelas aventuras em Valencia e pelos mapas produzidos. Agradeço ainda ao fotógrafo Celso Junior que dispôs de sua bela imagem para a capa desta tese e ao Sarau Estúdio pelo trabalho de diagramação.

Por fim, agradeço à minha família por acreditarem em mim. A força e simplicidade da minha mãe, a herança arquitetônica do meu pai, e aos meus amores: Vivi, Nonô e Mama, por todo carinho e apoio. Esse trabalho é dedicado a vocês!

RESUMO

Para que a preservação do patrimônio urbano seja encarada como uma parte integrante das estratégias de desenvolvimento das cidades, é necessária uma compreensão dos valores inerentes a cada sítio em particular. Segundo a Recomendação da Paisagem Urbana Histórica (2011), HUL na sigla em inglês, o crescimento vem transformando a essência de muitas áreas urbanas históricas, ao mesmo tempo que a urbanização fornece desenvolvimento econômico, social e cultural, essas alterações também podem acabar por minar o senso de lugar e a identidade das comunidades locais. A qualidade do ambiente urbano se tornou uma preocupação local, nacional e mundial, já que as cidades serão o principal local de moradia da sociedade no século XXI. Ao passo que, o entendimento do que vem a ser preservação do patrimônio cultural passou por alterações ao longo dos séculos XIX e XX. As ampliações no campo da preservação vêm adotando uma abordagem mais abrangente, incluindo aspectos intangíveis/imateriais, contextos urbanos e entornos. Partindo-se do entendimento de que a área de entorno de proteção a um bem tombado estaria inserida nas camadas que compõem a paisagem urbana histórica de um determinado bem e considerando que com a ampliação do conceito de entorno estaria superada a apreciação de aspectos meramente físicos nas abordagens deste conceito, estabelecemos o seguinte questionamento principal deste trabalho: Como as novas abordagens trazidas pelas cartas patrimoniais sobre o conceito de entorno e pela UNESCO, abrangendo o conceito de paisagem, podem auxiliar nas medidas de preservação e desenvolvimento urbano, trazendo procedimentos úteis para aplicação nos entornos de bens tombados?

A partir deste questionamento se formulou a hipótese de que a adoção da abordagem do HUL como forma de salvaguarda das paisagens urbanas históricas poderia ser utilizada como ferramenta de gestão para além dos atributos principais do bem, também do seu entorno. Espera-se com esta problemática e hipótese, extrapolar a discussão sobre os conceitos de conjuntos históricos modernos e de entorno de bens tombados, abrangendo também aqueles de paisagem e qualidade de vida.

Palavras-chave: HUL, entorno, paisagem urbana histórica, Conjunto Urbanístico de Brasília.

ABSTRACT

For the preservation of urban heritage to be seen as an integral part of city development strategies, an understanding of the values inherent in each particular site is necessary. According to the Historic Urban Landscape Recommendation (2011), HUL, growth is transforming the essence of many historic urban areas, while urbanization provides economic, social and cultural development, these changes can also end up undermining the sense of place and identity of local communities. The quality of the urban environment has become a local, national and global concern, as cities will be society's main dwelling place in the 21st century. Meanwhile, the understanding of what is cultural heritage has undergone changes over the 19th and 20th centuries. The expansions in the field of preservation have been adopting a more comprehensive approach, including intangible/immaterial aspects, urban contexts and surroundings. Starting from understanding that the buffer zone of a listed property would be inserted in the layers that make up the historical urban landscape and considering that with the expansion of the surrounding's concept, the consideration of merely physical aspects in the approaches of this concept would be overcome, we established the following main question: How can the new approaches brought by heritage charters on the concept of surroundings and landscape, help preservation and urban development measures, bringing useful procedures for application in the surroundings of listed properties?

Keywords: HUL, Buffer zone, Historical Urban Landscape, Brasília's Urban Ensemble.

LISTA DE SIGLAS

AAm	Área de Amortecimento	CUB	Conjunto Urbanístico de Brasília
AE	Área de Entorno	DePHA	Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal
AIEsp	Área de Interesse Especial de preservação	DEPAM	Departamento de Patrimônio Material
AIP	Área de Interesse de Preservação	DF	Distrito Federal
APA	Área de Preservação Ambiental	DIUR	Diretrizes Urbanísticas
APF	Área de Parcelamento Futuro	DL n°25/37	Decreto Lei n°25/37
APM	Área de Proteção Manancial	DNA	Ácido Desoxirribonucleico
ARIE	Área de Relevante Interesse Ecológico	EIV	Estudo de Impacto de Vizinhança
CEB	Comissão Especial Brasília	ELUP	Espaços Livres de Uso Público
CEI	Campanha de Erradicação de Invasões	EPCT	Estrada Parque Contorno
CEP/UnB	Comitê de Ética em Pesquisas em Ciências Humanas e Sociais da UnB	EPIA	Estrada Parque Indústria e Abastecimento
CFA M	Coeficiente de Aproveitamento Máximo	EPJK	Estrada Parque Juscelino Kubitschek
CIAM	Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna	EPTM	Estrada Parque Tamanduá
CIGeX	Centro de Imagens Geográficas do Exército	ETU	Estudo Territorial Urbanístico
CLC	Casa de Lucio Costa	FLONA	Floresta Nacional
CODEPLAN	Companhia de Planejamento do Distrito Federal	GB	Normas de Gabarito
CONDEPHAAT	Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo	GDF	Governo do Distrito Federal
CONPLAN	Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal	GT - Brasília	Grupo de Trabalho para a Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília
COVID-19	Coronavírus 19	GTC	Grupo de Trabalho Conjunto

GTE	Grupo de Trabalho Executivo	PqEAT	Parque de Exposições da Granja do Torto
GTI	Grupo de Trabalho Interinstitucional	PR	Plantas de Gabarito
HFA	Hospital das Forças Armadas	PURP	Planilha de Parâmetros Urbanísticos e de Preservação
HIS	Habitação de Interesse Social	RA	Região Administrativa
HUL	Historic Urban Landscape	SAAN	Setor de Armazenagem e Abastecimento Norte
IBPC	Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural	SCS	Setor Comercial Sul
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios	SCIA	Setor Complementar de Indústria e Abastecimento
ICCROM	Centro Internacional para o Estudo, Preservação e Restauração do Patrimônio Mundial	SE	Setor de Entorno
Inst EP	Institucional Equipamento Público	SEAGRI	Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural
IPDF	Instituto de Planejamento do Distrito Federal	SEDAHB	Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Habitação
IPEDF	Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal	SEDUH	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	SEI	Sistema Eletrônico de Informação
JK	Juscelino Kubitschek	SHTQ	Setor Habitacional do Taquari
LUOS	Lei de Uso e Ocupação do Solo	SIA	Setor de Indústria e Abastecimento
MDE	Memorial Descritivo	SICAD	Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências
MDT	Modelo Digital do Terreno	SMPW	Setor de Mansões Park Way
NGB	Normas de Gabarito	SISDUC	Sistema de Documentação Urbanística e Cartográfica
PDL	Plano Diretor Local	SISPLAN	Sistema de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal
PDOT	Plano Diretor de Ordenamento Territorial	SITURB	Sistema de Informações Territoriais e Urbanas do Distrito Federal
PFB	Pátio Ferroviário de Brasília	SMAS	Setor de Múltiplas Atividades Sul
PLANIDRO	Plano Diretor de Água, Esgoto e Controle da Poluição	SMC	Setor Militar Complementar
PLC	Projeto de Lei Complementar	SOFN	Setor de Oficinas Norte
PNB	Parque Nacional de Brasília	SR	Superintendência Regional
PPCUB	Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília	SUGEST	Subsecretaria de Gestão Urbana
PPG -FAU/UnB	Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília	SUPLAN	Superintendência de Obras do Plano de Desenvolvimento do Estado

SZDPE-5	Subzona de Dinamização Produtiva com Equidade
TERRACAP	Companhia Imobiliária de Brasília
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONU	Organização das Nações Unidas
UnB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UPT	Unidade de Planejamento Territorial
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG
VANT	Veículo Aéreo não Tripulado
VLT	Veículo Leve sobre Trilhos
VUE	Valor Universal Excepcional
WHL	World Heritage List
ZCVS	Zona de Conservação da Vida Silvestre
ZEE	Zoneamento Ecológico Econômico do DF
ZOEP	Subzona de Ocupação Especial do Paranoá

LISTA DE TABELAS

Tabela 1:	Passos estabelecidos para o desenvolvimento da tese.	42	Tabela 18:	Quantitativo de lotes da área de entorno do CUB que possuem altura da LUOS 2022 maior que a estabelecida pela Portaria nº68/2012.	231
Tabela 2:	Principais documentos Internacionais que tratam sobre paisagem e entorno.	86	Tabela 19:	Quantitativo de lotes da área de entorno do CUB que possuem altura da LUOS 2022 maior que a estabelecida pela Portaria nº68/2012 e estão vagos ou subutilizados.	232
Tabela 3:	Passos Recomendação da Paisagem Urbana Histórica.	87	Tabela 20:	Recomendações atualizadas para as Unidades de Preservação da Paisagem – UPP (antigos Setores de Entorno), a partir do documento ETAPA 4 – PROGNÓSTICO (2011) e das contribuições coletadas pela pesquisa.	240
Tabela 4:	Atributos: O que preservar.	92			
Tabela 5:	Valores: Porque preservar.	93			
Tabela 6:	PPCUB – PLC nº78/2013.	114			
Tabela 7:	Conflitos entre a preservação da paisagem e o PDOT.	127			
Tabela 8:	Portaria nº68/2012.	137			
Tabela 9:	Comentários quanto a questão 2 do tópico 4.	175			
Tabela 10:	Bens tombados isoladamente inseridos na Bacia Hidrográfica do Paranoá.	178			
Tabela 11:	Comentários quanto a questão 1 do tópico 5.	181			
Tabela 12:	Comentários quanto a questão 2 Tópico 5.	182			
Tabela 13:	Comentários quanto a questão 3 Tópico 5.	183			
Tabela 14:	Quadro resumo dos principais tópicos levantados na Oficina Participativa do PDOT.	196			
Tabela 15:	Lotes SHTQ Trecho 1.	200			
Tabela 16:	Lotes SHTQ Trecho 2.	201			
Tabela 17:	Quadro resumo dos principais tópicos levantados na Oficina Participativa do PDOT.	202			

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Parque de La Vilete (Paris, 2012).	51	Figura 19: Proposta de nova poligonal para área de entorno do CUB.	119
Figura 2: Ilustração utilizada por Giovannoni em “Vecchie Città ed Edilizia Nuova”.	56	Figura 20: Marco do “Ponto Zero”.	122
Figura 3: Desenvolvimento do conceito HUL.	69	Figura 21: Pino de bronze.	122
Figura 4: Conjunto de Instrumentos UNESCO (2011).	72	Figura 22: Relevo da Bacia Hidrográfica do Paranoá.	131
Figura 5: Evolução do conceito de vizinhança e visibilidade.	81	Figura 23: Mapa de densidades demográficas do PDOT.	134
Figura 6: Áreas de proteção definidas no Dossiê de candidatura de Brasília.	104	Figura 24: Mapa da poligonal de Entorno.	134
Figura 7: Primeiros blocos das Quadras Econômicas Lucio Costa – QELC.	106	Figura 25: Delimitação das Áreas de Entorno (AE).	136
Figura 8: Quadras Econômicas Lucio Costa – QELC.	106	Figura 26: Anexo II Portaria nº68/2012.	138
Figura 9: Vista atual das QELC.	106	Figura 27: Eixos topográficos.	141
Figura 10: Brasília Revisitada, “Anexo Gráfico”.	107	Figura 28: Perfis topográficos.	142
Figura 11: Delimitação proposta para área de entorno no Relatório Diagnóstico do PPCUB.	110	Figura 29: Esplanada dos Ministérios e o Congresso Nacional.	142
Figura 12: Mapa identificando a linha de cumeada da bacia do lago Paranoá observada a partir da plataforma da Torre de TV.	112	Figura 30: Poligonal de Área de Entorno.	143
Figura 13: Bacia do lago Paranoá e suas sub bacias.	112	Figura 31: Conjunto Habitacional do Paranoá Parque.	143
Figura 14: Bacia do lago Paranoá e suas sub bacias.	113	Figura 32: Ao fundo o relevo como um anfiteatro da Bacia Hidrográfica do Paranoá.	144
Figura 15: Delimitação da Área de Interesse Patrimonial – AIP.	114	Figura 33: Vista desde a região da Ponte das Garças.	144
Figura 16: Mapa de Visibilidade do horizonte do Plano Piloto de Brasília.	116	Figura 34: Extremo sul do limite da poligonal de tombamento.	144
Figura 17: Figura 18: Poligonal de Área de Entorno.	116	Figura 35: Ponto 5, Antiga estação rodoferroviária.	145
Figura 18: Figura 19: Macroáreas de proteção do CUB contidas na Portaria nº166/2016.	118	Figura 36: Estrada Parque Indústria e Abastecimento – EPIA.	145
		Figura 37: Estrada Parque Indústria e Abastecimento – EPIA.	145
		Figura 38: Ponto 7.	146

Figura 39: Ponto 7.	146	Figura 62: Gráfico 3D de estudos sobre a área de preservação de entorno do CUB.	161
Figura 40: Perfis topográficos.	147	Figura 63: Gráfico 3D de estudos sobre a área de preservação de entorno do CUB.	162
Figura 41: Pontos geográficos de visualização.	147	Figura 64: Gráfico de estudos sobre a área de preservação de entorno do CUB.	162
Figura 42: Mapa 1 A Zoneamento – PDOT.	148	Figura 65: Ponte JK e o Lago Sul.	169
Figura 43: Mapa 2 - Estratégias de Regularização Fundiária e de Oferta de Áreas Habitacionais.	148	Figura 66: Lago Norte.	169
Figura 44: Mapa 3 - Estratégias de Regularização de Estrutura Viária, de Implantação de Pólos Multifuncionais, de Dinamização de Espaços Urbanos e de Revitalização de Conjuntos Urbanos.	149	Figura 67: Gráfico 1.	169
Figura 45: Perfil P4-P2. Estrutural até a Praça do Cruzeiro.	150	Figura 68: Gráfico 2.	169
Figura 46: Perfil P1-P10.	150	Figura 69: CUB.	170
Figura 47: Perfil P1-P8. Torre de Rádio e TV – ponte JK.	151	Figura 70: Taguaparque.	170
Figura 48: Perfil P1-P9. Torre de Rádio e TV – Taquari.	151	Figura 71: CUB.	170
Figura 49: Ponto 02.	152	Figura 72: Gráfico 3.	170
Figura 50: Ponto 05.	152	Figura 73: Parque Nacional de Brasília.	171
Figura 51: Ponto 06	152	Figura 74: Gráfico 4.	171
Figura 52: Perfil P6-P1.	153	Figura 75: Jardim Botânico de Brasília.	172
Figura 53: Ponto 01.	155	Figura 76: Gráfico 5.	172
Figura 54: Ponto 01.	155	Figura 77: FLONA.	172
Figura 55: Ponto 01.	156	Figura 78: Gráfico 6.	172
Figura 56: Ponto 01.	156	Figura 79: Estação Ferroviária de Brasília.	173
Figura 57: Ponto 03.	156	Figura 80: Gráfico 7.	173
Figura 58: Ponto 04.	157	Figura 81: Estação Ferroviária Bernardo Sayão.	174
Figura 59: Ponto 07.	157	Figura 82: Plano de ocupação.	174
Figura 60: Linha do tempo estudos sobre a área de preservação de entorno do CUB.	159	Figura 83: Plano de Ocupação.	175
Figura 61: Gráfico de estudos sobre a área de preservação de entorno do CUB.	160	Figura 84: Gráfico 8.	175
		Figura 85: Nessa imagem vê-se a Ponte Juscelino Kubitschek na paisagem do entorno do CUB.	176
		Figura 86: Nessa imagem vê-se a Torre de TV Digital localizada no cume da Bacia Hidrográfica do Paranoá.	176

Figura 87: Gráfico 9.	177
Figura 88: Gráfico 10.	177
Figura 89: Mapa com a localização das antigas fazendas do território do Distrito Federal.	177
Figura 90: Palácio do Catetinho.	178
Figura 91: Casa Velha da Fazenda Gama.	178
Figura 92: Relógio de Taguatinga.	179
Figura 93: Museu Vivo da Memória Candanga, antigo HJKO.	179
Figura 94: Escola Industrial de Taguatinga.	179
Figura 95: Capela de São Geraldo no Paranoá.	179
Figura 96: Centro de Ensino Fundamental Metropolitana.	179
Figura 97: Mapa percurso turístico cultural na área de entorno do CUB.	180
Figura 98: Gráfico 11.	181
Figura 99: Localização.	186
Figura 100: Croqui de situação empreendimento Paranoá Parque.	188
Figura 101: Evolução urbana do Paranoá.	189
Figura 102: Evolução urbana do Paranoá.	189
Figura 103: Foto tirada desde a SQN 404.	190
Figura 104: Condomínio Paranoá Parque.	191
Figura 105: Área de Parcelamento futuro.	191
Figura 106: Mapa de usos conforme a Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS).	191
Figura 107: Paisagem urbana.	192
Figura 108: Localização.	197
Figura 109: Projeto do Setor Habitacional Taquari.	198
Figura 110: Trecho 01.	199
Figura 111: Trecho 02.	199
Figura 112: Zoneamento PDOT 1997.	203

Figura 113: Zoneamento PDOT 2012.	204
Figura 114: Risco Ecológico de Perda de Área de Recarga de Aquífero – ZEE/DF.	204
Figura 115: Etapas de ocupação previstas para a Serrinha do Paranoá.	207
Figura 116: Zoneamento PDOT.	208
Figura 117: Mapa de Risco de perda de área de recarga de aquífero.	209
Figura 118: Zoneamento de Uso e Ocupação como proposto na DIUR nº5/13.	209
Figura 119: Zoneamento de Uso e Ocupação como proposto na DIUR nº4/19.	210
Figura 120: Parâmetros de altura propostos na DIUR nº5/13.	210
Figura 121: Parâmetros de altura propostos na DIUR nº4/2019.	211
Figura 122: Figura 123: Mapas ilustrativos do conflito da regularização fundiária e a proposta da DIUR 4/2019.	211
Figura 123: Localização do empreendimento Taquari Gleba 03.	214
Figura 124: Topografia e localização do empreendimento.	214
Figura 125: Perfil 1.	215
Figura 126: Perfil 2.	216
Figura 127: Foto inserção 1.	217
Figura 128: Foto inserção 2.	217
Figura 129: Sequência de imagens Via L4 e Setor de Autarquias Norte.	219
Figura 130: Sequência de imagens SQN 207, Setor Bancário Norte.	219
Figura 131: Setor Habitacional do Taquari.	220
Figura 132: Foto inserção da Etapa II.	220
Figura 133: Gráfico 12.	221
Figura 134: Camada Anexo II Portaria nº68/2012.	226
Figura 135: Mapa Portaria 68/2012 – Setores como apresentados pela camada do SITURB no Geoportal.	227
Figura 136: Proposta para definição dos setores de Entorno.	228
Figura 137: Figura 30 – Proposta para definição dos setores de Entorno.	229

Figura 138: Portaria 68/2012 x Altura LUOS (LC 1007 2022)	232
Figura 139: Áreas de proteção GT-Brasília.	235
Figura 140: Proposta Maurício Goulart, 2016.	235
Figura 141: Vista a partir do Fim do Eixo Rodoviário Norte.	236
Figura 142: Vista a partir do Fim do Eixo Rodoviário Norte 2.	236
Figura 143: Vista para o fim do Eixo Rodoviário Sul 1.	237
Figura 144: Vista para o fim do Eixo Rodoviário Sul 2.	237
Figura 145: Proposta novas áreas de proteção.	238
Figura 146: Proposta Unidades de Preservação – UPP	239
Figura 147: Oficina HUL Conjunto Moderno de Pampulha.	244
Figura 148: Debates realizados durante a Oficina HUL Conjunto Moderno da Pampulha.	245
Figura 149: Apresentação das ideias – forças, objetivos e ações.	245
Figura 150: Apresentação das ideias – forças, objetivos e ações.	246
Figura 151: Organizadores da Oficina HUL Conjunto Moderno da Pampulha.	246

SUMÁRIO

35	INTRODUÇÃO	165	PARTE II. FERRAMENTA DE ENGAJAMENTO SOCIAL
45	PARTE I. MAPEAMENTO DE RECURSOS: DIAGNÓSTICO E ESTADO DA ARTE	167	CAPÍTULO 3. DESENHANDO A LINHA DO HORIZONTE
47	CAPÍTULO 1. CONCEITUANDO O PROBLEMA DE PESQUISA	168	3.1 Valores e atributos identificados
47	1.1 Paisagem	184	3.2 Estudos de casos: preservação cultural, desenvolvimento urbano e rural e a participação social na gestão do entorno
52	1.2 Patrimônio Urbano	185	3.2.1 O caso do Condomínio Paranoá Parque
59	1.3 Análise dos principais documentos internacionais que tratam sobre paisagem e entorno	197	3.2.2 O caso do Setor Habitacional do Taquari
74	1.4 Evolução do conceito de paisagem e entorno nas práticas preservacionistas do Brasil	225	CAPÍTULO 4. NOVOS CAMINHOS PARA A PRESERVAÇÃO DE UMA PAISAGEM URBANA HISTÓRICA
89	CAPÍTULO 2. PAISAGEM URBANA HISTÓRICA DE BRASÍLIA: PARA ALÉM DO MONUMENTO	225	4.1 Análise dos parâmetros da legislação federal e distrital
90	2.1 Valores institucionalmente atribuídos ao CUB	233	4.2 Entre novas configurações, ações e contribuições
94	2.2 Os relatórios das missões de monitoramento da UNESCO	244	4.3 A Recomendação na prática: Oficina HUL Conjunto Moderno da Pampulha
102	2.3 Histórico dos estudos sobre o entorno de Brasília	249	CONSIDERAÇÕES FINAIS
120	2.4 O processo de elaboração da Portaria nº68/2012: A bacia hidrográfica do Paranoá como área de entorno	255	BIBLIOGRAFIA
140	2.5 Análise visual a partir dos mirantes naturais	267	ANEXOS
		267	I. Parecer Consubstanciado CEP
		271	II. Entrevista Eduardo Pierrotti Rossetti
		292	III. Formulário

INTRODUÇÃO

A integração entre a preservação do patrimônio cultural e o patrimônio natural tem sido um grande desafio para as políticas de preservação tanto em nível mundial, como em âmbito nacional. A presente pesquisa procura enfrentar, por meio de novas abordagens, esses desafios, sobretudo com relação a preservação do patrimônio urbano e as diversas camadas que o compõem. Diante de perspectivas cada vez mais ampliadas no âmbito da preservação, o conceito de paisagem vem despertando o interesse de especialistas no campo do patrimônio e em políticas urbanas no Brasil pela grande abrangência que o termo consegue abarcar (RIBEIRO, 2019). É dentro desta temática que esse trabalho se insere.

Extensas áreas urbanas de proteção a bens tombados são desafios para a preservação. Os últimos documentos internacionais do século XXI vem trazendo constantes preocupações com as transformações globais, migrações, turismo em massa e a preservação do patrimônio urbano diante do crescimento das grandes cidades (MELO, 2020; NITO, 2023; VELDPAUS, 2015). De acordo com o relatório da UNESCO “*Culture: urban future*” elaborado no âmbito da conferência Habitat III da ONU – Organização das Nações Unidas, para discutir questões sobre habitação e desenvolvimento sustentável das cidades, o patrimônio urbano vem adquirindo cada vez mais importância nas discussões internacionais (BANDARIN, 2019). A qualidade do ambiente urbano se tornou uma preocupação local, nacional e mundial, já que as cidades são o principal local de moradia da sociedade no século XXI.

Este trabalho se desenvolve a partir da análise da área de proteção em torno do Conjunto Urbanístico de Brasília - CUB, classificado como patrimônio mundial pela UNESCO em 1987. Além deste título, o Distrito Federal integra a Rede Brasileira e Rede Mundial das Reservas da Biosfera por meio da Reserva da Biosfera do Cerrado¹. Duas zonas núcleos da Reserva da Biosfera do Cerrado, a Estação Ecológica do Jardim Botânico de Brasília e o Parque Nacional de Brasília, além do CUB, estão inseridas dentro da Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá.

A área de proteção ao redor do Conjunto Urbanístico, definida como área de entorno, foi delimitada utilizando-se os limites dessa bacia. Procurou-se com isso, abarcar o contexto urbano, seu cenário geográfico, práticas sociais, culturais e econômicas, entendimentos associados a noção de ambiência e sustentabilidade (PRIESTER; MEDEIROS, 2021a).

O desafio de como gerir grandes áreas que se constituem como entornos de bens tombados no Brasil, se apresenta não apenas em função da extensão física de tais

1. As zonas núcleos da Reserva da Biosfera do Cerrado no DF são compostas por 5 (cinco) Instituições, 2 (duas) distritais – Estação Ecológica de Águas Emendadas com 10.547 ha e Estação Ecológica do Jardim Botânico de Brasília com 5.000 ha – e 3 (três) Instituições federais – Parque Nacional de Brasília com 30.000 ha, Estação Ecológica do IBGE com 1.360 ha e Fazenda Água Limpa da UnB com 4.340 ha, totalizando 51.247 ha. Em torno da Zona Núcleo como um anel protetor estão as zonas tampão e de transição constituídas pelas APAs das Bacias do rio São Bartolomeu, do Descoberto, do Gama e Cabeça de Veado e de Cafuringa (GDF, 2019).

áreas, mas também pela dificuldade na identificação de quais valores se pretendem preservar nessas áreas e como elas estão contribuindo para preservar os valores atribuídos ao bem tombado (MELO, 2020).

As discussões atuais no campo da preservação sugerem que o patrimônio urbano pode fornecer algumas respostas “tanto como um lugar que representa a história e as tradições, quanto como um repositório de práticas sociais de longo prazo na criação de lugares” (BANDARIN, 2019, p.04). Espera-se com isso que a preservação do patrimônio urbano seja encarada como uma parte integrante das estratégias de desenvolvimento das cidades, o que requer uma compreensão dos valores inerentes a cada sítio.

Com as ampliações ocorridas ao longo dos séculos XIX e XX, a noção de preservação vêm adotando uma abordagem mais abrangente, incluindo aspectos intangíveis/imateriais, contextos urbanos e entornos² (MELO, 2020).

A definição de entorno trazida pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios) na Declaração de Xi’An (2005), amplia o entendimento da sua função a ponto de fundir-se com o objeto patrimonial. A declaração admite a possibilidade de atribuição de valor também ao entorno, encarado historicamente como uma camada extra de proteção ao bem principal, o que abre frente pra novas abordagens para a aplicação do conceito, podendo este ser entendido de forma mais holística (MELO, 2020). A Declaração também ressalta a

2. No Brasil a Constituição Federal de 1988 reconheceu a existência de bens culturais de natureza material e imaterial, fez referência à identidade e memória dos diferentes grupos da sociedade e estabeleceu que o patrimônio deveria ser protegido nas três instâncias governamentais (artigos 24 e 30), com essas inovações transferiu a matriz de valoração, deslocando-a do Estado para a sociedade. No entanto, esse grande passo conduzido pela Constituição, não acarretou mudanças profundas na gestão do patrimônio urbano no país.

oportunidade que o entorno oferece para a cooperação internacional e interdisciplinar entre o ICOMOS, a UNESCO e outras entidades parceiras, e para o desenvolvimento de temas como a autenticidade ou a conservação de paisagens urbanas históricas, expressas no “Memorando de Viena” (ICOMOS, 2005).

Entendemos que uma visão holística de tratamento para essas áreas envoltórias poderia estar intrinsecamente relacionada a uma abordagem voltada para a paisagem, integrando outras camadas, como, aspectos intangíveis, o desenvolvimento urbano e sustentável e as funções sociais e econômicas da cidade (VELDPAUS, 2015).

No Brasil, sabe-se das dificuldades encontradas na aplicação da Chancela da Paisagem Cultural (2009), sobretudo na operacionalização desse tipo de proteção que demanda uma gestão compartilhada, tendo sido essa portaria suspensa pela complexidade em sua aplicação (MELO, 2020; RIBEIRO, 2019). Mesmo assim, a experiência da cidade do Rio de Janeiro inscrita na lista do Patrimônio Cultural como Paisagem Cultural em 2012 - que a partir de então, passou a se autointitular como Paisagem Cultural Urbana - abriu novas perspectivas dentro do Centro do Patrimônio Mundial por ser a primeira grande área urbana inscrita dentro da tipologia da paisagem cultural, dialogando com a nova abordagem da Paisagem Urbana Histórica (RIBEIRO, 2019).

Nesse contexto de ampliação e abrangência dos conceitos de preservação, em 2011 a UNESCO reiterando a definição do conceito de Paisagem Urbana Histórica, definida no Memorando de Viena (2005), publica a Recomendação da Paisagem Urbana Histórica. O conceito de Paisagem Urbana Histórica – da sigla em inglês *Historic Urban Landscape* – HUL – (UNESCO, 2011), se estabelece como uma abordagem que trata da paisagem, baseando sua gestão de uma forma holística, integrada a uma estrutura maior de desenvolvimento socioeconômico.

A principal característica na concepção da abordagem voltada para a paisagem é que ela busca uma conservação integrada entre a gestão do patrimônio e o desenvolvimento econômico e urbano. A gestão do patrimônio se torna, então, a gestão de mudanças. Bandarin e Van Oers reforçam essa visão holística ao afirmarem que “o desenvolvimento sem a conservação de recursos chaves não pode ser sustentável, enquanto a conservação não pode ser bem-sucedida sem o desenvolvimento para apoiar seus esforços”³ (BANDARIN; VAN OERS, 2015, p.318, tradução livre). Essa mudança vem sendo destacada em praticamente todos os documentos internacionais publicados desde a Carta de Veneza (1964).

A abordagem aparece refletindo as discussões presentes nos documentos internacionais da segunda metade do século XX e início do século XXI, como uma herança da conservação integrada proposta na Declaração de Amsterdã. No livro organizado por Ana Pereira Roders e Francesco Bandarin: “Reshaping Urban Conservation: The Historic Urban Landscape in Action” (2019), consta o estudo de caso: “Conservação do Patrimônio Urbano no Centro Histórico de Olinda, Brasil: 1968–2016”, de Sílvia Mendes Zancheti. Recentemente o VI Colóquio Ibero-Americano paisagem cultural, Patrimônio e Projeto, realizado em Belo Horizonte em setembro de 2023, discutiu o assunto no Eixo Temático 1 – Paisagem cultural: conceitos e práticas - A perspectiva da paisagem urbano-histórica (HUL). Na Oficina HUL Conjunto Moderno da Pampulha, evento que ocorreu paralelamente ao Colóquio, foi proposto um exercício de aplicação da abordagem no intuito de que o Conjunto Moderno da Pampulha e seus gestores possam desenvolver um projeto piloto de aplicação da abordagem no Brasil. Essa experiência tendo surgido ao final da pesquisa contribuiu por meio

3. No original: “Development without the conservation of key Resources cannot be sustainable, while conservation cannot succeed without Development to sustain its efforts (BANDARIN, F.; VAN OERS, R., 2015, p.318).

de reflexões que foram expostas ao final do documento, como desdobramentos da pesquisa. Nesse sentido, mais recentemente estão surgindo inúmeras pesquisas de mestrado e doutorado tratando do tema em diversas universidades do Brasil, o que ressalta a importância da Recomendação e a necessidade de implementação nos contextos urbanos brasileiros.

O PROBLEMA

Partindo-se do entendimento de que a área de entorno de proteção a um bem tombado estaria inserida nas camadas que compõem a paisagem urbana histórica de um determinado bem e considerando que com a ampliação do conceito de entorno estaria superada a consideração de aspectos meramente físicos nas abordagens deste conceito (MELO, 2020), estabelecemos o seguinte questionamento principal deste trabalho: Como as novas abordagens trazidas pelas cartas patrimoniais sobre o conceito de entorno e pela UNESCO, abarcando o conceito de paisagem, podem auxiliar nas medidas de preservação e desenvolvimento urbano, trazendo procedimentos úteis para aplicação nos entornos de bens tombados?

Tendo como base nossa questão principal da tese, outras perguntas também podem ser feitas: Como se delimitou a área de entorno do CUB? Como está sendo feito o processo de gestão da área de entorno? Como são abordados os aspectos referentes à paisagem urbana do entorno do CUB? Como a ferramenta do HUL poderia auxiliar e ser implementada?

A problemática aqui proposta se insere na linha de pesquisa Patrimônio e Preservação, do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da

Universidade de Brasília (PPG-FAU/UnB) dado que relaciona preservação do patrimônio cultural urbano, estratégias de gestão e atribuição de valor a áreas patrimonializadas em uma perspectiva interdisciplinar.

HIPÓTESE

A partir da questão principal proposta se formulou a hipótese de que a adoção da abordagem do HUL como forma de salvaguarda das paisagens urbanas históricas poderia ser utilizada como ferramenta de gestão para além dos atributos principais do bem, também do seu entorno.

Ressalta-se aqui que apesar de conceitos como Paisagem Cultural e a Paisagem Urbana Histórica se aproximarem, como veremos ao longo do desenvolvimento deste trabalho, não iremos discutir essas relações, e sim a hipótese de que, como instrumento de gestão, o HUL seria aplicável em áreas de entorno de bens patrimoniais.

OBJETO

Para trabalhar com a problemática exposta e a hipótese formulada, escolhemos estudar a área definida como entorno de proteção do Conjunto Urbanístico de Brasília (CUB). A escolha de se trabalhar com o CUB justifica-se pelo entendimento de que se trata de um conjunto moderno de extrema importância na história do Brasil, que ainda guarda atributos originais, porém que lida com pressões intrínsecas ao desenvolvimento urbano - já que se trata de uma cidade com apenas 61 anos.

A escolha de análise da gestão do entorno do CUB comparando-a com a abordagem trazida pela metodologia do HUL, justifica-se, pois, trata-se de uma metodologia abrangente que busca tratar a paisagem urbana de maneira holística, visando a qualidade de vida das populações locais, a gestão das mudanças na paisagem e que ainda necessita de maior aprofundamento no campo da preservação no Brasil.

O recorte temporal foi definido a partir da publicação da Portaria nº68/2012 (IPHAN, 2012a) do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que traz a delimitação e as diretrizes para a área de entorno do Conjunto Urbanístico de Brasília, até o ano de 2022, data da publicação da revisão da Lei de Uso e Ocupação do Solo – LUOS do Distrito Federal (DF), conformando-se um período de dez anos de aplicação da Portaria. No entanto, para contextualização da temática da pesquisa retornos temporais serão feitos como auxílio na construção da argumentação, partindo-se do princípio de que os eventos que nos interessa relatar na presente pesquisa não ocorreram de modo linear, contradições e oposições sempre estiveram presentes (RUFINONI, 2009).

OBJETIVOS E METODOLOGIA

A presente pesquisa tem como objetivo principal enfrentar, por meio da abordagem HUL, os desafios da gestão de grandes áreas urbanas de proteção a bens tombados.

Se por um lado, as novas definições sobre o conceito de entorno e paisagem urbana histórica no campo da preservação, ampliam as perspectivas acerca do tema, por outro, as discussões metodológicas necessárias à operacionalização dos mesmos no âmbito da preservação e do desenvolvimento urbano necessitam de avanços.

A partir da operacionalização da abordagem da paisagem urbana histórica como metodologia para a gestão da área de entorno de bens tombados, especificamente para este trabalho, analisando o entorno do CUB, espera-se contribuir com tais desafios, fornecendo subsídios para a elaboração de políticas públicas que aproximem as questões da preservação e do desenvolvimento urbano.

A Recomendação da Paisagem Urbana Histórica (2011) propõe medidas essenciais para implementação de uma estratégia de preservação das paisagens urbanas históricas, traduzidas posteriormente na publicação *The HUL Guidebook. Managing heritage in dynamic and constantly changing urban environments* (UNESCO, 2016), como um plano de ação com seis etapas (formuladas inicialmente pela Recomendação), como ferramentas de gestão, indicando um caminho que facilitaria a implementação da abordagem e que são adaptáveis a cada cidade:

1. Realizar pesquisas abrangentes e mapear os recursos naturais, culturais e humanos da cidade;
2. Chegar a um consenso usando planejamento participativo e consultas às partes interessadas sobre quais valores proteger para transmissão às gerações futuras e determinar os atributos que carregam esses valores;
3. Avaliar a vulnerabilidade desses atributos aos estresses socioeconômicos e aos impactos das mudanças climáticas;
4. Integrar os valores do patrimônio urbano e seu status de vulnerabilidade em uma estrutura mais ampla de desenvolvimento da cidade, que deve fornecer indicações de áreas sensíveis ao patrimônio, que requerem atenção cuidadosa ao planejamento, concepção e implementação de projetos de desenvolvimento;
5. Priorizar ações de conservação e desenvolvimento e;

6. Estabelecer as parcerias adequadas e quadros de gestão local para cada um dos projetos identificados para a conservação e desenvolvimento, bem como desenvolver mecanismos para a coordenação das várias atividades entre os diferentes atores, públicos e privados (UNESCO, 2016, p.13).

Como metodologia de desenvolvimento das análises elaboradas nesta tese, utilizamos os passos propostos pelo documento. A Recomendação de 2011 sugere levar em consideração o contexto histórico de cada cidade, o que resulta em diferentes abordagens de gestão para cada sítio, tomando como referência os 6 passos e ferramentas de gestão propostos pelo documento que buscam garantir que a cultura, em todas as suas dimensões se torne um guia e um facilitador para um desenvolvimento sustentável (AUQUILLA; SIGUENCIA, 2020).

A metodologia adotada para a construção deste trabalho estruturou-se em 2 etapas, a seguir descritas.

A primeira etapa, se constitui no mapeamento de recursos necessários para a conceituação dos temas que serão abordados na pesquisa, como paisagem e patrimônio urbano; e na constituição de um diagnóstico e estado da arte abrangendo pesquisas sobre a gestão do entorno do Conjunto Urbano de Brasília. Esta etapa estaria concentrada no passo 1 do guia da UNESCO sobre a Recomendação da Paisagem Urbana Histórica.

A segunda etapa se constitui no uso da ferramenta de engajamento social, também proposta pela recomendação, além da aplicação dos passos 2, 3, 4 e 5. A partir do estabelecimento dos valores e da determinação dos atributos que os carregam referentes ao bem tombado, bem como, as vulnerabilidades que afetam esses atributos,

investiga-se de que modo a área de entorno atua na proteção do bem. Além disso, foi feita uma análise mais acurada do instrumento de gestão aplicado na área de entorno do CUB, a Portaria nº68/2012 em comparação aos parâmetros da Lei de Uso e Ocupação do Solo – LUOS (FEDERAL, 2022). Todas as análises realizadas nessa etapa permitiram a indicação de áreas sensíveis no entorno, proposições para a gestão dessas áreas, bem como ações necessárias que por fim definiram diretrizes.

Foram adotados os seguintes procedimentos metodológicos nas etapas descritas: revisão bibliográfica da temática abordada; consulta a arquivos digitais como Sistema Eletrônico de Informações – SEI, Geoportal, Sistema de Documentação Urbanística e Cartográfica – SISDUC, Sistema de Informações Territoriais e Urbanas do Distrito Federal – SITURB; com base no emprego da ferramenta “Instrumentos para o engajamento social”⁴ - indicada no Guia da Unesco para o empoderamento dos diversos atores sociais envolvidos - foram validadas as análises realizadas, a partir de consulta aos atores envolvidos na gestão e vivência da área estudada. A escuta aos atores se deu por três vias: 1) entrevistas semiestruturadas, desenvolvidas a partir de questões predeterminadas, como em um questionário, porém com respostas livres, como em uma entrevista aberta, com especialistas, profissionais e um morador da área de entorno do CUB (nove pessoas no total). As entrevistas serão apresentadas ao longo dos capítulos 2 e 4; 2) formulário aplicado como pesquisa de opinião por meio do Google Forms, abarcando questões gerais como verificação de atributos, novos projetos de ocupação para o entorno, elementos arquitetônicos e urbanísticos inseridos na área de entorno. Foram coletadas 41 respostas, com pessoas entre 25 e 60 anos, de formações diversas e residentes no Distrito Federal. O formulário será apresentado no capítulo 3; e 3) coleta de informações a partir das oficinas

4. Tradução livre de “Community Engagement tools” (UNESCO, 2016).

participativas realizadas ao longo do ano de 2023, no âmbito da revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT. Foram mapeadas questões levantadas pela população residente nas Regiões Administrativas do Lago Norte e do Paranoá, apresentados também no capítulo 3.

Foram realizados ainda, percursos de observação e levantamento fotográfico da área estudada por meio do uso de Veículo Aéreo Não Tripulado - VANT e máquina fotográfica manual e a utilização de análises por meio de geoprocessamento utilizando o software Arcgis. Além disso, em razão da grande área estabelecida como entorno do CUB, recortes de análise foram feitos, concentrando-se em dois estudos de casos realizados na área “F” de expansão proposta por Lucio Costa no documento “Brasília Revisitada” (1987).

As etapas metodológicas definiram a estrutura da pesquisa, que se encontra dividida em duas partes: **Parte I: Mapeamento de Recursos: Diagnóstico e Estado da Arte** e **Parte II: Ferramenta de Engajamento Social**.

A parte I é composta por dois capítulos, o primeiro intitulado “**Conceituando o problema de pesquisa**”, que irá traçar o estado da arte dos conceitos abrangidos no estudo. Esse é subdividido por sua vez em quatro sub capítulos intitulados “**Paisagem**”, que tratará da evolução do conceito de paisagem e das discussões atuais deste no campo da preservação; “**Patrimônio urbano**”, que trará a evolução da preservação urbana dentro do campo da preservação cultural; “**Análise dos Principais documentos internacionais que tratam sobre paisagem e entorno**”, que fará um percurso em treze documentos internacionais selecionados pela sua relevância acerca do tema e “**Evolução do conceito de paisagem e entorno nas práticas preservacionistas do Brasil**”, que avaliará as práticas da preservação cultural no âmbito nacional. Essa

análise objetiva traçar um quadro sintético do embasamento conceitual e analítico que fundamentará a tese.

O segundo capítulo é intitulado “**Paisagem Urbana Histórica de Brasília: para além do monumento**”, e procura traçar um diagnóstico da gestão do entorno do Conjunto Urbanístico de Brasília. Esse foi subdividido em cinco subcapítulos, são eles: “**Significância cultural do CUB**”, no qual são destacados os valores refletidos nos atributos que se pretendem preservar no CUB, e como a área de entorno pode ajudar a protegê-los; “**Os relatórios de monitoramento da UNESCO**”, o qual traça um histórico das visitas de monitoramento ao sítio realizada pelos consultores da UNESCO; “**O histórico dos estudos sobre o entorno de Brasília**”, que analisa as principais propostas elaboradas para a área de entorno do CUB; “**O processo de elaboração da Portaria nº68/2012: A bacia hidrográfica do Paranoá como área de entorno**”, que traça um histórico do processo de elaboração da Portaria nº68/2012, e por fim, “**Análise visual a partir dos Mirantes Naturais**”, no qual foram feitos percursos abrangendo os limites da poligonal de tombamento e os limites da poligonal de entorno.

A parte II é composta por dois capítulos, o capítulo 3 intitulado “**Desenhando a linha do horizonte**”, subdividido em dois subcapítulos: “**Valores e Atributos identificados**”, no qual foram validados a partir de consulta à população os valores, atributos e as vulnerabilidades que os afetam; o subcapítulo “**Estudos de casos: Preservação cultural, desenvolvimento urbano e rural e a participação social na gestão do entorno**”, subdividido em dois subitens “**O caso do Condomínio Paranoá Parque**” e “**O caso do Setor Habitacional do Taquari**”, nos quais são analisados mais especificamente a ocupação na área “F” e os anseios da população coletados a partir das oficinas participativas do PDOT. Essa análise objetivou integrar os valores do

patrimônio urbano e seu status de vulnerabilidade em uma estrutura mais ampla de desenvolvimento da cidade.

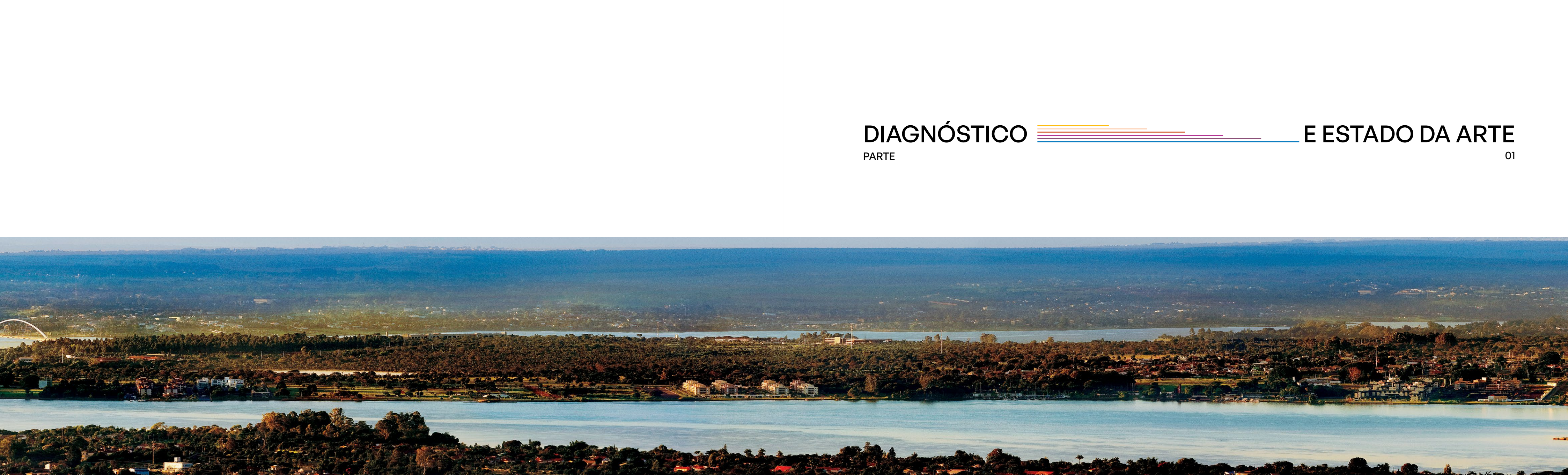
O capítulo 4 intitulado “**Novos caminhos para a preservação de uma Paisagem Urbana Histórica**”, é por sua vez subdividido em três subcapítulos “**Análise dos parâmetros da legislação federal e distrital**”, no qual foi feita uma análise mais acurada do instrumento de gestão aplicado na área de entorno do CUB - Portaria nº68/2012 em comparação aos parâmetros da Lei de Uso e Ocupação do Solo – LUOS (FEDERAL, 2022); “**Entre novas configurações, ações e contribuições**”, no qual são propostas contribuições e diretrizes para uma área de proteção paisagística do CUB e por fim “**A Recomendação na prática: Oficina HUL Conjunto Moderno da Pampulha**”, no qual são feitos apontamentos sobre a experiência de aplicação na prática da Recomendação da Paisagem Urbana Histórica no Conjunto da Pampulha, na Oficina realizada como um projeto piloto a ser realizado no Brasil.


Nas considerações finais são desenvolvidas reflexões sobre o problema levantado na presente pesquisa, buscando analisar a metodologia proposta, em suas dimensões teórica e operacional. À medida em que a análise foi sendo desenvolvida foi possível discutir a hipótese formulada constatando-se em que medida ela se mostrou pertinente. Por fim, foram tecidos comentários a respeito dos resultados alcançados e dos desdobramentos possíveis a partir das considerações trazidas pela tese.

Na página seguinte, desenvolvemos um quadro sintético demonstrando os passos estabelecidos para o desenvolvimento deste trabalho, bem como os subprodutos esperados.

PASSO 1 MAPA DE RECURSOS	PASSO 2 CONSENSO	PASSO 3 AMEAÇAS	PASSO 4 INTEGRAR	PASSO 5 PRIORIZAR AÇÕES
<p>Recursos levantados para tratar do problema da pesquisa</p> <p>Capítulo 1: Conceituando o problema de pesquisa</p> <p>Capítulo 2: Paisagem Urbana Histórica de Brasília: para além do monumento</p>	<p>Valores</p> <p>Capítulo 3: Desenhando a linha do horizonte</p>	<p>Vulnerabilidades encontradas</p> <p>Capítulo 3: Desenhando a linha do horizonte</p>	<p>Instrumentos de proteção</p> <p>Capítulo 4: Novos caminhos para a preservação de uma Paisagem Urbana Histórica</p>	<p>Diretrizes</p> <p>Capítulo 4: Novos caminhos para a preservação de uma Paisagem Urbana Histórica</p>
<p>Foram mapeados os “recursos” necessários para podermos explorar a temática proposta nesta pesquisa, buscando delinear a relação dos conceitos de paisagem, patrimônio e entorno de bens tombados. Foram ainda, elaboradas pesquisas abrangentes para explorar amplamente nosso objeto de pesquisa, a partir de um histórico da conformação dos temas paisagem e entorno no âmbito do Conjunto Urbano de Brasília e um diagnóstico do estado da arte sobre a temática.</p>	<p>Foram avaliados atributos que permitiram verificar a contribuição do entorno para o significado do bem cultural e para a qualidade de vida das comunidades que ali residem:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Aspectos físicos e visuais: Elementos construídos, históricos, contemporâneos, infraestrutura, ordenamento espacial, percepções e relações visuais, espaços livres, jardins e todos os outros elementos da estrutura urbana. – Topografia, geomorfologia, hidrologia e características naturais do local; – Aspectos intangíveis do patrimônio, enquanto vetores da diversidade e da identidade. – Aspectos econômicos. 	<p>Foram avaliados aspectos de vulnerabilidades dos atributos identificados na área envoltória.</p>	<p>A fim de integrar os valores do patrimônio urbano em uma estrutura mais ampla do desenvolvimento da cidade, foram feitas possíveis redefinições para a área de entorno do CUB e para a área que compõe a Bacia Hidrográfica do Paranoá.</p>	<p>Foram priorizadas ações de conservação e desenvolvimento propondo-se diretrizes gerais para a área de estudo.</p> <p>As ferramentas utilizadas para a gestão destas áreas devem conter dispositivos de:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Gestão das mudanças; – Inserção de ferramentas de preservação e gestão nos planos de urbanização e no planejamento em todos os níveis: regional, rural ou urbano; – Parâmetros urbanísticos; – Inventários; – Estudos de impacto ambiental; – Planos de salvaguarda e de gestão;
<p>Subprodutos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Principais documentos internacionais que tratam sobre paisagem e entorno (Tabela 2). • Linha do tempo estudos sobre a área de preservação de entorno do CUB (Figura 60). • Gráficos de estudos sobre a área de preservação de entorno do CUB (Figura 61,62,63 e 64). 	<p>Subprodutos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mapa turístico cultural na área de entorno do CUB (Figura 96). • Anexo III Formulário e seus desdobramentos (capítulo 3, tópico 3.1). • Quadro resumo dos principais tópicos levantados na Oficina Participativa do PDOT (tabela 14). 	<p>Subprodutos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Quadro resumo dos principais tópicos levantados na Oficina Participativa do PDOT (tabela 17). 	<p>Subprodutos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Proposta para definição dos setores de entorno (figura 135). • Proposta para subdivisão Setor 3 com as respectivas alturas limites (figura 136). • Portaria nº68/2012 x Altura LUOS Localização dos lotes que possuem conflito entre a altura da LUOS 2022 e a estabelecida pela Portaria nº68/2012 e estão vagos ou subutilizados (Figura 137). • Proposta novas áreas de proteção (Figura 144). • Proposta Unidades de Preservação da Paisagem – UPP (Figura 145). 	<p>Subprodutos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Recomendações atualizadas para as Unidades de Preservação da Paisagem UPP (antigos Setores de Entorno), a partir do documento ETAPA 4 – PROGNÓSTICO (2011) e das contribuições coletadas pela pesquisa (Tabela 20).

Tabela 1: Passos Estabelecidos para o desenvolvimento da tese. Fonte: Elaborado pela autora.



DIAGNÓSTICO  E ESTADO DA ARTE

PARTE

01

CONCEITUANDO O PROBLEMA DE PESQUISA

Neste capítulo trataremos dos temas que irão embasar teoricamente esta pesquisa buscando delinear a relação dos conceitos de paisagem, patrimônio e entorno de bens tombados, como uma relação que vem se transformando e fornecendo novas ferramentas para lidar com os desafios impostos na preservação do patrimônio urbano e do contexto em que estão inseridos. Iniciaremos nosso percurso procurando mapear os “recursos” necessários para podermos explorar a temática proposta nesta pesquisa, de acordo com o passo 1 estabelecido pelo guia de aplicação da Recomendação da Paisagem Urbana Histórica.

Nesse caminho iremos explorar os principais documentos internacionais que delinearão a compreensão e a utilização de tais conceitos. São esses a “Recomendação relativa à salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e sítios” (1962); a “Carta de Veneza” (1964); a “Recomendação sobre a preservação de bens culturais ameaçados por obras públicas ou privadas” (1968); a “Convenção para a proteção do patrimônio mundial cultural e natural” (1972); a “Recomendação sobre a salvaguarda dos conjuntos históricos e da sua função na vida contemporânea” (1976) e a “Convenção para a salvaguarda do patrimônio imaterial” (2003). Iremos incluir ainda em nossa análise a “Declaração de Amsterdã” (1975), por ser um importante documento que cunhou a expressão “conservação integrada”; a “Carta de Washington” (1986) pelo enfoque às relações da cidade com seu entorno natural ou criado pelo homem; a Carta de Burra (1999), que se destacou trazendo o conceito de “Significância cultural”; o “Memorando

de Viena” (2005) que se refere às cidades históricas já inscritas ou propostas para inscrição na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO, bem como às grandes cidades que possuem monumentos e sítios do Patrimônio Mundial em seus territórios urbanos, e que define o termo “Patrimônio Urbano Histórico”; a “Declaração de Xi’an sobre a conservação do entorno edificado, sítios e áreas do patrimônio cultural” (2005) que reconhece a contribuição do entorno para o significado dos monumentos, sítios e áreas de interesse cultural; os “Princípios de La Valletta para a Salvaguarda e Gestão de Cidades e Conjuntos Urbanos Históricos” (2011) e a “Recomendação da Paisagem Urbana Histórica” (2011) por serem os dois documentos mais recentes que tratam da preservação em contextos urbanos. Com isso, serão um total de treze documentos internacionais analisados e que nos ajudarão a construir uma matriz de conceitos para tratar do tema.

Traçaremos também um breve histórico das práticas de preservação no Brasil, dando o enfoque necessário aos temas aqui abordados: a paisagem e o entorno de bens culturais.

1.1 PAISAGEM

Lá do alto, a partir do mirante, vislumbramos a cidade. Fomos preenchidos pela sensação de conforto e era possível reconhecer

cada casa, rua e jardim sob a luz cintilante do sol. Não poderia ser diferente, já que aquela era nossa cidade. Conhecíamos aquela cidade como a palma de nossa mão. Por que será que, ao avistar um território assim, a partir do alto, temos a sensação de dominá-lo quase que por inteiro? (DUARTE et al, 2020)

O tema da paisagem vem sendo estudado há pelo menos cem anos. Os primeiros estudos que se referem ao debate e pesquisa da paisagem são as publicações do filósofo George Simmel “A filosofia da paisagem” (1913) e do geógrafo Carl Ortwin Sauer “A morfologia da paisagem” (1925). A partir de então, a paisagem tem sido tema de reflexão de diferentes disciplinas como: filosofia, geografia, paisagismo, história da arte, arquitetura e urbanismo; cada uma formulando suas próprias contribuições sobre o conceito (RIBEIRO, 2007; DUARTE, 2020). Para a presente pesquisa trataremos o tema como um conceito chave que abarca a amplitude que o patrimônio cultural vem alcançando atualmente. No entanto, devido à multiplicidade de abordagens diferentes sobre a matéria, faremos um pequeno recorte abarcando o conceito dentro do campo da geografia, urbanismo e patrimônio cultural. Algumas abordagens utilizadas dentro da pesquisa dessas disciplinas serão tratadas resumidamente de modo a demonstrar um panorama sobre o conceito.

Dentro das pesquisas geográficas, o método morfológico de análise da paisagem, desenvolvido por Carl Sauer surgiu em meados do século XX “como um movimento de oposição ao determinismo geográfico, ou ambientalismo, como era chamado na época” (RIBEIRO, 2007, p.15). Essa abordagem se baseia na tradição alemã de fins do século XIX que vê a geografia como a ciência da paisagem, se inserindo em uma corrente chamada geografia cultural. O termo *Landscape* seria o equivalente ao termo em alemão *Landschaft* e poderia ser definido como “uma área construída por uma associação distinta de formas, tanto naturais como culturais” (SAUER, 1996, p.

301 apud RIBEIRO, 2007, p.19). Sauer entendia que o estudo da paisagem deveria se restringir essencialmente a aspectos visíveis, materiais, não abarcando fatos não-materiais da atividade humana, deixando explícito que as “dimensões estética e subjetiva da paisagem existem, são reconhecidas, mas não fazem parte do interesse científico, na medida em que não podem ser classificadas e mensuradas” (RIBEIRO, 2007, p.20). Nesse sentido, uma das principais contribuições ao método morfológico desenvolvido por Sauer, seria que a paisagem se torna um objeto que pode ser estudado por métodos científicos validados, como classificação e mensuração, aspectos considerados imprescindíveis à ciência, à época (RIBEIRO, 2007).

Em fins da década de 1960 um movimento de ruptura ao positivismo surgiu e trouxe uma maior aproximação da geografia com as filosofias ligadas ao humanismo. Essa nova corrente intitulou-se geografia humanista que estabelecia críticas à geografia cultural. Essa corrente desenvolveu a abordagem denominada simbologia da paisagem, que difere do conceito de Sauer pois considera o caráter simbólico e subjetivo da paisagem. Para esses geógrafos, a paisagem representava mais do que os aspectos materiais e visíveis da atividade humana sobre o território:

A paisagem é introjetada no sistema de valores humanos, definindo relacionamentos complexos entre as atitudes e a percepção sobre o meio. Nessa visão, a estética da paisagem é uma criação simbólica, desenhada com cuidado, onde as formas refletem um conjunto de atitudes humanas. Essas impressões deixadas pelo homem na paisagem revelam o pensamento de um povo sobre o mundo em sua volta (RIBEIRO, 2007, p. 24).

Na década de 1980, um novo grupo de autores procurou renovar a geografia cultural, refutando os postulados de Sauer, e recebendo grande influência da geografia

humanista, pois incorporaram a simbologia da paisagem, valorizando o caráter subjetivo do conhecimento (RIBEIRO, 2007). Passaram a se autodenominar como a Nova Geografia Cultural:

[...] em um contexto de reformulação não positivista da geografia cultural, é o de permitir ter em conta a dimensão do sentido, na medida em que essa analogia apresenta a paisagem como uma espécie de documento de interpretação instável, aberta a múltiplas interpretações (RIBEIRO, 2007, p.25)

Nesse âmbito, o livro “*The city as a text*” (1990) de James Duncan reflete esta abordagem (RIBEIRO, 2007). A interpretação da paisagem é subjetiva, cada grupo a interpreta de forma diferente a partir de seus próprios conjuntos de símbolos. Esse pensamento tem influências diretas do trabalho do antropólogo Clifford Geertz, em seu livro “A interpretação das culturas” (1973)⁵.

Na geografia francesa podemos citar Paul Vidal de La Blache, uma das maiores influências na geografia brasileira. O homem, para La Blache é mais do que um refém do meio em que vive, é um ser dotado de iniciativa e que interfere na transformação desse meio (RIBEIRO, 2007). A ideia do meio (*millieu*) é de fundamental importância em suas teorias:

5. No capítulo I do livro “A interpretação das culturas”, intitulado “Uma descrição densa: Por uma Teoria Interpretativa da Cultura”, Clifford Geertz defende seu conceito de cultura como sendo essencialmente semiótico, ou seja, estudando os fenômenos culturais como se fossem signos. Segundo o autor, o homem está amarrado a teias de significados tecidos pelos próprios homens e busca interpretar as coisas à procura de um significado. É considerado o fundador da antropologia hermenêutica ou interpretativa. O papel do antropólogo seria o de interpretar os símbolos de cada cultura, sendo esses símbolos culturais que dariam uma unidade a cada povo e não a paisagem (RIBEIRO, 2007).

No entanto, no seu trabalho, era fundamental tudo aquilo que faz a mediação entre o meio e homem, todas as construções que resultam da ação combinada do homem com a natureza. Foi desse modo que ele se interessou pela fisionomia dos lugares, isto é, pela paisagem e pela morfologia (RIBEIRO, 2007, p. 28).

Atualmente, o geógrafo francês Augustin Berque vem contribuindo bastante para o entendimento da simbologia da paisagem (RIBEIRO, 2007). Segundo esse autor todo ser humano cria laços com o território que habita. Tais laços contribuem para a construção de um imaginário coletivo que por sua vez dá o sentido de paisagem a um território (DUARTE, 2020). Nessa perspectiva:

A paisagem é o modo de organização da sociedade no território, e essa maneira de habitar a terra é particular de cada lugar e de cada povo, pois é fabricada em meio a condições culturais, sociais, econômicas e políticas específicas (DUARTE, 2020, p.06).

Podemos considerar a paisagem também como um bem patrimonial coletivo da população que historicamente a herdaram como território. Nessa perspectiva, a paisagem é considerada como uma herança por meio de:

longos processos fisiográficos e ecológicos, nos levando a pensar que tais povos herdaram não somente o solo enquanto substrato material, mas todas as marcas históricas que foram sendo construídas paulatinamente através da interação entre as pessoas e a natureza, ao habitar este solo (AB’SABER apud DUARTE, 2020 p.07).

O termo paisagem possui uma infinidade de definições, teorias e aplicações e o efeito desta pluralidade destaca o potencial da paisagem como metodologia para a

construção de um projeto espacial coletivo na cidade. Mata Olmo (2008) argumenta que diante da deterioração de conjuntos paisagísticos e da perda de antigos tecidos urbanos, substituídos por novas configurações “repetidas e banais” (2008, p.01), há uma crescente demanda social por paisagens de qualidade. A cidade precisa ser dinâmica e precisa ser lida em toda sua complexidade. A transformação de lugares obsoletos, como antigas estruturas industriais em parques urbanos, ou em infraestrutura, porém, que agregue valor paisagístico para a cidade, ou mesmo a manutenção de espaços vazios, de ócio, ou lazer que compõem a paisagem urbana, fazem parte do processo de reorganização dos indivíduos e da sociedade contemporânea que enfrenta atualmente sérias questões ambientais e de sustentabilidade nas grandes metrópoles.

Em seu livro *Landscape as urbanism* (2016), Charles Waldheim busca fornecer um modelo e um meio (metodologia) para enxergar a cidade contemporânea utilizando a paisagem como parte do processo urbano. Waldheim descreve a paisagem como uma metodologia proveniente de uma interdisciplinaridade de profissões que estão interessadas na cidade contemporânea, incluindo a arquitetura da paisagem, o design urbano e o planejamento. O autor sugere que a partir de uma interpretação ambiciosa, o arquiteto paisagista pode ser entendido como o urbanista atual, desempenhando a função de ser responsável pela forma da cidade, e não apenas buscar soluções ecológicas e de infraestrutura para as estruturas arquitetônicas. O potencial do pensamento pela paisagem é que permitiria uma visão mais “sintética” da cidade, entendida a partir de suas relações sociais, econômicas e ecológicas.

As origens do urbanismo como paisagem podem ser traçadas no pós-modernismo e na crítica ao movimento moderno na arquitetura e no urbanismo. Estas críticas

atribuem ao modernismo a falha em encarar a cidade como uma construção histórica de consciência coletiva e por uma incapacidade de dialogar com públicos distintos. Um dos primeiros projetos a destacar o potencial da paisagem como um modelo para os processos urbanos foi o vencedor do concurso para o Parque de *La Villete* em Paris, em 1982. O projeto de Bernard Tschumi “representou um salto conceitual no desenvolvimento do urbanismo como paisagem” (Waldheim, 2016, p.16). O projeto formulou a paisagem como meio para ordenar a mudança programática proposta para a área, que passou de um antigo matadouro parisiense para um local de atividades públicas intensamente programadas.

A partir de então, a cultura arquitetônica de fins do século XX se tornou cada vez mais consciente do papel da paisagem como estruturante para se pensar a cidade contemporânea⁶.

Sobre questões contemporâneas relacionadas ao conceito de paisagens como patrimônio cultural, o geógrafo Álvaro Domingues traz o termo Paisagens transgênicas definido pela necessidade de ultrapassar enviesamentos em torno de conceitos vagos de paisagem:

[...] paradoxalmente considerados claros e por isso classificáveis em taxonomias estáveis -, tentando diminuir o ruído de fundo e a cacofonia existente para melhor compreender o que é, de fato, mais importante no mal-estar social, mal-estar que se exprime

6. Nesse sentido, Kenneth Frampton teoriza sobre a perspectiva do arquiteto frente ao desenvolvimento urbano ao longo dos séculos XIX e XX, pensando maneiras de proporcionar a noção de lugar e identidade aos centros urbanos. Propõe a megaforma como uma diluição entre os limites dos edifícios e da paisagem que funciona como um catalisador urbano, trabalhando a continuidade entre o desenho das edificações e dos espaços públicos, sendo capaz de se misturar à paisagem urbana por meio de um caráter topográfico.

no discurso e nas representações sobre a paisagem tornada assunto e bem público, elemento de identidade e distinção face aos processos acelerados da globalização-massificação e do sentimento de perda de identidade (DOMINGUES, 2013, p.227).



Figura 1: Parque de La Vilete (Paris, 2012). Fonte: Autora.

O autor elucida um conjunto de questões que são perceptíveis que caracterizariam o mal-estar de que ele trata, como a ameaça da perda de bens considerados extraordinários por seus atributos, como por exemplo:

riscos naturais, biodiversidade, recursos naturais, patrimônio construído, grandes narrativas da memória coletiva embebidas em determinados lugares, fetichização nostálgica de uma idade de ouro etc.; [...] a amnésia e a pouca estima face às paisagens ordinárias, niveladas pela banalidade do cotidiano, despojadas de referências e de coisas extraordinárias, esquecidas, privadas de encantamentos e memórias sucessivamente inscritas nos coletivos de habitantes e não – habitantes (DOMINGUES, 2013, p. 228)

Pierre Donadieu sugere que para proteção e preservação das futuras gerações é necessário preservar os chamados bens comuns, os bens dados pela natureza (o ar,

a diversidade biológica, a água, os solos), que sempre foram considerados como bens de ninguém (DONADIEU, 2013). Há duas hipóteses para preservá-los: “seja privatizá-los, como sugere a economia neoliberal, e fazer deles uma mercadoria rentável, seja dar-lhes o estatuto de Bem Público no sentido ético e político” (DONADIEU, 2013, p.57). O autor define a paisagem como:

uma relação perceptiva com o espaço e com a natureza, que assume valores variáveis com os olhares e julgamentos – olhares formados pela arte, informados pelas ciências e iniciados pelos saberes locais. É uma percepção multissensorial do mundo e, com isso, do mundo tal como o pressentimos vivendo-o; tal como o descrevemos com narrativas e imagens; tal como igualmente o explicamos pelas ciências naturais e do ambiente; tal como o transformamos através de projetos em bens materiais (como os bens em espécie) e em bens imateriais (culturais e espirituais) (DONADIEU, 2013, p. 58).

Donadieu defende que produzir bens comuns paisagistas tornou-se, atualmente, a principal missão dos profissionais envolvidos com a paisagem, sobretudo na Europa após a Convenção Europeia da Paisagem (2000). A noção de bem comum paisagístico estaria centrada na ideia de que estes exprimiram, a partir do que é perceptível em um dado território, o direito e a moral de uma sociedade. Teria que ver com a segurança e a saúde pública, a liberdade de expressão, a equidade de acesso aos recursos, à justiça, à biodiversidade, ao reconhecimento das identidades coletivas e individuais e à sustentabilidade do desenvolvimento econômico e social, seria a consequência da definição jurídica da Convenção Europeia da Paisagem (DONADIEU, 2013). A procura do bem comum paisagístico alcança ainda um terceiro nível de exigências que seria o do direito à beleza e ao desfrute dos meios onde vivem as sociedades:

[...]. Este direito à paisagem raramente é reconhecido formalmente, já que releva da cultura e se inscreve genericamente nas políticas patrimoniais e artísticas [...] O bem comum paisagístico não existe sem uma autoridade que o reconheça. A UNESCO, o Conselho da Europa, um Estado, uma região, um município, uma associação ou uma personalidade são necessários para a produção de um bem comum paisagístico, mas não suficientes para o fazer perdurar [...], mas o bem comum paisagístico não se cinge apenas aos lugares naturais ou culturais de relevo; ele é elaborado de maneira corrente em cada território onde a história local deixou lugares de memória, e constrói outros (DONADIEU, 2013, p. 59).

O autor problematiza a questão de diversas maneiras, buscando com isso tecer sua análise sobre o bem comum paisagístico:

Qual será então esse bem que está para os paisagistas como está a saúde para os médicos, a arte de construir para os arquitetos e a justiça para os juízes? Será ele o bem-estar das populações? [...] A qualidade das paisagens poderá refletir as aspirações das populações no que respeita às características paisagísticas do seu quadro de vida? (DONADIEU, 2013, p.58-78)

E conclui que para um bem comum paisagístico se tornar um patrimônio público e transmissível às futuras gerações, é necessário conhecer mais o grupo ou a comunidade que o deseja transmitir do que o bem comum em si:

[...] a construção do bem-comum paisagístico urbano é, contudo, possível segundo os territórios, apelando para diferentes

valores estéticos e éticos: a beleza dos lugares com certeza, mas também a memória, a biodiversidade, a alimentação de proximidade, o livre acesso ao espaço público, o emprego, os lugares de lazer, a espiritualidade ou a solidariedade entre habitantes. A escolha e a hierarquia destes valores variam em função: das políticas públicas locais (patrimônio, biodiversidade, marketing territorial, emprego, mistura social, etc); da governança destas políticas (top down, bottom up); das culturas locais-globais inscritas na história das paisagens dos territórios (DONADIEU, 2013, p.80).

A partir do conceito de paisagem proveniente da disciplina da geografia, passando pelas recentes formulações no campo do urbanismo e da preservação cultural, procuramos demonstrar um panorama geral sobre o tema dentro destas disciplinas e que dialogam com a temática proposta neste trabalho, buscando bases conceituais importantes para alicerçarmos nossas análises.

1.2 PATRIMÔNIO URBANO

O processo de amadurecimento da noção de patrimônio urbano inicia-se em um momento de enormes mudanças na sociedade, impulsionadas pela atividade industrial ao longo do século XIX, no qual grandes perdas de tecidos urbanos históricos ocorreram. Porém, também surge a percepção de uma necessidade de preservação do patrimônio urbano, do reconhecimento dos atributos das cidades antigas e o desenvolvimento de disciplinas como a restauração e o urbanismo. A ideia de patrimônio urbano foi delineada a partir destas duas disciplinas que mantêm a cidade como o centro da discussão ao longo dos séculos XIX e XX. Ambas, seguindo caminhos diversos forneceram elementos de análise que contribuíram para o entendimento de

cidade como um organismo dotado de “atributos e mecanismos próprios” (RUFINONI, 2009, p.14)

Françoise Choay (2001) pondera sobre o fato de que teriam passado quatrocentos anos entre a invenção do monumento histórico e a da cidade histórica, enumerando alguns fatores que contribuíram para o atraso na inserção do espaço urbano em perspectiva histórica: a escala da cidade; sua complexidade; a mentalidade que ligava a cidade a um nome, a uma comunidade, porém era indiferente ao seu espaço; e a ausência de cadastros e documentos cartográficos confiáveis antes do século XIX.

Durante os séculos XIX e XX, as áreas urbanas históricas sofreram grandes transformações, ligadas aos programas de saneamento e desenvolvimento urbano. As reformas urbanas empreendidas em Paris por Haussmann transformaram a malha urbana da cidade em nome da higiene, do sistema viário e até da estética (CHOAY, 2001).

A noção de patrimônio urbano histórico nasceu, contudo, na mesma época em que Haussmann empreendia suas transformações na Paris antiga, na Inglaterra, por meio dos estudos do crítico John Ruskin (1819-1900) e em sua defesa da malha urbana da cidade antiga. Choay pontua que a noção de patrimônio urbano histórico é o resultado de um debate entre a história e a historicidade que se processa por meio de três autores (abordagens) John Ruskin, Camilo Sitte e Gustavo Giovannoni:

Contrapor as cidades do passado à cidade do presente não significa, no entanto, querer conservar as primeiras. A história das doutrinas do urbanismo e de suas aplicações concretas não se confunde, de modo algum, com a invenção do patrimônio urbano

histórico e de sua proteção. As duas aventuras são, todavia, solidárias. Quer o urbanismo se empenhasse em destruir os conjuntos urbanos antigos, quer procurasse preservá-los, foi justamente tornando-se um obstáculo ao livre desdobramento de novas modalidades de organização do espaço urbano que as formações antigas adquiriram sua identidade conceitual. A noção de patrimônio urbano histórico constitui-se na contramão do processo de urbanização dominante. Ela é o resultado de uma dialética da história e da historicidade que se processa entre três figuras (ou abordagens) sucessivas da cidade antiga. Chamarei essas figuras respectivamente de *memorial*, *histórica* e *historial* (CHOAY, 2001, p. 180).

A figura memorial de que trata Choay, estaria personificada em John Ruskin. Em 1890, Ruskin apontava para as intervenções que incidiam sobre a malha urbana das cidades antigas, destruindo a sua essência, o que para ele deveria ser protegido como objeto patrimonial. Defendia que a conservação do patrimônio cultural não deveria limitar-se à tutela dos monumentos arquitetônicos, mas se estender à paisagem e ao território transformado pelo homem. Para ele a arquitetura doméstica, com a continuidade das habitações modestas, somadas aos grandes edifícios religiosos e civis, seriam os responsáveis por definir conjuntos urbanos específicos, dotados de valores que os constituíam em verdadeiros monumentos históricos (RUFINONI, 2009; CHOAY, 2001).

A segunda figura, a histórica, encontra sua expressão na obra do arquiteto e historiador austríaco Camilo Sitte (1843-1903). A cidade pré-industrial é vista como um objeto que pertence ao passado e o processo de transformação urbana por que passa a cidade contemporânea é entendido positivamente, porém a cidade antiga, ao se tornar obsoleta, não deixa de ter um reconhecimento e ser constituída em uma

figura histórica. Choay aponta que esta visão seria totalmente contrária à visão de Ruskin e à de Haussmann. Sitte, no entanto, atribui à cidade contemporânea a feitura, a carência de qualidade estética. Toma consciência das transformações técnicas, econômicas e sociais operadas pela sociedade industrial e os reflexos acarretados ao espaço urbano advindas de tais transformações.

Em seu livro *Der Städtebau nach seinen künstlerischen Grundsätzen, 1889*, traça uma análise das disposições espaciais que configuram as belezas das cidades antigas, a partir de diversas plantas de seus centros antigos feitas por ele mesmo; descreve e explica as belezas das configurações dos seus espaços das cidades antigas e que os lugares contemporâneos já não ofereciam.

Rufinoni destaca entre os estudiosos da estética urbana, Charles Buls (1837-1914), que a partir dos estudos de Camilo Sitte, contribuiu para a captura das qualidades compositivas dos conjuntos urbanos históricos e de seus atributos estéticos. Buls era a favor da manutenção de uma inteireza compositiva dos conjuntos históricos, e contra a prática de isolamento dos monumentos em busca de uma ampla visualização; preconizava que as dimensões monumentais de uma catedral com sua característica grandiosidade, dependia da composição de escala e harmonia que mantinha com as edificações ao redor (RUFINONI, 2009). Neste contexto, destaca também o historiador de arte austríaco Max Dvorák (1874 - 1921) e seu estudo “Catecismo para a tutela dos monumentos” (1916), em que para explicar o que seria a tutela dos monumentos traz como primeiro argumento o contexto urbano e a apreciação dos tecidos urbanos medievais, destacando os aspectos das vistas e perspectivas geradas pelo agrupamento das construções, ressaltando a importância de todos os estilos e momentos construtivos, e da conservação de todos os estratos das obras, seu ambiente e a paisagem:

A sensibilidade com que se volta ao organismo urbano e às experiências da urbanística moderna sugere que Dvorák tenha travado contato com os estudos contemporâneos sobre estética urbana, notadamente as contribuições de Camilo Sitte e de Charles Buls [...] Dvorák é um dos primeiros estudiosos sobre a conservação dos monumentos a propor de forma tão contundente a necessária aproximação entre conservação e urbanismo, princípio chave da chamada conservação integrada. Apesar de não aprofundar aspectos normativos ou operativos nesse sentido, suas considerações apontam para uma discussão que prosseguirá, com períodos de menor ou maior atenção, durante todo o século XX. E, que ousamos desafiar, mesmo após a década de 1970, com a Declaração de Amsterdã e seus desdobramentos teóricos e práticos, ainda permanece em aberto (RUFINONI, 2009, p.64).

Se de um lado, Camilo Sitte impulsionava uma valorização dos tecidos antigos evidenciando especificidades estéticas do conjunto urbano, extrapolando o monumento e seu entorno imediato, por outro lado despontavam os princípios do urbanismo moderno e seus teóricos como Tony Garnier, Walter Gropius, Le Corbusier etc. Tais princípios culminaram na Carta de Atenas do CIAM em 1933. A partir daí as discussões sobre o patrimônio urbano continuaram a se desenvolver mais no campo da preservação dos monumentos do que no urbanismo, disciplina que concretamente trata sobre a cidade (RUFINONI, 2009).

Outro personagem interessante para nossa análise é Patrick Geddes (1854-1932), que em seu livro “Cities in Evolution” (1915) argumenta como a preservação urbana sustenta o desenvolvimento urbano. Geddes visava integrar os objetivos da preservação urbana com os do desenvolvimento econômico e social. Propunha para tanto, uma metodologia de pesquisa que objetivava encontrar o caráter essencial de uma cidade histórica, pois isso condicionaria tanto o seu ambiente quanto sua

ocupação. Dessa maneira, Geddes introduz métodos de levantamento de assentamentos urbanos e de seus habitantes em relação ao patrimônio, o que se configura, de acordo com Veldpaus, com o início de um processo de planejamento baseado em evidências, levando a um modelo alicerçado na observação para diagnóstico e planejamento:

Antes que qualquer demolição pudesse ocorrer, Geddes insistia em um levantamento detalhado das alternativas passadas, presentes e futuras - muito semelhante ao que hoje é chamado de ‘avaliação de significância cultural’ ou ‘avaliação de impacto do patrimônio’, portanto, embora essas palavras possam ser novas, a prática certamente não é (VELDPAUS, 2015, p.40, tradução livre)⁷

A integração entre preservação e desenvolvimento social e econômico, a relação balanceada entre o ambiente urbano e o natural, entre as necessidades atuais e das futuras gerações e a herança do passado, são premissas que aproximam a teoria de Geddes às proposições elaboradas pela UNESCO na Recomendação da Paisagem Urbana Histórica (2011), talvez tendo aquelas servido de inspiração para esta Recomendação (VELDPAUS, 2015), como veremos nos próximos tópicos deste capítulo.

Voltando à Choay e à sua terceira figura, essa definida como a síntese e a superação das duas outras, e como a base para os questionamentos atuais. A figura histórica, aparece na obra teórica e prática de Gustavo Giovannoni (1873-1943): “que atribui simultaneamente um valor de uso e um valor museal aos conjuntos urbanos antigos, integrando-os numa concepção geral da organização do território” (CHOAY, 2001,

7. No original: “Before any demolition could take place, Geddes insisted on a detailed survey of past, present and future alternatives - very similar to what is nowadays called ‘cultural significance assessment’ or ‘heritage impact assessment’, so even though these words might be new, the practice are surely not.

p.194). As teorias de Giovannoni avançaram muito na compreensão dos tecidos urbanos como patrimônio. Partindo do entendimento de que uma cidade histórica é em si um monumento, mas também um organismo vivo, Giovannoni é considerado o primeiro autor a nomear o “patrimônio urbano”. Em cima deste postulado, Giovannoni funda uma doutrina de conservação e restauração do patrimônio urbano, que de acordo com Choay, antecipa as diversas políticas de preservação desenvolvidas na Europa no século XX. Esta pode-se resumir em três grandes princípios: “Todo fragmento urbano antigo deve ser integrado num plano diretor (*piano regolatore*) local, regional e territorial, que simboliza sua relação com a vida presente.” (CHOAY, 2001, p.201). Dessa forma o sítio urbano histórico teria seu valor de uso legitimado: “Em seguida, o conceito de monumento histórico não poderia designar um edifício isolado, separado do contexto das construções no qual se insere.” (CHOAY, 2001, p.201). Giovannoni defendia a ideia de que isolar ou “destacar” o monumento de seu entorno seria como mutilá-lo, sendo essa relação, do monumento com o seu entorno, tida como essencial:

Finalmente, preenchidas essas primeiras condições, os conjuntos urbanos antigos requerem procedimentos de preservação e de restauração análogos aos que foram definidos por Boito para os monumentos. Transpostos para as dimensões do fragmento ou do núcleo urbano, eles têm por objetivo essencial respeitar sua escala e sua morfologia, preservar as relações originais que neles ligaram unidades parcelares e vias de trânsito. (CHOAY, 2001, p.201)

Giovannoni, além de arquiteto e restaurador – discípulo de Camillo Boito (1836 -1914) -, realizou estudos complementares em história da arte e engenharia sanitária. Uma de suas técnicas de intervenção se configurava em adaptações limitadas conhecidas como *diradamento edilizio*, “desadensamento construtivo”, que consistia na abertura

de espaços pela supressão de obstáculos visuais, e em demolições controladas, sem prejuízo do patrimônio urbano, com o intuito de abrir novas visuais, melhorando também o saneamento, a iluminação e a ventilação, conciliando a desobstrução da circulação local, a conservação do aspecto artístico e o atendimento de necessidades higiênicas (RUFINONI, 2009, P.85). Giovannoni classificava o desadensamento como uma técnica de “restauro de liberação”, e procurava sempre alertar para o perigo de se avançar em demasia nas demolições, o que ele caracterizava por uma “obsessão do isolamento” (2009, p.87).

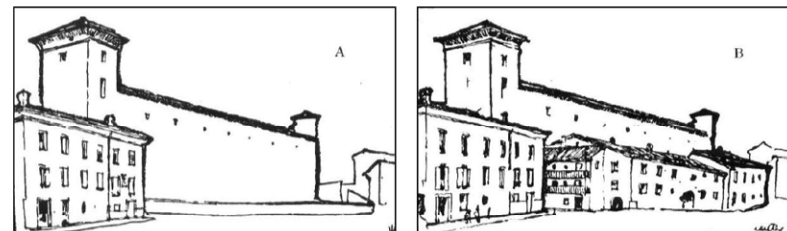


Figura 2: Ilustração utilizada por Giovannoni em “Vecchie Città ed Edilizia Nuova”. Na imagem A vê-se a proposta de isolamento do edifício, e na B a situação original, chamando atenção para as diferentes escalas dos edifícios que configuram uma paisagem particular. Fonte: RUFINONI, 2009.

Essa ampla formação foi fundamental para uma aproximação das teorias do restauro e do urbanismo com relação à valorização dos conjuntos urbanos antigos (RUFINONI, 2009). Sua vasta produção teórica e prática permitiu que participasse da redação da primeira lei italiana voltada à proteção “das belezas naturais” e “panorâmicas” (1922) (CABRAL, 2013; RUFINONI, 2009). Giovannoni foi também convidado a participar da elaboração da nova lei da tutela das “belezas naturais” (1939). De acordo com o documento, seriam quatro tipos de objetos de tutela:

1. as coisas imóveis que possuem consideráveis características de beleza natural ou de singularidade geológica;
2. as *villas*, os jardins e os parques que, não contemplados pelas leis para a tutela das coisas de interesse artístico e histórico, se distinguem pela sua não comum beleza;
3. os complexos de coisas imóveis que compõem um característico aspecto com valor estético e tradicional;
4. as belezas panorâmicas consideradas como quadros naturais e assim também aqueles pontos de vista ou de belvedere, acessíveis ao público, dos quais se goza o espetáculo daquelas belezas (CABRAL, 2013, p.98).

Com essa nova proposta, o que Giovannoni entendia como “o ambiente tradicional dos lugares” foi abarcado pela nova lei, mesmo tendo sido retirado o termo ambiente do texto. O que seria relevante nesses complexos seria sua dimensão visual, panoramas e vistas de grandes cidades e vilarejos, representativos do trabalho humano no tempo: “o que permite considerá-los como tendo valor ‘Paisagístico’ tanto de ‘beleza’ como de ‘tradição’” (CABRAL, 2013, p.99). O aspecto “paisagístico” foi o eixo de atuação dessa Lei de 1939, no que se refere às cidades históricas:

[...] Giovannoni explica os instrumentos utilizados na tutela do “panorama visual” e do “panorama-quadro”. Para o primeiro, seria apenas necessário definir “faixas de visuais”, entre as quais a vista deveria ser protegida. Isso significava definir “raios” tanto no sentido azimutal como naquele zenital, e não permitir que surgissem construções nesse intervalo de cone visual. Para o segundo tipo de panorama, o “panorama-quadro”, o instrumento adequado seria o do Plano Diretor Territorial Paisagístico (*piano regolatore territoriale paesistico*) (CABRAL, 2013, p.105).

As teorias de Giovannoni contribuíram para os debates internacionais, como no *XII Congresso Internacional e dos Planos Diretores* e na *Conferência Internacional sobre Conservação e Restauração dos Monumentos Históricos*, que resultou na publicação da Carta de Restauro de Atenas (1931) e na Carta de Restauro Italiana (1932).

Na conferência de Atenas, quanto aos temas relacionados aos conjuntos urbanos antigos, foram abordadas questões referentes a correlação entre monumentos maiores e menores, a dependência entre os monumentos e seus entornos, o patrimônio urbano, a integração entre a preservação do patrimônio e o urbanismo, buscando a conservação de grandes áreas urbanas de interesse patrimonial. Tais observações: “antecedem em décadas os debates [...] que seriam encapados pela chamada conservação integrada, temática que constituiria o cerne da *Declaração de Amsterdã*”. (RUFINONI, 2009, p.92.) No entanto, apesar das discussões sobre áreas envoltórias permearam os debates desde fins do século XIX, em sua redação final a Carta de Restauro de Atenas ainda manteve o entendimento da ideia de entorno, concebida como uma “moldura” de uma arquitetura maior, como veremos no próximo item de nosso estudo.

O entendimento do que vem a ser preservação do patrimônio cultural passou por alterações ao longo dos séculos XIX e XX. Partindo de uma abordagem voltada para aspectos tangíveis e estéticos dos bens – monumentos, fachadas, estruturas, estilos, conjuntos de edificações -, tornava-se difícil englobar aspectos intangíveis, sociais ou de grande escala na preservação. Essa sempre esteve atrelada à noção de proteção, a manter edifícios históricos e monumentos, se colocando desta forma no sentido oposto à noção de desenvolvimento (VELDPAUS, 2015).

Conforme vimos, as áreas envoltórias dos monumentos, o contexto em que estavam inseridos, permeiam as discussões já em fins do século XIX e início do século XX com

as novas teorias que procuravam abarcar o patrimônio urbano. Durante a Conferência de Atenas em 1931, foram realizadas discussões com estudiosos da conservação e preservação de várias origens onde se procurou formular princípios gerais de atuação no nível internacional. Giovannoni trouxe à discussão questões referentes ao tratamento de áreas urbanas, procurando demonstrar a importância de se preservar os conjuntos antigos, além das relações do monumento e seu entorno.

De acordo com Cabral, inúmeros autores se dedicaram a estudar a centralidade do conceito de “ambiente” no pensamento giovannoniano, encontrando-se um certo consenso na definição de duas escalas, uma de entorno mais direto ao monumento, e uma mais ampla que abarca um agrupamento urbano: “Parece também haver certo consenso sobre as imbricadas relações entre os campos que hoje denominamos da conservação e do urbanismo, no tratamento que Giovannoni confere ao tema” (CABRAL, 2013, p.39).

Apesar das discussões estarem presentes, no texto final que resultou das conclusões discutidas no evento, na Carta de Restauro de Atenas prevaleceu ainda a ideia de entorno concebida como uma “moldura” de uma arquitetura maior, não alcançando todas as questões debatidas na Conferência:

A conferência recomenda respeitar, na construção dos edifícios, o caráter e a fisionomia das cidades, sobretudo na vizinhança dos monumentos antigos, cuja proximidade deve ser objeto de cuidados especiais. Em certos conjuntos, algumas perspectivas particularmente pitorescas devem ser preservadas (CURY, 2004, p.14).

Cabral pontua ainda que a tradução do termo em francês (língua oficial do Congresso de Atenas, 1931), de um dos tópicos da Carta de Atenas, “l’entourage”, que na versão

italiana fora traduzido como “ambiente”, na versão brasileira fora traduzido como “proximidade”, reduzindo bastante a amplitude do conceito.

No período pós-segunda guerra mundial houve uma expansão da definição de patrimônio histórico com relação à malha urbana antiga considerada como “artefatos dotados de especificidades próprias” (RUFINONI, 2009, p.95). Porém, predominava ainda a noção de ambiente concebida como moldura e se consolidavam os princípios do movimento moderno na arquitetura, discutidos nos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna, os CIAM.

Escrita após o 4º Congresso, a Carta de Atenas de 1933, sintetiza os preceitos do movimento moderno, como um documento doutrinário, bastante influenciado pelas ideias de Le Corbusier. Apesar de o documento trazer a preocupação na preservação dos valores arquitetônicos, representados por edifícios isolados ou conjuntos urbanos, sugere que nem tudo teria “direito à perenidade” e que escolhas “sábias” deveriam ser feitas:

Nos casos em que se esteja diante de construções repetidas em numerosos exemplares, algumas serão conservadas a título de documentário, as outras demolidas; em outros casos poderá ser isolada a única parte que constitua uma lembrança ou um valor real; o resto será modificado de maneira útil. [...] É possível, que em certos casos, a demolição de casas insalubres e de cortiços ao redor de algum monumento de valor histórico destrua uma ambiência secular. É uma coisa lamentável, mas inevitável. Aproveitar-se-á a situação para introduzir superfícies verdes. Os vestígios do passado mergulharão em uma ambiência nova, inesperada talvez, mas certamente tolerável, e da qual, em todo caso, os bairros vizinhos se beneficiarão amplamente (CURY, 2004, p.)

Tais proposições evidenciam a prática do isolamento dos monumentos, demonstrando uma preservação subordinada à orientação urbanística pregada pelo movimento moderno que previa soluções para a salubridade, a circulação e as áreas verdes (RUFINONI, 2009).

No segundo pós-guerra na Europa com a devastação de grandes áreas urbanas, os debates passaram a girar em torno da preservação de áreas urbanas históricas, das obras modestas e da noção de significância cultural. Foi um período de intensos debates e reformulações teóricas, de avanços e retrocessos. Para a recomposição de monumentos arruinados, alguns arquitetos recorreram às práticas do restauro estilístico: “retrocedendo em décadas o percurso investigativo e teórico adquirido e evidenciando certa tendência a conceber o restauro de modo autônomo em relação a produção arquitetônica” (RUFINONI, 2009, p.105). Por outro lado:

a busca por soluções de restauro que atentassem para a composição estética das obras fortaleceria o debate sobre a necessária relação antigo-novo e impulsionaria a integração do trinômio ‘restauro – arquitetura – urbanismo’, campos disciplinares que, apesar dos avanços teóricos precedentes, ainda insistiam em atuar como matérias isoladas (RUFINONI, 2009, p.104).

Em 1945 a Organização das Nações Unidas (ONU) fundou a UNESCO e para seu auxílio na implantação das políticas do Patrimônio Cultural foram criadas duas outras organizações: o Centro Internacional para o Estudo, Preservação e Restauração do Patrimônio mundial (ICCROM) em 1959, e o ICOMOS, em 1964: “Tais organizações deram um passo fundamental na instituição de uma rede internacional voltada para a reflexão acerca das questões referentes ao entendimento de patrimônio cultural e das formas de conservação e salvaguarda” (LIRA, 2009, p.24).

A década de 1960 foi marcada pela continuidade das discussões e revisões de práticas sobre a preservação do patrimônio cultural. A partir destes debates a noção de uma abordagem integral e holística em relação ao patrimônio e ao desenvolvimento urbano, começou a ser delineada, e desde então, tem sido destacada nos documentos de política cultural internacional relacionados ao patrimônio (VELDPAUS, 2015).

1.3 ANÁLISE DOS PRINCIPAIS DOCUMENTOS INTERNACIONAIS QUE TRATAM SOBRE PAISAGEM E ENTORNO

O primeiro documento internacional que considera o contexto em que estão inseridos os centros históricos foi a “Recomendação relativa à salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e sítios”, publicada pela UNESCO em 1962, que estabelecia diretrizes para a salvaguarda das paisagens naturais⁸ e das paisagens e sítios formados pela ação do homem, em especial sítios urbanos, ameaçados pela urbanização acelerada e pela especulação imobiliária. Nessa Recomendação não há uma definição de paisagem, mas entende-se por salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e sítios: “a preservação e, quando possível, a restituição do aspecto das paisagens e sítios, naturais, rurais ou urbanos, devido à natureza ou à obra do homem, que apresentam um interesse cultural ou estético, ou que constituam meios naturais característicos” (CURY, 2004, p.83).

O tema do entorno aparece no documento, no qual são propostas medidas como proteção especial às proximidades do monumento; construção de novos edifícios

8. Anterior a esse documento há a Convenção de Washington de 1940 para a proteção da flora, da fauna e das belezas panorâmicas naturais dos países da América, que estabelecia em seu preâmbulo o objetivo de preservar a paisagem de beleza rara: “Embora a paisagem fosse uma das preocupações centrais dessa convenção, ela estava baseada ainda na ideia de paisagem relacionada quase que estritamente à natureza e ao conceito de paisagem como belo” (RIBEIRO, 2007, p. 39).

em harmonia com a ambiência; proteção legal aos imóveis e áreas que circundam o monumento e na proibição de publicidade nos monumentos e nas imediações:

A salvaguarda não deveria limitar-se às paisagens e aos sítios naturais, mas estender-se também às paisagens e sítios cuja formação se deve, no todo ou em parte, à obra do homem [...] tais como as paisagens e sítios urbanos, que são, geralmente, os mais ameaçados, especialmente pelas obras de construção e pela especulação imobiliária. Uma proteção especial deveria ser assegurada às proximidades dos monumentos (CURY, 2004, p.83).

A Recomendação define que as paisagens extensas deveriam ser objeto de proteção legal por zonas e estende as medidas de proteção para ações educativas que deveriam ser empreendidas dentro e fora das escolas: “para despertar e desenvolver o respeito do público pelas paisagens e sítios e para tornar mais conhecidas as normas editadas para garantir sua salvaguarda” (CURY, 2004, p.89).

A “Recomendação Referente à Conservação dos Bens Culturais Ameaçados por Obras Públicas ou Privadas” (1968) dispõe que a expressão “bens culturais se estende também ao entorno desses bens” (CURY, 2004, p. 126). Nessa recomendação foi previsto que conjuntos tradicionais e bairros históricos deveriam ser registrados como zonas protegidas com uma regulamentação adequada para preservação do entorno. A recomendação traz medidas de preservação e salvamento e apresenta a noção de ambiência, descrita como *caráter*, também aplicada ao entorno:

[...] os bairros históricos dos centros urbanos ou rurais e os conjuntos tradicionais deveriam estar registrados como zonas protegidas e uma regulamentação adequada para preservar

o entorno e seu **caráter** deveria ser adotada, permitindo, por exemplo, determinar e decidir em que medida poderiam ser reformados os edifícios de importância histórica ou artística e a natureza e o estilo das novas construções. [...] Os arredores e o entorno de um monumento ou de um sítio protegido por lei deveriam também ser objeto de disposições análogas, para que seja preservado o conjunto de que fazem parte e seu **caráter** (CURY, 2004, p.133, grifo nosso).

Em 1964 foi realizado o II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, onde os debates centraram-se em revisões críticas impulsionadas pelo segundo pós-guerra, aprofundando em discussões teóricas diante a expansão gradativa da representatividade do patrimônio cultural, o que demandava cada vez mais uma integração com campos disciplinares distintos. Entre as discussões que foram debatidas no Congresso estão a tutela de centros históricos, a inserção do novo no espaço antigo, a intervenção atual e a relação com o preexistente, a reafirmação das diferenças entre conservação e restauração e a preservação dos ambientes e paisagens em transformação (RUFINONI, 2009).

A “Carta de Veneza”, publicada a partir do Congresso, reuniu em síntese as discussões que vinham sendo delineadas desde a década de 1940. Esta Carta passou a ser o principal referencial teórico, tendo grande importância até os dias atuais. Na Carta está descrita a ampliação do entendimento de patrimônio cultural, extrapolando a noção de monumento histórico, aos sítios urbanos e rurais que tenham adquirido uma significação cultural ao longo do tempo. Postula também, que a conservação e a restauração são disciplinas que necessitam da colaboração de outras ciências e técnicas, descrevendo uma participação integrada, multidisciplinar para o estudo e a preservação do patrimônio.

Aspectos sociológicos também foram debatidos durante o Congresso. Hubert Fernand Joway, sugeria que os bairros antigos deveriam ser preservados, principalmente, por seu papel na dinâmica social da cidade. Defendia que a transformação de centros históricos em museus voltados ao turismo seria pior do que sua demolição, pois retiraria deles a participação de suas funções originais na dinâmica urbana contemporânea (RUFINONI, 2009).

A partir da publicação da Carta de Veneza diversos outros documentos foram publicados para aprofundamento de tópicos específicos da Carta. Temas como a valorização de conjuntos históricos e paisagens urbanas foram aprofundados posteriormente a partir deste documento⁹.

Em 1972, a Conferência Geral da UNESCO, em Paris, se debruçou sobre os temas abordados na Recomendação de 1962, e considerou como patrimônio cultural os monumentos, os conjuntos e os sítios que tenham adquirido significado cultural:

9. Nas Normas de Quito (1967) é trazida a ideia de que o espaço é inseparável do conceito de monumento, portanto a proteção poderia e deveria se estender ao contexto urbano “ao ambiente natural que o emoldura e aos bens culturais que encerra” (CURY, 2004, p.106). O documento reflete sobre a necessidade de conciliação entre as exigências do progresso urbano com a salvaguarda dos valores ambientais:

É preciso destacar que, em alguma medida, a área de implantação de uma construção de especial interesse torna-se comprometida por causa da vizinhança imediata ao monumento, o que equivale a dizer que, de certa maneira, passará a ser parte dele quando for valorizado. As normas protecionistas e os planos de revalorização têm que estender-se, portanto, a todo o âmbito do monumento (CURY, 2004, p.111)

Conclui que a valorização de um monumento se reflete sobre o perímetro urbano em que está inserido, transbordando para zonas mais distantes e propõe a criação de zonas especiais para a proteção do espaço urbano ocupado por núcleos ou conjuntos monumentais e de interesse ambiental no tópico relativo às Medidas Legais, item 3:

a) zona de proteção rigorosa, que corresponderá à de maior densidade monumental ou de ambiente; b) zona de proteção ou respeito, com maior tolerância; c) zona de proteção da paisagem urbana, a fim de procurar integrá-la com a natureza circundante (CURY, 2004, p. 120)

Monumentos: obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de caráter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; *conjuntos*: grupos de construções isoladas ou reunidas que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem tem valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; *sítios*: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, incluindo os sítios arqueológicos, de valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico (CURY, 2004, p.178).

A Recomendação trouxe também a definição de patrimônio natural considerado como:

Art.2º São considerados patrimônio natural:

Os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;

As formações geológicas e fisiológicas e as zonas nitidamente delimitadas que constituam o habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas e que tenham valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação;

Os sítios naturais ou as zonas naturais estritamente delimitadas, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, da conservação ou da beleza natural (CURY, 2004, p.178).

Ribeiro aponta para um antagonismo entre as categorias de patrimônio cultural e natural, refletindo a ideia de que para os conservacionistas da natureza: “quanto menos interferência humana houvesse numa área, melhor ela seria qualificada” (2007, p.38). Assim como, para os conservadores do patrimônio cultural os monumentos

eram vistos como fenômenos isolados. Portanto, à época da Convenção havia dois movimentos separados, um que se preocupava com os bens culturais e o outro que lutava pela preservação da natureza (RIBEIRO, 2007).

A partir da preocupação com as transformações aceleradas, foi previsto para além da classificação do bem como patrimônio mundial, também a promoção de sua salvaguarda, sendo utilizados para isto outros instrumentos como auxílios técnicos e financeiros e a realização de monitoramentos periódicos dos bens inscritos na lista (LIRA, 2009; RUFINONI, 2009).

Os instrumentos estabelecidos pela Convenção do Patrimônio Mundial foram sistematizados na forma de procedimentos operacionais e publicados no documento chamado “Diretrizes operacionais para a implantação da Convenção do Patrimônio Mundial” (*Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention*). Essas diretrizes são periodicamente revisadas para atualização de conceitos, metodologias e procedimentos. A primeira versão das Diretrizes Operacionais da UNESCO foi publicada em 1977. No total foram publicadas pela UNESCO 26 (vinte e seis) revisões das Diretrizes Operacionais, sendo a última do ano de 2021.

O primeiro relatório contendo as Diretrizes Operacionais para implantação da Convenção do Patrimônio Mundial foi publicado em 1977 na cidade de Paris, sendo um relatório bastante resumido (apenas 13 páginas) se comparado aos subsequentes. O documento define a zona de amortecimento¹⁰ como sendo “o ambiente natural ou feito pelo homem que influencia o estado físico do bem ou a forma como o bem é percebido” (UNESCO,

10. Neste documento adotamos para a tradução de Buffer Zone o termo zona de amortecimento, porém é comum encontrar também a tradução como zona tampão em documentos da UNESCO.

1977, tradução livre)¹¹. A menção a respeito de áreas envoltórias encontra-se no último item do relatório, como uma recomendação: “IV – Recomendações para o Estado Parte”, na qual o artigo 26 declara:

a) Uma definição precisa da área do bem, incluindo uma subzona de proteção quando necessário;

b) Uma indicação da zona de amortecimento em volta da área de proteção [...] (UNESCO, 1977, tradução livre)¹².

Percebe-se que no texto do relatório há uma subzona de proteção quando necessário. Ao redor dessa subzona de proteção teríamos a zona de amortecimento funcionando como uma área de influência no estado físico ou na maneira como o bem é percebido, devendo por isso ser adequadamente protegida.

A versão publicada em janeiro de 1984 das diretrizes operacionais já traz um relatório mais encorpado (30 páginas) e as indicações a respeito das áreas envoltórias aparecem no primeiro item: “I. Estabelecimento da Lista do Patrimônio Mundial”, tópico “B. Indicações para o Estado Parte a respeito das nomeações para a lista”. O documento estabelece que sempre que necessário para a conservação adequada de um bem cultural ou natural nomeado, deve ser prevista uma zona de amortecimento (*Buffer Zone*) adequada em torno do bem, devendo assegurar a devida proteção. O conceito de zona de amortecimento é assim estabelecido: “uma área circundante a um bem

11. No original: i.e., the natural or man-made surroundings that influence the physical state of the property or the way in the property is perceived.

12. No original: a) a precise definition of the surface area of the property itself, including the sub-surface area where necessary; b) an indication of the buffer zone around the property itself [...]

que tem uma influência essencial no estado físico do bem e/ou na forma como o bem é percebido” (UNESCO, 1984, tradução livre)¹³.

O artigo 14 concentra-se especificamente sobre a zona de amortecimento (*Buffer Zone*), não mais fazendo referência a uma subzona de proteção, porém com acréscimo de uma especificação a respeito dos detalhes de tamanho e características da zona de amortecimento, assim como de um mapa indicando os limites, que deveriam ser providenciados no dossiê de candidatura do bem em questão (UNESCO, 1984).

No tópico “G. Formato e conteúdo dos dossiês” é indicada a utilização de um mapa com a localização da área protegida e a área imediatamente ao redor, natural ou construída; um mapa com a indicação do perímetro da área de proteção e um mapa indicando zonas de diferentes graus de proteção que possam existir dentro da área de proteção e fora do perímetro de proteção. As Diretrizes ainda demonstram um entendimento de *Buffer Zone* como uma área de influência sobre o Bem, sem especificar mais detalhadamente que tipo de influência está se tratando.

Os Estados - partes presentes na convenção do patrimônio mundial também deveriam:

a) adotar uma política geral que vise a dar ao patrimônio cultural e natural uma função na vida da coletividade e a integrar a proteção desse patrimônio nos programas de planejamento geral;

b) instituir em seu território, se ainda não existirem, um ou mais serviços de proteção, conservação e valorização do patrimônio cultural e natural [...];

13. No original: “A buffer zone can be defined as an area surrounding the property and/or on the way in which has an essential influence on the physical state of the property and/or on the way in which the property is perceived [...]”

c) desenvolver os estudos e as pesquisas científicas e técnicas e aperfeiçoar os métodos de intervenção que permitam a um Estado enfrentar os perigos que ameaçam seu patrimônio cultural ou natural;

d) adotar as medidas jurídicas, científicas, técnicas, administrativas e financeiras adequadas para a identificação, proteção, conservação, valorização e reabilitação desse patrimônio; e

e) favorecer a criação ou o desenvolvimento de centros nacionais ou regionais de formação no campo da proteção, conservação e valorização do patrimônio cultural e natural e estimular a pesquisa científica nesse campo (CURY, 2004, p.180).

O dossiê de candidatura de Brasília foi finalizado em dezembro de 1986, porém em janeiro de 1987 uma nova versão do Guia Operacional foi publicada trazendo alguns complementos ao tópico “C. Critérios para a inclusão de bens culturais na lista do Patrimônio Mundial”. O relatório menciona que no caso de cidades habitadas (em contraponto a cidades não habitadas, como ruínas), as dificuldades de se manter a autenticidade do sítio são inúmeras, pela fragilidade do tecido urbano e a velocidade com que seus entornos vão sendo urbanizados e menciona ainda a dificuldade em avaliar a qualidade de novas cidades do século XX: “A história sozinha irá dizer qual delas serve melhor como um exemplo de cidade contemporânea planejada” (UNESCO, 1987, p.8). Essa frase aparece já antevendo a classificação de Brasília que iria ocorrer no final do mesmo ano.

A última revisão das Diretrizes Operacionais foi publicada em 2021, mantendo o caráter operacional de suas diretrizes. De acordo com a publicação, para uma proteção eficaz dos bens, a definição de limites é uma condição essencial. Estes limites visam a integração dos atributos que expressam o Valor Universal Excepcional e a garantia

da Integridade e Autenticidade do bem. Consideram que sempre que seja necessário, para assegurar a devida proteção do bem, deve ser providenciada uma zona de amortecimento ou zona de amortecimento adequada. Orientam que a área destinada à zona de amortecimento deve ser definida caso a caso, utilizando mecanismos apropriados. Devem ser incluídas na proposta um mapa com as delimitações da zona e uma explicação de como essa protege o bem:

Destinada a proteger eficazmente o bem proposto para inscrição, uma zona de amortecimento é uma área circundante do bem proposto para inscrição, cujo uso e exploração estão sujeitos a restrições jurídicas e/ou consuetudinárias, de forma a reforçar a proteção do bem em causa. Deve incluir a envolvente imediata do bem proposto para inscrição, as perspectivas visuais importantes e outras áreas ou atributos que desempenhem um papel funcional importante no apoio dado ao bem e à sua proteção (UNESCO, 2021, p. 36)¹⁴

Com a ampliação do conceito de patrimônio cultural, temas como a inserção da preservação de conjuntos urbanos entre os itens a serem abordados pelos instrumentos de planejamento urbano, passaram a ser pauta durante o Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu, ocorrido em 1975, que resultou na publicação da Declaração de Amsterdã¹⁵ (1975). Esta declaração indicava uma série de diretrizes para a abordagem

14. As diretrizes dos documentos internacionais representam uma síntese dos debates das últimas décadas e são publicados à medida que os princípios e os valores vão sendo amadurecidos, conformando uma base conceitual com os quais os novos dilemas e paradigmas procuram dialogar (RUFINONI, 2009).

15. De acordo com a Declaração de Amsterdã: “b) Esse patrimônio compreende não somente as construções isoladas de um valor excepcional e seu entorno, mas também os conjuntos, bairros de cidades e aldeias que apresentem um interesse histórico ou cultural. [...] d) A conservação do patrimônio arquitetônico deve ser considerada não apenas como um problema marginal, mas como objetivo maior do planejamento das áreas urbanas e do planejamento físico-territorial (CURY, 2004, p.200).

do tema como a participação de diferentes esferas do poder público; a colaboração de equipes multidisciplinares e a conscientização das comunidades envolvidas:

[...] a reabilitação dos bairros antigos deve ser concebida e realizada, tanto quanto possível, sem modificações importantes da composição social dos habitantes e de uma maneira tal que todas as camadas da sociedade se beneficiem, de uma operação financiada por fundos públicos.

[...] Uma vez que a arquitetura de hoje é o patrimônio de amanhã, tudo deve ser feito para assegurar uma arquitetura contemporânea de alta qualidade (CURY, 2004, p.200-201).

Questões que vinham sendo delineadas ao longo de décadas em debates de especialistas apareciam nesse documento que cunhou o termo “conservação integrada”, abrindo caminho para uma maior abrangência de campos investigativos (RUFINONI, 2009).

Sempre com o intuito de aprofundar as discussões propostas, novos estudos a partir da década de 1970 foram sendo elaborados englobando conceitos inerentes à conservação integrada, como pesquisas para o estabelecimento de métodos de planejamento e gestão urbana e territorial, colaboração multidisciplinar e a participação das comunidades na preservação e salvaguarda do patrimônio.

Dentro da perspectiva da conservação integrada, os profissionais envolvidos na elaboração de planos urbanos devem estar munidos de qualificação apropriada, bem como de instrumentos adequados para a identificação das particularidades de cada área, com o reconhecimento dos valores culturais inerentes a cada uma delas. Os métodos propostos para a elaboração de planos urbanos integrados envolvem a identificação destas áreas por meio da elaboração de inventários das edificações,

a delimitação de perímetros de interesse de preservação, a revisão da legislação voltada à preservação e ao ordenamento urbano, além da criação de programas de conservação e a redistribuição orçamentária para a execução da preservação integrada, bem como “a criação de dispositivos específicos para viabilizar financiamentos e a aplicação de recursos, inclusive provenientes da iniciativa privada” (RUFINONI, 2009, p.149).

Em 1976, a Recomendação relativa à Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e sua função na vida contemporânea realizada durante a Conferência Geral da UNESCO, em Nairóbi, trouxe a seguinte definição do conceito de ambiência:

Entende-se por “ambiência” dos conjuntos históricos ou tradicionais, o quadro natural ou construído que influi na percepção estática ou dinâmica desses conjuntos, ou a eles se vincula de maneira imediata no espaço, ou por laços sociais, econômicos ou culturais (CURY, 2004, p.220)

Entende-se a partir desta recomendação, que a noção de ambiência está ainda vinculada ao espaço no qual o conjunto está situado e suas percepções, não necessariamente atribuída a seu entorno. A recomendação de Nairóbi alerta para o cuidado no controle de novas construções – inseridas no conjunto – para assegurar que estas se enquadrem harmoniosamente nas estruturas espaciais e na ambiência dos conjuntos históricos. Também chamou a atenção para a urbanização moderna que vinha promovendo um aumento na escala e densidade dos edifícios, causando uma perda da integridade visual tradicional do ambiente urbano (JOKIHLETTTO, 2007). Quando a recomendação trata do ambiente urbano e não mais da ambiência do conjunto, infere-se que aí sim, esteja tratando do entorno, pois alerta para o perigo “de que novos conjuntos destruam **indiretamente** a ambiência e o caráter dos conjuntos

históricos **adjacentes**” (CURY, 2004, P.221, grifo nosso). Nesse documento, a relação com o entorno está apontada quando alerta para que arquitetos e urbanistas se empenhem para que “a **visão** dos monumentos e conjuntos históricos, ou a **visão que a partir deles se obtém**, não se deteriore e para que esses conjuntos se integrem harmoniosamente na vida contemporânea” (CURY, 2004, p.221, grifo nosso).

Em 1986, ainda buscando complementar as discussões contidas na Carta de Veneza e na Declaração de Amsterdã, é publicada a Carta de Washington – Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas. Esta carta pontua que os valores a serem preservados são o caráter histórico da cidade e o conjunto de elementos materiais e espirituais que expressam sua imagem, dando enfoque às relações da cidade com seu entorno natural ou criado pelo homem. Tal qual a Recomendação de Nairóbi (1976), a Carta de Washington entende que a salvaguarda das cidades históricas são as medidas necessárias “à sua proteção, à sua conservação e restauração, bem como ao seu desenvolvimento coerente e a à sua adaptação harmoniosa à vida contemporânea” (CURY, 2004, p.282). A carta consolida a ideia de que a preservação de áreas urbanas deve estar integrada a planos de maior abrangência com a participação de equipes multidisciplinares e da população local, inserindo a preservação urbana dentre os objetivos das políticas de desenvolvimento econômico, social e urbano (RUFINONI, 2009):

Os valores a se preservar são o caráter histórico da cidade e o conjunto de elementos materiais e espirituais que expressam sua imagem, em particular:

- A) a forma urbana definida pelo traçado e pelo parcelamento;
- B) as relações entre os diversos espaços urbanos, espaços construídos, espaços abertos e espaços verdes;

C) a forma e o aspecto das edificações (interior e exterior), tais como são definidos por sua estrutura, volume, estilo, escala, materiais, cor e decoração;

D) **as relações da cidade com seu entorno natural ou criado pelo homem;**

E) as diversas vocações da cidade, adquiridas ao longo de sua história (CURY, 2004, p.283, grifo nosso).

A Carta de Washington traz uma inegável importância para a valorização da paisagem, mas ainda mantém a ideia de que: “a paisagem só tem valor a partir do momento em que ela dá sentido a um bem mais importante” (RIBEIRO, 2007, p.40).

A partir da década de 1980 as discussões do Comitê do Patrimônio Mundial começaram a buscar uma visão mais integradora entre o homem e a natureza, entre aspectos naturais e culturais¹⁶ (RIBEIRO, 2007). Em 1992 foi adotada a categoria de paisagem cultural pela UNESCO. Essa categoria adotou a paisagem como o bem em si, diferente do que vinha sendo postulado pelos documentos até então, representando uma ruptura com os modelos anteriores (RIBEIRO, 2007). No documento final, redigido a partir de um encontro ocorrido em outubro de 1992, as paisagens são consideradas como:

16. Em 1994 foi realizada a Conferência de Nara sobre autenticidade em relação a Convenção do Patrimônio Cultural. Esta Carta é importante pois define que a conservação do patrimônio cultural em suas diversas formas e períodos históricos é fundamentada nos valores atribuídos a esse patrimônio. A autenticidade é o principal fator de atribuição de valores:

Dependendo da natureza do patrimônio cultural, seu contexto cultural e sua evolução através do tempo, os julgamentos quanto a autenticidade deve estar relacionada à valorização de uma grande variedade de pesquisas e fontes de informação. Estas pesquisas e levantamentos devem incluir aspectos de forma e desenho, materiais e substâncias, uso e função, tradições e técnicas, localização e espaço, espírito e sentimento, e outros fatores internos e externos (CURY, 2004, p.322).

Ilustrativas da evolução da sociedade humana e seus assentamentos ao longo do tempo, sobre a influência de contingências físicas e/ou oportunidades apresentadas pelo ambiente natural, bem como pelas sucessivas forças social, econômica e cultural, que nelas interferem (RIBEIRO, 2007, p. 41).

Foram criadas três categorias diferentes de paisagens para serem inscritas como patrimônio as “Paisagens claramente definidas”; as “Paisagens evoluídas organicamente”, que por sua vez se dividem em “Paisagens relíquia ou fóssil” e “Paisagens contínua” e por último a “Paisagem cultural associativa”. De acordo com Ribeiro:

As “Paisagens claramente definidas” são aquelas desenhadas e criadas intencionalmente, na qual se encaixam jardins e parques construídos por razões estéticas [...]; a segunda categoria de “paisagem evoluída organicamente” resulta de um imperativo inicial social, econômico, administrativo e/ou religioso e desenvolveu sua forma atual através da associação com o seu meio natural e em resposta ao mesmo. Esse tipo de paisagem pode ainda ser subdividida em duas subcategorias: a paisagem relíquia ou fóssil, aquela cujo processo de construção terminou em algum tempo passado, mas cujos aspectos ainda são visíveis como vestígios materiais; e a paisagem contínua, como aquela que retém um ativo papel na sociedade contemporânea, profundamente associada com formas de vida tradicionais, e na qual processos evolutivos ainda estão em progressão, ao mesmo tempo em que exhibe significativa evidência material de seu evolução através do tempo [...] A terceira categoria é a da paisagem cultural associativa. Trata-se das paisagens que têm seu valor dado em função das associações que são feitas acerca delas, mesmo que não haja manifestação material da intervenção humana (RIBEIRO, 2007, p. 44).

Sobre a questão da paisagem podemos citar ainda a **Recomendação R (95), adotada pelo Comitê de Ministros do Conselho da Europa em 1995, que trata sobre a conservação integrada das áreas de paisagens culturais como integrantes das políticas paisagísticas. A Recomendação orienta a ação das políticas de conservação para áreas de paisagem cultural e entende a paisagem como:**

Expressão forma, dos numerosos relacionamentos existentes em determinado período entre o indivíduo ou uma sociedade e um território topograficamente definidos, cuja aparência é resultado de ação ou cuidados especiais, de fatores naturais e humanos e de uma combinação de ambos (CURY, 2004, p. 331).

A Recomendação diferencia paisagem e áreas de paisagem cultural:

Áreas de paisagem cultural – partes específicas, topograficamente delimitadas da paisagem, formadas por várias combinações de agenciamentos naturais e humanos, que ilustram a evolução da sociedade humana, seu estabelecimento e seu caráter através do tempo e espaço e quanto de valores reconhecidos têm adquirido social e culturalmente em diferentes níveis territoriais, graças à presença de remanescentes físicos que refletem o uso e as atividades desenvolvidas na terra no passado, experiências ou tradições particulares, ou representações em obras literárias ou artísticas, ou pelo fato de ali haverem ocorrido fatos históricos (CURY, 2004, p. 332).

Desse modo notamos que a paisagem cultural retém um caráter específico em relação à paisagem, mantendo também uma definição diferente da trazida pela geografia tradicional na qual a paisagem cultural é entendida como toda e qualquer paisagem alterada pelo homem:

Se para a antiga definição da geografia o qualificativo ‘cultural’ parece estar mais atrelado a uma ideia de cultural como trabalho do homem, no caso da Recomendação aqui analisada, esse qualificativo está mais atrelado à noção de bem cultural (RIBEIRO, 2007, p. 52).

A Convenção Europeia da Paisagem, aprovada em 2000, mantém uma escala de atuação territorial regional, se diferenciando bastante da categoria da UNESCO, que mantém uma escala mundial:

Além disso, uma diferença fundamental é que a convenção da Europa cobre todas as paisagens, até mesmo aquelas que não são de um valor excepcional único. Da mesma forma, seu objetivo principal não é desenhar uma lista de ativos de valor universal excepcional, mas o de introduzir regras de proteção, gerenciamento e planejamento para todas as paisagens baseadas num conjunto de regras, constituindo um elemento fundamental da gestão do território (RIBEIRO, 2007, p. 52).

Em 1999 foi adotada a Carta de Burra, desenvolvida pelo ICOMOS na Austrália que trata sobre a conservação de lugares de significância cultural. Esta carta se destacou entre os documentos pois apresenta além do contexto histórico: “o passo a passo para a identificação, registro, política, gestão e monitoramento da significância cultural dos bens patrimoniais” (HIDAKA, 2011, p. 37-38). Define que a conservação dos bens culturais faz parte da sua gestão e é uma responsabilidade social permanente (HIDAKA, 2011). A carta traz como a definição de significância cultural:

Significância cultural denota os valores estético, histórico, científico, social ou espiritual para as gerações passadas, presentes ou futuras. A Significância cultural é incorporada no próprio lugar,

no seu tecido, configuração, utilização, associações, significados, registros, lugares relacionados e objetos relacionados [...] o entendimento sobre significância cultural pode mudar como resultado de novas informações, [...] lugares podem ter uma gama de valores para indivíduos e grupos diferentes (HIDAKA, 2011, p.38).

A Carta de Burra defende que a significância cultural é inerente ou adquirida com o tempo pelos bens patrimoniais, no entanto, ressalta que essa significância pode ser alterada, como resultado de novas informações e descobertas com o passar do tempo e mediante as mudanças dos atores envolvidos com o sítio. A Carta coloca que pode haver uma diversidade de valores para diferentes indivíduos ou grupos e a priorização de algumas significâncias em detrimento de outras, destacando a relação entre os envolvidos e o bem cultural (HIDAKA, 2011). Esse documento é importante em nossa análise pois, a partir do reconhecimento da significância cultural do bem pode-se entender melhor de que maneira o contexto em que ele está inserido é capaz de ajudar na manutenção dessa significância, auxiliando também na definição dos valores do entorno, necessários à preservação do bem principal.

Em 2003 foi publicada a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial pela UNESCO. Nas disposições gerais o documento define como Patrimônio Cultural Imaterial:

[...] as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural (UNESCO, 2006, p.4)

O documento enfatiza que o patrimônio cultural imaterial é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do ambiente no qual está inserido, da interação com a natureza e com a sua história, o que permite a criação de sentimentos de identidade e continuidade.

Já em 2005 o ICOMOS publica a Declaração de Xi'An resultante do Simpósio Científico da Assembleia Geral, sobre os monumentos e os sítios no seu contexto – Conservar o patrimônio cultural nas cidades e paisagens em processo de mudança, ocorrido na cidade de Xi'An, na China. O documento define o entorno¹⁷ como o meio característico que forma parte ou contribui para o significado de uma edificação, sítio ou área de patrimônio cultural e ressalta que:

Além dos aspectos físicos e visuais, o entorno supõe uma interação com o ambiente natural; práticas sociais ou espirituais passadas ou presentes, costumes, conhecimentos tradicionais, usos ou atividades, e outros aspectos do patrimônio cultural intangível¹⁸ que criaram e formaram o espaço, assim como o

17. Em 2008 foi realizado um encontro de especialistas para tratar da questão das zonas de amortecimento, em Davos, na Suíça. O encontro resultou na publicação “World Heritage and Buffer Zones” (2008). Inúmeros estudos de caso trouxeram à discussão as dificuldades encontradas nos sítios naturais ou culturais do Patrimônio Mundial. Ao final do estudo, recomenda-se uma maior clareza sobre as relações entre as áreas de amortecimento e o patrimônio mundial e ressalta-se que as áreas de amortecimento funcionam como uma proteção adicional ao patrimônio mundial, seu valor universal excepcional e sua integridade:

As zonas de amortecimento são áreas claramente delineadas fora de um bem Patrimônio Mundial, e adjacentes aos seus limites, que contribuem para a proteção, gestão, integridade, autenticidade e sustentabilidade do valor universal excepcional do bem (UNESCO, 2008, p.190, tradução livre)

18. A relação entre patrimônio cultural tangível e intangível ganha uma definição em 2008 com a Declaração de Québec, e o conceito de *Spiritu loci*, o espírito do lugar, definindo-se pela relação entre os elementos físicos (edifícios, sítios, paisagens, rotas, objetos) e espirituais (memórias, narrativas, documentos escritos, rituais, festivais, conhecimento tradicional, valores, texturas, cores, odores etc.) que dão sentido e identidade ao lugar. A Declaração aponta também

contexto atual e dinâmico de natureza cultural, social e econômica (ICOMOS, 2005).

A Declaração enfatiza a necessidade de responder de forma adequada à transformação rápida ou gradual das “cidades, das paisagens e dos itinerários do patrimônio cultural” (ICOMOS, 2005), produzida pelas mudanças nos modos de vida, no desenvolvimento urbano, na agricultura, no turismo ou devido às grandes calamidades naturais ou provocadas pelo homem. Bem como demonstra a importância em se reconhecer, proteger e manter adequadamente “a presença significativa das edificações, dos sítios e das áreas dos bens culturais em seus respectivos entornos” (ICOMOS, 2005). Essa presença está associada à autenticidade, aos valores e à integridade do bem cultural. Podemos inferir a partir desta Declaração de que o conceito de ambiência transborda para além do conjunto ou sítio histórico, sendo também, importante preservar uma ambiência adequada no entorno destes bens:

Incluir o entorno nesta compreensão demanda uma abordagem multidisciplinar e a utilização de diversas fontes de informação. Tais fontes incluem acervos documentais e arquivos, descrições artísticas e científicas, histórias orais e conhecimentos tradicionais, as opiniões das comunidades locais e daquelas relacionadas ao bem, assim como uma análise das perspectivas visuais. As tradições culturais, os rituais, as práticas espirituais e os conceitos, assim como a história, a topografia, os valores do meio natural, os usos e outros fatores contribuem para criar o conjunto de valores e dimensões tangíveis e intangíveis do entorno. A definição do entorno deve conjugar harmoniosamente seu caráter, seus valores e sua relação com o bem cultural (ICOMOS, 2005).

para as ameaças ao espírito do lugar com as mudanças climáticas, turismo em massa, conflitos armados e o desenvolvimento urbano que induzem transformações e causam rupturas nas sociedades.

Em 2005 também foi publicado o “Memorando de Viena em Patrimônio Mundial e Arquitetura Contemporânea – Gerenciando as Paisagens Urbanas Históricas”. Este se propunha a debater sobre a conservação sustentável dos monumentos e sítios, como uma “afirmação chave para uma abordagem integrada ligando a arquitetura contemporânea, desenvolvimento urbano sustentável, integridade das paisagens baseado nos padrões históricos existentes, construindo desenvolvimento e contexto” (UNESCO, 2005, p.1). O documento define paisagem urbana histórica, com base na Recomendação de Nairóbi (1976), como:

[...] Conjuntos de qualquer grupo de edifícios, estruturas e espaços abertos, em seu estado natural e contexto ecológico, incluindo sítios arqueológicos e paleontológicos que se constituem em assentamentos humanos em um ambiente urbano durante um período relevante de tempo, cuja coesão e valor são reconhecidos por meio de um ponto de vista arqueológico, arquitetônico, pré-histórico, histórico, científico, estético, sociocultural ou ecológico. Essa paisagem definiu a sociedade moderna e mantém um grande valor para o nosso entendimento de como vivemos atualmente (UNESCO, 2005, p.3).

Esse documento começa a dar enfoque ao impacto do desenvolvimento contemporâneo na paisagem urbana, e define que a noção de paisagem urbana histórica vai além dos centros históricos, conjuntos ou envolventes e inclui o contexto territorial e paisagístico mais amplo. Define também que a gestão das mudanças abrange a necessidade de um conhecimento preciso do território e de seus elementos de valor patrimonial, identificados por meio de métodos científicos de inventário, leis, regulamentos e procedimentos relevantes formalizados em um plano de salvaguarda. O documento inicia assim uma visão muito mais voltada à gestão das mudanças visando a manutenção de paisagens que agreguem qualidade de vida à comunidade.

Ainda em 2005, a UNESCO adotou a Declaração da Conservação das Paisagens Urbanas Históricas, por meio da Decisão 29 COM 5D baseada no Memorando de Viena. Durante a Conferência de St. Petersburg (Nova Zelândia), ocorrida em janeiro de 2007, foram trocadas informações e pontos de vista sobre questões de proteção à paisagem urbana histórica, especialmente aquelas da Europa Oriental que enfrentavam rápidas mudanças. No mesmo ano ocorreu a conferência “Historic Urban Landscapes in the Americas”, em Olinda (Brasil), em novembro de 2007, organizada pelo Iphan com o objetivo de aperfeiçoar as ferramentas existentes para a preservação das cidades históricas e suas paisagens urbanas e naturais. Ao longo dos anos de 2007 e 2010 houve um intenso debate internacional a respeito do tema, com estudos de casos e oficinas, culminando com a publicação da Recomendação da Paisagem Urbana Histórica em novembro de 2011.



Figura 3: Desenvolvimento do conceito HUL. Fonte: UNESCO, 2016.

A partir das preocupações associadas às mudanças aceleradas nas sociedades, em 2011 a Assembleia geral do ICOMOS redigiu o documento “Princípios de La Valleta para Salvaguarda e Gestão de Cidades e Conjuntos Históricos Urbanos”. Esse documento aprofunda as considerações das cartas de Washington e da Recomendação de Nairóbi, trazendo para discussão valores intangíveis como continuidade e identidade e uma definição para cidades e áreas urbanas que abarcava a relação dos aspectos físicos e espirituais¹⁹. De acordo com os Princípios de La Valleta as cidades e áreas urbanas são definidas como:

Cidades e áreas urbanas são compostas por elementos tangíveis e intangíveis. Os elementos tangíveis incluem, para além da estrutura urbana, elementos arquitetônicos, paisagens dentro e na envoltória da cidade, vestígios arqueológicos, panoramas, linhas de horizonte, corredores visuais e locais de referência. Os elementos intangíveis incluem atividades, funções simbólicas e históricas, práticas culturais, tradições, memórias e referências culturais que constituem a substância do seu valor histórico (ICOMOS, 2011).

Esta carta define ambiente/entorno como sendo:

Ambiente significa os contextos naturais e/ou feitos pelo homem (onde está localizado o patrimônio histórico urbano) que influenciam a maneira estática ou dinâmica dessas áreas percebidas, experimentados e/ou apreciados, ou que são diretamente ligados a eles social, economicamente ou culturalmente (ICOMOS, 2011).

19. O documento traz a mesma definição de Espírito do Lugar presente na Declaração de Québec (2008).

Define também a zona de amortecimento (*Buffer Zone*) como sendo uma zona concebida fora da área protegida com o papel de defender os valores culturais da área protegida contra o impacto de atividades produzidas na zona envolvente: “este impacto pode ser físico, visual ou social” (ICOMOS, 2011).

Melo aponta para as ambiguidades e falta de clareza nas definições de conceitos de áreas envoltórias e que se mantém até os dias atuais. Ao analisar os conceitos de entorno e zona de amortecimento definidos nos Princípios de La Valletta, Melo (2020) faz um exercício de compreensão imaginando que a diferença entre os conceitos seja operacional:

o entorno diz respeito ao significado da área e sua função (“significa”; “influencia o modo”) e a zona de amortecimento é a demarcação da proteção (“zona bem definida”). Ou talvez, o entorno seja uma área de menor dimensão, mais próxima ao bem protegido (“contexto”), passível de conter valores em si mesmo (ligado “social, econômica ou culturalmente” à área protegida) e a zona de amortecimento constitua uma área maior, mais abrangente, sem valores em si (“fora da área protegida”) (2020, p. 72).

Ainda refletindo sobre as diretrizes de La Valletta, no documento são destacados dois planos relativos à gestão dos conjuntos urbanos: o Plano de Salvaguarda e o Plano de Gestão. O Plano de Salvaguarda teria como objetivo a preservação da área histórica mantendo uma relação harmoniosa entre esta e o restante da cidade; busca a preservação dos aspectos tangíveis e intangíveis, contribuindo para a manutenção da identidade do lugar, porém levando em consideração a evolução natural da cidade. O Plano de Gestão deve estar integrado e coordenado com os instrumentos do Planejamento Urbano e sua elaboração deve contar com a participação da

comunidade. Em suas análises, Melo conclui que: “Assim, podemos interpretar que os entornos deveriam constar no Plano de Salvaguarda e as zonas de amortecimento no Plano de Gestão e que o primeiro estaria contido no segundo.” (MELO, 2020, p.73)

Com relação às áreas de entorno, concordamos com Melo, quando esta considera superada uma visão restrita a aspectos físicos relacionados a estas áreas. As últimas discussões referem-se continuamente a menção do patrimônio imaterial/intangível como aspecto indissociável do contexto cultural em que os bens estão inseridos e a proteção de camadas mais amplas relativas aos bens protegidos, como indicadas nos Princípios de La Valletta, diferenciadas entre áreas de entorno e zonas de amortecimento (MELO, 2016). A gestão das mudanças também sinaliza uma maior abertura no campo da preservação, buscando ampliar a integração entre conjuntos históricos e áreas urbanas.

Em um cenário de debates e diversos conflitos de compreensão da categoria da paisagem cultural, a UNESCO elaborou um novo conceito chamado Paisagem Urbana Histórica²⁰ (HUL). Esta nova figura, embasada pelo Memorando de Viena (2005), se estabelece mais como uma ferramenta de gestão do que como uma categoria de proteção (REY PÉREZ, 2019).

20. O termo Paisagem Urbana Histórica foi utilizado também por M.R.G Conzen em seus estudos sobre Morfologia Urbana elaborados entre 1932 e 1998. Segundo Costa e Netto (2015):

M.R.G. Conzen explica que as paisagens urbanas históricas são valorizadas como um tipo especial de paisagem reconhecidas como um importante bem cultural no mundo moderno. Vale ressaltar a semelhança entre paisagem cultural e paisagem urbana histórica, sendo ambas imbuídas de significado que ultrapassa os limites da comunidade que a integra, sendo reconhecidas por outras comunidades. Segundo M.R.G. Conzen (2004), o centro histórico da cidade é um exemplo desse tipo de paisagem. O termo contemporâneo “paisagem cultural” poderia ser empregado no lugar de “paisagens urbanas históricas” [...] (COSTA e NETTO, 2015, p. 63).

O conceito de HUL foi criado para abarcar os ambientes urbanos complexos e complementar a concepção de paisagem cultural, mas também, pode-se entendê-lo como um ajuste de percepção dos conceitos de centro histórico e conjunto histórico que são muitas vezes tratados como desconectados de suas relações urbanas, sociais, geográficas, ambientais e imateriais: “Visão esta que resulta, no âmbito da gestão, em geral, apenas no tratamento fachadístico do casco histórico.”²¹ (FIGUEIREDO, 2014, p.135.)

Internacionalmente o campo da conservação do patrimônio vem demonstrando um interesse crescente em áreas urbanas e a abordagem do HUL abre-se para um contexto necessário de diálogo sobre como as experiências culturais influenciam percepções da paisagem e porque elas são importantes nos resultados das transformações urbanas. A abordagem procura trabalhar com o entendimento de camadas históricas de valores culturais (materiais e imateriais) e naturais atribuídos, buscando incluir nas práticas de conservação urbana os aspectos intangíveis de maneira a ampliar o debate com a participação da comunidade local. Desse modo busca-se contribuir para uma coesão social, desenvolvimento sustentável das cidades e a regeneração urbana mantendo-se o respeito pela morfologia da cidade e da paisagem nos arredores (TAYLOR, 2016). A Recomendação assim define paisagem urbana histórica:

21. No entanto, o IPHAN, em seu entendimento não legitimou a proposta conceitual da Paisagem Urbana Histórica, pois considerou o termo *histórico* uma redução, entendendo não ser proveitoso utilizar uma terminologia menos abrangente do que *cultural* (FIGUEIREDO, 2014). Ademais não considerou necessária a utilização de um novo conceito, sendo suficiente uma revisão de orientações metodológicas e práticas institucionais:

O conceito de Paisagem Urbana Histórica, assim, parece um subterfúgio para evitar valorizar o conceito de paisagem cultural aplicado a contextos urbanos, esse sim capaz de abarcar a somatória de realizações e imbricações entre natureza e cultura, em todas as suas dimensões”. (IPHAN apud FIGUEIREDO, 2014, p. 135)

A paisagem histórica urbana é a área urbana que resulta da estratificação histórica de valores e atributos culturais e naturais, que transcende a noção de “centro histórico” ou de “conjunto histórico” para incluir o contexto urbano mais abrangente e a sua envolvente geográfica. Este contexto mais abrangente inclui, nomeadamente, a topografia, a geomorfologia, a hidrologia e as características naturais do local, o ambiente construído, tanto histórico como contemporâneo, as suas infraestruturas à superfície ou subterrâneas, os espaços livres e os jardins, os padrões de ocupação do solo e organização espacial, as percepções e relações visuais, assim como todos os outros elementos da estrutura urbana. Inclui, igualmente, as práticas e os valores sociais e culturais, os processos económicos e as dimensões imateriais do património, enquanto vetores de diversidade e identidade (UNESCO, 2011).

Além dos seis passos já apresentados na introdução desta tese, foi proposto um conjunto de ferramentas que foram organizadas em quatro diferentes categorias, cada uma das quais apresenta uma lista de abordagens, práticas e instrumentos estabelecidos. O guia ressalta que, para o sucesso da gestão do património urbano, as políticas e ações dessas quatro categorias precisam ser adaptadas para aplicação local e abordadas simultaneamente, pois são interdependentes²².

22. Algumas pesquisas descrevem a implementação de ferramentas para gestão de cidades baseadas na abordagem do HUL, como o trabalho de Veldpaus (2015) que desenvolveu uma ferramenta de análise política que combina todas as dimensões do processo de gestão do património, como atributos (o quê), valores (porque), atores (quem) e o processo (como). Este estudo foi testado e aplicado em workshops em Amsterdã com gestores e outras partes interessadas no processo de gestão do património. Além desta pesquisa, outros estudos de caso foram publicados no livro “Reshaping Urban Conservation. The Historic Urban Landscape approach in action” (2019), organizado por Francesco Bandarim e Ana Pereira Roeders, que apresenta diversas experiências de trabalhos utilizando a abordagem do HUL em diferentes países. Entre eles, o trabalho de María Eugénia Sigüencia Ávila (et al) sobre o Centro Histórico de Cuenca no Equador (2019); e a pesquisa desenvolvida por Silvío Mendes Zancheti (2019), sobre o Centro Histórico de Olinda, que compara o sistema de gestão e conservação dessa cidade no período de 1968 a 2016, com as abordagens propostas pelo HUL.

A abordagem do HUL pressupõe uma interação entre os diversos gestores e interessados na paisagem urbana histórica e coloca o cidadão como protagonista da participação social, coordenada pelos diversos poderes públicos envolvidos (REY PÉREZ, 2019). Esta participação se efetiva durante o curso de aplicação da ferramenta do HUL, por meio de uma metodologia construída com base em conceitos como “a cultura e o património, e caracterizada pela interdisciplinaridade e pela participação cidadã” (REY PÉREZ, 2019, p.02), com os quais se identificam os valores culturais, os critérios de intervenção e os objetivos para qualificação da paisagem urbana, como no caso do desenvolvimento do Plano Estratégico Visionário, desenvolvido na Cidade de Cuenca, no Equador. Cuenca tornou-se a primeira cidade Latino-Americana, inscrita na lista do Património Mundial, a utilizar a abordagem.

Conjunto de Instrumentos



Instrumentos para o Engajamento Social

Capacitação de diversas partes interessadas para identificar valores chave em suas áreas urbanas, desenvolver visões, definir metas e acordar ações para salvaguardar seu património e promover o desenvolvimento sustentável. Essas ferramentas devem facilitar o diálogo intercultural, aprendendo com as comunidades sobre suas histórias, tradições, valores, necessidades e aspirações e facilitando a mediação e negociação entre interesses e grupos conflitantes.



Instrumentos de Conhecimento e Planejamento

Deve ajudar a proteger a integridade e a autenticidade dos atributos do património urbano. Elas devem permitir o reconhecimento da significância e diversidade cultural, e prover o monitoramento e gestão da mudança para melhorar a qualidade de vida e o espaço urbano. Deve-se levar em consideração o mapeamento de recursos culturais e naturais, enquanto as avaliações de património, impacto social e ambiental devem ser usadas para apoiar a sustentabilidade e a continuidade no planejamento.



Sistemas reguladores

Pode incluir normativas especiais, atos ou decretos para gerir componentes tangíveis e intangíveis do património urbano, incluindo seus valores sociais e ambientais.



Instrumentos financeiros

Devem visar a melhoria das áreas urbanas, salvaguardando seus valores patrimoniais. Eles devem ter como objetivo capacitar e apoiar o desenvolvimento inovador de geração de renda enraizada na tradição. Além dos fundos governamentais e globais de agências internacionais ferramentas financeiras devem ser implantadas para promover o investimento privado no nível local. O microcrédito e outros mecanismos flexíveis de financiamento para apoiar empresas locais, bem como uma variedade de modelos de parcerias públicos privadas, também são fundamentais para tornar a abordagem do HUL financeiramente sustentável.

Figura 4: Conjunto de Instrumentos UNESCO (2011).

A primeira fase de realização do trabalho desenvolvido em Cuenca foi analítica, de caracterização de diferentes unidades de paisagem que constituem a cidade. A análise foi dividida em três blocos: I. de caráter territorial/urbano (revisão histórica e cartográfica, estudo geomorfológico, estudo de flora e fauna, estudo normativo, relação entre densidade e uso do solo); II. de caráter patrimonial (estudo arqueológico, estudo do património imaterial, estudo das atividades económicas, estudo arquitetônico e tipológico); III. de percepção (revisão histórica e crítica de imagens, participação cidadã). Na segunda fase, foram identificadas as unidades de paisagem. A partir desse zoneamento foi possível identificar os graus de proteção e regular atividades e usos. Na fase III foram elaboradas fichas de unidades de paisagem e valoração, correspondendo aos passos 2, 3, 4 e 5 sugeridos pela UNESCO na implementação do HUL. Na fase IV foram feitas análises específicas com o objetivo de desenvolver um estudo mais exaustivo de cada uma das unidades de paisagem definidas na fase anterior (com estudos paisagísticos, de acessibilidade, de tráfego, de percepção visual) com vistas à incorporação de novas recomendações de intervenção:

Este projeto permite desenvolver os 5 primeiros pontos, sendo indiscutível a presença do município no desenvolvimento do restante que conduzam ao êxito na aplicação do HUL [...] O desenvolvimento deste projeto permitiu a construção de um Manual de Boas Práticas que visam definir as intervenções na cidade que promovam o desenvolvimento económico e social e que afetem diretamente nas necessidades urbanas da cidade, como a melhora na acessibilidade, o tratamento dos espaços públicos ou a eliminação de zonas marginalizadas. Os resultados obtidos proporcionam [...] um documento com suficiente informação para realizar todas as Propostas de Ação necessárias conformadoras do Plano estratégico Visionário para [...] melhorar a qualidade de vida de seus habitantes (REY PÉREZ, 2019, p.06).

Posteriormente a essa experiência pioneira, também foi realizada a iniciativa de adotar a abordagem proposta pela Recomendação em outro setor da cidade de Cuenca, denominado El Ejido, por sua estreita ligação urbanística e paisagística com o Centro Histórico, além dos valores patrimoniais associados a El Ejido²³.

Podemos apontar, após a revisão teórica proposta pela tese, que a ferramenta de gestão do HUL se estabelece como uma nova proposta de gerir a transformação do património urbano de grandes cidades. Os passos 1, 2 e 3 são mais facilmente aplicados e adaptados em contextos diferenciados. Os passos 4, 5 e 6 requerem uma maior disposição dos atores relacionados para que a integração, a priorização de ações e o estabelecimento de associações locais seja realizado.

Ao ampliarmos a área de abrangência de aplicação da ferramenta para além do conjunto ou centro histórico, englobando o entorno, buscamos formas de romper com o entendimento de valoração adjetiva de outras áreas da cidade, como se o que estivesse fora de um centro valorado pelo título de património mundial (como é o caso de Brasília), não mantivesse outros valores. Deste modo buscamos problematizar também, a qualidade de vida das comunidades locais que habitam os arredores de centros urbanos valorados. Ademais, ressalta-se o fato de o Conjunto Urbano de Brasília ser representado por um conjunto moderno, que conforma uma cidade ainda incompleta e que se mantém em contínua transformação desde sua implantação.

23. Para maiores informações consultar o artigo: AUQUILLA, Sílvia; SIGUENCIA, María: TERRITORIAL EXPLORATION TO IMPLEMENT THE RECOMMENDATION ON HISTORIC URBAN LANDSCAPES FOR THE DEVELOPMENT AREA OF EL EJIDO IN CUENCA, ECUADOR, Int. Arch. Photogramm. Remote Sens. Spatial Inf. Sci., XLIV-M-1-2020, 505–512, <https://doi.org/10.5194/isprs-archives-XLIV-M-1-2020-505-2020>, 2020

Nesse sentido, a hipótese da tese de que adoção da abordagem do HUL como forma de salvaguarda das paisagens urbanas históricas poderia ser utilizada como ferramenta de gestão para além dos atributos principais do bem, também do seu entorno, busca traçar uma ponte entre as discussões sobre entorno e paisagem urbana, como já apontadas pela Declaração de Xi'An (2005) problematizando a aplicação do instrumento de proteção utilizado no Brasil denominado entorno e explorando novas ferramentas que abarcam os atuais entendimentos sobre preservação cultural.

1.4. EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE PAISAGEM E ENTORNO NAS PRÁTICAS PRESERVACIONISTAS NO BRASIL

A inspiração que sustentou a redação do trabalho foi a crença de que, apesar de tudo, a cidade pode ser vivida como um bem cultural. Além disso, permanece a esperança de que a agenda proposta dos temas para discussão possa efetivar-se em breve e contribuir para orientar a atuação dos profissionais do campo do patrimônio cultural (MENESES, 2006, p. 35).

O Decreto Lei nº25/37²⁴ traz em seu primeiro artigo a definição de patrimônio histórico e artístico nacional:

Art. 1º - Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional

24. O Decreto Lei nº25 de 1937 organizou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e apesar de ter sofrido transformações posteriores foi inspirado no anteprojeto de Lei escrito por Mário de Andrade.

valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (IPHAN, 2006).

No parágrafo segundo do mesmo artigo, agregam-se aos bens as paisagens agenciadas pelo homem e os monumentos naturais:

§ 2º - Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela Natureza ou agenciados pela indústria humana (IPHAN, 2006).

Com a criação do Decreto, além da organização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, foi criado o instrumento legal de proteção aos bens culturais denominado tombamento. Para organizar os bens em categorias distintas foram criados quatro livros do tomo, nos quais os bens seriam inscritos: o Livro do Tombo Histórico, o Livro do Tombo de Belas Artes, o Livro do Tombo das Artes Aplicadas e o Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Segundo Ribeiro (2007), a criação de um livro do Tombo paisagístico indica o interesse, desde o início, em se considerar bens de natureza paisagística como patrimônio nacional.

No art. 4º do referido decreto, são estabelecidos quais bens deveriam ser inscritos no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico: “as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndias e popular, e bem assim as mencionadas no § 2º do citado art.1º” (IPHAN, 2006, p.2). Parte-se do pressuposto que poderiam ser passíveis de tombamento paisagens com feições notáveis, em sua configuração natural ou agenciadas pelo homem: “[...] em outras palavras, o valor de patrimônio dado a uma paisagem pode ser tanto por suas características naturais,

quanto por suas características culturais.” (RIBEIRO, 2007. P. 72). No entanto, segundo Ribeiro (2007), essa possibilidade de proteção foi pouco explorada pela Instituição em suas primeiras décadas de atuação, que agia sobre a paisagem a partir de um viés do paisagismo e com uma concepção de paisagem como um panorama, ou entendendo-a como a ambiência do bem principal de interesse patrimonial.

Alguns pesquisadores (FONSECA, 2005 apud RIBEIRO, 2007) apontam que na prática da Instituição acabou por ocorrer uma hierarquização dos livros do tomo, com o Livro Histórico e o Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico sendo utilizados para inscrição de bens que não poderiam ser inscritos no Livro das Belas Artes, por questões de critérios de exigência: “seja por não possuírem maior interesse estético, seja por estarem adulterados e/ou parcialmente destruídos” (RIBEIRO, 2007, p.75). O predomínio de técnicos arquitetos na Instituição sempre fez com que a perspectiva estética estivesse a frente na constituição do patrimônio no Brasil:

É nesse contexto que podemos procurar entender a ação do SPHAN²⁵ nos seus primeiros anos em relação às paisagens [...] nota-se a pequena ação no tocante à paisagem natural, deixando esta em grande parte aos cuidados da legislação ambiental. Em segundo lugar, nota-se uma predominância da ideia de paisagem atrelada ao paisagismo e seu aspecto visual e planejado (RIBEIRO, 2007, p.75).

Entre 1930 e 1960, Ribeiro (2007) aponta um padrão nas inscrições no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico cuja valoração do bem, estava relacionada a

25. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) foi criado pela Lei nº 378, de janeiro de 1937, com o nome de Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Ao longo de sua história recebeu outras denominações, como: Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), de 1946 a 1970; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), de 1970 a 1979; Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Fundação Nacional Pró-Memória (SPHAN/Pró-Memória), de 1979 a 1990, sendo que entre 1981 a 1985, tornou-se subsecretaria; Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC), de 1990 a 1994; e, a partir de então, IPHAN.

paisagem: Tombamentos de jardins e bens mais diretamente ligados ao paisagismo; Tombamento de conjuntos; Tombamento de monumentos junto a aspectos da natureza que os emolduram e Tombamentos de áreas cujo panorama seja importante para populações que vivem nos arredores.

O primeiro conjunto urbano a ser inscrito com o título “Conjunto Arquitetônico e Paisagístico” foi o de Pilar de Goiás, em 20 de março de 1954, inscrito, contudo, no Livro de Belas Artes e no Livro Histórico, não no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. De acordo com Ribeiro a decisão para esta titulação, seria uma estratégia da Instituição para valorizar o entorno da cidade “e dar ao IPHAN condições de fiscalizar sobre uma área bem maior que o centro urbano propriamente dito” (2007, p.82). Outros tombamentos de conjuntos arquitetônicos e paisagísticos procuraram inserir a arborização das praças e ruas, considerados como elementos da paisagem urbana a ser preservada, como no caso do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Vassouras (1958) e no Conjunto Paisagístico do Cemitério da Soledade em Belém (1964).

Nos casos relacionados ao tombamento de monumentos junto a aspectos da natureza, a paisagem é interpretada como a moldura que amplia ainda mais o caráter de excepcionalidade do bem arquitetônico, tendo seu valor associado com o do bem principal. Também no caso do tombamento da Serra do Curral no entorno de Belo Horizonte, estaria associado à ideia de um panorama e de identidade da cidade, ameaçado pelas mineradoras da região. Em ambos os casos pode-se dizer que a paisagem estaria associada a ambiência do bem protegido (RIBEIRO, 2007).

O livro “Entorno de Bens tombados” (2010), de Lia Motta e Analucia Thompson apresenta a evolução do instrumento de proteção chamado entorno, utilizado pelo IPHAN desde a publicação do Decreto Lei nº25, de 30 de novembro de 1937 – que em seu

artigo 18 define um conceito inicial de visibilidade e vizinhança - até a noção ampliada de entorno que abarca “a ambiência e a historicidade dos contextos que envolvem os bens tombados” (MOTTA; THOMPSON, 2010, p.9):

Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colar anúncios ou cartazes sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-se nesse caso multa (IPHAN, 2006)

O trabalho de proteção de entornos, trata na maioria das vezes sobre parâmetros urbanísticos necessários ao controle das transformações urbanas com o intuito de preservar os bens tombados. Encontra dificuldades em sua aplicação visto que a definição do conceito aplicada à prática demanda abordagens distintas dependendo do caso em que se atue:

Como tratar da mesma forma a visibilidade de uma igreja ou uma serra tombada, a de um núcleo histórico ou de um bem isolado? Parece evidente que os tratamentos são diversos, sem o que o objetivo da lei não será atingido; caso contrário, a visibilidade e a ambiência do bem poderão estar satisfatoriamente protegidas em um caso e não em outro (RABELLO, 2009, p.123)

Motta e Thompson identificam na atuação do IPHAN quatro momentos nos quais se distinguiram procedimentos específicos. O primeiro período corresponderia ao mesmo também identificado por Márcia Sant’Anna em sua dissertação de mestrado (1995), que seria o das “memoráveis batalhas judiciais”, correspondendo a fase inicial do Instituto, de consolidação dos conceitos e que iria até 1960, fase também marcada pela gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade.

Ao tratar sobre os documentos internacionais que abordam a questão do entorno, Motta e Thompson mencionam que antes da criação do IPHAN em 1937, as cartas de Atenas de 1931 e a de 1933 traziam alguns princípios para tratar da vizinhança, proximidades e ambiência dos monumentos antigos, como vimos anteriormente. A Carta de 1931 faz menção à visibilidade e à ambiência, destacando a eliminação de publicidade, de torres e chaminés altas e indústria ao redor dos monumentos:

Trata-se de um conjunto de elementos que, mesmo com nuances diferentes, nortearam a atuação do IPHAN desde seu início, quando o próprio DL25/37 inclui, em seu texto, cuidados com a vizinhança e a visibilidade dos bens tombados, com atenção à publicidade (MOTTA; THOMPSON, 2010, p.16).

A Carta de 1933 fez circular entre os profissionais ligados ao movimento moderno brasileiro que participaram da fundação do IPHAN, como por exemplo Lucio Costa, ideais de qualidade de vida para as cidades modernas, “diante desse objetivo era considerada viável e até desejável a destruição de uma ambiência secular no entorno de um monumento, o que seria compensado pela criação de áreas verdes” (2010, p.17). Algumas intervenções no entorno de bens tombados que incorporaram esses ideais podem ser observadas na cidade do Rio de Janeiro, ao longo das décadas de 1940 até o final da década de 1980, como foi o caso do Outeiro da Glória; na demolição de área significativa da Lapa para dar visibilidade ao Aqueduto da Carioca etc. (MOTTA; THOMPSON, 2010).

O IPHAN procurava utilizar o artigo 18 do Decreto Lei nº 25/37 como um instrumento legal para intervir na forma urbana, na limitação de gabaritos ou na determinação de outros parâmetros urbanísticos para os imóveis lindeiros aos bens tombados. No primeiro período de atividades, de modo geral, quando houve um diálogo com a

prefeitura (os casos analisados pelas autoras tratam em sua maioria da cidade do Rio de Janeiro) nos problemas relativos aos entornos, a resolução foi mais bem sucedida e o IPHAN, desde o início de sua atuação, buscou investir nesse tipo de parceria.

O segundo período seria “A preservação como política urbana”, compreendendo meados da década de 1960 até a década de 1980, cuja característica mais marcante foi a utilização do planejamento urbano para a proteção dos bens imóveis e das áreas urbanas tombadas. Chuva (1998) aponta para uma mudança na hierarquia das inscrições nos livros do Tombo, a partir da década de 1960, tendo um aumento nas inscrições no Livro Histórico e um aumento também nas inscrições de conjuntos no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Esta mudança estaria associada à inclusão não apenas de bens monumentais, mas também conjuntos menores, mais modestos ligados à história da formação do território brasileiro. Esta década também é marcada por um aumento na preocupação com relação ao crescimento dos centros urbanos históricos, o crescente processo de industrialização do país, as pressões imobiliárias e o crescimento do turismo. Nessa época as viagens de Michel Parent como consultor da UNESCO pelo Brasil visavam encontrar soluções para os problemas enfrentados na preservação no Brasil²⁶.

26. Em busca de aliar ações de preservação ao uso turístico do patrimônio, o consultor da Unesco Michel Parent, foi convidado a uma visita ao Brasil em 1966. As propostas de Parent, no caso de cidades menores como Alcântara e Paraty envolviam perímetros concêntricos de proteção, e no caso de cidades maiores como o Rio de Janeiro a recomendação era a de proteção a conjuntos urbanos englobando diversos casarões de ruas e localidades próximas a bens tombados isoladamente. Propostas urbanísticas para a contenção de crescimento populacional, ocupação urbana e proteção de sítios históricos envolvendo cinturões verdes ocorreram em alguns sítios brasileiros. O relatório “*Protection et mise en valeur du patrimoine culturel brésilien dans le cadre du développement touristique et économique*” (1968) [Proteção e valorização do patrimônio cultural brasileiro no âmbito do desenvolvimento turístico e econômico], do consultor da Unesco Michel Parent, traduzido e publicado no Brasil em 2008, pelo Iphan, menciona o plano urbanístico do arquiteto Frédéric de Limburg-Stirum para o crescimento da cidade de Paraty-RJ, no qual era prevista uma área verde “non-aedificandi” de 46 ha. e de uma “área de lazer” de 90 ha. Nessa área verde de lazer só seriam autorizadas construções de interesse público como infraestrutura esportiva, cultural, hoteleira. Essa área de contenção de ocupação representava 5 km ao redor do Bairro Histórico de Paraty-RJ. O cinturão verde de Limburg-Stirum nunca foi implantado e a legislação atual

O vocábulo “entorno” foi cunhado pelos técnicos do IPHAN ao longo da década de 1970: “[...] A palavra foi incorporada em verbete do Dicionário Aurélio, fazendo referência ao documento” (MOTTA; THOMPSON, 2010, p. 12), tal documento refere-se ao caso da cidade de Petrópolis, ocorrido entre 1979 e 1982, resultando no tombamento de boa parte da cidade.

Em 1970 e 1971 duas reuniões de governadores de estados foram registradas em dois documentos: “O Compromisso de Brasília” (1970) e o “Compromisso de Salvador” (1971). Uma das consequências dessas duas reuniões foi a criação do “Programa Integrado das Cidades Históricas do Nordeste” (1973), que funcionava como uma agência financiadora das fundações que começaram a ser organizadas nos estados:

A política de patrimônio que se iniciava em meados dos anos 1960, calcada no turismo e na descentralização da ação em órgãos estaduais e municipais, enfatizava o sítio histórico como parte do espaço urbano e definia o planejamento da cidade como instrumento de preservação (MOTTA; THOMPSON, 2010, p.45).

Com o adensamento e as transformações que vinham ocorrendo na década de 1970 nas grandes cidades brasileiras, a preservação do patrimônio cultural era vista como uma possibilidade de manutenção da qualidade de vida. Nesse contexto cresceram exigências por parte de segmentos da classe média reivindicando ações do setor público (principalmente da sociedade carioca), o que propiciou em parte a implementação

do município limitou o gabarito de novas edificações em dois pavimentos em uma área muito maior do que os 5 km² previstos no projeto urbanístico. Com essa medida que impede o adensamento de determinadas áreas restou-se difícil a tarefa de conter a expansão desordenada. Atualmente, o que separa o núcleo inicial da Vila de outros bairros são correntes de ferro ao invés da esplanada de palmeiras imperiais (PRIESTER, 2015; PRIESTER, THOMPSON, 2016).

de estudos técnicos e a proposição de regulamentação na ocupação da vizinhança de bens tombados (MOTTA; THOMPSON, 2010).

Notou-se um fortalecimento do instrumento do entorno como uma estratégia de gestão urbana podendo ser usado como parceria entre as diferentes instâncias governamentais responsáveis pelo planejamento urbano e territorial. Nos planos urbanísticos desenvolvidos a partir da década de 1970, mesmo sem ser utilizado o termo entorno ou vizinhança, foram previstos setores diferenciados das cidades, com regulamentação específica diante do objetivo de proteção, como zonas “especiais”, de “proteção ou respeito”, de “preservação ambiental” de “ambiência”, etc. (MOTTA; THOMPSON, 2010). Nessa época também se deu o início do processo de tombamento a partir da ideia de paisagem de excepcional valor dotada pela natureza dos morros do Rio de Janeiro: Pão de Açúcar, Cara de Cão, Urca, Babilônia, Pedra da Gávea e Penhascos Dois Irmãos e Corcovado:

[...] os morros foram tombados por seu valor como monumentos naturais, por aquilo que representam enquanto símbolos para a cidade e o país. Trata-se aqui da paisagem-monumento, da valorização de monumentos naturais que integram a paisagem de uma cidade. Nos pareceres são valorizadas as características simbólicas do bem, de sua capacidade de representar a cidade e o próprio país (RIBEIRO, 2007, p.104).

A carta de Veneza trouxe a noção de significação cultural que atribui às obras modestas um valor adquirido com o tempo, assim como da relação inseparável das grandes obras de artes com o meio em que se situam, o que foi muito importante no Brasil para ampliação do conceito de ambiência adotado nas décadas de 1970 e 1980 e também para a valoração de conjuntos urbanos modestos que passaram a ser inscritos no Livro do Tombo Etnográfico, Arqueológico e Paisagístico como apontado por Ribeiro (2007).

Neste contexto, na década de 1970, baseando-se na discussão da preservação de zonas de ambiência, nasce o conceito de Patrimônio Ambiental Urbano, definido da seguinte forma por Yázigi em 1977:

O patrimônio ambiental urbano, sem excluir marcos excepcionais, mas transcendendo qualquer obra isolada, consiste então de espaços da cidade com destaque representativo de aspectos históricos, culturais, formais, sociais, técnicos e afetivos. Sua filosofia de salvaguarda, não reconhecendo a eficiência do tombamento para amplas superfícies em transformação, baseia-se na consecução de instrumentos de outras naturezas como a autopreservação estimulada por parte dos próprios usuários, o controle da urbanização e da renovação, o uso de leis mais amplas no planejamento urbano, a participação da sociedade civil nas decisões de projetos de desenvolvimento urbano etc. (YÁZIGI, 1977 apud TONASSO, 2017, p.16)

Tal conceito relacionava o patrimônio aos conjuntos urbanos, e integrava a preservação com o planejamento urbano, além de agregar as dimensões social e ambiental ao patrimônio, sendo considerado inovador por estes motivos:

[...] o emprego apropriado do termo *ambiental* é procedente e por isso complexifica a questão. Efetivamente ambiente não quer dizer nem *coisa* nem *lugar*, e sim *relação*, conforme sua origem latina: vem de *amb* + *ire*, isto é ir junto (YÁZIGI, 2006, p.69).

Estas novas dimensões permitiam a inclusão de bens representativos de identidades diversas, ratificando o direito à cidade (TONASSO, 2017). Em 1978, contribuindo para a discussão Meneses considera o patrimônio como possuidor de valor cultural criado pela sociedade, como um fato social e pública a seguinte definição para o conceito de patrimônio ambiental urbano:

Patrimônio ambiental urbano é um sistema de objetos, socialmente apropriados, percebidos como capazes de alimentar representações de um ambiente urbano [...] constituído por um conjunto de bens, coisas físicas produzidas pelos homens – artefatos - ou, a natureza transformada em objeto da ação cultural, incorporada pela vida urbana. Trata-se de paisagens, espaços, construções, objetos móveis também, cujo sentido se manifesta não por si, mas pela articulação que entre si estabelecem e que lhes dá suporte (MENESES, 1978, p.1).

Estes debates foram conduzidos em São Paulo ao mesmo tempo que as primeiras diretrizes de conservação foram incorporadas na lei de uso e ocupação do solo municipal em 1975, estando diretamente relacionado aos instrumentos urbanísticos de preservação paulistas (TONASSO, 2017).

O terceiro momento teria se caracterizado por um período mais curto de 1980 até 1986, de institucionalização de procedimentos internos, quando houve um investimento em seminários e na definição de portarias nacionais. Foi ainda instituído o processo de Entorno, com a pretensão de organizar os trabalhos de delimitação e regulamentação dos entornos que vinham sendo feitos pela instituição. Na década de 1980 foram organizados dois seminários, o “Primeiro Seminário sobre Entornos dos Monumentos Tombados” (1983) contou com a participação de dirigentes de diversas regionais do IPHAN. O seminário trabalhou com cinco casos típicos de entorno, determinando uma metodologia específica para cada um:

1º - o monumento é apenas um documento sem mais nenhuma relação com o ambiente envoltório;

2º- o monumento com entorno de arquitetura descaracterizada, mas que ainda mantém volumetria compatível;

3º - o monumento ambientado;

4º - a cidade ou núcleo histórico;

5º - o edifício isolado na paisagem (MOTTA; THOMPSON, 2010, p.64).

A classificação acabou servindo como uma abordagem sistemática da questão dos entornos, porém o documento resultante do Seminário não abordou referenciais conceituais relacionados ao tema “[...] talvez por isso as demais sugestões de roteiro metodológico que apresenta sejam, em sua maior parte, de caráter burocrático-administrativo” (MOTTA; THOMPSON, 2010, p.64). Em outro trecho o documento abordou a temática do relacionamento da Instituição Federal com os poderes estaduais e municipais, destacando uma situação ideal de planejamento da cidade que levasse em consideração medidas de preservação:

Existe, por outro lado, uma grande dificuldade de concretização desse ideal na medida em que as Prefeituras, não querendo arcar com os ônus políticos da preservação, ignoram a existência de bens tombados, transferindo essa responsabilidade ao órgão federal. A questão mais grave se dá na medida em que a mudança de governo municipal implica facilmente mudança de leis, ou até do empenho em fazer com que sejam aplicadas. (2010, p.65)

A proposta de realização de um período de estudos de casos para que em um segundo momento pudesse ser elaborada uma metodologia institucional não foi bem-sucedida. Apesar de o Segundo Seminário ter sido realizado no mesmo ano, as autoras apontam que o intervalo de tempo entre um seminário e outro não foi suficiente para elaboração dos estudos de caso.

A década de 1980 é marcada também por uma maior preocupação com a integração dos conjuntos arquitetônicos e o contexto em que estavam inseridos, procurando romper com

a ideia de paisagem como moldura, apesar dos problemas enfrentados pela Instituição com o tombamento de grandes áreas, como nos casos de Paraty e Porto Seguro:

Ambos representam cidades históricas rodeadas por áreas naturais e, no caso de Porto Seguro, representa ainda o sítio reconhecido pela historiografia tradicional como o berço da nacionalidade (Aguiar, 2001). Uma das explicações para esses tombamentos também pode ser encontrada na eminência de abertura de rodovias e o perigo que o turismo de massa e o desenvolvimento incontrolável poderia representar para essas áreas (RIBEIRO, 2007, p. 100).

Por último o quarto período, “a rotinização das práticas com entornos” (MOTTA; THOMPSON, 2010, p.11), compreendeu os anos de 1986 e 2003. Buscou-se levantar, no Arquivo Central do IPHAN, os usos institucionais da figura do entorno no período: foram realizados 87 tombamentos, dos quais 80 seriam relativos a bens imóveis que deveriam ter seus entornos delimitados: “Contudo, em somente 45 processos essas áreas foram mencionadas, sendo que, em 23 deles, a demarcação do entorno foi discutida, enquanto, nos 22 restantes, apenas foi feito algum tipo de referência a ela.” (MOTTA; THOMPSON, 2010, p.70).

Melo caracteriza um quinto período, iniciando-se a partir da ascensão à presidência do IPHAN de Luiz Fernando de Almeida, tendo como foco as normas de preservação. Neste período foram realizadas oficinas e a publicação de caderno de diretrizes sobre como se trabalhar as normas.

O caderno de Normatização de Áreas Históricas (IPHAN, 2010) ressalta que apesar de não existirem orientações específicas quanto à definição de poligonais para a proteção dos bens tombados:

uma vez que nem o Decreto-Lei nº 25/37, nem regulamentações posteriores mencionam esse aspecto, tradicionalmente o IPHAN tem trabalhado com a delimitação de poligonais de tombamento e entorno para o caso de sítios e conjuntos urbanos ou conjuntos arquitetônicos (IPHAN, 2010, p.11)

Com relação às áreas de entorno o documento faz referência a um parecer jurídico da Procuradoria Federal do IPHAN que traz premissas básicas que deveriam ser observadas para a fixação de critérios de intervenção nessas áreas:

a) os critérios de intervenção em imóveis situados na área de entorno não podem ser fundamentados na importância cultural dos mesmos;
b) se a importância do bem estiver diretamente relacionada com valores histórico, artístico, paisagístico e cultural, este deverá ser objeto de tombamento individual ou em conjunto, incidindo sobre ele normas mais vigorosas visando à sua preservação;

c) se o bem em si não possuir significativo valor cultural, se encontrando inserido na área de entorno, não poderá ser estabelecida norma visando a sua conservação em si, devendo todos os critérios a serem fixados observar o valor cultural presente no bem tombado;

d) as restrições ao imóvel situado na área de entorno só se justificam em função do bem tombado, este sim, digno de preservação;

e) são legítimas apenas as restrições impostas aos imóveis situados na área de entorno fixadas com a finalidade de se conferir **visibilidade ao bem tombado, visibilidade esta que deve ser aferida em seu sentido amplo de ambiência, garantindo a harmonia do bem tombado com os imóveis vizinhos;**

f) as restrições concernentes a cor, volume, altura e outros elementos arquitetônicos estabelecidas para os imóveis situados na área de entorno devem ser fixadas apenas o suficiente para

permitir a visibilidade/ambiência do bem tombado (CAMELO apud IPHAN, 2010, p. 14).

Nesse sentido o documento define que o ponto chave para a definição da poligonal de entorno deve ser a preservação da ambiência do bem tombado: “funcionando como uma área de amortecimento entre esta e o restante da cidade, não sendo atribuída a ela um valor específico independente ou diferente da área tombada” (IPHAN, 2010, p.14).

Apesar das discussões e trabalhos realizados ao longo dos anos de existência do IPHAN, poucas respostas conceituais e metodológicas foram institucionalizadas em relação ao tema do entorno. A convivência de diferentes concepções em momentos distintos da instituição demonstra que o assunto foi tratado de certo modo de maneira dispersa (MOTTA; THOMPSON, 2010). Mesmo assim, uma concepção ampla do conceito de entorno firmou-se na Instituição.

A noção de visibilidade ganhou avanços em seu entendimento, segundo Melo (2020), a partir de batalhas e decisões judiciais que acabaram conformando uma jurisprudência. A partir daí, foi possível uma ampliação do significado do conceito de visibilidade. Essa ampliação alcançou o conceito de ambiência que estaria relacionado a critérios de harmonia e integração do bem tombado à sua vizinhança (RABELLO, 2009). Com isso, Rabello assinala que a interpretação dada ao critério de visibilidade não está apenas atrelada à nova construção que impeça, pela sua altura ou volume, a visualização do bem, e sim a sua *ambiência*.

Rabello defende que as áreas de tombamento e de entorno tem em suas limitações ordens e intensidades distintas, em uma o objetivo é a conservação (do bem tombado), e na outra, não tendo como objetivo a conservação (do bem vizinho), tem como este

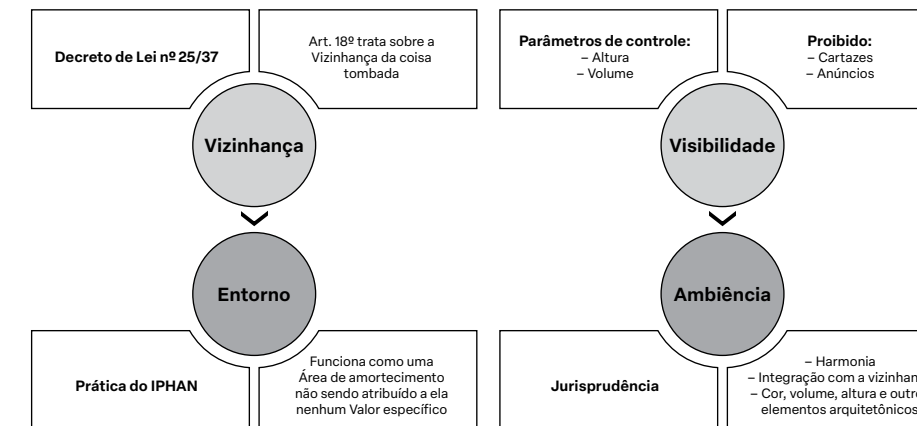


Figura 5: Evolução do conceito de vizinhança e visibilidade. Fonte: MELO, 2020. Adaptado pela autora.

a não perturbação da ambiência da coisa tombada: “Para um a obrigação é de fazer (conservar), e para o outro é a de não fazer (não perturbar). (RABELLO, 2009, p. 125)

Marchesan ressalta que o artigo nº 18 do Decreto Lei nº25/37 não consegue abarcar toda a evolução técnica que tomou a noção de entorno, não há uma conceituação clara sobre “vizinhança”, sobre o regime jurídico dos bens que compõem essa vizinhança, bem como: “sobre uma melhor especificação dos valores tutelados pelo entorno, os quais, seguramente não cabem na estreita expressão ‘visibilidade’” (2013, p.16).

A principal distinção entre área de tombamento e área de entorno está no valor atribuído a cada uma delas, sendo este um dos pontos principais de discussão. A área de entorno é entendida como de referência possibilitando uma melhor compreensão do

bem tombado, ensejando para tanto, parâmetros apropriados a um valor de entorno (MOTTA; THOMPSON, 2010).

Meneses, em artigo publicado em 2006, reacende o debate sobre o conceito de patrimônio ambiental urbano. Defende que a cidade poderia ser vivida como um bem cultural, se fosse planejada adequadamente, oferecendo infraestrutura e serviços básicos, controlando o crescimento desordenado, protegendo as identidades culturais diversas que a coabitam, tarefas que exigiram um planejamento integrado e participativo:

A cidade como bem cultural, é aquela marcada diferencialmente por sentidos e valores, instituídos nas práticas sociais e necessários para que estas se revistam da marca específica da condição humana (MENESES, 2006, p.39).

A cidade como bem cultural é boa para ser esteticamente fruída, consumida “afetiva e identitariamente”; é boa para ser conhecida pelos seus habitantes, turistas, técnicos, e acima de tudo é boa para ser praticada em todo seu potencial:

Em outras palavras, para ser culturalmente qualificada como cidade, ela precisa ser boa como cidade, precisa de condições de viabilidade econômica, infraestrutura, políticas adequadas de habitação, transporte, saúde, educação etc.

Nessa ordem de ideias, o principal sujeito da cultura é o habitante local. A palavra “habitante” vem do latim *habeo*, que quer dizer “ter”, manter uma relação constante com algo, o sufixo “it” (*habito*) aprofunda e reitera esta relação. Hábito, habitar, portanto, expressa um grau superior e constante de apropriação. Essa relação contínua, permanente, cotidiana, demorada e que o tempo adensa, é que cria as condições mais favoráveis para a fruição do patrimônio ambiental urbano (MENESES, 2006, p.39).

Com relação aos trabalhos envolvendo a Paisagem Cultural no âmbito do IPHAN, Ribeiro (2019) ressalta que a “Chancela da Paisagem Cultural” instrumento criado em 2009, pela Instituição, encontrou dificuldades operacionais e conceituais e não conseguiu ser completamente aplicado: “[...] apesar disso, é inegável que a paisagem, entendida de diferentes formas, tem entrado mais e mais no vocabulário de políticas urbanas de maneira geral e daquelas associadas ao patrimônio cultural em particular” (RIBEIRO, 2019, p.147).

Em 2012, o Rio de Janeiro foi inscrito na Lista do Patrimônio Mundial na categoria de Paisagem Cultural, como a primeira grande área urbana inscrita como paisagem cultural, se autointitulando como paisagem cultural urbana, dialogando com a abordagem da paisagem urbana histórica da UNESCO (RIBEIRO, 2019):

[...] A paisagem deixa de ser apenas algo a ser usufruído, e algo fruto de um planejamento para tal, e passa a ser a base para instrumentos de planejamento, gestão e preservação. Isso constitui uma transformação significativa no modo de compreensão da paisagem e na sua aplicação (RIBEIRO, 2019, p.151).

A inscrição do Rio de Janeiro como paisagem cultural apresenta-se num contexto de transformação da relação entre natureza e cultura, entre intervenções urbanas e o meio ambiente, realçando a ideia de desenvolvimento sustentável, “tão cara às políticas públicas contemporâneas” (RIBEIRO, 2019, p.154). Essa ideia de paisagem atrelada às políticas de patrimônio cultural, difere da interpretação de paisagem baseada exclusivamente em apreciação estética como havia se dado nos anos iniciais nas políticas de tombamento de bens paisagísticos.

Em uma perspectiva atualizada sobre as áreas de entorno, a relação entre esta e o bem tombado não envolve apenas aspectos materiais, como tem se dado a proteção de

tais áreas pelo IPHAN, utilizando especificamente critérios baseados em parâmetros urbanísticos. Podemos vislumbrar nas definições sobre o conceito de patrimônio ambiental urbano, uma visão sobre a gestão do patrimônio urbano muito parecida com o atual conceito de Paisagem Urbana Histórica (HUL), no qual a gestão da transformação do patrimônio urbano passa a ser o cerne da questão aliada a qualidade de vida das comunidades locais. Os dois termos têm em comum ainda, o fato de não se tratar de novas categorias de classificação, e sim de conceitos que buscam trazer novas abordagens e reflexões sobre o tema.

Meneses destaca que o bem tombado é o objeto de interesse e de proteção, é quem possui um “valor substantivo”. O controle do entorno é em função do bem tombado, portanto, o entorno manteria um “valor adjetivo” (2006, p.43). Porém, Meneses entende o ambiente como:

um espaço arquitetonicamente organizado e animado, que constitui um meio físico, e ao mesmo tempo estético psicológico ou social, especialmente agenciado para o exercício de atividades humanas (MENESES, 2006, p.41).

O espaço é tratado como um fato social que deve ser qualitativamente agenciado para qualificar o bem protegido, devendo ser entendido de forma substantiva e não adjetivamente (TONASSO, 2017, p.24):

O conceito de Patrimônio só pode existir por meio das relações estabelecidas entre **os bens culturais, os indivíduos e o ambiente**. Diversos autores afirmam que os critérios de promoção de determinado elemento à condição de patrimônio estão mais ligados hoje à atribuição de valores que podem ser defendidos *socialmente*, não sendo suficiente apenas a indicação da importância histórica

ou mesmo a tão famosa e polêmica excepcionalidade (TONASSO, 2017, p. 28, grifo nosso).

Retomando as discussões a respeito do valor, ou não-valor da área de entorno, Melo propõe uma superação da discussão. Resgatando a teoria contemporânea da restauração, de Muñoz Viñas, argumenta que por meio da ótica do restaurador, o patrimônio não existiria por si só, sua valoração seria atribuída, projetada por indivíduos, e não inerente ao objeto, seria um valor simbólico, que desloca a patrimonialização do objeto para o sujeito.

A partir do aporte teórico levantado em sua tese, Melo propõe a seguinte definição para o conceito de entorno, centrado no conceito de ambiência:

O entorno [...] seria uma camada de proteção adicional que ultrapassa os limites físico-espaciais de um bem tombado e que tem por objetivo preservar e/ou valorizar a ambiência a ele vinculada. (2020, p.335)

A partir desta definição, outros atributos podem ser reconhecidos nas áreas de entorno que teriam que ver com a ambiência proporcionada ao bem, como “a visibilidade, a luz, a perspectiva, o decoro, o ambiente, e tantos outros que sejam identificados”. (MELO, 2020, p.335) Pondera sobre a fragilidade relativa ao instrumento empregado pelo IPHAN, em decorrência da falta de integração às políticas urbanas municipais e a uma ausência de clareza do que se quer proteger associada à escassez dos métodos de gestão²⁷: “Seria o fim das áreas de entorno? Ou seria possível reinterpretá-las, alinhando-as com uma visão mais contemporânea de patrimônio?” (MELO, 2020, p.196).

27. O artigo nº 18 do Decreto Lei nº25 de 1937 se constitui na principal base jurídica para a proteção dos entornos no Brasil, em conjunto com a jurisprudência formada a partir da aplicação das diretrizes e conceitos estabelecidos pelos

Entendemos que os questionamentos feitos por Melo são pertinentes, no sentido que a política de preservação de áreas de entorno como efetuadas até aqui pelo IPHAN, não estão conseguindo efetuar seus propósitos. Porém, as reflexões de Meneses e Yázigi, também exploradas por Tonasso, sugerem que a ampliação dos valores inerentes às relações entre bens culturais, indivíduos e ambientes, alterou a forma como o patrimônio deve ser valorado. Uma comunidade pode vir a valorizar muito mais um ambiente urbano qualificado, de usufruto e fruição próprios ao seu cotidiano, do que o conjunto e o bem tombado isoladamente, que porventura fizerem parte de seu contexto urbano:

Ainda há pouco tempo, a presença de monumentos de todas as ordens, de edifícios prestigiosos e de prédios “antigos” é que transformava o território em um patrimônio, ao passo que, atualmente, qualquer território pode ser declarado patrimônio, de acordo com a nova perspectiva de ética que preconiza o reconhecimento mundial das culturas (POULOT, 2009, p.227)

Nesse sentido há um crescente questionamento (SMITHS, 2006) às práticas institucionais de imposição de valorações sobre determinados bens, selecionados e autorizados institucionalmente, baseados principalmente por sua excepcionalidade, como no caso do programa do Patrimônio Mundial instituído pela UNESCO. A subjetividade por trás deste conceito vem gerando questionamentos quanto a validação do “discurso patrimonial autorizado” pelas diferentes culturas e práticas sociais:

Quando não há reconhecimento de valores e sentimento de pertencimento por parte dos atores sociais com relação aos bens

documentos internacionais, para uma atuação mais atualizada, na prática: “caso gerasse (gere) controvérsia, era (é) encaminhada para resolução jurídica, configurando nova jurisprudência (MELO, 2020, p.106).

culturais, é muito difícil que se institua uma cultura de preservação coerente e sustentável [...] por isso, o fator social demonstra-se não apenas importante como imprescindível para a preservação das cidades (TONASSO, 2017, p.30)

Nesse sentido, abordagens como o conceito de patrimônio ambiental urbano, procuram trazer a dimensão social como parte essencial da construção do patrimônio, sem tratar o contexto urbano como um “entorno secundário de um objeto isolado e não apenas como uma trama de objetos espaciais esteticamente valorizados” (TONASSO, 2017, p. 30). Meneses ressalta que a cidade é um todo fragmentado: “onde o direito à cultura cada vez mais se apresenta como o direito à diferença” (2006, p. 48).

Assim, o entendimento de que uma visão mais integrada entre preservação do patrimônio cultural e patrimônio natural, bem como do patrimônio urbano e da gestão de mudanças em grandes áreas urbanas, vem se firmando entre especialistas, a partir da criação da categoria de patrimônio mundial, Paisagem Cultural em 1992 e, mais recentemente da proposição de uma nova abordagem, a Paisagem Histórica Urbana, em 2011, ambas propostas pela UNESCO.

Neste capítulo vimos como a ideia de preservação da paisagem atrelada à preservação cultural, pode auxiliar nas práticas de proteção do patrimônio urbano e dos entornos de bens tombados. Pensar a paisagem como um bem comum como nos traz Donadieu, que deve ser gerido para que proporcione qualidade de vida às grandes áreas urbanas. Esse pensamento auxilia na ideia de que os entornos de bens tombados mantêm sim valores associados a essas áreas. Não necessariamente valores excepcionais como os que se deseja preservar nos bens selecionados, mas valores associados a ideia de

bem comum, ou a ideia de cidade como bem cultural como afirma Meneses. Vimos, também, que o IPHAN ainda mantém em seu ordenamento jurídico uma noção de entorno muito associada à noção de visibilidade e ambiência do bem principal, que não acompanha as novas formulações trazidas pelos documentos internacionais, que vêm incorporando a paisagem como forma de agregar valor à grandes áreas urbanas.

Buscando traduzir de maneira sintética as informações mais relevantes retiradas dos documentos analisados, organizamos essas informações nas tabelas a seguir.

DOCUMENTO	DEFINIÇÕES	PRINCÍPIOS GERAIS	PARÂMETROS
Recomendação relativa à salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e sítios (UNESCO, 1962)	Define a salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e sítios naturais, rurais ou urbanos.	As medidas de salvaguarda adotadas para paisagens e sítios devem se estender a todo o território.	Lista medidas que a preservação deve assegurar.
Carta de Veneza (UNESCO, 1964)	Conjuntos Urbanos	Participação integrada, multidisciplinar para preservação do patrimônio. Papel dos conjuntos históricos na dinâmica das cidades. Risco da transformação de conjuntos urbanos em museus para o turismo.	Lista medidas que a preservação deve assegurar.
Recomendação sobre a conservação dos bens culturais ameaçados pela execução de obras públicas ou privadas (UNESCO, 1968).	Trata sobre a definição de bens imóveis. A expressão "bens culturais" se estende também ao entorno desses bens.	As medidas de salvaguarda adotadas para paisagens e sítios devem se estender a todo o território. Assegurar a proteção ou o salvamento dos bens culturais ameaçados por obras públicas ou privadas.	Lista medidas que a preservação deve assegurar.
Convenção sobre a salvaguarda do patrimônio mundial, cultural e natural (UNESCO, 1972)	Definição de patrimônio cultural e patrimônio natural. Valor Mundial Excepcional. Lista do patrimônio mundial.	Integridade e autenticidade; qualidades excepcionais.	Gestão e legislação de preservação; monitoramento e avaliação; responsabilidade dos gestores.
Declaração de Amsterdã Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu. (Conselho da Europa, 1975).	Conservação integrada	A conservação deve ser considerada um objetivo maior do planejamento das áreas urbanas e do território. A conservação integrada envolve os poderes locais e a participação dos cidadãos;	Processos e procedimentos da gestão da conservação integrada Responsabilidade dos atores envolvidos.
Recomendação relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea (UNESCO, 1976)	Áreas históricas. Conjuntos tradicionais. Ambiência	Perigos de destruição da ambiência e caráter dos conjuntos históricos. Integração harmoniosa dos conjuntos na vida contemporânea.	Planejamento de áreas urbanas e físico-territoriais Participação dos interessados
Carta de Washington (ICOMOS, 1986)	Todas as cidades são históricas	A salvaguarda das cidades deve ser parte integrante da política de desenvolvimento econômico, social e urbano.	Plano de salvaguarda
Carta de Burra (ICOMOS, 1999)	Significância cultural	Valores, atributos, autenticidades e qualidades das cidades históricas. Relevância dos atores envolvidos.	Processos e procedimentos de salvaguarda das cidades históricas
Convenção do Patrimônio Cultural Imaterial (UNESCO, 2003)	Patrimônio Cultural Imaterial	Campos de manifestação do Patrimônio Imaterial.	Inventários, educação patrimonial, zonas de proteção.
Declaração de Xi'an Sobre a conservação do entorno edificado, sítios e áreas do patrimônio cultural (ICOMOS, 2005).	Entorno	Preservação dos entornos e seu caráter diferenciado. Abordagem multidisciplinar. Indicadores que avaliem a contribuição do entorno para o significado do bem cultural.	Gestão sustentável do entorno. Zonas de proteção. Avaliação de impacto ambiental de novos projetos. Participação dos interessados.
Memorando de Viena (UNESCO, 2005)	Conjuntos, contextos, paisagem, ambientes urbanos que ajudam a entender a vida contemporânea.	Noção de paisagem urbana histórica.	Gestão das mudanças. Qualidade de vida da comunidade.

DOCUMENTO	DEFINIÇÕES	PRINCÍPIOS GERAIS	PARÂMETROS
Princípios de La Valletta para a Salvaguarda e Gestão de Cidades e Conjuntos Urbanos Históricos (ICOMOS, 2011).	Ambiente. Zona de amortecimento.	A mudança em prol da qualidade das cidades e áreas urbanas históricas. Risco da perda da autenticidade. Importância da preservação do patrimônio intangível. Preservação da relação entre a cidade, área urbana e sua envolvente.	Plano de gestão
Recomendação da Paisagem Urbana Histórica (UNESCO, 2011).	Paisagem Urbana Histórica.	– Reconhece a natureza dinâmica das cidades vivas; preservação de valores relativos à comunidade; integração de estratégias de conservação, gestão e planejamento.	Seis passos propostos pelo Guia de implementação do HUL; Conjunto de instrumentos que foram organizados em quatro diferentes categorias.

Tabela 2: Principais documentos internacionais que tratam sobre paisagem e entorno. Fonte: Elaborado pela autora.

PASSO 1 MAPA DE RECURSOS	PASSO 2 CONSENSO	PASSO 3 AMEAÇAS	PASSO 4 INTEGRAR	PASSO 5 PRIORIZAR AÇÕES	PASSO 6 GESTÃO
Mapear recursos naturais, culturais e humanos.	Alcançar um consenso sobre o que proteger: listar valores e atributos	Avaliar as vulnerabilidades dos atributos identificados.	Integrar os passos anteriores em um marco de desenvolvimento urbano.	Priorizar ações para a conservação e o desenvolvimento.	Estabelecer sócios locais e marcos de gestão.

Tabela 3: Passos Recomendação da Paisagem Urbana. Fonte: Elaborado pela autora.

PAISAGEM URBANA HISTÓRICA DE BRASÍLIA: PARA ALÉM DO MONUMENTO

Ainda levantando recursos para explorar amplamente nosso objeto de pesquisa, neste capítulo buscaremos elaborar um histórico da conformação dos temas paisagem e entorno no âmbito do Conjunto Urbano de Brasília. Para tanto, iremos identificar os valores que estão relacionados à significância cultural do Conjunto Urbanístico de Brasília. A partir desta análise podemos pensar de que maneira o contexto em que o Conjunto está inserido pode ajudar na manutenção dessa significância, auxiliando também na definição dos valores do entorno.

Por meio de consulta aos relatórios das Missões de monitoramento da UNESCO, buscaremos analisar como os consultores enxergavam o crescimento ao redor do CUB e quais as necessidades que apontavam para a proteção do Conjunto. Esta análise também é de fundamental importância para o entendimento do que levou o IPHAN a publicar a Portaria nº68/2012, se adiantando a outros estudos que estavam sendo produzidos sobre o assunto.

Em seguida passaremos a levantar o histórico dos estudos que se debruçaram sobre o entorno do CUB tentando avançar na delimitação de uma área de proteção e que em sua maioria não foram levados adiante.

Ainda trabalhando na produção de um histórico, analisaremos o processo de instrução técnica que culminou com a publicação da Portaria nº68/2012 que definiu a área de entorno

do CUB, buscando entender os aspectos destacados pelo IPHAN na composição da ambiência do CUB e a definição da Bacia Hidrográfica do Paranoá como área de entorno.

Por fim, buscaremos explorar alguns parâmetros contidos na legislação vigente sobre o entorno do CUB, entre eles aspectos visuais relacionados aos setores de entorno definidos pela Portaria nº69/12. Para analisar os eixos de visibilidade definidos a partir dos mirantes naturais da Portaria foram realizados percursos nos limites estabelecidos pelas poligonais de entorno e de tombamento com o objetivo de verificar os eixos visuais e seu funcionamento para a preservação do CUB.

Alguns pesquisadores (KAPP, 2020; YIN, 2005) descrevem que o tipo de questionamento principal da pesquisa, definirá a metodologia que será utilizada no trabalho e na busca por respostas. Uma pergunta de pesquisa demonstra uma lacuna teórica e a resposta pode alterar a teoria em questão (KAPP, 2020):

[...] esse princípio vale mesmo para estudos exploratórios ou em situações em que a pergunta, no início, é pouco mais que uma desconfiança. Nada impede ela seja ajustada, especificada e reformulada no percurso (KAPP, 2020, p.5)

A partir de uma lacuna teórica que irá estruturar uma pesquisa se torna necessário estabelecer caminhos que conduzirão ao levantamento de dados relevantes (KAPP, 2020).

Entrevistas são caminhos metodológicos que auxiliam na obtenção e na produção de dados. As entrevistas proporcionam oportunidades de interação com pessoas que não seria possível alcançar por outros meios.

Para esta pesquisa, entrevistamos algumas pessoas, entre especialistas, profissionais e um morador da área de entorno do CUB (nove pessoas no total)²⁸. Estas entrevistas foram realizadas de modo semiestruturado, desenvolvido a partir de questões predeterminadas, como em um questionário, porém com respostas livres, como em uma entrevista aberta. As entrevistas serão apresentadas ao longo dos capítulos 2 e 4 como forma de complementação a outras fontes primárias consultadas, como documentos e relatórios técnicos que nos ajudaram a construir o histórico e os estudos de casos propostos.

2.1. VALORES INSTITUCIONALMENTE ATRIBUÍDOS AO CUB

Como vimos no capítulo anterior, a *Australia ICOMOS Charte for the Conservation of Places of Cultural Significance*, a Carta de Burra (1999), trouxe o estabelecimento de processos para a construção da significância cultural que culminou com o instrumento denominado Declaração de Significância. Este passou a desempenhar um papel fundamental na conservação de um bem, pois registra seus significados e valores, auxilia no planejamento e na implantação do monitoramento de conservação (HIDAKA, 2011). A Carta destaca os procedimentos para conservação dos bens patrimoniais:

28. Essa pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Brasília – CEP CHS UnB. Processo aprovado sob o seguinte registro: CAAE nº52763721.2.0000.5540. Parecer Consubstanciado do CEP nº 5.180 – 632.

a compreensão do significado; a formulação da política de conservação e a gestão patrimonial:

As legislações, regulamentações e ações de proteção e gestão devem sofrer adequações e melhorias constantes, já os atributos pelos quais os bens foram inscritos devem ser minimamente alterados e potencialmente mantidos. Neste sentido, a compreensão do significado e a elaboração da declaração de significância do bem patrimonial são ações expressivas para o monitoramento do estado de conservação, pois registram os atributos pelos quais o bem faz parte do estoque do patrimônio mundial da humanidade e que devem ser conservados às futuras gerações (HIDAKA, 2011, p.42).

Hidaka (2011) destaca que a declaração de significância cultural do sítio urbano patrimonial, nos casos de sítio classificado como patrimônio mundial, deve ser extraída dos documentos utilizados para a inclusão do sítio na *World Heritage List* (WHL). Precisando ser revista periodicamente, funcionando como uma memória do estado de conservação do bem. Destacamos que a partir desta análise tem-se uma visão institucionalizada do bem, definida por especialistas.

Hidaka (2011) afirma ainda que para se conquistar uma conservação urbana sustentável, os gestores dos sítios urbanos e outras partes envolvidas, devem agir sobre o estado dos atributos do bem que transmitem valores - de natureza material (tangível) ou imaterial (intangível) - em uma relação temporal entre sujeitos e objetos e processos patrimoniais:

A conservação urbana sustentável do patrimônio cultural depende da manutenção de suas significâncias culturais presentes e passadas ao futuro.

[...] Estas dimensões relacionam-se a partir das variáveis de significância, integridade e autenticidade no âmbito da conservação patrimonial (HIDAKA, 2011, p.108).

No caso de Brasília, classificada como patrimônio mundial pela UNESCO em 1987, não foi feita uma declaração de significância cultural. Contudo, podemos nos basear na Declaração de Valor Universal Excepcional emitida pela UNESCO em 2014 e em outros documentos relevantes para extrair as informações sobre o significado do sítio. No caso nos basearemos na minuta do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília²⁹ (publicada em outubro de 2022).

A partir desta análise da significância cultural do CUB podemos pensar de que maneira o contexto em que ele está inserido pode ajudar na manutenção dessa significância, podendo auxiliar também na definição dos valores do entorno, necessários à preservação do bem principal.

De acordo com a Declaração de Valor Universal Excepcional (VUE) (2014), emitida pela UNESCO, Brasília foi inscrita na WHL pelos seguintes critérios: **(i)** - Brasília é uma realização artística singular, uma criação primordial do gênio humano, representando, em escala urbana, a expressão viva dos princípios e ideais do Movimento Modernista

29. O Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília ainda está em fase de aprovação pela participação popular. Em outubro de 2022 foi publicada a minuta do Plano e em 19 de novembro ocorreu audiência pública para discussão de seu conteúdo com a sociedade. O PPCUB compreende a legislação de preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília - CUB; as normativas de uso e ocupação do solo para as áreas integrantes do CUB e o Plano de Desenvolvimento Local do CUB. A minuta é composta pelo corpo do texto da lei e é complementada por diversos anexos, dentre eles, o Anexo VII, que é constituído das Planilhas de Parâmetros Urbanísticos e de Preservação - PURP. A minuta do PPCUB divide o território em 12 Territórios de Preservação - TP, subdividido em Unidades de Preservação - UP. Nas PURP estão contidos instrumentos de controle urbanístico e de preservação, parâmetros de uso e ocupação do solo, diretrizes de parcelamento do solo e de tratamento dos espaços públicos.

e efetivamente concretizados nos Trópicos através do planejamento urbano e arquitetônico de Lucio Costa e Oscar Niemeyer. A experiência brasileira é marcada pela grandiosidade do projeto, que não só encerrou definitivamente uma determinada época histórica, mas que esteve intimamente ligada a uma ambiciosa estratégia de desenvolvimento e a um processo de autoafirmação nacional perante o mundo.

(iv): Brasília é um exemplo único de planejamento urbano realizado no século XX, uma expressão dos princípios urbanísticos do Movimento Modernista, conforme estabelecidos na Carta de Atenas de 1933, no tratado de Le Corbusier de 1946 ‘Como conceber o urbanismo’ e nos projetos arquitetônicos de Oscar Niemeyer, incluindo os prédios dos três poderes (Palácio da Presidência, Supremo Tribunal Federal e Congresso, com seus prédios gêmeos ladeados pela cúpula do prédio do Senado e pela invertida da Câmara dos Deputados), e a Catedral com seus 16 parabolóides de 40 metros de altura, o Panteão de Juscelino Kubitschek e o Teatro Nacional³⁰.

Com relação a integridade do Sítio, a Declaração ressalta que a cidade se encontra em processo de consolidação por meio da contínua implementação de novos serviços e estruturas urbanas. Apesar das vulnerabilidades indicadas pela pressão do desenvolvimento urbano, que incluem aumento do tráfego e requisitos do transporte público,

30. Tradução livre de: **Criterion (i):** Brasilia is a singular artistic achievement, a prime creation of the human genius, representing, on an urban scale, the living expression of the principles and ideals advanced by the Modernist Movement and affectively embodied in the Tropics through the urban and architectural planning of Lucio Costa and Oscar Niemeyer. The Brazilian experience is notable for the grandiosity of the Project, one which not only brought to a definitive close a particular historical epoch, but which was closely tied to an ambitious development strategy and to a process of national self-affirmation before the world. **Criterion (iv):** Brasilia is a unique example of urban planning brought to fruition in the 20th century, an expression of the urban principles of the Modernist Movement as set out in the 1943 Athens Charter, in Le Corbusier's 1946 treatise How to Conceive Urbanism, and in the architectural designs of Oscar Niemeyer, including the buildings of the three powers (Presidential Palace, Supreme Court and Congress with its twin highrise buildings flanked by the cupola of the Senate building and by the inverted one of the House of Representatives), and the Cathedral with its 16 paraboloids 40 metres in height, in Pantheon of Juscelino Kubitschek and the National Theatre.

segundo a Declaração, os processos de complementação dos diversos setores da cidade não comprometem o valor singular do Projeto do Plano Piloto de Lucio Costa, que permanece “Integralmente preservado, física e simbolicamente” (UNESCO, 2014, p.169). Nesse trecho a declaração ressalta ainda que:

É possível, a partir das **áreas ainda não urbanizadas** ao redor de Brasília, **dos espaços verdes do entorno** e da **topografia do local**, distinguir claramente os limites da cidade da extensão territorial em que foi introduzida, os atributos singulares que possibilitam a análise do sítio sem perder nenhuma das informações básicas para a transmissão contínua de seu valor universal excepcional (UNESCO, 2014, p.170, grifo nosso).

A seguir apresentamos uma tabela com os atributos que dizem respeito a “o que” preservar e dos valores, que expressam o “porque” preservar. Ambos inferem a autenticidade do sítio, de acordo com a Declaração de VUE. Outros documentos também foram consultados como a minuta do PPCUB publicada em outubro de 2022 e a Portaria IPHAN nº166/16.

DECLARAÇÃO DE VALOR UNIVERSAL EXCEPCIONAL (UNESCO, 2014) ATRIBUTOS	MINUTA DO PPCUB (SEDUH, 2022) ATRIBUTOS
I. A interseção de dois eixos e a distribuição hierárquica do sistema viário;	I. A interação das quatro escalas urbanas: a monumental, a residencial, a gregária e a bucólica;
II. A divisão da cidade em setores com suas respectivas características e fins usos;	II. A estrutura viária como arcabouço integrador das várias escalas urbanas;
III. A rede de espaços livres e verdes;	III. O sentido de unidade e de ordenação, bem como a setorização por funções do espaço urbano;
IV. A Esplanada dos Ministérios;	IV. O conjunto arquitetônico e urbanístico do Eixo Monumental;
V. Estruturas representativas que compõem o Eixo Monumental;	V. As superquadras e a concentração de residências ao longo do Eixo Rodoviário Residencial, com oferta de habitação multifamiliar;
VI. As superquadras organizadas a partir de unidades de bairro;	VI. A cidade-parque com os seus espaços abertos e a importância da estrutura verde urbana, como pressupostos do seu partido urbanístico;
VII. os projetos arquitetônicos de Oscar Niemeyer dos principais edifícios representativos;	VII. A orla do Lago Paranoá, com livre acesso, onde prevalece a escala bucólica, e seu espelho d'água;
VIII. Esses atributos são melhor compreendidos com base nas quatro escalas identificadas por Lucio Costa: uma escala monumental [...]; uma escala residencial [...]; uma escala gregária [...] e uma escala bucólica [...].	VIII. A arquitetura dos edifícios representativos do Movimento Moderno;
	IX. A ampla visão da linha de cumeada da Bacia do Lago Paranoá;
	X. Os acampamentos pioneiros consolidados.

Tabela 4: Atributos: O que preservar. Fonte: Elaborado pela autora.

DECLARAÇÃO DE VALOR UNIVERSAL EXCEPCIONAL (UNESCO, 2014) ATRIBUTOS	MINUTA DO PPCUB (SEDUH, 2022) ATRIBUTOS
XI. A interseção de dois eixos e a distribuição hierárquica do sistema viário;	I. A interação das quatro escalas urbanas: a monumental, a residencial, a gregária e a bucólica;
XII. A divisão da cidade em setores com suas respectivas características e fins usos;	II. A estrutura viária como arcabouço integrador das várias escalas urbanas;
XIII. A rede de espaços livres e verdes;	III. O sentido de unidade e de ordenação, bem como a setorização por funções do espaço urbano;
XIV. A Esplanada dos Ministérios;	IV. O conjunto arquitetônico e urbanístico do Eixo Monumental;
XV. Estruturas representativas que compõem o Eixo Monumental;	V. As superquadras e a concentração de residências ao longo do Eixo Rodoviário Residencial, com oferta de habitação multifamiliar;
XVI. As superquadras organizadas a partir de unidades de bairro;	VI. A cidade-parque com os seus espaços abertos e a importância da estrutura verde urbana, como pressupostos do seu partido urbanístico;
XVII. os projetos arquitetônicos de Oscar Niemeyer dos principais edifícios representativos;	VII. A orla do Lago Paranoá, com livre acesso, onde prevalece a escala bucólica, e seu espelho d'água;
XVIII. Esses atributos são melhor compreendidos com base nas quatro escalas identificadas por Lucio Costa: uma escala monumental [...]; uma escala residencial [...]; uma escala gregária [...] e uma escala bucólica [...].	VIII. A arquitetura dos edifícios representativos do Movimento Moderno;
	IX. A ampla visão da linha de cumeada da Bacia do Lago Paranoá;
	X. Os acampamentos pioneiros consolidados.

Tabela 5: Valores: Porque preservar. Fonte: Elaborado pela autora.

A partir do quadro demonstrado e mantendo como foco nossa investigação, podemos ressaltar que dos atributos (o que) e valores (porque) associados a autenticidade do CUB e, portanto, componentes da sua significância cultural, os que estariam presentes também em sua área de entorno seriam os seguintes:

————— **O QUE:** A REDE DE ESPAÇOS LIVRES E VERDES;

————— **O QUE:** A CIDADE-PARQUE COM OS SEUS ESPAÇOS ABERTOS E A IMPORTÂNCIA DA ESTRUTURA VERDE URBANA, COMO PRESSUPOSTOS DO SEU PARTIDO URBANÍSTICO;

————— **O QUE:** A ORLA DO LAGO PARANOÁ, COM LIVRE ACESSO, ONDE PREVALECE A ESCALA BUCÓLICA, E SEU ESPELHO D'ÁGUA;

————— **O QUE:** A AMPLA VISÃO DA LINHA DE CUMEADA DA BACIA DO LAGO PARANOÁ;

————— **O QUE:** ESCALA BUCÓLICA;

————— **PORQUE:** O VALOR PAISAGÍSTICO RESULTANTE DA INSERÇÃO DA CIDADE NO TERRITÓRIO;

————— **PORQUE:** O VALOR SOCIOCULTURAL RESULTANTE DO ENCONTRO E DA INTEGRAÇÃO DE CULTURAS.

De acordo com Beatriz Gomes a escala bucólica se refere “às áreas *non aedificandi*, aos vazios urbanos modernos, e à composição fluida e dinâmica que delimita o entorno dos edifícios (ou dos conjuntos de edifícios) modernos isolados” (GOMES, 2023, p.18).

Com relação a expressão “vazios urbanos modernos” a autora se refere aos vazios planejados definidos por Luciana Saboia como sendo:

Diferentemente do significado mais geral de vazio urbano, definido por espaços residuais, áreas intersticiais ou discontinuidades no território metropolitano, o vazio moderno é o espaço planejado caracterizado por extensas áreas entre edifícios isolados ou internamente por grandes espaços projetados como mínimo de elementos (SABOIA, 2016, p.51).

Esses espaços planejados ora intensamente arborizados, como nas superquadras, ora apenas áreas abertas gramadas, como no eixo monumental, reconhecido como a escala bucólica que delimita o entorno dos edifícios modernos, também está presente na firme demarcação da paisagem envoltória do Conjunto Urbano, constituída pela cumeada da Bacia Hidrográfica do Paranoá, que delimita o entorno do CUB. Beatriz Gomes se refere aos vazios da escala bucólica utilizando o termo *vazio intencionado*:

Dito em outras palavras, a sintetização dessa nova expressão busca refletir a extrapolação da escala bucólica além de um espaço planejado funcionalista e assume sua intenção, seu propósito de propiciar a manifestação de vivências cotidianas vinculadas ao espírito moderno da cidade representado por suas escalas (GOMES, 2023, p.38).

Deste modo, podemos pensar em uma extrapolação da escala bucólica para além do CUB, alcançando os limites da cumeada da bacia, que conforma a linha do horizonte de Brasília, e os vazios que ainda são possíveis de se identificar nesse horizonte.

Para entender como tem sido gerenciada a manutenção dos valores e atributos associados ao entorno e a paisagem do CUB, continuaremos a nossa investigação a partir dos instrumentos utilizados pela UNESCO para o monitoramento do sítio, que são feitos por meio de missões realizadas por especialistas ao sítio e pelo Relatórios periódicos sobre o estado de conservação do sítio elaborados pelo Estado parte.

2.2. OS RELATÓRIOS DAS MISSÕES DE MONITORAMENTO DA UNESCO

Antes de abordarmos a análise de como se deu a proposta do IPHAN para a preservação da ambiência e a definição da poligonal de entorno que se desdobrou na Portaria nº68/2012, é de suma importância procurar entender os caminhos que levaram o IPHAN a se adiantar aos estudos que vinham ocorrendo à época e publicar a Portaria. Algumas destas respostas encontram-se nas pressões que vinham ocorrendo por meio dos relatórios apresentados pela UNESCO a partir das missões de monitoramento ao sítio. Para tanto, iremos nos concentrar em extrair dos relatórios as passagens referentes à área de entorno e à paisagem urbana.

Entre 25 e 29 de outubro de 1993 ocorreu a primeira Missão de Monitoramento da UNESCO no CUB resultando em um relatório assinado pelo Consultor German Samper Gnecco. Frente a pressão pelo crescimento populacional da capital Gnecco expõe em seu relatório suas impressões sobre Brasília:

Sua coerência urbana está em perigo. Foi desenhada para uma população, que não se expandiu como se esperava. [...] o crescimento da população tem sido maior do que o esperado, e sua expansão tem se efetuado na periferia: com o surgimento de

cidades satélites, para um total de 1.700.000. [...] Se pode dizer que o Plano Piloto de Lucio Costa está conservado, e os monumentos de Oscar Niemeyer permanecem em seu estado original. Por ser um organismo vivo e ainda em desenvolvimento é lógico que existem pressões em diversos aspectos (GNECCO, 1993, p. 24).

No item 15 denominado “Ecologia” de seu relatório Gnecco se detém na questão da paisagem natural com mais ênfase constatando que a cidade com seus “generosos espaços verdes” não demonstra ainda ter problemas de poluição atmosférica” (1993, p. 34); enfatiza que de qualquer lugar urbano é possível perceber o horizonte das montanhas com clareza e destaca que a cidade está no centro do cerrado “zona ecológica de grande importância continental”:

É um terreno de alta biodiversidade; pela fragilidade da terra as plantas desenvolveram defesas especiais. **A cidade é ecologicamente um acréscimo ainda não integrado. Os habitantes não têm consciência do valor de suas paisagens**; o meio ambiente regional está subutilizado. A agricultura intensiva de monocultura é prejudicial. A riqueza botânica está em perigo. É necessário diversificar sua agricultura com cultivos compatíveis com a conservação. (GNECCO, 1993, p.34, grifo nosso).

Gnecco aponta que o turismo não estava desenvolvido na cidade e que a instituição encarregada deste tinha planos para desenvolver o aproveitamento das margens do lago, criando marinas para esportes de vela; pontua que nas margens do lago existem diversos clubes privados e que a ideia seria democratizar a área, incentivar as autoridades a criar um turismo ecológico. Apesar de demonstrar preocupação com o crescimento da cidade para além do Plano Piloto e enfatizar o horizonte visível de qualquer lugar urbano, uma menção sobre a área envoltória aparece apenas no

item “18. Conclusões e Recomendações”, onde o inspetor recomenda: “estabelecer o contorno de área *“Non aedificandi”*, segundo o traçado da poligonal da área de proteção para que esta zona seja fisicamente pontuada” (GNECCO, 1993, p. 36). Gnecco demonstra uma preocupação em delimitar um cinturão verde ao redor do Plano Piloto para que o crescimento da área envoltória se diferencie da área protegida.

Em maio de 2001 o Comitê Brasileiro do ICOMOS promoveu uma missão de monitoramento que resultou no relatório: “Patrimônio Cultural e Dinâmica Urbana” (agosto, 2001) realizado pelo arquiteto e urbanista Raoul Pastrana, professor da Universidade de Sorbonne, Paris. Pastrana embasa sua análise reportando-se sempre aos textos fundadores de Lucio Costa, convicto de que as respostas aos problemas que a cidade apresentava à época encontravam-se nos textos do urbanista. Enumera alguns dos problemas para os quais o Plano Diretor de Brasília deveria se deter em busca de soluções, entre eles, o adensamento, o crescimento e as margens do Lago Paranoá, uma preocupação sempre constante nos primeiros relatórios. O autor enfatiza a necessidade de se elaborar um Plano Estratégico do Distrito Federal abarcando um território de estudo mais amplo da área de influência. Também enfatiza a preservação do meio ambiente:

Atribuimos importância fundamental à preservação e à valorização do território como meio natural. A noroeste e a sudoeste de Brasília, o Plano Piloto, o Parque Nacional, o Parque do Guará e o Jardim Zoológico, o Jardim Botânico e as áreas de uso rural constituem, no entorno imediato da cidade, reservas naturais excepcionais de valor inestimável. Porém, temos a impressão que a presença da cidade é percebida pelos planejadores que trabalham no Plano Estratégico como um corte, um parêntese entre essas duas zonas “naturais”. Nossa posição é bastante diferenciada. Pensamos que,

no próprio espírito do projeto de Lucio Costa para Brasília, a cidade parque desejada por ele deve prolongar, deve afirmar esse eixo vegetal nordeste-sudoeste. Uma cidade edificada em um parque, uma cidade parque (PASTRANA, 2001, pg. 14).

No item “1. As relações da cidade com seu território” o autor ressalta que os meios de transporte coletivos estariam começando a atender o conjunto do território do Distrito Federal e sinaliza com preocupação para o crescimento de edificações em altura construídas nas cidades-satélites vizinhas ao Plano Piloto:

Além da profunda mudança que introduzem na paisagem horizontal de Brasília, são fruto e testemunho da especulação fundiária que não achou campo propício no Plano Piloto. As formas que tomam as contradições fundiárias, especuladoras, políticas, sociais produzem outros frutos que se denominam marginalização, exclusão, emigração (PASTRANA, 2001, p. 14).

O relatório é bastante detalhista em certos aspectos como quando aponta para a questão de centros comerciais, qualificados como problemas graves, e exemplifica com o caso do *Hipermercado Extra na extremidade da Asa Norte* e o *Centro Comercial Pier 21*, no Setor de Clubes Esportivos Sul. O autor ressalta que a agressão aos espaços urbanos nesses dois exemplos fica caracterizada pelo efeito da massa edificada, assim como o aumento de tráfego e estacionamento para clientes, que causam impacto à paisagem urbana. Trazendo como referência à concepção do projeto de Brasília o autor cita a Carta de Atenas (1933) e o grupo de arquitetura contemporânea Team X:

Peter Smithson, encontrado em Veneza em agosto de 2001, confirmou-me o interesse que para o movimento moderno o Team X

teve, desde seus primórdios, pela “experiência” de Brasília. Ele encontrou Lucio Costa várias vezes. Ele próprio e Alison, sua mulher e arquiteta, fundadores do movimento brutalista inglês, visitaram Brasília com seus filhos, em 1966, por ocasião da realização do projeto da embaixada da Inglaterra. Suas lembranças são as de uma cidade quase sem vegetação (!) (sic) onde as edificações de Oscar Niemeyer, isoladas no espaço, tinham dificuldade em compor uma paisagem urbana. (PASTRANA, 2001, p. 18).

Em novembro de 2001 a UNESCO/ICOMOS organizou uma missão de monitoramento ao sítio com base em um relatório enviado previamente pelo estado parte e outras documentações e informações a respeito do sítio. Os consultores Herman Van Hooff (UNESCO, Chefe da Missão) e Alfredo Conti (ICOMOS) consideraram que à época a cidade estava novamente em uma fase crítica de mudanças como quando o conceito original de Lucio Costa foi traduzido em realidade (de 1957 em diante), considerando que o desafio seria guiar a cidade por esse processo de mudança com sensibilidade, visão e um profundo entendimento e reconhecimento de seus valores e características. Para isso apontam para os documentos de proteção de 1987 (Decreto nº10.829) e 1990/1992 (tombamento federal e a portaria que o regulamenta), bem como para as reuniões realizadas pelos Grupos de trabalho GT-Brasília (1980-1987) e Grupo de Trabalho Conjunto IPHAN/DePHA (1992-1995) para embasar um trabalho que necessitava urgência. Os consultores reconheceram e valorizaram em seu relatório os trabalhos realizados pelo GT-Brasília ressaltando o Grupo em alguns momentos:

Deve ser notado que a área definida pelo decreto de 1987 e inscrita na Lista do Patrimônio Mundial é restrita ao Plano Piloto e exclui importantes outras áreas – áreas naturais, acampamentos pioneiros dos construtores de Brasília – que foram propostos pelo

grupo e descrito e identificado no dossiê original de indicação. A proteção da zona de amortecimento como definida no dossiê e referenciado no Dossiê do ICOMOS de avaliação de 1987 não foi previsto no decreto de 1987 (HOOF; CONTI, 2001, p. 81).

Aparentemente nesse ponto do relatório os consultores reveem a posição da UNESCO com relação à área que deveria ser inscrita como Patrimônio já que à época da elaboração do dossiê de candidatura o que prevaleceu com o consentimento da UNESCO e de Lucio Costa foi uma proteção restrita ao Plano Piloto (SILVA, 2019). Como recomendação os consultores indicam o uso, consolidando todas as regulamentações em uma clara estrutura de proteção e preservação, de uma gradação diferenciada de áreas de proteção como proposto pelo GT-Brasília (HOOF; CONTI, 2001, p. 81).

Com relação à escala bucólica os consultores demonstram bastante preocupação com a preservação de áreas verdes ao redor do Plano Piloto, mencionam as ocupações previstas no documento Brasília Revisitada de Lucio Costa (1987) e as de fato implementadas como o setor residencial Sudoeste e Noroeste ainda em fase de planejamento. Embora considerem os novos setores como consolidados, recomendam que novas áreas não sejam planejadas para manter a relação original do Plano Piloto com as áreas verdes envoltórias, e consideram a escala bucólica a mais ameaçada dentre as outras três.

A preocupação com a ocupação original prevista para as margens do Lago Paranoá – com instalações de lazer e acesso público – também aparece no relatório. A execução da terceira ponte – Ponte JK – é vista com ressalvas, apesar de concordarem com o fato de a ponte reduzir o tráfego nas duas outras e diminuir a distância entre o setor residencial do Lago Sul. Os consultores consideram que uma terceira ponte não foi proposta no plano de Lucio Costa e que com a implantação da ponte o acesso

de veículos à área central de Brasília seria facilitado, podendo com isso causar uma alteração significativa na função e forma da cidade.

Com relação à zona de amortecimento consideram que as condições do entorno podem ser descritas como uma das mais significantes alterações da situação original. Como prioridade recomendam a definição da zona de amortecimento, incluindo zonas construídas e naturais, com o intuito de: “proteger não somente a cidade, mas **parte da paisagem que conforma os limites visuais dos espaços desta**” (HOOF; CONTI, 2001, p.05, grifo nosso). Consideram ainda que a situação crítica de expansão da cidade deveria ser vista como uma oportunidade de repensar o seu desenvolvimento futuro e de seu entorno, integrando as inevitáveis e desejadas mudanças de uma cidade em desenvolvimento com a preservação dos valores urbanos, arquitetônicos e paisagísticos.

A última missão de monitoramento da UNESCO ocorreu em março de 2012, um mês após a publicação da Portaria nº68/2012, que define a área de entorno do CUB pelo IPHAN. Nos anos anteriores a essa missão uma série de decisões foram tomadas pelo Comitê do Patrimônio Mundial com relação ao CUB, entre elas recomendações para o desenvolvimento do Plano Diretor, o estímulo entre o envolvimento contínuo de todos os níveis relevantes de autoridades, organizações profissionais e diferentes setores da sociedade no processo ininterrupto de proteção e gestão da cidade; apresentação de documentação sobre o Projeto Orla para as margens do Lago Paranoá e a definição da zona de amortecimento.

O último relatório produzido após a missão de monitoramento de 2012 se fundamenta em muitos dos pontos levantados no relatório de 2001. Este em suas considerações finais apontou 20 (vinte) questões que deveriam ser resolvidas pelo Estado Membro.

No entanto, revela que exceto quanto à definição da zona de amortecimento, poucos pontos das 20 questões propostas no relatório anterior foram respondidos pela Administração do Governo do Distrito Federal (GDF). Entre as principais considerações do Relatório de 2012 está a de cancelamento do processo de aprovação do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB) e a solicitação do estabelecimento de um processo formal de consulta por meio de uma comissão constituída pelo Governo do Distrito Federal (GDF) e IPHAN, possibilitando a participação ativa por parte da Universidade de Brasília, da Associação de Arquitetos, do ICOMOS Brasília e de organizações pertencentes à comunidade. Entre indicações específicas para alteração no PPCUB estão a conservação do caráter de Brasília como uma Cidade Parque; manutenção dos índices de ocupação nas superquadras e estabelecimento de um índice de espaços bucólicos que não permitam a construção de edifícios que ocupem mais de 30% de um lote; e por fim, a indicação de que deveriam se estabelecer graus variados de proteção arquitetônica para os edifícios inventariados, cuja preservação faria uma correlação com o valor histórico dos seus atributos (UNESCO, 2012, p. 31).

No item “4. Sobre os limites das áreas protegidas e zona de amortecimento” são feitas considerações para que o PPCUB se ajuste à Portaria nº68/2012; o estado membro deveria ainda enviar informações sobre a zona de amortecimento adotada pela Portaria nº68 do IPHAN para consideração e revisão; e recomendam a não limitação das estruturas regulatórias para a zona de amortecimento aos aspectos de visibilidade: “mas também considerar aqueles, tais como o uso da terra, que podem afetar indiretamente o Plano Piloto” (UNESCO, 2012, p. 31). As considerações sobre a zona de amortecimento se concentram especificamente sobre aspectos de visibilidade e uso do solo, questões referentes basicamente a conceitos urbanísticos: “Particularmente, espera-se que a definição recente da zona de

amortecimento (Portaria nº 68/2012) contribua para manter a relação da cidade e o seu ambiente circundante, especialmente a visibilidade do horizonte natural ao redor do lago Paranoá, que não deve ser bloqueado por construções.” (UNESCO, 2012, p. 51). No entanto, no item “5. Sobre a escala territorial”, o relatório aponta para a necessidade de promover políticas de descentralização administrativa e fontes de trabalho que favoreçam a geração de emprego nas cidades satélites e a utilização do Plano Piloto em seus espaços bucólicos e verdes com a promoção de espaços sociais, nos quais todos os setores da sociedade das cidades satélites se reúnam, bem como do Plano Piloto.

No item “6. Sobre o transporte público” há uma preocupação sobre gerar uma política de transporte público que garanta acesso mais contínuo e fluido das cidades satélites aos seus locais de trabalho e aos espaços verdes (Orla do Lago e outros parques) e que ofereçam uma alternativa de qualidade ao uso do transporte privado. Nota-se uma preocupação mais relacionada à manutenção de valores sociais e espirituais contidos nos conceitos mais atuais de entorno e ambiência.

Reiterando as constatações expressas no relatório de 2001, a Missão considera que a escala bucólica, com os elementos bucólicos presentes em outras escalas, é um dos aspectos determinantes da identidade espacial da proposta de Lucio Costa para Brasília. As margens do Lago Paranoá constituem um dos espaços bucólicos mais sensíveis em relação à perda do caráter espacial e a proposta social feita por Lucio Costa para o seu Plano Piloto. Ressaltam que devem ser definidas restrições para que não surjam novos edifícios na margem do Lago e a garantia do acesso público ilimitado aos espaços naturais e verdes; preservação das áreas que ainda representam o ambiente do cerrado em um estado absolutamente natural. Por fim a missão considera que 11 anos depois a situação chegou aos seus limites toleráveis:

A imprecisão da legislação atual, a permissividade política das administrações governamentais e a pressão produzida pela especulação e alto valor das terras [...] são fatores que resultam em risco de perda das condições de integridade que permitem que Brasília seja considerada como um local do Patrimônio Mundial (UNESCO, 2012, p. 52).

Nos relatórios de monitoramento, assim como em outros documentos, como relatórios sobre o estado de conservação, enviados pelo governo brasileiro para a UNESCO, é possível extrair algumas ações e posicionamentos tomados pelos órgãos brasileiros responsáveis pela gestão do CUB.

No primeiro relatório de monitoramento da UNESCO, o consultor Gnecco verifica que existem duas tendências de gestão do sítio, de um lado, o Instituto de Planejamento Urbano do Distrito Federal (extinto IPDF) que atuava com uma política de preservação ligada ao desenvolvimento: “É o organismo que faz campanha para o Metrô, projeta a construção de novas cidades-satélites e contrata os projetistas para revitalizar a zona central” (GNECCO, 1993, p. 80). E de outro lado, o Instituto Brasileiro de Preservação Cultural (IBPC) e o Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal (DePHA). Gnecco pontua que: “Deve-se esperar que as funções destes organismos de caráter diferente cheguem a se harmonizar em favor da conservação” (GNECCO, 1993, p. 80).

No memorando nº 149/00, de 27/03/00, enviado pelo Superintendente interino da 14ª SR/IPHAN, Fernando Madeira ao Presidente do IPHAN Carlos Henrique Heck, o primeiro relata que a Superintendência estava sobrecarregada com responsabilidades sobre os estados do Centro-Oeste, e ressalta que a Capital da República mereceria uma regional específica para uma efetiva preservação:

Isto porque (sic) como é sabido de Vossa Senhoria o novo governo vem, desde a sua posse, em janeiro de 1999, orquestrando uma série de ações que buscam desqualificar a imagem do IPHAN junto à sociedade. Tal campanha, em realidade, busca criar condições para que se justifique uma possível exclusão de Brasília da lista de cidades Patrimônio da Humanidade, o que atenderia aos interesses especulativos do mercado imobiliário, base de sustentação do atual governo. (MADEIRA, 2000, p. 07)

Madeira demonstra preocupação com a preservação do Conjunto e por isso tenta criar um grupo de estudo para tratar sobre o assunto, mobilizando diversas entidades: a representação da UNESCO em Brasília, a Polícia Federal, o Ministério Público Federal, a OAB - Ordem dos Advogados do Brasil, a Universidade de Brasília, o ICOMOS e alguns conselheiros do IPHAN (MADEIRA, 2000).

Em dezembro do ano 2000 o Bureau do Comitê do Patrimônio Mundial demonstrou preocupação com as ameaças ao ambiente do Sítio e solicitou um relatório do Estado membro com a descrição do estado de conservação deste. No documento *Brasília: Patrimônio Histórico Nacional e Cultural da Humanidade: Subsídios para o Dossiê a ser encaminhado à UNESCO* de abril de 2001, elaborado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação foram apresentados os projetos urbanísticos que foram desenvolvidos pelo GDF. Quanto às ações de planejamento e controle do uso do solo são destacados diversos Planos Diretores locais e a proposta de reuniões conjuntas com outras entidades. O relatório ainda aponta que a legislação de tombamento do Plano Piloto de Brasília apresentava aspectos problemáticos pois não hierarquizava os diferentes setores contidos no perímetro de tombamento, sem nenhuma diferença de tratamento entre a Praça dos Três Poderes e uma quadra residencial na Candangolândia.

De acordo com o Relatório de Atividades da Unidade 2003 – IPHAN – foi instituído um Grupo de Trabalho Interinstitucional/GTI entre IPHAN e GDF, mediante o Termo de Cooperação Técnica assinado entre ambos em 18 de setembro de 2001, com reuniões ordinárias quinzenais e com o objetivo de desenvolvimento de ações conjuntas para a preservação do CUB. Tal acordo teria um prazo de duração de cinco anos, porém as reuniões entre os grupos só teriam ocorrido nos dois primeiros anos.

Segundo o relatório (2003) quanto às ações de Identificação e documentação foi apresentado o Inventário de Bens Culturais, que buscava inventariar ou mapear os bens culturais da região desde os tempos mais remotos até a consolidação do Plano Piloto de Brasília. Assim, foi elaborado o Projeto “Inventário do Patrimônio Cultural do Distrito Federal” buscando refletir uma rede de conhecimento ampla sobre os bens culturais a partir da identificação das relações entre o espaço e o tempo de ocupação do território.

Entre 2001 e 2011, o Comitê do Patrimônio Mundial veio estimular a implantação e o desenvolvimento das ações relativas aos planos diretores locais, bem como o envolvimento contínuo de todos os níveis relevantes de autoridades, organizações profissionais e diferentes setores da sociedade no processo de gestão e preservação da cidade. A partir de 2009 o Comitê do Patrimônio Mundial começou a estimular o Estado Parte a finalizar a delimitação da zona de amortecimento, bem como os outros projetos urbanísticos propostos (Projeto Orla, regularização do comércio local, revitalização da Vila Planalto e Avenida W3, regulamentação da margem do Lago Paranoá etc.).

Finalmente, em 2011, o Comitê do Patrimônio Mundial adotou a Decisão 35 COM 7B.121, na qual instou o Estado Parte a definir e implantar ferramentas de planejamento juntamente com medidas regulatórias para a devida proteção do patrimônio de Brasília.

Por sua vez, o Estado Parte apresentou relatórios sobre o estado de conservação ao Comitê do Patrimônio Mundial em 2009, 2010 e 2011. O relatório preparado pelo IPHAN em janeiro de 2011, apresentou informações sobre o Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) do Distrito Federal, que já havia sido aprovado, e sobre o PPCUB que estava em processo de elaboração pela SEDHAB-GDF. Este relatório também informou sobre o progresso obtido na definição da zona de amortecimento do Plano Piloto e sobre a condição do projeto de revitalização da avenida W3 e as obras do Veículo leve sobre trilhos (VLT); entre outras informações.

Antes que fosse realizada uma nova missão que ocorreria em março de 2012 pela UNESCO, o IPHAN se adiantou e publicou a Portaria nº68/2012 no mês anterior do mesmo ano.

A partir de 2012, o Estado – Parte seguiu realizando relatórios periódicos (2013, 2015, 2017, 2019, 2021 e 2022) sobre o estado de conservação do sítio e as missões de monitoramento com inspetores da UNESCO não ocorreram novamente.

De acordo com as decisões adotadas pelo Comitê do Patrimônio Mundial no documento *Draft Decision* 44 COM7B.163, elaborado com base no relatório periódico enviado em 2020 pelo Estado Parte, os fatores que afetam o bem identificados nos relatórios anteriores foram: Habitação (pressão urbana que pode afetar o plano original da cidade; Sistema de gestão/ plano de gestão (falta de um Plano Diretor). Uma das preocupações apontadas seria uma proposta de ocupação em áreas extensas na zona de amortecimento do bem para abrigar um novo bairro que incluiria habitações coletivas, comércio e equipamentos públicos. A área em questão seria o setor onde localiza-se o Pátio Ferroviário de Brasília, uma área sensível próxima ao Eixo Monumental:

O segundo projeto, envolvendo o parcelamento de áreas desocupadas da zona de amortecimento, significaria uma alteração irreversível de parte do plano original de Brasília. O impacto negativo desta proposta não se limitaria aos aspectos visuais, causados pela proximidade com o Eixo Monumental, mas também resultaria na alteração da relação entre o Plano Piloto e suas áreas naturais circundantes, e aumentaria a pressão sobre o bem do Patrimônio Mundial provocada pelo aumento do número de habitantes e do tráfego veicular; o próprio Estado parte reconhece preocupações com este projeto [...]

Nesse contexto, propostas como o Viva Centro!³¹ e o Pátio Ferroviário de Brasília evidenciam insuficiente compreensão adequada do VUE e de seus atributos, especialmente as quatro escalas em que o Plano Piloto de Lúcio Costa se baseia. Qualquer potencial discussão sobre a alteração do uso do solo dentro dos limites do bem e de sua zona de amortecimento deve ser baseada na consideração da preservação dos atributos do VUE, e qualquer proposta que possa colocá-lo em risco deve ser evitada (UNESCO, 2021)

No relatório do Estado de Conservação enviado pelo Estado Parte ao Comitê do Patrimônio Mundial em novembro de 2022, com relação às questões mencionadas no *Draft Decision*, ressaltou-se que todos os projetos com risco de impactar o VUE tem sido amplamente discutido, no âmbito do Grupo Técnico Executivo (GTE), entre os técnicos das instituições envolvidas, em audiências e consultas públicas etc:

31. O programa Viva Centro! Foi uma proposta elaborada pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEDUH, em 2020, que considerava as mudanças e a busca por novas formas de interação no Setor Comercial Sul – SCS. Voltada à preservação do patrimônio cultural e ao fomento de investimentos para sustentabilidade do Setor. Tinha como objetivo dinamizar a área e resgatar a função de centro urbano buscando a promoção do desenvolvimento econômico, a apropriação cultural e social do espaço. Entre os objetivos específicos estava a diversificação de usos, com inserção do uso habitacional, visando evitar o esvaziamento fora do horário comercial no setor e a promoção de oferta de habitação de interesse social em local dotado de infraestrutura e próximo à concentração de empregos.

Quanto aos projetos mencionados no Relatório de Estado de Conservação de 2020 (Pátio Ferroviário e Viva Centro!), o desenvolvimento dos projetos não avançou, atendendo à condição posta pelo Comitê do Patrimônio Mundial – COM (BRASIL, 2022, p.17)

Com relação à área de amortecimento o relatório se resumiu a tratar da preocupação trazida ainda pela Missão de monitoramento de 2012, de “não limitar a estrutura regulatória da Buffer zone aos aspectos de visibilidade, considerando também o uso do solo” (UNESCO apud BRASIL, 2022, p.19). A esta preocupação o relatório afirmou que desde a edição da Portaria nº68/2012, todos os projetos que abrangem a poligonal de entorno definida, são enviados pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEDUH ao IPHAN para análise. E quando afetam o sítio, mesmo que indiretamente, as questões sobre o uso do solo, também têm norteado as ações do Instituto na região, ainda que a Portaria nº68/2012, não traga outros parâmetros de uso e ocupação do solo, a não ser relativos à altura.

Podemos verificar que tanto com relação às visitas de inspetores da UNESCO, quanto com a elaboração de relatórios periódicos pelo Estado parte, o estado de conservação do sítio tende a ser transmitido de maneira relativa, pois, no caso das missões, os inspetores são guiados pelos gestores nacionais do sítio, por não conhecerem em sua maioria o local que estão visitando, o que acaba por direcionar o olhar dos inspetores para as regiões que se desejam mostrar. Bem como no caso dos relatórios periódicos elaborados pelo Estado Parte, as informações repassadas tendem a ser filtradas e relativizadas. Mais adiante neste documento, iremos retomar dois casos específicos de projetos que impactaram ou teriam condições de impactar o VUE, o caso do Condomínio Paranoá Parque e o Projeto para o Pátio Ferroviário de Brasília.

Para compreendermos melhor como se deu historicamente o entendimento sobre a área de entorno do CUB pelos gestores do sítio investigado nesta pesquisa, iremos analisar no próximo item os estudos que abordaram as questões referentes ao entorno e a paisagem do território de Brasília.

2.3. HISTÓRICO DOS ESTUDOS SOBRE O ENTORNO DE BRASÍLIA

Muitas pesquisas já foram feitas debruçando-se sobre os processos de ocupação do Distrito Federal a partir da implantação do Plano Piloto da nova capital (BRITO, 2009; LEITÃO, 2003; FICHER, 2018; DERNTL, 2019), dentre eles muitos apontam para questões referentes a tentativa de controle de ocupação ao redor da cidade central nos primeiros anos de sua implantação. Ao longo das décadas de 1970 e 1980, Brasília se consolidou como a capital do país. Com a intensa transferência de órgãos e servidores públicos do Rio de Janeiro, a expansão urbana continuava com a ocupação de áreas como o Lago Sul e Lago Norte, no entorno imediato do Plano Piloto, caracterizadas por uma população de maior renda, porém a periferia já representava em torno de 80% da população.

Na década de 1950, um cinturão verde foi pensado com o intuito de garantir a produção agrícola e controlar a ocupação urbana na capital. De acordo com Derntl, o cinturão verde não teve uma delimitação territorial precisa, no entanto, uma faixa sanitária, correspondente à bacia hidrográfica do Lago Paranoá foi definida, com o intuito de demarcar uma área no entorno imediato do Plano Piloto, na qual não deveria haver urbanização, nem mesmo núcleos rurais:

A delimitação da faixa sanitária foi feita pela equipe do Departamento de Terras e Agricultura da Novacap, tendo à frente o engenheiro

agrônomo Joaquim Alfredo da Silva Tavares [...] E, em julho de 1958, a Novacap aprovou a “planta com as especificações e área que constituirá a Faixa Sanitária de Brasília” (DERNTL, 2019, p.32).

Com base na faixa sanitária, em 1970 foi elaborado o Planidro – Plano Diretor de Água, Esgoto e Controle da Poluição, que definia um Zoneamento Sanitário para o DF, que recomendava a proteção da Bacia do Paranoá, definindo um limite de ocupação populacional para esse território. O entendimento era o de que havia escassez de recursos hídricos, e por isso não poderia haver novas ocupações por cidades-satélites na bacia do lago Paranoá. De acordo com Derntl, a faixa sanitária também fundamentou a configuração do sistema rodoviário de Brasília. Em 1959 foi autorizada a execução da “estrada de contorno da faixa sanitária” (DERNTL, 2019, p. 33), que se configuraria posteriormente pela Estrada Parque Contorno – EPCT:

O princípio de circundar corpos d’água por uma faixa não urbanizável e demarcada por estradas já fora antes sugerido por Saturnino Brito, mas ganhou ênfase na “faixa sanitária” de função estruturadora na organização do DF. Dessa forma, buscou-se manter o traçado do Plano Piloto contido e isolado, possivelmente já se tendo em vista a ocupação irregular dos seus arredores e as dificuldades para controlá-la. A delimitação da bacia do Paranoá foi depois consagrada como princípio orientador do planejamento do DF e tornou-se referência para definições legais no âmbito da patrimonialização de Brasília (DERNTL, 2019, p. 33)

O que se efetivou, segundo Ficher, foi uma agenda de exclusão, sendo permitido no interior da bacia apenas bairros residenciais como os Setores de Habitação Individuais (Lago Sul e Norte), o Setor de Mansões Suburbanas Park Way, escapando dessa seleção apenas o Paranoá, a Vila Planalto e a Vila Telebrasilândia (FICHER, 2018). Estas duas

últimas remanescentes dos antigos acampamentos da fase de construção da nova capital acabaram sendo englobadas inclusive na poligonal de tombamento do CUB.

No início da década de 1980 um grupo de técnicos do IPHAN, representantes do Governo do Distrito Federal e professores da Universidade de Brasília, amparados por um termo de cooperação interinstitucional (REIS, 2009), conformaram o Grupo de Trabalho para a Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília, o chamado GT-Brasília. O objetivo inicial do grupo de trabalho era estudar Brasília com vistas à sua preservação; em um segundo momento o grupo começou a explorar o que poderia ser efetivamente feito para salvaguardar a capital.

A metodologia de trabalho do grupo iniciando pelo entorno do Plano Piloto possibilitou um suporte para as posteriores pesquisas no objeto principal. As idas a campo, investigações teóricas e a coleta de documentos de cada objeto permitiu que se chegassem a proposições de preservação para as áreas levantadas (SILVA, 2019). A partir de uma macro escala abarcando uma área de interesse para preservação, se analisou o todo, relacionando a uma escala menor contendo monumentos, edifícios e pequenos conjuntos urbanos. Segundo Reis (2009):

O GT - Brasília foi pioneiro em defender que o acervo histórico do DF extrapolava os limites do Plano Piloto. Seu argumento era que representações importantes da sua história – as fazendas antigas remanescentes, os núcleos urbanos anteriores a Brasília e os acampamentos pioneiros do período de construção da cidade – não poderiam ser desconsiderados. (REIS, 2009, p. 224)

A Área de Interesse de Preservação (AIP) foi delimitada como um perímetro de preservação que englobava o alcance visual até a linha de cumeada. Silva (2019) analisa

com base nos relatórios periódicos do Grupo, as categorias analíticas para caracterização de Brasília. O relevo teria recebido destaque no Relatório Síntese de 1985, e a AIP definida teria levado em conta a linha de cumeada que se comportava como um limite do horizonte visual praticamente em 360°. Esta proposta fora formalizada posteriormente (1988) no *Anteprojeto de Lei de Preservação do Patrimônio Histórico, Natural e Urbano de Brasília* – neste documento estava incluída também a criação do Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural de Brasília e a documentação de candidatura enviada à UNESCO, o “Dossiê Brasília”.

O dossiê apresentado estava alinhado com a visão contida nas Diretrizes Operacionais delimitando graduações de controle sobre as áreas a serem preservadas, definindo inclusive uma zona de amortecimento contígua ao Plano Piloto, diferentemente do que foi estabelecido pela legislação brasileira.

O anteprojeto de lei, porém, foi considerado de difícil aplicação por abarcar regiões geográficas fora do limite da área de interesse da UNESCO (REIS, 2009).

O que viria a se consolidar, na verdade, com a publicação do Decreto nº10.829 de 1987, seria a proposta de preservação escrita pelo arquiteto Ítalo Campofiorito em que se preservavam os princípios urbanísticos do projeto de Lucio Costa, as quatro escalas urbanas do Conjunto Urbano de Brasília. Perpétuo (2017) problematiza a questão da definição da área de tombamento caracterizando-a como a “maior poligonal urbana tombada do mundo, com seus 112, 25 km²” (2017, p.66), e destaca por meio de pesquisas em fontes primárias que a área de interesse de preservação delimitada tanto pelo decreto distrital nº10.829/10, quanto pela portaria federal do IPHAN nº314/92 que regulamenta o tombamento do CUB, acabou por ser definida abarcando o objeto de interesse principal de preservação e sua área de entorno.

A intenção de que dentro da área tombada já se pudesse ter uma área de entorno é evidenciada por Perpétuo:

[...] O que era uma área de preservação logo se transformou numa poligonal de tombamento, aparentando não distinguir entre o objeto tombado e seu entorno. [...] A menção em termos de delimitação e “em português simples”, aclara, no meu entender, sobre sentidos distintos para áreas distintas: “a proteção ao Plano Piloto, só”, ou seja, o “avião”, seguido de uma área também protegida nos termos do que a instituição entendia e orientava à preservação do entorno. (PERPÉTUO, 2017, p.66)

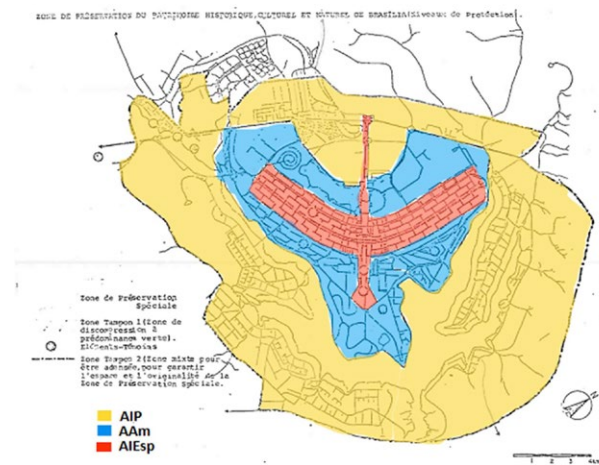


Figura 6: Áreas de proteção definidas no Dossiê de candidatura de Brasília. Em amarelo a Área de Interesse de Preservação (AIP), em azul, a Área de Amortecimento (AAm) e em vermelho a Área de Interesse Especial de Preservação (AIEsp) Fonte: IPHAN. Processo SEI IPHAN 01551.000269/2017-79. Brasília, IPHAN -DF, 2017. P.09. Com alterações da autora.

Dessa forma o que inicialmente poderia ser interpretado como uma área imediata de amortecimento e proteção ao bem, acabou sendo protegida integralmente junto com o acervo da arquitetura e urbanismo moderno da capital (PERPÉTUO, 2017).

A candidatura de Brasília foi precursora na proteção de um sítio representativo do Movimento Moderno na Arquitetura e no Urbanismo e ainda com menos de trinta anos de existência. No entanto a área delimitada para proteção no Decreto nº10.829/1987 foi criticada: “Tal medida foi então considerada polêmica nos meios acadêmicos e profissionais atrelados aos estudos urbanos e preservacionistas, tida como exageradamente restritiva, causando mal-estar entre os técnicos que vinham refletindo acerca da preservação de Brasília” (REIS et al., 2017, p.4). A despeito disso, foi essa norma que possibilitou o efetivo reconhecimento de Brasília junto à UNESCO.

O documento “Brasília 57-85: do plano piloto ao Plano Piloto” (1985), deu origem ao relatório “Brasília Revisitada” (1987) publicado na Revista Projeto - e escrito na mesma época em que o GT-Brasília elabora o anteprojeto de lei que propunha o estabelecimento de áreas a serem preservadas segundo gradações diferenciadas e outras que pudessem acompanhar melhor a dinâmica urbana. Em seu relatório, que viria a ser o anexo da Lei nº10.829, de 23 de outubro de 1987, Lucio Costa, ciente das grandes distâncias percorridas pela maior parte da população residente nas cidades satélites, propôs novas ocupações com quadras econômicas dentro da bacia do Paranoá, estudando um adensamento para a área, o que vinha sendo contido pelos zoneamentos elaborados desde então:

Assim, a partir do surgimento precoce e improvisado das cidades satélites, prevaleceu até agora a intenção de manter entre estes núcleos e a capital uma larga faixa verde, destinada a uso rural.

Tal abordagem teve como consequência positiva a manutenção, ao longo de todos esses anos, da feição original de Brasília. Mas, em contrapartida, a longa distância entre as satélites e o “Plano Piloto” isolou demais a matriz dos dois terços de sua população metropolitana que reside nos núcleos periféricos, além de geram problemas de custo para o transporte coletivo. (COSTA, 1987, p.21)

Costa apresenta a proposta de implantação de Quadras Econômicas, ou “comunidades”, ao longo das vias de ligação entre Brasília e as cidades satélites: “sendo mantida a destinação das áreas aos fundos desta orla urbanizada à cultura hortigranjeira” (COSTA, 1987, p.21):

Cada Quadra Econômica tem áreas de 160 x 370m (5,92HA) e 30 blocos com 8x34m de projeção e três pavimentos sobre pilotis livres. Cada bloco pode ter 12 apartamentos de 60m² ou 24 de 30m² e assim, admitindo-se 15 blocos de cada tipo, teremos por Quadra 540 unidades residenciais - 2.700 habitantes em média. Quatro Quadras Econômicas constituem uma área de vizinhança (LUCIO, 1987, p.22). Além dos apartamentos propriamente ditos e do grande “quintal comum” que é o interior da Quadra, são previstos equipamentos de apoio - creche, jardim de infância, alpendres para velhos e para jovens, locais protegidos para crianças menores e para jogos dos médios e maiores; **a própria comunidade saberá descobrir com o tempo novos usos para sua área de uso comum.** (COSTA, 1987, p.22) grifo nosso.

Eram previstos apartamentos de 60m² para atender famílias de baixa renda, classe média baixa e média baixa, e “à gente moça de um modo geral” (1987, p.22). Com a intenção de misturar várias gradações sociais, cada quadra deveria ter metade dos

blocos com apartamentos de 30m² e metade com apartamentos de 60m², distribuídos de forma alternada para evitar segregação social:

Uma vez assegurada a proteção do que se pretende preservar, trata-se agora de verificar onde pode convir ocupação - predominantemente residencial - em áreas próximas ao “Plano Piloto”, ou seja, na Bacia do Paranoá, e de que forma tal ocupação deve ser conduzida para integrar-se ao que já existe, na forma e no espírito, ratificando a caracterização de cidade parque - “derramada e concisa” - sugerida como traço urbano diferenciador da capital (COSTA, 1987, p.27)

Para a quadra econômica era prevista uma disposição em trama viária losangular, abrindo no interior espaço livre para áreas de encontro, creche, jardim de infância:

A existência deste “quintal comum”, com a quase totalidade do chão aberta ao uso de todos, e desses complementos ou “extensões da habitação”, ensejando desafogo de tensões, possibilitam convívio doméstico em clima de descontração, mesmo em apartamentos mínimos, além de assegurar boa densidade populacional (cerca de 500 hab/HA). Ao mesmo tempo, essa implantação compacta reduz sensivelmente o custo da infraestrutura urbana uma vez que não compromete grandes superfícies (COSTA, 1987, p.27).

Costa previa que quando não fosse possível, por questões físicas, a implantação das Quadras Econômicas ao longo das vias de ligação, poderiam ser admitidos “núcleos residenciais multifamiliares de outro tipo” (1987, p.28), desde que garantido o gabarito máximo de pilotis mais quatro pavimentos e taxas de ocupação iguais às

das quadras, mantendo-se em qualquer dos casos, faixa contígua à estrada para densa arborização.



Figura 7: Primeiros blocos das Quadras Econômicas Lucio Costa – QELC, implantadas em 1987. Fonte: <https://www.facebook.com/historiasdebsb/photos/a.294529840729133/1502052096643562/?type=3>.



Figura 8: Quadras Econômicas Lucio Costa – QELC, implantadas no Guará. Fonte: Geoportail GDF.



Figura 9: Vista atual das QELC, implantadas em 1987. Fonte: GoogleMaps.

“Chegando a Brasília propriamente dita” (1987, p.28), foram previstas seis áreas com ocupação residencial multifamiliar. Estas estariam diretamente vinculadas ao “Plano Piloto” e passariam a interferir no “jogo das escalas urbanas”, de acordo com Lucio Costa.

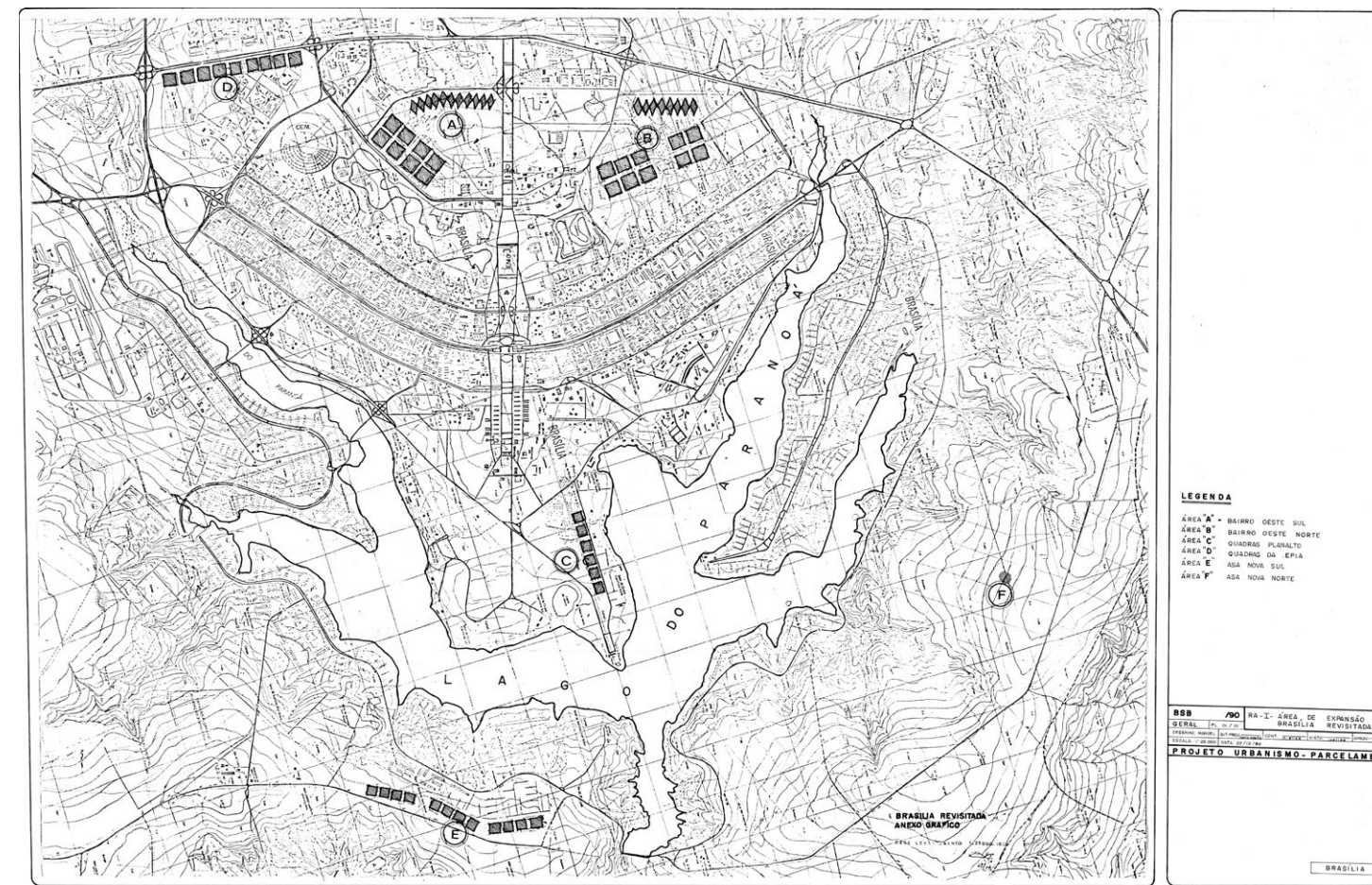


Figura 10: Brasília Revisitada, “Anexo Gráfico”. FONTE: Brasília Revisitada, 1987.

O relatório previa para as áreas A e B: os Bairros Oeste Sul e Oeste Norte, Quadras Econômicas (pilotis mais três pavimentos), Superquadras (pilotis mais seis pavimentos) e pequenos centros de uso misto, com ocupação mais densa e gabaritos mais baixos (pilotis mais dois pavimentos). Atualmente, essas duas regiões correspondem aos Bairros Sudoeste e Noroeste. Para a área C foi proposto um renque de pequenas Quadras (240x240m), com gabarito pilotis mais quatro pavimentos ao longo da via localizada entre a Vila Planalto e o Palácio do Alvorada:

Surgiu como única forma realista de uma vez admitida a fixação da Vila, barrar de fato a gradual expansão de parcelamento em lotes individuais naquela direção, o que interferiria de forma não apenas inadequada, mas desastrosa com a escala monumental tão próxima (COSTA, 1987, p.29).

As Quadras Planalto não foram implantadas permanecendo a Vila Planalto (REIS, 2009), de acordo com os preceitos do GT-Brasília que defendia a preservação das vilas operárias e acampamentos pioneiros. Para a área D, Costa enfatiza em seu relatório que só seria admissível a ocupação “na forma de renque singelo de pequenas quadras”, como as Quadras Planalto, ou as Quadras Econômicas:

Em razão da localização desta área, a fim de evitar interferência negativa com o Eixo Rodoviário Sul, além do gabarito ser mais baixo, toda a extensão de terreno compreendida entre as novas Quadras e o Eixo deve permanecer não edificada ou destinada a usos que impliquem em baixa densidade de ocupação, e sempre cobertas de verde para diluir no arvoredo as construções (COSTA, 1987, p.29).

A área D não foi implantada, correspondendo atualmente ao Setor Policial, ao Setor de Múltiplas Atividades Sul (SMAS) - no qual encontra-se a Nova Rodoviária do Plano

Piloto -, e ao Setor Hípico. Para a área E: Asa Nova Sul, Costa sugere uma ocupação linear, também seguindo as Quadras Planalto, com gabarito uniforme de quatro pavimentos sobre pilotis cercados por arborização. A Nova Asa Sul não foi implantada e corresponde hoje à Região Administrativa do Jardim Botânico. E por fim a Área F: Asa Nova Norte, de acordo com Costa, uma área muito mais extensa e de topografia peculiar, a ocupação deveria prever Quadras Econômicas ou conjuntos geminados:

Para atender à população de menor renda, e considerar a eventual possibilidade da fixação, em termos adequados, da atual Vila Paranoá. Os demais núcleos de edifícios residenciais devem ser soltos do chão, tendo, no máximo, 4 pavimentos e com gabarito de preferência uniforme para que se mantenha, apesar da ocupação, a serenidade da linha do horizonte, sendo cada conjunto – desta vez de fato e de saída – emoldurado por farta arborização. Os centros de bairro, mais densamente ocupados, devem sempre ter gabaritos mais baixos. Nessas “Asas Novas”, mesmo quando de configuração diversificada, deve também prevalecer a mesma conotação de cidade parque, vale dizer, pilotis livres, predomínio de verde, gabaritos baixos. Convém ainda destinar parte da Asa Nova Norte a parcelamento em lotes individuais, aproveitando os caprichos da topografia - respeitada a proteção arborizada dos córregos e nascentes. Assim, esta expansão futura atenderá às três faixas de renda (COSTA, 1987, p.30).

A Asa Nova Norte não foi implantada, correspondendo atualmente ao Setor Habitacional do Taquari, área hoje alvo de intensa especulação imobiliária, por sua localização e que será analisada mais a fundo como estudo de caso nesta pesquisa.

A proposta como um todo não foi bem aceita pelo GT-Brasília, assim como por professores e pesquisadores por apresentar soluções pontuais e fragmentadas, tentando

resolver os problemas do desenvolvimento da cidade, apenas utilizando o desenho urbano, sem levar em consideração as realidades sociais e culturais da população (RIBEIRO, 2005).

Após a inscrição na lista da UNESCO em 1987, o então Ministro da Cultura, José Aparecido de Oliveira, conduziu a iniciativa de tombamento do Conjunto Urbano pelo IPHAN que ocorreu em 1990. Nesse ano também o IPHAN publicou a Portaria nº04/1990 de normatização da área tombada, revogada e substituída posteriormente pela Portaria nº314/1992.

Diversos estudos posteriores foram realizados na tentativa de aperfeiçoar as delimitações do sítio, estabelecendo critérios e parâmetros de intervenção, e em alguns casos delimitando uma área de entorno. Em alguns desses estudos fica evidente a tentativa de transformar a área de tombamento em zonas de interesse diferenciados, em subáreas de proteção. No estudo “Brasília, Patrimônio Cultural Contemporâneo: Critérios de Preservação para o Conjunto Urbanístico do Plano Piloto” (1995), alguns técnicos que haviam integrado o GTC³², trouxeram de volta partes dos estudos do GT-Brasília e do Anteprojeto de Lei, subdividindo o conjunto tombado em quatro áreas, cada uma com critérios específicos de intervenção, sendo criada ainda uma quinta área fora do perímetro tombado, denominada “Área de Proteção Paisagística”, com a seguinte descrição:

32. De 1992 até 1995 Grupo de Trabalho Conjunto (GTC), com a articulação de duas instituições: a 14ª SR/IBPC (Superintendência Regional/ Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural) e o DePHA (Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal). O Grupo deixou de existir em 1995 e a gestão da área tombada foi conduzida à Diretoria de Proteção do IPHAN, vinculada diretamente à presidência do órgão (RIBEIRO, 2005). De 1995 a 1998, a Comissão Especial Brasília (CEB) foi criada pelo presidente do IPHAN para gerenciar o conjunto urbanístico. A partir de 1998 a 14ªSR retoma a gestão do Patrimônio de Brasília buscando manter uma articulação mais aberta com o governo local.

Inicia-se a partir da margem leste do Lago Paranoá indo até a linha de cumeada, sendo esta demarcadora do horizonte e elemento essencial de identificação e referenciamento da paisagem do território. Esta área, considerada como entorno da área tombada, não está contemplada na legislação de proteção vigente (REIS *et al*, 1995, p.35)

Em 2005, a geógrafa Mônica Veríssimo desenvolveu o estudo “Bacia do Lago Paranoá como Área de Entorno do Conjunto Urbanístico e Paisagístico de Brasília – Considerações históricas urbanas, paisagísticas, culturais, legais, ambientais, e de sustentabilidade”, contratado pelo IPHAN. Seu estudo se estruturou em cinco principais diretrizes: visibilidade e ambiência; paisagem cultural; aspecto legal; aspecto ambiental e o aspecto da sustentabilidade, entre outras diretrizes complementares também abordadas no estudo.

Com relação aos aspectos legais, Veríssimo defende que a Bacia do Paranoá como área de entorno permitiria a adoção de uma base unitária de gerenciamento dos diversos aspectos de planejamento territorial e ambiental, como compatibilização de todas as unidades de conservação inseridas na área, possibilitando a criação de zonas de amortecimento e corredores ecológicos, já que 65,46% da área da Bacia do Paranoá são de unidades de conservação; permitiria atender à Lei Complementar nº17, de 28/01/97, referente ao PDOT³³ – Plano Diretor de Ordenamento Territorial, art. 14, que estabelecia que a ocupação urbana na bacia deveria ficar condicionada a sua capacidade de suporte; e permitiria a proteção de mananciais hídricos, entre outros. Veríssimo (2005) aponta que além de ser Patrimônio Mundial, o Plano Piloto, inserido na Bacia do Paranoá, divide nessa área outro bem protegido pela Unesco: duas zonas-núcleo da Reserva da Biosfera do Cerrado, também situados dentro da Bacia do Paranoá, havendo aí um ponto de

33. Instituído pela Lei complementar nº803, de 25 de abril de 2009 e atualizado por meio da Lei Complementar nº854, de 15 de outubro de 2012.

interação entre patrimônio Cultural e Ambiental. Por fim, a geógrafa ressalta que apesar da adoção da Bacia do Paranoá não conter em seus limites todas as relações para manter a visibilidade e ambiência do entorno, sustenta o fato de que na formulação dos Planos Diretores, as Regiões Administrativas (RA'S) que estiverem inseridas dentro da Bacia terão que considerar a questão hídrica como limitante de crescimento populacional, o que já seria um fator de regulação da área (PRIESTER; MEDEIROS, 2021a).

Após uma votação pela Câmara Legislativa distrital foi publicado no Diário Oficial do Distrito Federal o PDOT em 27/04/2009 e no mesmo ano, o GDF se articulou para realizar um estudo para elaboração do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB), no qual grande enfoque é dado para a questão da definição da área de entorno.

Este estudo também retoma os textos elaborados pelo GT- Brasília e aponta para uma necessidade de diferenciação entre duas categorias de proteção que se inserem dentro do Conjunto Urbanístico Tombado: “[...] uma vez que esta situação não expressa as necessárias diferenças de controle entre a RA I e as demais Ras incluídas no perímetro tombado” (FEDERAL, 2009, p. 138). O estudo demonstra um mapa definido no Edital do Termo de Referência para contratação da empresa RS Projetos Ltda., com uma poligonal de área de Interesse Patrimonial como área de influência da área tombada.

Já no relatório denominado “Etapa 04 – Prognóstico. Produto 4B – Relatório Consolidado” (FEDERAL, 2011b), realizado pela empresa contratada pelo GDF, que contava com a “Comissão Especial de Análise e Acompanhamento do Processo de Elaboração do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB” da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEDAHB (atual Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação - SEDUH), a delimitação da área de entorno, também se pautou no contorno da bacia hidrográfica. A arquiteta Lídia Adjuto

Botelho, atuante na Subsecretaria do Conjunto Urbanístico de Brasília, SEDUH, trouxe seu relato a respeito do produto entregue pela empresa RS Projetos Ltda:

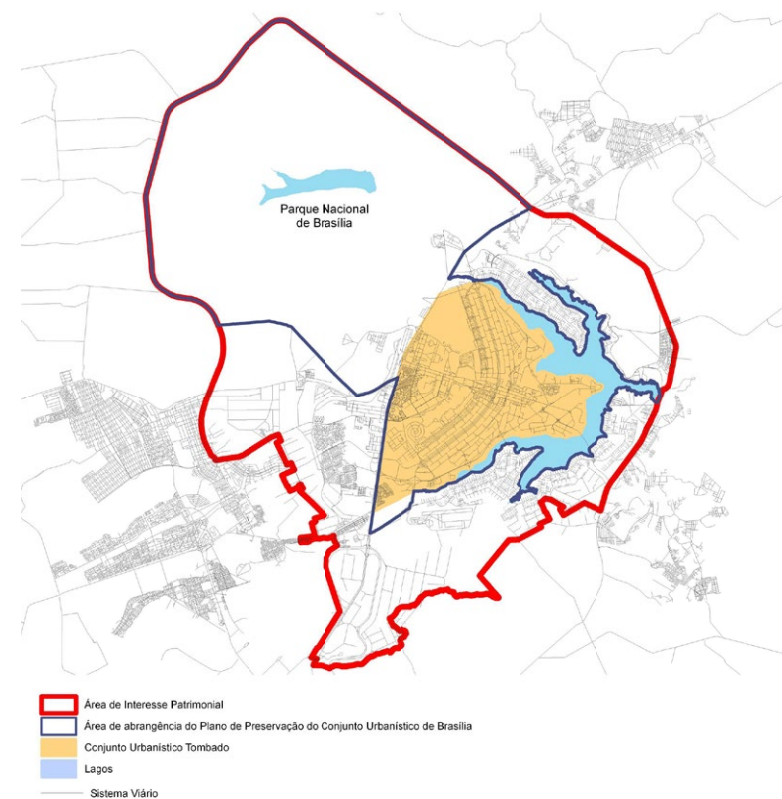


Figura 11: Delimitação proposta para área de entorno no Relatório Diagnóstico do PPCUB. Fonte: FEDERAL, 2009.

[...] Conforme constou do Produto 4 entregue pela citada empresa, a metodologia para a definição da poligonal dessa “Área de Entorno” estabeleceu, como estratégia analítica, dois parâmetros de análise: um de ordem visual e outro relacionado à preservação ambiental da bacia do lago Paranoá. [...] O documento Prognóstico Subproduto 4A (versão final), com base em estudos sobre a bacia do lago Paranoá realizados pela equipe da SEDUH, apresentou análise quanto à visibilidade da cumeada e interferências nas visadas do conjunto urbano tombado e apresentou conclusões acerca das características topográficas do sítio – bacia do lago Paranoá, com suas respectivas sub-bacias –, e considerou que essas sub-bacias constituíam importantes subsídios para a hierarquização a ser estabelecida para subáreas internamente à poligonal proposta para a “Área de Entorno” do CUB. Assim foram estabelecidas seis subáreas com perfis diferenciados (BOTELHO, p.2, 2023).

Esse relatório traz como conclusão de sua avaliação dos instrumentos de proteção do CUB – Portaria nº314/1992 do IPHAN e o Decreto Distrital nº10.829/1987 -, o caráter amplo e genérico de tais instrumentos, por se basearem apenas na lógica das escalas urbanas de Lucio Costa, sem apresentar suas delimitações e seus atributos físico-espaciais (FEDERAL, 2009). Essa característica das normas tinha como principal consequência a classificação sob o mesmo nível de proteção, independente de valores materiais e imateriais, e de suas particularidades, das distintas áreas integrantes do conjunto moderno, assim como não definiram uma normatização para o entorno:

É importante salientar que os diversos conjuntos urbanos que compõem os sítios históricos apresentam, muitas vezes, características distintas que interferem diretamente na percepção do espaço. Tais características, decorrentes dos atributos físicos, como a malha e o parcelamento, a volumetria das edificações, a linguagem formal, a arborização, o mobiliário urbano e os demais

elementos que compõem as “cenas urbanas”, permitem a apreensão da forma da cidade (KOLHSDORF, 2001), a qual, em conjunto com os aspectos imateriais do sítio, compõe aquilo que chamamos o “espírito do lugar” (FEDERAL, 2009, p.08).

Entre os principais valores do sítio, o relatório destaca como premissas para preservação da “Concepção Urbanística”: a cidade-parque, aérea e rodoviária; o sentido de unidade e de ordenação; os conjuntos urbanísticos do Eixo Monumental; as superquadras; a arquitetura de Brasília; os acampamentos de obras; **os espaços abertos; o lago Paranoá; a visão da linha do horizonte e do céu;** o esforço Histórico da Construção; Brasília como encontro de culturas do Brasil (FEDERAL, 2009). E entende que caberia ao PPCUB a identificação dos atributos e elementos que compõem os valores elencados.

Para a definição da Área de Entorno foram utilizados, como parâmetros, a visibilidade e a preservação ambiental da bacia hidrográfica do Lago Paranoá. Para tanto foi realizado o “Estudo topográfico da Bacia do Lago Paranoá considerando a visibilidade do Conjunto Urbanístico Tombado de Brasília” (2010) pela SEDUH. Este estudo teve o objetivo de analisar a topografia da bacia do Lago Paranoá considerando a visibilidade do conjunto a partir da linha de cumeada da bacia e a partir do interior do conjunto em relação ao horizonte definido por esta. Foi apresentado um mapa identificando a linha de cumeada da bacia a partir da plataforma da Torre de TV, como campo visual abrangido.

Quanto à preservação ambiental da bacia, foi apresentado um mapa com a delimitação das sub-bacias do Paranoá, que contribuem na captação das águas para a formação do Lago Paranoá: “Elemento paisagístico determinante para a imagem do Conjunto Urbanístico de Brasília e no cotidiano da sua população.” (FEDERAL, 2011b, p.11). Considera ainda que, cada uma das sub-bacias pode ser considerada:

“importantes subsídios para a hierarquização a ser estabelecida para cada uma das subáreas” (FEDERAL, 2010, p.12).

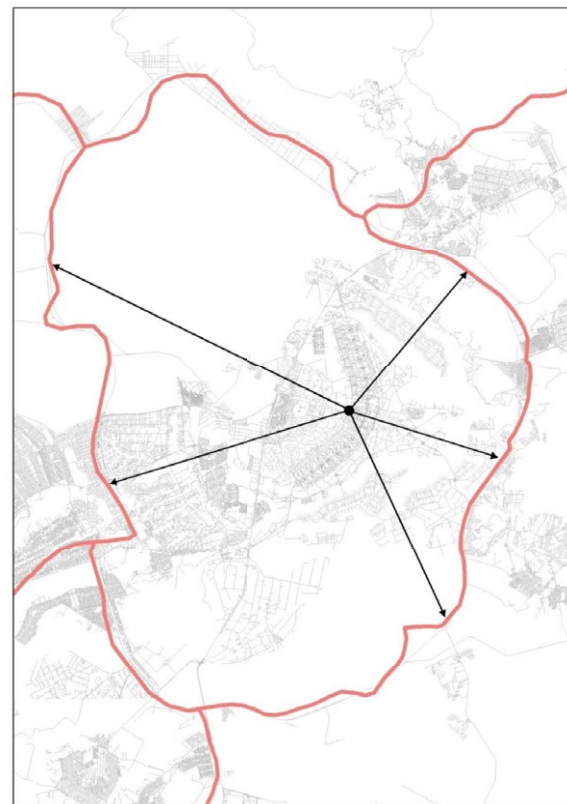


Figura 12: Mapa identificando a linha de cumeada da bacia do lago Paranoá observada a partir da plataforma da Torre de TV. Fonte: Etapa 04 – Prognóstico | produto 04 – Relatório Consolidado (FEDERAL, 2011b).

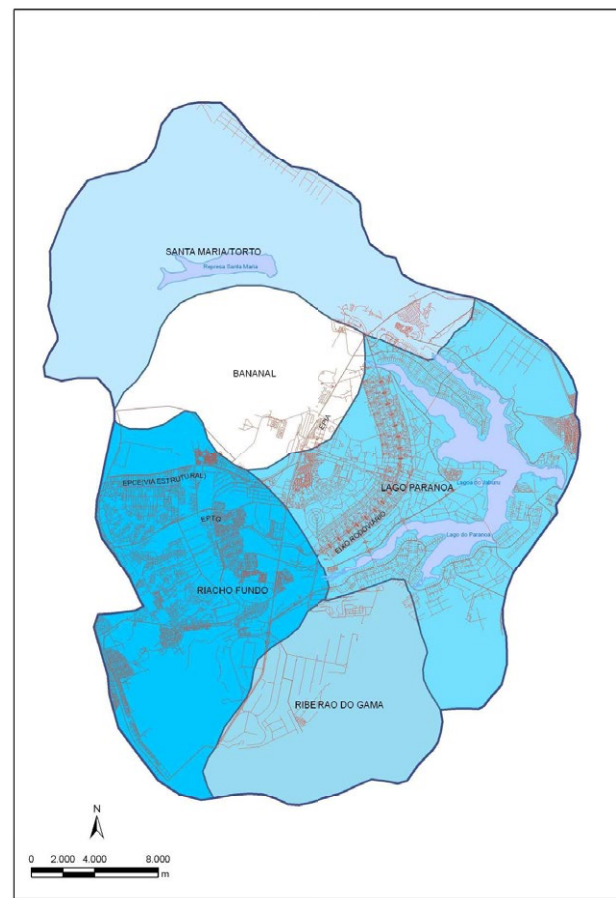


Figura 13: Bacia do lago Paranoá e suas sub-bacias. Fonte: Estudo de Visibilidade, FEDERAL, 2010.

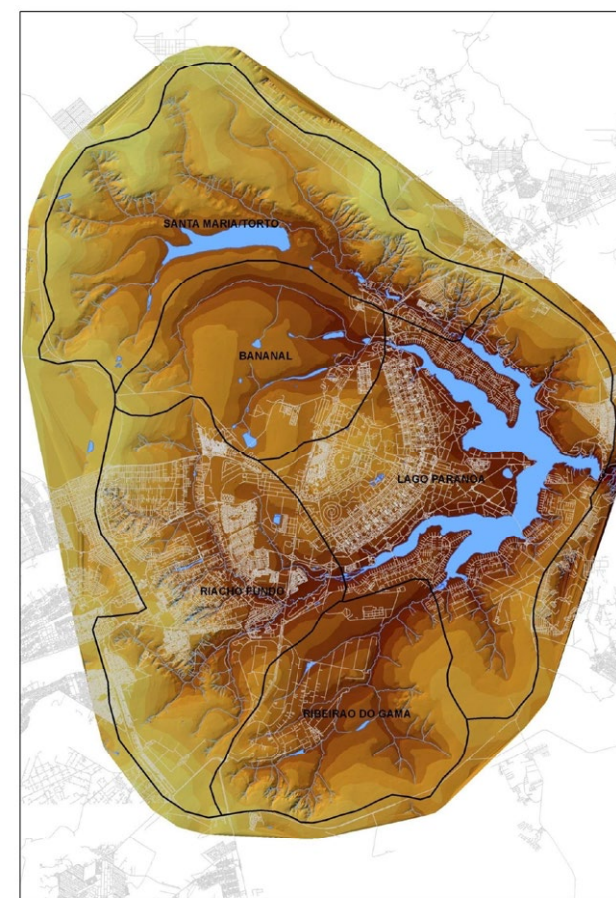


Figura 14: Bacia do lago Paranoá e suas sub-bacias. Fonte: Etapa 04 – Prognóstico | produto 04 – Relatório Consolidado (FEDERAL, 2011b).

De acordo com este estudo, o conjunto urbanístico de Brasília está assentado em um semidomo situado entre as cotas 1.126m e 1.170m, sendo este o divisor de águas das sub-bacias do Bananal, Riacho Fundo e do Lago Paranoá.

Os eixos norte e sul do Plano Piloto desenvolve-se longitudinalmente na base do semidomo, com cota média de 1.050m, o que caracteriza a grande visibilidade proporcionada na direção leste, e em contraponto, bloqueio visual na direção oeste:

Desse modo, devido à assimetria da bacia do Lago Paranoá, com a presença do semidomo e dos vales do Riacho Fundo e do Bananal que condicionaram a criação do Lago Paranoá, a visibilidade da linha de cumeada da porção leste da bacia é mais relevante em relação à porção oeste, mais afastada e caracterizada por um relevo mais suave (FEDERAL, 2010, p.13).

O relatório Prognóstico (2011) destaca pontos de mirantes naturais para o Conjunto, situados em várias localizações ao longo da cumeada da bacia, e descreve que cada sub-bacia é composta por morfologias e formas de ocupação humana diferenciadas, contribuindo ou não com a preservação do Conjunto. Pela amplitude da área de entorno definida, mapeia para fins analíticos, subáreas de acordo com suas características para a definição de zonas de proteção com papéis diferenciados. Ressalta ainda, que a LUOS deveria prever diferentes mecanismos de proteção e de controle dessas subáreas, complementando o PDOT e em conformidade com as diretrizes e ações propostas pelo PPCUB. Os eixos topográficos apresentados no estudo de visibilidade, bem como as diretrizes e ações propostas do Relatório consolidado, serão analisados posteriormente em comparação à normativa publicada pelo IPHAN.

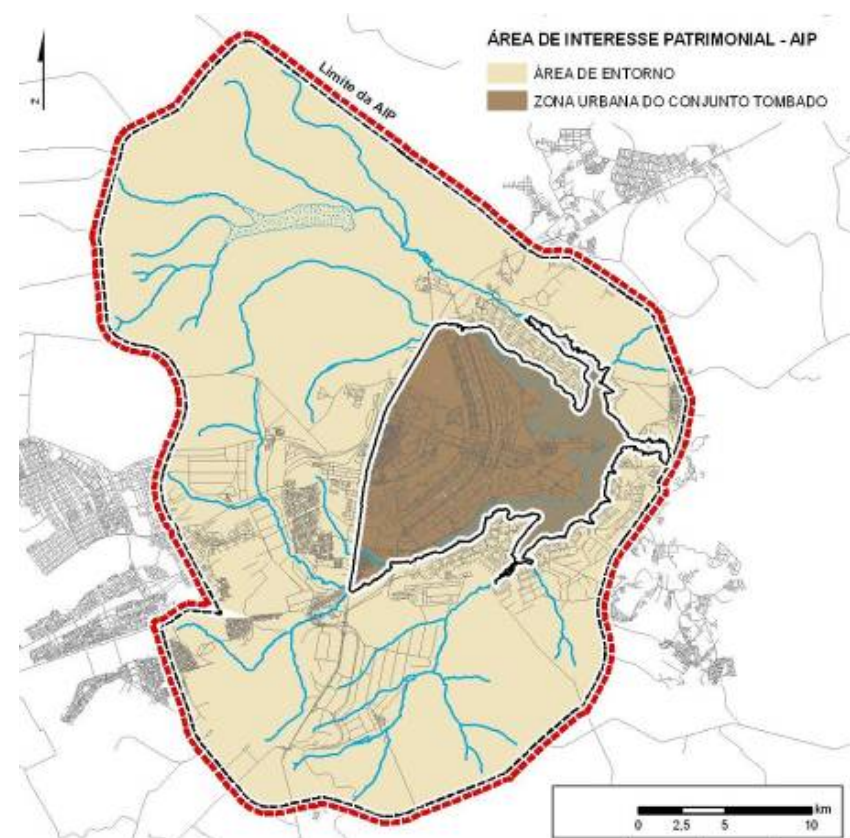


Figura 15: Delimitação da Área de Interesse Patrimonial – AIP.
Fonte: FEDERAL, 2011b.

Essa proposta foi apresentada no Projeto de Lei Complementar (PLC) nº78 de 2013 do PPCUB e enfrentou percalços, como trocas no governo local e crises no Executivo. As diretrizes gerais apresentadas nesta versão do PPCUB para a Área de Entorno eram as seguintes:

DIRETRIZES GERAIS PARA A PRESERVAÇÃO DO ENTORNO DO CUB

- XI. preservação das unidades de conservação de proteção integral e das AIA instituídas, como envoltório paisagístico do Conjunto Urbanístico de Brasília e dos recursos hídricos, superficiais e subterrâneos, que asseguram a manutenção do Espelho d'água do Lago Paranoá;
- XII. adequação, complementação e execução da drenagem urbana nos termos das regulamentações emitidas pelos órgãos competentes;
- XIII. avaliação e controle do adensamento e da verticalização das edificações de modo a minimizar o impacto da massa construída na visibilidade e legibilidade do conjunto urbano tombado;
- XIV. qualificação dos espaços públicos, com ênfase na arborização e controle da ocupação;
- XV. intensificação de arborização ao longo das estradas-parque para o resgate de seu caráter original, bem como nas vias públicas, com ênfase na arborização e controle da ocupação;
- XVI. fiscalização e repressão à invasão de áreas públicas e áreas de preservação permanentes;
- XVII. incentivo ao desenvolvimento de projetos turísticos, de lazer, cultura e educação à preservação do patrimônio cultural;
- XVIII. revitalização de áreas de interesse cultural e ambiental degradadas;
- XIX. identificação e valorização de vestígios de antigas fazendas e ocupações nas AES [áreas de entorno] anteriores à construção de Brasília;
- XX. fiscalização com vistas a combater:
 - a. o parcelamento do solo, a edificação e o uso excessivo ou inadequado à preservação do sítio tombado,
 - b. a instalação de empreendimentos ou atividades sem a previsão de implantação de infraestrutura correspondente;
 - c. a deterioração, a poluição e a degradação ambiental; e
 - d. o uso inadequado dos espaços públicos (FEDERAL, 2013, p.7)

Tabela 6: PPCUB - PLC nº78/2013. Fonte: Elaborado pela autora.

Os setores foram delimitados principalmente pelos eixos viários, com exceção da AE (área de entorno) – 01, delimitada pelo Parque Nacional de Brasília – PNB e a Floresta Nacional – FLONA. Diretrizes específicas também foram delineadas para cada área de entorno. Posteriormente, iremos resgatar estas diretrizes específicas.

Esta proposta do PLC 78/2013, englobava a área de entorno no PPCUB e trazia, conforme vimos, minúcias de preservação para a área da Bacia do Paranoá que a legislação federal não poderia incorporar. O PPCUB neste formato apresentado se delineava como um plano de preservação completo, além de ser também um plano de desenvolvimento e legislar sobre o uso e a ocupação do solo.

De acordo com Goulart (2017) houve uma mobilização da comunidade do Plano Piloto, que apontava para os interesses do mercado imobiliário como suposto mote do novo plano, enquanto os gestores, tanto locais quanto federais, ressentem-se da baixa efetividade dos instrumentos disponíveis para a gestão urbana do sítio: “instrumentos que são superficialmente conhecidos e pouco apropriados pela população” (GOULART, 2017, p.170).

A UNESCO como parte da manutenção e validação da inscrição do sítio como Patrimônio Mundial vinha desde 1993 apontando a necessidade de delimitação de uma área de proteção ao sítio tombado, como vimos nos relatórios de monitoramento do sítio.

A partir de 2010 reuniões e um grupo de trabalho foram formados na Superintendência do IPHAN no DF para tratar da definição da área de entorno do CUB. A proposta da Bacia do Lago Paranoá como área de entorno realizada por Veríssimo foi acatada pela Superintendência, corroborando com a ideia de limitação de ocupação dentro da área da Bacia, de acordo com os Planos de Ordenamento Territorial anteriores.

No âmbito da Superintendência foram realizados estudos como o levantamento georreferenciado, uma parceria entre o IPHAN e o Centro de Imagens Geográficas do Exército (CIGEx), que se baseou em “faixas de visibilidade”, tomadas a partir de um “ponto zero” estabelecido na Plataforma de Rodoviária:

Do ponto de vista simbólico a Plataforma da Rodoviária, no ponto de cruzamento entre os dois eixos (Monumental e Rodoviário), representa não apenas o surgimento, mas também os fundamentos básicos do projeto de Lucio Costa (FINGER, 2011, p.17).

Estudos comparativos entre o “Mapa de Visibilidade do horizonte do Plano Piloto de Brasília” e o PDOT para identificação de pontos de conflito com a área tombada também foram realizados.

Em 2011 o IPHAN abriu processo administrativo tendo como objeto a delimitação da poligonal de entorno. A proposta elaborada pelo Instituto adotou em grande parte o estudo desenvolvido pelos técnicos do GDF na proposta para o PPCUB, que corrobora com a ideia também desenvolvida por Veríssimo de utilizar a Bacia do Paranoá como limite da área de entorno. Porém, o estudo desenvolvido pelo GDF detalhou diretrizes e ações efetivas de preservação ambiental, destacou o papel de cada área na preservação do conjunto, apontou ocupações irregulares que deveriam ser contidas, estabeleceu como diretriz a demarcação e proteção de vestígios de antigas fazendas e ocupações no território do Parque Nacional, previu estudos para os eixos e pólos de Estratégias de Dinamização situados pelo PDOT e definiu áreas que deveriam ser destinadas ao estabelecimento de habitação de interesse social, entre outras importantes diretrizes.

A proposta do IPHAN, preocupada com a iminência de uma nova visita de inspetores da UNESCO, ignorando importantes estudos elaborados anteriormente e sem estabelecer

debates acerca do tema, delimitou a atual área de entorno com a publicação da Portaria nº68/2012, se restringindo a definir limitações de altura para as novas edificações.

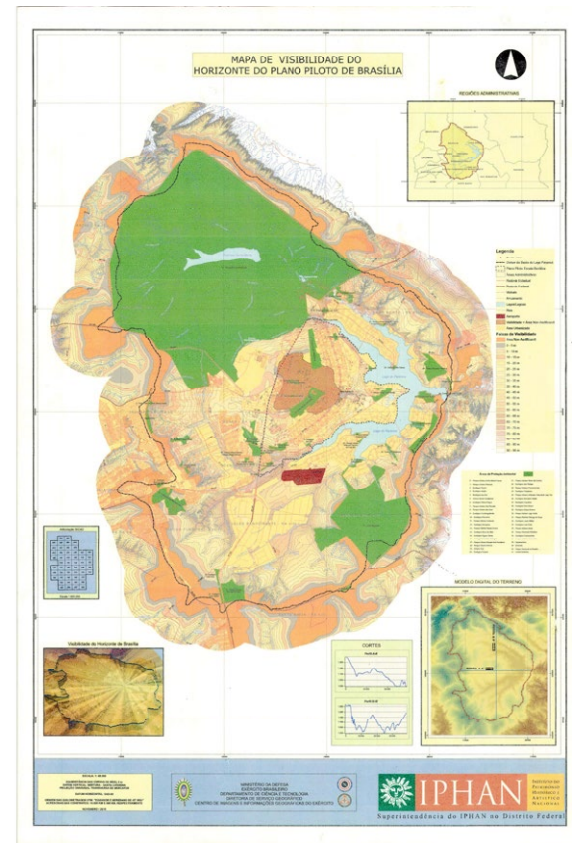


Figura 16: Mapa de Visibilidade do horizonte do Plano Piloto de Brasília. Fonte: 2º Centro Geoinformação/ Diretoria de Serviço Geográfico (DSG)/ Exército Brasileiro

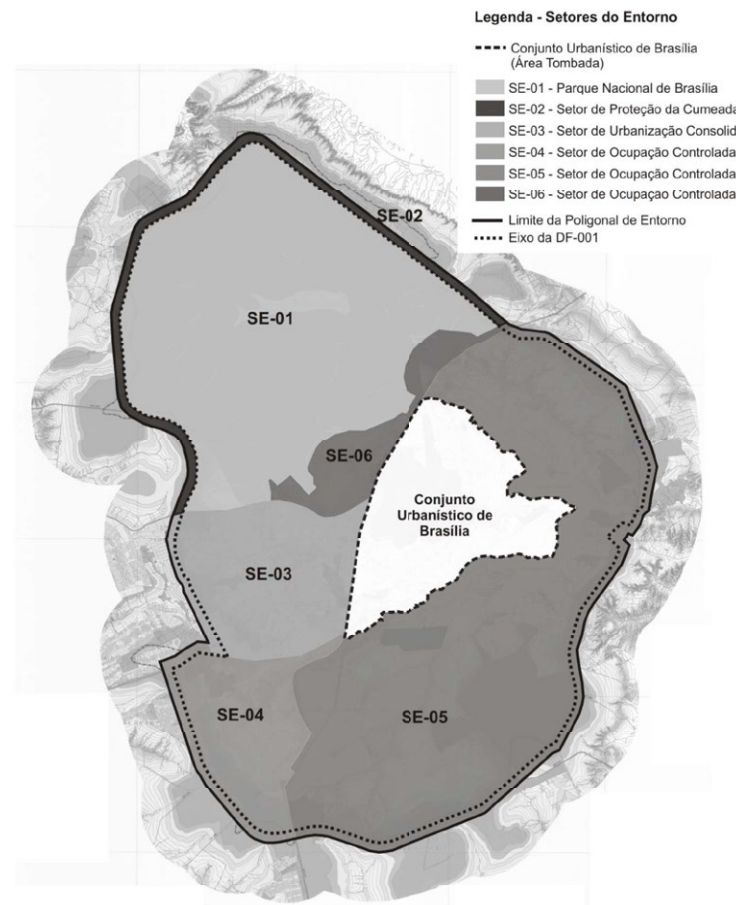


Figura 17: Poligonal de Área de Entorno. Fonte: Portaria nº68/2012 IPHAN.

Em entrevista ao arquiteto Thiago Teixeira de Andrade³⁴ foi relatado sobre um grupo de trabalho iniciado pelo IPHAN no ano de 2013, o qual propunha um confronto ao texto apresentado pelo GDF para o PPCUB:

Mas um confronto no sentido de que não era só uma revisão textual e ficar disputando coisinhas minuciosas, não. Era uma revisão também na estrutura conceitual do projeto de lei [...] Ele [O GRUPO] estava vinculado não à superintendência, mas ao IPHAN nacional. O IPHAN nacional avocou, digamos assim, essa responsabilidade e fez uma luta aí técnico-política com relação aos princípios etc. (ANDRADE, 2023).

O trabalho desenvolvido pelo grupo buscava orientar o plano de preservação a partir das escalas, buscando aprofundar o significado de cada uma delas. De acordo com Andrade o texto proposto por ele sobre a escala bucólica trazia a seguinte definição:

“A escala bucólica confere à Brasília o caráter de cidade parque e a base territorial na qual se assenta toda a cidade, integrando a paisagem urbana e natural e preservando a relação entre o céu e a horizontalidade do Planalto Central, **possibilitando a percepção de emolduramento pela borda do cume da bacia hidrográfica do Lago Paranoá**”.

Existe uma base que é essa escala bucólica, o projeto lê bem essa base territorial e implanta uma cidade que depois ela vem recolocando as demais escalas. Então, para isso, era importante ressaltar a cumeada em torno da bacia do Paranoá, o bucolismo do cerrado, porque naquela época o cerrado não tinha a valorização que tem hoje como paisagem, como bioma, como riqueza e assim por diante,

34. Que fora consultor do IPHAN no período seguinte a publicação da Portaria Nº68/12.

muito menos esteticamente. Quando essas coisas estão em discussão, em vigor, tanto é que a arborização de Brasília, essencialmente nos anos 60 e 70, ela é exótica de grande porte e tropical, inclusive com muitas espécies que nem nativas do Brasil são, e baseada nesse porte quase que do país tropical da Mata Atlântica do Rio de Janeiro e companhia, porque dali que vem a formação ideológica, visual e estético dessas pessoas também (ANDRADE, 2023).

O grupo teria existido entre 2012 e 2014, e se dedicou a confrontar o Plano de Preservação apresentado à época pelo GDF. Posteriormente teria a intenção de revisar a Portaria nº68, a partir das bases conceituais trabalhadas na proposta para o plano de preservação do Conjunto Urbanístico elaborado, esta revisão não chegou a ir adiante.

Em 2016 o IPHAN publicou a Portaria nº166/16³⁵ que rompeu com o entendimento de que o Conjunto Urbano tombado seria uma área monolítica, sem diferenciação de atributos e valores. A Portaria subdivide o sítio tombado em duas macroáreas, uma contendo o “avião” como de proteção prioritária, e a outra englobando os setores do Sudoeste/Octogonal, Cruzeiro, Noroeste e Candangolândia. Vale ressaltar que essa portaria não alterou a poligonal de tombamento, nem a área de entorno estabelecida anteriormente.

Analisando o texto atual da minuta do PPCUB e da Portaria nº166/16, ambos se baseiam na definição trazida por Andrade para a escala bucólica, porém a parte que fazia menção a cumeada da bacia hidrográfica foi retirada³⁶. A reflexão que Andrade faz a respeito da cumeada da bacia hidrográfica na conceituação da escala bucólica

35. Sobre o assunto ver o artigo: PERPÉTUO, T. “Revisitando o processo de tombamento de Brasília: uma contribuição historiográfica para novas interpretações do objeto protegido”. In: PERPÉTUO, T.; RIBEIRO, S.B. (Orgs.) Patrimônio em Transformação: Atualidades e permanências na preservação de bens culturais em Brasília. Brasília, IPHAN-DF, 2017.

36. Sobre a escala bucólica a Portaria nº166/16 traz a seguinte definição: “Art. 12. A escala bucólica, que confere o caráter de cidade-parque, é constituída pelo ambiente natural ou agenciado pelo homem, presente nas áreas verdes livres destinadas à preservação ambiental, à composição paisagística, ao lazer e à contemplação.

perpassa a ideia da paisagem urbana histórica que envolve Brasília e a construção do território com suas pré-existências. No entanto, os documentos de preservação atuais do CUB não apontam para esse elemento de emolduração do conjunto.

Também em 2016, o arquiteto Maurício Goulart publicou um estudo denominado “O horizonte de Brasília: A definição da zona de entorno e a gestão compartilhada do conjunto urbanístico de Brasília” (2016), no qual trata sobre as competências constitucionais comuns à União e ao DF e competências exclusivas do gestor local (DF); analisa também o processo de delimitação da zona de entorno do CUB considerado um caso emblemático por abranger uma dinâmica urbana extremamente complexa (GOULART, 2017). Ao final de seu estudo Goulart propõe uma redefinição da poligonal de entorno do CUB, delimitando uma área menor de entorno que

Art. 13. As características essenciais da escala bucólica se configuram nos seguintes elementos: I. áreas livres gramadas ou ajardinadas e arborizadas; II. áreas livres com remanescentes da cobertura vegetal nativa do Cerrado; III. margem oeste do Lago Paranoá e córregos tributários; e, IV. conjunto de parques e áreas públicas de preservação ambiental. Parágrafo único. Fica mantida a predominância dos espaços livres sobre os espaços construídos”

Sobre a escala bucólica, a minuta atual do PPCUB traz a seguinte definição: “**Art.16** [...] IV - Escala Bucólica: escala que confere a Brasília o caráter de cidade-parque, constituindo a base territorial na qual se assenta toda a cidade, compreendendo áreas livres com cobertura vegetal, ampla arborização, destinadas principalmente à preservação ambiental, ao paisagismo e ao lazer.

Art. 20. São elementos fundamentais e indispensáveis para a leitura da Escala Bucólica e para sua preservação:

I – a orla do Lago Paranoá, integrada pelo Setor de Clubes Esportivos Norte, o Setor de Clubes Esportivos Sul, o Setor de Hotéis de Turismo, a Ponta do Braghetto e o Parque Estação Biológica;

II – o espelho d’água do Lago Paranoá como elemento paisagístico relevante na formação da imagem da cidade;

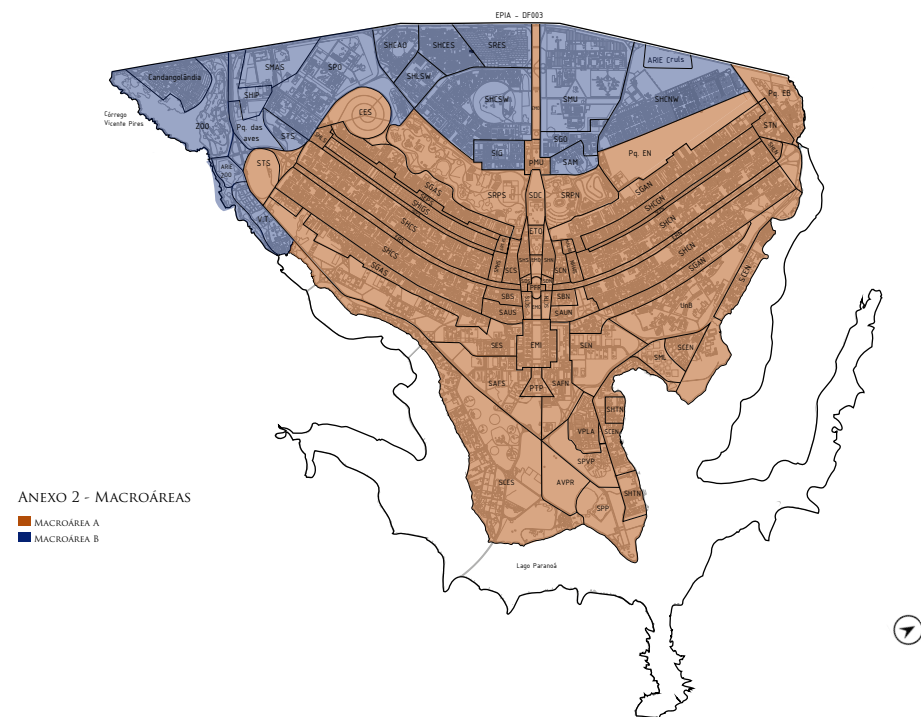
III – os parques urbanos e as unidades de conservação;

IV – a horizontalidade da paisagem, a baixa taxa de ocupação do solo, o predomínio de áreas livres, gramadas ou ajardinadas e arborizadas, e a vegetação remanescente nativa do Cerrado;

V – os cinturões verdes que emolduram as superquadras;

VI – as áreas não parceláveis que configuram a cidade-parque.”

ficaria sob responsabilidade do IPHAN, considerando que as áreas de preservação ambiental também funcionam como zona de amortecimento, porém são regidas por legislação específica.



ANEXO 2 - MACROÁREAS
 ■ MACROÁREA A
 ■ MACROÁREA B

Figura 18: Macroáreas de proteção do CUB contidas na Portaria nº166/2016.Fonte: FICHER, S. Brasília: Legislação patrimonial e gestão urbana. In: 3º Simpósio Científico 2019 do Icomos/Brasil, autenticidade em risco. Belo Horizonte, 2019.

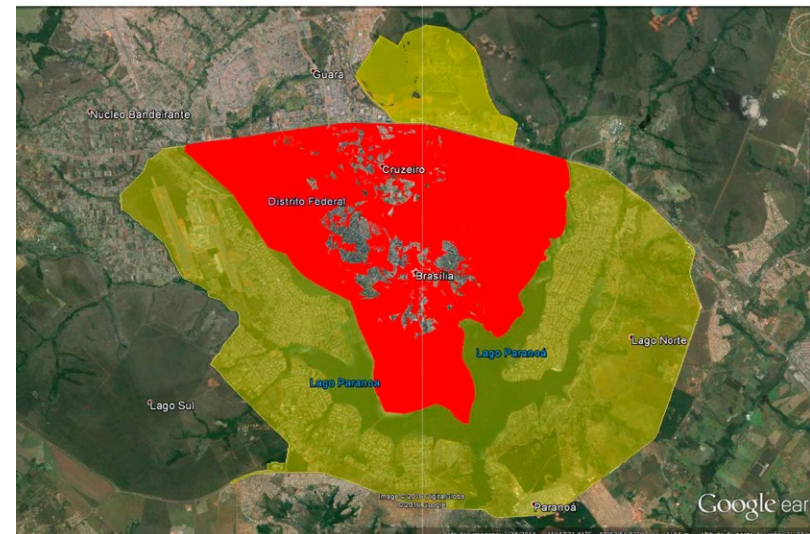


Figura 19: Proposta de nova poligonal para área de entorno do CUB. A nova proposta mantém o Aeroporto e as regiões administrativas do Lago Sul, Lago Norte e Paranoá, além de parte da região administrativa do Plano Piloto a oeste da EPIA. Exclui o Park Way demais regiões a oeste da EPIA.Fonte: GOULART,2017.

Atualmente, o PPCUB passou por uma fase de estudo e revisão na Câmara Temática do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal - CONPLAN³⁷, criada pela Resolução Administrativa nº 2/2022, de 3 de fevereiro de 2022; que ocorreu ao longo do ano de 2022. Em outubro do mesmo ano foi publicada no site da SEDUH a minuta do PLC convocada a 7ª audiência pública para tratar sobre o tema, ocorrida em 19 de novembro de 2022.

37. O Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal (CONPLAN) é o órgão colegiado superior do Sistema de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal (Sisplan).

A partir do histórico sobre o controle da ocupação na bacia hidrográfica do Paranoá e sobre a definição da área de entorno do CUB, é possível constatar que a questão vem sendo discutida há bastante tempo entre os gestores do sítio. Porém, os resultados destas discussões não culminaram em um plano de preservação que abarcasse também a área de amortecimento. A delimitação da bacia hidrográfica como preconiza a “faixa sanitária” se repetiu em diversos estudos – Planidro (1970); o estudo da geógrafa Mônica Veríssimo (2005); o estudo topográfico da bacia do Paranoá (2010); o Relatório Prognóstico do PPCUB (2011) e o Mapa de Visibilidade elaborado pelo IPHAN (2012) - e acabou se consolidando como a área de entorno, por meio da Portaria IPHAN nº68/2012. Com a publicação desta Portaria foi retirado do texto da minuta do PPCUB a proposta de preservação para a área de entorno, que continha importantes planos, programas e projetos e diretrizes específicas para cada área de entorno visando a preservação da significância do Conjunto.

Dentre os estudos analisados, alguns se concentraram em áreas menores de proteção ao CUB, considerando que dentro da área tombada já existiria uma área de amortecimento (Macrozona B instituída pela Portaria nº166/16) – Estudos do GT-Brasília (1981-1987; o estudo “Brasília Patrimônio Cultural Contemporâneo” (1995) e o estudo desenvolvido pelo arquiteto Maurício Goulart (2017). Esses ressaltam áreas mais sensíveis pela proximidade com o Conjunto, como a área oeste após a EPIA e a faixa da margem leste do Lago Paranoá até a cumeeira da bacia, que mantêm um potencial importante de interferência nos Valores Universais Excepcionais preconizados pela UNESCO.

No próximo subitem iremos nos debruçar sobre os processos que envolveram a elaboração da Portaria IPHAN nº68/2012 que dispõe sobre a delimitação e diretrizes para a área de entorno do Conjunto Urbanístico de Brasília, para que seja possível fazer uma leitura crítica da elaboração desse instrumento de preservação.

2.4. O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DA PORTARIA Nº68/2012: A BACIA HIDROGRÁFICA DO PARANOÁ COMO ÁREA DE ENTORNO

E só para encerrar, uma coisa que eu lembrava, nessa questão do entorno, era a situação histórica do IPHAN em 1938, quando protege Ouro Preto. Qual é a área de entorno? Qual é a área da coisa tombada de Ouro Preto? É lindo, mas é absolutamente impraticável do ponto de vista jurídico hoje. Para a nossa sorte, em Brasília, onde a vista alcança tem uma estrada que é a Estrada Parque Contorno, a EPCT. Quando a vista não alcança, no mapa tem a estrada e você sabe que é lá. Mas é uma maluquice. De certa maneira, acho que ajudei o IPHAN a organizar com o mapa, até onde a vista alcança de Brasília (ROSSETTI, 2023)³⁸.

O processo de delimitação do entorno do CUB, iniciou-se pela elaboração do Mapa de Visibilidade do horizonte do Plano Piloto. O arquiteto Eduardo Pierrotti Rossetti atuante, na época na Superintendência do IPHAN do DF faz o seguinte relato a respeito do início do processo de definição da área de entorno:

Esse mapa foi inventado a partir de uma necessidade muito forte e que ganhou muito peso entre 2009 e 2010, com a perspectiva dos 50 anos de Brasília. Ou seja, a visibilidade e a atenção mundial para os 50 anos de Brasília provocou a Unesco a reforçar a cobrança sobre o Brasil para resolver essa condicionante da inscrição na lista da Unesco. A gente se lembra que Brasília entrou na lista da Unesco com essa condição: “Resolvam a zona de entorno”, “Resolvam a buffer zone”. E isso fica por anos numa negociação, numa troca, numa mistura de, vamos chamar assim,

de atividade diplomática e falta de ação por parte do IPHAN, entendeu? (ROSSETTI, 2023).

Em novembro de 2009, o arquiteto e a Superintendência estavam preocupados em manter liberada a linha do horizonte da Bacia do Paranoá, entendida como, de acordo com o Superintendente Alfredo Gastal: “um dos elementos fundamentais da paisagem do Plano Piloto e da Capital Brasília” (GASTAL, 2011a, p.3). De acordo com Rossetti, em uma conversa com o Superintendente surgiu o princípio da ideia de como trabalhar o entorno do Conjunto:

Ele desenhava, eu me lembro da imagem, ele fazia uma topografia e fazia uma coisa reta, ele falava assim, é como se houvesse um disco, um disco sobre Brasília e nada vai ser construído acima desse disco. Eu falei, tá, é muito bonito como ideia. Ele falava isso 300 vezes, é um disco, imagina um plano gigantesco. Eu falei: “Tá, imaginar eu imagino. E como é que isso vai ser resolvido?” Ele falou: “Então, essa é a ideia. Um disco sobre Brasília, sobre o plano piloto, para não criar águas claras, certo?” Essa era a referência de coisa, de situação urbanizada que irrompia a linha do horizonte e que mudava essa paisagem. Então era esse o dado inicial do problema, inventar um disco sobre Brasília para abafar a elevação [...]

[...] Eu falei que era o seguinte: “A base cartográfica que nós temos é insuficiente para pensar essa complexidade. Por mais que se resolva isso, como é que vai se representar, qual é a precisão dessa base cartográfica?” E eu falei para ele outra coisa: “Essa questão de ver o horizonte, que era essa coisa mítica, que o Lucio Costa já falou muitas vezes, ver o horizonte, ver o horizonte”.

A questão da visibilidade estava entrando em parâmetros do IPHAN, mas isso não era uma coisa praticada. E eu falei para ele: “A questão é de visibilidade, é a partir de onde se vê isso” [...]

Nós temos que ter um outro mapa, uma outra base cartográfica precisa para que isso seja pensado, ainda mais se vai ser inventada uma legislação a partir do mapa [...]

Então eu pensei assim, se não é o Itamaraty, que tem uma mapoteca extraordinária, quem faz mapa hoje? Eu falei, o Exército [...]

Após o contato estabelecido com o Exército, o mapa foi então elaborado pelo Centro de Imagens do Exército Brasileiro, na época chamado CIGEx. Em janeiro de 2010, a equipe do CIGEx já havia apresentado um esboço do que seria o Mapa de Visibilidade, trabalho que foi acompanhado pelo arquiteto Rossetti. Esperava-se que a nova base cartográfica pudesse embasar as ações de planejamento urbano, referenciando a inserção do sítio em uma escala maior na qual “transcorrem processos de metropolização que demandam ações de planejamento regional” (ROSSETTI, 2010, p.9). Para a elaboração do mapa foram trabalhadas zonas de construção em função da altura, que seriam chamadas posteriormente de faixas de visibilidade:

6) Delimitação das zonas de construção em função da altura h=5m a partir do divisor da Bacia, estabelecendo zonas com 5, 10, 15, 20, 25, 30, 35m...

7) Delimitação das zonas de não construção em função da declividade acima de 40% ou das áreas com algum tipo de interesse e/ou proteção ambiental, de acordo com o PDOT

8) Análise de intervisibilidade para verificação de zonas de obstrução visual do alvo (Plano Piloto) (ROSSETTI, 2010a, p.9)

A elaboração da minuta de Portaria que definiria o entorno do CUB estava relacionada à finalização do trabalho desenvolvido pelo Exército. Os prazos eram apertados pela proximidade da reunião do Comitê do Patrimônio Mundial que ocorreria naquele ano:

[...] Hoje os trabalhos estão nas etapas 4 e 5 acima citadas, e de acordo com nossos entendimentos verbais, o prazo estimado para o término foi de cerca de 30 dias, o que significa meados de abril. Assim, somente será possível elaborar uma minuta de Portaria ao cabo deste, em função deste material, fato que será muito próximo à data simbólica inicialmente considerada, o dia 21 de abril. Contudo, uma vez que este trabalho se desenvolve em função específica das solicitações do Comitê do Patrimônio Mundial, o WHC/UNESCO, cuja reunião será somente em julho, assinalo, portanto, que haverá então tempo hábil para a elaboração de uma Portaria de proteção da área de entorno do Plano Piloto, resguardando a visibilidade e fortalecendo a preservação do Plano Piloto de Brasília. (ROSSETTI, 2010a, p.9)

Apesar do otimismo demonstrado no trecho acima com relação aos prazos, os trabalhos de elaboração do mapa demandaram mais tempo do que o previsto. De acordo com o Ofício nº318/2010, de 10 de maio de 2010, da Superintendência do IPHAN DF, foi definido um “ponto zero” para servir de referência para a delimitação das áreas para a confecção do Modelo Digital do Terreno (MDT), que foi demarcado *in loco*, na plataforma da Rodoviária, em 8 de junho de 2010:

[...] o ponto zero do Plano Piloto é o ponto zero do cruzamento dos dois eixos. Não há dúvida que a referência tinha que ser a gênese do próprio Plano Piloto. O que eu acho sempre incrível é que, no raciocínio do Lucio Costa, os dois pontos que se encontram, que dá um ponto na geometria, aqui é a plataforma rodoviária, tem 700 metros. Eu falei: “Perfeito, Gastal, o ponto que se encontra chama-se plataforma rodoviária do Plano Piloto de Brasília” (ROSSETTI, 2023).

38. Entrevista com o arquiteto e professor Eduardo Pierrotti Rossetti, realizada pela autora no dia 05/06/2023.



Figura 20: Marco do “Ponto Zero”. Estabelecido na plataforma da Rodoviária do Plano Piloto, demarcado pelo Exército em parceria com o IPHAN-DF. Foto: Acervo pessoal da autora.



Figura 21: Pino de bronze. Gravado pelo exército com os dizeres: “IPHAN 2010, P0, protegido por Lei”. Fonte: Acervo pessoal da autora.

De acordo com o Ofício nº036 -SDT/CIGEx, de 15 de junho de 2010 foi solicitado pelo exército o prazo de 60 dias para a conclusão de todos os trabalhos, havendo a possibilidade de se apresentar até o dia 16 de julho o MDT e uma planta.

Em carta redigida em 20 de julho de 2010, pela Presidente da Associação Casa de Lucio Costa, Maria Elisa Costa, tendo em vista a realização da 34ª Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO em Brasília, a arquiteta considerava que:

[...] Dentro do perímetro tombado, como o mercado não comanda – obedece, a tendência natural é a crescente aproximação, até o limite da área protegida, de implantações urbanas certamente mais densas, estimuladas pela especulação imobiliária, que terminariam por envolvê-la com edifícios de gabarito alto, isolando Brasília do seu horizonte;

Que é de primordial importância preservar o diálogo entre a cidade e o horizonte do Planalto Central, sua marca de origem, e levando em conta que este horizonte é geograficamente definido, ou seja, é o divisor de águas da Bacia do Paranoá [...]

A Associação CASA DE LUCIO COSTA – CLC propõe que a delimitação do entorno da área tombada do Plano Piloto seja, precisamente, o divisor de águas da Bacia do Paranoá, e que toda a legislação de uso e ocupação do solo neste entorno, seja estabelecida a partir da premissa de manter na cidade a presença visual do horizonte, assegurando a permanência do diálogo original entre a paisagem natural Planalto, e a paisagem construída Brasília. (COSTA, 2010, p.23)

No dia 08/11/2010, ocorreu na Superintendência do DF uma reunião que contou com a participação do Professor Ferruccio Ferrigni, da Universidade de Nápoles, que participava de uma programação de colaboração entre as Instituições. De acordo com

a Informação técnica nº042/2010, de 10 de novembro de 2010, escrita pela arquiteta Ana Clara Giannecchini, as discussões ocorridas na reunião, levaram ao consenso de que para tratar do problema da transformação de Brasília, seria fundamental a definição de uma *Buffer Zone*, que funcionaria como um espaço de transição entre a área tombada e o contexto urbano do DF:

Uma vez resguardado o Plano Piloto de alterações em sua lógica urbana de escala e volumetria, resta ao entorno o papel de agente construtor de uma paisagem qualificada. Essa construção da paisagem pode se dar, de um lado, pela definição de um zoneamento de alturas e de regras que permitam o adensamento urbano evitando problemas de segurança e de subversão do caráter dos espaços públicos, de outro, pelo desenho de estradas e caminhos que construam os pontos de vista de contemplação da paisagem (GIANNECCHINI, 2010, p25).

De acordo com Giannecchini, o professor Ferrigni teria feito uma apresentação sobre elementos para a discussão dos modelos de gestão de paisagens culturais, exemplificada por experiências europeias como a do Vale do Rio Loire (França), do Muro de Adriano (Inglaterra), de Bari (Itália), da Costa Amalfitana (Itália), das Cinque Terre (Itália) e do Val d’Orcia (Itália). Durante a discussão foi destacada a ideia-chave de que a tutela da paisagem cultural só poderia funcionar se “for ativa, capaz de produzir valor econômico imediato ao usuário local” (GIANNECCHINI, 2010, p.25). Foram apresentados pela equipe da Superintendência os estudos sobre a área de entorno do Plano Piloto de Brasília, e apesar de ter sido considerada pelo professor “s sofisticada a maneira de definir a cota absoluta, o ponto zero da visibilidade” (ROSSETTI, 2010b, p.31), este apontou a dificuldade que poderia haver na gestão de ocupação baseando-se apenas na geometria das curvas de visibilidade. Apesar de o zoneamento de alturas ser um instrumento estratégico para construção da paisagem, considerou que deveriam ser

compatibilizadas as regras distritais do plano de ordenamento territorial. O professor Ferrigni apontou que seria valioso incorporar o tema da construção da paisagem na discussão do assunto, destacando a importância dos passeios de pedestres para demarcar a paisagem e para pautar sua construção. Sobre a construção da paisagem em Brasília, destacou que seria estratégico pensar o assunto nos seguintes termos:

a) Paisagem a proteger > paisagem a tutelar

b) Paisagem a construir > paisagem a produzir

c) Paisagem a ser resgatada > paisagem a reabilitar

Ou seja, existem paisagens a tutelar, produzir e reabilitar (FERRIGNI apud ROSSETTI, 2010b, p.33)

Rossetti destacou ainda que ao ser indagado se a chancela da “Paisagem cultural” seria pertinente para o entendimento sobre a proteção para o entorno do Conjunto Urbanístico de Brasília, além dos aspectos geográficos do sítio, o professor Ferrigni teria sido contrário a tal hipótese, uma vez que a categoria da paisagem cultural seria “pertinente para legitimar as marcas correspondentes ao processo da ação humana, sobre um território e sua paisagem, em razão de um ciclo econômico, coisa que Brasília ainda não detém” (ROSSETTI, 2011a, p.79):

Nós passamos uma tarde inteira discutindo esse assunto e o resumo da ópera foi que, no entendimento dele, que também era o meu, felizmente, não fazia sentido querer pensar a proteção de Brasília por essa perspectiva. Por “N” razões que ele deu exemplos na Toscana, a paisagem do leite, não sei o que lá. E aquilo fazia sentido. Porque eu acho ótimo isso, para mim naquele momento que era técnico. Eu pensei que vai ser mais um grau de atribuição,

mais um problema que a superintendência vai puxar para si e **com aquilo que é cotidiano a gente não dá conta**. Então, eu fiquei pensando, por que não se deve ter mais essa camada de problemas? Para mim, naquele momento, isso não era tão claro, mas não tenho a menor dúvida hoje de que a grande contribuição que o IPHAN superintendência pode ter em relação à proteção de Brasília é ter um **diálogo realmente muito franco e ciente da sua atribuição com o GDF**.

[...] Essa questão da paisagem cultural, naquele momento, foi vetada, foi negada, foi desconsiderada. Não sei se isso pode ser revisto hoje, se há interesse nisso. Até onde sei, o próprio IPHAN central parou de tratar com esse assunto, porque isso gerava demandas difíceis de serem tocadas (ROSSETTI, 2023) grifo nosso.

De acordo com o Memorando nº 167/2010, de 15 de dezembro de 2010, Rossetti demonstrou preocupação na continuidade das discussões sobre o assunto do entorno, e refletindo que seria necessária uma abordagem crítica da nova versão do Mapa de Visibilidades, sugeriu que para tanto fosse “estudada a possibilidade de ampliação dos técnicos do IPHAN envolvidos no assunto, a fim de otimizar a expertise deste Instituto para o sucesso” (ROSSETTI, 2010c, p.41).

A primeira reunião da Equipe de Trabalho dedicada a abordar a Bacia do Paranoá e a área de entorno do Plano Piloto, ocorreu, de acordo com o Memorando Nº15/2011, no dia 20 de janeiro de 2011. Na reunião foi apresentado o Mapa de Visibilidade do horizonte do Plano Piloto de Brasília. Dentre as questões discutidas estavam a preocupação com os parâmetros do PPCUB sobre o assunto; como se transformar os limites das faixas de visibilidade em limites territoriais; como cotejar a leitura do território em relação às linhas de visibilidade. Outras questões que se colocaram teriam que ver com a compatibilização da portaria do IPHAN com o Plano Diretor de Desenvolvimento

Territorial - PDOT e com os Planos Diretores Locais - PDLs; quais os limites de uma portaria do IPHAN na definição de diretrizes e normas de ocupação da área de entorno, bem como a compatibilização disso com o PDOT e com os PDLs. Durante a terceira reunião foi documentado por meio do Memorando nº29/2011, de 14 de fevereiro de 2011, a constatação de que a questão da visibilidade da área tombada e do entorno estavam presentes no PDOT, como é possível verificar no Art. 11, incisos III e VII:

III – avaliar interferências nas áreas de vizinhança de imóveis, sítios e conjuntos urbanos preservados, de maneira a evitar aquelas que influenciem negativamente na sua ambiência e visibilidade;

VII – elaborar estudos e fixar normas para a preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal e as áreas de entorno dos bens tombados (DISTRITO FEDERAL, 2009, p.5).

Em uma rápida pesquisa do termo Paisagem no PDOT (2009), notamos que este aparece apenas 06 (seis) vezes em todo o documento que contém 215 páginas. São elas: no Art.14, inciso VIII, que trata sobre o incentivo a arborização como elemento integrador e de conforto ambiental na composição da paisagem territorial, urbana e rural; no Art.67, inciso VI, que trata sobre a manutenção do conjunto urbanístico da área tombada como elemento de identificação na paisagem, assegurando-se a permeabilidade visual com seu entorno; no Art. 69 que trata sobre a Zona Urbana de Uso Controlado I, que deve ter uso compatível com as restrições relativas às sensibilidades pela proximidade com o Conjunto urbano e em seu inciso V, que ressalta que deve preservar e valorizar os atributos urbanísticos e paisagísticos que caracterizam essa área como envoltório da paisagem do Conjunto Urbano Tombado em limite compatível com a visibilidade e a ambiência do bem protegido; Art.73 que trata sobre a Zona Urbana Consolidada, especificamente sobre a paisagem urbana do Setor de Mansões Park Way – SMPW e no Art. 204 que trata sobre o instrumento do Estudo

de Impacto de Vizinhança – EIV que deve analisar a questão da paisagem urbana e patrimônio natural e cultural. Notamos que o termo é usado de forma genérica e faltam diretrizes específicas para a efetiva manutenção da paisagem no entorno.

Retomando o processo, os técnicos do IPHAN DF, o historiador Thiago Perpétuo e a arquiteta Flaviana Barreto Lira, em atendimento às solicitações do grupo de estudos para definição da Área de Entorno do Conjunto Urbanístico de Brasília, produziram um relatório a partir da leitura do documento “Considerações gerais acerca do estudo Bacia do Lago Paranoá como Área de Entorno do conjunto Urbanístico e Paisagístico de Brasília” (2005), da geógrafa Mônica Veríssimo. De acordo com este relatório, Thiago Perpétuo entende que:

O estudo em questão foca adequadamente a Bacia do Paranoá como sendo “o limite de vizinhança que melhor permite contemplar a visibilidade e ambiência do Conjunto Urbanístico de Brasília”, compreendendo a ambiência em termos de ‘harmonia e integração do bem tombado à sua vizinhança’, ampliando, portanto, a ideia de visibilidade. É no destaque do olhar sobre a coisa tombada, permitindo a fruição estética do bem, que se desenrola o eixo argumentativo de maior importância [...]

O estudo é oportuno por elencar diretrizes e aspectos variados para pensar de maneira ampla o bem tombado e seu entorno (aspectos históricos, urbanos e paisagísticos, legais, ambientais e de sustentabilidade). Mas é justamente no entrelaçar desses aspectos que está a força argumentativa deste trabalho (PERPÉTUO, 2011, p.59)

Sobre o estudo da geógrafa, a Informação Técnica nº043/2010, de 11 de novembro 2010, destaca que o mesmo estabelece uma abordagem sobre aspectos históricos

da escolha do sítio, considerando também aspectos hidrográficos, topográficos e de paisagem; o trecho que ressalta a vantagem de tomar uma bacia hidrográfica como unidade de planejamento, gestão e análise do território; as interrelações e a proteção do patrimônio em suas dimensões cultural (Brasília) e ambiental (Cerrado). Diante destas argumentações Rossetti afirma que:

[...] entende-se que o estudo [...] é válido. [...] se constitui como um documento importante para respaldar o trabalho em curso sobre a definição da área de entorno do Conjunto Urbanístico de Brasília através do “Mapa de visibilidade do horizonte do Plano Piloto de Brasília (ROSSETTI, 2011b, p. 75).

A Superintendência do IPHAN DF, ao ser questionada pela Promotoria de Justiça do Ministério Público da União, sobre o andamento do “Plano de Preservação do entorno”, ressaltou também as qualidades do estudo elaborado pela geógrafa:

O estudo [...] foi retomado por esta Superintendência em 2005, por ser considerado de grande importância para a preservação do entorno da área tombada, não só pelos aspectos artísticos e históricos. A questão ambiental a partir daí, passou a ser considerada como de suma importância para a proteção do referido bem (GASTAL, 2011, p.81).

No entanto, o superintendente ressalta que a instituição mantinha um corpo técnico reduzido, o que interferiu no andamento da elaboração do Plano até 2009, quando, com o apoio do Exército, teria sido retomado: “Desde então o trabalho vem progredindo na medida do possível em função do mesmo problema com o tamanho do corpo técnico que continua deficiente” (GASTAL, 2011b, p.81).

No dia 11 de março de 2011, ocorreu a quinta reunião da equipe de trabalho, na qual se iniciou um processo de análise do PDOT. Essas discussões se estenderam para a sexta reunião que ocorreu nos dias 15 e 16 de março. Uma série de apontamentos foram feitos com relação ao PDOT, os principais serão destacados na tabela abaixo, por serem considerados ainda de grande importância sobre o assunto, sobretudo no processo de revisão do Plano Diretor que está em curso atualmente. As informações foram levantadas nos documentos Informação Técnica nº050/2011, de 21 de março de 2011 e Informação Técnica nº056/2011, assinadas pelo arquiteto Eduardo Rossetti e pelo historiador Thiago Perpétuo:

ANEXO I – MAPA 1 Macrozoneamento do Distrito Federal

- Destacam-se as 2 áreas verdes que delimitam a área urbanizada do Plano Piloto: Parque Nacional e o Jardim Botânico;
- Destaca-se a grande área urbanizada com evidente continuidade, em relação aos limites do Distrito Federal;
- Destaca-se a proximidade do Parque Nacional de Brasília em relação à EPIA
- Destaca-se que o Parque Nacional de Brasília ocupa uma área maior que a área do Plano Piloto;

ANEXO II – MAPA 1 A Macrozoneamento do Distrito Federal

- Destaca-se que a “Zona Urbana Consolidada” está demarcada no limite entre a área tombada e a EPIA, cujo coeficiente de aproveitamento equivale a 9 (Art.42 do PDOT). Isto define um potencial conflito com a faixa de visibilidade do horizonte, considerando especialmente os termos do Art. 11, inciso III e VII do PDOT, que tratam da visibilidade do conjunto e da área de entorno de bens tombados.
- A “Zona Urbana de Uso Controlado I” caracteriza-se por manchas concentradas, distribuídas inclusive no limite interno a Leste, do divisor da Bacia do Paranoá;
- A “Zona Urbana de Uso Controlado I” possui coeficiente de aproveitamento equivalente a 4,5 (Art. 42 do PDOT);
- As manchas correspondentes à “Zona Urbana de Uso Controlado I” implantadas no Paranoá, no Núcleo Bandeirante e na área entre a Estrada Parque Paranoá e a Estrada Parque Contorno, que possuem coeficiente de aproveitamento equivalente a 4,5 (Art.42 do PDOT) podem gerar conflito com a visibilidade da área tombada;
- O Setor de Habitações Individuais Norte – SHIS (Península do Lago Norte) possui uma geografia e uma presença na paisagem urbana distintas da área entre a Estrada Parque Paranoá e a Estrada Parque Contorno. Entretanto, ambos os territórios possuem o mesmo coeficiente de aproveitamento 4,5, podendo implicar em conflitos com a visibilidade e impactos futuros na paisagem urbana;
- Constata-se conflito entre a área de interesse ambiental localizada na “Zona Urbana de Uso Controlado I” e o coeficiente de aproveitamento 4,5;
- A “Zona Urbana de Uso Controlado II” caracteriza-se por manchas descentralizadas, distribuídas sobre diversas partes e regiões administrativas, além de corresponder ao limite externo a Leste, do divisor da Bacia do Paranoá;
- Preocupa-se com a “zona urbana de uso controlado II” que está demarcada descontinuamente em duas partes (no limite entre a EPIA e o Parque Nacional de Brasília e na extremidade Norte da área tombada), e que possui coeficiente de aproveitamento equivalente a 4 (vide Art.42 do PDOT). Isto define um potencial conflito com a faixa de visibilidade do horizonte.
- Destaca-se que o Parque Nacional de Brasília e o Jardim Botânico são áreas que barram (ou limitam) o processo de alastramento contínuo da mancha urbanizada no Distrito Federal;
- Destaca-se que a “Zona Urbana de Expansão Qualificada” possui coeficiente de aproveitamento equivalente a 6 (Vide Art.42). Isto define um potencial conflito com a faixa de visibilidade do horizonte.
- Destaca-se que a denominada “Zona de Contenção urbana”, cujo coeficiente de aproveitamento equivale a 1 (vide Art.42 do PDOT), não está demarcada junto da área tombada.

ANEXO I – MAPA 1C Unidades de Planejamento Territorial

- Destaca-se que a “Zona Urbana Consolidada” está demarcada no limite entre a área tombada e a EPIA, cujo coeficiente de aproveitamento equivale a 9 (Art.42 do PDOT). Isto define um potencial conflito com a faixa de visibilidade do horizonte, considerando especialmente os termos do Art. 11, inciso III e VII do PDOT, que tratam da visibilidade do conjunto e da área de entorno de bens tombados.

ANEXO II – MAPA 2 Estratégias de regularização Fundiária a oferta de áreas habitacionais- Macrozoneamento do Distrito Federal

- Preocupa-se com a expansão urbana pretendida para os territórios existentes entre a Estrada Parque Paranoá e a Estrada Parque Contorno, na “Zona de Uso Urbano Controlado 1”, cujo coeficiente de aproveitamento equivale a 4,5 (vide Art.42 do PDOT), que podem implicar em impacto direto na paisagem e na área de proteção da visibilidade do horizonte do Plano Piloto³⁹.
- Preocupa-se também com a área de expansão urbana, oferta e/ou regularização de Área Habitacional Do Setor Habitacional D. Bosco (28.E-1, 28.E-2 e A3), que podem estar localizadas no campo visual do horizonte, tomado a partir do Eixo Monumental, da Esplanada e do Congresso Nacional, podendo apresentar conflitos com a proteção da visibilidade do horizonte do Plano Piloto.

ANEXO II – MAPA 3 Estratégias de estrutura viária, de polos multifuncionais, dinamização de espaços urbanos e revitalização de conjuntos urbanos

- Constata-se a demarcação de 2 grandes áreas para “dinamização”: EPIA e Taguatinga, que podem promover conflitos com a visibilidade do entorno da coisa tombada;
- Estas 2 grandes áreas para “dinamização” (EPIA e Taguatinga) estão próximas de área de interesse ambiental (ANEXO I – Mapa 1 A);
- Preocupa-se com a “dinamização” indicada na demarcação da área da extremidade da Asa Norte (D6) e nas áreas contíguas à EPIA (D3);
- Destaca-se que o eixo Interbairros (D4) localiza-se dentro da Bacia do Paranoá e apresenta interesse por “dinamização”, podendo gerar conflito com a visibilidade;

ANEXO II – MAPA 4 Estratégia de integração ambiental do território

- Área de interesse ambiental localizada entre o Parque Nacional de Brasília e a Floresta Nacional, dentro da Bacia do Paranoá, apresenta ocupação e parcelamento [...]. Soma-se o fato de que esta mesma área corresponde à denominada Área Econômica a implantar 47, cujo nome é “Área de Desenvolvimento Econômico Estrutural” (ANEXO IV – Mapa 6 e Tabela 6C).

39. O que de fato ocorreu com a implantação anos depois do Condomínio Paranoá Parque, como veremos mais à frente neste documento.

ANEXO II – MAPA 5 Densidades Demográficas
<ol style="list-style-type: none">A área entre a EPIA e o Parque Nacional de Brasília, que corresponde à “Zona Urbana de Uso Controlado II” no ANEXO I – Mapa 1 A, possui baixa densidade demográfica; Existe uma área contígua à área tombada próxima a Candangolândia classificada com alta densidade demográfica; Destacam-se duas manchas com alta densidade demográfica a Leste, sendo uma dentro e outra fora da Bacia do Paranoá, respectivamente as regiões do Paranoá e São Sebastião.
OBSERVAÇÕES GERAIS

- Considerando que os coeficientes de aproveitamento equivalentes a 4, 4,5 e 9 para as áreas urbanas contíguas à área tombada, constata-se potenciais conflitos com a preservação da visibilidade do horizonte a partir da área tombada e constata-se também que há conflito entre estes coeficientes com o argumento defendido no Art. 11 do PDOT que trata da “visibilidade”.
- A EPIA, que é um dos limites da área tombada do Conjunto Urbanístico de Brasília, e as áreas urbanas contíguas são tomadas como alvo de intenso interesse de planejamento e intervenção urbana;
- As intervenções na EPIA e áreas adjacentes implicam em potenciais transformações de uso e de paisagem urbana, pois os coeficientes de aproveitamento apontados pelo PDOT são 4 e 9;
- A EPIA, que é um dos limites da área tombada do Conjunto também é alvo de “dinamização” com potencial impacto direto sobre a área tombada; aumentando também a pressão imobiliária sobre a área urbana tombada.
- Destaca-se que a área de interesse ambiental próxima à Barragem do LAGO Paranoá pode contribuir com a proteção da visibilidade do horizonte do Plano Piloto;
- A revisão do PDOT (junho/2007) aponta que as áreas do Paranoá, São Sebastião, Jardim Botânico e Itapoã (que correspondem à Unidade de Planejamento Territorial 7) têm a “maior taxa de crescimento anual 2000/2007”. Entretanto, no ANEXO I – Mapa 1ª, o território urbano equivalente a estas áreas possui coeficientes de aproveitamento valendo 1 e 4, sendo que o coeficiente da área urbana limítrofe àquela (dentro da área tombada) vale 4,5. Ou seja, os valores dos coeficientes estimulam a ocupação dentro da Bacia do Paranoá e restringem a ocupação fora da Bacia do Paranoá, resultando em potencial conflito com a visibilidade.
- A quantidade das “áreas econômicas consolidadas”, “áreas econômicas não consolidadas” e “áreas econômicas a implantar” inseridas na Bacia do Paranoá podem implicar em questões afetas à visibilidade e a ambiência urbana do entorno da coisa tombada.
- A denominada “Zona de Contenção Urbana”, cujo coeficiente de aproveitamento equivale a 1, não está demarcada junto da área tombada;
- Considerando a Bacia do Lago Paranoá como a área de entorno da coisa tombada, constata-se que o próprio PDOT prevê ocupação intensa da área da Bacia do Lago Paranoá, gerando conflito com a preservação que se pretende para a bacia. Além disso, constata-se conflitos com: o artigo 16º (que trata das diretrizes para a proteção dos recursos hídricos, matéria inerente à proteção da Bacia do Paranoá); e como Art. 25, que trata da proteção e recuperação de bacias hidrográficas.

Tabela 7: Conflitos entre a preservação da paisagem e o PDOT. Fonte: Elaborado pela autora.

O último documento assinado pelo arq. Rossetti que vinha acompanhando o processo de elaboração da definição da área de entorno foi o Memorando nº098/2011, de 07 de junho de 2011:

Assinalo que ao longo de todo o processo de abordagem deste assunto foi reiterada a precaução a ser adotada em relação à definição da altura das construções nas áreas e nos espaços urbanos internos aos limites da Bacia do Paranoá, considerando que os critérios devem ser definidos a fim de preservar e manter a visibilidade da linha do horizonte, que é possível apreender a partir do Plano Piloto de Brasília (ROSSETTI, 2011c, p.29).

Assinalo que ao longo de todo o processo de abordagem deste assunto foi reiterada a precaução a ser adotada em relação à definição da altura das construções nas áreas e nos espaços urbanos internos aos limites da Bacia do Paranoá, considerando que os critérios devem ser definidos a fim de preservar e manter a visibilidade da linha do horizonte, que é possível apreender a partir do Plano Piloto de Brasília (ROSSETTI, 2011c, p.29).

Rossetti relata o clima de pressão que sentia como técnico da Instituição, atropelado pelas inúmeras demandas desafiadoras que se acumulavam sobre a superintendência:

Rossetti relata o clima de pressão que sentia como técnico da Instituição, atropelado pelas inúmeras demandas desafiadoras que se acumulavam sobre a superintendência:

É uma pressão que você não faz ideia [...] eram muitos assuntos. Muitos assuntos. Sobre os quais eu estava envolvido direta e indiretamente. Só o que eu falei catedral, teatro, praça, Palácio Planalto, PPCUB. Fora Catetinho. Feira da Torre de TV, que já tinha acontecido. [...] o Ministério Público, que me mandava perguntas o tempo todo. O Dante não sabia o que era isso aqui [...]. Eu tinha reescrito aquilo tudo, você não tem ideia. Então, para ser racional e fechar objetivamente a questão, eu fui até aí, em algum momento, nesse grupo, e depois o assunto foi para frente. Não sei como é que se dá o passe de mágica que o assunto sai da superintendência de verdade de uma vez e vai para a central. [...] E acho que o Andrey [Schlee], que é uma pessoa muito eficiente e tem uma visão panorâmica dos assuntos: “isso aqui, vem para cá, Anna Finger você cuida disso e a coisa vai...” (ROSSETTI,2023).

Em dezembro de 2011 foi aberto processo referente ao assunto “Delimitação do perímetro de entorno do Conjunto urbanístico de Brasília construído em decorrência do Plano Piloto traçado para a cidade”, a pedido da arquiteta Anna Finger, no qual foram anexados todos os documentos técnicos referente às reuniões do grupo que estava tratando da área de entorno no âmbito da Superintendência do IPHAN DF.

Os volumes I (Parte III, IV e V) e Volume II (Parte I) do processo referente a elaboração da Portaria nº68/2012, trazem a documentação elaborada pela empresa RS Projetos Ltda., sobre o diagnóstico e prognóstico para o PPCUB.

Os volumes I (Parte III, IV e V) e Volume II (Parte I) do processo referente a elaboração da Portaria nº68/2012, trazem a documentação elaborada pela empresa RS Projetos Ltda., sobre o diagnóstico e prognóstico para o PPCUB.

O volume II Parte II, iniciou com o Parecer Técnico nº009/2011, de 23 de dezembro de 2011, assinado pela arq. Anna Finger, à época Coordenadora de Identificação e Proteção, na Coordenação Geral de Cidades Históricas do Departamento de Patrimônio Material – DEPAM, demonstrando que o assunto passou a não ser mais tratado no âmbito da Superintendência:

O volume II Parte II, iniciou com o Parecer Técnico nº009/2011, de 23 de dezembro de 2011, assinado pela arq. Anna Finger, à época Coordenadora de Identificação e Proteção, na Coordenação Geral de Cidades Históricas do Departamento de Patrimônio Material – DEPAM, demonstrando que o assunto passou a não ser mais tratado no âmbito da Superintendência:

O volume II Parte II, iniciou com o Parecer Técnico nº009/2011, de 23 de dezembro de 2011, assinado pela arq. Anna Finger, à época Coordenadora de Identificação e Proteção, na Coordenação Geral de Cidades Históricas do Departamento de Patrimônio Material – DEPAM, demonstrando que o assunto passou a não ser mais tratado no âmbito da Superintendência:

Conforme determinação da Presidência do IPHAN, procedi à análise da documentação constante do Processo de Tombamento do Conjunto Urbanístico de Brasília, bem como de sua inscrição na Lista do Patrimônio Mundial, complementado por outros encaminhados pela Superintendência do IPHAN no Distrito Federal, de forma a embasar o estabelecimento da poligonal de entorno para proteção da ambiência do bem tombado. Todo o material mencionado foi anexado (originais ou cópias) aos Volumes I e II deste Processo (FINGER, 2011, p.7).

Conforme determinação da Presidência do IPHAN, procedi à análise da documentação constante do Processo de Tombamento do Conjunto Urbanístico de Brasília, bem como de sua inscrição na Lista do Patrimônio Mundial, complementado por outros encaminhados pela Superintendência do IPHAN no Distrito Federal, de forma a embasar o estabelecimento da poligonal de entorno para proteção da ambiência do bem tombado. Todo o material mencionado foi anexado (originais ou cópias) aos Volumes I e II deste Processo (FINGER, 2011, p.7).

Conforme determinação da Presidência do IPHAN, procedi à análise da documentação constante do Processo de Tombamento do Conjunto Urbanístico de Brasília, bem como de sua inscrição na Lista do Patrimônio Mundial, complementado por outros encaminhados pela Superintendência do IPHAN no Distrito Federal, de forma a embasar o estabelecimento da poligonal de entorno para proteção da ambiência do bem tombado. Todo o material mencionado foi anexado (originais ou cópias) aos Volumes I e II deste Processo (FINGER, 2011, p.7).

Em entrevista à autora, a arquiteta Anna Finger relata o processo de início da elaboração dos trabalhos da Portaria de entorno:

Em entrevista à autora, a arquiteta Anna Finger relata o processo de início da elaboração dos trabalhos da Portaria de entorno:

Então, o momento foi esse, porque o Andrey [Schlee], que era o diretor, e agora é novamente o diretor, ele tinha um conhecimento grande sobre Brasília, já tinha uma leitura territorial, não era a minha área de especialidade, tanto que a gente também não teve tempo de se deter em maiores estudos, mas a solicitação era que, a partir do estudo que já tinha sido elaborado, fosse, então, feita uma proposta de entorno. E o contexto foi esse, assim, como veio parar. Foi no âmbito dessa iminente vinda de uma missão da Unesco (FINGER, 2023).

De acordo com Finger, o período era de difícil entendimento entre IPHAN e GDF. Em seu relato Finger expõe que à época, para o GDF, o fato de Brasília ser classificada como patrimônio mundial atrapalhava o desenvolvimento, chegando mesmo a questão a ser colocada como: “o que a cidade ganha com isso? Não ganha nada, só perde, então só atrapalha, enfim, era muito refratário mesmo, não tinha uma sensibilidade para preservação”:

De acordo com Finger, o período era de difícil entendimento entre IPHAN e GDF. Em seu relato Finger expõe que à época, para o GDF, o fato de Brasília ser classificada como patrimônio mundial atrapalhava o desenvolvimento, chegando mesmo a questão a ser colocada como: “o que a cidade ganha com isso? Não ganha nada, só perde, então só atrapalha, enfim, era muito refratário mesmo, não tinha uma sensibilidade para preservação”:

Então a gente estava, assim, quase numa briga legislativa de impedir [...] queriam aprovar o PPCUB com diretrizes muito nocivas, então o que a gente vai fazer? A gente vai lá e publica antes essa legislação para que não tenha efeito e uma legislação local posterior [Portaria IPHAN nº166]. Isso é muito ruim, né? (FINGER, 2023).

Então a gente estava, assim, quase numa briga legislativa de impedir [...] queriam aprovar o PPCUB com diretrizes muito nocivas, então o que a gente vai fazer? A gente vai lá e publica antes essa legislação para que não tenha efeito e uma legislação local posterior [Portaria IPHAN nº166]. Isso é muito ruim, né? (FINGER, 2023).

Com relação a Portaria nº166/16 que foi publicada em meio às discussões sobre o PPCUB, com diretrizes para a área tombada, Rossetti faz o seguinte relato:

Com relação a Portaria nº166/16 que foi publicada em meio às discussões sobre o PPCUB, com diretrizes para a área tombada, Rossetti faz o seguinte relato:

O que eu acho é que sempre teve uma confusão do GDF, e é uma confusão, vamos dizer, construída de desinformação do que é a atribuição do IPHAN e do que são as atribuições do GDF. Eu

acho que o debate sobre o entorno de Brasília sempre foi difícil, porque sempre se procura confundir quais são as atribuições, de modo que tudo que dá errado é o IPHAN e é o tombamento. Entendeu? A portaria 166 [Portaria IPHAN nº166/2016], ela dá um basta nessa bagunça e para tudo. A competência do IPHAN é essa (ROSSETTI, 2023).

ocupação deve ser conduzida para integrar-se ao que já existe, na forma e no espírito, ratificando a caracterização de cidade parque – “derramada e concisa” – sugerida como traço urbano diferenciado da capital” – Aponta tanto para regulamentação da Bacia do Lago Paranoá como área de entorno, quanto para a necessidade de estabelecer o controle sobre a expansão urbana das cidades satélites nessa região (FINGER, 2011, p.11).

O Parecer Técnico nº09/2011, elaborado por Finger, destaca o documento “Brasília Revisitada (1985 -1987)”, de Lucio Costa, por ter sido o documento de referência que embasou o tombamento federal do CUB pelo IPHAN, assim como destaca o Decreto nº10.829/87, utilizado como referência, no Parecer, para a delimitação da área de entorno. Alguns trechos dos documentos citados são utilizados em referência à ambiência do CUB:

“E a intervenção da escala bucólica no ritmo e na harmonia dos espaços urbanos se faz sentir na passagem, sem transição, do ocupado para o não-ocupado – **em lugar de muralhas, a cidade se propôs delimitada** por áreas arborizadas” – Deste trecho apreende-se a importância da preservação das áreas verdes que ainda hoje circundam o Plano Piloto como elementos definidores desse espaço;

“(…) **A presença do céu.** Da proposta do plano-piloto resultou a incorporação à cidade do imenso véu do planalto, como parte integrante e onipresente da própria concepção urbana – os “vazios” são por ele preenchidos; a cidade é deliberadamente aberta aos 360 graus do horizonte que a circunda”;

“(…) Uma vez assegurada a proteção do que se pretende preservar, trata-se agora de **verificar onde pode convir ocupação – predominantemente residencial – em áreas próximas do “Plano Piloto”, ou seja, na bacia do Paranoá**, e de que forma tal

O Parecer demonstra preocupação com a vinda de uma Missão da UNESCO, prevista para o início de 2012, ressaltando que um dos pontos a serem tratados seria a verificação do estabelecimento da zona de entorno em cumprimento às recomendações feitas nas missões anteriores. A proximidade com a data da nova visita da UNESCO ao sítio explicaria o fato de o assunto ter sido assumido pelo DEPAM.

Finger destaca que a principal função da poligonal seria resguardar a ambiência do bem tombado, estabelecendo uma área de amortecimento, freando as pressões de crescimento e transformação e “garantindo a qualidade espacial necessária para a sua fruição” (FINGER, 2011, p.17). Para a definição da área de entorno, a arquiteta recorre, então, ao Relatório Diagnóstico do PPCUB:

A área envoltória ao Plano Piloto funciona como o “pano de fundo” que dá sustentação paisagística e urbanística à área protegida. Sua preservação é, portanto, o que garante o efeito desejado quando da idealização de seu projeto, notadamente na relação entre as 4 escalas: monumental, residencial, gregária e bucólica. Analisando mais detidamente os elementos desta área que contribuem para a conformação da ambiência do conjunto, destaca-se, inicialmente, o **próprio sítio físico**, englobando sua topografia e hidrografia, que condiciona a forma assumida pelo projeto urbano (FINGER, 2011, p. 19).

As margens do Lago Paranoá são destacadas por serem definidoras da orientação adquirida pelos eixos Monumental e Rodoviário que estruturam o Plano Piloto. O Eixo Monumental foi direcionado para o Lago, servindo este de fundo para o conjunto monumental. Já o eixo Rodoviário, que seriam as “asas”, onde se localizam as áreas residenciais foram estabelecidas ao longo das margens do lago: “visando uma maior proximidade entre os moradores e os equipamentos de lazer ali dispostos (clubes, balneários, restaurantes e áreas abertas)” (FINGER, 2011, p.21)

Outro aspecto marcante, seria a possibilidade de visualização do horizonte, conformado pelas “encostas das colinas que formam a Bacia do Lago e também do céu” (2011, p.8). A argumentação trazida pelo Parecer para a definição da ambiência utiliza o estudo proposto pela empresa RS Projetos e o estudo da geógrafa Mônica Veríssimo.

Veríssimo ressalta a posição destacada de Brasília na Bacia do Paranoá, devido a implantação do Plano Piloto sobre o relevo de domo, permitindo uma visualização privilegiada do horizonte de vários ângulos de dentro para fora; e a possibilidade de diferentes localidades urbanas, vizinhas a cidade, visualizarem o bem tombado, de fora para dentro. Fazendo uma alusão ao texto de Lucio Costa “Brasília Revisitada”, no qual o urbanista propõe novas ocupações nas proximidades do Plano Piloto com gabaritos uniformes para que se mantenha a serenidade da linha do horizonte, a geógrafa descreve que do ponto de vista geomorfológico, a partir de um observador situado no Plano Piloto, sobre o relevo de domo, a linha do horizonte corresponde “a Chapada da Contagem e Chapada de Brasília, as quais ocupam as cotas mais altas da Bacia do Lago Paranoá” (VERÍSSIMO, 2005, p.28).

São dois os maciços que conformam a bacia, um ao norte, com cotas de até 1285 m, que se estende desde imediações da barragem do Paranoá até à oeste do Parque

Nacional de Brasília, e o outro parte dali, em direção sul sudeste, elevando-se de 970 m até 1245 m, onde fecha o contorno do anfiteatro da bacia do Paranoá (FEDERAL, 2009, p.109). Salviati pondera que a proteção dos aspectos visuais da paisagem [de Brasília] está intimamente ligada à preservação do ambiente de modo geral e dos recursos naturais em particular. O autor pontua que:

A deterioração de uma vista não representa mais do que a exteriorização da ocorrência de usos inadequados dos recursos do ambiente, ou seja, a deterioração da paisagem torna-se a expressão visível da deterioração dos aspectos naturais propriamente ditos” (SALVIATI, 2016 [1983], p.160).

Distrito Federal - Altimetria

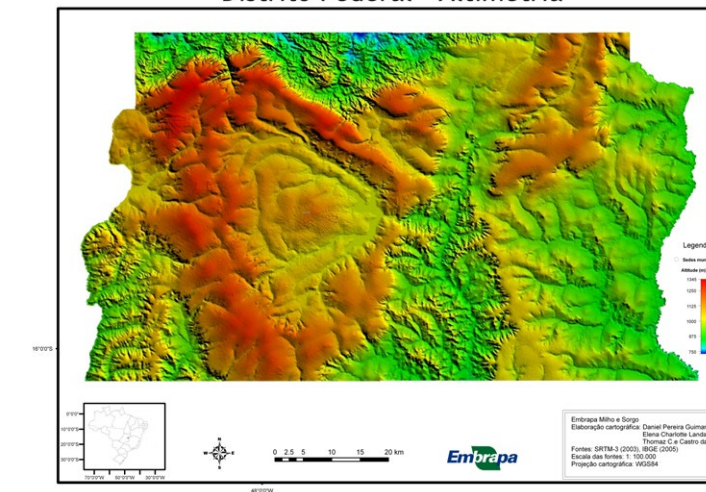


Figura 22: Relevo da Bacia Hidrográfica do Paranoá. Fonte: <http://www.agritempo.gov.br/agritempo/altimetria.jsp?siglaUF=DF>

Tomando como base o Relatório Diagnóstico do PPCUB contratado pelo GDF, Finger destaca a tendência de verticalização de alguns trechos das regiões administrativas, a exemplo de Águas Claras. A ocupação ali efetivada, prejudicava a leitura das escalas urbanísticas, impactando principalmente o efeito desejado para a escala monumental. Segundo o Parecer: “o maciço extremamente verticalizado de Águas Claras é perceptível a partir da porção sul da área tombada, impedindo a visualização do horizonte e se colocando como “fundo” para a “figura” do Plano Piloto, destoando fortemente da paisagem protegida” (FINGER, 2011, p.27). Destaca também a inserção de elementos verticais na cumeada da bacia, como a torre de TV digital construída em Sobradinho, o que interfere na percepção do horizonte, rompendo a “linearidade da paisagem” (FINGER, 2011, p. 27). A definição dos limites da área do Plano Piloto é considerada um dos elementos principais de leitura da sua implantação. Desta forma, a expansão urbana desordenada poderia prejudicar a leitura do projeto original (FINGER, 2011):

Nesse sentido, é de fundamental importância as áreas de preservação ambiental contidas dentro da Bacia do Lago Paranoá, com destaque para o Parque Nacional de Brasília, na face noroeste, e para as unidades de conservação da flora e da fauna delimitadas ao sul e sudeste. Essas áreas somadas à preservação da encosta vegetada do Lago Paranoá, sobretudo em sua face sudeste (Jardim Botânico, Ecológico Bernardo Sayão, Ecológico Copaibas, Ecológico Dom Bosco e Parque Vivencial Pinheiros), funcionam como “barreira” isolando o traçado do Plano Piloto das áreas de expansão urbana em seu entorno e garantindo sua leitura (2011, p.31).

Finger aprova o entendimento da equipe técnica da Superintendência de que a Bacia do Lago Paranoá seria a área necessária para a salvaguarda da ambiência do CUB:

Ratificamos, portanto, o entendimento da equipe técnica da Superintendência de que **a área necessária à preservação da ambiência do bem tombado e inscrito na Lista do Patrimônio Mundial, e sobre a qual o IPHAN deverá se manifestar em função de potenciais impactos sobre a ambiência do Plano Piloto, é a Bacia do Lago Paranoá** (FINGER, 2011, p. 31).

Na análise feita até aqui sobre o processo do IPHAN referente ao entorno do CUB, é possível perceber que a principal preocupação mantida pelo Instituto se refere a visibilidade e a ambiência do bem tombado. De fato, a preocupação com o ordenamento urbano da região ao redor do bem tombado está relacionada a preservação do bem e não está voltada para construção de uma paisagem que seja boa para os moradores que ali residem, vizinhos ao bem:

Conforme já analisado, esse crescimento, sobretudo nas encostas da Bacia do Paranoá, mas também dos núcleos mais próximos e que tendem a se transformar em uma continuidade do tecido urbano do Plano Piloto, **prejudica a percepção da ambiência do conjunto**, além de contribuir para o agravamento de outros problemas **na área tombada**, como a pressão social e econômica, tráfego de veículos, etc. (FINGER, 2011, p. 35, grifo nosso).

O principal problema apontado nas análises do PDOT pelo IPHAN está na estimulação ao adensamento de áreas dentro da Bacia do Paranoá por parte do GDF. No entanto, a questão do espraiamento da ocupação no DF e da baixa densidade em locais supridos com infraestrutura, também vem sendo debatida por especialistas. Ficher discute os genes do DNA da baixa densidade e da dispersão que constituíram um tecido urbano “esgarçado, de uma urbanização espraiada e de um território fragmentado” (FICHER, 2018, p.10). Elenca algumas das soluções urbanísticas que contribuíram para esse

cenário atual, como a monumentalidade, o rodoviarismo, a setorização, os subúrbios (cidades satélites), quarteirões e parcelamentos, superquadras e edifícios isolados:

Pensar a Brasília do século 21 é pensá-la para além desse core prima dona, visto por alguns como local de exílio e por muitos como elitista, distante do resto do país, erigido para abrigar o poder fora do alcance do povo. É considerar o todo da aglomeração, com uma população da ordem de 4 milhões de habitantes e afetando uma área com cerca de cinquenta quilômetros de diâmetro. Ou seja, boa parte do Distrito Federal – com suas trinta e uma regiões administrativas⁴⁰ - e de seu entorno imediato, constituído por duas dezenas de municípios de Goiás e Minas Gerais (2018, p. 17).

O arquiteto Thiago Teixeira de Andrade também aponta que a expansão da mancha urbana, o crescimento da população, as ocupações irregulares e a perda de densidade populacional são problemas considerados crônicos que levam à falta de água e precisam ser enfrentados com ações de planejamento de médio e longo prazo, de acordo com matéria publicada pelo Correio Braziliense:

“Para um ecossistema extremamente sensível como o Cerrado, a perda de densidade populacional é um problema grave”, explica o secretário de Gestão do Território e Habitação, Thiago Andrade. De acordo com ele, o DF tem hoje 52 habitantes por hectare “Paris, por exemplo, tem 200 habitantes por hectare”, completa (ANDRADE, 2017).

40. Atualmente o DF possui 33 regiões administrativas (GDF, 2023). Disponível em: <https://segov.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/02/Administra%C3%A7%C3%B5esRegionais.pdf>

Questões como essa e a qualidade de vida da sociedade que reside em áreas envoltórias não fizeram parte da agenda de preocupações do Instituto no âmbito dos estudos de elaboração da área de entorno do CUB. No entanto, com as atuais ampliações no campo da preservação dos conceitos de entorno e paisagem, uma atualização na conduta, abordando questões ambientais e sociais, também se faz necessária.

De acordo com a Nota Técnica 01/2017, elaborada pela Subsecretaria de Gestão Urbana – SUGEST, a densidade demográfica é um elemento importante no processo de planejamento urbano do Distrito Federal. O PDOT definiu as densidades de acordo com as porções territoriais da zona urbana, considerando as restrições e fragilidades ambientais. A Nota Técnica nº/2017 apresenta o seguinte Mapa de densidades de acordo com o PDOT, Lei Complementar nº803, de 25 de abril de 2009, presente na página seguinte.

A densidade deve ser vista como um instrumento de apoio: “como um referencial para avaliar tecnicamente e financeiramente a distribuição e consumo de terra urbana, infraestrutura e serviços públicos em uma determinada área”:

Os dilemas da densidade envolvem a contraposição entre dispersão e compactação urbana, as vantagens e desvantagens dessas formas de ocupação do território.

As densidades afetam diretamente os processos de desenvolvimento urbano, pois de um lado a dispersão urbana em geral está associada ao aumento dos custos de urbanização e dos valores do solo urbano, por outro lado a compactação pode ser associada ao congestionamento de trânsito, falta de espaço de lazer, baixa qualidade ambiental dos espaços urbanos (FEDERAL, 2017, p.1).

PPCUB abrigava os núcleos mais antigos do entorno, uma ocupação já consolidada, alvo de políticas de adensamento, apresentando trechos muito verticalizados (Águas Claras) que já prejudicava a ambiência do Bem, porém uma situação considerada de difícil reversão (FINGER, 2011).

Desse modo a Portaria foi setorizada da seguinte forma:

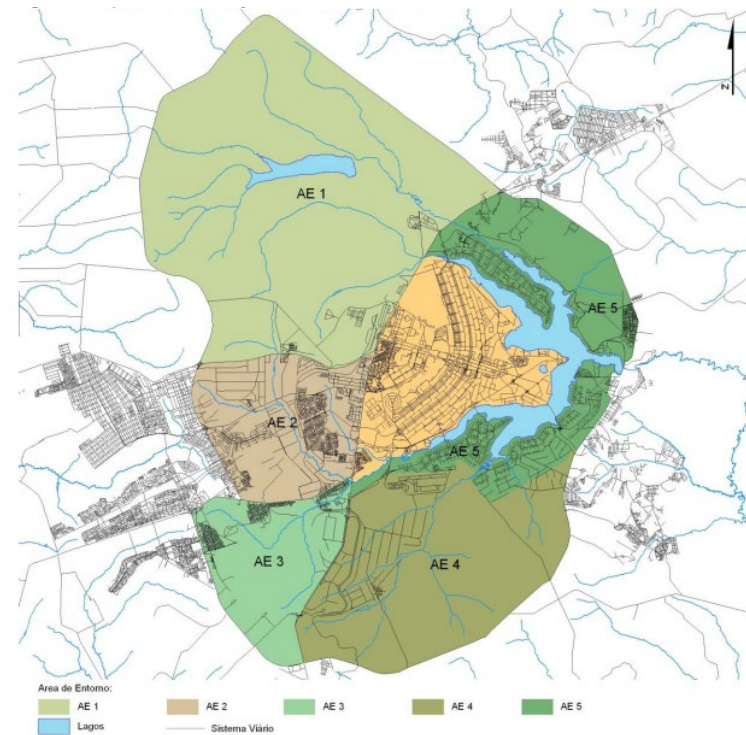


Figura 25: Delimitação das Áreas de Entorno (AE). Versão apresentada pelo PPCUB em 2011. Fonte: FEDERAL, 2011.

SETOR DE ENTORNO	SUBDIVISÃO/ PARÁGRAFO	ABRANGÊNCIA	PARÂMETROS	ALTURA (M)
SE 01	-	Parque Nacional de Brasília – abrange a área de proteção ambiental do Parque.	Qualquer projeto proposto para essa área deverá atender à legislação ambiental que rege os Parques Nacionais	-
SE 02	-	Proteção da Cumeada do Parque – abrange a faixa de 500 (quinhentos) metros situados no lado externo à Bacia do Lago Paranoá, a partir da rodovia DF-001, no trecho que acompanha o Parque Nacional de Brasília.	Qualquer projeto que ultrapasse o limite de 9 (nove) metros de altura, contados a partir da cota de soleira do lote.	-
SE 03	Seis Subdivisões	Urbanização Consolidada – abrange o Guará, Águas Claras, Setor de Indústria e Abastecimento (SIA), Setor de Oficinas Sul (SOFS), Vicente Pires e Núcleo Bandeirante.		
	§ 1º	Lotes total ou parcialmente localizados na faixa de 500 (quinhentos) metros paralelos à Via EPIA.	Qualquer projeto que ultrapasse o limite de 4 (quatro) pavimentos, sendo térreo mais 3 (três), ou 12 (doze) metros de altura, contados a partir da cota de soleira do lote.	12
	§ 2º	Ao longo da faixa de cumeada da Bacia do Lago Paranoá, considerando-se 500 (quinhentos) metros para cada lado a partir do eixo da rodovia DF-001.	Qualquer projeto que ultrapasse o limite de 4 (quatro) pavimentos, sendo térreo mais 3 (três), ou 12 (doze) metros de altura, contados a partir da cota de soleira do lote.	12
	§ 3º	Lotes situados entre as cotas inferiores 1090 (mil e noventa) metros de altitude, tomando como referência o nível mais alto da testada do lote.	Qualquer projeto que ultrapasse o limite de 10 (dez) pavimentos ou 34 (trinta e quatro) metros de altura.	34
	§ 4º	Lotes situados entre as cotas 1090 (mil e noventa) e 1175 (mil, cento e setenta e cinco) metros de altitude.	Qualquer projeto que ultrapasse o limite de 7 (sete) pavimentos, sendo térreo mais 6 (seis), ou 21 (vinte e um) metros de altura.	21
	§ 5º	Lotes situados nas cotas superiores a 1175 (mil, cento e setenta e cinco) metros de altitude, tomando como referência o nível mais alto da testada do lote.	Qualquer projeto que ultrapasse o limite de 4 (quatro) pavimentos, sendo térreo mais 3 (três) ou 12 (doze) metros de altura.	12
	§ 6º	Para a Região Administrativa de Águas Claras, de modo a manter o grau de ocupação atual consolidado no bairro	Qualquer projeto que ultrapasse o limite de 25 (vinte e cinco) pavimentos ou 80 (oitenta) metros de altura, contados a partir da cota de soleira do lote definida pela administração distrital, bem como a criação de novos lotes.	80
SE 04	-	Ocupação Controlada I – abrange o Riacho Fundo I e II, Núcleo Bandeirante, Trecho 2 do Setor de Mansões Park Way, Fazenda Sucupira e ARIE da Granja do Ipê.	Qualquer projeto que ultrapasse o limite de 4 (quatro) pavimentos, sendo térreo mais 3 (três), ou 12 (doze) metros de altura, contados a partir da cota de soleira do lote.	12
SE 05	Duas Subdivisões			
	§ 1º	Áreas urbanizadas	Qualquer projeto que ultrapasse o limite de 9 (nove) metros de altura, contados a partir da cota de soleira do lote definido pela administração distrital.	9
	§ 2º	Centro de Atividades do Lago Norte	Qualquer projeto que ultrapasse o limite de 16 (dezesseis) metros de altura, contados a partir da cota de soleira do lote.	16
SE 06	Duas Subdivisões	Ocupação Controlada III – ABRANGE O Setor Militar Complementar (SMC), o Pátio Ferroviário de Brasília (PFB), O Setor de Armazenagem e Abastecimento (SAAN), o Setor de Oficinas Norte (SOFN), o Setor de Múltiplas Atividades Norte (SMAN), o Parque de Exposições da Granja do Torto (PqEAT), o Núcleo Rural Boa Esperança, o Parque Tecnológico Capital Digital, o Setor Complementar de Indústrias e Abastecimento (SCIA), a Vila Estrutural e o Aterro Sanitário.		
	§ 1º	Lotes localizados total ou parcialmente em uma faixa de 500 metros paralela à Via EPIA	Qualquer projeto que ultrapasse o limite de 4 (quatro) pavimentos, sendo térreo mais 3 (três), ou 12 (doze) metros de altura, contados a partir da cota de soleira do lote.	12
	§ 2º	Os demais lotes	Qualquer projeto que ultrapasse o limite de 7 (sete) pavimentos, sendo térreo mais 6 (seis), ou 21 (vinte e um) metros de altura, contados a partir da cota de soleira do lote.	21

Tabela 8: Portaria nº68/2012. Fonte: Elaborado pela autora.

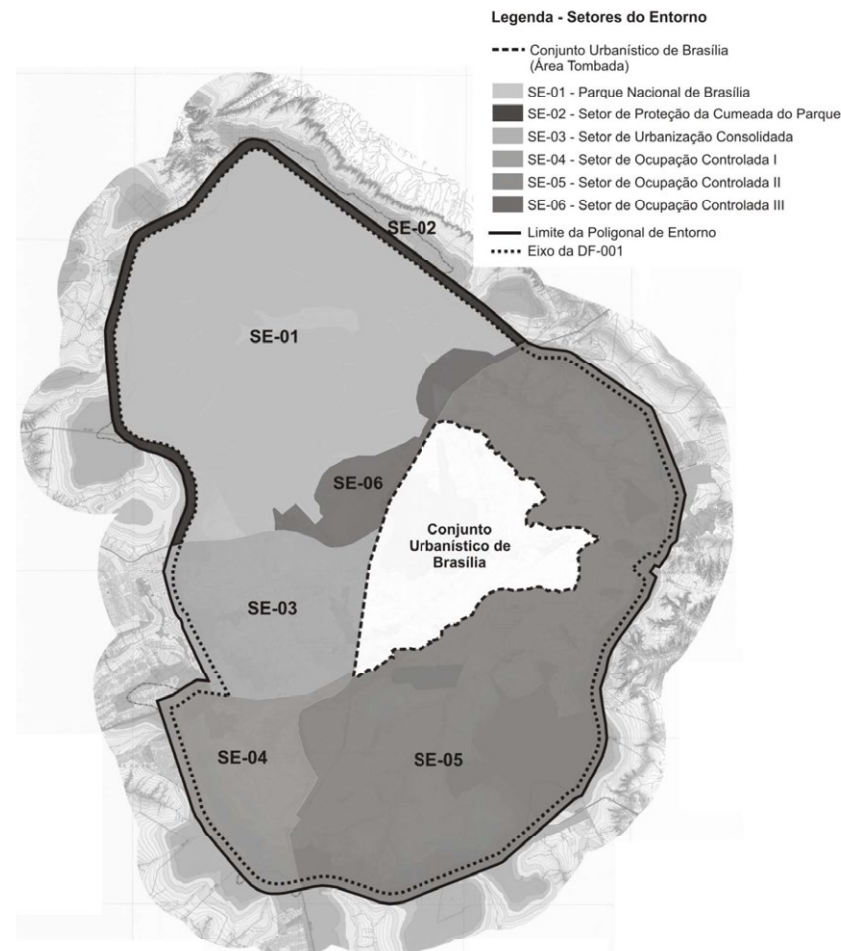


Figura 26: Anexo II Portaria nº68/2012. Fonte: Portaria nº68/2012 IPHAN.

Os parâmetros estabelecidos pela Portaria se limitaram a definir gabaritos, os quais foram delimitados tomando-se como referência a visibilidade em relação ao conjunto, e as cotas do terreno aferidas em plantas do SICAD, de acordo com o Parecer:

[...] Dentro dessa área, sugere-se que qualquer projeto de novo loteamento e/ou regularização fundiária e/ou mudança no regime de uso do solo, seja submetido ao IPHAN. [...] Os demais parâmetros para essas áreas deverão ser regulamentados pela Lei de Uso e Ocupação do Solo – LUOS, atualmente em fase de finalização no âmbito do Governo do Distrito Federal. Acerca dessa lei, voltamos a destacar **a necessidade de estar em consonância com as diretrizes de preservação da ambiência do bem tombado, conforme a responsabilidade assumida pelo GDF em relação à preservação do bem quando de sua inscrição na Lista do Patrimônio Mundial** (FINGER, 2011, p.31-59).

A proposta de setorialização do IPHAN foi pensada como complementação às diretrizes previstas à época pelo PPCUB, porém ao longo dos anos de elaboração do Plano, a área de entorno foi retirada do texto da proposta, ficando essa apenas protegida pela Portaria do IPHAN:

Eu acho que o PPCUB se perde ao longo desse tempo. Então, o PPCUB que foi publicado⁴¹ é um PPCUB enfraquecido. É um PPCUB que pode ter o nome, como eu disse, mas ele não tem todas essas atribuições. E eu acho que ele vai perdendo essas atribuições de maneira a fazer com que... Olha, tem o PPCUB, viu? Cumpriu-se, beleza. Só que ele fica ali um pouco como letra morta. Eu falo disso porque, como eu peguei.... Eu também vi o

41. Em outubro de 2023 foi publicada a última versão da minuta do Projeto de Lei Complementar do PPCUB, em decorrência do chamamento de audiência para consulta pública prevista para ocorrer em 11 de novembro de 2023.

PPCUB nascer e decolar. Eu estava em uma audiência pública como representante da superintendência [...]E ali eu senti a tensão que o tal do PPCUB ia gerar entre todas as instâncias [...], de como fazer a gestão, de compensar Brasília, etc. Ali eu entendi o tamanho do peso das tensões políticas todas que envolvem o planejamento urbano e a preocupação com a área tombada (ROSSETTI, 2023).

Com o rápido andamento da aprovação da minuta da Portaria, em 17 de janeiro de 2012, a arquiteta Dra. Briane Panitz Bicca, que participou como consultora sênior na equipe técnica de elaboração do diagnóstico da empresa RS Projetos, enviou e-mail ao então Diretor do DEPAM, Andrey Schlee, comentando o resultado da Portaria:

Trabalho competente! Como opção, acertada devido a urgência, foi do IPHAN chamar a si a responsabilidade de analisar e se pronunciar sobre as alterações urbanísticas e novas edificações acima dos limites de altura estabelecidos na portaria, isso implica que o IPHAN estabeleça parâmetros urbanísticos para a análise dos projetos. **Nisso as diretrizes do PPCUB para as 6 Áreas de Entorno podem ser úteis.** Elas foram definidas tanto para o PPSH/IPHAN quanto para a elaboração da Lei de Uso e Ocupação do Solo – LUOS, licitada pelo GDF, cuja elaboração se encontra em andamento e cuja orientação, tudo indica, infelizmente, é pelo **adensamento da Bacia do Paranoá**, com grave risco à já muito comprometida perenidade do Lago Paranoá. [...] Como posição cautelara diante do quadro de pressão imobiliária no DF, o IPHAN poderá adotar essas mesmas alturas para as aprovações e a Portaria seria o prenúncio dessa política de descompressão do entorno, atendendo tanto às exigências de proteção da paisagem, de visibilidade para dentro e para fora da área tombada, quanto de proteção ambiental, em benefício da perenidade do

Lago Paranoá. E para aprovação das novas urbanizações ou legalizações exigir lotes grandes, índices construtivos baixos e altas taxas de permeabilidade, de modo a frear o adensamento da bacia (BICCA, 2012, p.26).

Finger também traz seu relato com relação ao momento que a Portaria foi publicada e da urgência do IPHAN em poder opinar nas áreas adjacentes ao CUB, diante aos projetos de expansão previstos pelo GDF:

[...] delimitar um entorno foi para estabelecer a nossa atribuição porque tudo que a gente falava fora do CUB, se não tivesse um entorno delimitado, a gente não tinha muita legitimidade para se manifestar e a gente via, assim, que estavam acontecendo projetos e que iriam acontecer projetos de grande impacto ali na dinâmica da bacia do Paranoá, que se o IPHAN não falasse nada eles iam se viabilizar, então ou a gente delimitava esse entorno da forma como foi, no tempo que a gente tinha ou a gente ia perder essa oportunidade e aí depois, quando a lei fosse publicada, se a gente viesse depois de delimitar esse entorno, a lei não retroage, né, então judicialmente o GDF teria muita força para impedir a atuação do IPHAN em áreas que já estavam previamente legisladas, então era assim, era o momento da gente estabelecer a legitimidade do IPHAN de atuar e, mas isso é uma discussão que nem o próprio IPHAN tem clareza ainda, ele não sabe, o IPHAN sozinho também, definir os rumos que o território do Distrito Federal vai tomar, né, mas era para garantir a possibilidade da sua participação e tentar impedir, assim, coisas que seriam visivelmente nocivas e que teriam um impacto muito grande, **não só do ponto de vista da preservação do CUB, mas do ponto de vista ambiental, do ponto de vista da mobilidade, do ponto de vista da dinâmica social, especulação urbana, enfim, todas essas coisas que a gente conhece e sabe que elas têm uma possibilidade de**

degradação ambiental, assim, grande, né, imagina toda a encosta lá, depois do Lago Norte, tudo tomado por edifícios, imagina, assim, não ia ter volta, né?(FINGER, 2023) grifo nosso.

Por fim, no dia 15 de fevereiro de 2012, em reunião ocorrida no Gabinete da Presidência do IPHAN, na qual estavam reunidos o Presidente do IPHAN, à época, Luis Fernando de Almeida, o diretor do DEPAM, Andrey Rosenthal Schlee, o Superintendente do IPHAN DF, Alfredo Gastal, o Assessor da Presidência, Luis Felipe Torelli, a Consultora do Programa Monumenta, Sylvia Braga e a coordenadora de Identificação e Proteção de Cidades Históricas, Anna Eliza Finger, foi aprovada a Portaria IPHAN nº68. Essa foi publicada no Diário Oficial da União no dia 22 de fevereiro de 2012.

No que se refere a questão da retirada da área de entorno da minuta do PPCUB, Lídia Botelho traz o seguinte relato:

O que podemos supor é que, com o fato de já haver sido editada a Portaria IPHAN nº 68, de 15 de fevereiro de 2012, [...], na qual é definida a poligonal de entorno do CUB compreendendo a bacia do lago Paranoá (similar àquela definida pelo PLC PPCUB 78, de 2013) e também 6 (seis) subsetores de entorno (SE 01 a SE 06), também coincidentes com a proposta de subáreas AE 01 a AE 06 da minuta de PLC 78, de 2013, julgou-se que não caberia mais ao PPCUB tratar dessa questão [...]

Eu concordo com a afirmação de que a Portaria IPHAN nº 68, de 2012, trouxe apenas *parâmetros relativos ao gabarito das edificações* dos subsetores de entorno (SE 01 a SE 06), entretanto deixou de estabelecer dispositivos contendo recomendações e diretrizes para assegurar a preservação de características importantes de algumas áreas desses subsetores do entorno do CUB, as quais

desempenham papéis importantes na preservação do conjunto urbano tombado de Brasília (BOTELHO, p.2, 2023).

Em que pese as críticas tecidas ao Plano de preservação elaborado pela SEDUH, o trabalho realizado há mais de dez anos por inúmeros técnicos envolvidos com a preservação no âmbito do Governo do Distrito Federal, tem sido no sentido de organizar as normativas de uso e ocupação do solo para as áreas integrantes do CUB, que atualmente são compostas pelas Normas de Gabarito (GB), Plantas-Gabarito (PR), Normas de Edificação, Uso e Gabarito (NGB), Memorial Descritivo – MDE, entre outros. Todo esse imenso aparato legislativo definido muitas vezes, lote a lote, foi consolidado em Planilhas de Parâmetros Urbanísticos e de Preservação – PURP, facilitando a consulta e atualização das leis. Além disso, há que se ressaltar que o PPCUB vem sendo submetido à participação popular, por meio de inúmeras audiências públicas já realizadas, tendo sido registrada também uma câmara temática de discussão do documento ao longo do ano de 2022.

2.5. ANÁLISE VISUAL A PARTIR DOS MIRANTES NATURAIS

Lá do alto, a partir do mirante, vislumbramos a cidade. Fomos preenchidos pela sensação de conforto e era possível reconhecer cada casa, rua e jardim sob a luz cintilante do sol. Não poderia ser diferente, já que aquela era nossa cidade (DUARTE; SANTOS, 2020)

A Portaria nº68/2012 estabelece diretrizes para as intervenções na área de entorno do CUB destacando que as visibilidades, tanto do horizonte, a partir da área tombada, quanto do Plano Piloto, a partir dos mirantes naturais da Bacia do Lago Paranoá, devem ser garantidas; estas vistas conformam o horizonte de Brasília. Os critérios

estabelecidos para alterações de uso e ocupação de solo se referem a restringir basicamente o gabarito das novas edificações que porventura bloqueiem as vistas do Conjunto.

Um dos objetivos desta análise é verificar estes eixos visuais e em que medida eles estão funcionando para a preservação do CUB. Para isso foram feitos percursos, no sentido de percorrer os trajetos espaciais delimitados pelas poligonais de tombamento do CUB, e de entorno para o reconhecimento do território, dos eixos visuais e da paisagem urbana.

O primeiro percurso buscou explorar o horizonte visível a partir de dentro dos limites do CUB. O segundo percorre todo o raio da Estrada Parque Contorno (EPCT), também denominada DF-001 que se define grosso modo pelos limites da Bacia do Paranoá, objetivo principal de análise deste item. Este segundo percurso foi realizado em duas etapas, a primeira para reconhecimento da área, tempo de percurso e para a definição de pontos geográficos de mirada para o CUB. Na segunda, com sete pontos de visualização pré-definidos, optou-se por realizar o levantamento fotográfico por captura de imagens aéreas utilizando o Veículo Aéreo não Tripulado VANT. O uso do VANT como ferramenta tanto para levantamentos de prédios em altura quanto para levantamento de fotos aéreas tem sido bastante utilizado no âmbito da arquitetura e engenharia, permitindo uma maior visibilidade de grandes áreas pela altitude que consegue atingir.

Para o reconhecimento da topografia, incluiremos na análise ora apresentada alguns dos perfis topográficos registrados no “Estudo de visibilidade” (2010) desenvolvido pelos técnicos do GDF. O estudo foi realizado utilizando técnicas de geoprocessamento para a elaboração de um modelo digital do terreno (MDT) da bacia hidrográfica do Paranoá:

O MDT é uma técnica de interpolação de curvas de níveis e pontos cotados por meio de uma rede triangular por um termo de

coordenadas (x, y, z) de dados de altitude obtidos a partir das folhas do Sistema Cartográfico do Distrito Federal - SICAD, na escala 1:10.000, com equidistância de 10 metros entre as curvas de nível. (FEDERAL, 2010, p.02)

O MDT foi processado na extensão 3DAnalyst do programa ArcGis e a partir desse modelo foram criados 4 perfis topográficos com a ferramenta Create Profile Graphic, que serão apresentados em seguida para visualização do território por meio dos perfis.

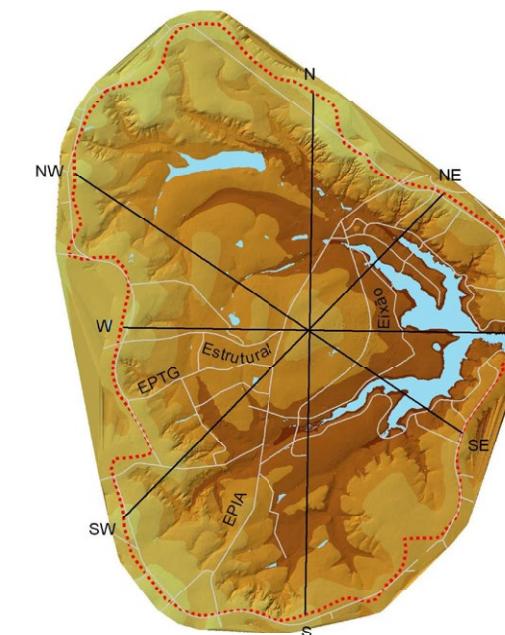


Figura 27: Eixos topográficos. “Estudo de visibilidade do Conjunto Urbanístico Tombado de Brasília desenvolvido por técnicos da Suplan-SEDHAB”. Fonte: FEDERAL, 2010.

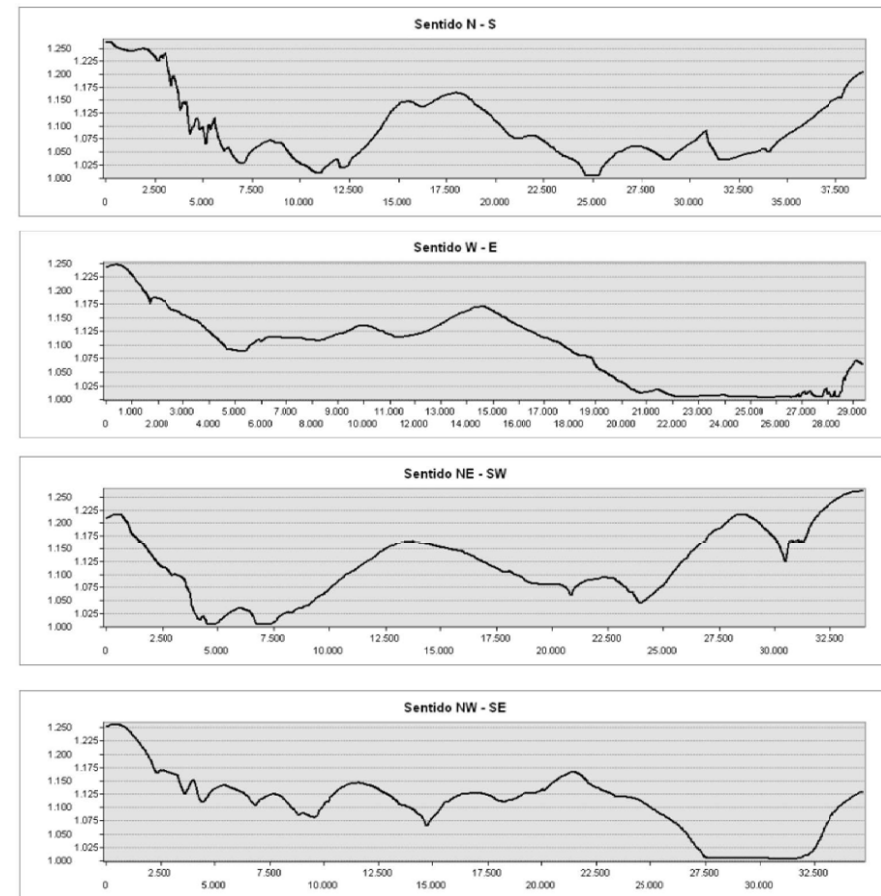


Figura 28: Perfis topográficos. Fonte: FEDERAL, 2010.

De acordo com o estudo:

os eixos norte e sul do Plano Piloto desenvolvem-se longitudinalmente na base do semidomo, tendo cota média 1050 m caracterizando plena visibilidade na direção leste em contrapartida apresenta bloqueio visual na direção oeste (FEDERAL, 2010, p.08).

A análise apresentada demonstra que a distância do centro geométrico da área do CUB em relação ao divisor de águas a oeste da bacia do lago Paranoá é praticamente o dobro da distância ao divisor de águas a leste (FEDERAL, 2010). A proximidade maior da cumeada da Bacia ao leste, se evidencia no anfiteatro que se forma por trás de um dos principais cartões postais de Brasília.



Figura 29: Esplanada dos Ministérios e o Congresso Nacional. Ao fundo a cumeada da Bacia Hidrográfica do Paranoá. Fonte: FEDERAL, 2009.

O primeiro percurso da nossa análise visual foi realizado em um domingo à tarde e buscou explorar o horizonte visível a partir de dentro do CUB. As fotos registradas nesse primeiro percurso foram feitas com uma câmera Canon 6D com lente 75-300mm, tendo sido esta ferramenta suficiente para os eixos visuais demonstrados.

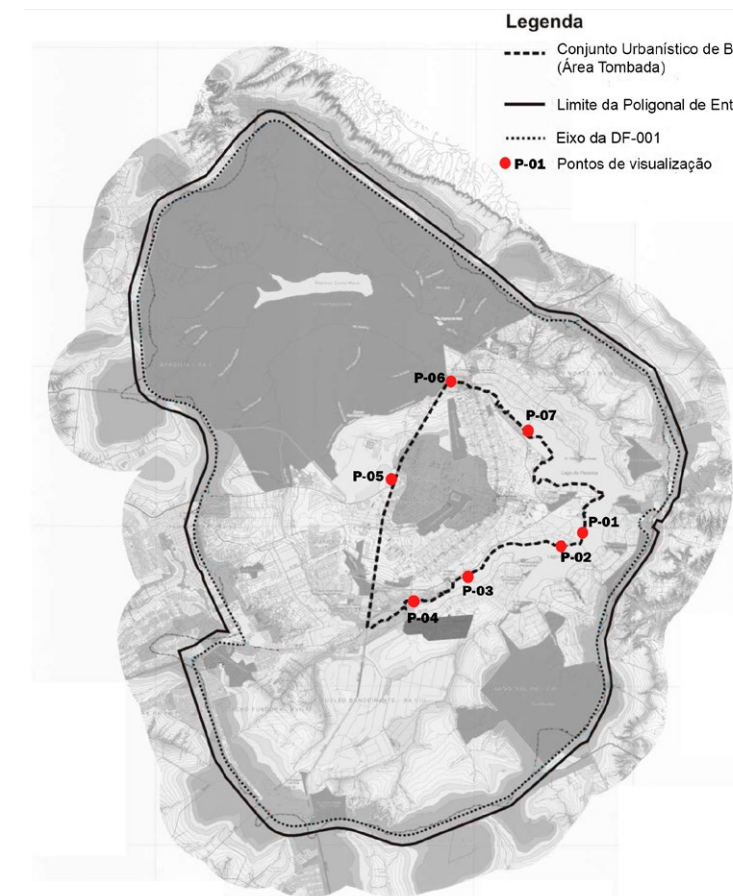


Figura 30: Poligonal de Área de Entorno. Fonte: Base do mapa Portaria nº68/2012 IPHAN com alterações da autora.

No ponto **01** é possível avistar o Conjunto Habitacional do Paranoá Parque (Figura 31) composto por habitações coletivas com quatro pavimentos - térreo e mais três. A altura das habitações está de acordo com o estabelecido na Portaria nº68/12, Setor de Entorno (SE) - 05 - Setor de Ocupação Controlada II, o critério neste setor é de que qualquer projeto nas áreas urbanizadas que ultrapassem 9 (nove) metros de altura devem passar pela aprovação do IPHAN; porém o conjunto destaca-se como uma mancha maciça, adensada, sem vegetação, de cor bege, árida, na paisagem. Dos pontos **02** (Ponte JK) e **03** (Ponte das Garças), o horizonte que dali se avista é de um adensamento controlado - o Setor de Habitações Individuais Sul (Imagens 32 e 33), o eixo visual também está inserido no SE- 05. Destaca-se o formato do relevo em anfiteatro demarcado pela Bacia Hidrográfica do Paranoá; e nas margens do lago, a ocupação por habitantes em momento de lazer se faz presente em uma das atividades: pedalinho, pescaria, churrasco ou piquenique, mesmo as fotos tendo sido feitas em 2021, quando a pandemia do Covid-19 ainda estava impactando a sociedade brasileira.



Figura 31: Conjunto Habitacional do Paranoá Parque. Fonte: Acervo pessoal da autora.



Figura 32: Ao fundo o relevo como um anfiteatro da Bacia Hidrográfica do Paranoá. Fonte: Acervo pessoal da autora.



Figura 33: Vista desde a região da Ponte das Garças. Fonte: Acervo pessoal da autora.

No extremo sul do limite da poligonal de tombamento, no ponto 04, às margens da DF-025 (Figura 34) é possível avistar a Área de proteção de Vida Silvestre Riacho Fundo – proteção aos mananciais –, e aos fundos a Candangolândia. Mirando a oeste é possível ver prédios de gabaritos mais altos no Guará. Subindo pela EPIA, tendo como marco a Rodoviária Interestadual do Plano Piloto, não há muito horizonte, apenas prédios, alguns ainda em construção avançando até a beira da EPIA – barreira irremovível nos limites do Plano Piloto.



Figura 34: Extremo sul do limite da poligonal de tombamento. Ponto 01 indicado, Área de proteção de Vida Silvestre Riacho Fundo – proteção aos mananciais –, ponto 02 Candangolândia e no ponto 03 possível ver prédios de gabaritos mais altos no Guará. Fonte: Acervo pessoal da autora.

No ponto **05** tem-se a vista da antiga rodoferroviária (Figura 35), localizada no alinhamento final do eixo monumental. Este ponto está situado no *Setor de Entorno (SE) – 06 – Setor de Ocupação Controlada III* que define um limite de 04 pavimentos (12m) para edificações construídas em uma faixa de 500m paralela à Via EPIA e para os demais lotes o limite de 7 pavimentos (21m). No zoneamento proposto pelo Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal (PDOT) (2012) essa área classifica-se como *Zona Urbana Consolidada*, porém conforme o Mapa de *Estratégias de Estruturação Viária, de Implantação de Pólos Multifuncionais, de Dinamização de Espaços Urbanos e Revitalização de Conjuntos Urbanos*, dispõe de áreas para *Dinamização e Revitalização* (Figura 44) com índices de coeficientes máximos de aproveitamento de 9,0, apresentando aí um conflito entre tendências de densificação da área e de controle de ocupação. Desse

ponto é possível avistar a região do Setor de Indústria e Abastecimento (SIA), e no horizonte arranha-céus localizados em Taguatinga ou Águas Claras. Atualmente se tem notícias de uma iniciativa do GDF de oferecimento⁴² (disponibilidade) à venda desse imóvel histórico e da possível implantação de um novo bairro residencial em terrenos pertencentes ao exército⁴³.



Figura 35: Ponto 5, antiga estação rodoferroviária. Região do Setor de Indústria e Abastecimento (SIA) e no horizonte arranha-céus localizados em Taguatinga ou Águas Claras. Fonte: Acervo pessoal da autora.

42. Matéria disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/10/imoveis-iconeis-vao-a-leilao-para-reduzir-divida-publica-do-governo.shtml>. Acesso em: 25 fev 2021

43. Matéria disponível em: <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2020/08/12/novo-bairro-deve-abrigar-63-mil-moradores/>. Acesso em: 25 fev 2021.



Figura 36: Estrada Parque Indústria e Abastecimento -EPIA. Fonte: Acervo pessoal da autora.

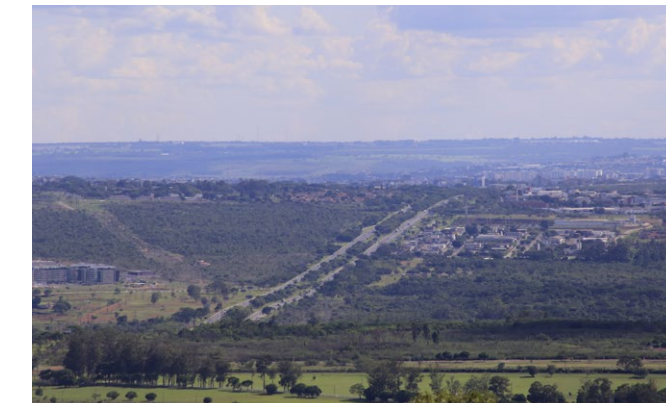


Figura 37: Estrada Parque Indústria e Abastecimento -EPIA. Fonte: Autora.

No ponto **06**, ao final da EPIA, a oeste (Figuras 36 e 37), a ocupação vai ficando rarefeita e o limite é o Parque Nacional de Brasília. Seguindo pela via Parque das Nações, L4 Norte (Ponto 07), temos a vista para o Setor de Habitações Individuais Norte com sua ocupação planejada, a torre de TV digital e novamente pode-se avistar o Conjunto Habitacional Paranoá Parque fechando o primeiro percurso (Figuras 38 e 39).



Figura 38: Ponto 7. No ponto 01 é possível visualizar o Setor de Habitações Individuais Norte, no ponto 02 a linha de cumeeira da Bacia Hidrográfica do Paranoá e no ponto 03 a Torre de TV digital. Fonte: Acervo pessoal da autora.



Figura 39: Ponto 7. Ponto 01, Setor de Habitações Individuais Norte, ponto 02 a linha decumeeira da Bacia Hidrográfica do Paranoá e no ponto 03 o Conjunto Habitacional Paranoá Parque. Fonte: Acervo pessoal da autora.

A segunda etapa do percurso de reconhecimento da paisagem urbana foi realizando o trajeto da Rodovia DF – 001, EPCT. Foram definidos 7 pontos de visualização na primeira etapa do percurso; é importante ressaltar que em campo existem longos

trechos sem qualquer possibilidade de visualização do CUB, como no limite do Riacho Fundo II - supõe-se que aí a Rodovia DF - 001 não coincida com o cume da Bacia, situando-se além desta, o que dificulta a visualização mesmo com edificações de gabarito baixo, como já apontado por Goulart (2017). Nesses trechos em que a topografia e a ocupação impossibilitam a visualização não foram demarcados pontos; os outros pontos foram definidos em razão da possibilidade clara de visualização do Plano. Quatro pontos foram definidos assim; e outros três foram definidos por se tratar de barreiras naturais de vegetação que compõem uma espécie de “cinturão verde” que protege o plano.

Para enriquecer nossa análise apresentaremos mais alguns perfis topográficos do “Estudo de Visibilidades” (2010), trazendo alguns dos pontos de visada que coincidem com os pontos definidos na nossa análise.

Os pontos **02**, **05** e **06** serão abordados primeiramente pois trata-se de áreas ocupadas de forma mais adensada (ponto **02**) e que conformam o anfiteatro leste que emoldura o Plano Piloto (pontos **05** e **06**). Essas áreas no PDOT do DF estão situadas em zonas nomeadas *Zona Urbana de Expansão e Qualificação* (ponto **02**) e *Zona Urbana de Uso Controlado I* (pontos **05** e **06**). De acordo com os relatórios das missões de monitoramento da Unesco realizadas a partir de 1993, recomendava-se a implementação de um cinturão verde previsto para o entorno imediato do Plano Piloto, mediante a instituição de área *non aedificandi*, enfatizando a relevância de tal área para resguardar a individualidade formal do Plano Piloto. O zoneamento proposto pelo PDOT (2012) dificultou a efetivação do cinturão verde (FEDERAL, 2009), os mapas de Estratégia de regularização Fundiária e de Oferta de Áreas Habitacionais dispõem de áreas demarcadas como Ofertas de Áreas Habitacionais, com coeficientes máximos de aproveitamento de 4,5 na Zona Urbana de Uso Controlado I; bem como o Mapa

de Estratégias de Estruturação Viária, de Implantação de Pólos Multifuncionais, de Dinamização de Espaços Urbanos e Revitalização de Conjuntos Urbanos.

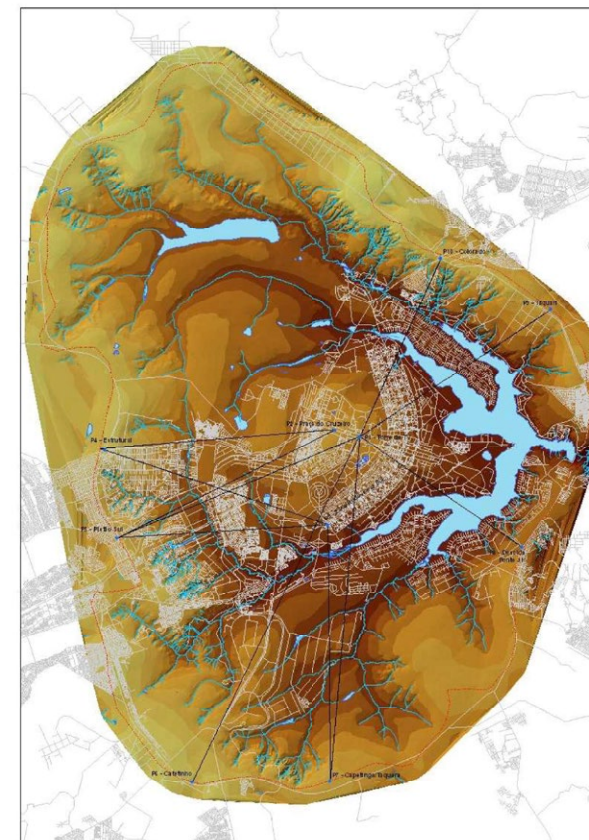


Figura 40: Perfis topográficos. Fonte: FEDERAL, 2010.

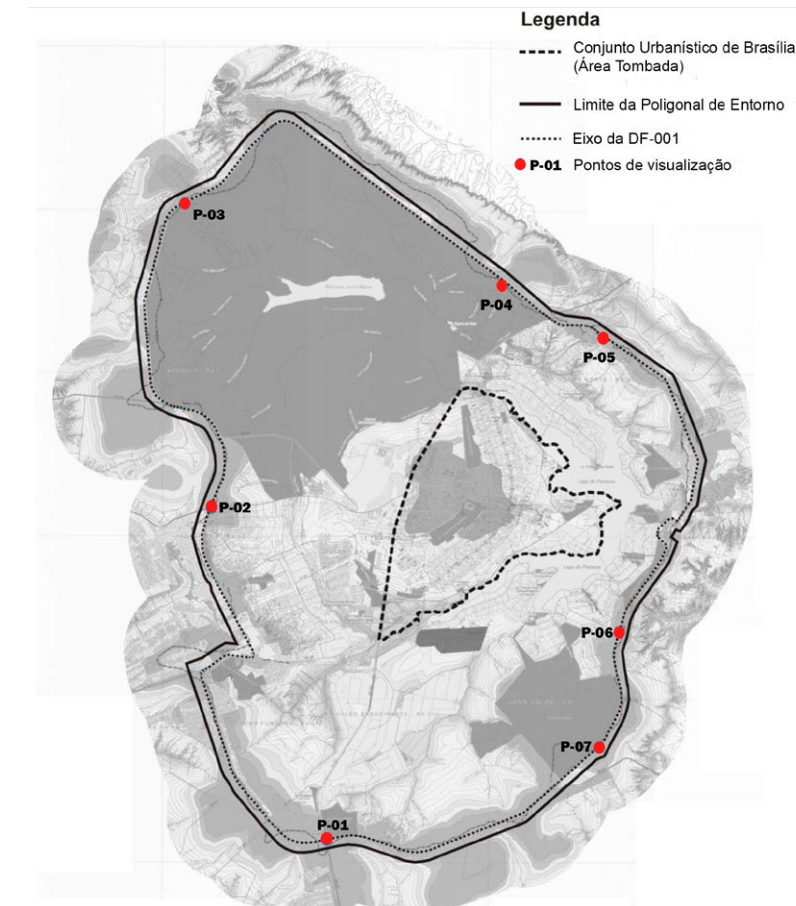


Figura 41: Pontos geográficos de visualização. Fonte: Base do Mapa Portaria nº68/2012 IPHAN com alterações da autora.

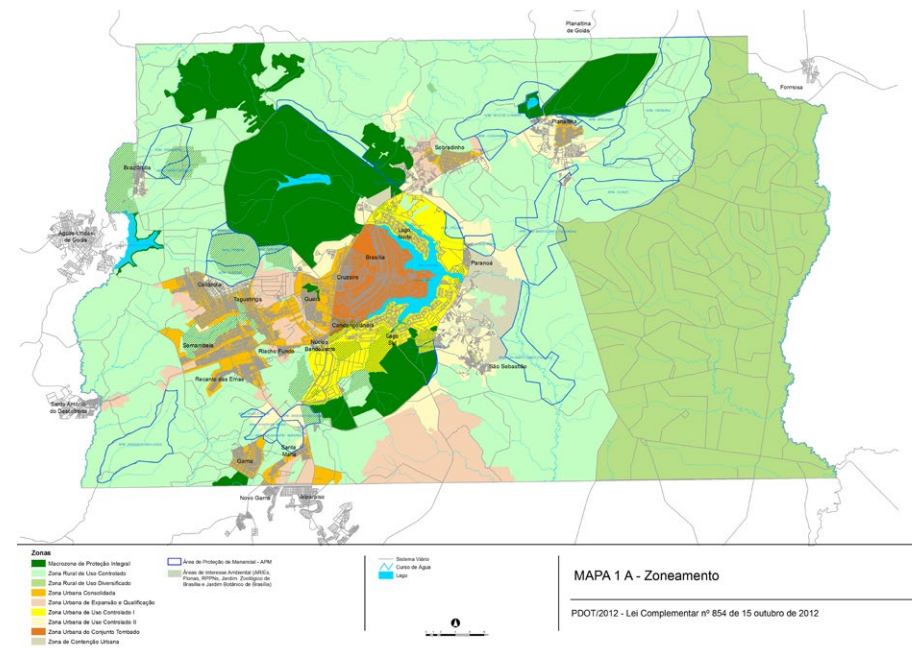


Figura 42: Mapa 1 A Zoneamento – PDOT. Fonte: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação - SEDUH (FEDERAL, 2012)

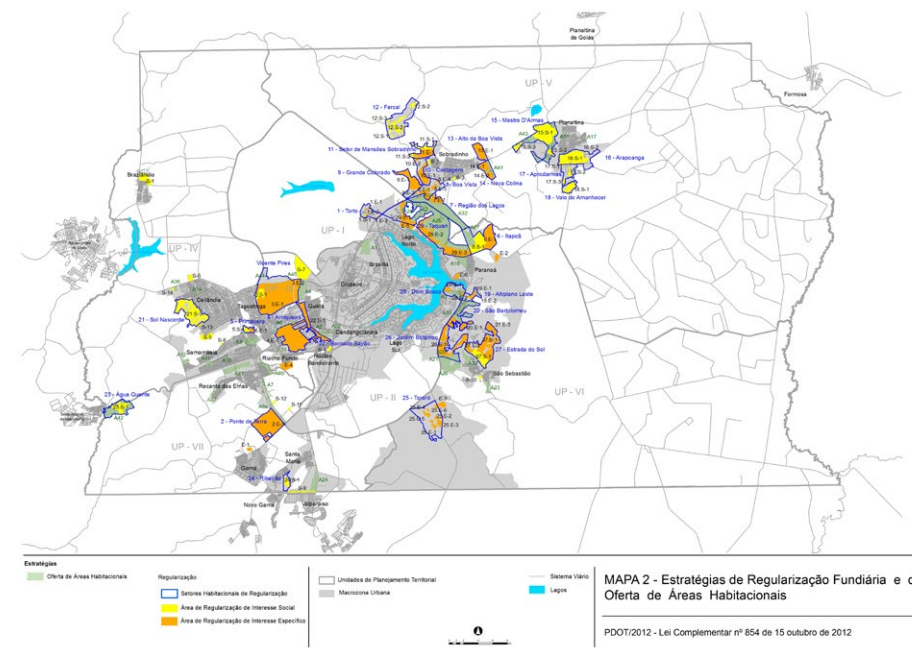


Figura 43: Mapa 2 - Estratégias de Regularização Fundiária e de Oferta de Áreas Habitacionais. Fonte: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação - SEDUH (FEDERAL, 2012)

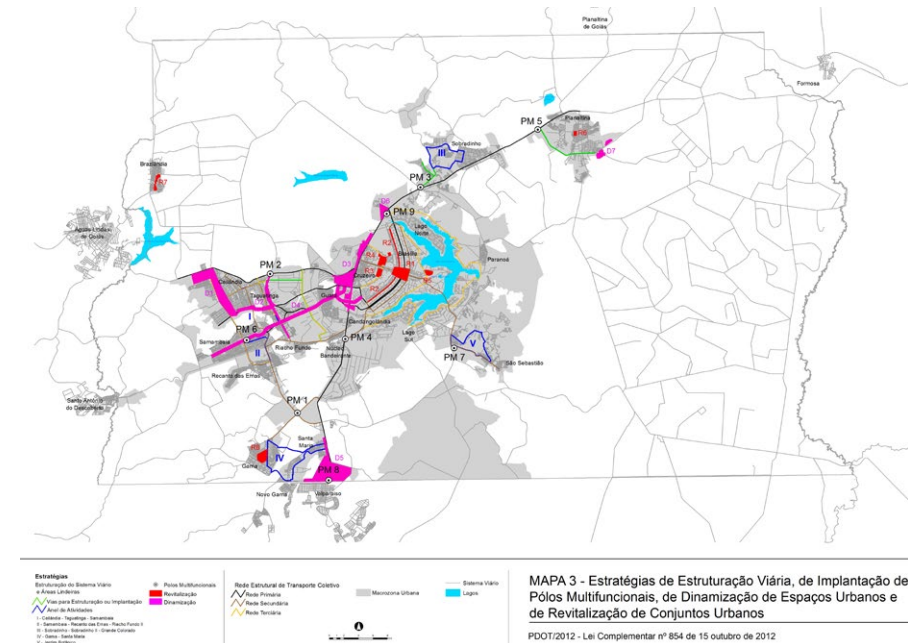


Figura 44: Mapa 3 - Estratégias de Regularização de Estrutura Viária, de Implantação de Pólos Multifuncionais, de Dinamização de Espaços Urbanos e de Revitalização de Conjuntos Urbanos. Fonte: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação - SEDUH (FEDERAL, 2012).

De acordo com a Portaria IPHAN nº68 o ponto 02 está demarcado no SE – 03 – Setor de Urbanização Consolidada e os pontos 05 e 06 estão demarcados no setor SE – 05 – Setor de Ocupação Controlada II. Para estes setores deverão ser submetidos ao IPHAN quaisquer projetos que ultrapassem os seguintes critérios: para o SE – 03 há uma gradação de gabaritos que variam de 04 pavimentos (12 m) para lotes localizados a uma faixa de 500m paralelos a EPIA e ao longo da faixa de cumeada da Bacia do Lago

Paranoá; de 10 pavimentos (34 m) para lotes situados em cotas inferiores a 1090 m; de 7 pavimentos (21 m) para lotes situados entre as cotas de 1090m a 1175 m; de 04 pavimentos (12 m) para cotas superiores a 1175 m e para a Região Administrativa de Águas Claras deve ser submetido à aprovação do IPHAN qualquer construção que ultrapasse 25 pavimentos (80 m). Para o SE - 05 as construções que ultrapassem os 09 metros e no Centro de Atividades do Lago Norte as construções que ultrapassem os 16 m.

O ponto 02 se encontra dentro do Taguaparque (Taguatinga) (Figura 49). Dali é possível avistar Vicente Pires, o Guará, e alguns edifícios do Plano Piloto de maior gabarito como Hospital das Forças Armadas (HFA) no Cruzeiro e no fundo o Complexo Brasil 21. É um ponto com grande potencial de permanência e apreciação do CUB, portanto os parâmetros de gabarito com 04 pavimentos contribuem com a manutenção desse mirante, já que essa área se encontra dentro da Área de Ofertas Habitacionais prevista no PDOT.

De acordo com o estudo de visibilidade, a partir de um ponto localizado na Estrutural (um pouco mais à frente do Ponto 2 de nossa análise) para a Praça do Cruzeiro (Perfil P4 – P2), a EPIA:

se desenvolve ao longo de uma pequena depressão a oeste entre a cota mais alta do semidomo localizada na Praça do Cruzeiro e uma outra elevação cujo ponto mais alto situa-se nas proximidades do Regimento de Cavalaria de Guarda do Exército. Assim sendo, as áreas situadas nas sub-bacias do riacho Fundo e do lago Paranoá não apresentam condições topográficas de intervisibilidade. Conforme pode ser constatado nos perfis: W-E, NW-SE, NE-SW e P4-P2 (FEDERAL, sem data, p.08).

Ainda de acordo com o “Estudo de Visibilidades”, a distância do centro geométrico da área do CUB: “em relação ao divisor de águas a oeste da bacia do lago Paranoá

é praticamente o dobro da distância ao divisor de águas a leste.” Aponta também que a linha de cumeada a oeste encontra-se: “muito distante e diluída em função da topografia suavizada em rampa conforme perfil P4-P2, P4-P3, P5-P2, P5-P1, P5P3 e P6-P1.” (FEDERAL, 2010, p.08).

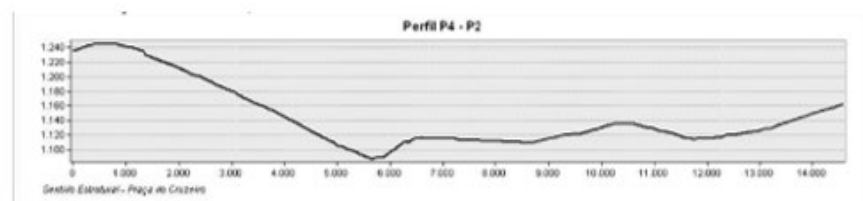


Figura 45: Perfil P4-P2. Estrutural até a Praça do Cruzeiro. Fonte: FEDERAL, 2010.

De fato, tanto a visualização do CUB a partir dos pontos do eixo oeste, como a visualização da cumeada se tornam mais dificultosas, pois a distância é maior. No entanto, conforme demonstrado na Figura 49, a partir do VANT, que pode atingir uma altitude de observação superior à do solo, foi possível visualizar a cumeada da Bacia do Paranoá ao leste.

O ponto **05** localiza-se em um local turístico e de principal visualização do Conjunto, a Torre de TV digital (Figura 50), denominada “Flor do Cerrado”, que, apesar de já

se constituir como um ponto de permanência, encontra-se fechada para o acesso de visitantes. Desse local, mesmo estando na cota natural do terreno, a visibilidade conformada pelo anfiteatro natural é privilegiada. É possível visualizar o Plano Piloto, suas escalas urbanísticas e o entorno.

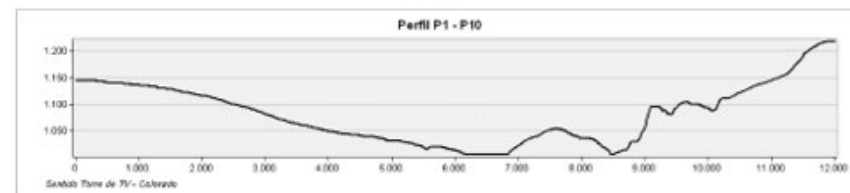
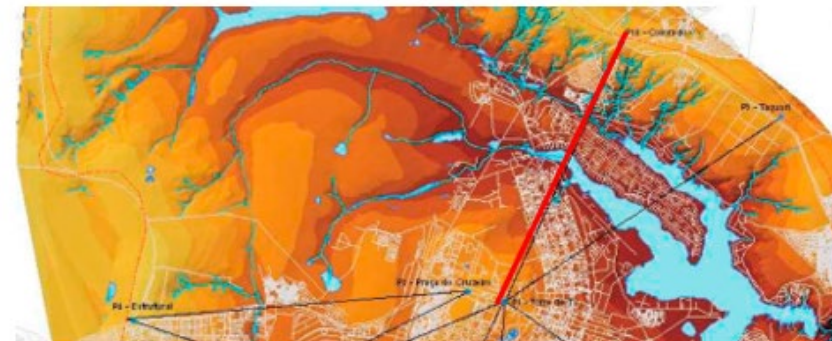


Figura 46: Perfil P1-P10. Torre de rádio e TV até o Colorado, onde se encontra a torre de TV digital. Fonte: FEDERAL, 2010.

Do ponto **06** (Figura 51), desde o trevo do Condomínio Solar de Brasília é possível visualizar o Jardim Botânico, a Estrada Parque Juscelino Kubitschek (EPJK), a Ponte JK, as encostas preservadas do Parque Ecológico Dom Bosco e, imediatamente após

a EPCT, inicia-se uma ocupação de baixo gabarito, porém já fortemente adensada, nesse limite ainda é possível identificar um controle da ocupação por meio da rodovia. De acordo com o “Estudo de Visibilidades” (sem data), observando uma série de perfis, entre eles dois demonstrados abaixo - que estão situados na mesma região de visualização do ponto 6 -, os perfis P1-P8 e P1-P9, esse trecho representa um leque de visadas a partir do semidomo, na direção sul até nordeste:

Podemos verificar condições topográficas de plena visibilidade do conjunto urbanístico tombado em direção à linha de cumeada da porção leste do divisor de águas da bacia do lago Paranoá e vice-versa (FEDERAL, 2010, p. 08).

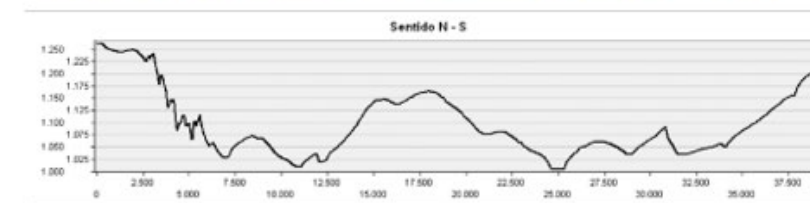


Figura 47: Perfil P1-P8. Torre de Rádio e TV – ponte JK. Fonte: FEDERAL, 2010.

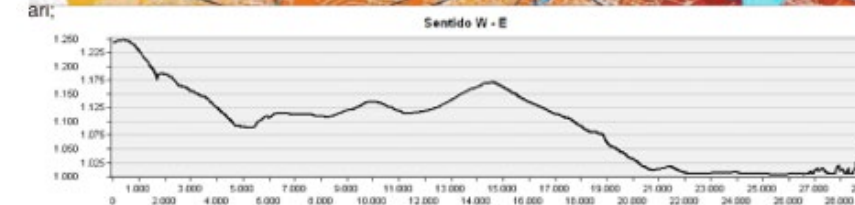
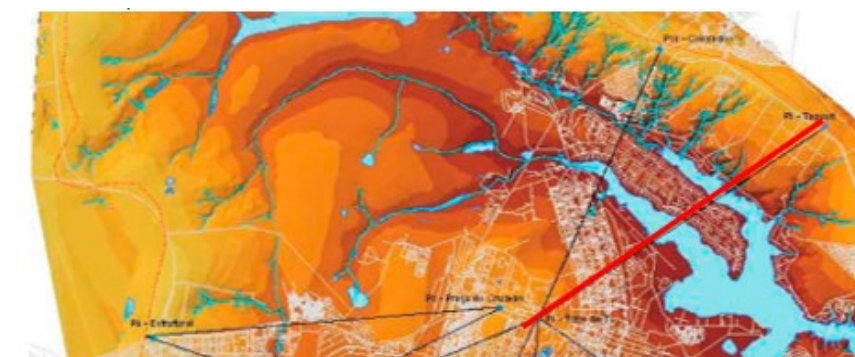


Figura 48: Perfil P1-P9. Torre de Rádio e TV – Taquari. Fonte: FEDERAL, 2010.

A partir do **ponto 06** a visualização do Plano Piloto dos limites de sua poligonal de preservação de entorno não é mais possível.



Figura 49: Ponto 02. É possível visualizar no ponto 01 indicado Vicente Pires (RA XXX), no ponto 02 a antena de TV Digital, no ponto 03 a Antena de Rádio e TV no Plano Piloto, no ponto 04 o Guará (RA X) e no ponto 05 Águas Claras (RA XX). Foto área com a utilização de VANT a 88 m de altitude. Fonte: Acervo pessoal da autora.



Figura 50: Ponto 05. Vista para o CUB capturada com câmera manual. É possível avistar a esplanada dos ministérios (02), a torre de Rádio e TV (03) e a Asa Norte (04). Fonte: Acervo pessoal da autora.



Figura 51: Ponto 06. Vista desde o trevo do Condomínio Solar de Brasília. É possível visualizar no ponto 01 indicado o Jardim Botânico; no ponto 02 a Estrada Parque Ponte JK (EPJK); no ponto 03 a Ponte JK, no ponto 04 as encostas preservadas do Parque Ecológico Dom Bosco, e no ponto 05, imediatamente após a EPCT inicia-se uma ocupação de baixo gabarito, porém já fortemente adensada, nesse limite ainda é possível identificar um controle da ocupação por meio da rodovia. Fonte: Acervo pessoal da autora.

Os pontos **01**, **03**, **04** e **07** foram por fim agrupados por se tratar das Área de Proteção de Manancial (APM) (Ponto **01**), Área de proteção ambiental do Parque Nacional de Brasília (pontos **03** e **04**), e do Jardim Botânico (ponto **07**), que acabaram por conformar um “cinturão verde” de preservação. Apesar de não ter planejado a expansão da cidade de Brasília, em seu relatório para o Plano Piloto submetido ao concurso para a nova capital em 1957, Lucio Costa previa que o posterior crescimento da cidade modernista, ocorreria após alcançar entre 500 e 700 mil habitantes, a partir daí se daria a ocupação também planejada do território. Mais tarde, porém, preocupado com a expansão desordenada da população, Lucio Costa teria chegado a defender a criação de dois anéis de proteção em volta do plano piloto: “o primeiro deles seria um ‘cinturão interno’ destinado a atividades agrícolas e granjas [...]; o segundo anel seria para atividades industriais” (DERNTL, 2019, p.30).

A partir do mirante no viaduto do cruzamento da DF - 001 com a DF - 003 (ponto **01**) com uma boa lente e câmera fotográfica em mãos é possível visualizar uma bela panorâmica do CUB. É possível ver no horizonte alguns arranha-céus localizados entre Taguatinga (RA III) e Águas Claras (RA XX) e uma ocupação mais horizontal referente ao Riacho Fundo (RA XVII) (Figura 53); o Park Way (RA XXIV) e a rodoviária interestadual marcando o limite da área tombada (Figura 54); as superquadras, os prédios mais altos da área central, o Estádio Nacional Mané Garrincha (Figura 55), a torre de TV marcando o eixo monumental, a torre de TV Digital no cume do horizonte, a Catedral de Brasília, o Congresso Nacional e a Ponte JK (Figura 56).

Após o **ponto 01** há um longo percurso em que não há visualização do Plano Piloto – no limite do Riacho Fundo II -, supõe-se que aí a Rodovia DF - 001 não coincida com o cume da Bacia, situando-se além desta, o que dificulta a visualização mesmo com edificações de gabarito baixo.

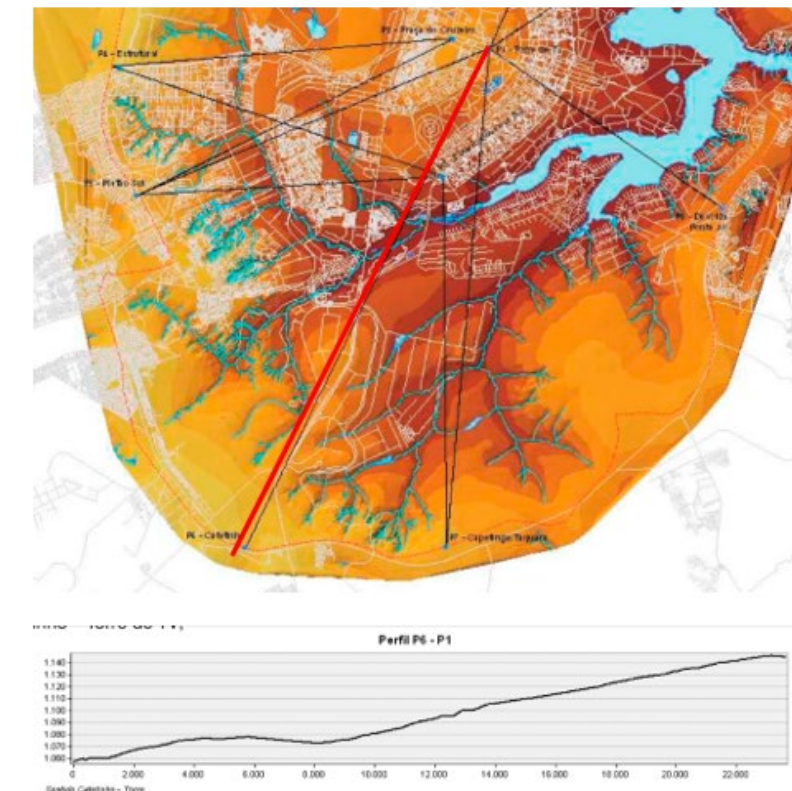


Figura 52: Perfil P6-P1. Torre de TV - Catetinho. Ponto similar de visualização do nosso ponto 01 de análise, confirmando a excelente visualização do CUB a partir deste ponto. Fonte: FEDERAL, 2010.

Em Brasília o cinturão verde foi pensado no intuito de garantir a produção agrícola e a contenção urbana; previa-se que chácaras, sítios, granjas e hortas proveriam a

cidade com aves, ovos, hortaliças e frutas (DERNTL, 2019). O projeto de Lucio Costa vencedor do concurso para a nova capital, propunha para a implantação de seu plano ideais baseados nas cidades - jardim da Inglaterra de início do século XX e em ideais inspirados em trabalhos de Le Corbusier (Une ville contemporaine, 1922; e La ville radieuse, 1935), se materializando em um projeto de cidade circundado por um cinturão verde, projetada como uma cidade parque:

Com o decorrer dos anos, a primitiva ideia de Lucio Costa, de ter o Plano Piloto isolado por um cinturão verde, além do qual se localizariam as cidades satélites, unidas ao núcleo central apenas por rodovias, se demonstrou difícil de manter. Esta concepção, impregnada de forte caráter simbólico, além disso sublinhada por razões de caráter ambiental, uma vez consideradas as limitações de ordem técnico - financeiras para a disposição final do esgoto dentro da bacia do Paranoá, esbarrava em outras razões de ordem prática (SALVIATI, 2016 [1983], p.152).

Apesar de não ter sido implementado um cinturão verde no entorno imediato do Plano Piloto, atualmente existem barreiras topográficas vegetais de contenção ao avanço da ocupação, o Parque Nacional de Brasília (Pontos **03** e **04** – figuras 57 e 58), e as unidades de conservação de fauna e flora (Ponto **07** – figura 59), juntamente com a encosta vegetada ao longo da represa do Paranoá. Essas barreiras mantêm o equilíbrio ambiental da região, protegendo as nascentes da Bacia do Paranoá como condicionante para a sobrevivência do Lago. Atuam também na manutenção da umidade atmosférica da região que enfrenta longos períodos de seca (FEDERAL, 2009, p.112).

O entorno do CUB foi delimitado utilizando-se os limites da Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá procurando abarcar o contexto urbano, seu cenário geográfico, práticas sociais, culturais e econômicas, entendimentos associados à noção de ambiência e

sustentabilidade. Um desafio bastante atual. Porém ainda não foi possível superar desafios mais antigos que tratariam de aliar preservação cultural e desenvolvimento urbano. Na prática a preservação do entorno dos bens tombados está distante de alcançar todo o significado atribuído a ele nos estudos sobre preservação e o entendimento de ambiência acaba ficando restrito a especialistas, soando vago e subjetivo para o público em geral.

Desde o início da construção de Brasília a ocupação do que deveria ser o “cinturão verde” se fez presente por meio dos acampamentos das empresas construtoras, ou assentamentos provisórios independentes. Diversos estudos têm apontado para a prática de “desfavelamento” (OLIVEIRA, 2008) realizada no processo de ocupação urbana do entorno do Plano Piloto, e a instituição pelo Governo do Distrito Federal da Campanha de Erradicação de Invasões (CEI) no início da década de 1970, sempre enfatizando a ocupação nos espaços periféricos ao invés de adensamento no Plano Piloto (PAVIANI, 1991), porém estas atitudes drásticas e nem um pouco democráticas não foram suficientes para resolver questões do planejamento territorial.

A Bacia do Paranoá há pelo menos 15 anos já demonstrava sinais de limite de suporte para a ocupação estabelecida em sua área (VERÍSSIMO, 2005), e de fato tal esforço do governo para conter a ocupação seja por preservar os recursos hídricos ou por questões higienistas não se mostrou frutífera. Hoje parte da população inserida na Bacia do Paranoá recebe água do reservatório do Descoberto situado em outra bacia hidrográfica, o que não atenderia a princípios sustentáveis.

Por fim, a Portaria estabelece critérios de preservação baseados em função da visibilidade do bem, no entanto, em diversos trechos da poligonal não é possível obter essa visualização. Em outros trechos os critérios estabelecidos pelo GDF entram em conflito com aqueles definidos pelo IPHAN. Este Instituto preocupou-se em abarcar

uma área generosa de proteção ao CUB, porém na prática a ferramenta de proteção do Entorno ainda se revela imprecisa, o que compromete a sua eficácia. Em suma:

os eixos visuais mencionados pela Portaria não permitem perceber, claramente, de que maneira estão funcionando para a preservação do CUB.

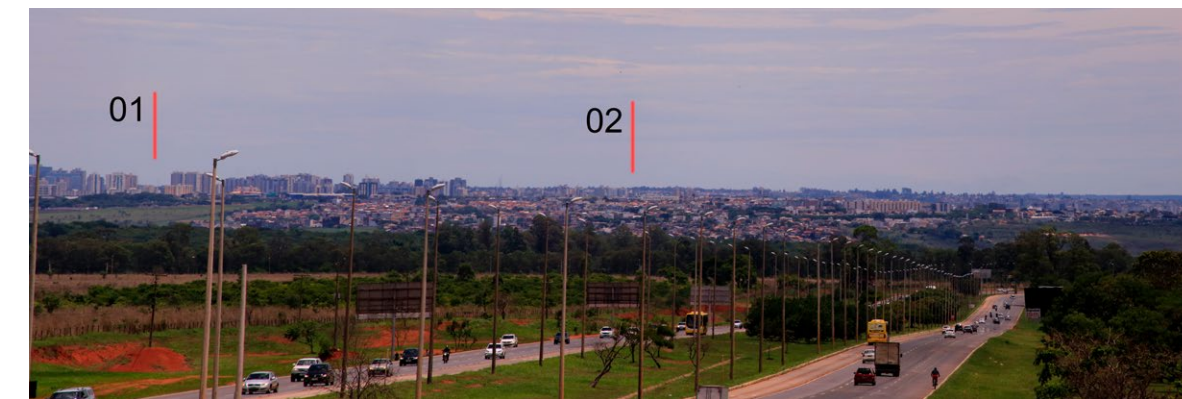


Figura 53: Ponto 01. Em primeiro plano vê-se a Rodovia DF – 003, no ponto 01 indicado é possível visualizar o Taguatinga Shopping entre os prédios mais altos, em seguida Águas Claras (RA XX); e no ponto 02 o Riacho Fundo (RA XVII). Fonte: Acervo pessoal da autora.

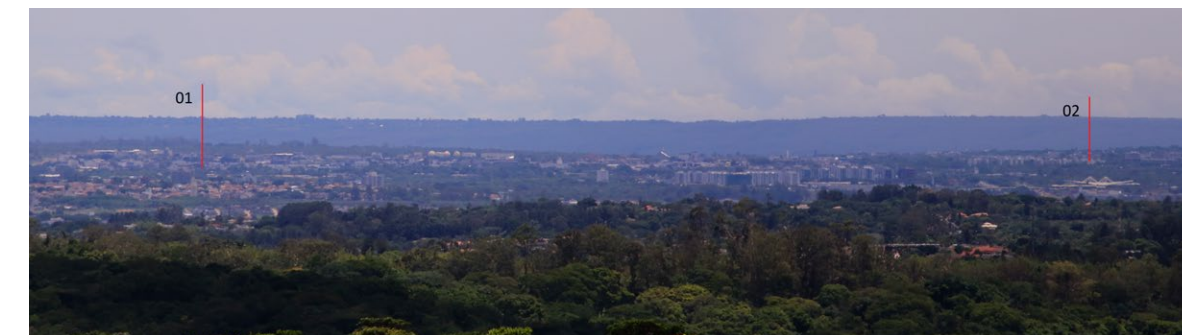


Figura 54: Ponto 01. No ponto 01 indicado é possível ver o Park Way, uma ocupação de gabarito mais baixo e no ponto 02, a rodoviária interestadual marcando o limite da área tombada. Fonte: Acervo pessoal da autora.

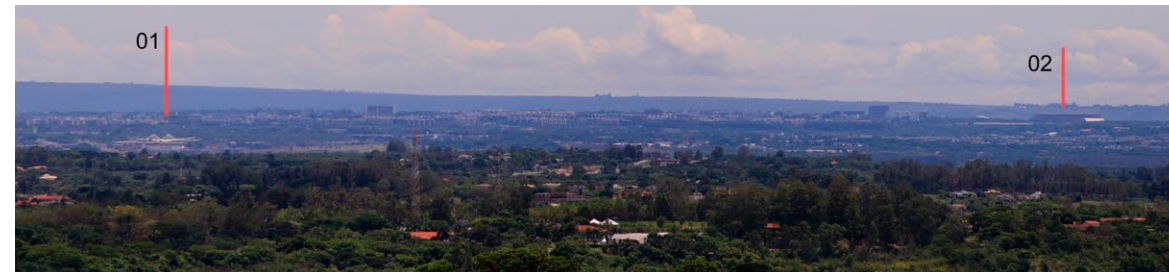


Figura 55: Ponto 01. Continuando a panorâmica, olhando para o CUB, no ponto 01 indicado temos a rodoviária interestadual e no ponto 02 o Estádio Nacional Mané Garrincha. Fonte: Acervo pessoal da autora.



Figura 56: Ponto 01. No ponto 01 indicado é possível ver a torre de TV marcando o eixo monumental; no ponto 02, a torre de TV Digital no cume do horizonte; no ponto 03 a Catedral de Brasília; no ponto 04 o Congresso Nacional e no ponto 05 a Ponte JK. Fonte: Acervo pessoal da autora.



Figura 57: Ponto 03. Panorâmica desde a DF-001 olhando para o sudeste em direção ao CUB. Detalhe para o reservatório do Torto/Santa Maria no centro, no meio do Parque Nacional de Brasília e para a EPCT (DF- 001) em ambas as margens do Parque. Imagem aérea capturada por meio de VANT a 275m de altitude. Fonte: Acervo pessoal da autora.



Figura 58: Ponto 04. Limite leste do Parque Nacional de Brasília. Na imagem podem ser vistos o reservatório do Torto/Santa Maria e o Lago Paranoá, e as margens da EPCT nos dois cantos da imagem. Imagem aérea capturada por meio de VANT a 137m. Fonte: Acervo pessoal da autora.



Figura 59: Ponto 07. Panorâmica nos limites do Jardim Botânico e áreas de Relevante Interesse Ecológico Capetinga/Taquara, e as margens da EPCT nos dois cantos da imagem. Imagem aérea capturada por meio de VANT a 251 m de altitude. Fonte: Acervo pessoal da autora.

Neste capítulo vimos como a significância cultural do CUB nos revelou atributos e valores associados ao entorno. Verificamos que a paisagem se impõe como um valor central a ser preservado no entorno do CUB:

- A REDE DE ESPAÇOS LIVRES E VERDES;
- A CIDADE-PARQUE COM OS SEUS ESPAÇOS ABERTOS E A IMPORTÂNCIA DA ESTRUTURA VERDE URBANA, COMO PRESSUPOSTOS DO SEU PARTIDO URBANÍSTICO;
- A ORLA DO LAGO PARANOÁ, COM LIVRE ACESSO, ONDE PREVALECE A ESCALA BUCÓLICA, E SEU ESPELHO D'ÁGUA;
- A AMPLA VISÃO DA LINHA DE CUMEADA DA BACIA DO LAGO PARANOÁ;
- O VALOR PAISAGÍSTICO RESULTANTE DA INSERÇÃO DA CIDADE NO TERRITÓRIO;
- O VALOR SOCIOCULTURAL RESULTANTE DO ENCONTRO E DA INTEGRAÇÃO DE CULTURAS.
- ESCALA BUCÓLICA.

Vimos que essa paisagem é mencionada constantemente nas missões e relatórios que averiguam o estado de conservação do sítio e a partir dessas cobranças, a Portaria nº68/2012 foi publicada. Porém, essa paisagem está em contínua transformação e é esta dinâmica que deve ser enfrentada, pensando-se em formas de gestão dessas transformações. A Portaria nº68/2012, surgiu como um instrumento que demonstra uma preocupação com a paisagem que envolve o CUB e é inovadora na medida que está alinhada com as atuais reflexões no campo da preservação e do urbanismo que vem explorando cada vez mais o conceito de paisagem para se pensar a cidade:

[...] é inegável que a paisagem, entendida de diferentes formas, tem entrado mais e mais no vocabulário de políticas urbanas de maneira geral e daquelas associadas ao patrimônio cultural em particular. Basta ver como o termo paisagem está muito mais presente em planos diretores de cidades aprovados a partir de 2010 do que aqueles da década anterior. Da mesma forma, várias cidades brasileiras têm desenvolvido instrumentos de intervenção e participação a partir da discussão da paisagem, como São Paulo e Rio de Janeiro, por exemplo. Além disso, a abordagem criada e difundida pela Unesco a partir de 2011, de Paisagem Urbana Histórica (HUL, na sigla em inglês), começa a ganhar atenção no país, com maior difusão em congressos e seminários (RIBEIRO, 2019, p. 147-148).

São essas as questões que se levantam ao se esmiuçar o tema e que certamente não são de fácil solução. Porém, este trabalho tem intuito de lançar luz sobre elas, tendo em vista os atuais esforços do governo local em aprovar o PPCUB e realizar a revisão do PDOT, bem como a necessidade do governo federal em revisar a Portaria nº68/12, passados mais de dez anos de sua publicação.

Por fim, foi possível verificar que apesar de a Portaria nº69/12 estabelecer critérios de preservação baseados em função da visibilidade do bem, os eixos visuais e os mirantes naturais mencionados pela legislação não permitem perceber claramente de que maneira estão funcionando para a preservação do CUB. Pudemos também, aprofundar um pouco mais na questão dos conflitos encontrados entre os critérios estabelecidos pelo GDF e pela Portaria do IPHAN.

Os aspectos analisados na primeira parte deste trabalho – capítulos 1 e 2 - se inserem no passo 1, o qual propõe a realização de pesquisas abrangentes e mapeamento de recursos naturais, culturais e humanos da cidade. Após a elaboração de um histórico a respeito do objeto de pesquisa foi elaborada uma linha do tempo com os principais estudos desenvolvidos para a definição da área de entorno do CUB, bem como, gráficos apresentando espacialmente a configuração das poligonais propostas, como forma de contribuição deste capítulo.

No entanto, como vimos, o PDOT pouco se refere à questão da paisagem. Existem problemas de grande ordem como a questão da necessidade de adensamento em um território como o do DF, o qual o Governo local se preocupa em atender, porém sem pensar na qualificação destes espaços que estão sendo adensados.

A Portaria nº68/2012 surge na tentativa de frear esse adensamento, contudo, deixa de se preocupar com outros aspectos como valores socioculturais, econômicos e com diretrizes mais específicas para gestão dos setores de entorno, de modo a qualificar esses espaços para que possam ser bons para os cidadãos que ali vivem. A qualificação destes espaços, levaria a manutenção da ambiência do Conjunto que se quer preservar. Os parâmetros estabelecidos pela portaria ainda mantêm as análises muito subjetivas, por não estabelecerem gabaritos limites para novas edificações, que ainda deveriam ser delimitados a depender da altimetria do lote. Ela define apenas que, a partir de certa altura, os projetos devem ser encaminhados para manifestação do Instituto, como veremos ao analisar os parâmetros e alguns específicos mais adiante.

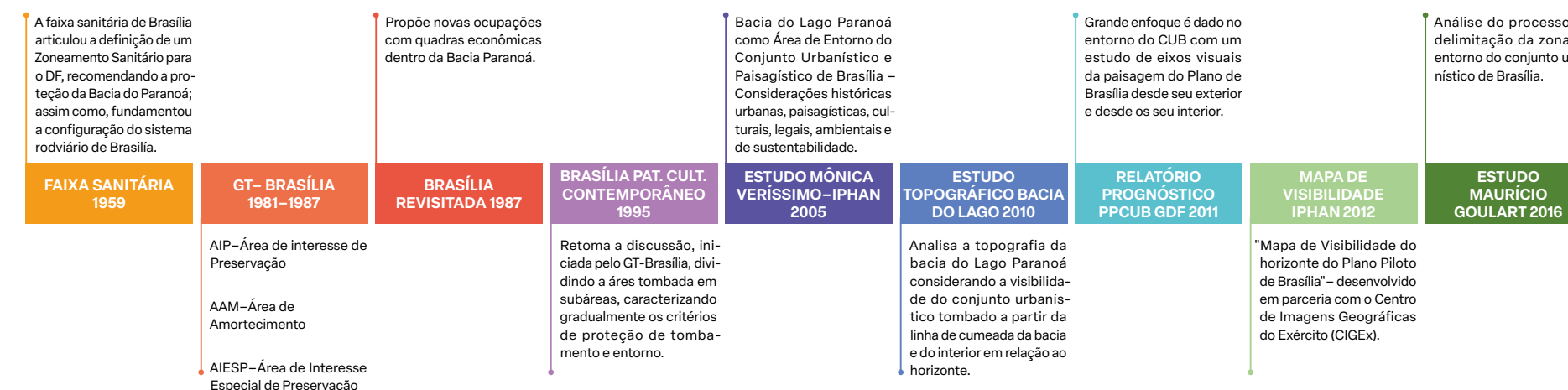


Figura 60: Linha do tempo estudos sobre a área de preservação de entorno do CUB. Fonte: Elaborado pela autora.

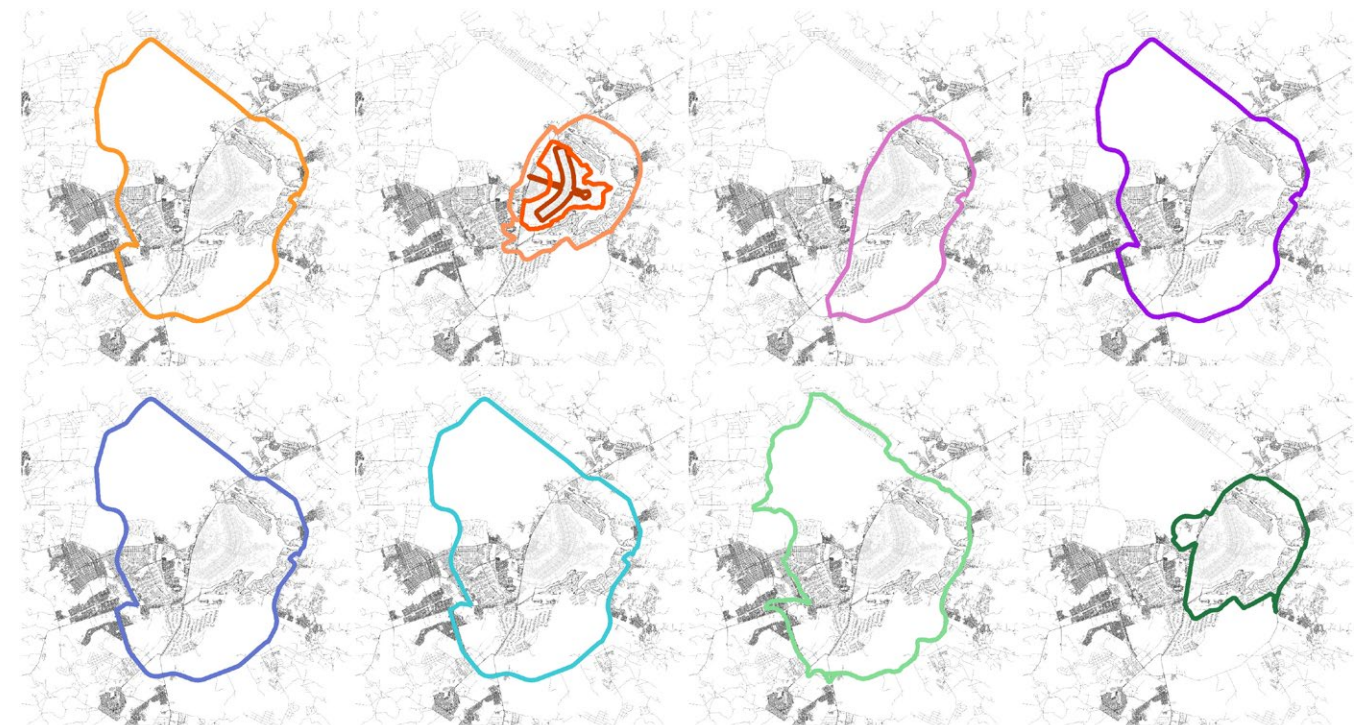


Figura 61: Gráfico de estudos sobre a área de preservação de entorno do CUB. Fonte: Mapa elaborado por Daniel Rosa Bittencourt, a pedido da autora, com base nos dados levantados para esta pesquisa.

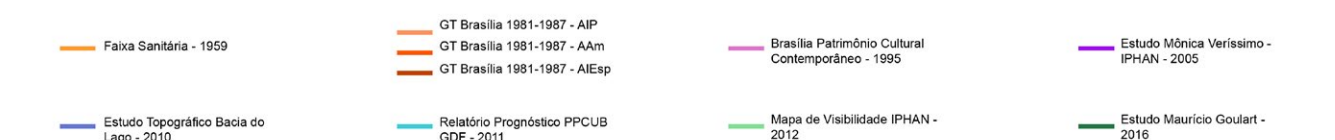
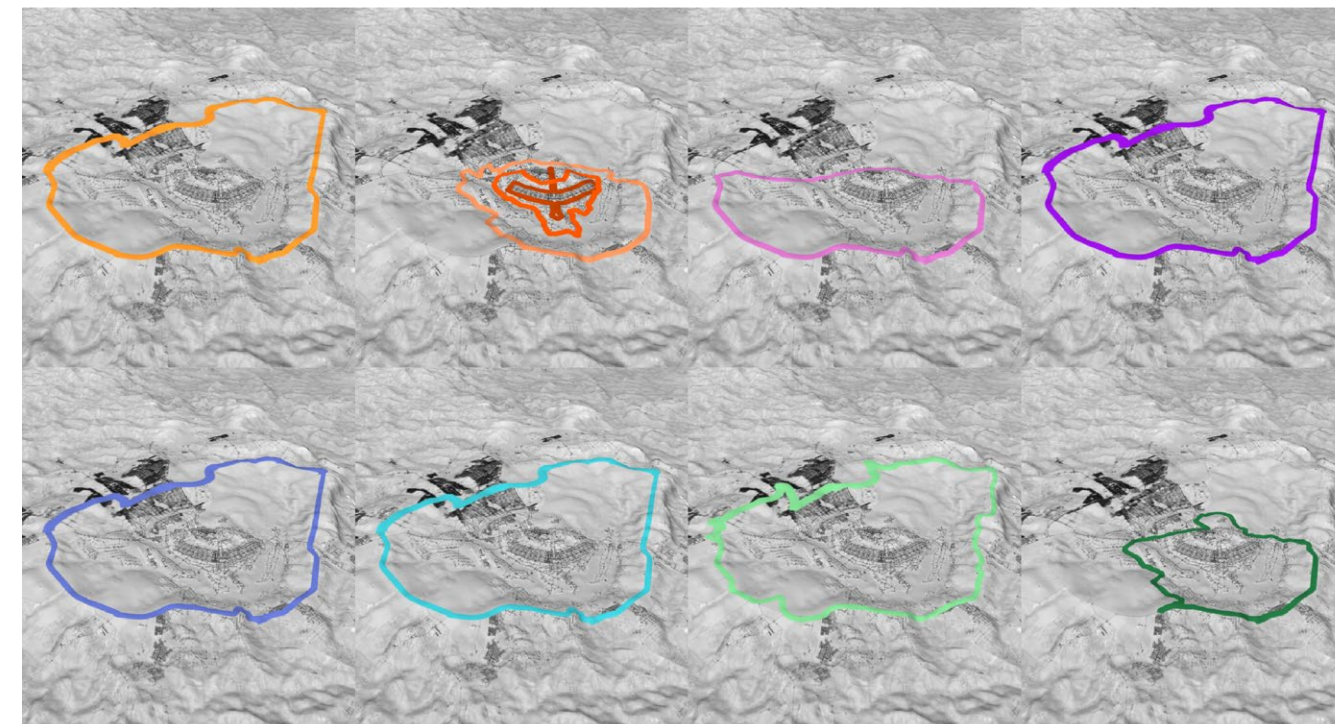


Figura 62: Gráfico 3D de estudos sobre a área de preservação de entorno do CUB. Fonte: Mapa elaborado por Daniel Rosa Bittencourt, a pedido da autora, com base nos dados levantados para esta pesquisa.

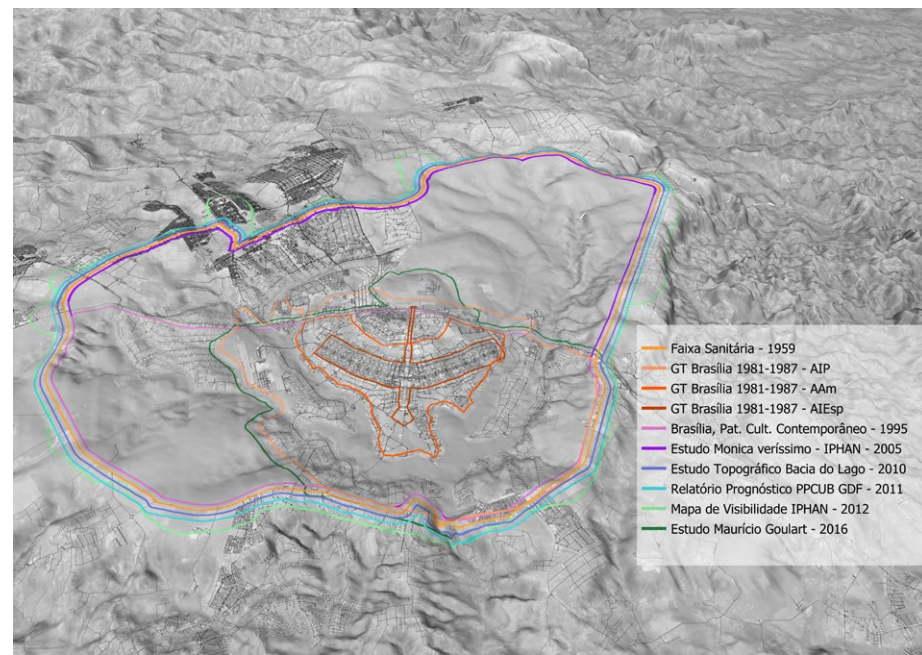


Figura 63: Gráfico 3D de estudos sobre a área de preservação do entorno do CUB.
 Fonte: Mapa elaborado por Daniel Rosa Bittencourt, a pedido da autora, com base nos dados levantados para esta pesquisa

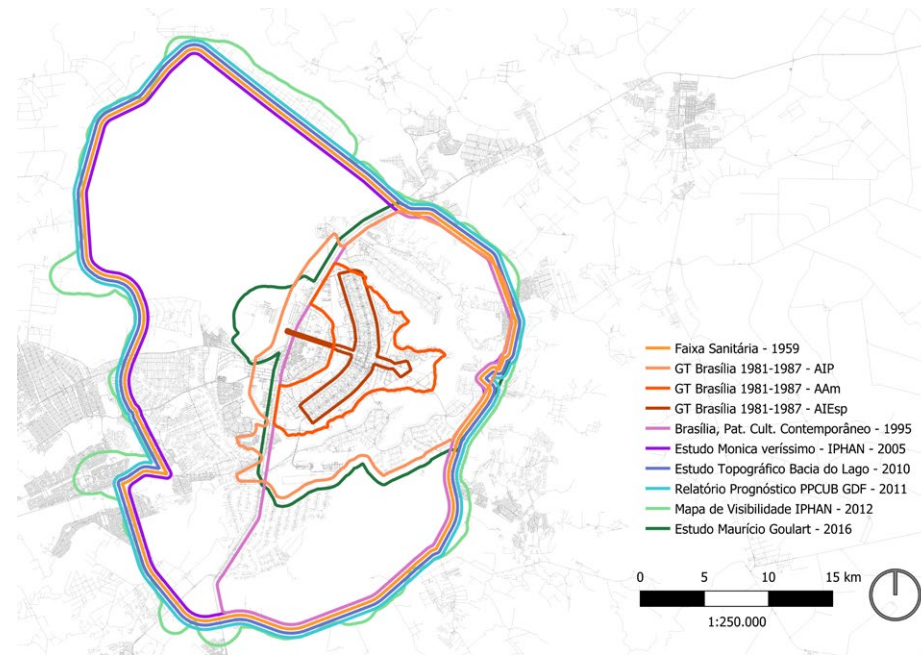
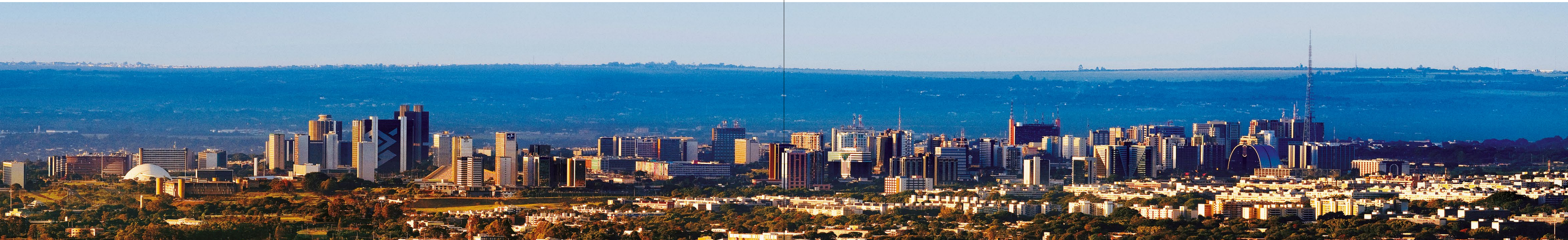


Figura 64: Gráfico de estudos sobre a área de preservação de entorno do CUB.
 Fonte: Mapa elaborado por Daniel Rosa Bittencourt, a pedido da autora, com base nos dados levantados para esta pesquisa.

FERRAMENTA DE ENGAJAMENTO SOCIAL

PARTE

02



DESENHANDO A LINHA DO HORIZONTE

Neste capítulo iremos explorar o segundo passo proposto pela abordagem da Paisagem Urbana Histórica buscando chegar a um consenso usando o planejamento participativo e consultas às partes interessadas para identificar os valores e as vulnerabilidades encontrados na Bacia Hidrográfica do Paranoá, região envoltória do CUB.

Um dos instrumentos previstos pela Recomendação da Paisagem Urbana Histórica seria o “*Community engagement tools*” traduzido aqui como “Instrumento para o Engajamento Social”, que consiste na capacitação de diversas partes interessadas para identificar valores-chaves em suas áreas urbanas, desenvolver visões, definir metas e acordar ações para salvaguardar seu patrimônio e promover o desenvolvimento sustentável. De acordo com o *The HUL Guidebook*, essas ferramentas devem facilitar o diálogo intercultural, aprendendo com as comunidades sobre suas histórias, tradições, valores, necessidades e aspirações e facilitando a mediação e negociação entre interesses e grupos conflitantes. De acordo com Veldpaus, a tolerância com relação às mudanças na área da preservação cresceu significativamente ao longo das décadas:

O objetivo nas primeiras décadas era preservar e, se possível, reutilizar com muito cuidado o patrimônio (ICOMOS, 1964), sem perda de significância, e tomar medidas de amparo à proteção, conservação, apresentação e transmissão do patrimônio cultural (e natural) (UNESCO, 1972). Nas décadas de 1980 e 1990, a abordagem lentamente mudou em direção a uma maior tolerância à mudança.

[O] ICOMOS (1987) assume a perspectiva de que a mudança pode acontecer, mas apenas se melhorar a situação atual e não prejudicar o significado. A mudança deve apoiar o desenvolvimento e adaptação harmoniosa do patrimônio à vida contemporânea e ao bem-estar de seus residentes, enfatizando a importância do contexto urbano mais amplo. (VELDPAUS, 2015, p.68)

Com a Recomendação da Paisagem Urbana Histórica (2011) o objetivo passou a ser preservar e melhorar a qualidade do meio ambiente humano. A transformação é inerente ao processo e a conservação é entendida como a gestão das mudanças: “O patrimônio se torna um meio para um fim: manter um equilíbrio sustentável entre o crescimento urbano e a qualidade de vida. Se a mudança for inevitável, ela precisa ser gerenciada para manter esse equilíbrio.” (VELDPAUS, 2015, pg.68) Em termos práticos, a recomendação coloca que a comunidade local deve estar envolvida em todas as etapas do processo de gestão, esperando com isso, que esta participação traga abordagens sustentáveis e culturalmente adequadas para as questões de desenvolvimento e meio ambiente. No entanto, os documentos do ICOMOS mantêm uma postura reticente com relação a esta participação, evitando recomendar um envolvimento profundo e principalmente nenhum poder de decisão final (VELDPAUS, 2015).

Partindo das análises feitas nos capítulos e subcapítulos anteriores, identificamos os valores encontrados na área de entorno do Conjunto Urbanístico de Brasília. Partimos

do princípio de que a área tombada guarda valores que estão refletidos nos atributos que se desejam preservar. No entanto, as áreas de entorno também podem (e devem) ser valoradas, mesmo que essas áreas não contem com o instrumento do tombamento para sua proteção. Os valores ressaltados aqui dizem mais respeito à qualidade de vida da população local. Como forma de validação dos valores destacados foi aplicado um formulário de pesquisa de opinião nos quais cinco aspectos foram explorados e serão apresentados ao longo do capítulo.

Iremos também avançar ao terceiro passo proposto, avaliando as vulnerabilidades que podem afetar os valores e atributos identificados no último tópico do capítulo 3.2. Estudos de casos: Preservação cultural, desenvolvimento urbano e rural e a participação social na gestão do território. Neste tópico continuaremos a explorar valores identificados pela população de forma mais específica, abordando os casos do Condomínio Paranoá Parque e do Setor Habitacional do Taquari, identificando potencialidades e também vulnerabilidades, ambas validadas por meio do formulário, entrevistas, e dados coletados a partir das oficinas participativas do PDOT.

3.1. VALORES E ATRIBUTOS IDENTIFICADOS

Após a identificação dos valores e atributos destacados na Declaração de Valor Universal Excepcional (VUE) (2014) e na Minuta do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – CUB (2022) identificados no capítulo 2, passamos pela análise visual desenvolvida no tópico anterior e, a partir disso, foi possível realizar uma síntese dos cenários panorâmicos que refletem valores que no caso de Brasília, extravasam o Conjunto Moderno, sendo identificados em seu entorno e na exuberante paisagem envoltória:

- COM RELAÇÃO A REDE DE ESPAÇOS LIVRES E VERDES;
- A CIDADE-PARQUE COM OS SEUS ESPAÇOS ABERTOS E A IMPORTÂNCIA DA ESTRUTURA VERDE URBANA, COMO PRESSUPOSTOS DO SEU PARTIDO URBANÍSTICO
- A ORLA DO LAGO PARANOÁ, COM LIVRE ACESSO, ONDE PREVALECE A ESCALA BUCÓLICA, E SEU ESPELHO D'ÁGUA (TAMBÉM CONSIDERANDO A MARGEM LESTE DO LAGO, INSERIDA NA ÁREA DE ENTORNO);
- DA AMPLA VISÃO DA LINHA DE CUMEADA DA BACIA DO LAGO PARANOÁ.

As imagens na página seguinte são alguns exemplos dos cenários panorâmicos que refletem estes atributos:

Para validar a valoração identificada foi aplicado um formulário para uma pesquisa de opinião aberta à sociedade.⁴⁴ O formulário considerou 5 pontos de vista: 1) Cenários panorâmicos I, a partir de visuais de “dentro para fora” do Conjunto Urbanístico de Brasília – CUB; 2) Cenários panorâmicos II, tomando visuais de “de fora para dentro” do CUB; 3) Elementos naturais que circundam o CUB; 4) Elementos arquitetônicos que são marcos visuais na paisagem do CUB e 5) Elementos culturais que estão

44. O formulário encontra-se disposto nos anexos deste documento. Nele foram definidos os conceitos de “área de entorno”, “atributo”, “significância” e “linha de cumeada” para facilitar o entendimento das questões pela população.

inseridos no entorno do CUB. No total foram obtidas 41 respostas ao formulário e alguns trechos serão apresentados ao longo deste capítulo.



Figura 65: Ponte JK e o Lago Sul. Imagem registrada a partir da margem oeste do Lago Paranoá – próximo à ponte JK e ao Centro Cultural Banco do Brasil em direção ao Setor de Habitações Individuais Sul. Fonte: Acervo pessoal da autora.



Figura 66: Lago Norte. Imagem registrada a partir da margem oeste do lago em direção à Região Administrativa do Lago Norte, ao Setor de Habitações Individuais Norte, em primeiro plano e em segundo plano, o Setor Habitacional do Taquari. Fonte: Acervo pessoal da autora.

No primeiro tópico proposto pelo formulário, foi feita a seguinte pergunta: “Você considera a linha de cumeada um atributo relevante para a composição da paisagem do Conjunto Urbanístico de Brasília?”

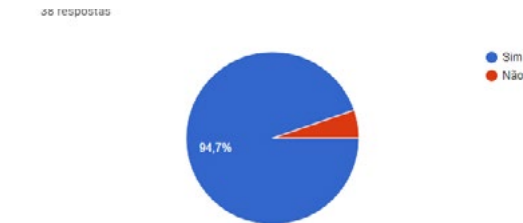


Figura 67: Gráfico 1. Gráfico com percentual das respostas retirado do formulário desenvolvido para pesquisa de opinião. Fonte: Desenvolvido pela autora por meio da plataforma Googleforms.

Das 38 respostas recebidas, 94,7% dos respondentes consideraram como afirmativa a questão.

Com relação a pergunta: “Você considera que para a manutenção da linha de cumeada é necessário um cuidado maior na ocupação dessa região (regulamentação da altura das edificações, do adensamento populacional e dos parâmetros de ocupação do lote – Taxa de ocupação, usos, coeficiente de aproveitamento)?”.

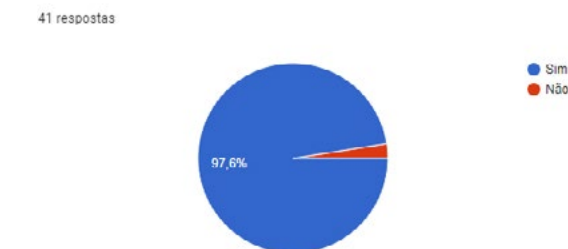


Figura 68: Gráfico 2. Gráfico com percentual das respostas retirado do formulário desenvolvido para pesquisa de opinião. Fonte: Desenvolvido pela autora por meio da plataforma Googleforms.

Das 41 respostas 97,6% consideraram afirmativa a questão.

COM RELAÇÃO AO VALOR PAISAGÍSTICO RESULTANTE DA INSERÇÃO DA CIDADE NO TERRITÓRIO;

Podemos destacar os seguintes cenários panorâmicos:



Figura 69: CUB. Nessa imagem está registrado o Conjunto Urbanístico de Brasília visto a partir do viaduto da DF 001 com a DF 003. Fonte: Acervo pessoal da autora.



Figura 70: Taguaparque. Vista para o CUB do Taguaparque, situado em Taguatinga. Fonte: Acervo pessoal da autora.



Figura 71: CUB. Imagem registrada a partir do estacionamento da torre de TV Digital em direção ao CUB. Fonte: Acervo pessoal da autora.

Estas imagens entraram no tópico 2 do formulário. Com relação a pergunta: “Na sua opinião, a criação e valorização de mirantes e percursos culturais para a observação do CUB, utilizando-se a EPCT (DF – 001), como nos pontos destacados pelas figuras 1, 2 e 3 são importantes?” (as figuras 1, 2 e 3 do formulário equivalem às figuras 83, 84 e 85 do presente documento).

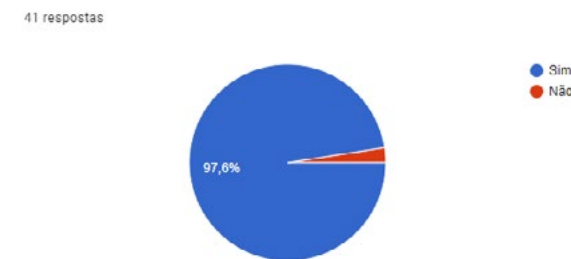


Figura 72: Gráfico 3. Gráfico com percentual das respostas retirado do formulário desenvolvido para pesquisa de opinião. Fonte: Desenvolvido pela autora por meio da plataforma Googleforms.

Das 41 respostas recebidas 100% responderam de forma positiva à pergunta. Iremos destacar alguns comentários feitos a respeito do assunto, no entanto, a pesquisa foi

feita de modo a não divulgar o nome dos participantes, portanto, não iremos referenciar as falas aos seus autores, como forma de proteção aos dados levantados:

Sim, estes mirantes poderiam ser muito interessantes como atração turística, mas também como pólos de interesse para atividades educativas sobre temas do Cerrado, da paisagem e da história do Centro-Oeste (Pesquisa de opinião, 2023).

Algumas respostas (3 respondentes) consideraram apenas o ponto a partir da imagem 83 como relevante, os outros pontos foram considerados distantes demais, sendo considerado o CUB indistinguível no horizonte. Foi destacado também, entre as respostas um outro ponto de visualização já existente, o ponto a partir da Ermida Dom Bosco, que poderia fazer parte desta rota turística de valorização da paisagem. Houve um comentário no sentido de haver a necessidade de criação de maior infraestrutura nos locais destacados:

A ideia dos mirantes valorizando a vista da capital é interessante, mas acredito que os locais onde se encontram, devam ter uma melhor estrutura para receber e atrair mais público. Sou contra a criação de novos pontos de mirantes e a favor da melhora dos que já existem (Pesquisa de opinião, 2023).

No tópico 3 do formulário, a seguinte pergunta foi feita: “O Parque Nacional de Brasília contribui para a preservação dos recursos hídricos - além de abrigar o reservatório de abastecimento público de água de Santa Maria - e na preservação da biodiversidade do cerrado. A partir dessas informações, você considera o Parque Nacional de Brasília um atributo importante para a preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília?”

Das 41 respostas recebidas 100% responderam de forma positiva à pergunta.



Figura 73: Parque Nacional de Brasília. Nessa imagem está registrado o Parque Nacional de Brasília, sendo o seu limite evidenciado pela rodovia Estrada Parque Contorno – EPCT (DF-001). O Parque contribui para a preservação dos recursos hídricos – além de abrigar o reservatório de abastecimento público de água de Santa Maria – e na preservação da biodiversidade do cerrado. Fonte: autora.

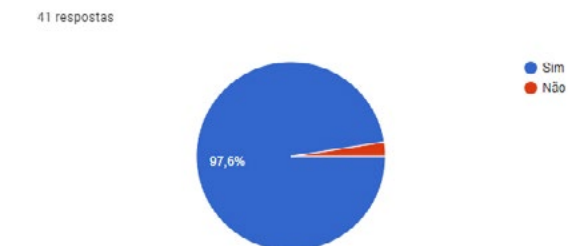


Figura 74: Gráfico 4. Gráfico com percentual das respostas retirado do formulário desenvolvido para pesquisa de opinião. Fonte: Desenvolvido pela autora por meio da plataforma Googleforms.

Com relação à pergunta: “O Jardim Botânico de Brasília contribui para a preservação da biodiversidade do cerrado. A partir dessas informações, você considera o Jardim Botânico um atributo importante para a preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília?” 97,6% dos participantes responderam afirmativamente à questão.

Com relação à questão: “A Floresta Nacional de Brasília - FLONA é uma unidade de conservação responsável pela proteção de nascentes que irrigam a represa do



Figura 75: Jardim Botânico de Brasília. Nessa imagem está registrado o Jardim Botânico de Brasília, sendo o seu limite evidenciado pela rodovia Estrada Parque Contorno – EPCT (DF-001). O Jardim Botânico de Brasília contribui para a preservação da biodiversidade do cerrado. Fonte: Acervo pessoal da autora.

41 respostas

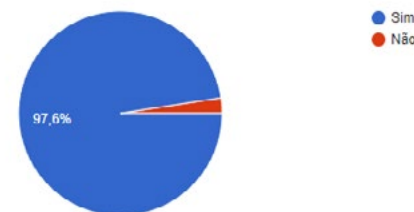


Figura 76: Gráfico 5. Gráfico com percentual das respostas retirado do formulário desenvolvido para pesquisa de opinião. Fonte: Desenvolvido pela autora por meio da plataforma Googleforms.



Figura 77: FLONA. Nessa imagem é possível ver trilhas sendo percorridas por ciclistas e corredores em meio a Floresta Nacional de Brasília – FLONA. Fonte: MTB Brasília. Disponível em: <https://www.mtbbrasil.com.br/2020/09/11icmbio-reabre-a-floresta-nacional-de-brasil-flona/>

41 respostas

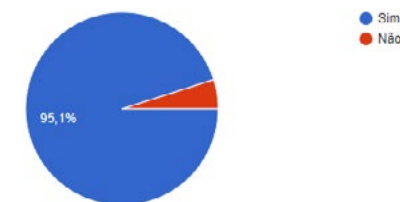


Figura 78: Gráfico 6. Gráfico com percentual das respostas retirado do formulário desenvolvido para pesquisa de opinião. Fonte: Desenvolvido pela autora por meio da plataforma Googleforms.

Descoberto, responsável pelo abastecimento de cerca de 70% do Distrito Federal. A área também contribui para a proteção da biodiversidade do Cerrado. A partir dessas informações, você considera a FLONA um atributo importante para a preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília?”

Das 41 respostas recebidas 95,1% responderam de forma positiva à pergunta.

Podemos aferir que apesar de discreta alteração no percentual de respostas afirmativas às três questões, o Parque Nacional foi associado mais efetivamente ao CUB, talvez por sua proximidade funcionando como um limite territorial, logo após a EPIA, ou ainda por sua relevância e extensão. A Floresta Nacional, por sua vez, teve o menor índice (95,1%). Como demonstrado na Tabela 6 deste trabalho foi apontada a Área de

interesse ambiental localizada entre o Parque Nacional de Brasília e a Floresta Nacional, dentro da Bacia do Paranoá como um ponto de conflito no PDOT pelos técnicos do IPHAN, pois já apresentava ocupação e parcelamento. De acordo com matéria publicada no dia 12 de setembro de 2022 pelo site Senado Notícias, foi sancionada Lei nº14.447, que diminuiu em cerca de 40% a Floresta Nacional – FLONA, de Brasília:

A nova lei exclui parcelas da FLONA visando a regularização urbana. A lei desafeta as áreas 2 e 3, conhecidas como assentamentos Maranata e 26 de setembro, onde vivem há décadas cerca de 40 mil pessoas. [...] O novo limite da FLONA diminui de 9.346,28 hectares para 5.640 hectares (SENADO, 2022).

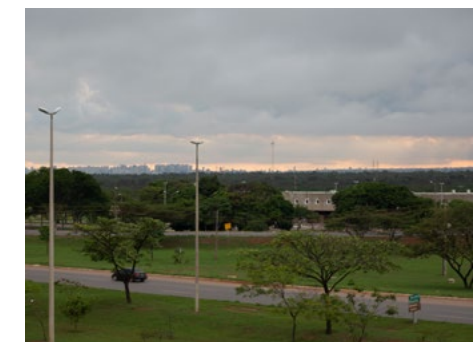


Figura 79: Estação Ferroviária de Brasília. Nessa imagem vê-se a antiga Estação Rodoferroviária de Brasília, projetada por Oscar Niemeyer. Aos fundos é possível ver o local denominado Pátio Ferroviário de Brasília, para o qual constam novos projetos de ocupação pelo GDF. Fonte: Acervo pessoal da autora.

Esta área corresponde à denominada Área Econômica a implantar, cujo nome é “Área de Desenvolvimento Econômico Estrutural” (ANEXO IV – Mapa 6 e Tabela 6C). Ou seja,

é possível notar uma falta de valorização à Floresta Nacional que vem sofrendo perdas de áreas por meio da regularização de ocupações irregulares, apesar da sua importância para a preservação de nascentes e da proteção da biodiversidade do Cerrado.

No tópico 4 do formulário foi feita a seguinte pergunta: “Sobre os elementos arquitetônicos abaixo apresentados, opine sobre quais qualificam ou prejudicam a qualidade da paisagem no entorno do CUB: Antiga Estação Rodoferroviária de Brasília.”

41 respostas

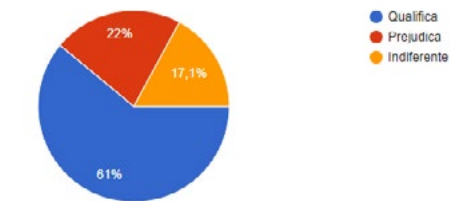


Figura 80: Gráfico 7. Gráfico com percentual das respostas retirado do formulário desenvolvido para pesquisa de opinião. Fonte: Desenvolvido pela autora por meio da plataforma Googleforms.

Das 41 respostas 61% responderam que a Rodoferroviária qualifica a paisagem, 22% responderam que prejudica e 17,1% se mostraram de forma indiferente à questão.

A antiga estação ferroviária de Brasília foi inaugurada em 1976 e em 1981 foi reinaugurada como estação rodoferroviária. Em 2010 as atividades de transporte interestadual foram interrompidas com a inauguração da nova rodoviária, funcionando atualmente apenas como transporte de cargas para Goiânia e São Paulo. O prédio abriga hoje a Secretaria de Justiça do Distrito Federal, Transporte Urbano do Distrito Federal

(DFTRANS) e a Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal (ADASA). Em 2020 o jornal Folha de São Paulo noticiou a inclusão na lista de venda pela Secretaria do Patrimônio da União a estação rodoferroviária, com a expectativa do Governo em implantar um novo bairro no setor do Pátio Ferroviário, a expectativa era de valorização no interesse pelo imóvel:

Esses imóveis sem uso precisam de manutenção, guarda Nós pagamos para mantê-los e, por outro lado, não retornam nenhum benefício para a sociedade (BISPO apud PAMPLONA, 2020)⁴⁵



Figura 81: Estação Ferroviária Bernardo Sayão. Fonte: Foto Flávio Cavalcanti In: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/efgoiaz/bernardo.htm>.

A partir do gráfico apresentado, as respostas transparecem a subutilização do imóvel icônico projetado por Oscar Niemeyer e localizado no alinhamento final do Eixo

45. Matéria publicada pelo Jornal Folha de São Paulo em 17 de outubro de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/10/imoveis-icnicos-vaio-a-leilao-para-reduzir-divida-publica-do-governo.shtml>. Acesso em: 10 jul 2023.

Monumental de Brasília. Além desta estação há a primeira estação ferroviária do DF, a Estação Bernardo Sayão, que ligava a capital à estrada de ferro de Goiás. A estação foi inaugurada em 21 de abril de 1968. O caso reflete também a situação atual da rede ferroviária no Brasil, muito importante para a integração territorial, para os processos de urbanização e industrialização e para transformações na sociedade brasileira durante a primeira metade do século XX.

Com relação a pergunta: “Está em estudo pelo Governo do Distrito Federal a ocupação da área do Pátio Ferroviário de Brasília como um novo bairro residencial. A partir das imagens abaixo, considera que esse estudo de ocupação para a área do Pátio Ferroviário contribui para a qualificação da paisagem ou danifica essa paisagem?”



Figura 82: Plano de ocupação. Na imagem se vê o estudo de volumetria constante do Plano de Ocupação proposto pelo GDF atrás da antiga Rodoferroviária de Brasília. Fonte: GTE, 2022.

Oitenta e cinco por cento das respostas consideram que a ocupação como proposta prejudica a paisagem do entorno do CUB. No entanto, uma série de observações foram feitas quanto a ocupação da área e a proposição de Habitação de Interesse Social (HIS) no setor:



Figura 83: Plano de Ocupação. Na imagem se vê o estudo de volumetria do Plano de Ocupação proposto pelo GDF para a área do Pátio Ferroviário de Brasília. Fonte: GTE, 2022.

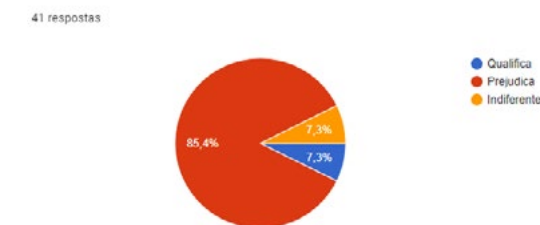


Figura 84: Gráfico 8. Gráfico com percentual das respostas retirado do formulário desenvolvido para pesquisa de opinião. Fonte: Desenvolvido pela autora por meio da plataforma Googleforms.

QUESTÃO: ESTÁ EM ESTUDO PELO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL A OCUPAÇÃO DA ÁREA DO PÁTIO FERROVIÁRIO DE BRASÍLIA COMO UM NOVO BAIRRO RESIDENCIAL. A PARTIR DAS IMAGENS ABAIXO, CONSIDERA QUE ESSE ESTUDO DE OCUPAÇÃO PARA A ÁREA DO PÁTIO FERROVIÁRIO CONTRIBUI PARA A QUALIFICAÇÃO DA PAISAGEM OU DANIFICA ESSA PAISAGEM?”

A potencial ocupação e adensamento ou usos desse gigantesco território não é um problema em si. A questão é o gabarito, a altura das construções e a relação disso com a percepção da paisagem urbana do Plano Piloto e do DF.

A implantação de um bairro na região ajudaria a criar densidade para o transporte público no Eixo Monumental. Contudo, há áreas desocupadas no próprio Plano Piloto que poderiam ser utilizadas para HIS antes de ocupar aquela área.

O óbvio prejuízo paisagístico poderia ser compensado e admitido diante da demanda por HIS no CUB. Entretanto, sabe-se que essa não é a proposta.

Não me parece que prejudique a paisagem, mas há diversas outras questões como trânsito e serviços essenciais.

Prejudicar a paisagem com certeza prejudica, mas acredito que os espaços providos de infraestrutura devam ser utilizados, e, portanto, sou favorável a dar uma destinação àquele local. Adoraria que a nova ocupação fosse voltada à habitação social (só que imagino que não será).

Havendo um respeito aos padrões aplicados no CUB em termos de altura de gabarito, taxas de ocupação e áreas verdes, entendo haver uma demanda importante habitacional na área mais central de Brasília, ou seja, junto ao CUB. Neste sentido entendo que o bairro pode se justificar.

A ocupação prejudicial, a meu ver, é aquela situada no prolongamento do eixo monumental. Fora dessa perspectiva, vejo o adensamento como viável.

Brasília já ultrapassou a densidade populacional no entorno próximo ao Plano Piloto. Sem falar na mobilidade já prejudicada.

Tabela 9: Comentários quanto a questão 2 do tópico 4. Fonte: Elaborado pela autora.

A maioria dos comentários consideram que a implantação de um novo bairro habitacional pode se justificar na área em questão, pelo aproveitamento da infraestrutura existente próxima ao Plano Piloto, no entanto, deveria seguir regras mais restritas para ocupações no alinhamento do eixo monumental, bem como ser voltado para Habitação de Interesse Social.

Quanto a pergunta: “Sobre os elementos arquitetônicos abaixo apresentados, opine sobre quais qualificam ou prejudicam a qualidade da paisagem no entorno do CUB: Ponte Juscelino Kubitschek e Torre de TV Digital”, noventa por cento dos entrevistados considera positiva a implantação da Ponte Juscelino Kubitschek e oitenta e cinco por cento dos entrevistados considera positiva a implantação da torre de TV digital na cumeeira da bacia hidrográfica, sendo considerados marcos arquitetônicos na paisagem do CUB que a qualificaram. Consideramos que quanto à torre de TV Digital, o ponto atualmente é subvalorizado, pois apesar de alterar a paisagem natural da cumeeira, é também um importante ponto de observação do CUB, que deveria ser mais bem explorado pelo GDF, com uma programação cultural ativa ao longo do ano.

Com relação ao tópico 4 do formulário, outras duas perguntas foram feitas, uma referente à implantação do Condomínio Paranoá Parque e outra referente à implantação da Etapa II do Setor Habitacional do Taquari. Estas duas questões serão abordadas no próximo subitem deste capítulo como parte dos estudos de caso propostos nesta tese.

COM RELAÇÃO AO VALOR SOCIOCULTURAL RESULTANTE DO ENCONTRO E DA INTEGRAÇÃO DE CULTURAS;

Podemos destacar os trabalhos do GT-Brasília e mais recentemente a tese elaborada por Daniela Pereira Barbosa (BARBOSA, 2021) que procuram ressaltar os valores

socioculturais resultantes da pré-ocupação do território (antes da implantação de Brasília), os valores resultantes da pós-ocupação e a busca da população pelo reconhecimento de espaços de memória e identidade.



Figura 85: Nessa imagem vê-se a Ponte Juscelino Kubitschek na paisagem do entorno do CUB. Fonte: Acervo pessoal da autora.



Figura 86: Nessa imagem vê-se a Torre de TV Digital localizada no cume da Bacia Hidrográfica do Paranoá. Fonte: Acervo pessoal da autora.

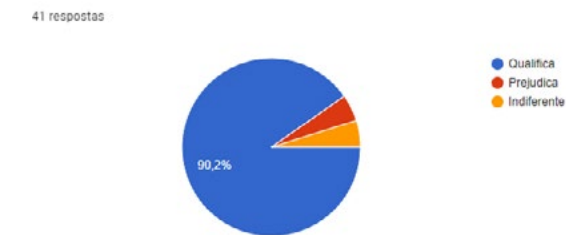


Figura 87: Gráfico 9. Gráfico com percentual das respostas referentes a Ponte Juscelino Kubitschek retirado do formulário desenvolvido para pesquisa de opinião. Fonte: Desenvolvido pela autora por meio da plataforma Googleforms.

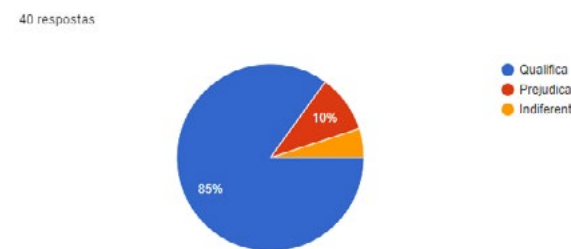


Figura 88: Gráfico 10. Gráfico com percentual das respostas referentes a Torre de TV Digital retirado do formulário desenvolvido para pesquisa de opinião. Fonte: Desenvolvido pela autora por meio da plataforma Googleforms.

O trabalho desenvolvido pelo GT-Brasília procurou valorizar as ocupações pré-existent, urbanas e rurais, no local onde foi implantada Brasília. Em sua maioria tratava-se de fazendas que posteriormente foram desapropriadas, e que em alguns casos conservaram suas características tradicionais, contrastando com a nova forma de ocupação do território: “Neste sentido, as antigas fazendas, lado a lado com os centros urbanos

antigos da região, têm ainda uma função didática particular, a de testemunhar a maneira vernácula de organização do espaço rural nesta região” (PERPÉTUO, 2016, p.129)

O GT-Brasília deu seguimento em sua pesquisa localizando antigas sedes de fazenda que conservasse à época seu aspecto original. Foram identificadas cerca de quarenta fazendas, contando com algumas bastantes descaracterizadas ou deterioradas. Entre as mais antigas há registro de uma próxima à Sobradinho datando de 1852:

São muito semelhantes os produtos arquitetônicos rurais e urbanos [...] são construções, na maioria dos casos, em adobe ou pau-a-pique com paredes espessas, telhados em telhas de barro com média de 25% de inclinação, estruturas em madeira, esquadrias também de madeira, características que se adaptam às condições oferecidas pela Região no que diz respeito ao clima, solos e matérias-primas facilmente encontráveis (PERPÉTUO et al, 2016, p.129).

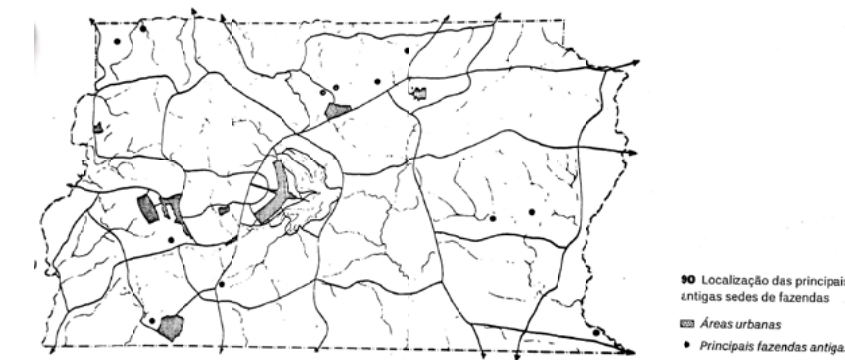


Figura 89: Mapa com a localização das antigas fazendas do território do Distrito Federal. Fonte: PERPÉTUO et al, 2016.

Dentre as fazendas antigas que caracterizavam a região antes da implantação de Brasília, existe uma que se encontra localizada no interior da área reconhecida como área de entorno do Conjunto Urbanístico de Brasília, a Fazenda Gama, que ainda guarda como remanescente uma antiga casa, conhecida atualmente como a Casa Velha da Fazenda Gama.

Nessa rota de valorização e identificação de atributos para o entorno de Brasília é possível identificar trabalhos recentes que exploraram alguns bens tombados localizados fora do CUB e que se encontram dentro da área de entorno definida pelo IPHAN, como a tese de Daniela Pereira Barbosa (BARBOSA, 2021). Barbosa analisa um conjunto de doze dossiês de tombamento referentes a construções localizadas fora do Plano Piloto, em Brasília. Como forma de atribuição de valor à região demarcada como área de entorno de proteção ao CUB, iremos destacar aqui, os bens tombados que se localizam dentro ou nas proximidades da bacia hidrográfica do Paranoá. Nesse sentido, busca-se com isso, pensar em uma rota de valorização cultural desses bens que se encontram situados para além do Plano do Piloto. A EPCT margeia metade desses bens, e com isso seria propício a implantação de um roteiro paisagístico de valorização dos mirantes naturais demonstrados nesta pesquisa, incluindo a indicação e visitação desses bens valorizados pela população local.



BEM	TOMBAMENTO	DATA	IMAGEM
Palácio do Catetinho	Federal	21/07/1959	
Casa Velha da Fazenda Gama	Distrital	21/03/2006	

Figura 90: Palácio do Catetinho. Fonte: Acervo pessoal da autora.

Figura 91: Casa Velha da Fazenda Gama. Fonte: Acervo pessoal da autora.



BEM	TOMBAMENTO	DATA	IMAGEM
Relógio da Praça Central de Taguatinga	Distrital	18/09/1989	
Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira (HJKO), atual Museu Vivo da Memória Candanga	Federal	11/2015	

Figura 92: Relógio de Taguatinga. Fonte: Acervo pessoal da autora.

Figura 93: Museu Vivo da Memória Candanga, antigo HJKO. Fonte: Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, 2023

Tabela 10: Bens Tombados isoladamente inseridos na Bacia Hidrográfica do Paranoá. Fonte: Eloaborado pela autora.




BEM	TOMBAMENTO	DATA	IMAGEM
Escola Industrial de Taguatinga	Distrital	30/05/2014	
Capela de São Geraldo	Distrital	29/10/1993	
Centro de Ensino Fundamental Metropolitana	Distrital	12/09/1995	

Figura 94: Escola Industrial de Taguatinga. Fonte: Acervo pessoal da autora.

Figura 95: Capela de São Geraldo no Paranoá. Fonte: Acervo pessoal da Autora.

Figura 96: Centro de Ensino Fundamental Metropolitana. Fonte: Acervo pessoal da autora.

A partir do trabalho de Daniela Barbosa é possível verificar como a população, em um dado momento da história da preservação no Distrito Federal, reivindicou os valores atribuídos a espaços de convívio e edificações que se configuram como marcos na paisagem, na memória e na identidade de tais comunidades. A partir deste tipo de reivindicação e valoração, da vontade e da vivência dos grupos inseridos nas diversas regiões administrativas outros valores e atributos podem surgir como feiras tradicionais, festas religiosas, blocos de carnaval, dentre outras manifestações culturais e marcos materiais.

Com base nos valores e atributos identificados, foi elaborado um mapa com a proposição de um percurso turístico cultural a ser explorado, tomando como base a EPCT, seus mirantes naturais e construídos e os bens tombados ao longo do perímetro dessa estrada. Ressalta-se que esse mapa poderá ser continuamente preenchido, sendo acrescentado, por outros atributos e valores que possam vir a ser reivindicados, ou diminuído, em função da mudança, no tempo, da reivindicação desses mesmos atributos e valores.

O tópico 5 do formulário aplicado tratava sobre os elementos culturais inseridos na paisagem envoltória do CUB. Com relação à pergunta: “Na sua opinião, a criação de percursos culturais para a visita dos bens culturais do DF, utilizando-se a EPCT (DF-001), como nos pontos destacados são importantes?” Cem por cento das respostas considerou importante a criação de percursos culturais como no mapa ilustrativo proposto, no entanto alguns comentários foram feitos quanto à implantação desse percurso.

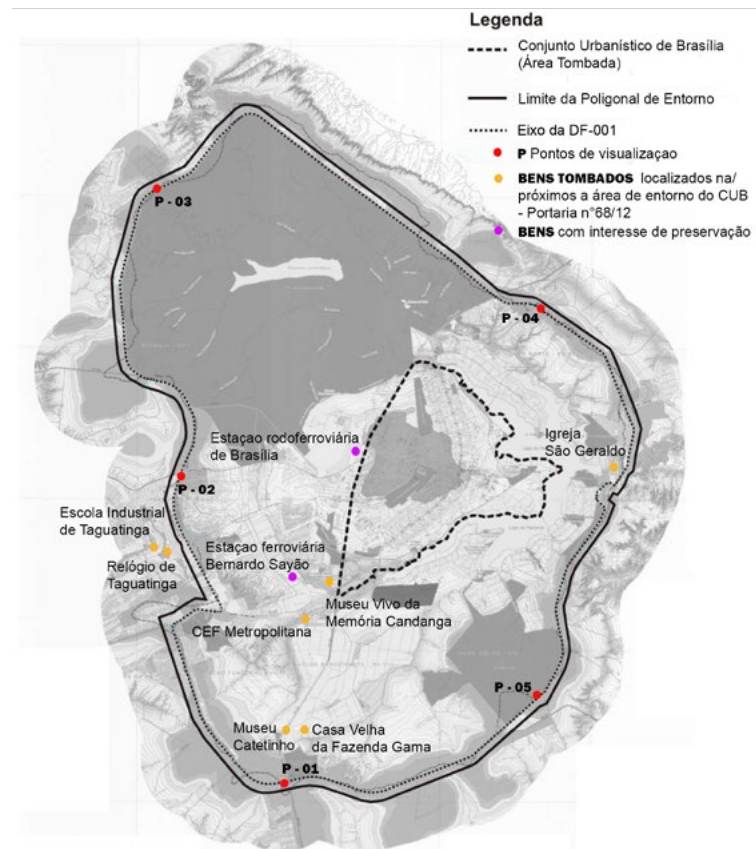


Figura 97: Mapa percurso turístico cultural na área de entorno do CUB. Fonte: Mapa de base anexo II Portaria IPHAN nº68/2012 com alterações da autora.

41 respostas

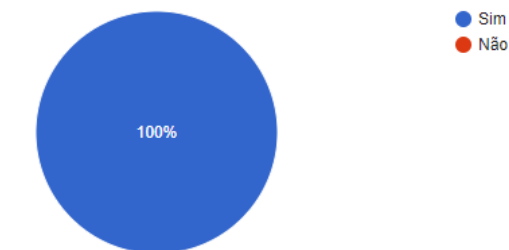


Figura 98: Gráfico 11. Gráfico com percentual das respostas retirado do formulário desenvolvido para pesquisa de opinião. Fonte: Desenvolvido pela autora por meio da plataforma Googleforms.

QUESTÃO: NA SUA OPINIÃO, A CRIAÇÃO DE PERCURSOS CULTURAIS PARA A VISITAÇÃO DOS BENS CULTURAIS DO DF, UTILIZANDO-SE A EPCT (DF-001), COMO NOS PONTOS DESTACADOS SÃO IMPORTANTES?

Os roteiros fechados por esses e outros pontos podem ser interessantes, mas me parece que o melhor seria dotar esses e outros pontos de infraestrutura para receber visitantes e moradores que poderiam organizar seus próprios roteiros de forma mais livre.

Excetuando o Catetinho seria necessária uma grande qualificação dos edifícios citados antes que fosse pensado em uma forma de utilização em um percurso cultural.

Muito importantes [os percursos] e ricos para a educação cultural da população.

A criação desses percursos culturais valorizaria ainda mais muitos desses edifícios que às vezes acabam sendo esquecidos. Seria interessante criar um circuito além de visitar a Brasília glamourosa de Niemeyer, também mostrasse os edifícios provisórios da capital como o Catetinho, Museu Vivo da Memória Candanga, etc....

Sim, os percursos têm importante função na educação patrimonial e, especialmente, na geração de renda para a preservação dos bens em questão.

Um percurso de visita que utilize a DF – 001 deve destacar também os mirantes naturais, valorizando as vistas panorâmicas para o CUB, onde houver. Faltou identificar o Museu Vivo da Memória Candanga, bem tombado situado no interior do entorno.

Sim. Os moradores do DF precisam conhecer a história local e ter incentivo para tal.

Sim. São memórias afetivas, culturais, sociais, ambientais, etc. de grande referência.

Sim, pois o patrimônio edificado no DF, além de não ser prioridade das políticas públicas, não é valorizado para usufruto da população, ainda mais de forma qualificada e integrada.

Sim. Acho sobretudo importante criar percursos culturais nas cidades satélites, cujos bens são pouco conhecidos por pessoas que vivem em outras localidades.

Certamente, assim como no caso dos mirantes, a valorização cultural reflete demanda de reconhecimento social e depende, certamente, de fomento público.

Tabela 11: Comentários quanto a questão 1 tópico 5. Fonte: Elaborado pela autora.

Com relação à questão: “Considerando a localidade (cite o nome) em que você reside, cite espaços (praças, ruas, parques), elementos naturais (rios, vegetação), eventos (blocos de carnaval, procissões religiosas, feiras, festas) que qualificam a paisagem da sua comunidade”, iremos listar as principais indicações que foram feitas em Regiões Administrativas fora do CUB.

QUESTÃO: CONSIDERANDO A LOCALIDADE (CITE O NOME) EM QUE VOCÊ RESIDE, CITE ESPAÇOS (PRAÇAS, RUAS, PARQUES), ELEMENTOS NATURAIS (RIOS, VEGETAÇÃO), EVENTOS (BLOCOS DE CARNAVAL, PROCISSÕES RELIGIOSAS, FEIRAS, FESTAS) QUE QUALIFICAM A PAISAGEM DA SUA COMUNIDADE

Park Way - Espaços que qualificam: várias APAS existentes.

Eventos: Feirinha da Quadra 14 aos fins de semana.

Locais: Casa dos Arcos do arquiteto Lelé; Country Club e Catetinho.

Águas Claras – É uma cidade jovem e boêmia, conhecida por seus diversos bares e restaurantes. Possui um grande parque ecológico e diversas praças que proporcionam maior qualidade de vida e convívio social.

Taguatinga Sul – Temos alguns espaços que qualificam a paisagem na minha opinião, como por exemplo, o Taguaparque, Praça do Relógio (que por mais que ela esteja sem cuidados, a praça ainda é um ponto de referência de Taguatinga). Temos algumas feirinhas na região e muitos outros espaços que por sua vez complementam ainda mais a paisagem na comunidade.

EIT; Mercado Sul; Bloco de Carnaval Mamãe Taguá.

Guará – Parque do Guará: Fechamento da via para pedestres; praças em todas as quadras; calçadas ao redor da via principal.

Jardim Botânico – Parque Bernardo Sayão; Lago Paranoá; feira da praça do tenista; Ponte JK; Parque do Jardim Botânico; APP nas margens do Rio São Bartolomeu; Hermida Dom Bosco e Barragem do Paranoá.

Paranoá – Barragem do Paranoá; Parque Vivencial, antiga Igreja de São Geraldo.

Lago Norte – O que qualifica a paisagem é a arborização abundante, a existência do Parque das Garças como Parque Ecológico e espaço de preservação, e a Orla do Lago, que precisa de um tratamento para poder ser percorrida a pé confortavelmente. A horizontalidade; áreas verdes livres e os pássaros.

Lago Sul – Nosso maior bem natural é o Lago Paranoá, em alguns locais assoreado e com sujeira levado por familiares no fim de semana; a Ponte JK que veio para melhorar o trânsito do final do Lago Sul, que já precisa de cuidados e manutenção.

Gama – Praça do cinema Itapuã e o Parque Urbano e Vivencial do Gama.

Tabela 12: Comentários quanto a questão 2 Tópico 5. Fonte: Elaborado pela autora.

Com relação à questão: “Considerando a localidade (cite o nome) em que você reside, cite espaços (edificações ou áreas degradadas), elementos (falta de infraestrutura), eventos (falta de oportunidade de empregos, violência) que prejudicam a paisagem da sua comunidade.”, iremos listar as principais indicações que foram feitas em Regiões Administrativas fora do CUB.

QUESTÃO: CONSIDERANDO A LOCALIDADE (CITE O NOME) EM QUE VOCÊ RESIDE, CITE ESPAÇOS (EDIFICAÇÕES OU ÁREAS DEGRADADAS), ELEMENTOS (FALTA DE INFRAESTRUTURA), EVENTOS (FALTA DE OPORTUNIDADE DE EMPREGOS, VIOLÊNCIA) QUE PREJUDICAM A PAISAGEM DA SUA COMUNIDADE.

Park Way – Desqualifica ou prejudica a paisagem o skyline de Águas Claras à distância, no horizonte, quando se está saindo da RA.

– A falta de comércio é um problema e o abandono do Catetinho.

Águas Claras – É uma cidade muito adensada, o que resulta em um trânsito sobrecarregado, tendo em vista que a maioria de seus moradores trabalha no Plano Piloto.

Taguatinga – Eu percebo que a violência e a quantidade de pessoas que moram na rua cresceram de modo significativo nos últimos anos. Vejo que temos algumas áreas degradadas que precisam de cuidados que faz com que a paisagem seja prejudicada.

Guará – Edifícios com mais de 6 andares, estacionamentos desordenados para usos comerciais.

Jardim Botânico – Falta de praças e de ciclovias.

– Placas de propagandas eletrônicos.

– Falta de espaços de convívio e lazer para a população, além de ser de difícil acesso por transporte público.

O bairro não tem muita variedade de usos e atividades, o que poderia favorecer uma maior dinâmica urbana e aumentar a oferta de empregos.

– Comércio local em frente à ESAF e comércio local estabelecido no Altiplano, em frente ao Condomínio Privê Morada Sul – Etapa C.

Paranoá – Antiga feira permanente degradada.

Lago Norte – O que prejudica a paisagem é o descaso com as áreas públicas na beira do lago. Falta de limpeza principalmente.

– O Lago Norte carece de complementação da urbanização de suas áreas públicas, com implantação de mobiliários urbanos e praças, rotas acessíveis, dentre outros; carece de transporte público com frequência e linhas que viabilizem sua utilização por maior parcela da população; a energia elétrica cai com frequência.

Taguatinga – Não funcionamento do Teatro da Praça do Relógio.

Gama – O setor industrial que se encontra com muitos lotes e edificações vazios, e o condomínio residencial Gamaggiore que possui a altura muito superior ao permitido no setor industrial, e, portanto, diverge completamente do entorno.

Tabela 13: Comentários quanto a questão 3 Tópico 5. Fonte: Elaborado pela autora

Este apanhado de contribuições coletadas a partir de consulta a população dá pistas para a criação de diretrizes de planejamento e preservação cultural de modo integrado. E partem da premissa já ressaltada na introdução deste capítulo da facilitação do diálogo intercultural, o que faz também com que a preservação cultural se aproxime das comunidades que estão inseridas no território preservado, como veremos nos estudos de caso a seguir.

3.2. ESTUDOS DE CASOS: PRESERVAÇÃO CULTURAL, DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL E A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA GESTÃO DO ENTORNO

O método dos estudos de caso é utilizado como estratégia de pesquisa em muitas disciplinas como na psicologia, sociologia, ciência e planejamento social, em diversas situações: “para contribuir com o conhecimento que temos dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais, políticos e de grupo, além de outros fenômenos relacionados” (YIN, 2005, p.20). O estudo de caso auxilia na necessidade de compreensão de fenômenos sociais complexos, permitindo investigações tais como ciclos de vida individuais, processos organizacionais e administrativos, mudanças ocorridas em regiões urbanas etc.

As questões de pesquisa normalmente definem os caminhos metodológicos que serão empregados. Questões do tipo “como” e “por que”, provavelmente levarão ao uso de estudos de casos, pesquisas históricas e/ou experimentos como estratégias de pesquisa escolhida, pois possuem um caráter explanatório, de acordo com Yin (2005):

Para resumir, a primeira e mais importante condição para diferenciar as várias estratégias de pesquisa é identificar o tipo de

questão de pesquisa que está sendo apresentada. Em geral, questões do tipo “o que” podem ser tanto exploratórias (em que se poderia utilizar qualquer uma das estratégias) ou sobre predominância de algum tipo de dado (em que se valorizaria levantamentos ou análises de registros em arquivos). É provável que questões “como” e “por que” estimulassem o uso de estudos de caso, experimentos ou pesquisas históricas (2005, p.26).

Em sua essência, o estudo de caso almeja esclarecer o motivo pelo qual certas decisões foram tomadas, o modo como foram implementadas e os resultados dessas decisões (SCHRAMM, 1971 apud YIN, 2005). Tais estudos investigam de maneira empírica um fenômeno contemporâneo, baseando-se em várias fontes de evidências “com dados precisando convergir em um formato de triângulo” (YIN, 2005, p.35). Entre as diversas fontes de evidências estão documentos, artefatos, entrevistas e observações.

Tendo como base nossa questão principal da tese: Como as novas abordagens trazidas pelas cartas patrimoniais sobre o conceito de entorno e pela UNESCO, abarcando o conceito de paisagem, podem auxiliar nas medidas de preservação e desenvolvimento urbano, trazendo abordagens úteis para aplicação nos entornos de bens tombados? Ou ainda tomando por alicerce outros questionamentos que também podem ser feitos: Como se delimitou a área de entorno do CUB? Como está sendo feito o processo de gestão da área de entorno? Como a ferramenta do HUL poderia auxiliar e ser implementada? Optou-se como estratégia para examinar estes acontecimentos contemporâneos o estudo de caso.

Yin pontua que uma preocupação muito comum em relação aos estudos de caso é que fornecem pouca base para fazer uma generalização científica. Porém, argumenta que o estudo de caso, tal qual um experimento científico, não representa uma

“amostragem”, é generalizável a proposições teóricas, e não a populações ou universos. Seu objetivo é “expandir e generalizar teorias (generalização analítica) não enumerar frequências (generalização estatística)” (2005, p.29). Para auxiliar na nossa análise teórica e complementar os dados obtidos nas análises já realizadas e pelos estudos de caso, utilizamos também as entrevistas, como vimos ao longo deste trabalho⁴⁶.

A partir das análises iniciadas no capítulo 3, dois estudos de caso foram selecionados: o caso do Paranoá Parque e o caso do Setor Habitacional do Taquari. Ambos se encontram na área “F” proposta para ocupação da “Asa Nova Norte”, no relatório “Brasília Revisitada” de Lucio Costa. Essa região foi prevista para atender a população de menor renda e a fixação da Vila Paranoá; além de núcleos de edifícios com no máximo 4 pavimentos (pilotis mais três); centros de bairros mais densamente ocupados, porém com gabaritos mais baixos, e parte da nova área seria destinada à lotes individuais, atendendo assim a três faixas de renda. É a região de maior interferência visual com o Conjunto Urbano de Brasília, situada no Setor de Entorno 5, definido pela Portaria nº68/2012, além de conformar o fundo que emoldura os visuais do CUB, nos auxiliando a tecer nossa narrativa sobre a construção da linha do horizonte. Além disso, os estudos selecionados trazem muitos elementos para discussão da preservação e desenvolvimento da paisagem urbana histórica de Brasília.

Para a aplicação da abordagem do HUL, uma metodologia participativa se faz necessária. Nesse sentido, para abordarmos os estudos de caso propostos exploraremos também as recentes Oficinas Participativas⁴⁷ promovidas pela Secretaria de

46. Outras fontes de evidências também foram utilizadas para triangulação dos dados, como análise de documentos e levantamentos fotográficos.

47. De acordo com o Estatuto da Cidade, Lei nº10.257, de 10 de julho de 2001, o Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana (Art.40), e de acordo com o Art.43 para que se garanta a gestão

Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEDUH, sobre a revisão do PDOT, ocorridas nos dias 03 e 14 de junho de 2023, a primeira referente à Região Administrativa do Paranoá e a segunda referente à Região Administrativa do Lago Norte. Nestas, a população residente e os técnicos da Secretaria se reuniram para discutir proposições para as Regiões Administrativas que devem ser contempladas no PDOT e nos dão indicativos sobre as contribuições advindas da comunidade residente a respeito de seus valores, necessidades e aspirações.

3.2.1 O CASO DO CONDOMÍNIO PARANOÁ PARQUE

O Condomínio Paranoá Parque está localizado nas colinas que conformam os limites leste da Sub Bacia do Paranoá e emolduram o Conjunto Urbano de Brasília. Situa-se, na Região Administrativa do Paranoá, regulamentada pelo Decreto nº11.921/89.

A ocupação nesta área teve início antes da inauguração de Brasília, com a chegada dos primeiros trabalhadores para a construção da Barragem do Paranoá, em janeiro de 1957, o que deu origem à Vila Paranoá no entorno da obra. Anteriormente havia na região pequenas ocupações de produtores agrícolas como o Curral Queimado, a Quebrada dos Néri, a Quebrada dos Guimarães, o Sobradinho dos Mellos, o Buriti Vermelho e o Jardim (CODEPLAN, 2020). A Vila chegou a abrigar cerca de 20.000 moradores, em 5.000 barracos, assentados abaixo da cota 1.100 metros. Posteriormente, essa população foi transferida para onde hoje encontra-se a RA do Paranoá, e no local do antigo assentamento encontra-se atualmente o Parque Ecológico Vivencial do Paranoá. O

democrática da cidade, deverão ser utilizados, entre outros debates, audiências e consultas públicas como garantia da participação popular.

único remanescente da antiga Vila, constitui-se na Capela de São Geraldo, como já falado anteriormente neste trabalho.

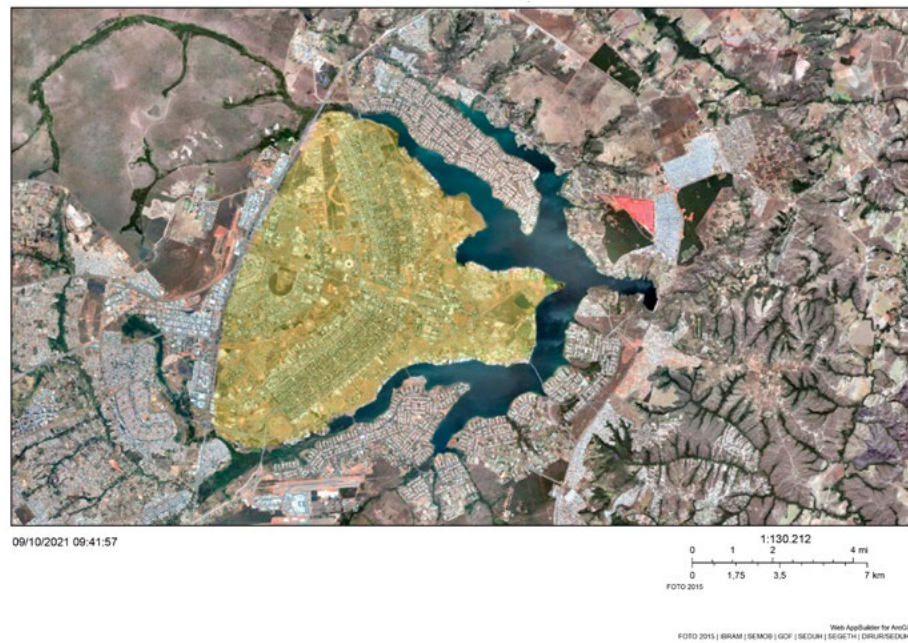


Figura 99: Localização. Em vermelho a localização do Condomínio Paranoá Parque, em amarelo a área tombada do CUB. Fonte: Geoportal DF com alterações da autora.

De acordo com o Memorial Descritivo do projeto MDE 047/12, o Condomínio Paranoá Parque foi proposto para atender a política habitacional do GDF, estruturada em torno da ocupação e adensamento dos assentamentos e ocupações urbanas existente:

A implantação do Paranoá Parque deve amenizar, também, as carências atuais com relação aos serviços públicos e comunitários, bem como promover o crescimento econômico na Região Administrativa do Paranoá. O empreendimento proposto visa, de forma mais específica, suprir o déficit demandado por famílias de baixa renda oriundas de ocupações irregulares bem como aquelas residentes na própria cidade na condição de “inquilinos de fundo de lote” (TERRACAP, 2012, p.43).

O Edital de Chamamento nº01/2012 para contratação de empresa para implantar o empreendimento, lançado pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CODHAB/DF, definiu a faixa de renda mensal de até R\$1.600,00, para as famílias que se cadastrarem no Programa Minha Casa Minha Vida. Destacamos aqui o grande potencial do projeto que previa habitações de interesse social em área nobre do entorno do Conjunto Urbanístico de Brasília. A entrevista ao engenheiro Danilo Aucélio da empresa Direcional Engenharia, responsável pela elaboração do projeto e execução da obra do empreendimento Paranoá Parque nos trouxe o seguinte relato:

[...] o programa é muito bacana porque é uma forma, no meu entendimento, de distribuição de renda, é muito bacana com moradia e distribuição de renda. [...] 2% do empreendimento todo vinha com um trabalho técnico social que a CODHAB tinha que desenvolver, ou seja, existia um trabalho técnico social junto com a comunidade que vinha morar, porque qual era a grande dificuldade que você tinha no Faixa 1? São pessoas que nunca tinham morado juntas, entendeu? Então, você precisa fazer um trabalho social muito grande. Eu falo até assim, por exemplo, na questão do lixo, na questão complicada de ser trabalhada junto com essas pessoas que nunca moraram em aglomerados etc. Então, você tinha 2% do recurso total só para fazer o trabalho

técnico social. Então, é bem pensado as execuções que ficava para a CODHAB e a própria Caixa que monitorava todos esses empreendimentos (AUCÉLIO, 2023, p.3).

A questão social trabalhada pela CODHAB previa a inserção da população carente ao convívio social em um condomínio com regras. No entanto, o trabalho realizado apenas com a população que ingressou no programa não foi o suficiente para o êxito da implantação do empreendimento como vemos a partir do relato do Engenheiro Aucélio:

Uma discussão que sempre teve, nesse caso, [O Paranoá Parque] foram aprovados como condomínios fechados, mas na época o Ministério das cidades não quis fechar, deixou aberto. Então, as quadras têm formatação para serem fechadas, mas foram abertas. Isso aí... Eu vou falar a minha opinião. Se você tiver a oportunidade de... A gente fez um Faixa 1 também, lá no Crixá, lá em São Sebastião, onde os condomínios são fechados, as quadras são fechadas, entendeu? Você tem mais de 350 unidades, você fecha bonitinho. Você já foi no Paranoá? Eu falo a questão, talvez pela questão social, de pertencimento. Quando você delimita, essa pessoa tem mais capacidade de saber o que é seu e cuidar. A diferença de empreendimento, que é hoje, dentro do [residencial] Crixá, que é fechado, e do Paranoá, que é aberto, tem uma diferença muito grande. Vale a pena você olhar. Tem empreendimento no Crixá há três anos entregue, que está como se fosse novo. Igualzinho. Você vai no Paranoá... No Paranoá, assim... Rapidinho deu uma... A própria paisagem urbana deu uma... Eu ficava com muita pena. [...] No Paranoá teve um projeto paisagístico, teve muita praça, teve muita parte de pista de skate, tinha muita quadra. Eu lembro que a gente nem estava entregando [ainda] nenhum primeiro condomínio. Eu passei um dia... O moleque estava quebrando tudo, quebrando as quadras, quebrando os brinquedos.

Antes de entregar essas coisas, eu falei... Poxa, é uma coisa que é complicada, quando você está entregando uma área nova, tudo arrumadinho. E antes da primeira entrega de unidade, essa área externa... [...].... Mas acho que isso é uma questão cultural problema que não é só lá né... O senso de pertencimento, enquanto a população não tiver esse sentimento, que é dele, a gente não vai conseguir cuidar (AUCÉLIO, 2023, p.3).

O relato nos traz um ponto de reflexão importante com relação ao Plano Piloto e sua área de entorno, ao passo que as superquadras funcionam e tem como seu atributo a fluidez dos espaços públicos, a partir da liberação dos pilotis como área pública e não cercada, a cidade passa a ter outro significado, ela perpassa a moradia, e alcança o interior das unidades de habitação. No entanto, a falta de cercamento optado para a implantação do Condomínio Paranoá Parque trouxe a sensação de vulnerabilidade à violência da região, quando comparado ao outro condomínio que atende a mesma faixa de renda, porém cercado. As questões sociais aqui falam mais alto, como é possível constatar no trecho da entrevista realizada com morador do Condomínio Paranoá Parque, Bruno Moreira:

Mariana Priester: E além da falta de transporte público e de escola pública, o que mais você sente que tem uma piora na qualidade de vida para quem mora no condomínio?

Bruno Moreira: Olha, eu acho que uma questão principalmente relacionada à segurança, devido a ser um condomínio aberto e ficar essa transição [SIC] livre, isso influenciou diretamente na segurança do condomínio. Eu acho que, assim, uma das principais coisas que ocorre é isso. Tanto que tem alguns condomínios aqui mais abaixo que já estão fazendo cercamento, né? E aí você tem

uma segurança particular, tem uma melhora na segurança do condomínio, né?

Mariana Priester: Você preferia que fosse um condomínio fechado?

Bruno Moreira: Preferia.

Mariana Priester: Onde você trabalha? Porque você falou que passa o dia fora...

Bruno Moreira: Eu atendo meus alunos ou clientes na Bodytech do Iguatemi, Lago Norte, Noroeste e Asa Norte. Então, o meu público é aqui todo do Lago Norte, Asa Norte e Noroeste.

Mariana Priester: E você acha, assim, por que funciona, por exemplo, na Asa Norte, as quadras abertas? Por que não funcionaria um condomínio aberto?

Bruno Moreira: Eu acho em função também se tratar do Plano Piloto, ter um policiamento mais presente e também eu acho que a questão sociocultural das pessoas também. É. Eu acredito que seja isso (MOREIRA, 2023, p.4).

Questões que não encontram soluções simples, porém que poderiam ser atenuadas a partir da educação patrimonial e ambiental nas escolas. Por que o Plano Piloto funciona com suas superquadras abertas para a cidade e é valorizado ao ponto de ser considerado patrimônio mundial? Como repetir esses padrões de ocupação, não no estilo modernista da arquitetura, mas na qualificação dos espaços públicos, em regiões com diferentes faixas sociais? Essas questões e tantas outras devem fazer parte das políticas de inserção social e educação patrimonial na região do entorno do CUB.

Com relação a localização do empreendimento, este está situado na APA do Lago Paranoá, adjacente à APA do São Bartolomeu, especificamente na Zona de Ocupação Especial do Paranoá – ZOEP (área destinada à expansão do Paranoá e cidade do

Paranoá) e é delimitado pela Estrada Parque Tamanduá – EPTM/DF – 15 ao norte, pela linha de transmissão de alta tensão a oeste, e pela cidade do Paranoá a leste. A área faz parte ainda, da Área de Proteção Ambiental – APA do Planalto Central⁴⁸, estando inserida no plano de manejo da APA na Zona de Uso Sustentável (áreas de matrizes de ocupação do solo com predominância de produção rural, mas que contém importância especial para a conservação dos solos e da água).

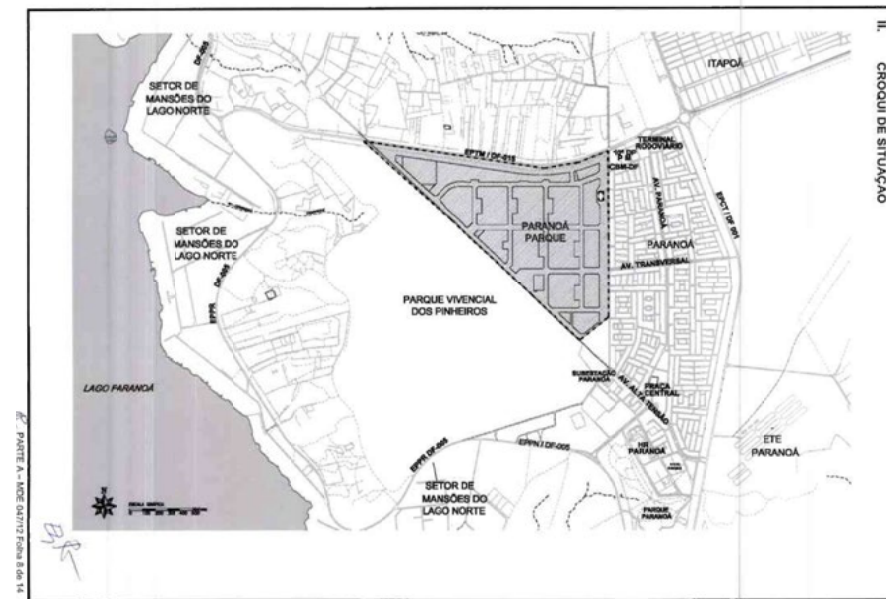


Figura 100: Croqui de situação empreendimento Paranoá Parque. Fonte: MDE N°047/12.

48. Unidade de Conservação Federal, administrada e supervisionada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio.

Na área em questão havia um plantio homogêneo de *Pinus elliottii* (pinheiro), plantado em 1972 pela Proflora – Florestamento e Reflorestamento, para suprir a demanda de madeira durante o processo de desenvolvimento da capital. Com a falência da Companhia, em 1989, a área permaneceu sem exploração, com o nome de Parque Vivencial dos Pinheiros.

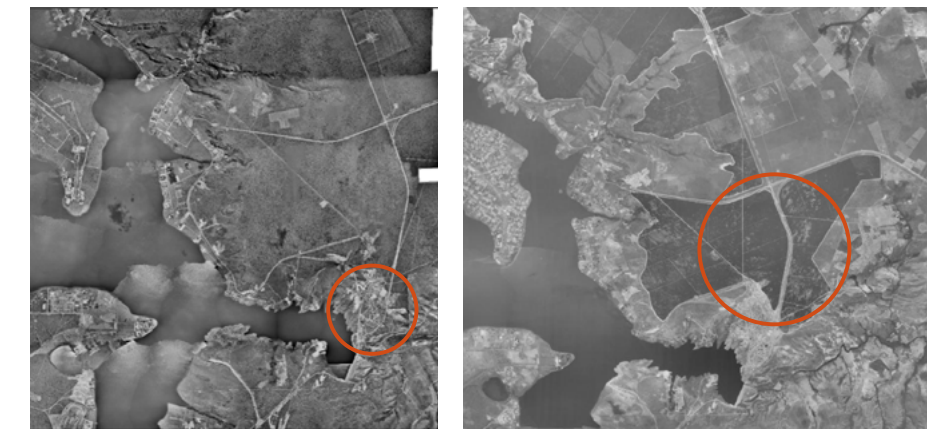


Figura 101: Evolução urbana do Paranoá. Na primeira imagem temos a área em 1975 como canieiro de plantio de pinheiros da Proflora, circulado em vermelho temos a localização da antiga Vila Paranoá. Na segunda imagem, já em 1986, vemos a delimitação do novo assentamento que viria a ser a Cidade do Paranoá, ou a Região Administrativa do Paranoá. Fonte: Geoportal.

Em matéria do Metrôpoles de 11/08/2019, foi noticiado o incômodo da população do Paranoá Parque com a fuligem proveniente de incêndios nos 273 hectares de pinheiros que cercam o empreendimento. Além da questão dos incêndios nos pinheirais,

os campos que deveriam ser manejados seguiram abandonados. A matéria ressalta que a espécie configura grave ameaça ao ecossistema da região: “Mais do que seu alto teor de inflamabilidade, a falta de controle no crescimento da espécie tem preocupado ambientalistas do DF” (FUZEIRA, 2019):

É uma espécie capaz de dispersar a semente pelo ar em distâncias que chegam a 60 km. Nos locais onde se instauram, os pinus não deixam vida crescer ao redor. Formam-se florestas vazias, pois não são oferecidas aos animais condições necessárias para manter a fauna ativa. Os pinheiros não são comestíveis nem oferecem proteína aos bichos (FUZEIRA, 2019).



Figura 102: Evolução urbana do Paranoá. Na terceira imagem, em 1991, vemos a Cidade do Paranoá já em sua nova localização. E na última imagem, em 2019, vemos o Paranoá Parque já implantado, e a crescente retirada dos Pinheiros. Fonte: Geoportal.

A partir das imagens retiradas do Geoportal foi possível verificar que a área dos pinheiros vem diminuindo atualmente, no entanto, não foi possível saber o que será feito na região. Destacamos que o ideal seria o replantio da mata nativa do cerrado como forma de proteção dos solos da região para o abastecimento hídrico dos aquíferos e das nascentes, bem como da manutenção da moldura de vegetação que compõe a paisagem urbana de Brasília.

Com relação a aprovação do empreendimento, em um primeiro momento, questões arqueológicas foram estudadas pelo IPHAN quando da análise e aprovação do projeto para a implantação do Condomínio. Pela legislação distrital, ao mesmo tempo que o terreno está inserido em áreas de proteção com indicação de cuidados ao uso do solo e dos recursos hídricos, também era considerado área de expansão do Paranoá, o que permitiu que ali fosse implantado o Condomínio com 6.240 unidades de habitação, divididas em blocos de 04 pavimentos, atingindo uma altura de 11,60m, além das torres de caixa d'água que atingem uma altura de 15m. Em 2019, o condomínio já contava com uma população de 25 mil habitantes:

Essa parcela construída do Paranoá Parque, apesar de ter sido analisada e aprovada pelo Iphan em 2012, mostrou-se excessivamente presente na paisagem do CUB, interferindo inclusive na linha de cumeeada [...] e, assim, prejudicando a “visibilidade do horizonte a partir da área tombada” e o “espírito, concepção e ambiência do Plano Piloto, projetado por Lucio Costa, conforme disposto no documento “Brasília Revisitada” (GOMES, 2021, p.9).

O assunto voltou a ser debatido em 2021, a partir de um novo pedido de parcelamento de área reservada como “Área de Parcelamento Futuro” (APF) (de acordo com o PDOT), referente ao Paranoá Parque. Neste momento, já estava vigente o Zoneamento

Ecológico Econômico – do DF (ZEE)⁴⁹, o qual indica que a área está inserida na Subzona de Dinamização Produtiva com Equidade (SZDPE 5).



Figura 103: Foto tirada desde a SQN 404. Local em que é possível visualizar a implantação do Paranoá Parque de frente, inserido na linha do horizonte visível a partir de dentro do CUB. Fonte: Acervo pessoal da autora.

49. Lei nº6.269, de 29 de janeiro de 2019, que tem como objetivo geral, a promoção da sustentabilidade nas dimensões social, econômica, ambiental e político-institucional, por meio da compatibilização do desenvolvimento socioeconômico, inclusive com os riscos ecológicos e os serviços ecossistêmicos, em favor das gerações presentes e futuras (CODEPLAN, 2020, pg.61).



Figura 104: Condomínio Paranoá Parque. Blocos de quatro pavimentos que alcançam uma altura de 11,60m e suas caixas d'água com 15 m de altura. Fonte: Acervo pessoal da autora.

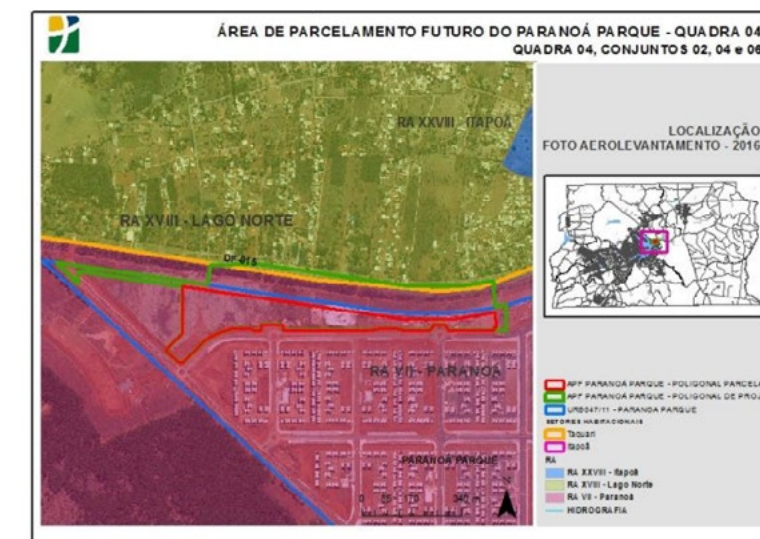


Figura 105: Área de Parcelamento futuro. Poligonal parcelada em Vermelho. A APF está inserida na Área de Proteção Ambiental (APA) do Planalto Central, que é uma Unidade de Conservação Federal, no entanto, a poligonal parcelada está localizada em área onde já não existe mais cerrado nativo, considerada uma área antropizada, sofrendo mais os efeitos causados pela ocupação urbana e rural. Fonte: TERRACAP. Memorial Descritivo MDE-15/19. In Processo SEI Iphan: 01551.000012/2021-01, documento 2512957, 2021.



Figura 106: Mapa de usos conforme a Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS). Fonte: TERRACAP. Memorial Descritivo MDE-047/12. Fonte: TERRACAP. Memorial Descritivo MDE-15/19. In Processo SEI IPHAN: 01551.000012/2021-01.

Este novo parcelamento proposto pela Companhia Imobiliária de Brasília, a TERRACAP, visa atender “a atividades mais incômodas, como indústrias, estocagem, além de prestação de serviços à rodovia” (TERRACAP,2021, p.2). Ademais prevê uma faixa de lotes comerciais frente a esta área, de modo a amortecer eventuais incômodos para as áreas residenciais, oferecer espaços geradores de emprego e renda para a população local, e ainda, três lotes destinados ao uso Institucional, para fins religiosos, buscando atender a demandas dos moradores por esse uso.

O IPHAN emitiu parecer⁵⁰ contrário à implantação do novo parcelamento, pois do ponto de vista da preservação da ambiência e da visibilidade do Conjunto Urbanístico de Brasília, segundo o parecer emitido pelo órgão: “importa perceber a presença contínua da “Linha do horizonte” na face leste do sítio em que se implantou o Plano Piloto” (GOMES, 2021, p.08), o que já se encontra prejudicado pela implantação do Condomínio.

50. Parecer Técnico N.º24/2021/COTEC IPHAN-DF/IPHAN-DF. In: Processo SEI Iphan nº01551.000012/2021- 01.



Figura 107: Paisagem urbana. O condomínio de fato alterou a paisagem que se configura na linha do horizonte avistada desde o conjunto moderno, sendo nítida a massa edificada na cumeeira da Bacia Hidrográfica. A seta na imagem indica a localização do condomínio. Fonte: Acervo pessoal da autora.

O parecer solicitou que fosse revisto na proposta o gabarito das novas edificações, passando de 15,5m para 12m de altura máxima, e que fosse feita uma proposta paisagística para o novo parcelamento, bem como solicitou que fossem implantadas as diretrizes paisagísticas previstas no projeto aprovado para o Condomínio. A questão da implantação do paisagismo foi muito ressaltada na entrevista com o Eng. Aucélio: “[...] o paisagismo foi uma coisa, assim, muito tratada [...] foi mapeado planta por planta, foi muito, assim, trabalhada essa parte da arborização” (AUCÉLIO, 2023). De acordo com o relato da arquiteta Ana Carolina Favilla, que participou da elaboração dos projetos, apesar de o paisagismo ter sido implantado a sua permanência encontrou dificuldades:

O projeto de paisagismo, vou te contar uma curiosidade...Ele é muito legal, detalhado, e ele chegou a ser implantado, você acredita? Ele foi implantado porque a empresa não conseguia né, terminar a obra se ela não entregasse o paisagismo pronto, era uma das condições da Caixa Econômica. Eu lembro de uma das reuniões que o pedreiro começou a reclamar que eles plantavam as mudas num dia, e você acredita que o pessoal tirava as mudas no outro dia? Então, assim, claro que **o impacto na paisagem seria completamente diferente se hoje com dez anos de empreendimento as árvores estivessem já crescidas**

e consolidadas [...], mas eu lembro dessa reunião em que estava todo mundo muito chateado. A população não tinha recebido aquilo ali como dela, não tinha incorporado, e nem tinha essa visão de que isso seria uma melhoria na qualidade de vida (FAVILA, 2023, p.1) grifo nosso.

Sobre a questão do paisagismo destacamos mais um trecho da entrevista realizada com o morador Bruno Moreira:

Bruno Moreira: Aqui a gente, no nosso conjunto, a gente tem algumas árvores que os moradores próprios tomam conta, né? E elas estão bem no estágio mais elevado, né? Então, se você já consegue ter uma sombra, você já vê que no final do dia as crianças estão brincando embaixo da árvore. Então, você vê que ela traz essa comodidade, né? E eu acredito que se tivesse mais árvores, até a questão de temperatura ambiente, essa questão diminuiria também. Microclima, né?

Mariana Priester: Nas reuniões de condomínio esse tipo de questão [paisagismo] não é levantada?

Bruno Moreira: Não. Geralmente, as reuniões são mais para tratar da parte interna do condomínio, mais relacionado a obras, demandas internas [...], mas com relação à parte de paisagismo, nada definido ainda. Tanto que cada bloco aqui tem um jardim diferente, porque não foi tratado de uma forma conjunta.

Mariana Priester: Mas você acha que se fosse feito um trabalho de plantio de árvores de grande porte...porque eu soube que algumas mudas foram roubadas assim que foram plantadas.

Bruno Moreira: Então, eu acredito que sim. A gente tem uma avenida principal aqui onde eles fizeram um replantio. Eu acredito que tem uns dois anos, dois a três anos. E essas ficaram. E elas já

estão no estágio bem avançado já. Se fizessem um novo replantio aí, eu acredito que ficaria bastante árvores e não aconteceria o que foi feito no início (MOREIRA, 2023, p.5).

Retomando o parecer do IPHAN, este se respalda no Decreto-Lei nº25/1937 e em uma série de Portarias⁵¹ federais do próprio IPHAN para legislar sobre a área, que dizem respeito aos procedimentos a serem realizados em intervenções em bens tombados e em suas respectivas áreas de entorno.

O diálogo entre as instituições, tampouco foi amigável e em pedido de recurso protocolado pela TERRACAP, a empresa acusou o IPHAN de ampliar “desproporcionalmente os limites estabelecidos no Decreto-Lei 25/1957” (FILHO, 2021, p.01) e de “impedir a urbanização regular da cidade, conduzindo ao risco do parcelamento irregular, como já evidenciado na história da cidade” (FILHO, 2021, p.01):

Ademais, em que pese a preservação do patrimônio ser algo nobre e desejável, a falta de parcimônia em sua aplicação pode levar a graves problemas urbanísticos e sociais. Com efeito, relembre-se que alguns problemas enfrentados hoje no Distrito Federal (assentamento informal, pressão no sistema de transporte, entre outros) tiveram sua gênese na implantação das Cidades Satélites (condenadas por Le Corbusier, aliás) fora dessa zona chamada “bordas do conjunto tombado”, ou seja, fora da

51. Portaria IPHAN nº 68, de 15 de fevereiro de 2012:Dispõe sobre a delimitação e diretrizes para a área de entorno do Conjunto Urbanístico de Brasília, sede da capital da República Federativa do Brasil, situado no Distrito Federal, bem como objeto de tombamento federal pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN; Portaria IPHAN nº 420, de 22 de dezembro de 2010:Dispõe sobre os procedimentos a serem observados para a concessão de autorização para realização de intervenções em bens edificados tombados e nas respectivas áreas de entorno e a Portaria nº 375, de 17 de agosto de 2018:que institui a Política de Patrimônio Cultural Material do IPHAN e dá outras providências.

Bacia do Paranoá, que coincide com a DF-001, como, por exemplo, Gama, Taguatinga e Sobradinho.

Assim, o empurramento [SIC] da população pobre que afluiu à Brasília para fora da vista da “cidade” permitiu a criação de enormes interstícios urbanos, que foram paulatinamente ocupados irregularmente, o que, aliado à crise econômica no reinício da democratização e a falência do BNH, geraram a situação irreversível de hoje (FILHO, 2021, p.9).

A TERRACAP solicitou anulação do parecer do IPHAN, além disso na instrução do processo de recurso a empresa elaborou um relatório com fotos de diversos pontos de visadas a partir do Conjunto moderno, em que não é possível a visualização do condomínio, por fim, a empresa tentou responsabilizar o órgão de preservação federal pela expansão desordenada que ocorreu em Brasília. Contudo, a proposta foi reenviada com as alterações solicitadas pelo IPHAN atendidas: a altura das edificações foi alterada para o gabarito de 12m e consta no projeto previsão de elaboração de paisagismo para o local. Com isto, novo parecer técnico foi emitido pelo IPHAN aprovando a proposta:

A execução correta das duas alterações citadas soluciona os problemas identificados no parecer anterior que levaram à desaprovação da proposta. Ressalta-se que as modificações ora analisadas são capazes de respeitar a portaria nº 68/2012 e o Decreto Lei nº 25/1937 e, simultaneamente, permitir a implementação de um novo parcelamento na área de entorno do CUB, **confirmando que as políticas de preservação do patrimônio e as políticas de habitação de interesse social não são mutuamente excludentes**, como se pode interpretar dos argumentos apresentados no documento “Recurso - TERRACAP/PRESI/DITEC/ADTEC” (GOMES, 2021, p.5).

Percebemos que o órgão de preservação federal, defende em seu parecer que as políticas de preservação e de habitação de interesse social não são excludentes, tentando estabelecer uma relação de aproximação entre a preservação e o planejamento urbano. No entanto, avaliando a conduta do Instituto, este ainda teria que procurar se aproximar mais das discussões vigentes acerca de leis elaboradas pelo GDF, para que de fato essa aproximação aconteça. No ano de 2022 ocorreu a Câmara Temática⁵² do Conjunto Urbanístico de Brasília, para tratar da revisão do Projeto de Lei Complementar - PL do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília - PPCUB, durante os meses de março a setembro. Ao longo dos meses de discussão as reuniões contaram com a participação da sociedade civil organizada e instituições. Notamos que não houve a participação da Universidade de Brasília, instituição que poderia contribuir muito ao debate e tampouco do órgão de preservação federal, que tem sua conduta pautada na execução de Portarias realizadas internamente – sem a participação popular - e que muitas vezes não dialogam com a legislação vigente ou são mais restritivas.

Em uma abordagem voltada para paisagem, todas as camadas que a compõem devem ser consideradas. A Constituição Federal de 1988 ampliou em seus artigos 215 e 216, a noção de Patrimônio Cultural reconhecendo a existência de bens Materiais e Imateriais. O IPHAN para atender tal regulamentação criou instrumentos adequados ao reconhecimento e a preservação dos bens imateriais⁵³. No entanto, na prática institucional estas duas políticas continuam a ser tratadas separadamente, não havendo margem para avaliação de aspectos imateriais em análises que tratam de bens materiais, como bens tombados isoladamente ou conjuntos urbanos, como é o caso de Brasília.

52. Instituída pela Resolução Administrativa nº02/2022.

53. Decreto nº 3551, de 4 de agosto de 2000, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, que consolidou o Inventário Nacional de Referências Culturais (INCR).

A adoção de novos parâmetros de análise para a conformação da paisagem do entorno do CUB, pode trazer força argumentativa para a defesa de espaços qualificados em áreas sensíveis tanto para a preservação cultural quanto a ambiental. Além disso, é possível aproveitar a implantação de empreendimentos como o Paranoá Parque, para que as instituições se organizem e façam trabalhos técnicos sociais em conjunto, como o realizado pela CODHAB, agregando a educação patrimonial e ambiental nesses programas.

Quando questionado sobre o sentimento de pertencimento com relação à Brasília, Bruno Moreira, morador do Paranoá Parque, fez o seguinte relato:

Olha, eu tenho a visão do pertencimento. Tanto que quando me perguntam, você mora onde? Eu falo assim, eu moro entre o Lago Sul e o Lago Norte. Seria o Lago Centro. Mas é porque também eu sou filho de pioneiros de Brasília. Meus avós vieram na construção da barragem do Paranoá. Então, assim, eu tenho sempre essa questão de pô, a gente está aqui porque a gente pertence a esse local. Tanto que o Paranoá, quando era lá as margens do Lago Paranoá, foi removido na década de 90 para onde é o Paranoá hoje. Por mais uma questão também, digamos ambiental, que ficava ali basicamente próximo ao lago, tirou da beira do lago, trouxe para onde é hoje. Mas hoje tem um monte de condomínio onde era o Paranoá, e o Paranoá não pôde ficar lá. Entendeu? Então tem essa questão, tipo, vamos empurrar um pouquinho mais para cima, tirar dessa área nobre aqui, que aqui hoje é onde tem bastante condomínio. Então eu vejo sim, eu vejo com essa questão do pertencimento. Mas a população que veio de fora mais recente, eles não têm essa visão. Acho que é totalmente diferente. Aqui é cidade satélite, não pertence ao plano piloto. Entendeu? (MOREIRA, 2023, p.6).

O fato de ter uma ligação com a história da fundação de Brasília e os primeiros moradores pioneiros, acarreta um sentimento de identidade e pertencimento forte no

morador, de acordo com seu relato. E o resgate dessa memória aparece de acordo com a história que Bruno nos conta, de ter passado sua infância na antiga Vila Paranoá, ter frequentado creches lá, de ter sido batizado na capela de São Geraldo:

Mariana Priester: E você ainda frequenta?

Bruno Moreira: Frequento. Todo domingo, final da tarde, eu levo meu filho pra bater uma bolinha lá.

Mariana Priester: Como foi para os seus pais, seus avós, essa mudança do local?

Bruno Moreira: A princípio eles não gostaram, né? Porque o Paranoá, Paranoá Velho, todo mundo se conhecia, né? Era muito pequeno. E aí quando teve essa política habitacional, tirar, remover o Paranoá de lá e trazer pra onde ele é hoje, veio mais gente de fora. Então, a cidade no início ali ficou aquele tumulto, né? Porque todo mundo se conhecia do Paranoá antigo, Paranoá Velho, e aí vinham os novos moradores. E aí ficou aquela bagunça no início de adaptação. Todo mundo já estava instalado lá há muito tempo, entendeu? Então, foi esses transtornos da mudança e de como foi entregue também o Paranoá, né? Só derrubaram os pinheiros, cortaram as ruas e foram loteando, entregando os lotes. Então, tinha lote com o resto de madeira queimada, pinheiro derrubado dentro dos lotes, então assim... Foi um transtorno no início porque além de construir a casa, tinha que fazer a limpeza do lote, todo esse trabalho, né? (MOREIRA, 2023, p.8).

Bruno relata suas memórias ao contar que cada árvore plantada no Parque Vivencial se referia à uma casa de um antigo morador, e que para os moradores novos é apenas um parque, sem memórias afetivas: “Eu vou lá no Paranoá Velho e sempre mostro pro meu filho: “Ó, aqui ficava o balanço do papai, aqui era a árvore aqui, ó, até a marcazinha

aqui, o papai que fez, papai subia muito nessa árvore aqui”” (MOREIRA, 2023). Quando questionado sobre se sentia falta de um lugar de cultura que pudesse trazer essa memória, dos antigos moradores pioneiros do Paranoá Velho, Bruno faz o seguinte relato:

Antigamente [...] tinha um evento na administração do Paranoá. Sempre na época do aniversário do Paranoá. E eles traziam todos os pioneiros, entregavam uma medalha ali em memória, né? Retravam um pouco a história de como foi fundada a cidade. Toda essa questão cultural mesmo, né? De como hoje se tornou o que é o Paranoá. Eu tenho visto que isso acabou, né? Não tem mais. Eu não vejo mais falar dessa retratação com as pessoas que participaram ali do início da cidade, né?

[...] Faz [falta o resgate da memória]. Faz, principalmente quando, assim pega pra trazer uma população nova que não conhece a história. Digamos, no Parque Vivencial, não tem um ambiente que conte a história daquele parque. Como se tornou um parque? O são aquelas árvores? O que representam aquelas árvores, né? Então, eu acho que falta sim, bastante. Tem ainda lá a Capela de São Geraldo, lá em pé, mas você não vê, contando a história da Capela, como é que eram feitas as missas e tal. Então, assim, eu sinto falta, sim. (MOREIRA, 2023, p.8).

A partir dos relatos do morador, Bruno Moreira, é possível resgatar memórias coletivas e sentimentos ligados à identidade e ao pertencimento ao local em que hoje se situa o Parque Vivencial do Paranoá, e a necessidade do resgate e valorização dessa memória para os moradores da região.

Ainda com relação à participação popular e ampliando um pouco mais o debate, em recente oficina participativa ocorrida em 03/06/2022, no âmbito da revisão do PDOT, as seguintes contribuições foram trazidas pela comunidade residente:

PARTICIPAÇÃO SOCIAL	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	MEIO AMBIENTE	REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	MOBILIDADE	RURAL X URBANO	PRESERVAÇÃO CULTURAL
Creches (tanto na área urbana quanto na área rural) Escolas	Fomento, incentivo, verbas públicas e treinamento para pequenos produtores rurais	Tratamento de esgoto	Direito à moradia	Duplicação da DF 001	Definir o que é rural e o que é urbano	Criação de uma aldeia multiétnica no Paranoá Sul para as comunidades indígenas que venham à Brasília para manifestações
Postos de saúde, principalmente na área rural Construir mais hospitais	Setor de Indústrias em frente a DF-001 para que haja desenvolvimento	Implantação de parques e áreas de lazer	Regularização fundiária no Paranoá e seus subnúcleos	Quarta ponte na barragem	Áreas rurais continuem a ser rurais para que a água possa infiltrar no solo e reabastecer as nascentes. Se lotear tudo se perde a capacidade de recarga hídrica na região.	Criação de uma universidade no Paranoá
Infraestrutura de quadras esportivas no Paranoá Parque	Turismo rural sustentável aproveitando a vista que se tem para o Lago a partir do Paranoá.	Preservação das nascentes	Regularização fundiária com a participação popular	Melhoria do transporte público	Córrego do Tamanduá tem que voltar a ser área rural. É considerada área urbana desde 2012.	Espaços culturais (batalha de RAP)
Segurança (nas áreas urbanas e rurais)	Área urbana, fomentar a ocupação dos quiosques Criar às margens da DF-001 um corredor de comércio	Cinturão verde em torno do Paranoá Muito lixo/entulho, tanto na área urbana, quanto nas margens das rodovias. Descarte inadequado Plantar mais árvores	Regularização do comércio	Retomar os bolsões de ônibus para que não parem na pista, atrapalhando o trânsito Construção de calçadas, rampas, acessibilidade às pessoas com deficiência Revitalização da Av. Paranoá acabou com os estacionamentos públicos, recuo das paradas de ônibus.	Existem áreas que querem se manter rurais	Preservar as reservas indígenas

Tabela 14: Quadro resumo dos principais tópicos levantados na Oficina Participativa do PDOT. Fonte: Elaborado pela autora.

A população ao expor suas intenções para com os espaços que ocupam podem fortalecer a preservação cultural, como na criação de um cinturão verde em torno do Paranoá. Esse é um exemplo claro da influência positiva do Conjunto preservado nas áreas adjacentes. A população se ressentiu da falta de tratamento paisagístico destinado aos seus espaços públicos como o que estão acostumados a ver no Plano Piloto. Assim como o relato de Bruno Moreira, ao demonstrar ressentimento pelo fato de no Paranoá não haver um local de memória da história da antiga Vila do Paranoá, valorizando a cultura local. Essa população está acostumada a vivenciar a exaltação da implantação de Brasília e do Plano Piloto, como, senão a única, pelo menos, a mais importante região a ser valorizada.

A questão levantada sobre o turismo rural sustentável também ressalta essa interação pouco explorada entre o Conjunto e seu entorno. A reivindicação de manutenção das áreas rurais vem se configurando como uma questão de grande importância no contexto do desenvolvimento do DF, como observamos com mais clareza no próximo caso abordado do Setor Habitacional do Taquari.

3.2.2 O CASO DO SETOR HABITACIONAL DO TAQUARI

A região em que se localiza o Setor Habitacional do Taquari e a Serrinha do Paranoá caracteriza-se por ser uma área historicamente de caráter rural, atualmente ainda consta a existência de 7 Núcleos Rurais: Núcleo Rural Córrego do Jerivá, Núcleo Rural Córrego Urubu, Núcleo Rural Olhos D'Água, Núcleo Rural Vale do Palha, Núcleo Rural Torto, Núcleo Rural Capoeira do Bálsamo e Núcleo Rural Bananal. Na década de 1980 a área foi planejada por Lucio Costa, em seu relatório “Brasília Revisitada” (1987), para ser a área F: Asa Nova Norte, prevendo Quadras Econômicas, como as

demonstradas anteriormente neste estudo. O relatório é discutido aqui como um documento histórico que faz parte das proposições realizadas por Lucio Costa para Brasília, e não como um postulado que deva ser seguido à risca.

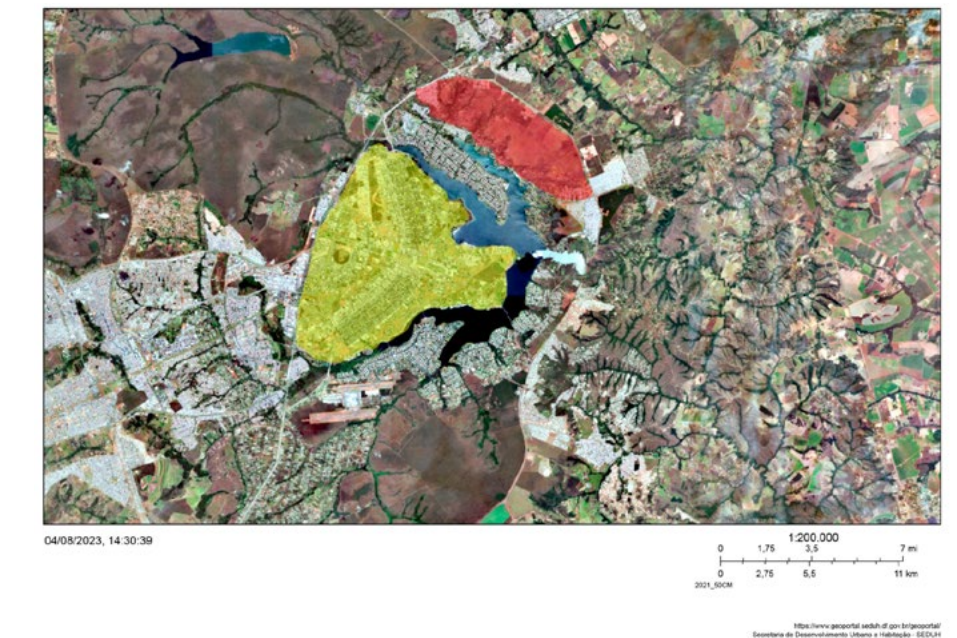


Figura 108: Localização. Em vermelho a localização do Setor Habitacional do Taquari, em amarelo a área tombada do CUB. Fonte: Geoportal DF com alterações da autora.

Havia nas proposições de Lucio Costa a preocupação que o urbanista mantinha em preservar a “serenidade da linha do horizonte”, já que estabelecia prédios de no

máximo 4 pavimentos e gabaritos uniformes. Costa ressalta a necessidade de os conjuntos serem emoldurados por arborização e os centros de bairro, mais densamente ocupados, deveriam manter gabaritos mais baixos, para que se conservasse a conotação de cidade parque, com predomínio do verde. Costa ressaltou também a vinculação da área ao núcleo original (Plano Piloto) por meio da presença do Lago, e considerava conveniente destinar uma parte da Asa Nova Norte para parcelamentos individuais “aproveitando os caprichos da topografia – respeitada a proteção arborizada dos córregos e nascentes” (COSTA, 1987, p.30).

Atualmente, a área pertence a Região Administrativa do Lago Norte e, de acordo com o PDOT, mantém a característica de adensamento urbano de baixa densidade.

Na década de 1990, nos platôs situados acima da região conhecida como Serrinha do Paranoá foram propostas duas etapas de urbanização: a Etapa I e a Etapa II. O projeto do Setor Habitacional Taquari (Etapa I), foi desenvolvido em três trechos, definidos como trechos 1, 2 e 3, e mantém um caráter de ocupação urbana tradicional.

De acordo com os memoriais descritivos, MDE 110/99 e MDE 111/99, referentes ao Trecho 1 e ao Trecho 2, respectivamente, tinha por objetivo, no caso do Trecho 1, regularizar ocupações já existentes que aconteciam como condomínios e chácaras que não se constituíam em área de produção agrícola; no caso do Trecho 2, o objetivo seria consolidar a implantação de uma área com grande potencial de parcelamento e em ambos os casos, visava atender um déficit habitacional “causado pela falta de uma política concreta do Governo que solucionasse o problema de moradia” (PARISI, 1999, p.3). A proposta de parcelamento tinha como referência, entre outras questões, a poligonal das áreas rurais remanescentes que definia áreas não passíveis de parcelamento urbano.

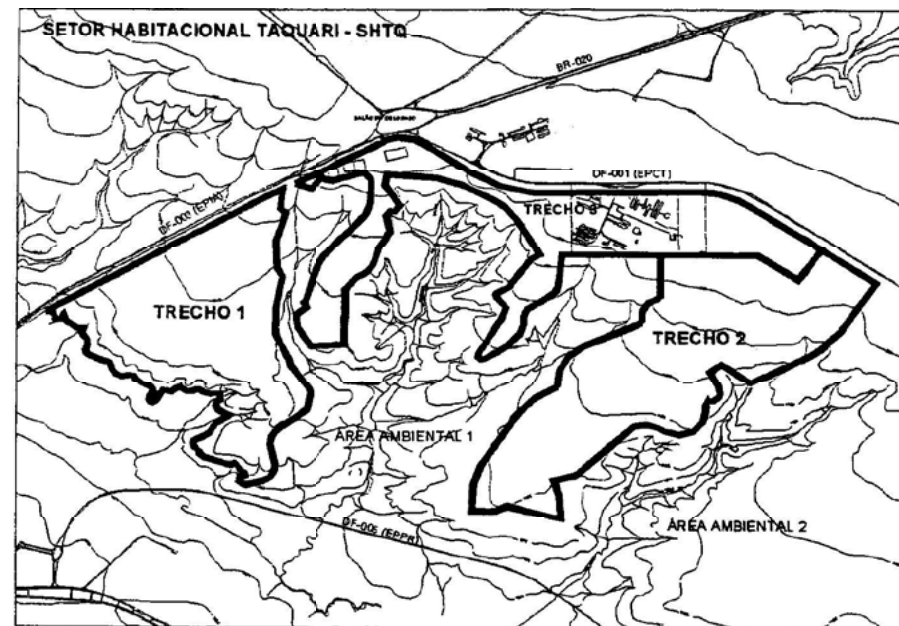


Figura 109: Projeto do Setor Habitacional Taquari. Fonte: MDE 110/99, FL.3/10.

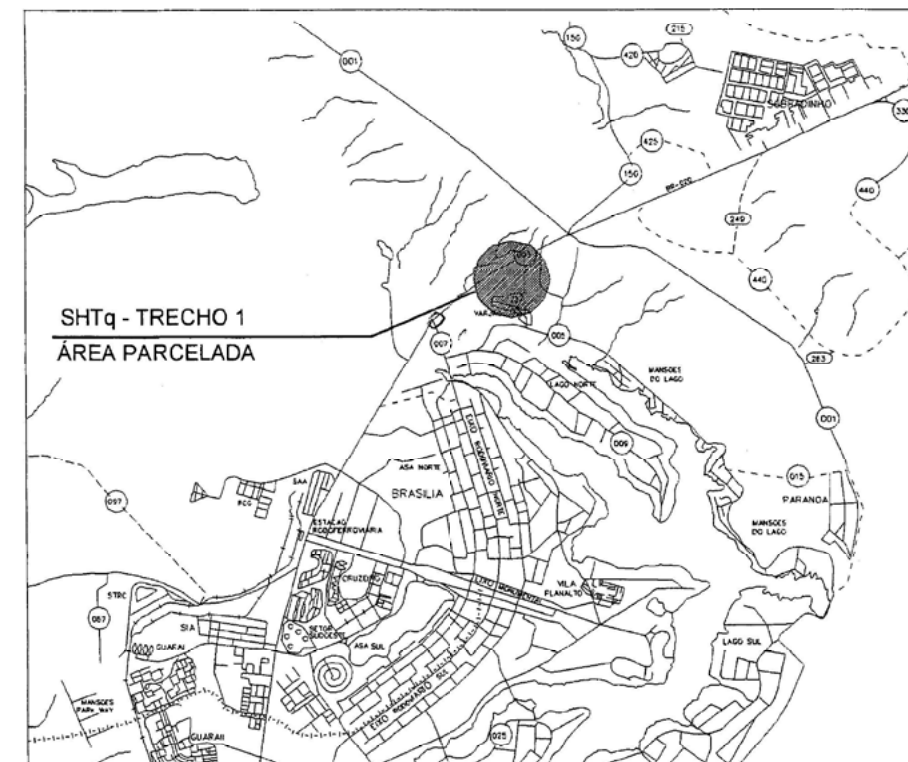


Figura 110: Trecho 01. Fonte: MDE 110/99 - FL6/10.



Figura 111: Trecho 02. Fonte: MDE 111/99 - FL07/12.

Atualmente no SHTQ Trecho 1 Etapa I, têm-se um núcleo urbano com parcelamento tradicional, com quadras residenciais unifamiliares, nos quais as edificações possuem altura máxima de 9,5m, com os seguintes usos estabelecidos:

CATEGORIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO (UOS)*	Nº DE LOTES (UN)	PERCENTUAL (%)	ALTURA MÁXIMA (M)
RE 1 - SHTq Tr 1	1164	94,48%	9,5
CSIIR 1 - SHTq Tr 1	32	2,59%	8,5
CSIIR 1 NO	07	0,56%	8,5
CSII 1	01	0,08%	8,5
CSII 3	23	1,86%	8,5
Inst - SHTq Tr 1	02	0,12%	8,5
Inst EP	02	0,12%	22,5
PAC 2	01	0,08%	8,5

Tabela 15: Lotes SHTQ Trecho 01. Fonte: Elaborado pela autora.

*54 A depender da localização do lote, de sua área e outros fatores que possam afetar a implantação, os parâmetros podem variar lote por lote.

54. I - UOS RE - Residencial Exclusivo, onde é permitido o uso exclusivamente residencial, subcategoria RE 1 - onde é permitido exclusivamente o uso residencial, na categoria habitação unifamiliar;

O SHTQ Trecho 2 foi pensado como uma continuidade do Trecho 1, mantendo a característica predominantemente unifamiliar. Os lotes encontram-se registrados, porém o projeto ainda não foi implantado. Os usos e as alturas máximas estabelecidos atualmente são:

III - UOS CSIIR - Comercial, Prestação de Serviços, Institucional, Industrial e Residencial, onde são obrigatórios os usos comercial, prestação de serviços, institucional e industrial, simultaneamente ou não, e admitido o uso residencial desde que este não ocorra voltado para o logradouro público no nível de circulação de pedestres, subcategoria: CSIIR 1 - localiza-se nas áreas internas dos núcleos urbanos, próxima a áreas habitacionais, e possui abrangência local;

IV - UOS CSIIR NO - Comercial, Prestação de Serviços, Institucional, Industrial e Residencial Não Obrigatório, onde são permitidos, simultaneamente ou não, os usos comercial, prestação de serviços, institucional, industrial e residencial, nas categorias habitação unifamiliar ou habitação multifamiliar em tipologia de casas ou habitação multifamiliar em tipologia de apartamentos, não havendo obrigatoriedade para qualquer um dos usos, subcategoria: a) CSIIR 1 NO - localiza-se nas áreas internas dos núcleos urbanos, próxima a áreas habitacionais, e possui abrangência local;

V - UOS CSII - Comercial, Prestação de Serviços, Institucional e Industrial, onde são permitidos, simultaneamente ou não, os usos comercial, prestação de serviços, institucional e industrial, sendo proibido o uso residencial, subcategorias: a) CSII 1 - localiza-se em áreas V - UOS CSII - Comercial, Prestação de Serviços, Institucional e Industrial, onde são permitidos, simultaneamente ou não, os usos comercial, prestação de serviços, institucional e industrial, sendo proibido o uso residencial, subcategorias: a) CSII 1 - localiza-se em áreas internas aos núcleos urbanos, próxima a áreas habitacionais, com características de abrangência local; e c) CSII 3 - localiza-se, principalmente, nas bordas dos núcleos urbanos ou próxima a áreas industriais, situada em articulação com rodovias que definem a malha rodoviária do Distrito Federal, sendo de abrangência regional;

VIII - UOS Inst - Institucional, onde é permitido exclusivamente o uso institucional público ou privado;

IX - UOS Inst EP - Institucional Equipamento Público, onde são desenvolvidas atividades inerentes às políticas públicas setoriais, constituindo lote de propriedade do poder público que abrigue, de forma simultânea ou não, equipamentos urbanos ou comunitários;

X - UOS PAC - Posto de Abastecimento de Combustíveis, onde são obrigatórias as atividades de comércio varejista de combustíveis e lubrificantes e são permitidas outras atividades comerciais e de prestação de serviços, subcategoria: b) PAC 2 - onde são obrigatórias atividades de comércio varejista de combustíveis e lubrificantes, facultada a atividade de comércio varejista de mercadorias em loja de conveniências e de prestação de serviço de restaurantes e lanchonetes;

CATEGORIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO (UOS) *	Nº DE LOTES (UN)	PERCENTUAL (%)	ALTURA MÁXIMA (M)
RE 1 - SHTq Tr 2	1337	95,97%	9,5
CSII 2 - SHTq Tr 2	09	0,64%	8,5
CSII 3 - SHTq Tr 2 Q 200 Cj 2	08	0,57%	5,0
CSII 3 - SHTq Tr 2 Q 202 Cj 1 e 2	16	1,14%	8,5
Inst - SHTq Tr 2	18	1,29%	8,5
Inst EP	03	0,21%	22,5

* A depender da localização do lote, de sua área e outros fatores que possam afetar a implantação, os parâmetros podem variar lote por lote.

Tabela 16: Lotes SHTQ Trecho 02. Fonte: Elaborado pela autora.

O início do parcelamento do Setor na década de 1990, se deu de forma a propiciar uma ocupação em sua maioria de classes médias e altas na região, sem a preocupação com o déficit habitacional de interesse social nas proximidades do plano como previa Costa com suas Quadras Econômicas.

Para a abordagem do HUL as discussões participativas são o ponto de partida para a compreensão dos valores culturais de determinada região e a partir de tais discussões, abrem-se os caminhos para a integração entre o desenvolvimento urbano e a preservação cultural. De acordo com os temas levantados na Oficina Participativa ocorrida no dia 14/06/2023 com a equipe técnica da SEDUH e a comunidade da Região

Administrativa do Lago Norte, iremos tecer nossas considerações sobre o estudo de caso do Setor Habitacional do Taquari, mapeando as questões levantadas pela população e os valores e vulnerabilidades encontrados na região analisada.

EXPANSÃO DO SHTQ	PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	RURAL X URBANO	REGULARIZAÇÃO	MOBILIDADE	PARQUES	PRESERVAÇÃO CULTURAL
Não a expansão do Taquari tanto da Etapa I, trecho 2, quanto a Etapa II;	Água como patrimônio da humanidade	Valorização dos núcleos rurais pré-existentes;	Regularização das áreas rurais como Capoeira do Bálamo, Torto e Boa Esperança;	Não ao Projeto Nova Saida Norte;	Implantação dos parques que ainda não tiveram suas poligonais definidas, Parque do Varjão, Parque do Taquari e Parque do Lago Norte;	Retomar a vocação de Brasília como patrimônio cultural com verde;
Contra a urbanização para classes altas;	Preservação da Serrinha do Paranoá como região produtora de água	Revisão do zoneamento do PDOT para estipular exatamente o que é área rural e urbana;	Regularização dos lotes da SEAGRI;	Mobilidade sustentável, em contraponto à novas pontes e sim transporte coletivo sustentável (metrô, VLT, BRT, ciclovias);	Ampliação do Parque das Garças;	Centro Cultural Indígena;
Projetos para o SHTQ foram pensados na década de 1990, quando não se sabia da existência da quantidade de nascentes que se sabem existir hoje;	Áreas não ocupadas devem ser preservadas como área de proteção	Manter a característica rural na região	Regularização dos condomínios existentes;		Preservação da orla do Lago Norte;	Centro Cultural com dados e informações sobre a história do Lago Norte;
Combate à grilagem;	Preservação das nascentes, águas, córregos; Serrinha do Paranoá considerado como um cinturão verde que minimiza a seca;		Regularização fundiária urbana e rural,		Manutenção do Art.68 e 69 do PDOT;	Tombamento da Serrinha do Paranoá
O Taquari não vai resolver o problema de moradia, há muitos apartamentos vazios no Plano Piloto que podem ser adensados;	Desenvolvimento socioeconômico sustentável.		Coibir ocupações irregulares;			Gestão colegiada com participação da comunidade.
			Regularização das áreas já ocupadas.			

Tabela 17: Quadro resumo dos principais tópicos levantados na Oficina Participativa do PDOT. Fonte: Elaborado pela autora.

Analisando os tópicos propostos sobre expansão urbana, rural x urbano e regularização fundiária, tratados na Oficina Participativa, podemos aqui problematizar o modelo de ocupação proposto pelo GDF para o Setor, que transforma áreas rurais em urbanas sobre regiões de relevante sensibilidade ambiental como é o da Serrinha do Paranoá. Existem outros aspectos que dizem respeito ao caráter e a vocação do lugar que precisam ser observados. Andrade ressalta que a área rural da região da Serrinha do Paranoá tem sido alvo de transformações para área urbana. Andrade chama atenção para a ausência de distinção entre campo e agricultura o que “acaba por justificar a expansão urbana sobre regiões rurais, sendo essa uma característica permanente no planejamento do território” (ANDRADE et al, 2021, p. 131). De fato, há uma real necessidade de um maior detalhamento e estudo quanto às zonas rurais adjacentes ao CUB. Um exemplo disso é a grande variedade de zonas urbanas identificadas no PDOT (Zona Urbana Consolidada, Zona Urbana de Uso Controlado I, Zona Urbana de Uso Controlado II, Zona Urbana de Expansão e Qualificação) e apenas uma Zona Rural de Uso Controlado. Dessa forma a urbanização impõe padrões de uso do solo que não levam em conta a paisagem e todas as suas camadas:

A Serrinha do Paranoá, no Distrito Federal, exemplifica tal situação: sua área rural é alvo da transformação para área urbana, resultado da expansão urbana sobre região de relevante sensibilidade ambiental hídrica e socioecológica. A região possui grande quantidade de nascentes e vegetação preservada em terreno com trechos em declividade acentuada, caracterizando uma região de alto valor imobiliário e paisagístico no contexto da cidade de Brasília (DF). (ANDRADE et al, 2021, p.132).

Com relação à preservação ambiental, alguns estudos já vêm abordando a questão da sensibilidade ambiental da Serrinha do Paranoá. Otto Toledo Ribas realizou o estudo “Critérios e diretrizes de planejamento e desenho urbano para Asa Nova Norte (F), do

plano urbanístico “Brasília Revisitada” (1988), no qual avaliava a dinâmica dos recursos hídricos para a área F, proposta no relatório “Brasília Revisitada” e por meio do método de análise de risco ecológico, foi constatado grau 4 de sensibilidade na Área (RIBAS apud OLIVEIRA, 2020). Esse estudo foi de fato comprovado por meio do levantamento realizado no âmbito do Zoneamento Ecológico-Econômico do DF (ZEE-DF) (OLIVEIRA, 2020). O Mapa 1 do ZEE demonstra que a região de expansão possui elevado potencial para recarga de aquífero. Há também outros fatores de vulnerabilidade ambiental apontados pelo ZEE, como por Risco Ecológico de Perda de Áreas Remanescentes de Cerrado Nativo, Risco Ecológico de Perda de Área de Recarga de Aquífero, Risco Ecológico de Perda de Solo por Erosão e Risco Ecológico de Contaminação do Subsolo.

ZONEAMENTO - PDOT 1997

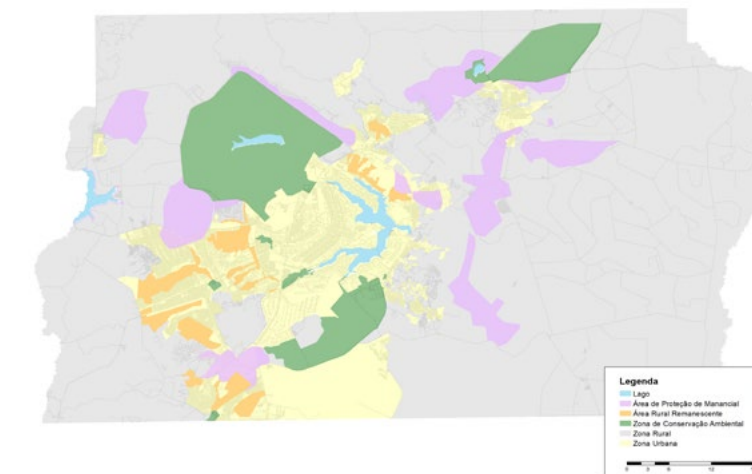


Figura 112: Zoneamento PDOT 1997. Mapa com as áreas de Proteção de Manancial, Área Rural Remanescente, Zona de Conservação Ambiental, Zona Rural e Zona Urbana prevista no PDOT de 1997. Fonte: Mapa elaborado pela Arq. Renata Marchini Loureiro a pedido da autora.

ZONEAMENTO - PDOT 2012

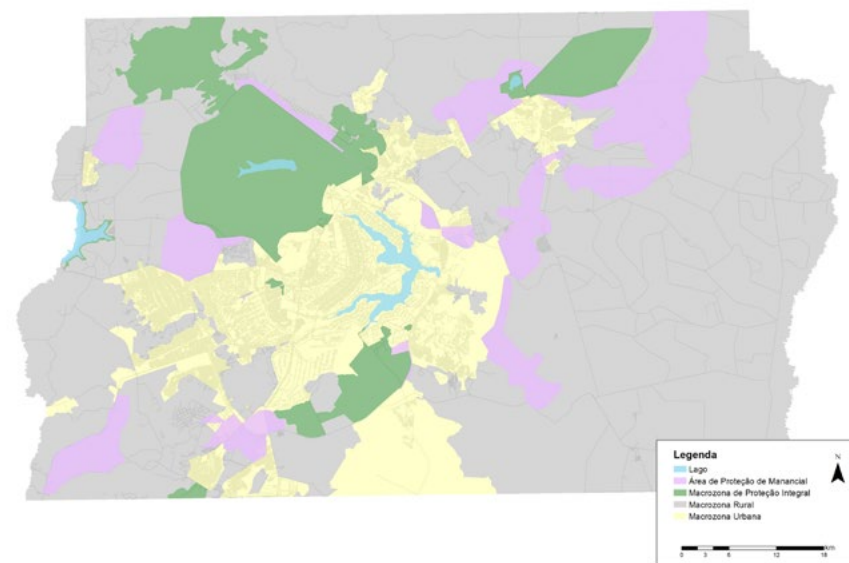


Figura 113: Zoneamento PDOT 2012. Mapa com as áreas de Proteção Manancial, Macrozona de Proteção Integral, Macrozona Rural e Macrozona Urbana. Fonte: Mapa elaborado pela Arq. Renata Marchini Loureiro a pedido da autora.

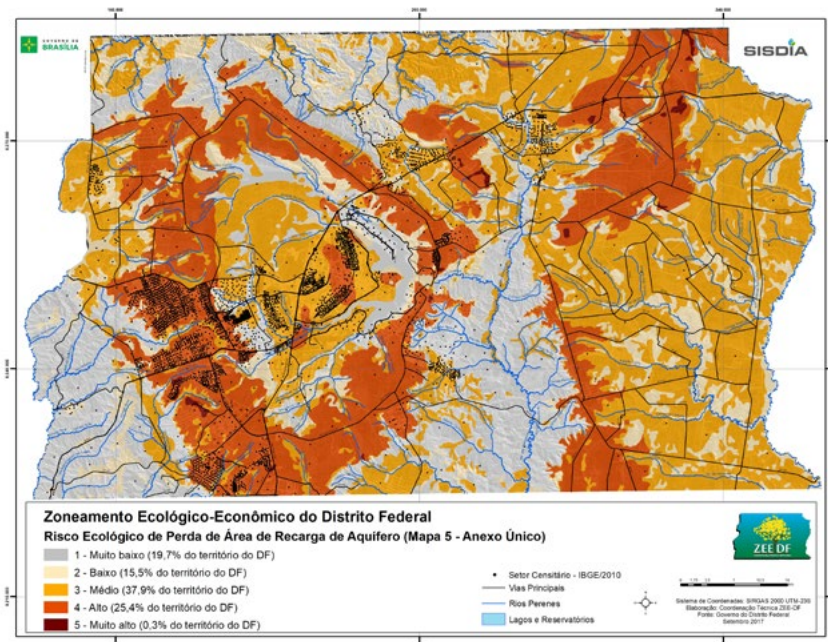


Figura 114: Risco Ecológico de Perda de Área de Recarga de Aquífero – ZEE/DF. Fonte: ZEE-DF

O enfoque ambiental nas discussões sobre a ocupação da área de expansão em Brasília vem há muito sendo levantado, como no estudo já citado de Otto Toledo Ribas. Atualmente a questão vem sendo tratada no âmbito da Universidade de Brasília – UnB, pelo Grupo de Pesquisa “Água e Ambiente Construído” sobre a Serrinha do Paranoá, Setor Habitacional do Taquari, inserido no Projeto de Pesquisa “Brasília Sensível à Água”, coordenado pela Profa. Dra. Liza Maria Souza de Andrade. Outros estudos também tratam do mesmo assunto, como o desenvolvido pela Companhia

de Planejamento do Distrito Federal – CODEPLAN, “Cidade e Natureza: Urbanização em áreas de recargas de aquíferos” (2020), de Aline da Nóbrega Oliveira.

Andrade *et al* (2022) trabalham o conceito de “território sensível à água”, que teria como base:

[...] a luta pela regularização fundiária, o direito e a apropriação do território em função das necessidades humanas, da capacidade ecossistêmica de suporte e do equilíbrio dinâmico dos processos naturais (ANDRADE *et al*, 2022, p.25)

Andrade ressalta que na abordagem do território sensível à água, este é compreendido como uma categoria de análise para diversas variáveis da realidade e considera a dinâmica da territorialidade com suas “múltiplas escalas, sistemas, dimensões de lugar, resistências e identidades” (ANDRADE *et al*, 2022, p.25). Portanto, o território sensível à água, é um território em que:

Se identifica as ações e os elementos ambientais agregados à fluidez das relações complexas que revelam a estrutura global da sociedade pelas porções territoriais constituídas de lugares em rede e de lugares contíguos, bem como das possibilidades intercambiais e solidárias (ANDRADE *et al*, 2022, p.25).

O espaço é, então, produzido por meio de uma expansão urbana planejada, enquanto territórios sensíveis à água e não guiadas pela especulação imobiliária que:

Coincidem com a ascensão das ideias habitacionais de inspiração neoliberal. A hegemonia do capital financeiro potencializa a ausência da questão urbana na realidade do país, e as cidades

agregam perdas de usufruto do cotidiano, da moradia, dos serviços e equipamentos, da infraestrutura, da qualidade ambiental, da saúde (ANDRADE, 2021, p.132).

Os territórios sensíveis à água pressupõem as seguintes atribuições: 1) dos direitos fundamentais de sustentação da vida (habitação, água, saneamento e alimentação); 2) visão do urbano pelo desenho urbano sensível à água; 3) do *continuum rural-urbano* pelo urbanismo agrário (transecto rural-urbano); e 4) na visão do rural pelo desenho rural sensível à água (ANDRADE *et al*, 2022, p.26). O conceito é aplicado pela necessidade ética da vida com as futuras gerações e para redução de impactos socioambientais em regiões com áreas de recarga hídrica como a Serrinha do Paranoá: “em razão de projetos inadequados desenvolvidos pela TERRACAP para a expansão urbana” (2022, p.26). Entendemos que nessas “múltiplas escalas, sistemas, dimensões de lugar, resistências e identidades” de que fala a autora, a dimensão da preservação cultural também está inserida. Ainda mais, tratando-se de uma região de forte interação com o Conjunto Urbanístico de Brasília e com o Lago Paranoá que compõem a Paisagem Urbana Histórica, portanto, a sensibilização também às questões afetas à preservação é necessária.

O Grupo de Pesquisa Água e Ambiente Construído da Universidade de Brasília, realizou um estudo sobre o Trecho 2 Etapa I do Setor Habitacional do Taquari, fundamentado na eficiência hídrica, adequando a proposta desenvolvida pela TERRACAP. No estudo, a compreensão da ocupação ecologicamente sustentável abrange o contexto socioeconômico do planejamento, incluindo a **cultura local das comunidades**. Foge, portanto, do discurso de preservação ambiental por parte do governo que utiliza esse mote como justificativa para remoção de populações de baixa renda em áreas de sensibilidade ambiental, o que não ocorre com relação aos empreendimentos urbanos de alta renda (ANDRADE *et al*, 2022).

De acordo com Andrade existe um consenso entre as lideranças comunitárias locais e rurais sobre a ocupação ecologicamente sustentável da região, também apoiada pela Administração do Lago Norte e a Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (SEAGRI). Os projetos apresentados para o Trecho 2 pela TERRACAP, exemplificam o modo tradicional de propor a drenagem urbana “sob favorecimento do capital investido” (2021, p.142):

Segundo as ponderações do Ministério Público do Distrito Federal (MPDFT) (ANDRADE et al., 2018), embora o parcelamento do Trecho 2 conste em registro em cartório, ainda é possível atualizar os estudos ambientais prévios e licenças (ambiental e urbanística) para construção, e o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) traz alerta sobre a situação do Lago Paranoá. Os apontamentos expõem sobre as grandes variações de declividade no relevo, tanto que salienta a Lei nº 6.766/1979 sobre a não permissividade de parcelamentos em declividades igual ou superior a 30%, como também a Lei nº 12.651/2012 (Código Florestal), que afirma Área de Preservação Permanente (APP) sobre encostas de declividade superior a 45º e altitude superior a 1.800m, impedindo o parcelamento (ANDRADE et al, 2021, p.142).

A proposta de parcelamento da TERRACAP para o Trecho 2 da Etapa I altera a circulação de água nos processos de infiltração, escoamento, precipitação e recarga. A nova proposta elaborada pelo Grupo de pesquisa do projeto “Brasília Sensível à água” sugere que é possível um desenho urbano sensível às questões hídricas da região, com inclusão social de forma diversificada:

A redução de vazão máxima é de 97% comparada à proposta da TERRACAP, portanto, um cenário muito aproximado sem

ocupação, ou seja, a ocupação com projeto de drenagem por biovaletas gera alterações mínimas nas parcelas do ciclo hidrológico (ANDRADE et al, 2021, p. 146)

Aline da Nóbrega Oliveira também propõe em seu estudo “Cidade e Natureza: Urbanização em áreas de recarga de aquíferos” (2020), nova proposta de ocupação e de drenagem sustentável para o Trecho 2, Etapa I, em comparação ao projeto proposto pela TERRACAP.

Andrade conclui que é necessária e urgente a gestão compartilhada da água e a luta pelo direito ao território⁵⁵, bem como Oliveira constata que há possibilidade no diálogo entre a cidade e a natureza a partir da utilização de padrões de ocupação urbana mais resilientes. Além disso, Andrade apresenta um caminho possível por meio do design rural unido ao urbanismo agrário e ao conceito de território sensível à água para ocupação da Serrinha do Paranoá:

A comunidade é ativa em um engajamento para o desenvolvimento sustentável e ecológico da região e da vocação do lugar, tanto que existem diversas iniciativas e propostas para a Serrinha do Paranoá, como o Projeto Guardiões das Nascentes, da ONG Oca do Sol, que mapeou mais de 120 nascentes. É uma comunidade local no que se refere ao espaço vivido (modo de vida cotidiana, corporeidade das ações humanas), concebido (técnico e representação abstrata) e

55. Também são referências nesse sentido os trabalhos de conclusão de curso de Arquitetura e Urbanismo de Natália Lemos – “Urbanismo sustentável – Ecovilas urbanas da Ecobacia do Urubu”, com uma proposta de ocupação de baixa densidade para a Etapa 1 – Trecho 3 do Setor Habitacional do Taquari e o trabalho de Conclusão de Curso de Shinelle Hills – “Urbanismo Ecológico inclusivo”, que propõe uma ocupação mais verde e compacta para a Etapa 2 de ocupação da Serrinha do Paranoá.

percebido (intermediação da ordem distante e da ordem próxima, práticas espaciais oriundas nos atos) (ANDRADE et al, 2022, p.66).

Os tópicos apresentados pela comunidade durante a Oficina Participativa confirmam a tendência a um desenvolvimento sustentável para o setor. Com relação a mobilidade, a comunidade é unanimemente contra a proposição do Projeto Nova Saída Norte que prevê novas pontes de acesso ao Lago Norte, e se mobilizam pelo investimento ao transporte coletivo sustentável por meio de metrô, VLT, BRT e ciclovias. Também reivindicam a regularização das poligonais e implantação dos parques como Parque do Varjão, Parque do Taquari e Parque do Lago Norte; bem como a ampliação do Parque das Garças e a preservação da orla do Lago Norte, como previsto nas diretrizes do art. 69 do PDOT:

Art.69. [...] III – proteger os recursos hídricos com a manutenção e a recuperação da vegetação das áreas de preservação permanente; IV – adotar medidas de controle ambiental voltadas para áreas limítrofes às Unidades de Conservação de Proteção Integral e às Áreas de Relevante Interesse Ecológico inseridas nessa zona, visando à manutenção de sua integridade ecológica; V – preservar e valorizar os atributos urbanísticos e paisagísticos que caracterizam essa área como envoltório da paisagem do Conjunto Urbano Tombado, em limite compatível com a visibilidade e a ambiência do bem protegido (PDOT, 2009, p.30).

Atualmente está vigente a Diretriz Urbanística⁵⁶ nº05/2013 -DIUR nº5/13 para a Etapa II de ocupação da Serrinha do Paranoá. A Etapa I abrange 32% de ocupação da região,

56. De acordo com o site da SEDUH: “A Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SEDUH) é responsável por definir as Diretrizes Urbanísticas (DIUR) para novos parcelamentos urbanos. Isso acontece de acordo com a Lei Federal nº6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano, e do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do DF (PDOT), Lei Complementar nº803, de 25 de abril de 2009, e sua atualização, Lei Complementar nº854, de 15 de outubro de 2012.”

já a Etapa II abrange 68%. De acordo com as diretrizes, busca-se: “o pleno desenvolvimento do **potencial urbano** de todo o setor, em conformidade ao conferido pelo PDOT/2009” (DIUR nº05/2013) grifo nosso. Para a ocupação da área os objetivos destacados são: - oferta de áreas habitacionais, considerando as diversas faixas de renda; - garantia de mobilidade urbana, privilegiando o transporte coletivo; - proteção ao meio ambiente e recursos ambientais, especialmente considerando que o setor está inserido na APA do Lago Paranoá; - manter a ambiência e visibilidade do Conjunto Urbano Tombado de Brasília; - desenvolvimento de atividades econômicas com a criação de emprego próximo à moradia; e promoção da regularização fundiária urbana.

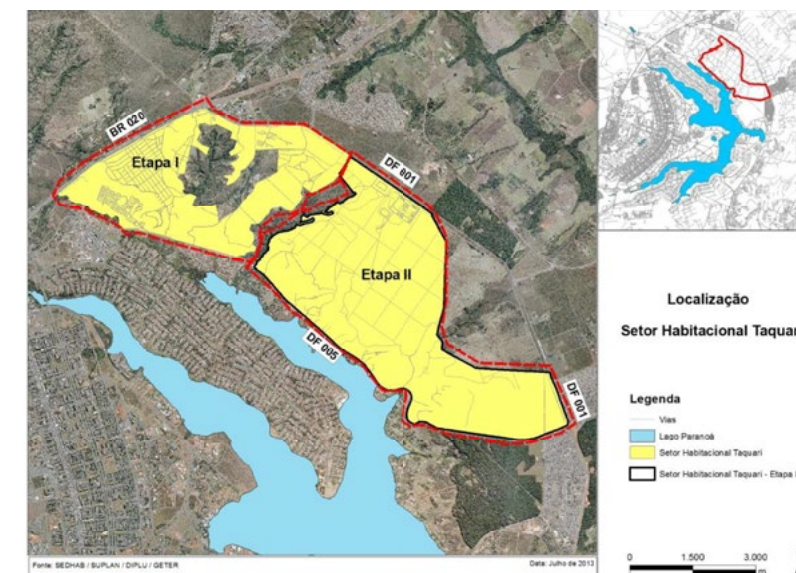


Figura 115: Etapas de ocupação previstas para a Serrinha do Paranoá. Fonte: DIUR Nº5/2013

A atuação governamental nessas áreas ainda não ocupadas é importante, no sentido de regulamentação das áreas e combate à grilagem de terras, processo de ocupação irregular bastante comum no DF. No entanto, de acordo com o PDOT, a área está situada na Macrozona Urbana, na Zona Urbana de Uso Controlado I, na qual os usos devem ser compatíveis com as restrições relativas à sensibilidade ambiental da região e à proximidade com o Conjunto Urbano. Questiona-se aqui, por que uma área com caráter rural (vide a existência de 7 núcleos rurais) estaria caracterizada como uma zona urbana? Já que seu uso se enquadra como controlado, devido à sensibilidade ambiental, o mais lógico seria manter o caráter rural no setor, com uma ocupação sustentável como a que propõe os estudos acadêmicos mencionados.

De acordo com o zoneamento do PDOT é possível ver a mancha da Zona Rural de Uso Controlado restrita a algumas partes da região e a prevalência da Zona Urbana como ocupação de uma região de risco ambiental importantíssima para o abastecimento de água de Brasília e a manutenção do Lago paranoá.

Em recente matéria publicada pelo Correio Braziliense foi noticiada a pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPEDF), na qual revelou-se que os moradores de Brasília e regiões do DF estão buscando cada vez mais consumir alimentos produzidos pela agricultura próxima aos centros urbanos:

O estudo mostra que apenas 22% das terras do DF são de solo exposto. Se 1% desse total for destinado à agricultura urbana, é possível aumentar em 77,5% a produção de hortaliças (com 14.212 toneladas/ano) e em 4,9% a de frutas (17.187 toneladas/ano). O estudo revela que o DF tem 69% de seu território classificado como macrozona rural (próxima aos centros urbanos) e, mesmo em áreas residenciais, foi possível identificar uma produção significativa

de alimentos. A diversidade na produção, cultivos orgânicos e cadeias de comunidades que sustentam a agricultura mostram o potencial do mercado brasileiro para esse tipo de produção (BEZERRA, 2023)⁵⁷

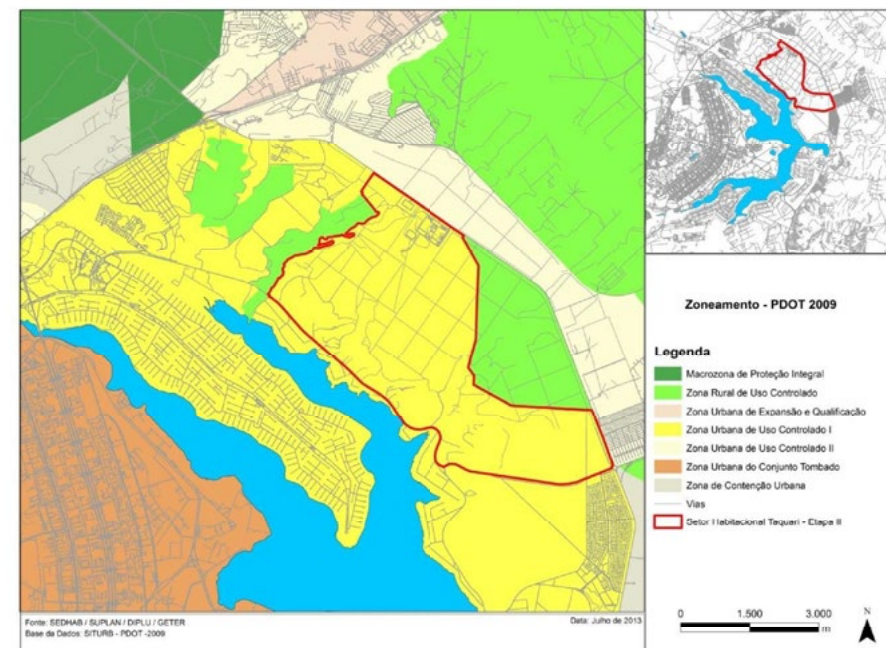


Figura 116: Zoneamento PDOT. Fonte: DIUR nº05/2013.

57. Matéria publicada em 09/06/2023. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2023/06/5100495-estudo-aponta-potencial-agricola-do-distrito-federal.html>

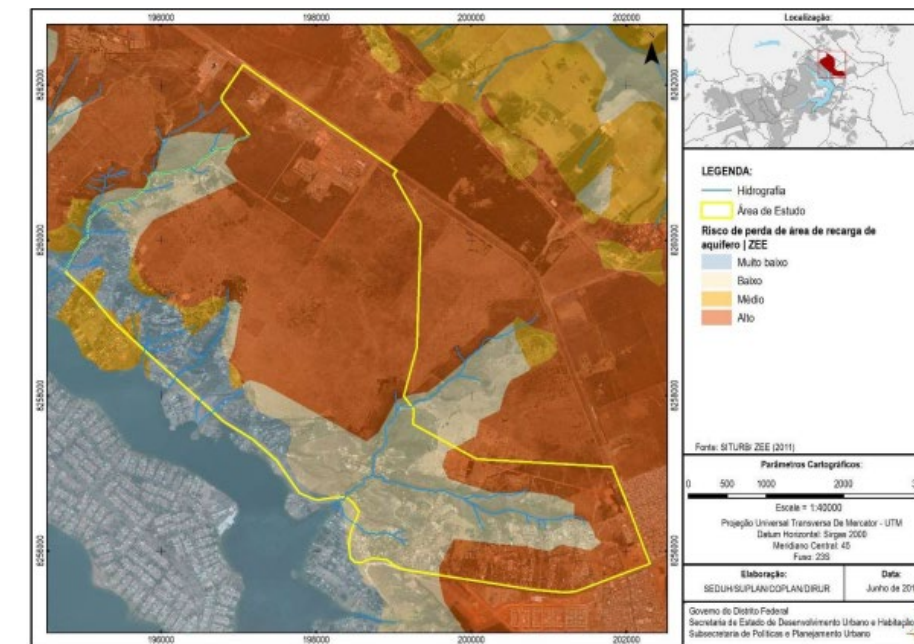


Figura 117: Mapa de Risco de perda de área de recarga de aquífero. Fonte: ZEE - DF

Lucio Costa em um texto intitulado “Considerações em torno do Plano-Piloto de Brasília” (1974), defendia, como já ressaltado aqui neste trabalho, a criação de dois anéis ao redor do plano piloto. O primeiro seria um cinturão interno, pensado para abrigar atividades agrícolas e granjas; o segundo anel, seria para atividades industriais, desse modo a população periférica ao plano viveria em “função de atividades industriais ou rurais” (DERNTL, 2019, p.31).

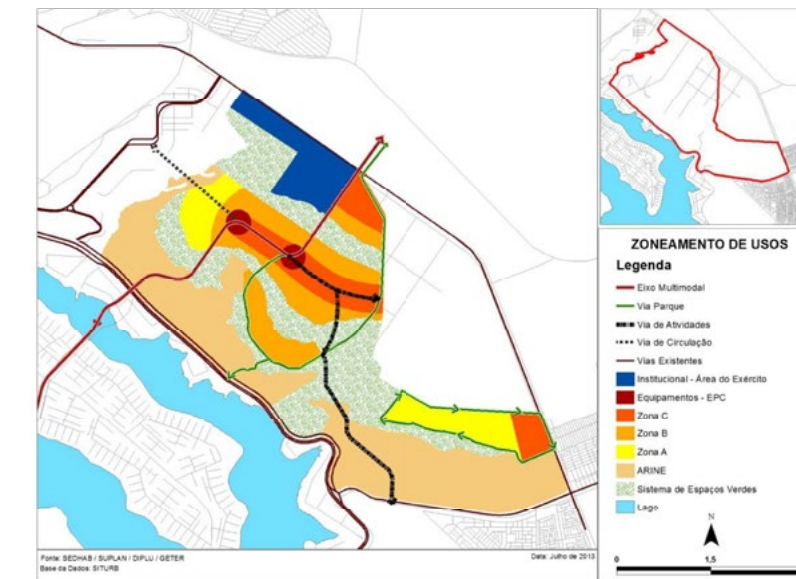


Figura 118: Zoneamento de Uso e Ocupação como proposto na DIUR nº5/2019. Fonte: DIUR nº5/2019

Retomando a questão da área de expansão do Taquari, em 13 de novembro de 2019, ocorreu uma audiência para consulta pública e apresentação do Estudo Técnico nº04/2019 – DIUR nº04/2019, sobre a revisão das diretrizes urbanísticas do Setor Habitacional Taquari (DIUR nº05/13). Nas novas diretrizes apresentadas houve uma diminuição na mancha denominada Parque Linear e Áreas Protegidas identificada na DIUR nº05/2013, em comparação com a DIUR nº4/2019, na qual são propostas duas zonas: E e H. A zona E em que é permitido o uso Inst EP, com áreas verdes lineares, parques urbanos com impermeabilização do solo até 70% e a Zona H, com Espaços Livres de Uso Público (ELUP), com impermeabilização do solo de até 30%.

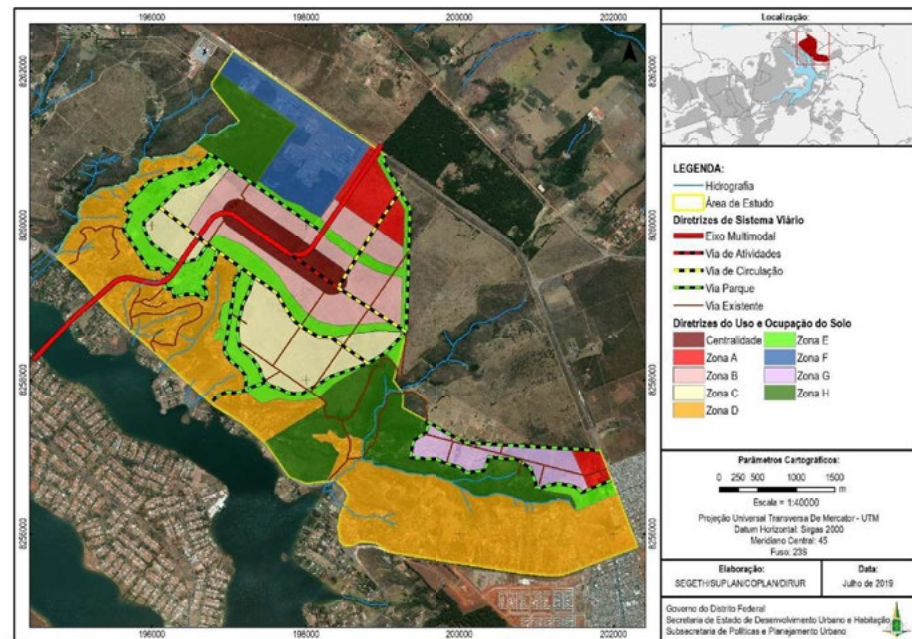


Figura 119: Zoneamento de Uso e Ocupação como proposto na DIUR nº4/19. Fonte: DIUR nº4/2019

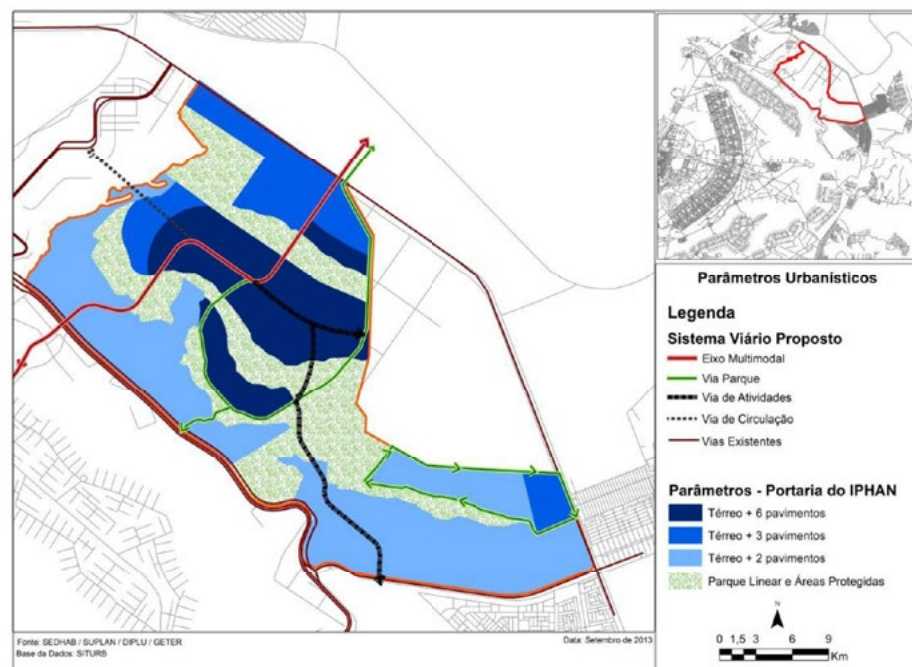


Figura 120: Parâmetros de altura propostos na DIUR nº5/13. Fonte: DIUR nº5/13.

Na DIUR nº4/2019, para o setor caracterizado como Centralidade a altura máxima chega a 26m e a 19m no ponto mais alto do setor, próximo a DF-001, cumeeira da Bacia Hidrográfica do Paranoá, região de alto impacto visual tomando como referência o Conjunto Urbanístico de Brasília:

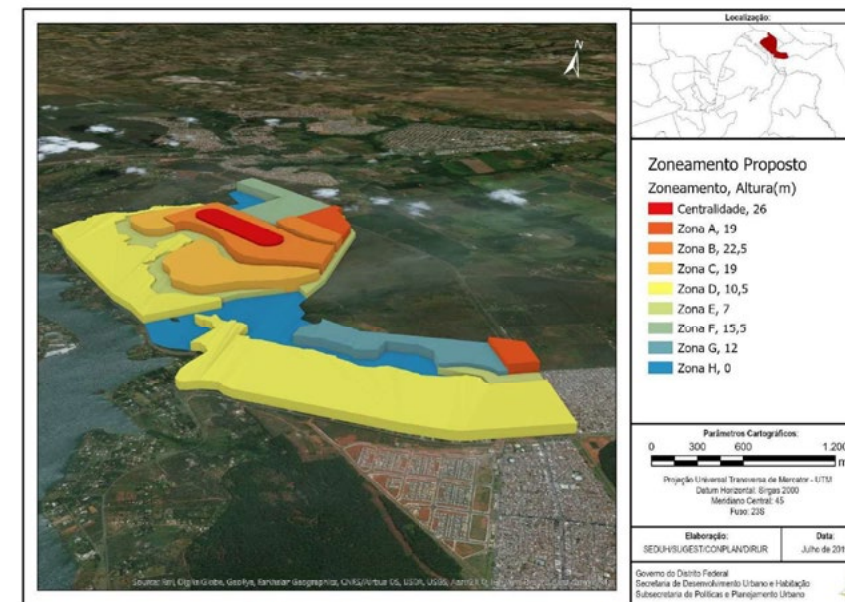


Figura 121: Parâmetros de altura propostos na DIUR nº4/2019. Fonte: DIUR nº4/2019.

A zona D, se refere às áreas de Estratégia de Regularização Fundiária (29.E-2 ARINE Taquari II e 29.E-3 ARINE Taquari III). As Áreas de Regularização de Interesse Específico – ARINE, têm como objetivo a regularização fundiária de assentamentos irregulares ocupados predominantemente por população de média ou alta renda.

Andrade e Lemos (2021) questionam o conflito entre o urbano e o rural demonstrado na imagem em que aparece a camada “Áreas rurais de regularização do Lago Norte” em

2019 (hoje não mais disponíveis no Geoportal), que se sobrepõem às ARINES, e as que não estão sobrepostas, não estão mais classificadas como sendo de regularização rural:



Figura 122: Mapas ilustrativos do conflito da regularização fundiária e a proposta da DIUR nº4/2019; fotos da situação da ocupação rural, atividades agrárias e corpos hídricos. Fonte: ANDRADE et al, 2021, p.148.

Ainda no campo das proposições realizadas para a Etapa II (e também já abordando o tópico que trata sobre preservação cultural tratado na oficina), em julho de 2020 a empresa Parque Taquari Empreendimentos Imobiliários – AS, apresentou projeto de parcelamento para a Gleba 3 do Setor Taquari, Etapa II, Fazenda Brejo ou Torto. A proposta apresentava como objetivo a oferta de novas unidades habitacionais, comerciais e demais funções urbanas, que integram a política de contenção de ocupações e de parcelamentos irregulares do GDF. O projeto previa a criação de 27 lotes, sendo seis condominiais para uso residencial multifamiliar; 15 para comércio e serviços; e seis lotes destinados a equipamentos públicos, além de espaços livres de uso público abrangendo a Zona de Conservação da Vida Silvestre - ZCVS e do Zoneamento da APA do Lago Paranoá. Em certos pontos edificações de até 7 pavimentos (6 pavimentos + térreo), podendo alcançar 25 metros de altura. O projeto foi analisado pelo IPHAN

por meio do Parecer Técnico nº77/2020 que avaliou o local do parcelamento proposto, como inserido em visada estratégica da paisagem do CUB, considerando qualquer interferência no local com significativo potencial de prejudicar “a moldura bucólica” que delimita as bordas do conjunto:

Tal área é protegida como Entorno do CUB, porque compõe o sítio escolhido para sua implantação e com ele possui relação paisagística.

Ressalta-se que essa vertente contígua a margem leste do Lago Paranoá, constitui pano de fundo às visadas tomadas a partir da Esplanada dos Ministérios e da Praça dos Três Poderes, além de parte considerável da Asa Norte e da Asa Sul, e a ocupação dessa região, deve ter como **diretriz a mínima interferência na paisagem e por conseguinte gabaritos mais baixos de modo a se mimetizar à vegetação** minimizando o impacto sobre a ambiência do Conjunto urbanístico de Brasília.

Por este motivo o IPHAN defende ocupação mais “discreta” para a área, respeitando **a baixa densidade** (aliás, defendida também nas Diretrizes Urbanísticas DIUR nº05/2013), **o predomínio do vazio sob os cheios (da vegetação sobre as construções)**, e o gabarito limitado **aos 9 metros** (GOMES; CAMARGO, 2020).

Neste trecho, o parecer traça diretrizes claras para a ocupação do Setor, que, no entanto, não estão previstas na Portaria nº68/2012. Em seu Art. 2º, a Portaria estabelece que todas as intervenções na área de entorno do CUB deverão seguir três diretrizes gerais: I – Garantir a leitura do traçado e a preservação do espírito, concepção e ambiência do Plano Piloto, projetado por Lucio Costa, conforme disposto no documento Brasília Revisitada, anexo I do Decreto nº 10.829/1987 do Governo do Distrito Federal e da Portaria nº 314/1992 do IPHAN; II – Garantir a visibilidade do horizonte a partir da área

tombada; III – Garantir a visibilidade do Plano Piloto a partir dos mirantes naturais existentes na cumeada da Bacia do Lago Paranoá. O projeto em questão, não se encontra situado na cumeada da bacia, porém, impacta na paisagem, pois constitui-se como importante pano de fundo às visadas a partir da Esplanada dos Ministérios e da Praça dos Três Poderes, além de trechos da Asa Sul e da Asa Norte. A Portaria não prevê parâmetros máximos, deixando a cargo dos técnicos as análises posteriores com relação aos projetos que, como indica o Art.9º, § 1º, ultrapassem o limite de 9 (nove) metros e que devem ser encaminhados para avaliação do Instituto, o que pode acrescentar um tom subjetivo às análises. Com relação a este assunto, o arq. Maurício Goulart da Superintendência do IPHAN em Brasília, expôs o seguinte relato:

Sim, a gente já sofreu essa crítica. Teve uma vez que o próprio secretário da SEDUH, um pouco em um tom ameno, assim, até fazendo uma certa brincadeira, ele falou assim, eu não gostaria de estar na pele de vocês, porque vocês têm que decidir o que pode e o que não pode sem ter o parâmetro objetivo. Quando passa da altura que está lá, a gente decide se pode ou se não pode. O que a gente procura fazer são pareceres bem estruturados, com bastante argumento, para o caso de ser questionado, a gente falar, não, a gente analisou como que o objeto é visto a partir de determinados pontos do conjunto urbanístico, e a gente considera muito a questão das barreiras físicas que existem entre pontos importantes do conjunto urbanístico, que poderiam ser mirantes naturais ou perspectivas mais abertas, por exemplo, dos dois eixos. Quando você olha para o **norte e para o sul, para o leste e para o oeste, você tem norte e sul em relação ao eixo rodoviário, e leste e oeste em relação ao eixo monumental, você tem perspectivas bastante abertas, coisa que você não tem de qualquer lugar do plano piloto** (GOULART, 2023, p.3) grifo nosso.

Com relação à aplicação da Portaria e de sua revisão o arq. Eduardo Rossetti, também traçou considerações similares:

O que eu acho hoje é que passados mais de dez anos da portaria, inclusive, dessa experiência, é que essa questão da visibilidade poderia ter sido ajustada por dentro das áreas de interesse para o Plano Piloto, entendeu? E não pensar a área tombada de maneira ideal como uma coisa toda. Ou seja, o que interessa do ponto de vista da visibilidade é muito, vamos dizer, a partir da plataforma da rodoviária no sentido leste, no sentido oeste e alguma coisa para leste também. Desculpa, sul, leste, sul e norte, certo? Porque para oeste vai subir e depois tem a floresta, tem o Parque Nacional. Então, por dentro desse raciocínio de visibilidade, por dentro desses cones visuais, seria possível pensar em níveis variados de proteção. O que me interessa mesmo proteger é esse visual da esplanada. Então, eu acho que essa portaria teve essa demanda, essa premência. Ela resolve, do ponto de vista burocrático, jurídico, essa expectativa da Unesco. Agora, é impressionante. A inscrição na lista da Unesco é 7 de dezembro de 1987. A portaria é de fevereiro de 2012. São 25 anos de intervalo, praticamente. É muito tempo para uma cidade que hoje tem 60 e tantos. E também é muito tempo, do ponto de vista da dinâmica de urbanização do entorno da área tombada. Então, acho que um ajuste disso, pensando aqui, seriam esses ajustes dos cones visuais (ROSSETTI, 2023, p.10).

Retomando a aprovação, após a publicação do Parecer Técnico nº77/2022 que desaprovou o projeto foi emitido pela empresa o “Relatório sobre Parecer Técnico nº77/2020 do IPHAN”, como um recurso técnico embasando-se na legislação para fundamentar a proposição do projeto. O documento chega a levantar dúvidas a respeito da aplicabilidade do Decreto-Lei nº25/1937 para tombamentos de sítios e conjuntos urbanos, alegando a inexistência da figura jurídica do Decreto-Lei atualmente. Defende que o

documento de Lucio Costa “Brasília Revisitada” (1987) seria “a base principal para a proteção do conjunto urbanístico de Brasília, por ter força de Lei, visto que é anexo ao Decreto do GDF – e já vislumbrava a viabilidade de novos parcelamentos dentro da área tombada, desde que compatíveis com o ‘espírito’ do Plano Piloto” (pg.13). Percebe-se que o documento “Brasília Revisitada” é utilizado, nesse caso, para embasar e promover novos parcelamentos, no entanto, caberia reforçar as proposições de Lucio Costa para a região, de gabaritos de até 4 pavimentos emoldurados por arborização, de modo a não se perder a característica de cidade parque e manter-se a serenidade da linha do horizonte, além da baixa densidade. No recurso, a empresa defende um novo empreendimento que oferta nova área habitacional, próxima a um grande centro urbano, que “se beneficia com a pré-existência de infraestrutura e de um sistema viário que permitirá o amplo uso de uma rede de mobilidade já consolidada no Distrito Federal” (pg.17). No entanto, ignora-se o fato da implantação de novos setores habitacionais como o Setor Noroeste, também planejado no “Brasília Revisitada”, e o recente empreendimento previsto para o Pátio Ferroviário, também situado no entorno do CUB. Além disso, é crescente a discussão acerca das possibilidades de adensamento do CUB, com a diminuição da metragem quadrada dos apartamentos das superquadras, subutilizados atualmente, e que poderiam contribuir com a oferta de moradia para classes mais variadas, além das classes altas, normalmente almejadas pelos novos empreendimentos.

O recurso argumenta sobre as orientações trazidas pela Portaria nº68/12 alegando que se concentrariam na necessidade de manter a linha do horizonte desimpedida a partir da área tombada, e garantir a visibilidade do Plano Piloto a partir dos mirantes naturais existentes na cumeada da Bacia do Lago Paranoá:

O conceito de visibilidade, como já foi dito aqui, é um conceito que por vezes permite uma avaliação não muito precisa e pouco técnica

do assunto. A partir do registro dos oito pontos de observação aqui apresentados, em visadas feitas a partir do ponto de vista do pedestre e a partir do Plano Piloto em relação ao empreendimento, pode-se aferir, concretamente, que em nenhum dos locais a linha de cumeeada será interrompida pelos edifícios, que serão implantados entre as cotas 1.110 (maior) e 1070 (menor) (REIS et al, 2021, p.27)

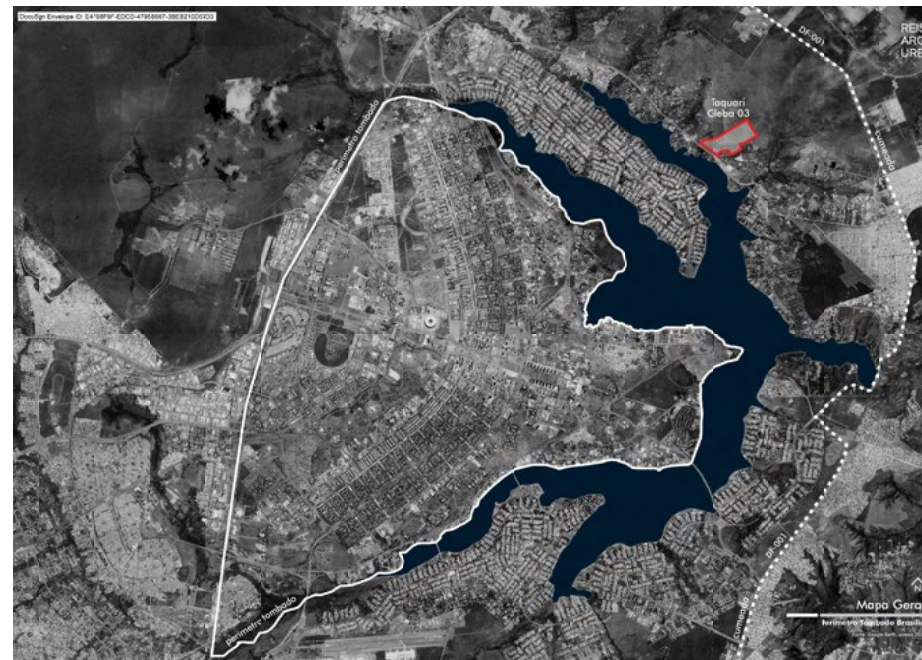


Figura 123: Localização do empreendimento Taquari Gleba 03. Fonte: Processo Sei IPHAN Nº 01551.000155/2020-24.

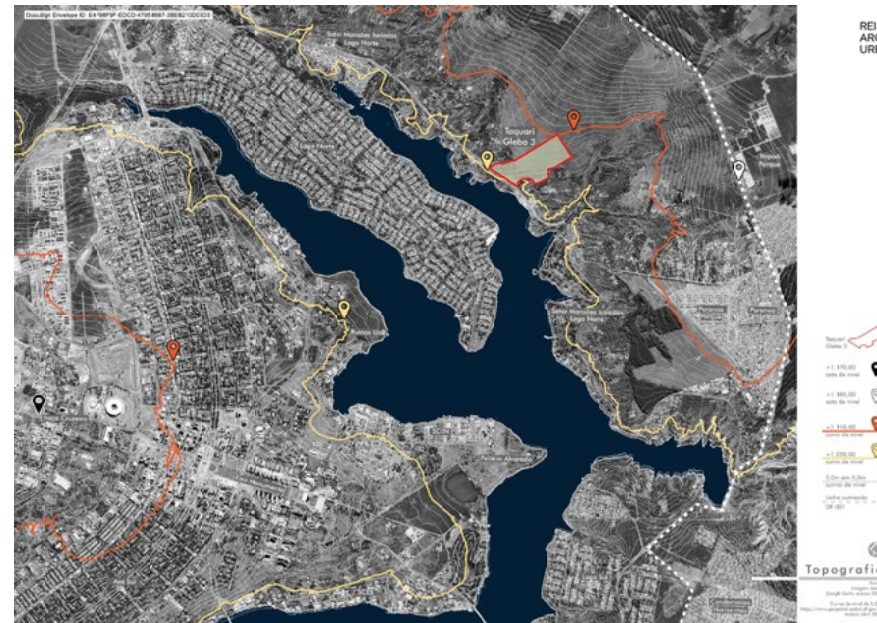


Figura 124: Topografia e localização do empreendimento. Fonte: Processo Sei IPHAN Nº 01551.000155/2020-24, com alterações da autora.

O estudo feito pela empresa, traça perfis naturais do terreno com a implantação dos prédios que contam com térreo, mais seis pavimentos e um total de 25 m. Em comparação, os prédios do Paranoá Parque chegam a 4 pavimentos, térreo mais três pavimentos (com altura máxima de 11,60m) e suas torres de caixa d'água com 15 m de altura, é possível ver que mesmo a implantação estando abaixo da linha de cumeeada, o impacto na paisagem é grande. É possível verificar por meio dos cortes, que o empreendimento se localiza logo acima da Serrinha do Paranoá, área com grande sensibilidade ambiental.

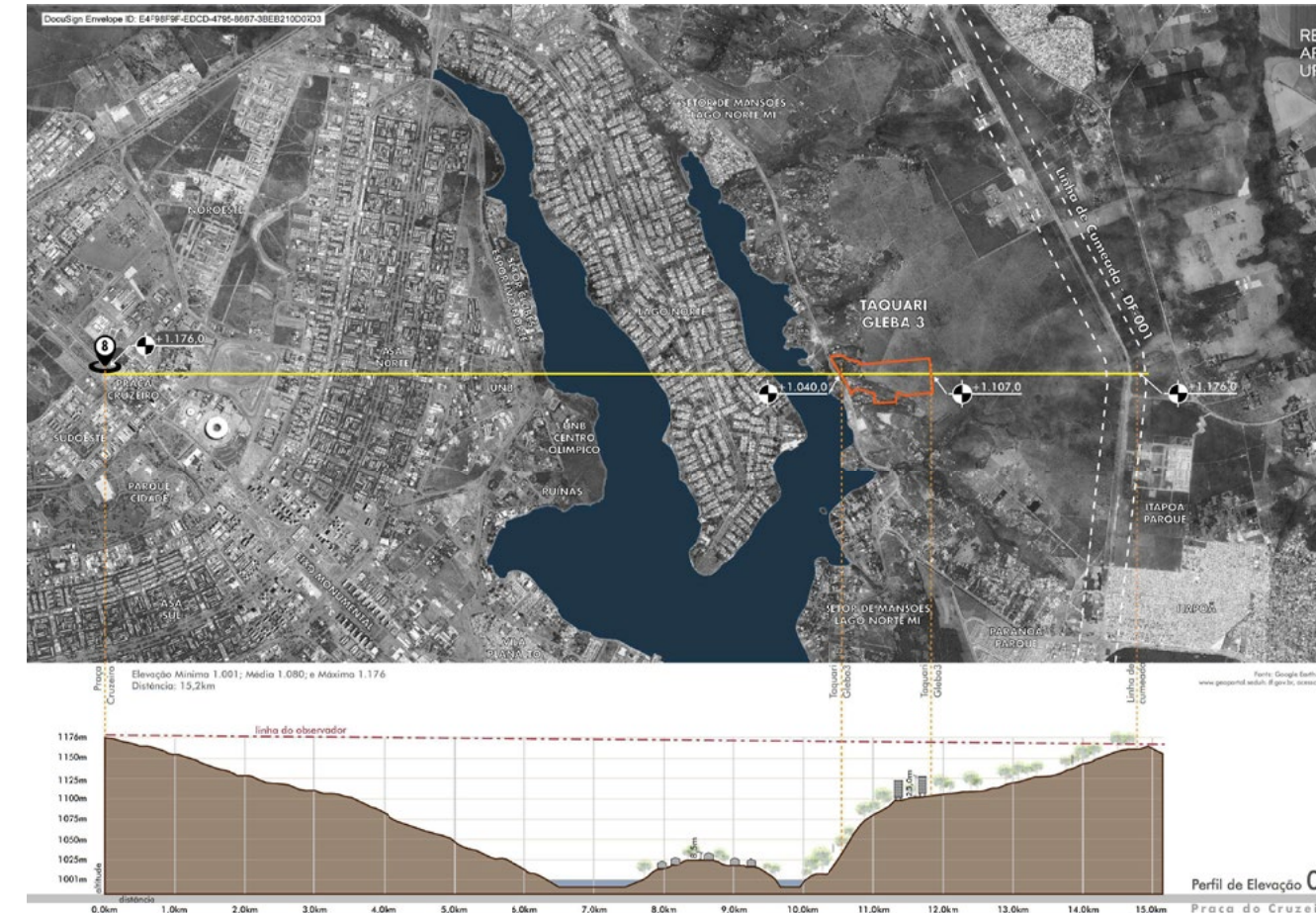


Figura 125: Perfil 1. Perfil traçado a partir do ponto de visualização da Praça do Cruzeiro em direção ao local do empreendimento. A empresa procurou fortalecer o argumento de que os prédios de 25m de altura não impediriam a vista da cumeeira da linha do horizonte. Fonte: Processo Sei IPHAN Nº 01551.000155/2020-24.

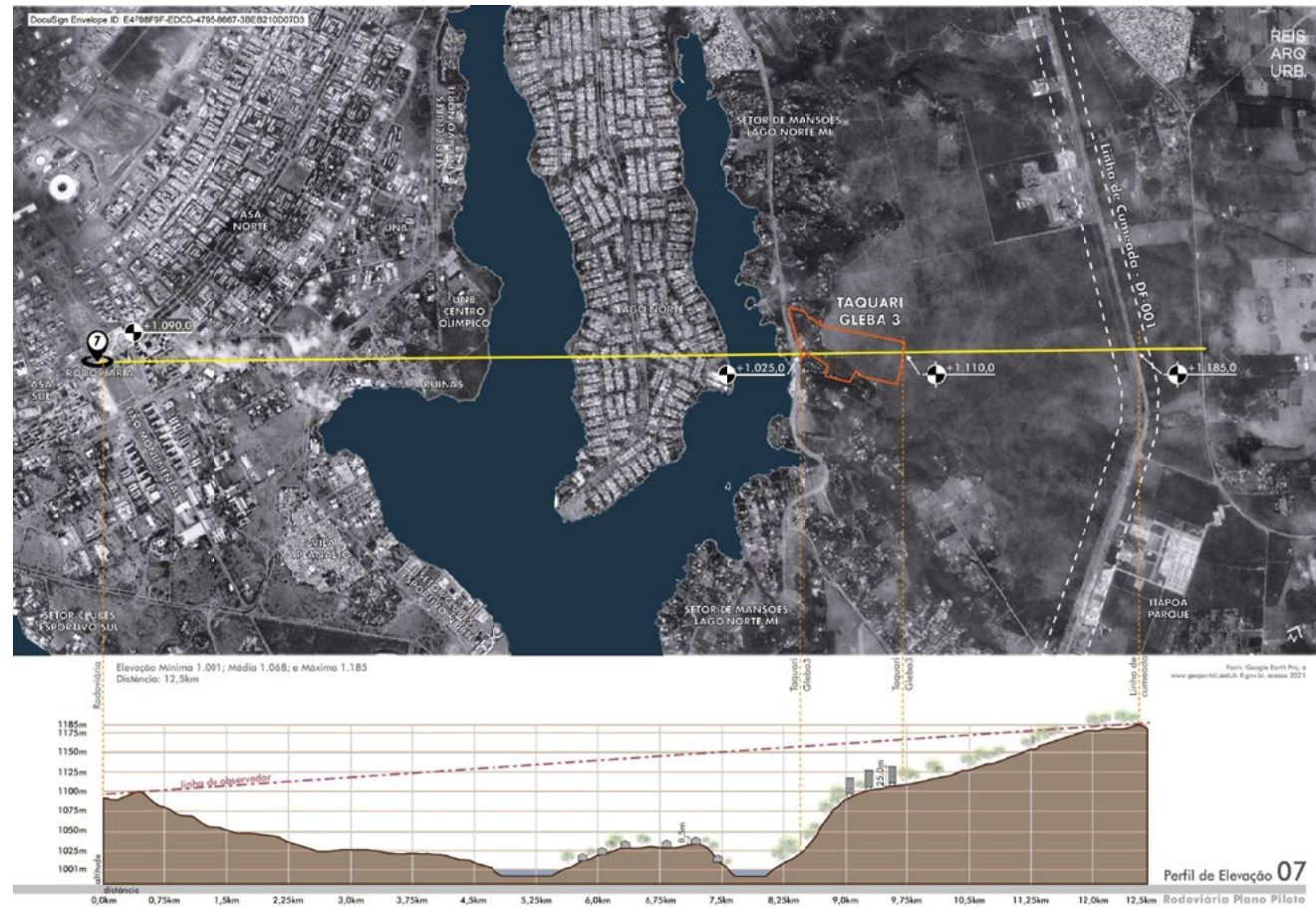


Figura 126: Perfil 2. Perfil traçado a partir do ponto de visualização da Praça do Cruzeiro em direção ao local do empreendimento. A empresa procurou fortalecer o argumento de que os prédios de 25m de altura não impediriam a vista da cumeeira da linha do horizonte. Fonte: Processo Sei IPHAN N° 01551.000155/2020-22

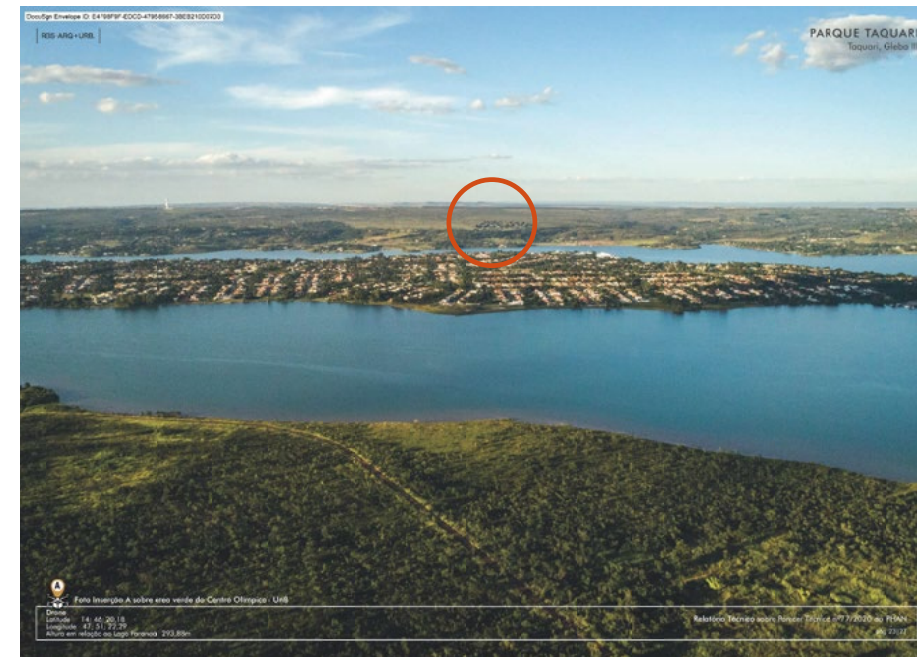


Figura 127: Foto inserção 1. Na imagem é possível ver parte do território ocupado com a inserção do novo empreendimento. A proposta isolada não traz a real dimensão do impacto na paisagem, considerando-se que seria possível lotear uma área bem maior em toda a região, caso seja seguida a tipologia de ocupação urbana prevista para o setor. Fonte: Processo Sei IPHAN N° 01551.000155/2020-24.



Figura 128: Foto inserção 2. Na imagem é possível ver parte do território ocupado com a inserção do novo empreendimento. Fonte: Processo Sei IPHAN N° 01551.000155/2020-24.

O Parecer Técnico emitido após o recurso apresentado pela empresa (Parecer Técnico nº 69/2022/COTEC IPHAN-DF/IPHAN-DF), alega apropriadamente, que a análise avalia também a possibilidade de parcelamento de todos os terrenos inseridos na ampla área estabelecida pela DIUR nº5/2013. De fato, o impacto na paisagem se torna muito maior ao se pensar no todo e não apenas em parte dele. O parecer menciona também o fato de a Portaria ter se baseado em estudo elaborado pela empresa contratada pelo GDF para diagnóstico da área de entorno para o PPCUB:

Mesmo a portaria do Iphan, visando a coerência entre as normativas, baseia-se em estudos anteriores contratados pela SEDUH para a elaboração do PPCUB (“Etapa 4 Prognóstico– Produto 4B” dos estudos do PPCUB em 2011, incluídos no processo Iphan nº 01551.000717/2011-49, fl. 187), disponíveis à época, e, contudo, a Secretaria não traduziu sua manifesta preocupação com o conjunto tombado em parâmetros condizentes com a preservação desse conjunto. [...] Na elaboração da DIUR nº05/2013, a SEDUH não buscou associar as competências de planejamento e preservação, de que é detentora. Não se questionam as atribuições da SEDUH – evocadas pela defesa a todo o tempo –, mas é forçoso admitir que, num conjunto urbano, ainda mais com as dimensões do sítio de Brasília, a atuação do IPHAN possa se imiscuir em parâmetros urbanísticos, desde que com o objetivo estrito de garantir a preservação do bem protegido (GOULART et al, 2022)⁵⁸.

O Instituto alega que a Secretaria, ao elaborar a DIUR nº05/2013, não respeitou os parâmetros da Portaria nº68/12 e não solicitou a avaliação da Instituição Federal sobre a Diretriz Urbanística “que extrapolava as alturas mencionadas na norma e respaldaria a atuação posterior dos empreendedores”:

58. Processo SEI IPHAN nº 01551.000155/2020-24, documento 3555245.

De acordo com a Portaria nº 420/2010-IPHAN, é facultado ao cidadão (e naturalmente também ao poder público) solicitar “informação básica” (art. 11) – por meio da qual “O Iphan fornecerá os critérios para a área indicada pelo requerente” (art. 12) – ou “consulta prévia de projeto” (art. 13), em qualquer etapa de projeto, caso já o tenha iniciado, indicando o que pretende construir no terreno. Nada disso foi feito (GOULART et al, 2022).

Em entrevista a respeito da aplicação da Portaria nº68/12, o arquiteto Maurício Goulart trouxe o seguinte relato a respeito dos projetos que são enviados da SEDUH para a análise do IPHAN, em função da altura ter extrapolado o que diz a Portaria nº68/12:

Nós temos um entendimento de que essa altura não é limitadora, e a gente acaba analisando caso a caso. Em geral, em função da visibilidade do local **a partir do conjunto urbanístico**, porque é mais fácil para a gente aplicar a avaliação de **dentro para fora**, o que é visível a partir do conjunto urbanístico do que do que é visível de fora, porque é uma infinidade de pontos de onde pedaços do conjunto podem ser vistos, e a gente **utiliza pouco aquela coisa dos mirantes naturais**. Não é só quando está interferindo na visibilidade a partir do mirante natural que a gente coloca empecilho para aprovação. **Em geral, é a partir do quanto a coisa é visível de dentro para fora**. Então, de maneira geral, sobre a aplicação, o que posso já te dizer é que a portaria acaba nos obrigando, com essa coisa de ter que analisar o projeto, qualquer projeto que ultrapasse a altura de 12 metros no setor de entorno X, aí vem um projeto com 15, com 18, com 21 metros, ela acaba nos obrigando a analisar o projeto, a gente abre o corte do projeto arquitetônico em si [...]. Por exemplo, a portaria do conjunto urbanístico [...], que é a 166 [Portaria nº166/16], ela não exige isso. Em função do que está colocado

no artigo 85⁵⁹, ela exige que a gente analise mudanças de norma para o terreno. E aí [...] uma vez aprovada por nós, a norma passa a balizar a aprovação de projetos em um dado terreno. E, como a portaria 68 [Portaria nº68/12] foi feita antes e por outras pessoas, é uma leitura um pouco diferente, que é qualquer projeto que ultrapasse a altura deverá ser analisado pelo IPHAN para poder aplicar aquele artigo segundo, aqueles três princípios básicos lá. Então, **a portaria coloca sobre a gente uma análise caso a caso, que eu diria que é mais caso a caso do que o que a gente faz para dentro do conjunto urbanístico**. E sobre isso eu já te antecipo uma avaliação. Me parece, a mim, como aplicador da portaria, há um contrassenso, há uma coisa a ser ajustada porque a gente **não pode ficar analisando o projeto arquitetônico para o entorno enquanto analisa a norma para o conjunto urbanístico**. [...]. Há uma desproporção sobre o foco que a gente coloca no entorno, ele

59. Art. 85: Para efeito de cumprimento do disposto nessa Portaria, os projetos de intervenção no Conjunto Urbanístico de Brasília serão submetidos à análise e aprovação do Distrito Federal, cabendo obrigatoriamente a análise e aprovação do IPHAN apenas nos casos de intervenções que impliquem em:

- I. Alteração de usos e classes de atividades;
 - II. Alteração de parâmetros urbanísticos referentes à altura, taxa de ocupação, coeficiente de aproveitamento e afastamentos;
 - III. Alteração do sistema viário principal, na Macroárea A;
 - IV. Criação, desmembramento, remembramento e parcelamento de lotes, na Macroárea A;
 - V. Planos de ocupação para instalação de engenhos publicitários, quiosques e estruturas de telecomunicação, na Macroárea A;
 - VI. Alteração do projeto padrão de sinalização, constante do Plano Diretor de Sinalização do Distrito Federal, e do padrão de endereçamento urbano.
 - VII. Implantação ou ampliação de garagens subterrâneas além dos limites da projeção nas Superquadras Norte e Sul.
- § 1º A obrigatoriedade de análise por parte do IPHAN incide igualmente sobre as Áreas de Gestão Autônoma.
- § 2º O IPHAN, a seu critério e a qualquer tempo, poderá requisitar a análise de outras intervenções no espaço urbano, que julgar pertinentes à preservação do CUB.

é, na minha forma de entender, excessivo, se comparado ao foco que a gente coloca de aprovação de projeto no conjunto urbanístico. Isso é uma coisa que precisa ser ajustada. (GOULART, 2023, p.2).



Figura 129: Sequência de imagens via L4 e Setor de Autarquias Norte. Fonte: Anexo Parecer IPHAN. Processo SEI IPHAN Nº 01551.000155/2020-24.



Figura 130: Sequência de imagens SQN 207, Setor Bancário Norte. Simulação de inserção do empreendimento. Fonte: Anexo Parecer IPHAN. Processo SEI IPHAN Nº 01551.000155/2020-24

Podemos destacar nas falas do arquiteto que há um processo de revisão em curso com relação à área de entorno do CUB, no qual se ressaltam mais as visadas de dentro para fora do CUB, e principalmente a partir dos eixos norte e sul, em relação

ao eixo rodoviário e leste e oeste, em relação ao eixo monumental, desprezando o conceito aplicado pela Portaria nº68/12 dos mirantes naturais conformados pela bacia hidrográfica do Paranoá. A partir desses apontamentos, podemos aferir que a área de entorno se reduz e passa não mais a ter ligação com a linha do horizonte, destacada nos estudos trazidos por esta pesquisa. Voltaremos a tratar destes apontamentos no próximo capítulo de fechamento desta tese.



Figura 131: Setor Habitacional do Taquari. Na imagem se vê no Ponto 01 o Trecho 01 do SHTQ, já implantado; no ponto 02 se vê o Trecho 2 do SHTQ, ainda não implantado; no ponto 3 se vê área com previsão de novos loteamentos e no ponto 4, o Condomínio Paranoá Parque na Região Administrativa do Paranoá.

O item 4) Elementos arquitetônicos e urbanísticos do formulário apresentado no início deste capítulo, contou ainda com uma questão sobre o Setor Habitacional do Taquari (SHTQ), a qual apresentava as seguintes considerações e imagens: “Atualmente o Setor Habitacional do Taquari conta com o Trecho 1 já implantado e edificado. O

Trecho 2 encontra-se já com os lotes registrados, porém ainda não foi implantado, e há previsão de loteamento de novos trechos nesse setor.

“Na imagem abaixo se vê em vermelho o Trecho 2 do SHTQ, ainda não implantado; em amarelo projeção de novos lotes a serem registrados, de acordo com as diretrizes urbanísticas do GDF e em verde o Condomínio Paranoá Parque, já edificado. Com base na imagem, considera que a ocupação para área do SHTQ como está sendo planejada contribui para a qualificação da paisagem ou danifica essa paisagem? ”



Figura 132: Foto inserção da Etapa II. Imagem elaborada por Daniel Santa Rosa Bitencourt, a pedido da autora, com base nos dados levantados para a pesquisa.

Das 41 respostas 61% consideraram prejudicial à paisagem a ocupação a partir do sistema tradicional de urbanização que vem sendo proposto pelo GDF, confirmando o posicionamento da comunidade residente exposta durante a Oficina Participativa do PDOT.

41 respostas

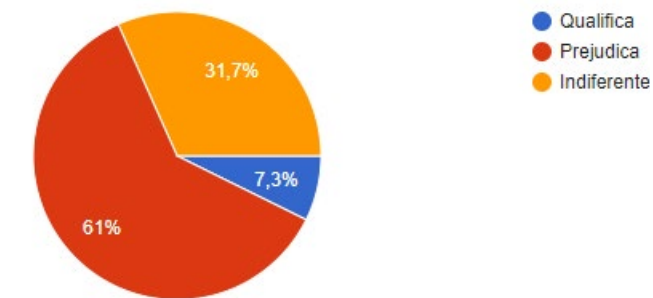


Figura 133: Gráfico 12. Gráfico com percentual das respostas retirado do formulário desenvolvido para pesquisa de opinião. Fonte: Autora.

A conservação urbana não vem mais sendo tratada simplesmente como o congelar de um setor com características especiais, mas como um caminho no qual as áreas urbanas fortalecem suas identidades e podem se tornar modelos para o processo mais amplo de crescimento urbano (BANDARIN, P.5), como também destacado por meio das falas do Prof. Andrey Schlee, atual Diretor da Direção do Patrimônio Material (DEPAM), no IPHAN:

Então, a minha lógica é essa. Dentro do polígono de tombamento, nós temos que incluir todos os atributos que geram os valores que levam ao reconhecimento, seja tombamento, seja valoração, o que for. Tem que estar nessa área. Depois a gente tem essa área envoltória, por isso a Unesco não usa nenhuma dessas expressões, ela chama a *buffer zone*, que é uma zona que é muito mais de transição, na minha concepção, entre essa cidade e

esse núcleo mais histórico, esse núcleo que se quer, por algum motivo, preservar. E é de transição porque é isso, é quando a gente pega algumas coisas dessa reconhecida qualidade e tenta levar para a área.... [...].... Olha, se a gente está dizendo que o Pelourinho é bom, por que a gente não leva essas qualidades para a cidade baixa de Salvador? Se estou dizendo que o plano piloto é bom, por que eu não levo essas qualidades para o entorno? Ou você virou patrimônio mundial, deve ter alguma coisa muito boa dentro desse polígono, que Samambaia, Taguatinga, Núcleo Bandeirante merecem também compartilhar. Então o meu sentido hoje é muito mais ao contrário, o que nós aprendemos com as áreas tombadas e com o que a gente pode levar das áreas tombadas como critério de qualidade e estendê-lo aos demais. E não ficar na atitude defensiva, de que não pode construir um edifício porque o edifício vai quebrar a ambiência não sei do quê. Essa ideia de não pode, não pode, não pode, começou a ser quebrada com o HUL [Historic Urban Landscape] ... A minha cabeça é ... A minha flechinha está no sentido da área tombada para fora, área de transição. Até que essa área vai se diluindo e eu não tenho mais nenhuma preocupação patrimonial. Estou lá tendo preocupação de qualidade de vida, mas patrimonial ela vai desaparecendo. Quanto mais longe ela fica do núcleo tombado. Entende? (SCHLEE, 2023, p.5).

Sendo a área de entorno uma área de transição entre o núcleo de preservação e a cidade, que pode se beneficiar dos valores existentes na área preservada (ou mesmo, possuir valores próprios, mesmo que não sejam tombados...) esse núcleo deve influenciar essa área, bem como será influenciado por ela. A própria comunidade reivindica esses valores ao trazer na oficina participativa o desejo em “retomar a vocação de Brasília como patrimônio cultural com áreas verdes”. Assim como, foi destacado no caso do Paranoá Parque, a comunidade também ressalta aqui a falta

da valorização de suas referências culturais, quando propõem um “Centro cultural Indígena” e um centro cultural com dados e informações sobre a história do Lago Norte e da antiga Vila do Paranoá.

No início da Oficina Participativa elaborada pela SEDUH foram apresentados os eixos temáticos da revisão do PDOT: I) Desenvolvimento econômico sustentável e centralidades; II) Habitação e regularização fundiária; III) Meio ambiente e infraestrutura; IV) Mobilidade; V) Ruralidade; VI) gestão social da valorização da terra; VII) Território resiliente e VIII) Participação social e econômica. Entre os eixos temáticos da revisão do PDOT não há um que trate da preservação cultural e da paisagem demonstrando a não centralidade destes assuntos na abordagem do plano diretor de Brasília. Já ressaltamos anteriormente neste documento que há apenas 6 menções ao termo paisagem na versão publicada. No entanto, nos tópicos apresentados pela comunidade a preservação cultural e a preocupação com a paisagem foram assuntos constantemente ressaltados.

Com base nas consultas realizadas por meio do questionário aberto para a população foi possível validar alguns dos valores propostos para a área de entorno, como os cenários panorâmicos a partir dos mirantes naturais de que fala a portaria, uns mais valorizados que outros, e de como esses locais poderiam servir para um percurso de valorização cultural para além do Plano Piloto. Outros atributos foram destacados pela população como parques e áreas de nascentes demonstrando o anseio pela preservação desses espaços e a manutenção dos vazios intencionais também em determinadas regiões do entorno. Os monumentos tombados isoladamente como os ressaltados por Barbosa (2021) contam a história da reivindicação da população

por suas memórias e identidades locais, ora ressaltando os grandes nomes que fundamentaram a construção de Brasília, ora os pioneiros construtores que fazem parte da construção identitária dos moradores locais. A partir das contribuições coletadas nas Oficinas Participativas de revisão do PDOT foi possível verificar o quanto a população pode ser envolvida nas questões de planejamento e preservação, e o quanto podem contribuir para a valorização de seus espaços. Além disso, as entrevistas com especialistas ajudam a pautar possíveis caminhos e diretrizes para ações de planejamento e preservação cultural que serão trabalhados no próximo capítulo, final deste estudo.

NOVOS CAMINHOS PARA A PRESERVAÇÃO DE UMA PAISAGEM URBANA HISTÓRICA

Neste capítulo partiremos para o quarto passo proposto pelo Guia da UNESCO para aplicação da abordagem HUL:

Integrar os valores do patrimônio urbano e seu status de vulnerabilidade em uma estrutura mais ampla de desenvolvimento da cidade, que deve fornecer indicações de áreas sensíveis ao patrimônio, que requerem atenção cuidadosa ao planejamento, concepção e implementação de projetos de desenvolvimento (UNESCO, 2016, p.13).

A fim de alcançar possíveis proposições para a área de entorno que compõem a paisagem urbana histórica de Brasília, iremos ainda proceder a uma análise referentes aos parâmetros atuais da legislação federal e distrital.

Além disso, avançaremos ao quinto passo, que busca priorizar ações de conservação e desenvolvimento propondo objetivos que por sua vez podem se desdobrar em diretrizes e possíveis redefinições para a gestão da área aqui estudada.

4.1. ANÁLISE DOS PARÂMETROS DA LEGISLAÇÃO FEDERAL E DISTRITAL

Nesse contexto de aplicação da Portaria nº68/2012 há mais de dez anos já foi possível estabelecer leituras críticas de aplicação da normativa, uma delas teria que ver com a

falta de articulação com os parâmetros urbanísticos locais. Outra questão apontada diz respeito à extensão da área tombada e de entorno:

Ademais, se já era assustadoramente grande a *área tombada*, a expansão da atuação do IPHAN até os limites da bacia hidrográfica, pelo menos na área “subsidiária” a oeste, tem pouco efeito prático no sentido de se conservarem as visadas para aquela direção, visto que, de dentro para fora e a partir do chão, a conformação de “anfiteatro” do sítio onde se assenta o Plano Piloto acaba por ocultá-las, na maior parte das situações. Essa forma natural faz com que a cidade (o conjunto tombado) mantenha intensa relação paisagística com o lago, situado a leste, relegando ao segundo plano as ocupações a oeste (GOULART, 2017, p.175)

Partindo para uma análise do primeiro ponto crítico que diz respeito a falta de articulação dos parâmetros da Portaria com a legislação local, destacamos os Planos Diretores Locais (PDLs). Os PDLs são instrumentos complementares ao Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) e estabeleciam os critérios de uso e ocupação do solo das Regiões Administrativas⁶⁰ – foram editados ao todo os seguintes PDLs: PDL Candangolândia, PDL Ceilândia, PDL Gama, PDL Guará, PDL Samambaia, PDL

60. O Distrito Federal é dividido em 33 Regiões Administrativas, cujos limites físicos definem a jurisdição da ação governamental para fins de descentralização administrativa e coordenação dos serviços públicos (SEGOV, 2022). Disponível em: <https://segov.df.gov.br/>. Acesso em: 27 jul 2023.

Sobradinho e PDL Taguatinga. Com as alterações no PDOT em 2009, definiu-se que as normas responsáveis por essa gestão seriam o PPCUB, no caso da área tombada, e a LUOS, para as demais RAs. A definição de parâmetros de altura estabelecida nos PLDs foi feita utilizando-se metodologias aplicadas em cidades tradicionais, onde as alturas máximas são calculadas com base no meio fio oposto, formando ângulos de 60°, tornando-se impossível colocar tais dados em tabelas para comparação com os parâmetros da Portaria.

Esta comparação entre parâmetros da Portaria com a legislação distrital tornou-se um dos principais desafios para o levantamento de dados da pesquisa. Sendo impossível a comparação com os parâmetros dos PDLs existentes, partimos para os dados da LUOS. A LUOS foi publicada apenas em janeiro de 2019. Para comparação dos parâmetros da LUOS com os parâmetros da Portaria foram feitas análises de geoprocessamento utilizando o software Arcgis. No entanto, para que essa análise fosse possível um primeiro estudo⁶¹ de conflitos entre a poligonal do SITURB/SEGETH⁶², o texto da Portaria nº68/2012 e o Anexo II da Portaria precisou ser realizada, para correção de pontos de conflito encontrados nas três fontes de dados. A análise comparativa entre os parâmetros da LUOS e da Portaria foi realizada a partir deste primeiro estudo.

Para efetuar a análise foi elaborada uma base de dados georreferenciados com a representação gráfica do Anexo II e utilizada a camada do SITURB, que contém as poligonais descritas no texto da portaria. Neste mapa, já foi possível identificar

61. Esta análise contou com a participação da Arq. Renata Marchini Loureiro, e foi desenvolvida no âmbito do tema desta tese e dos trabalhos desenvolvidos na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SEDUH) pela autora e pela mencionada arquiteta. Foi também apresentada no ENANPARQ 2022, na mesa temática Patrimônio, Escalas e Processos, em artigo com o qual colaborou, ainda, a orientadora da tese, Profa. Dra. Ana Elisabete Medeiros.

62. Sistema de Informações Territoriais e Urbanas do Distrito Federal. É o setor de Georreferenciamento que elabora mapas, cartas topográficas relacionadas ao planejamento urbano do DF, responsável também pelo GeoPortal.

conflitos entre o que está descrito no texto da Portaria e o que está representado no Anexo II, conforme mapa abaixo⁶³:

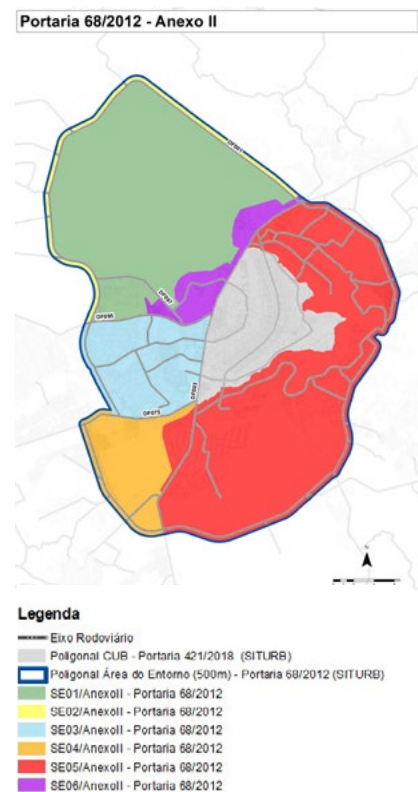


Figura 134: Camada Anexo II Portaria nº68/2012. Fonte: PRIESTER; LOUREIRO; MEDEIROS, 2022.

63. Foram elaborados croquis detalhando os pontos de conflito identificados. Para uma melhor leitura dos problemas identificados, ver o artigo: PRIESTER, Mariana Freitas; LOUREIRO, Renata Marchini; MEDEIROS, Ana Elisabete de Almeida.

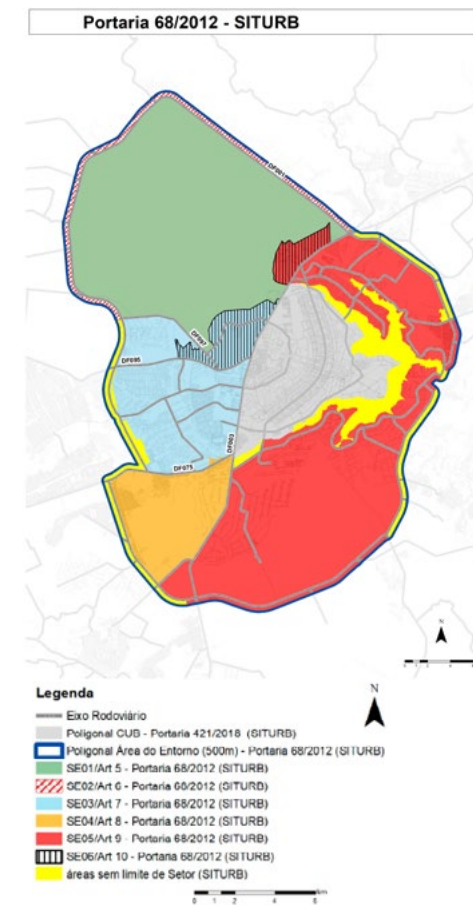


Figura 135: Mapa Portaria nº68/2012 – Setores como apresentados pela camada do SITURB no Geoportal. Fonte: PRIESTER; LOUREIRO; MEDEIROS, 2022.

Após a avaliação dos dados, foi elaborado um mapa com proposta de correção dos pontos de conflito encontrados, contendo as poligonais dos setores e a descrição para a definição das poligonais, com objetivo de dar uma maior precisão cartográfica (mesmo sem a publicação de um quadro de coordenadas). Essa proposta de correção das camadas dos setores que compõem a base georreferenciada, será utilizada neste trabalho para a análise subsequente que irá comparar os parâmetros da LUOS com os parâmetros da Portaria.

A proposta de texto para definição das poligonais utiliza, preferencialmente, os principais eixos rodoviários do DF, pois entendemos que à medida que as Regiões Administrativas vão se desenvolvendo, a possibilidade de serem alteradas suas limitações são grandes, o que dificulta a definição de setores utilizando-se esses limites; outras delimitações físicas, também foram utilizadas, como a poligonal de definição do Parque Nacional de Brasília. Além disso, onde havia sobreposição de critérios, optou-se pelo critério mais restritivo (como no caso do Setor 06 e o Setor 01, no trecho da EPIA):

———— SETOR DE ENTORNO 01 - PARQUE NACIONAL DE BRASÍLIA (SE-01)

Delimitado pelo eixo da DF 001 (EPCT) e a poligonal do Parque Nacional de Brasília-PNB.

———— SETOR DE ENTORNO 02 - PROTEÇÃO DA CUMEADA DO PARQUE (SE-02)

Delimitado pela poligonal do Parque Nacional de Brasília-PNB e a distância de 500 metros do eixo externo da DF 001 (EPCT), no trecho que acompanha o parque.

Estudos sobre a área de entorno do Conjunto Urbanístico de Brasília: A Portaria IPHAN nº68/2012. In Refazer, Restaurar, Revisar. Anais VII Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Vol.4. São Carlos, 2022.p.115-137.

———— SETOR DE ENTORNO 03 - URBANIZAÇÃO CONSOLIDADA (SE-03)

Delimitado pelo eixo da DF 003 (EPIA), o eixo DF 075, o eixo da DF 095 e a distância de 500 metros do eixo externo da DF 001 (EPCT), no trecho que acompanha o setor. Deste modo a área mais adensada, está localizada no Setor com parâmetros mais flexíveis da Portaria.

———— SETOR DE ENTORNO 04 - OCUPAÇÃO CONTROLADA I (SE-04)

Delimitado pelo eixo da DF 003 (EPIA), o eixo da DF 075 e a distância de 500 metros do eixo externo da DF 001 (EPCT), no trecho que acompanha o setor.

———— SETOR DE ENTORNO 05 - OCUPAÇÃO CONTROLADA II (SE-05)

Delimitado pelo eixo da DF 003 (EPIA) e a distância de 500 metros do eixo externo da DF 001 (EPCT), no trecho que acompanha o setor, excluída a área do CUB.

———— SETOR DE ENTORNO 06 - OCUPAÇÃO CONTROLADA III (SE-06)

Delimitado pelo eixo da DF 003 (EPIA), DF 095, a poligonal do Parque Nacional de Brasília-PNB e a distância de 500 metros do eixo externo da DF 001 (EPCT), no trecho que acompanha o setor. Desse modo foi solucionado conflito existente entre o texto e o Anexo II da Portaria, em que a Colônia Agrícola 26 de setembro ficava de fora do Setor 3, e dentro do Parque Nacional. Remanejando este trecho para o Setor 6, tem-se uma área de amortecimento nas proximidades do Parque, com critérios mais restritivos que o Setor 3.

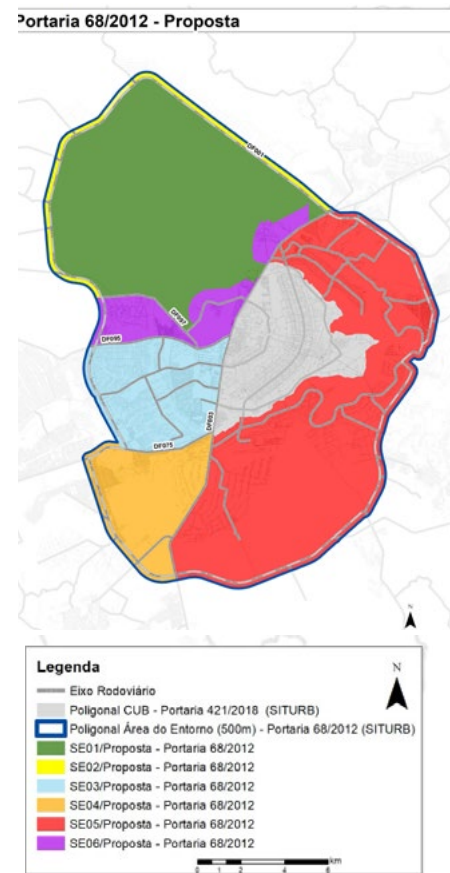


Figura 136: Proposta para definição dos setores de Entorno. Fonte: PRIESTER; LOUREIRO; MEDEIROS, 2022.

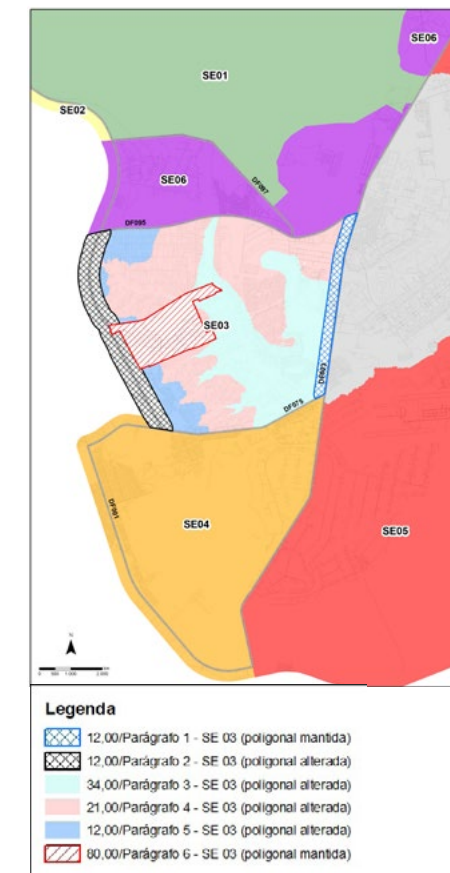


Figura 137: Proposta subdivisão Setor 03 com as respectivas alturas limites. Fonte: PRIESTER; LOUREIRO; MEDEIROS, 2022.

Por fim, foram analisadas também as subdivisões dos setores SE-03, SE-05 e SE-06 - os outros setores não possuem subdivisões - e proposta uma nova representação gráfica para as subdivisões do SE-03, utilizando-se as curvas de nível para melhor compreensão da altimetria do território. No SE-03 há seis subdivisões, conforme a tabela 01 e a figura 14, que demonstra graficamente as subdivisões dos parágrafos dispostos no texto da Portaria. Nos setores onde houver sobreposição, propõe-se que sejam considerados os parâmetros mais restritivos, com exceção do setor referente à RA de Águas Claras que é tratado como exceção pela Portaria.

O SE-05 possui duas subdivisões de acordo com a tabela 01. Ressaltamos que o texto da Portaria se refere a áreas urbanizadas que devem seguir o critério de 9 metros, no entanto, chamamos atenção para a não definição do termo “áreas urbanizadas” empregado na Portaria. As chamadas macrozonas rurais existentes na região do Taquari não estariam englobadas nesse critério? Propõe-se aí a retirada do termo e o estabelecimento do critério geral de 9 metros para todas as regiões, com exceção dos Centro Administrativo do Lago Norte, onde o critério estabelecido é de 16 metros.

A partir destas contribuições acreditamos que a divisão dos setores de entorno estabelecidas se torna mais clara e eficaz. Esta análise também permitiu a elaboração de uma comparação entre os parâmetros da LUOS com os da Portaria nº68/12, pois foram adotadas as camadas definidas em nossa proposta para inserção dos dados no software Arcgis.

Para a análise dos parâmetros estabelecidos na LUOS (Lei Complementar nº1007/2022) foram selecionados os lotes que constam na referida lei e estão inseridos na poligonal da área de entorno do CUB. É importante ressaltar que há importantes áreas

que ainda não foram parceladas no entorno do CUB e que, portanto, não constam na LUOS (como a região do Setor Habitacional do Taquari).

Foram inseridos nos lotes selecionados, os dados de área edificada por lote, com base nos dados da aerofotogrametria de 2016/SITURB⁶⁴. Foi calculado o potencial construtivo dos lotes (área do lote x coeficiente de aproveitamento máximo – CFA M/LUOS 2022) para encontrar os lotes vagos e os lotes subutilizados, com base nos critérios estabelecidos no Observatório Territorial da SEDUH, que considera como subutilizados os lotes com área construída inferior a 5% do coeficiente de aproveitamento para o uso exclusivamente residencial, ou inferior a 20% para os demais usos.

Os dados dos Setores de Entorno da Portaria nº 68/2012 e os parâmetros de altura estabelecidos na legislação, foram inseridos na camada que contém os lotes da LUOS 2022, localizados na poligonal da área de entorno. Para inserção dos dados foram considerados os lotes que possuem o centroide dentro do polígono do Setor, exceto na faixa de 500m da EPIA, onde o critério foi o de intersecção dos lotes com o polígono, uma vez que a portaria estabelece que os lotes têm que estar totalmente ou parcialmente contidos no Setor (SE 03 e SE 06). Foi feita uma análise da tabela dos lotes para identificar onde a altura estabelecida na LUOS vigente ultrapassa a altura definida na portaria. Para avaliação dos dados e elaboração das análises foram utilizadas várias ferramentas de geoprocessamento no software ArcGIS. Para efetuar a análise foram consideradas camadas já existentes no SITURB e outras desenvolvidas para o trabalho.

Foram encontrados os seguintes resultados:

64. A soma das áreas do lote foi feita utilizando a ferramenta “**Summary Statistics/Field:ed_area** e **Statistic Type:SUM/Case field: lu_CIPU**”. A maior altura do lote foi obtida utilizando a ferramenta “**Summary Statistics/Field:ed_alt_aprox** **Statistic e Type:MAX/Case field: lu_CIPU**”.

TOTAL DE LOTES (LUOS 2022): **103.907**

TOTAL DE LOTES SEM INFORMAÇÃO DE ALTURA MÁXIMA NA LUOS: **267 (0,26%)**

TOTAL DE LOTES COM ALTURA⁶⁵/LUOS 2022 MAIOR QUE A ESTABELECIDA PELA PORTARIA Nº68/2012: **35.211 (33,89%)**. DESTES, **20.135 (19,38%)** JÁ ESTÃO EDIFICADOS E **15.076 (14,51%)** ESTÃO VAGOS OU SUBUTILIZADOS.

DOS **15.076** LOTES VAGOS OU SUBUTILIZADOS, COM ALTURA (LUOS 2022) MAIOR QUE A ESTABELECIDA PELA PORTARIA Nº68/2012, **9589 (63,60%)** LOTES POSSUEM APENAS 0,5M DE DIFERENÇA E SÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR (RE 1, RO 1 OU RO 2) OU DE HABITAÇÃO MULTIFAMILIAR NA TIPOLOGIA DE CASAS (RE 2) E ESTÃO LOCALIZADOS NO SE 05.

A análise buscou propor uma definição clara para as poligonais, verificar o quantitativo de lotes onde o normativo vigente ultrapassa a altura definida na Portaria Nº

65. A altura calculada com os dados da LUOS (Anexo III), não considera os seguintes elementos descritos no art. 15 da Lei Complementar nº 948/2019:

- Art. 15. A altura máxima é a medida vertical entre a cota de soleira e o ponto mais alto da edificação, excluídos os seguintes elementos:
- I - caixa d'água e barrilete;
 - II - castelo d'água;
 - III - casa de máquina destinada a infraestrutura predial;
 - IV - antena para televisão;
 - V - para-raios;
 - VI - infraestrutura para redes de telecomunicações;
 - VII - chaminé;
 - VIII - campanário;
 - IX - silo;
 - X - exaustor e condensadora de ar-condicionado;
 - XI - placa solar. (GDF, 2019).

68/2012 e qual o percentual desses lotes está vago ou subutilizado. A análise teve como objetivo avaliar a efetividade dos critérios de altura estabelecidos na portaria. Na análise foi verificado que, do total de lotes abrangidos pela LUOS (LC nº1007/2022) e que possuem o seu centróide coincidente com a poligonal da área de abrangência da Portaria Nº68/2012, ou que estão totalmente ou parcialmente contidos no Setor (caso aplicável ao SE 03 §1º e ao SE 06 §1º), 33,89% deles possuem altura (LUOS 2022) maior que a estabelecida pelo IPHAN, 14,51% são considerados vagos ou subutilizados.

Fazendo a análise por Setor de Entorno do CUB (SE 01 e SE 02 não foram calculados porque não possuem lotes), temos os seguintes dados

SETOR	LOTES COM ALTURA PREVISTA NA LUOS MAIOR QUE NA PORTARIA IPHAN Nº68/2012	QUANTIDADE DE LOTES	PERCENTUAL (LOTES COM ALTURA LUOS MAIOR PORTARIA/POR SETOR)	TOTAL LOTES POR SETOR
S3	Não	35.931	93	38.635
	Sem informação	73	0	
	Sim	2.631	7	
S4	Não	22.533	86	25.416
	Sem informação	136	1	
	Sim	2.747	11	
S5	Não	724	2	30.084
	Sem informação	49	0	
	Sim	29.311	97	
S6	Não	9.241	95	9.772
	Sem informação	9	0	
	Sim	522	5	
			Total	103.907
			Percentual total de lotes com altura LUOS maior Portaria	33,89

Tabela 18: Quantitativo de lotes da área de entorno do CUB que possuem altura da LUOS 2022 maior que a estabelecida pela Portaria nº68/2012. Fonte: Elaborado pela autora a partir dados cedidos pela arquiteta Renata Loureiro.

SETOR	LOTES COM ALTURA PREVISTA NA LUOS MAIOR QUE NA PORTARIA IPHAN Nº68/2012	QUANTIDADE DE LOTES	PERCENTUAL (LOTES COM ALTURA LUOS MAIOR PORTARIA E SUBUTILIZADOS OU VAGOS/POR SETOR)	TOTAL LOTES POR SETOR
S3	Não	35.931	93	38.635
	Sem informação	73	0	
	Sim (edificados)	1.541	4	
	Sim (vagos ou subutilizado)	1090	3	
S4	Não	22.533	89	25.416
	Sem informação	136	1	
	Sim (edificados)	1.444	6	
	Sim (vagos ou subutilizado)	1.303	5	
S5	Não	724	2	30.084
	Sem informação	49	0	
	Sim (edificados)	16.960	56	
	Sim (vagos ou subutilizado)	12.351	41	
S6	Não	9.241	95	9.772
	Sem informação	9	0	
	Sim (edificados)	190	2	
	Sim (vagos ou subutilizado)	332	3	
			Total	103.907
Percentual total de lotes com altura LUOS maior Portaria e Subutilizados ou Vagos				15,51

← **Tabela 19:** Quantitativo de lotes da área de entorno do CUB que possuem altura da LUOS 2022 maior que a estabelecida pela Portaria nº68/2012 e estão vagos ou subutilizados. Fonte: Elaborado pela autora a partir dados cedidos pela arquiteta Renata Loureiro.

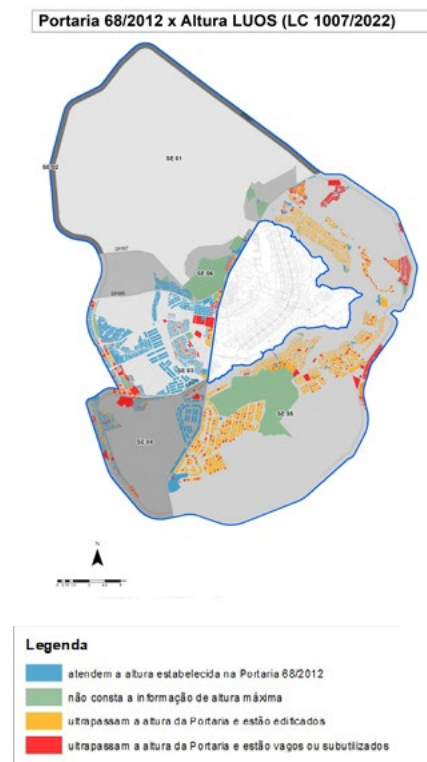


Figura 138: Portaria nº68/2012 x Altura LUOS (LC nº1007/2022) Localização dos lotes que possuem conflito entre a altura da LUOS 2022 e a estabelecida pela Portaria Nº68/2012 e estão vagos ou subutilizados. Fonte: Mapa elaborado pela arq. Renata Marchini Loureiro, a pedido da autora, com base nos dados levantados para esta pesquisa.

Após a análise dos dados é possível constatar que a portaria incide atualmente sobre um percentual pequeno de lotes, uma vez que grande parte deles já está edificado, alguns com altura maior que a estabelecida na LUOS. No entanto, é importante que a Portaria tenha regras mais claras e objetivas, para a sua correta aplicação e principalmente para que ela seja utilizada em novos projetos elaborados para a área de entorno, preservando dessa forma, a ambiência e a visibilidade do Conjunto Urbanístico de Brasília.

4.2. ENTRE NOVAS CONFIGURAÇÕES, AÇÕES E CONTRIBUIÇÕES

De acordo com Nito (2023) a atual política de preservação das áreas de entorno se desenvolve a partir da normatização e da gestão que se faz em análises de projetos de intervenção nessas áreas. Nito ressalta que apenas recentemente consultas públicas e audiências passaram a ser realizadas no âmbito do IPHAN:

Porém, as instâncias representativas ainda não possuem cadeira para grupos organizados da sociedade civil. Nesse cenário, cabe destacar a situação dos conselhos paulistas nos últimos anos, que têm sofrido redução de cadeiras, diminuindo a representação e a equidade de entes representados. No IPHAN, as solicitações de intervenção no entorno de bens tombados não passam por conselho. As análises são feitas pelos técnicos, em geral, profissionais de arquitetura e urbanismo (NITO, 2023, p.313)

Como vimos nos casos de estudo aqui apresentados, o diálogo sobre intervenções nas áreas de entorno se dá entre os órgãos de desenvolvimento e patrimônio, proprietários particulares ou empresas que visam ao lucro, como ressalta Nito (2023), à sociedade civil resta “reagir quando da demolição de imóveis ou do início das obras

de construções aprovadas meses, ou mesmo anos antes, com canais de diálogo muito restritos” (2023, p.313).

Houve um esforço durante a década de 1980 na implementação da política de entorno pelo IPHAN. Nesses debates empreendidos a visibilidade como critério literal de preservação do bem, passou a ser apenas uma das dimensões de análise, e, naquele momento, outras preocupações também fizeram parte dos critérios considerados, como a qualidade de vida urbana (NITO, 2023). No entanto, Nito destaca em seus estudos de casos nas cidades de Pelotas, Belém e São Paulo, que esse amadurecimento conceitual não chegou a se estabelecer nas práticas estaduais e municipais:

A perspectiva brasileira conceitual de entorno, que estava sendo construída na década de 1980, converge em alguns critérios com a definição de entorno elaborada na Declaração de Xi’An, de 2005, do ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, associada à Unesco. Essa declaração foi resultante de encontro para se debater a preservação do patrimônio em cidades de países em desenvolvimento e com a produção do espaço urbano desigual, como Xi’An na China. O conceito de entorno formulado pauta a importância dos usos e práticas sociais. Porém, assim como nas políticas de patrimônio brasileiras, as interpretações sobre o papel do entorno nas práticas de proteção mundial também são diversas (NITO, 2023, p. 313).

Os dois principais elementos para se tratar o entorno explorados atualmente pelo IPHAN, a visibilidade e a ambiência, tem, ao invés de ajudar na gestão, limitado a política de entorno:

Então como é que eu trato a gestão desse território vivo, considerando os problemas de hoje? Ai que tá. Por que eu não gosto da

tal ambiência? Porque a tendência da tal ambiência é reproduzir casinhas. Ah, não, a ambiência de Olinda é casinhas baixas e coloridas. Então eu vou encher o entorno de Olinda de casinhas coloridas? Não, não é isso. Isso é muito primário para todos nós. Então eu acho que isso é um aprendizado. Hoje em dia é reconhecer que os atributos, sim, são fundamentais para a preservação e que a gente tem que construir um belo e importante diálogo com esses territórios envoltórios, muito menos baseado nos critérios que estão lá, mas sim nos valores (SCHLEE, 2023, p.5).

Encarar a política de preservação dos entornos atualmente no Brasil, transita entre a descrença (MELO, 2021) na ferramenta: “Enquanto ignora-se o entorno do patrimônio retira-se aquilo que lhe dá sentido” (NITO, 2023, p.316) e o repovoamento do patrimônio, como sugere Ulpiano (2017): “Conviria, agora, dar ao habitante, no universo do patrimônio cultural, uma presença menos etérea” (MENESES, 2023, p.41):

[...] Políticas de patrimônio cultural urbano terão sempre um débito em aberto, se desconhecemos o universo de valores, que tornam humanas aquelas imbricações de várias naturezas, produzidas e produtora, na/da vida do habitante, como um todo (MENESES, 2017, p.50).

No caso específico de Brasília a preservação da linha do horizonte vista a partir do Conjunto Urbano e os mirantes naturais como eixos de visibilidade do CUB, como descreve a Portaria, se mostraram de difícil gestão. Em que pese o transbordamento dos vazios intencionais (GOMES, 2023) do CUB para sua área envoltória, culminando com a linha do horizonte, o adensamento da região no interior da bacia vem pressionando essas áreas. A esse respeito Schlee questiona se a preservação da linha do horizonte teria sido um romantismo à época da elaboração da Portaria nº68/12:

Será que era uma visão romântica minha e da Anna [Finger] de que a gente só ia enxergar para o resto da vida a linha do horizonte de Brasília? Porque, já vou te dar a terceira crítica, porque também pode ser considerada uma visão romântica, ter a cidade e a gente ter essa linha. Mas isso estava nos textos da cidade quando ela nasceu. E a terceira crítica que é possível ser feita, além da questão da dimensão e do olhar romântico, é, por que a gente tem que controlar tanto esse crescimento de entorno? Até onde, de fato, Brasília crescer para fora interfere na Brasília do plano piloto e nos seus atributos, nos seus valores? A minha questão é um pouco essa, porque tem um custo tudo isso. Preservar Brasília com uma área de entorno tão grande nos obriga a jogar a cidade do futuro para longe. E a gente sabe que isso tem um custo de infraestrutura, de tudo, inclusive para as pessoas, que têm que se deslocar para fora, para dentro, para fora... (SCHLEE, 2023, p.7).

A Superintendência do IPHAN no DF vem considerando, a partir dos estudos realizados por Perpétuo (2015;2016) que a macroárea B, conforme estabelecida pela Portaria nº166/16, já estaria funcionando como uma área de amortecimento do Conjunto Urbano, mesmo estando ela inserida no interior do conjunto tombado. De acordo com Goulart o atual entendimento para a área de entorno do CUB seria no sentido de enfatizar a visibilidade conformada pelos eixos norte-sul (eixo rodoviário) e eixo leste-oeste (eixo monumental), diminuindo a atual área de entorno e, portanto, não utilizando mais a delimitação da bacia hidrográfica do Paranoá.

Os estudos propostos pelo GT-Brasília já traziam uma definição de proteção do bem tombado, pensando eixos visuais como é possível notar ao analisar as três áreas de proteção já demonstradas anteriormente nesse estudo:

A Área de Amortecimento – AAM define um desenho ao redor dos eixos principais e a Área de Interesse Patrimonial – AIP, alcança toda a visada leste conformada pelo anfiteatro natural.

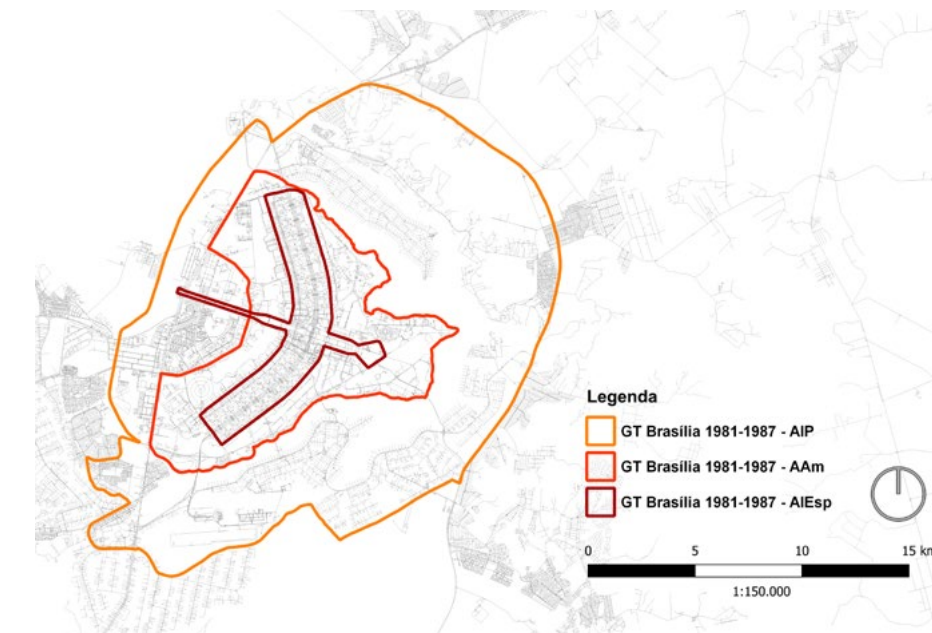


Figura 139: Áreas de proteção GT-Brasília. Fonte: Mapa elaborado por Daniel Rosa Bittencourt, a pedido da autora, com base nos dados levantados para esta pesquisa.

A proposta atual, vislumbrada por Goulart, retoma a Área de Interesse de Preservação definida pelo GT-Brasília, incluindo o eixo visual do eixo monumental. De certa

forma, essa proposta mantém o Instituto em sua zona de conforto retomando fundamentalmente às discussões de visibilidade e ambiência do bem tombado isoladamente, como preconiza o Decreto Lei nº25/37, em seu artigo 18 que trata sobre a visibilidade:

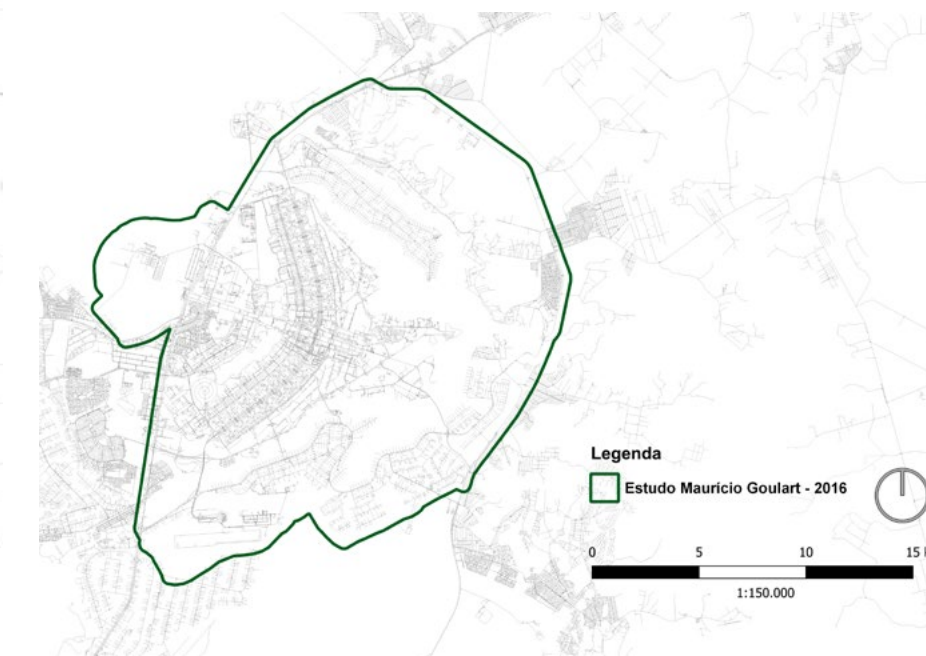


Figura 140: Proposta Mauricio Goulart, 2016. Fonte: Mapa elaborado por Daniel Rosa Bittencourt, a pedido da autora, com base nos dados levantados para esta pesquisa.

Além disso, Goulart afirma que atualmente busca-se tratar de modo correlato a gestão estabelecida pela Portaria nº166/16 sobre a alteração de normativas para os lotes vigentes na área do CUB, também para a área de entorno. Ou seja, qualquer alteração nas normas vigentes para os lotes inseridos na área de entorno, deveria

passar por consulta ao IPHAN. Desse modo, o Instituto estaria presente na elaboração das leis desenvolvidas pelo GDF e poderia contribuir com a definição de diretrizes de intervenção para a área, ao invés de analisar os projetos posteriormente.



Figura 141: Vista a partir do Fim do Eixo Rodoviário Norte 1. Fonte: Acervo pessoal da autora.



Figura 142: Vista a partir do Fim do Eixo Rodoviário Norte 2. Fonte: Acervo pessoal da autora.



Figura 143: Vista para o fim do Eixo Rodoviário Sul 1. Fonte: Acervo pessoal da autora.



Figura 144: Vista para o fim do Eixo Rodoviário Sul 2. Fonte: Acervo pessoal da autora.

O estudo de Mônica Veríssimo ressalta a questão ambiental como um fator de grande relevância como delimitador da área de entorno, para além das questões culturais envolvidas com o horizonte nos textos de Lucio Costa. Nesse sentido, encarar a gestão de uma grande área traz o desafio de englobar o conceito da paisagem, na qual uma gama maior de elementos e critérios precisaria ser considerada e não apenas o monitoramento de eixos visuais.

Anna Finger aponta que as considerações trazidas pela Recomendação da Paisagem Urbana Histórica estariam mais próximas dos planos diretores, e leis de uso e ocupação do solo locais, do que dos instrumentos de proteção utilizados pelo IPHAN. Tais discussões teriam que ser tratadas amplamente, com demandas sociais, políticas ambientais, de educação, lei de uso e ocupação do solo, e toda uma gama de legislações que tratam da dinâmica local:

Porque os instrumentos de preservação como patrimônio cultural, têm um recorte muito específico, também é difícil dar conta de tudo, e eu acho que não é o papel de um órgão só, isso são abordagens que têm que ser pactuadas entre vários órgãos, porque as responsabilidades são muito espalhadas por vários órgãos, não é só o patrimônio cultural que daria conta disso. Então, me parece que precisava ser melhor apropriado, mas não só pelo IPHAN, principalmente pelos municípios (FINGER, 2023, p.11).

Diante da atual perspectiva de alteração da área de entorno por parte do IPHAN, consideramos que seria fundamental a minuta do PPCUB retomar os estudos para a área de entorno considerando a área da Bacia Hidrográfica do Paranoá (como na versão apresentada pela empresa RS Consultoria e Projetos LTDA) como uma área de proteção paisagística do CUB. Com essa configuração, teríamos três áreas de proteção: a área tombada configurada pelo CUB; uma área de entorno gerida pelo

IPHAN e uma área de proteção paisagística, no âmbito do PPCUB, gerida pelo GDF, de modo a conciliar as leis de preservação e de desenvolvimento urbano locais:

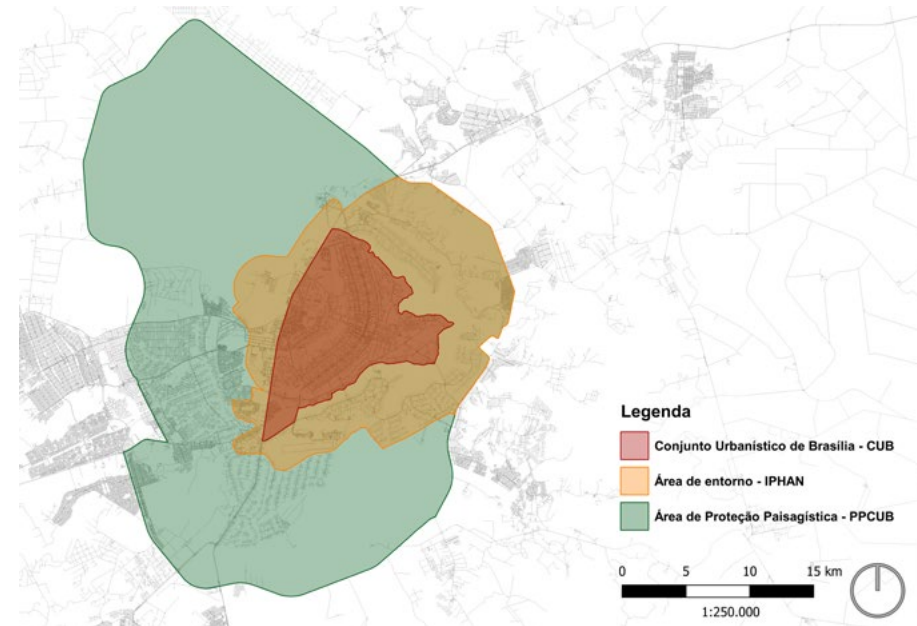


Figura 145: Proposta novas áreas de proteção. Em vermelho a área do Conjunto Urbanístico de Brasília – CUB; em amarelo a nova proposta de área de entorno – IPHAN e em verde a área de proteção paisagística pelo PPCUB. Fonte: Mapa elaborado por Daniel Rosa Bittencourt, a pedido da autora, com base nos dados levantados para esta pesquisa.

Nesse sentido, a proposta de texto para definição das poligonais apresentada nesta tese vem contribuir como ponto de retomada para a adoção desse zoneamento para área de proteção paisagística do CUB. Propõe-se, por fim, que os setores de entorno

sugeridos sejam renomeados como Unidades de Preservação da Paisagem - UPP, conformando um total de seis Unidades:

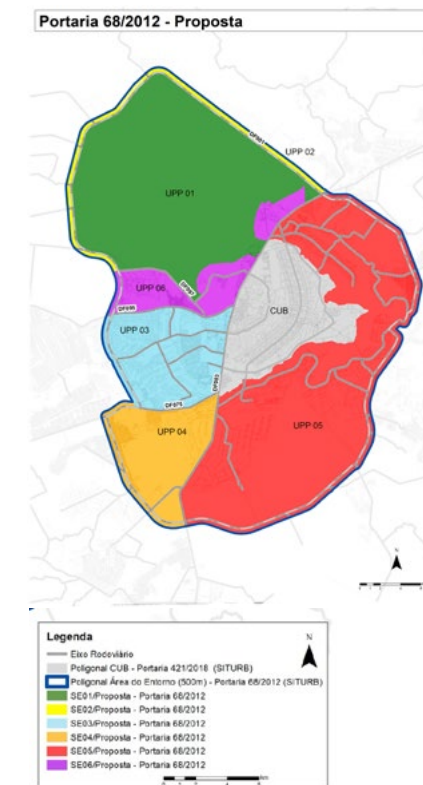


Figura 146: Proposta Unidades de Preservação – UPP. Fonte: Mapa elaborado por Renata Marchini Loureiro a pedido da autora, com alterações da autora.

Nessa toada, resgatamos aqui as recomendações para as Subáreas de Entorno sugeridas pelo documento “Prognóstico – Relatório Preliminar” (2011), as quais foram revisadas e atualizadas e, ainda, foram acrescentadas as diretrizes extraídas das investigações da tese para o Setor de Entorno 05, região analisada mais profundamente nos estudos de casos propostos. Espera-se, a partir desses apontamentos, contribuir com uma gestão voltada para a paisagem, que alie o desenvolvimento urbano sustentável com a preservação do patrimônio e ao estímulo de qualidade de vida para os moradores inseridos nas áreas destacadas.

UNIDADES DE PRESERVAÇÃO PAISAGÍSTICA - UPP	ÁREA DE ABRANGÊNCIA	RECOMENDAÇÕES ATUALIZADAS
UPP 01	Parque Nacional de Brasília (SE-01)	1) Manter, rigorosamente, a área do Parque Nacional de Brasília como área de Proteção Integral, conforme estabelecido no PDOT; 2) Recomendar, junto ao órgão gestor competente, a demarcação e proteção de vestígios, porventura existentes, de antigas fazendas e ocupações no território do Parque Nacional;
UPP 02	Proteção da Cumeada do Parque (SE-02) Delimitado pela poligonal do Parque Nacional de Brasília-PNB e a distância de 500 metros do eixo externo da DF 001 (EPCT), no trecho que acompanha o parque.	3) Impedir, no limite norte do Parque Nacional de Brasília, o reparcelamento da região do Lago Oeste, mantendo o módulo rural mínimo de 2ha e, ao sul, impedir a ocupação irregular das Áreas de Proteção de Mananciais de Santa Maria, Pedras, Bananal e Currais, integrantes da bacia do rio Descoberto. Cabe reforçar que outras ocupações irregulares vêm sendo regularizadas no entorno do Parque Nacional, como foi o caso da ocupação 26 de setembro e que reduziu a área da FLONA em 40%, como já mencionado neste estudo. Há que se ponderar se essas políticas de regularização não estimulam novas ocupações irregulares;
UPP 03	Urbanização Consolidada (SE-03) Delimitado pelo eixo da DF 003 (EPIA), o eixo DF 075, o eixo da DF 095 e a distância de 500 metros do eixo externo da DF 001 (EPCT), no trecho que acompanha o setor. Deste modo a área mais adensada, está localizada no Setor com parâmetros mais flexíveis da Portaria.	4) Conservar, predominantemente, os usos de caráter regional já consagrados nos setores situados à margem da EPIA ou na sua proximidade imediata, restringindo o uso exclusivamente residencial, e promovendo os estudos de avaliação conforme art.108 do PDOT para os eixos e pólos da Estratégia de Dinamização ali situados, face à sua relação com a área tombada, com especial atenção para as alturas das edificações nesses setores. Atenção deve ser dada às recentes alterações realizadas pela LUOS (aprovada pela Lei Complementar 1007/2022), que permitem remembramentos entre lotes com uso residencial, mesmo em lotes voltados para a EPIA. Promover a qualificação de seus espaços públicos, reforçando a sua arborização; 5) Implantar o conector ambiental 7, reserva do Guará/Riacho Fundo, conforme previsto no PDOT; 6) Aprovação de plano de ocupação de quiosques nas áreas públicas; 7) Manter e recompor a mata ciliar ao longo dos cursos d'água, bem como outras vegetações onde foram suprimidas ou reduzidas; 8) Preservar a Vila dos Ferroviários, o prédio e o entorno da estação Ferroviária Bernardo Sayão. Recuperação da Ferroviária Bernardo Sayão; 9) Reduzir o impacto da presença do sistema viário exageradamente evidenciado na paisagem com farta arborização ao longo das vias, balões e canteiros em geral; Taguatinga 10) Dar atenção para a franja sul de Taguatinga, situada no divisor de águas entre as bacias do lago Paranoá e o rio Descoberto, promovendo sua arborização com espécies de grande porte sobre o contorno externo da zona, com avaliação da sua massa construída e de seus potenciais construtivos, em virtude da sua proeminência na paisagem; 11) Promover um circuito turístico/cultural valorizando a Praça do Relógio de Taguatinga (com a restauração de seu teatro) com os outros bens destacados. Estabelecer mecanismos de proteção para a área de entorno; Águas Claras 12) Reavaliar as normas de gabarito e potenciais construtivos de Águas Claras, face não só à sua proeminência na paisagem, como também devido à qualidade espacial daquela localidade. Atenção deve ser dada às diretrizes estabelecidas pela DIUR N°03/2018, feita para a Via Transbrasiliana (atual Avenida das Cidades) que prevê altura para lotes com uso Comercial/Misto Prestação de Serviços de até 71,50 m; Vicente Pires 13) Atenção deve ser dada ao Novo Bairro do Jôquei Clube de Brasília com relação às alturas das edificações e ao adensamento. Estudo Territorial Urbanístico – ETU 01/2023, aplicável ao Setor Habitacional Jôquei Clube, Setor Habitacional Quaresmeira, Setor de Transporte Rodoviário de Cargas;

UNIDADES DE PRESERVAÇÃO PAISAGÍSTICA - UPP	ÁREA DE ABRANGÊNCIA	RECOMENDAÇÕES ATUALIZADAS
UPP 03	Urbanização Consolidada (SE-03) Delimitado pelo eixo da DF 003 (EPIA), o eixo DF 075, o eixo da DF 095 e a distância de 500 metros do eixo externo da DF 001 (EPCT), no trecho que acompanha o setor. Deste modo a área mais adensada, está localizada no Setor com parâmetros mais flexíveis da Portaria.	Núcleo Bandeirante 14) Promover um circuito turístico/cultural valorizando o Museu Vivo da Memória Candanga com os outros bens destacados. Estabelecer mecanismos de proteção para a área de entorno do Museu; Guará 15) Tratar os espaços públicos e arborizar abundantemente ambos os núcleos urbanos dos Guarás I e Guarás II; 16) Organizar os estacionamentos públicos para o comércio.
UPP 04	Ocupação Controlada I (SE-04) Delimitado pelo eixo da DF 003 (EPIA), o eixo da DF 075 e a distância de 500 metros do eixo externo da DF 001 (EPCT), no trecho que acompanha o setor.	Núcleo Bandeirante 17) Manter os padrões de urbanização do Núcleo Bandeirante e Vila Metropolitana, com especial atenção para impedir o fracionamento dos lotes e o adensamento da Vila Metropolitana, reforçando a sua arborização, tanto ao longo das vias, quanto nos espaços públicos e promover o controle da ocupação das suas bordas; Vila Metropolitana 18) Restaurar e recuperar os bens tombados remanescentes do antigo acampamento Metropolitana; Riacho Fundo 19) O Riacho Fundo II, núcleo urbano em consolidação, merece cuidados quanto à altura das edificações e à manutenção de áreas de infiltração de água, devido à sua localização na cumeada da bacia do lago Paranoá; 20) Priorizar a proteção e a adequação para uso da população do Parque Vivencial do Riacho Fundo, e a implantação do conector ambiental 6 – Arie JK/Arie do Ipê, indicando no PDOT; Recanto das Emas 21) O Recanto das Emas, núcleo urbano em consolidação, merece cuidados quanto à altura das edificações e à manutenção de áreas de infiltração de água, devido à sua localização na cumeada da bacia do lago Paranoá, na vertente da bacia do Rio Corumbá; 22) Manter o controle do crescimento das áreas dos Combinados Agro Urbanos, CAUB I e II;
UPP 05	Ocupação Controlada II (SE-05) Delimitado pelo eixo da DF 003 (EPIA) e a distância de 500 metros do eixo externo da DF 001 (EPCT), no trecho que acompanha o setor, excluída a área do CUB.	Park Way 23) Proteger o sítio onde se situa o Palácio do Catetinho e a antiga sede da Fazenda do Gama, mantendo a ocupação rarefeita neste limite sul da encosta da bacia do lago Paranoá; promover um circuito turístico/cultural interligando com outros bens destacados; 24) Manter as características físico-espaciais do Setor de Mansões Park Way, incentivar a arborização dos lotes e vias e a manutenção das áreas de preservação permanente. Atenção deve ser dada ao Trecho 3 do Setor de Mansões Park Way, onde ocupações irregulares estão ocorrendo. Lago Paranoá 25) Manter livres de qualquer ocupação as extremidades do lago Paranoá, a norte e a sul, por se tratar de áreas ambientalmente frágeis, de especial relevância para a paisagem e o equilíbrio da área do conjunto urbano tombado. Trata-se, no lado norte, do triângulo na extremidade da Asa Norte, delimitado pelo Ribeirão Bananal e o limite da Península Norte, incrementando a sua arborização como área paisagística estratégica de conexão do Lago Paranoá com o Parque Nacional de Brasília. Do mesmo modo, a extremidade sul do lago Paranoá deverá ser preservada; Lago Norte 26) Coibir a invasão das margens do ribeirão do Torto com chácaras e condomínios;

UNIDADES DE PRESERVAÇÃO PAISAGÍSTICA - UPP	ÁREA DE ABRANGÊNCIA	RECOMENDAÇÕES ATUALIZADAS
UPP 05	Ocupação Controlada II (SE-05) Delimitado pelo eixo da DF 003 (EPIA) e a distância de 500 metros do eixo externo da DF 001 (EPCT), no trecho que acompanha o setor, excluída a área do CUB.	<p>27) Impedir a ocupação da área ao longo da BR 020, noroeste da subárea, na região lindeira ao ribeirão do Torto;</p> <p>28) Conter em seus limites a Vila do Varjão, bem como limitar os seus índices construtivos;</p> <p>29) Limitar o adensamento da aglomeração formada em torno do Posto Colorado, impedindo edificações em altura e com massas construídas proeminentes na paisagem. A área é classificada pelo PDOT como ARINE – TAQUARI I, que já estabelece a poligonal e define alguns parâmetros.</p> <p>30) Preservar e recuperar as áreas de preservação permanente e os parques da região do Taquari, assim como tomar especial cuidado em seu parcelamento, que deve ter baixa densidade de ocupação do solo, de modo a assegurar a predominância da vegetação sobre a massa de construções, com baixa impermeabilização do solo. O ZEE classifica o SHTQ como integrante da Subzona 5 da Zona de Dinamização Produtiva e Equidade (Zona de Equidade) do ZEE-DF. Segundo o artigo 13, inciso V da minuta de lei do ZEE-DF:</p> <p style="padding-left: 40px;">“V - Subzona de Dinamização Produtiva com Equidade 5 – SZDPE 5, destinada à garantia de quantidade e qualidade das águas do Lago Paranoá por meio da manutenção das áreas de recarga de aquíferos, do controle da impermeabilização do solo, proteção de nascentes e corpos hídricos e aporte de infraestrutura de saneamento ambiental, asseguradas, prioritariamente, as atividades N1 e N3;”</p> <p>No entanto, conforme vimos no estudo de caso apresentado neste trabalho, nessa área além do Trecho 1 (já implantado) e dos Trechos 2 e 3 (ainda não implantados) da Etapa I e das ARINES definidas no PDOT, há grande pressão para novos parcelamentos (Etapa II), com diretriz urbanística válida (ETU 05/2013 - DODF N 245, DE 29/12/2016).</p> <p>31) Realizar estudos técnicos para a revisão da implantação do Setor Habitacional do Taquari Etapa I, trecho 2, levando em conta os estudos desenvolvidos por Andrade (2021; 2022) e Oliveira (2020);</p> <p>32) Preservação da Serrinha do Paranoá como região produtora de água;</p> <p>33) Valorização e manutenção dos Núcleos rurais pré-existentes;</p> <p>34) Mobilidade sustentável (metrô, VLT, BRT, cicloviás), em contraponto à novas pontes;</p> <p>35) Implantação dos parques que ainda não tiveram suas poligonais definidas, Parque do Varjão, Parque do Taquari e Parque do Lago Norte; Impedir as invasões de áreas de preservação permanente no Taquari;</p> <p>36) Centro Cultural com dados e informações sobre a história do Lago Norte e Centro Cultural Indígena;</p> <p>Paranoá</p> <p>37) Proteger a parte da mata de reflorestamento da antiga Proflora, não destinada à expansão do Paranoá, substituindo os pinheiros por espécies nativas do cerrado;</p> <p>38) Impedir o aumento da altura das edificações no núcleo urbano do Paranoá;</p> <p>39) Implantar projeto de paisagismo previsto para o Paranoá Parque para mitigar o impacto do condomínio na paisagem;</p> <p>40) Valorizar a Arie e o Parque do Paranoá;</p> <p>41) Implantação de mais creches, escolas, postos de saúde, hospitais no Paranoá;</p> <p>42) Implantar mais praças e áreas de convívio para a população;</p> <p>43) Investimentos na segurança pública nas áreas urbanas e rurais;</p> <p>44) Promover o incentivo/fomento para pequenos produtores rurais;</p> <p>45) Promover o turismo rural;</p> <p>46) Estudos técnicos para avaliar a possibilidade de implantação de um corredor de comércio às margens da DF-001 ao longo da Região do Paranoá;</p> <p>47) Tratamento de esgoto sanitário no Paranoá;</p> <p>48) Manutenção das áreas rurais;</p>

UNIDADES DE PRESERVAÇÃO PAISAGÍSTICA - UPP	ÁREA DE ABRANGÊNCIA	RECOMENDAÇÕES ATUALIZADAS
UPP 05	Ocupação Controlada II (SE-05) Delimitado pelo eixo da DF 003 (EPIA) e a distância de 500 metros do eixo externo da DF 001 (EPCT), no trecho que acompanha o setor, excluída a área do CUB.	<p>49) Preservação das reservas indígenas;</p> <p>50) Criação de espaços culturais de valorização à cultura local e à história do Paranoá;</p> <p>Lago Sul</p> <p>51) Manter os atuais padrões tipológicos do Lago Sul, assim como coibir a invasão de suas áreas públicas e áreas de preservação permanentes. Atenção deverá ser dada ao assunto visto que tramita na CLDF o Projeto de Lei 408/2023 que prevê regularização de ocupações de área pública, mediante pagamento (exceto em APP);</p> <p>52) Manter a integridade dos parques existentes no Lago Sul;</p> <p>53) Reforçar a arborização ao longo das estradas parques resgatando seu caráter original, bem como nas vias públicas;</p> <p>54) Implantar mais praças e áreas de convívio para a população no Jardim Botânico e Paranoá;</p> <p>55) Regularizar os engenhos publicitários.</p>
UPP 06	- Ocupação Controlada III (SE-06) Delimitado pelo eixo da DF 003 (EPIA), DF 095, a poligonal do Parque Nacional de Brasília-PNB e a distância de 500 metros do eixo externo da DF 001 (EPCT), no trecho que acompanha o setor.	<p>Granja do Torto</p> <p>56) Manter, nos atuais limites, as instalações do Parque de Exposições da Granja do Torto, assim como as ocupações das Vilas Weslian Roriz e do Torto (Setor Habitacional do Torto), resguardada a possível necessidade de realocação de unidades habitacionais no interior do Setor Habitacional do Torto. Atenção deve ser dada às diretrizes existentes (ETU 01/2016 DODF nº80, de 28/04/2016) e para o Plano de Ocupação – BIOTIC, aprovado pelo CONPLAN (Decreto 41162/2020);</p> <p>EPIA</p> <p>57) Qualificar urbanisticamente os setores implantados às margens da EPIA e promover os estudos de avaliação conforme art.108 do PDOT para os eixos e polos da Estratégia de Dinamização ali situados, reavaliando os coeficientes de aproveitamento previstos no referido PDOT quanto à sua compatibilidade com a área tombada;</p> <p>58) Atenção deve ser dada à pressão para instalação do uso residencial em alguns trechos da EPIA;</p> <p>Pátio Ferroviário</p> <p>59) Tombar o prédio da Estação Rodoferroviária, tanto por seu valor relacionado ao sistema de transporte público do DF, quanto pela qualidade do seu projeto arquitetônico e por sua posição estratégica, que marca a finitude do Eixo Monumental;</p> <p>60) Destinar a área situada a oeste da área do Pátio Ferroviário de Brasília para a expansão da administração pública federal, reunindo funções hoje dispersas, como por exemplo, sedes de agências federais, entre outras atividades de comércio e prestação de serviços complementares; além disso, prever área para Habitação de Interesse Social nesse setor. Atenção deve ser dada ao Plano de Ocupação DIEPO 07/2022 (UE 6 – Pátio Ferroviário de Brasília);</p> <p>61) No alinhamento do eixo monumental manter o gabarito baixo das edificações e maior cuidado com o tratamento paisagístico da região;</p>

Tabela 20: Recomendações atualizadas para as Unidades de Preservação da Paisagem – UPP (antigos Setores de Entorno), a partir do documento ETAPA 4 – PROGNÓSTICO (2011) e das contribuições coletadas pela pesquisa Fonte: Elaborado pela autora.

4.3. A RECOMENDAÇÃO NA PRÁTICA: OFICINA HUL CONJUNTO MODERNO DA PAMPULHA

Nos dias 11 e 15 de setembro de 2023, ocorreu na Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, a “Oficina HUL Conjunto Moderno da Pampulha”, no âmbito do VI Colóquio Ibero-Americano: Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto. A Oficina teve o intuito de realizar um exercício de aplicação da Recomendação da Paisagem Urbana Histórica na gestão do Conjunto Moderno da Pampulha, primeiro bem cultural classificado como Paisagem Cultural do Patrimônio Moderno, no dia 16 de julho de 2016. Com a Oficina, espera-se consolidar um projeto piloto do uso da abordagem do HUL no Brasil. Faremos um breve relato sobre as práticas realizadas durante a oficina, avaliando a metodologia aplicada para essa pesquisa, como forma de contribuição para uma possível aplicação da abordagem no âmbito do Conjunto Urbanístico de Brasília e sua área envoltória.

A oficina foi conduzida pela Profa. Dra. Júlia Rey Perez da Universidade de Sevilha, Espanha e pela Profa. Msc. Lucia Pesci da Fundación Cepa, Foro Latinoamericano de Ciencias Ambientales – FLACAM, Cátedra da UNESCO para o Desenvolvimento Sustentável.

O grupo selecionado para a Oficina contou com técnicos envolvidos na gestão do Conjunto da Pampulha, bem como representantes da sociedade civil organizada e outros órgãos como prefeitura, saneamento básico de Belo Horizonte, além de pesquisadores de diversas universidades do Brasil e da América Latina. Foi apontado durante a Oficina que para a efetiva aplicação da recomendação a composição de conselhos com autonomia e representatividade deve ser bem estruturada, ressaltando-se que a falta de representantes dos diversos campos envolvidos na gestão pode tornar inválidas as discussões.

No primeiro dia da oficina, após apresentação da Profa. Dra. Júlia, sobre a experiência da aplicação da abordagem HUL em Sevilha e em Cuenca, no Equador, o grupo foi subdividido em 5 grupos. Cada grupo, a partir de sua própria experiência na Pampulha, deveria listar os aspectos positivos, como atributos e valores referentes ao Conjunto Moderno. A segunda prática foi localizar com o auxílio de um mapa do Conjunto e sua área de entorno os aspectos avaliados. O mesmo foi feito com relação aos aspectos negativos. Todas as etapas da prática foram pontuadas por apresentação dos resultados para o grande grupo, seguido de discussão a respeito dos aspectos apontados.

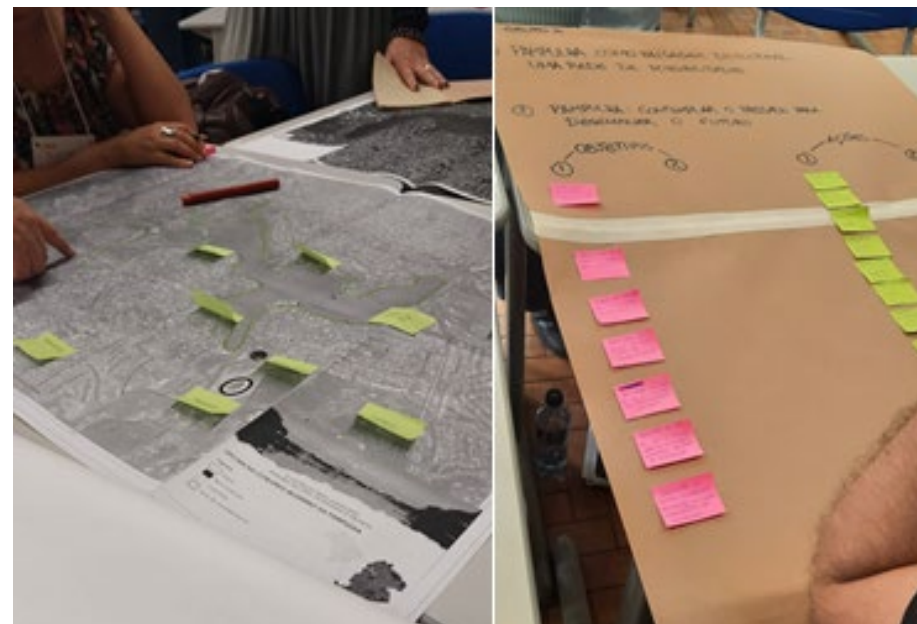


Figura 147: Oficina HUL Conjunto Moderno da Pampulha. Fonte: Daniela Martins e acervo pessoal da autora.



Figura 148: Debates realizados durante a oficina HUL Conjunto Moderno da Pampulha. Fonte: acervo pessoal da autora.

Esta prática foi feita sem qualquer tipo de preparo do grupo, ou seja, apenas após esse primeiro *brainstorming* de ideias é que foi feita uma apresentação sobre o Conjunto da Pampulha por parte dos técnicos organizadores. Este seria o primeiro ponto a discutir com relação à metodologia aplicada nesta tese. No formulário aplicado tanto os aspectos positivos quanto os aspectos negativos foram apontados já de partida, sendo possível apenas em algumas questões e nas perguntas finais um espaço para as pessoas manifestarem espontaneamente os aspectos positivos e negativos de seus bairros. A diferença entre as duas proposições é que na primeira a população ou os atores envolvidos assumem a liderança em suas proposições e os técnicos estariam ali apenas para prestar auxílio.

No segundo dia da oficina foi apresentado pelos organizadores uma síntese dos trabalhos realizados no primeiro dia. Em seguida, os subgrupos se reuniram novamente

para discutir ideias-chaves que deveriam representar potencialidades vislumbradas para a área. Estas por sua vez deveriam ser sintetizadas em potenciais slogans, como por exemplo: “Pampulha como paisagem biocultural: uma rede de possibilidades”, e “Pampulha: Contemplar o passado para desenvolver o futuro”.

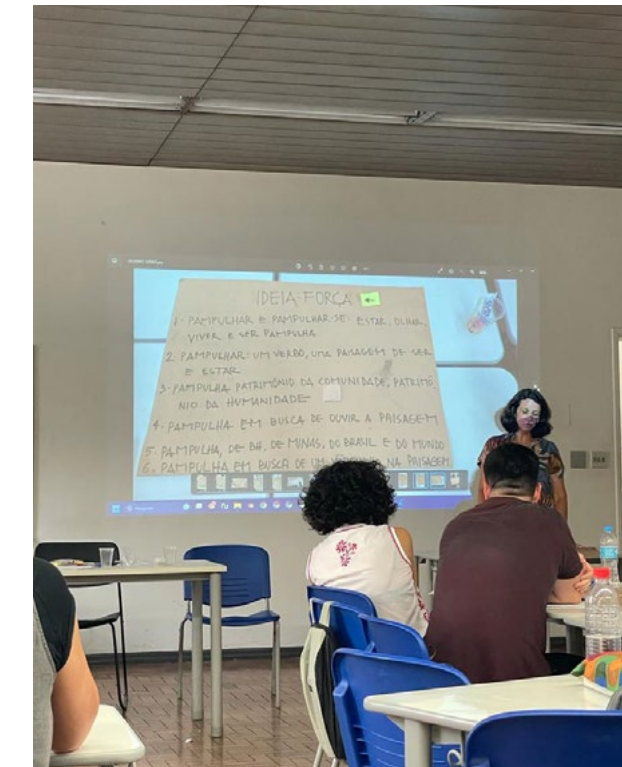


Figura 149: Apresentação das ideias – forças, objetivos e ações. Fonte: Acervo Pessoal da autora.



Figura 150: Apresentação das ideias – forças, objetivos e ações.
Fonte: Acervo Pessoal da autora.



Figura 151: Organizadores da Oficina HUL Conjunto Moderno da Pampulha. Fonte: Acervo Pessoal da autora.

Neste capítulo foi possível verificar, por meio das análises da LUOS 2022 e da Portaria nº68/2012, que seria necessário estipular a altura máxima das edificações de acordo com a altimetria do lote, ao invés de apenas, prever uma avaliação para edificações que ultrapassem certas alturas, o que mantém tem mantido a análise por parte do IPHAN subjetiva. Também, seria importante a definição de uma cota de cumeada, ou

seja, uma cota altimétrica máxima que não poderia ser extrapolada. Principalmente, parâmetros bem definidos (taxa de ocupação, coeficiente de aproveitamento etc.) são necessários para que sejam respeitados em novos projetos de parcelamento elaborados para a área da Bacia Hidrográfica do Paranoá⁶⁶, preservando dessa forma, a paisagem do Conjunto Urbanístico de Brasília.

A experiência realizada na Oficina HUL Pampulha Conjunto Moderno foi uma prática preliminar para o que deveria ser um projeto piloto de aplicação da Recomendação da Paisagem Urbana Histórica no Brasil. Obviamente, dois dias não foram suficientes para a aplicação de todos os passos sugeridos pela UNESCO, mas o exercício da prática possibilitou inúmeras discussões a respeito das dificuldades de aplicação da Recomendação no Brasil que deverão ser enfrentadas. Ao longo das discussões presentes no VI Colóquio Ibero-Americano: Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto foi possível perceber que a Recomendação tem se difundido em estudos e pesquisas de diversas universidades que vem propondo a aplicação da ferramenta em distintos lugares do Brasil.

As proposições realizadas no capítulo 4 desta tese, procuraram alcançar os passos 4 e 5 da Recomendação visto que o sexto passo estaria relacionado com o estabelecimento de parcerias adequadas dentro do quadro de gestão local para que se possam desenvolver os projetos definidos nas ações de conservação e desenvolvimento.

66. Principais Planos de Ocupação previstos para área da Bacia Hidrográfica do Paranoá: 1) Plano de Ocupação BIOTIC – ETU 01/2016; 2) Plano de Ocupação Pátio Ferroviário de Brasília – DIEPO 07/2022; 3) Plano de Ocupação Setor Habitacional Taquari, Etapa II – ETU 05/2013 e 4) Setor Habitacional Jóquei Clube, Setor Habitacional Quaresmeira, Setor de Transporte Rodoviários de Cargas - ETU 01/2023.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre nós e os lugares de nossas vivências nascem paisagens, tecidas ao longo do *tempo* nos *caminhos* do nosso *cotidiano*, no *espaço público* que vivenciamos, e expressas no *espírito do lugar*. Também nascem paisagens quando nos apropriamos de um *território* e da *natureza* ou quando criamos um *jardim* e outras formas de *arte*. Paisagens que se valorizadas como bem comum são consideradas *patrimônio* (DUARTE; SANTOS, 2020, p.01).

A questão principal formulada inicialmente: Como as novas abordagens trazidas pelas cartas patrimoniais sobre o conceito de entorno e pela UNESCO, abarcando o conceito de paisagem, podem auxiliar nas medidas de preservação e desenvolvimento urbano, trazendo procedimentos úteis para aplicação nos entornos de bens tombados? Bem como todas as outras que a acompanharam: Como se delimitou a área de entorno do CUB? Como está sendo feito o processo de gestão da área de entorno? Como são abordados os aspectos referentes à paisagem urbana do entorno do CUB? Como a ferramenta do HUL poderia auxiliar e ser implementada? Guiaram a elaboração desta pesquisa. As respostas aos questionamentos foram sendo trabalhadas ao longo dos caminhos percorridos, dos capítulos e dos passos propostos.

No decurso da pesquisa a ideia de trabalhar com o entorno de bens tombados foi sendo posta à prova diante de novas publicações como as de Carina Mendes dos Santos Melo (2020) e Mariana Kimie da Silva Nito (2023). Seria possível ainda contribuir? As

inquietações nos fizeram procurar novos percursos e esses nos trouxeram a oportunidade de ampliar a perspectiva, adotando novas abordagens que possibilitaram essa ampliação. Nesse momento, fez sentido investigar mais sobre o conceito de paisagem.

A cidade vai além do Conjunto protegido, vai até onde a vista alcança (e além). No caso de Brasília a vista alcança até o divisor de águas da Bacia Hidrográfica, e isso, como ressaltou Rossetti (2023), foi organizado a partir do Mapa de Visibilidades do Plano Piloto. Ressaltamos aqui que após o divisor de águas também existem outras cidades, com seus valores próprios e atributos que solicitam atenção. No entanto, é preciso definir recortes. Desta maneira decidimos trabalhar com a área definida pelo IPHAN como entorno do Conjunto Urbanístico de Brasília e ao mesmo tempo explorar a Recomendação da UNESCO.

No primeiro passo proposto pela tese, foram mapeados os “recursos” necessários para que se pudesse explorar a temática proposta, buscando delinear a relação dos conceitos de paisagem, patrimônio e entorno de bens tombados. Essa análise objetivou traçar um quadro sintético do embasamento conceitual e analítico que fundamentou a tese. Vimos como a ideia de preservação da paisagem, atrelada à preservação cultural, pode auxiliar nas práticas de proteção do patrimônio urbano e dos entornos de bens tombados. Pensar a paisagem como um bem comum (DONADIEU, 2013), proporcionando qualidade de vida às grandes áreas urbanas. Reverte-se assim a

lógica da preservação centrada no bem tombado e ressalta-se a ideia de cidade como bem cultural como afirma Meneses (2006). No entanto, foi possível notar que as práticas associadas à noção de entorno, visibilidade e ambiência do bem principal não acompanham tais formulações. Repovoar o patrimônio, como sugere Meneses (2017), ainda é um dos grandes desafios da preservação.

A fim de cercar nosso objeto proposto foram elaboradas pesquisas abrangentes a partir de um histórico da conformação dos temas paisagem e entorno no âmbito do Conjunto Urbano de Brasília e um diagnóstico do estado da arte sobre a temática. Nesse sentido, a Portaria N°68/2012 pode ser qualificada como um instrumento que demonstra uma preocupação com a paisagem que envolve o CUB e é inovadora na medida que está alinhada com as atuais reflexões no campo da preservação e do urbanismo que vem explorando cada vez mais o conceito de paisagem para se pensar a cidade (RIBEIRO, 2019). No entanto, os parâmetros estabelecidos por ela são insuficientes para uma gestão efetiva da paisagem. Somado a isso, outros instrumentos de gestão como o PDOT pouco se referem à questão da paisagem. Dessa forma, longos caminhos ainda devem ser percorridos no campo do planejamento urbano. Destacamos aqui os subprodutos elaborados como contribuição desta tese: Principais documentos internacionais que tratam sobre paisagem e entorno (tabela 2); Linha do tempo estudos sobre a área de preservação de entorno do CUB (figura 60); Gráficos de estudos sobre a área de preservação de entorno do CUB (figuras 61, 62, 63 e 64).

No segundo passo metodológico proposto foram avaliados atributos que permitiram verificar a contribuição do entorno para a preservação do bem cultural e para a qualidade de vida das comunidades que ali residem. À vista disso inúmeros aspectos devem ser considerados:

ASPECTOS FÍSICOS E VISUAIS: ELEMENTOS CONSTRUÍDOS, HISTÓRICOS, CONTEMPORÂNEOS, INFRAESTRUTURA, ORDENAMENTO ESPACIAL, PERCEPÇÕES E RELAÇÕES VISUAIS, ESPAÇOS LIVRES, JARDINS E TODOS OS OUTROS ELEMENTOS DA ESTRUTURA URBANA;

TOPOGRAFIA, GEOMORFOLOGIA, HIDROLOGIA E CARACTERÍSTICAS NATURAIS DO LOCAL;

ASPECTOS INTANGÍVEIS DO PATRIMÔNIO, ENQUANTO VETORES DA DIVERSIDADE E DA IDENTIDADE;

ASPECTOS ECONÔMICOS.

Foi possível chegar a um consenso usando o planejamento participativo e consultas às partes interessadas para identificar os atributos e as vulnerabilidades encontrados na Bacia Hidrográfica do Paranoá, região envoltória do CUB. Com base nas consultas realizadas por meio do questionário aberto para a população foi possível validar alguns dos valores estabelecidos para a área de entorno, uns mais valorizados que outros, e de como esses locais poderiam servir para um percurso cultural para além do Plano Piloto. Outros atributos foram destacados pela população como parques e áreas de nascentes demonstrando o anseio pela preservação desses espaços e a manutenção dos vazios intencionais também em determinadas regiões do entorno. O que corrobora a ideia de que podemos pensar em uma extrapolação da escala bucólica para além do CUB, alcançando os limites da cumeada da bacia, que conforma a linha do horizonte de Brasília, e os vazios que ainda são possíveis de se identificar nesse horizonte. Como foi apontado anteriormente, a prática na Oficina HUL demonstrou que o ideal seria a população ou os atores envolvidos assumiram a liderança em suas

proposições e os técnicos estarem ali apenas para prestar auxílio enquanto conduzem as discussões. Como contribuição da tese, destacamos os seguintes subprodutos elaborados a partir do segundo passo metodológico: Mapa turístico cultural na área de entorno do CUB (Figura 96); Anexo III Formulário e seus desdobramentos abordados no tópico 3.1 do capítulo 3 e o Quadro resumo dos principais tópicos levantados nas Oficinas Participativas do PDOT (tabela 14).

No terceiro passo foram avaliados aspectos de vulnerabilidades dos atributos identificados na área envoltória a partir dos estudos de casos levantados na tese. Por meio das contribuições coletadas nas oficinas participativas de revisão do PDOT foi possível verificar o quanto a população pode ser envolvida nas questões de planejamento e preservação, e o quanto podem contribuir para a valoração de seus espaços. A partir da experiência na Oficina HUL, um outro olhar pode ser lançado para as contribuições colhidas a partir das oficinas participativas do PDOT, como por exemplo com a extração de ideias-forças como: “Cinturão verde em torno do Paranoá”, “Turismo rural sustentável aproveitando a vista que se tem para o Lago”, “Água como patrimônio da Humanidade” e “Preservação da Serrinha do Paranoá como região produtora de água”, que poderiam virar objetivos e ações. Destacamos o seguinte subproduto elaborado: o Quadro resumo dos principais tópicos levantados na Oficina Participativa do PDOT (tabela 17).

A fim de integrar os valores do patrimônio urbano em uma estrutura mais ampla do desenvolvimento da cidade, partindo-se para o quarto passo, foram feitas análises e proposições para a área que compõe a Bacia Hidrográfica do Paranoá. Por meio das análises da LUOS 2022 e da Portaria n°68/2012, foi possível verificar a incidência da aplicação da portaria nos setores e de que forma essa aplicação poderia ser melhorada. A partir desse estudo poderiam ser feitas novas análises, principalmente no que se refere a definição de cotas altimétricas máximas que não poderiam ser extrapoladas.

Também como forma de contribuição desta pesquisa foi organizado em um mapa três divisões de áreas de preservação e planejamento, duas no âmbito da gestão do IPHAN, uma que corresponde ao CUB e outra correspondendo a área de entorno de acordo com Goulart (2023). Propôs-se, por fim, que a área referente a bacia hidrográfica do Paranoá continue a ser preservada, porém no âmbito do PPCUB, como área de preservação paisagística. E então, como desdobramentos desta pesquisa sugere-se que os setores de entorno definidos fossem transformados em Unidades de Preservação da Paisagem - UPPs. Sendo conformadas por seis unidades, em cada uma poderiam ser aplicados os passos da abordagem HUL, complementando desta forma este estudo, que buscou aprofundar-se apenas na Unidade de Preservação da Paisagem 05 – UPP 05 (setor de entorno 5), área na qual foram propostos os estudos de caso. Destacamos os seguintes subprodutos elaborados como contribuição desta pesquisa: Proposta para definição dos setores de entorno (figura 135); Proposta para subdivisão Setor 3 com as respectivas alturas limites (figura 136); Portaria n°68/2012 x Altura LUOS Localização dos lotes que possuem conflito entre a altura da LUOS 2022 e a estabelecida pela Portaria n°68/2012 e estão vagos ou subutilizados (Figura 137); Proposta novas áreas de proteção (Figura 144) e Proposta Unidades de Preservação da Paisagem – UPP (Figura 145).

Por último, foram priorizadas ações de conservação e desenvolvimento proposto-se diretrizes gerais para a área de estudo, o que se configurou no quinto passo metodológico. Aqui delinea-se outro desdobramento possível para a pesquisa, com a sugestão de elaboração de fichas de avaliação de cada unidade de paisagem compatibilizando os parâmetros adequados para a gestão e manutenção desses setores. Destacamos ainda o seguinte subproduto realizado como contribuição desta pesquisa: Recomendações atualizadas para as Unidades de Preservação da Paisagem – UPP (antigos Setores de Entorno), a partir do documento ETAPA 4 – PROGNÓSTICO (2011) e das contribuições coletadas pela pesquisa (Tabela 20).

Ressalta-se que de acordo com os documentos de preservação que englobam a transformação da paisagem as ferramentas utilizadas para a gestão destas áreas devem conter os seguintes dispositivos:

————— GESTÃO DAS MUDANÇAS;

————— INSERÇÃO DE FERRAMENTAS DE PRESERVAÇÃO E GESTÃO NOS PLANOS DE URBANIZAÇÃO E NO PLANEJAMENTO EM TODOS OS NÍVEIS: REGIONAL, RURAL OU URBANO;

————— PARÂMETROS URBANÍSTICOS;

————— INVENTÁRIOS;

————— ESTUDOS DE IMPACTO AMBIENTAL;

————— PLANOS DE SALVAGUARDA E DE GESTÃO;

Finalmente, alguns ensinamentos apreendidos durante a Oficina HUL podem ser aqui destacados: seria necessária uma política nacional que entendesse a categoria da paisagem como algo possível de ser implementado no Brasil e que esteja consonante com as discussões propostas nestes campos; tanto os problemas da preservação, quanto os do planejamento urbano não serão resolvidos sem um olhar estratégico para o todo e para isso, seria necessário também um nivelamento do conceito de paisagem entre todos os gestores envolvidos.

Somente então a partir desses avanços, a sensibilização da população para o conceito de paisagem poderá ocorrer de modo gradual, tendo em vista que essa noção se constrói cotidianamente, entre as pessoas e os lugares em que vivem, mesmo

que não tenhamos essa consciência (DUARTE; SANTOS, 2020). Assim, vislumbrando esses longos caminhos a serem percorridos, imaginamos que eles talvez nos levem ao repovoamento do patrimônio (MENESES, 2017).

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Liza Maria de Souza de; LEMOS, Natália da Silva; CONSERVA, Cátia dos Santos. *Território sensível à água: a Serrinha do Paranoá no planejamento de Brasília*. In: GOULART, Jefferson Oliveira; CONSTANTINO, Norma Regina Truppel (Orgs.) Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo: as cidades e seus desafios. São Paulo: ANAP, 2021.p.131-152.

_____; LEMOS, Natália da Silva; PRATES, Samuel da Cruz (Org.). *Serrinha do Paranoá sensível à água*. Brasília: LaSUS FAU: Editora Universidade de Brasília, 2022.

ANDRADE, Thiago Teixeira de. *Perda de densidade populacional é grave, diz especialista*. Correio Braziliense, Seção Acervo, 2017. Disponível em: <https://www.correio-braziliense.com.br/app/noticia/correiodebate/desafiohidrico/2017/04/18/noticias-desafiohidrico,589113/perda-de-densidade-populacional-e-grave-diz-especialista.shtml> Acesso em: 11 Abr 2023.

AUQUILLA, Silvia; SIGUENCIA, Maria. *Territorial exploration to implement the recommendation on historic urban landscape for the development area of el ejido in cuenca, ecuador*. Int. Arch. Photogramm. Remote Sens. Spatial Inf. Sci., XLIV-M-1-2020, p. 505–512. DOI:10.5194/isprs-archives-XLIV-M-1-2020-505-2020

BANDARIN, Francesco. *Reshaping urban conservation*. In: Reshaping Urban Conservation: The Historic Urban Landscape approach in action. BANDARIN, Francesco; ROEDERS, Ana Pereira. (Orgs.). Singapura: Springer, 2019. p.03-19.

_____; ROEDERS, Ana Pereira (Orgs.) *Reshaping Urban Conservation: The Historic Urban Landscape approach in action*. Singapura: Springer, 2019.

_____; VAN OERS, Ron. *Reconnecting the city: The Historic Urban Landscape Approach and the future of Urban Landscape*. West Sussex: Wiley-Blackwell, 2015.

BARBOSA, Daniela Pereira. *O Patrimônio de Brasília além do Plano Piloto: Uma análise de dossiês de tombamento 1959-2014*. 2021, 383f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

BRASIL. *Relatório do Estado de Conservação – SOC*. WHC/44 COM 7B.163.Brasília: IPHAN, 2022.

BEZERRA, Laezia. *Estudo aponta potencial agrícola do Distrito Federal*. Correio Braziliense, Seção Agricultura, 2023. Disponível em: <https://www.correio-braziliense.com.br/cidades-df/2023/06/5100495-estudo-aponta-potencial-agricola-do-distrito-federal.html>. Acesso em: 16 ago 2023.

BISPO, Fernando apud PAMPLONA, Nicola. *Imóveis icônicos vão a leilão para reduzir dívida pública do governo*. Jornal Folha de S. Paulo. 17 out 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/10/imoveis-iconeis-vao-a-leilao-para-reduzir-divida-publica-do-governo.shtml>. Acesso em: 27 jul 2023.

_____. *Estudo aponta potencial agrícola do Distrito Federal*. Seção Agricultura, 2023. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2023/06/5100495-estudo-aponta-potencial-agricola-do-distrito-federal.html>. Acesso em: 16 ago 2023.

BICCA, Briane Panitz. *E-mail*. In: Processo SEI nº 01551.000717/2011-49, Volume II, Parte 4 (1384952), 2012. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1564>. Acesso em: 12 Abr 2023.

BRITO, Jusselma Duarte. *De Plano Piloto a metrópole: a mancha urbana de Brasília*. 2009, 373f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2009

CABRAL, Renata Campello. *A noção de “ambiente” em Gustavo Giovannoni: e as leis de tutela do patrimônio cultural na Itália*. 2013, 200 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paul, São Carlos.

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. Paris: Éditions du Seuil, 2001.

CODEPLAN. *Atlas do Distrito Federal 2020*. Brasília, 2020. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmninnbpcjpcglclefindmkaj/viewer.html?pdfurl=https%3A%2F%2Fwww.codeplan.df.gov.br%2Fwp-content%2Fuploads%2F2018%2F05%2FAtlas-do-Distrito-Federal-2020-Apresenta%25C3%25A7%25C3%25A3o-e-Cap%25C3%25ADtulo-1.pdf&clen=6538215&chunk=true>. Acesso em: 12 Jan 2022.

COSTA, Maria Elisa. *CARTA da Associação Casa de Lucio Costa*. In: Processo SEI Nº 01551.000717/2011-49, Volume I parte 1, documento (1384867), 2010. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1564>. Acesso em: 07 Abr 2023.

COSTA, Lucio. *Brasília Revisitada*. Anexo I, Decreto nº10.829 de 14 de outubro de 1987. Brasília: GDF 1987. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmninnbpcjpcglclefindmkaj/http://www.seduh.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/11/10_BsB_Revisitada_MontagemRepublicacao.pdf.

COSTA, Staël de Alvarenga Preira; NETTO, Maria Manoela Gimmler. *Fundamentos de Morfologia Urbana*. Belo Horizonte: C/Arte, 2015.

CURY, Isabelle. (Org.) *Cartas Patrimoniais*. 3 ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

DERNTL, Maria Fernanda. *O Plano Piloto e os Planos Regionais para Brasília entre fins da década de 1940 e início dos anos 60*. In: Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg. v.21, n.1, p.26-44, jan-abr. São Paulo, 2019. Disponível em: https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/5918/02%20Miolo_ANPUR_v21_n1_26_44. Acesso em: 15 Fev 2021.

DISTRITO FEDERAL. Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009. Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT. 2009. Diário Oficial do Distrito Federal: Suplemento B ao nº 80, 27 abr. 2009. Disponível em: <https://www.seduh.df.gov.br/plano-diretor-de-ordenamento-territorial/>. Acesso em: 07 abr 2023.

_____. Lei Complementar nº6269, de 29 de janeiro de 2019. Institui o Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal – ZEE-DF. Diário Oficial do Distrito Federal: Suplemento B ao nº21, 30 jan 2019.

DOMINGUES, Álvaro. *Paisagens Transgênicas*. In: CARDOSO, Isabel Lopes (Org.) Paisagem Patrimônio. Porto: DAFNE EDITORA, 2013. p.223-243.

DONADIEU, Pierre. *A construção de paisagens urbanas poderá criar bens comuns?* In: CARDOSO, Isabel Lopes (Org.) Paisagem Patrimônio. Porto: DAFNE EDITORA, 2013. p.57-81.

DUARTE, Mirela; SANTOS, Luisa Acioli dos. *Pensar Paisagem*. Recife: Laboratório da Paisagem – UFPE, 2020.

FEDERAL, Governo do Distrito. *III - Dinâmicas Territoriais*. In: Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – Documento Técnico. Brasília: GDF, 2007. Disponível em: http://www.seduh.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/09/evolucao_urbana.pdf. Acesso em: 18 Fev 2021.

_____. *O entorno do Plano Piloto de Brasília*. Diagnóstico – Relatório Consolidado –Vol.I. In: Processo SEI IPHAN nº01551.000717/2011-49, Vol. I, Parte 3, p. 109. Brasília, 2009.

_____. *Estudo de visibilidade do Conjunto Urbanístico Tombado de Brasília Desenvolvido por Técnicos da SUPLAN-SEDHAB*. Brasília: SEDUH, 2010. Disponível em: https://www.seduh.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/11/anexoIII_estudo_visibilidade.pdf. Acesso em: 27 Mar 2022.

_____. *Reserva da Biosfera*. Brasília Ambiental. Brasília: GDF, 2011a. Disponível em: <https://www.ibram.df.gov.br/reserva-da-biosfera/#:~:text=A%20Reserva%20da%20Biosfera%20do%20Cerrado%20no%20DF%20foi%20criada,setorial%20envolvendo%20a%20sociedade%20civil>

_____. *Etapa 04 - Prognóstico. Produto 4B – Relatório Consolidado*. Documento Técnico. Brasília: GDF, 2011b.

_____. *Lei Complementar nº854, de 15 de outubro de 2012*. Brasília: GDF, 2012. Disponível em: <http://www.seduh.df.gov.br/plano-diretor-de-ordenamento-territorial/>.

_____. *Projeto de Lei Complementar nº78*. Documento Técnico. Brasília: GDF, 2013.

_____. *Diretrizes Urbanísticas Setor Habitacional Taquari Etapa II – DIUR 5/2013*. In: Processo SEI 390.000.427/2013. Brasília: GDF, 2013.

_____. *Nota Técnica nº01/2017 – COGEST*. Estudo de Densidade Demográfica para a Área de Abrangência da Lei de Uso e Ocupação do Solo no DF – LUOS. Brasília: GDF, 2017.

_____. *Estudo para as Diretrizes Urbanísticas do Setor Habitacional Taquari – DIUR 04/2019*. Brasília: GDF, 2019.

_____. *Lei Complementar nº 1.007, de 28 de abril de 2022*. Brasília: GDF, 2022. Disponível em: <http://www.seduh.df.gov.br/texto-luos/>.

FICHER, Sylvia. *Brasília: Legislação patrimonial e gestão urbana*. In: 3º Simpósio Científico 2019 do Icomos/Brasil, autenticidade em risco. Belo Horizonte, 2019.

_____. *Brasília: Das imprevidentes baixas densidades à imprudente verticalização*. In Urbana: Rev. Eletrônica Cent. Interdiscip. Estud. Cid. V.10, n.2 [18]. Campinas: mai-ago. 2018, p.278-298. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/8652094>. Acesso em: 15 dez 2020

FIGUEIREDO, Vanessa Gayego Bello. *Da tutela dos monumentos à gestão sustentável das paisagens culturais complexas: inspirações à política de preservação cultural no Brasil*. 2014, 544 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

FILHO, Hamilton Lourenço. Recurso - TERRACAP/PRESI/DITEC/ADTEC. Processo SEI IPHAN nº01551.000012/2021-01, 2021. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1564>. Acesso em: 07 Abr 2023.

FINGER, Ana Eliza. *Parecer nº009/2011*. In: Processo SEI nº01551.000717/2011-49, Volume II Parte II (1384942), 2011. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1564>. Acesso em: 07 Abr 2023.

FUZEIRA, Victor. *DF: abandonados há 30 anos, pinheirais do Paranoá ameaçam ecossistema*. Metrôpoles, 2019. Disponível em: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/meio-ambiente/df-abandonados-ha-30-anos-pinheirais-do-paranoa-ameacam-ecossistema>. Acesso em: 15 Ago 2023.

GABRIELE, Maria Cecília. *Musealização do patrimônio construído: inclusão social, identidade e cidadania*: Museu Vivo da Memória Candanga. Tese (Doutorado em Museologia) – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa, 2012.

GASTAL, Alfredo. *Memorando nº113/2011*. In: Processo SEI nº 01551.000717/2011-49, Volume I parte 1, documento 1384867, 2011a. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1564>. Acesso em: 07 Abr 2023.

_____. *Ofício nº86/2011*. In: Processo SEI Nº 01551.000717/2011-49, Volume I parte 1, documento 1384867, 2011b. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1564>. Acesso em: 07 Abr 2023.

GIANNECCHINI, Ana Clara. *Informação Técnica nº042/2010*. In: Processo SEI Nº 01551.000717/2011-49, Volume I parte 1, documento (1384867), 2010. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1564>. Acesso em: 07 Abr 2023.

GNECCO, German Samper. (2017). *Relatório de monitoramento UNESCO*,1993. In: Processo SEI nº 01551.000269/2017-79, v.I, parte II, p.34. Brasília, IPHAN-DF.

GOMES, Beatriz de Oliveira Alcantara; CAMARGO, Laura Ribeiro de Toledo. *Parecer Técnico nº77/2020*. In: Processo SEI Nº01551.000155/2020-24, 2020. Dis-

ponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1564>. Acesso em: 07 Abr 2023.

_____. *Parecer Técnico N.º24/2021*. In: Processo SEI Iphan nº01551.000012/2021- 01, 2021. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1564>. Acesso em: 07 Abr 2023.

_____. *Os sentidos do vazio: A escala bucólica nas superquadras de Brasília*. 2023, 138f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

GTE. *Parecer Técnico nº11/22*. In: SEI IPHAN nº01551000100/2020-14. Brasília: GTE, 2022. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1564>. Acesso em: 27 jul 2023.

GOULART, Maurício Guimarães. *O horizonte de Brasília: A definição da zona de entorno e a gestão compartilhada do conjunto urbanístico de Brasília*. In: Patrimônio em transformação. Atualidades e permanências na preservação de bens culturais em Brasília. RIBEIRO, Sandra Bernardes; PERPÉTUO, Thiago Pereira (Org.). Brasília: IPHAN-DF, 2017, p.156-183.

_____; GOMES, Beatriz de Oliveira Alcantara; SANTOS, Junio Carvalho dos; PERPÉTUO, Thiago Pereira. *Parecer Técnico Nº69/2022*. In: Processo SEI Nº01551.000155/2020-24, 2022. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1564>. Acesso em: 07 Abr 2023.

HIDAKA, Lúcia Tone Ferreira. *Indicador de Avaliação do Estado de Conservação Sustentável de Cidades – Patrimônio Cultural da Humanidade: teoria, metodologia e aplicação*. 2011. 231 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

HOOFF, Herman Van; CONTI, Alfredo. (2001). *Relatório de monitoramento UNESCO/ ICOMOS, 2001*. In: SEI-IPHAN 01551.000269/2017-79, v.I, parte II, p.81. Brasília, IPHAN-DF. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1564>. Acesso em: 27 jul 2023.

ICOMOS. Declaração de Xi'An sobre a conservação do entorno edificado, sítios e áreas do patrimônio cultural. 2005.

_____. Declaração de Québec. 2008.

_____. Princípios de La Valleta para a salvaguarda e Gestão de Cidades e Conjuntos Urbanos Históricos. 2011.

_____. A Carta de Burra. 1999.

IPHAN. Coletânea de leis sobre Preservação do Patrimônio. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.

_____. Normatização de Cidades Históricas. Brasília: IPHAN, 2010. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/normatizacao_areas_tombadas_cidades_historicas_2011.pdf Acesso em: 24 mar 2023.

_____. Portaria nº 68 de 15 de fevereiro de 2012. Dispõe sobre a delimitação e diretrizes para a área de entorno do Conjunto Urbanístico de Brasília. BRASIL: 2012a.

_____. Relatório Monitoramento da UNESCO, 2012. In: SEI-IPHAN 01551.000269/2017-79, v.III, parte II, p.31. Brasília, IPHAN-DF.

JOKIHLETTTO, Jukka. International Charters on Urban Conservation: Some Thoughts on the Principles Expressed in Current International Doctrine. City & Time 3, 2007. Disponível em: <http://www.ct.ceci-br.org>.

KAPP, Sylvia. Entrevista na pesquisa sócio-espacial. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais – REBEUR, Rio de Janeiro, v.22, 2020

LEITÃO, Francisco das Chagas. Do risco à cidade: as plantas urbanísticas de Brasília, 1957- 1964. 2003. 165 f. Dissertação (Mestrado) Universidade de Brasília. Brasília, 2003.

LIRA, Flaviana Barreto. Patrimônio cultural e autenticidade: montagem de um sistema de indicadores para o monitoramento. Tese de Doutorado. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 2009.

MADEIRA, Fernando. Memorando nº 149/00. In: SEI-IPHAN 01551.000269/2017-79, v.I, parte III, p.07. Brasília, IPHAN-DF,2000.

MARCHESAN, Ana Maria Moreira. O entorno de bens tombados na legislação brasileira. MPMG Jurídico, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <https://docplayer.com.br/6573569-O-entorno-dos-bens-tombados-na-legislacao-brasileira.html>

MATA OLMO, Rafael. El paisaje, percepción y carácter del territorio. Conocimiento y acción pública. In: Paisaje vivido, paisaje estudiado: miradas complementarias desde el cine, la literatura, el arte y la ciencia. Universidade de Córdoba. Córdoba, 2008, pg. 43-72. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.juntadeandalucia.es/medioambiente/portal_web/servicios_generales/doc_tecnicos/2008/paisaje_vivido/5_paisaje.pdf. Acesso em 03 jul 2022.

MELO, Carina Mendes dos Santos. Entorno de Bens Culturais: Reflexões sobre os processos de identificação e gestão. 2020. 398 f. Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A cidade como bem cultural: áreas envoltórias e outros dilemas, equívoco e alcance na preservação do patrimônio urbano. In: Mori et al. (org.) Patrimônio: atualizando o debate. São Paulo: IPHAN, 2006.

_____. Patrimônio Ambiental Urbano: do lugar comum ao lugar de todos. C.J. Arquitetura, São Paulo, ano 5, nº19, p.45-46,1978.

_____. Repovoar o Patrimônio Ambiental Urbano. In Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº36, Brasília, p.39-51, 2017.

MOTTA, Lia; THOMPSON, Analucia. Entorno de bens tombados. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedoc, 2010.

NESBITT, Kate (Org.) Uma nova agenda para arquitetura. Antologia teórica 1965-1995. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

NITO, Mariana Kimie da Silva. Entorno do Patrimônio: Políticas de Preservação Urbana em Belém, Pelotas e São Paulo. 2023.337f. Tese (Doutorado) Universidade de São Paulo. São Paulo, 2023.

OLIVEIRA, Aline da Nóbrega. Cidade e Natureza: Urbanização em áreas de recarga de aquíferos. Brasília: Companhia de Planejamento do Distrito Federal – CODEPLAN, 2020.

OLIVEIRA, Tony Marcelo Gomes. Marcas do processo de formação do espaço urbano de Brasília pela ótica da erradicação de favelas. Universitas Humanas, v. 5, n. 1-2, p. 49-76. Brasília, 2008. Disponível em: <www.publicacoesacademicas.uniceub.br>. Acesso em: 21 fev 2021

PARISI, Ana. Memorial Descritivo MDE – 110/99.Brasília: Engevix Engenharia S/C Ltda, 1999.

_____. Memorial Descritivo MDE – 111/99.Brasília: Engevix Engenharia S/C Ltda, 1999.

PASTRANA, Raoul. Relatório Monitoramento da UNESCO, 2001. In: SEI-IPHAN 01551.000269/2017-79, v.II, parte I, p.14. Brasília, IPHAN-DF, 2001.

PAVIANI, Aldo. A construção injusta do espaço urbano. In: PAVIANI, Aldo (Org.). A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília. 115-142. Brasília: Editora da UnB, 1991. Disponível em: <http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/>. Acesso em: 15 fev 2021

PERPÉTUO, Thiago Pereira; REIS, Carlos Madson; RIBEIRO, Sandra Bernardes (Orgs.). GT Brasília: Memórias da Preservação do Patrimônio Cultural do Distrito Federal. Brasília: IPHAN, 2016, p.143 –162.

PERPÉTUO, Thiago Pereira. *Memorando nº34*. In: Processo SEI Nº 01551.000717/2011-49, Volume I parte 1, documento (1384867), 21 Fev 2011. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1564>. Acesso em: 07 Abr 2023.

_____. *Revisitando o processo de tombamento de Brasília: uma contribuição historiográfica para novas interpretações do objeto protegido*. In PERPÉTUO, T.; RIBEIRO, S.B. (Orgs.) Patrimônio em Transformação: atualidades e permanências na preservação de bens culturais em Brasília. p. 52 - 75. Brasília: IPHAN-DF, 2017.

POULOT, Dominique. *Uma história do Patrimônio no ocidente, séculos XVIII a XXI*: do monumento aos valores. São Paulo, Estação Liberdade, 2009.

PRIESTER, Mariana Freitas. *Os olhares sobre o bairro histórico de Paraty/RJ*: análise de intervenções na arquitetura civil e no espaço público. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural). Rio de Janeiro, IPHAN, 2015.

_____; THOMPSON, Analucia. *O bairro histórico Paraty*: Autenticidade, homogeneidade e integridade. Arqtextos, São Paulo, ano 17, n. 199.05, Vitruvius, dez. 2016 <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/17.199/6350>>.

_____; MEDEIROS, Ana Elisabete de Almeida. *O entorno do Conjunto Urbanístico de Brasília*: Uma análise a partir de seus mirantes naturais. Paranoá, [S. l.], n. 31, 2021a. DOI: 10.18830/issn.1679-0944.n31.2021.08.

PRIESTER, Mariana Freitas; LOUREIRO, Renata Marchini; MEDEIROS, Ana Elisabete de Almeida. *Estudos sobre a área de entorno do Conjunto Urbanístico de Brasília*: A Portaria IPHAN nº68/2012. In Refazer, Restaurar, Revisar. Anais VII Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Vol.4. São Carlos, 2022.p.115-137.

RABELLO, Sônia. *O Estado na preservação dos Bens Culturais*: o tombamento. Rio de Janeiro, IPHAN, 2009

REIS, Carlos Madson; BARROSO, Dulce Blanco; RIBEIRO, Sandra Bernardes. *Brasília, Patrimônio Cultural Contemporâneo*: Critérios de Preservação para o Conjunto Urbanístico do Plano Piloto de Brasília. Brasília: Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, 1995.

_____. *Preservação do conjunto urbanístico de Brasília*: Alguma coisa está fora da ordem. In LEITÃO, F. (Org.) Brasília 1960 2010: passado, presente e futuro. Brasília, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, 2009, p. 219-238.

_____; RIBEIRO, Sandra Bernardes; PERPÉTUO, Thiago Pereira; GOULART, Maurício Guimarães. *“É o avião e uma área de entorno”*: atualizando a discussão sobre a preservação de Brasília. ICOMOS BRASIL Simpósio Científico, 10 a 13 de maio, Belo Horizonte: 2017. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/>

[ckfinder/arquivos/lcomos_brasil_aviao_area_entorno_atualizando_discussao_preservacao_brasilia.pdf](#). Acesso em: 30 set 2019.

REIS, Luis Antônio; ALMEIDA, Maria Eduarda; GLEHN, Patrícia Von. Parque Taquari – Taquari Gleba III. In: Processo SEI Nº01551.000155/2020-24, 2021. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1564>. Acesso em: 07 Abr 2023.

REY PÉREZ, Julia. *El enfoque de la Recomendación sobre el Paisaje Urbano Histórico en las Ciudades Patrimonio Mundial*. In FERREIRA, T. C., PÓVOAS, R. F., FERNANDES, F. B. (Ed.), Fórum do Porto. Patrimônio, Cidade, Arquitectura / Porto Forum. Heritage, City, Architecture, pp. 85-92. Porto, Centro de Estudos de Arquitetura e Urbanismo (CEAU-FAUP), 2019.

RIBEIRO, Sandra Bernardes. *Brasília*: Memória, cidadania e gestão do patrimônio cultural. São Paulo, AnnaBlume, 2005.

RIBEIRO, Rafael Winter. *Paisagem cultural e Patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

_____. *Gestão da paisagem, gestão da cidade*: Quais os legados do Rio de Janeiro para o Patrimônio Mundial? Rev. CPC, São Paulo, n.27, p.144-166. Jan./jul.2019. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v14i27p144-166>.

ROSSETTI, Eduardo Pierrotti. *Memorando nº18/2010*. In: Processo SEI Nº 01551.000717/2011-49, v. I, parte I, documento (1384867), 10 Mar 2010a. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1564>. Acesso em: 07 Abr 2023.

_____. *Relatório de Reunião Técnica*. In: Processo SEI Nº 01551.000717/2011-49, v. I, parte I, documento (1384867) 09 Nov 2010b. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1564>. Acesso em: 07 Abr 2023.

_____. *Memorando nº167/2010*. In: Processo SEI Nº 01551.000717/2011-49, V. I, parte I, documento (1384867), 15 dezembro 2010c. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1564>. Acesso em: 07 Abr 2023.

_____. *Informação Técnica nº 040/2011*. In: Processo SEI Nº 01551.000717/2011-49, v. I, parte I, documento (1384867) 25 Fev 2011a. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1564>. Acesso em: 07 Abr 2023.

_____. *Informação Técnica nº39/2011*. In: Processo SEI Nº 01551.000717/2011-49, v. I, parte I, documento (1384867), 25 Fev 2011b. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1564>. Acesso em: 07 Abr 2023.

_____. *Memorando nº098/2011*. In: Processo SEI nº 01551.000717/2011-49, v. I, parte II (134877), 07 Jun 2011c. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1564>. Acesso em: 07 Abr 2023.

RUFINONI, Manoela Rossinetti. (2009). *Preservação e Restauro Urbano: Teoria e prática de Intervenção em Sítios Industriais de Interesse Cultural*. Tese de Doutorado. São Paulo, Universidade de São Paulo.

SABOIA, Luciana. *Arquitetura, vazio moderno e o espaço social*. Paranoá, v.16, n.16, ago. 2016.

SALVIATI, Eurico João. *Um estudo para a preservação da paisagem natural do Distrito Federal*. In PERPÉTUO, T.; REIS, C. M.; RIBEIRO, S. B. (Orgs.). GT Brasília: Memórias da Preservação do Patrimônio Cultural do Distrito Federal. Brasília: IPHAN, 2016, p.143 –162.

SENADO. *Redução de 40% da Flona de Brasília para regularização urbana vira lei*. SENA-DONÓTIAS, 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/09/12/reducao-de-40-da-flona-de-brasil-para-regularizacao-urbana-vira-lei>. Acesso em: 10 abr 2023.

SILVA, Jéssica Gomes da. *O GT-Brasília na trajetória de patrimonialização da Capital*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Brasília: 2019.

SMITHS, Laurejane. *Uses of Heritage*. Nova York, Routledge, 2006.

TAYLOR, Ken. *The Historic Urban Landscape paradigm and cities as cultural landscapes*. Challenging orthodoxy in urban conservation. Journal of the Landscape Research Group, v.41, 2016.

TERRACAP. *Memorial Descritivo MDE-15/19*. In Processo SEI Iphan: 01551.000012/2021-01, 2021.

_____. *Memorial Descritivo MDE-047/12*. In Processo SEI IPHAN: 01551.000012/2021-01, 2012.

TONASSO, Mariana Cavalcanti Pessoa. *O Patrimônio ambiental urbano e sua relação com os instrumentos urbanísticos de preservação na cidade de São Paulo*. Revista CPC, São Paulo, n.32, p.12-39, 2017.

UNESCO. *Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention*. Paris: CPM,1977. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/guidelines/>. Acesso em: 24 ago 2021.

_____. *Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention*. Paris: CPM, 1984. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/guidelines/>. Acesso em: 24 ago 2021.

_____. *Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention*. Paris: CPM, 1987 Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/guidelines/>. Acesso em: 24 ago 2021.

_____. *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial*. Paris: UNESCO, 2006. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/ConvencaoSalvaguarda.pdf>. Acesso em: 24 mar 2023.

_____. *World Heritage and Buffer zones*. Paris: UNESCO, 2008.

_____. *Recommendation on the Historic Urban Landscape*. Paris, 2011. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/hul/> Acesso em: 12 mai 2022.

_____. *Relatório Monitoramento da UNESCO, 2012*. In: Processo SEI Nº 01551.000269/2017-79, v.III, parte II, Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1564>. Acesso em: 07 Abr 2023.

_____. *Adoption of Retrospective Statements of Outstanding Universal Value. Decision 38 COM 8E*. 2014. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/decisions/6149>. Acesso em: 05 abr 2023.

_____. *The HUL Guidebook. Managing heritage in dynamic and constantly changing urban environments*. Austria: UNESCO, 2016.

_____. *Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention*. Paris: CPM,2021. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/guidelines/>. Acesso em: 16 mai 2022.

VELDPAUS, Loes. *Historic Urban Landscape: framing the integration of urban and heritage planning in multilevel governance*. Thesis (PHD) 2015, 210 f. Eindhoven, Eindhoven University of Technology, 2015.

VERÍSSIMO, Mônica. *Bacia do Lago Paranoá como Área do Entorno do Conjunto Urbanístico de Brasília: Considerações históricas, urbanas, paisagísticas, culturais, legais, ambientais e de sustentabilidade*. Brasília: IPHAN, 2005.

WALDHEIM, Charles. *Landscape as Urbanism*. Princeton: University Princeton Press, 2016.

YÁZIGI, Eduardo. *A conceituação de patrimônio ambiental urbano em países emergentes*. Revista GeoINoVA, Nova Lisboa, n.12, p.65-81, 2006.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: Planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ENTREVISTAS

ANDRADE, Thiago Teixeira de. *Conversa com Mariana Freitas Priester em 13 de junho de 2023*. Feita por meio de vídeo conferência, Brasília. 1 arquivo .mp4 (73 min.).

AUCÉLIO, Danilo. *Conversa com Mariana Freitas Priester em 15 de junho de 2023*. Feita por meio de vídeo conferência, Brasília. 1 arquivo .mp4 (37 min.).

BOTELHO, Lídia Adjuto. *Perguntas respondidas por escrito em 20 de junho de 2023*.

FAVILLA, Ana Carolina. *Conversa com Mariana Freitas Priester em 05 de junho de 2023*. Feita por meio de vídeo conferência, Brasília. 1 arquivo .mp4 (26 min.).

FINGER, Anna. *Conversa com Mariana Freitas Priester em 06 de junho de 2023*. Feita por meio de vídeo conferência, Brasília. 1 arquivo .mp4 (63 min.).

GOULART, Maurício Guimarães. *Conversa com Mariana Freitas Priester em 19 de junho de 2023*. Feita por meio de vídeo conferência, Brasília. 1 arquivo .mp4 (58 min.).

MOREIRA, Bruno Lopes dos Santos. *Conversa com Mariana Freitas Priester em 15 de junho de 2023*. Feita por meio de vídeo conferência, Brasília. 1 arquivo .mp4 (24 min.).

ROSSETTI, Eduardo Pierrotti. Conversa com Mariana Freitas Priester e Ana Elisabete de Almeida Medeiros em 05 de junho de 2023. Feita por meio de vídeo conferência, Brasília. 1 arquivo .mp4 (98 min.).

SCHLEE, Andrey Rosenthal. Conversa com Mariana Freitas Priester em 29 de junho de 2023. Feita por meio de vídeo conferência, Brasília. 1 arquivo .mp4 (37 min.).

PESQUISA DE OPINIÃO

Pesquisa de opinião sobre o entorno do Conjunto Urbanístico de Brasília – CUB. Google Forms, 2023. Disponível em: <https://forms.gle/rqXakgR6JMmJPiAr8>.

ANEXOS

ANEXO I. **COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

Este projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais e foi aprovado em 20 de dezembro de 2021 conforme Parecer Substanciado do CEP anexado nas páginas a seguir.

INSTITUTO DE CIÊNCIAS
HUMANAS E SOCIAIS DA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA -
UNB



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Paisagem Urbana Histórica de Brasília: Preservar o passado para desenvolver o futuro

Pesquisador: MARIANA FREITAS PRIESTER

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 52763721.2.0000.5540

Instituição Proponente: FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.180.632

Apresentação do Projeto:

Inalterado em relação ao parecer consubstanciado emitido pelo CEP/CHS no dia 23 de novembro de 2021.

Objetivo da Pesquisa:

Inalterado em relação ao parecer consubstanciado emitido pelo CEP/CHS no dia 23 de novembro de 2021.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Inalterado em relação ao parecer consubstanciado emitido pelo CEP/CHS no dia 23 de novembro de 2021.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Inalterado em relação ao parecer consubstanciado emitido pelo CEP/CHS no dia 23 de novembro de 2021.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Inalterado em relação ao parecer consubstanciado emitido pelo CEP/CHS no dia 23 de novembro de 2021.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto de pesquisa está adequado às exigências das Resoluções CNS 466/2012, 510/2016 e

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-01/2 - Horário de
Bairro: ASA NORTE
UF: DF
Município: BRASILIA
CEP: 70.910-900
E-mail: cep_chs@unb.br
Telefone: (61)3107-1592

Página 01 de 03

INSTITUTO DE CIÊNCIAS
HUMANAS E SOCIAIS DA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA -
UNB



Continuação do Parecer: 5.180.632

complementares.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_1793159.pdf	14/12/2021 10:28:08		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura	Projeto_de_Tese.pdf	14/12/2021 10:27:17	MARIANA FREITAS PRIESTER	Aceito
Investigador				
Outros	Carta_de_revisao_etica.pdf	14/12/2021 10:25:03	MARIANA FREITAS PRIESTER	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	14/12/2021 10:22:41	MARIANA FREITAS PRIESTER	Aceito
Outros	Instrumento_de_coleta_de_dados.pdf	14/12/2021 10:21:29	MARIANA FREITAS PRIESTER	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	08/10/2021 15:38:57	MARIANA FREITAS PRIESTER	Aceito
Outros	Aceitearqautonomo.pdf	08/10/2021 15:38:31	MARIANA FREITAS PRIESTER	Aceito
Outros	AceiteInstitucionalUnB.pdf	08/10/2021 15:38:09	MARIANA FREITAS PRIESTER	Aceito
Outros	AceiteIPHAN03.pdf	08/10/2021 15:37:45	MARIANA FREITAS PRIESTER	Aceito
Outros	AceiteIPHAN02.pdf	08/10/2021 15:37:29	MARIANA FREITAS PRIESTER	Aceito
Outros	AceiteIPHAN01.pdf	08/10/2021 15:37:07	MARIANA FREITAS PRIESTER	Aceito
Outros	AceiteGDF03.pdf	08/10/2021 15:36:44	MARIANA FREITAS PRIESTER	Aceito
Outros	AceiteGDF02.pdf	08/10/2021 15:36:27	MARIANA FREITAS PRIESTER	Aceito
Outros	AceiteGDF01.pdf	08/10/2021 15:36:01	MARIANA FREITAS PRIESTER	Aceito
Outros	TCLEThiagoAndrade.pdf	08/10/2021 15:34:56	MARIANA FREITAS PRIESTER	Aceito
Outros	TCLEScylliaWatanabe.pdf	08/10/2021 15:34:27	MARIANA FREITAS PRIESTER	Aceito
Outros	TCLEMauricioGoulart.pdf	08/10/2021 15:34:03	MARIANA FREITAS PRIESTER	Aceito
Outros	TCLELidiaBotelho.pdf	08/10/2021 15:33:37	MARIANA FREITAS PRIESTER	Aceito

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-01/2 - Horário de
Bairro: ASA NORTE
UF: DF
Município: BRASILIA
CEP: 70.910-900
E-mail: cep_chs@unb.br
Telefone: (61)3107-1592

Página 02 de 03

Outros	TCLEFlavianaLira.pdf	08/10/2021 15:32:53	MARIANA FREITAS PRIESTER	Aceito
Outros	TCLEEduardoRossetti.pdf	08/10/2021 15:32:25	MARIANA FREITAS PRIESTER	Aceito
Outros	TCLECristianoPortilho.pdf	08/10/2021 15:32:00	MARIANA FREITAS PRIESTER	Aceito
Outros	TCLEAnnaFinger.pdf	08/10/2021 15:31:35	MARIANA FREITAS PRIESTER	Aceito
Outros	TCLEAndreySchlee.pdf	08/10/2021 15:30:41	MARIANA FREITAS PRIESTER	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEAnaGiannechinni.pdf	08/10/2021 15:30:07	MARIANA FREITAS PRIESTER	Aceito
Outros	Curriculo_Sistema_Lattes_Ana_Elisabet e.pdf	30/09/2021 16:22:55	MARIANA FREITAS PRIESTER	Aceito
Outros	CurriculoLattes.pdf	03/09/2021 10:50:42	MARIANA FREITAS PRIESTER	Aceito
Outros	CartadeEncaminhamento.pdf	03/09/2021 10:44:14	MARIANA FREITAS PRIESTER	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BRASÍLIA, 20 de Dezembro de 2021

Assinado por:
ANDRE VON BORRIES LOPES
 (Coordenador(a))

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-012 - Horário de
 Bairro: ASA NORTE
 UF: DF **Município:** BRASÍLIA **CEP:** 70.910-900

Telefone: (61)3107-1592

E-mail: cep_chs@unb.br

**ANEXO II.
 TRANSCRIÇÃO ENTREVISTA PROF. EDUARDO PIERROTTI ROSSETTI',
 REALIZADA EM 05 DE JUNHO DE 2023.**

[00:00:03] Mariana:

Então, boa tarde, professor Rossetti, professora Ana Medeiros. Estamos aqui reunidos hoje para fazer a entrevista do professor Eduardo Rossetti para a pesquisa de doutorado orientada pela professora Ana, intitulada: “O Entorno do Conjunto Urbanístico de Brasília, Novos Caminhos para a Preservação de uma Paisagem Urbana Histórica”. Então, de modo geral e bastante reduzido, a pesquisa tem como objetivo principal enfrentar, por meio de novas abordagens, a principal abordagem seria a recomendação da Paisagem Urbana Histórica, desenvolvida pela Unesco a partir de 2011, os desafios da gestão de grandes áreas urbanas de proteção a bens tombados. Então, a gente enfoca aqui, não a área central, o núcleo principal, ou seja, o Conjunto Urbanístico de Brasília, mas sim a área envoltória, as áreas urbanas envoltórias, e quais os melhores modos de qualificá-la para que ela possa efetivamente cumprir a função de proteção do núcleo principal, o Conjunto Urbanístico de Brasília. Então, na tese que está em desenvolvimento, o capítulo 2, chamado: “Paisagem Urbana Histórica de Brasília, para além do monumento”, há um subitem no qual é intitulado: “O processo de elaboração da portaria nº68 de 2012, a bacia hidrográfica do Paranoá como área de entorno”. No qual é descrito o processo de elaboração dessa normativa. Então, em um primeiro momento, no âmbito da Superintendência do IPHAN do Distrito Federal, a partir de um grupo de estudo que foi criado, e posteriormente no âmbito da área central do Departamento do Patrimônio Material, DEPAM, no qual a técnica Anna Finger finalizou o documento. Eu queria, então, sugerir a dinâmica da entrevista, uma entrevista

1. A entrevista foi anexada na íntegra na tese a pedido do Prof. Eduardo Pierrotti Rossetti.

semiestruturada, então o método empregado vai ser a partir de questões pré-determinadas, como em um questionário, mas as respostas podem ser livres, como em uma entrevista aberta. Então, a partir dessas três perguntas mais centrais, a gente desenvolve, o professor vai trazer a sua contribuição, fatos que achar interessante, e eu posso então fazer as três perguntas, e o professor responde, ou a gente pode fazer uma por uma, e assim a gente vai dando seguimento, como o professor acha melhor?

[00:02:35] Rossetti:

Eu prefiro que faça uma por uma, primeiro porque tem um elemento de surpresa, segundo porque, eventualmente, eu vou misturar um assunto com o outro. E eu espero ser um bom entrevistado e que eu possa colocar outras coisas que estariam no Pergunta 4, 5, 6, 7, entendeu?

[00:02:54] Mariana:

Sim, sim. Quando eu estava relendo o capítulo hoje de manhã, eu já comecei a pensar em outras questões, já fui anotando aqui, mas, enfim, são essas três que vão nortear bastante. Então, começando, para a elaboração do chamado “Mapa de Visibilidade”, foram trabalhadas zonas de construção em função da altura, do gabarito das edificações, que posteriormente foram chamadas de faixas de visibilidade. E eu queria entender um pouco melhor como essas faixas de visibilidade do mapa, de visibilidade, que foram pensadas ali a cada cinco metros, como elas seriam transformadas em parâmetros, como elas foram pensadas nesse momento para serem utilizadas como parâmetro para a portaria. Seria inicial, mas a gente pode começar um pouco antes, enfim.

[00:03:47] Rossetti:

Tudo bem, entendi. O mapa, eu vou contar um pouco antes como chega no mapa, vamos lá. Boa tarde a vocês. Mariana Priester, minha colega Ana Elizabete de Almeida

Medeiros. Fico muito feliz com o convite de poder conversar sobre esse assunto hoje, no dia 5 de junho de 2023, sobre essa portaria.

Na verdade, o que vou falar indiretamente vai chegar à portaria, vai apontar o que está na portaria. Porque a minha participação nesse evento do que gerou a portaria, como estava comentando com a Mariana antes, é uma atuação antes da portaria acontecer. Quer dizer, acho que a minha contribuição de pensar um pouco esses bastidores da portaria é pensar quais foram as dinâmicas administrativas, quais foram as questões colocadas pela administração para que houvesse a invenção, vamos chamar assim, daquele mapa. O mapa que, por sua vez, foi a base da portaria. Então, estou chamando a atenção disso porque acho que quando a gente olha uma portaria, seja a 314 ou a 166 de 2016, ela é uma coisa, ela tem um começo, um fim, ela tem uma delimitação, ela tem um propósito, ela tem um alcance jurídico, ela tem uma terminologia etc. O que me parece interessante, e isso que me deixou feliz em poder falar sobre essa portaria especificamente, é para ter uma história atrás dela. Entendeu? E acho bacana poder contar isso muito longe de querer me valorizar. É porque sei de coisas que ninguém sabe. Quem sabia morreu. E algumas outras pessoas talvez saibam de outras partes disso, especialmente a Flaviana Barreto e a Ana Clara Giannecchini. Porque quando elas chegaram no IPHAN, isso já estava pronto. O mapa já existia. A historinha toda que elas vão contar é a partir disso. E talvez a partir de coisas que eu falei para elas do mapa. E também, vou contar por que eu falei para elas do mapa.

Eu tenho essa impressão de que eu precisava tanto compartilhar com alguém mais o que era aquele mapa, eu tinha tanta preocupação com a importância daquele mapa, que eu tinha medo de que aquele mapa vazasse. Eu tinha muito medo de que uma imagem, uma fotografia daquilo escapasse do controle interno do IPHAN, da superintendência. Alguém pode achar que isso é paranoia. Não é. Não é. Eu estou

falando de um tempo remoto de tecnologia, de 2011. Entre 2010 e 2011. Na verdade, isso é 2010. Elas entram em 2010. Então, isso é uma coisa que acontece em 2010. Muito bem. Como é que esse mapa foi inventado? Vamos por aí.

Esse mapa foi inventado a partir de uma necessidade muito forte e que ganhou muito peso entre 2009 e 2010, com a perspectiva dos 50 anos de Brasília. Ou seja, a visibilidade e a atenção mundial para os 50 anos de Brasília provocaram a Unesco a reforçar a cobrança sobre o Brasil para resolver essa condicionante da inscrição na lista da Unesco. A gente se lembra que Brasília entrou na lista da Unesco com essa condição. Resolvam a zona de entorno. Resolvam a *buffer zone*. E isso fica por anos numa negociação, numa troca, numa mistura de, vamos chamar assim, de atividade diplomática e falta de ação por parte do IPHAN, entendeu? Que, por um lado, mostra a competência dos diplomatas em conseguirem manter isso sendo postergado.

E eu acho muito importante que no governo que estava, no governo federal em 2010, que era o Lula ainda, o segundo governo Lula, com o Luís Fernando de Almeida na presidência do IPHAN e o Juca Ferreira. E aí o mundo dá essa volta, ou seja, a Unesco pressiona o Itamaraty que, por sua vez, pressiona o Ministério da Cultura e faz essa pressão chegar até a presidência do IPHAN, Luís Fernando de Almeida, que, por sua vez, joga o problema na Superintendência no colo do, então, superintendente que era o doutor Alfredo Gastal, meu chefe. E o Gastal. Vou tratar de Gastal porque era assim que era. O Gastal um dia me chama e fala, se nós tivéssemos uma situação informal, eu imitaria, mas como vai ficar gravado, eu não vou fazer isso. O Gastal me chama, eu era técnico da Superintendência, eu nunca fui coordenador da Superintendência, embora eu tivesse idade de titulação maior do que todos eles juntos. É bom que se diga. Naquele momento, a coordenação técnica estava com uma arquiteta pernambucana chamada Tereza Cristina. Depois ela foi sucedida pela Ana Clara Giannecchini,

e eu continuei como técnico, eu sempre fui um mero técnico. Mas o fato é que eu fui chamado pelo Gastal, na sala dele e ele me disse uma coisa que de certa maneira é o seguinte: “Olha, Eduardo, o Nando trouxe o problema, ele quer que a gente resolva. Nós temos que resolver o entorno de Brasília. E a ideia do Nando, que é a ideia do Lucio e que é a ideia da Maria Elisa e tal, é o quê?”. Ele desenhava, eu me lembro da imagem, ele fazia uma topografia e fazia uma coisa reta, ele falava assim, é como se houvesse um disco, um disco sobre Brasília e nada vai ser construído acima desse disco. Eu falei: “Tá, é muito bonito como ideia”. Ele falava isso 300 vezes: “É um disco, imagina um plano gigantesco”. Eu falei: “Tá, imaginar eu imagino. E como é que isso vai ser resolvido?” Ele falou: “Então, essa é a ideia. Um disco sobre Brasília, sobre o plano piloto, para não criar águas claras, certo?”

Essa era a referência de coisa, de situação urbanizada que irrompia a linha do horizonte e que mudava essa paisagem. Então, era esse o dado inicial do problema, inventar um disco sobre Brasília para abafar a elevação. Eu perguntei pra ele: “Tá bom, então nós temos que pensar nesse disco. Vamos pensar isso a partir de onde?” “Nós temos um mapa aqui”. Falei: “Aham, tá bom. Cadê o mapa?” “O mapa tá aqui”.

Lá fui eu para a minha sala. Naquela época, eu acho que eu já estava compartilhando a sala, porque teve um momento que eu tinha uma sala só para mim. Depois eu fui para uma sala que era compartilhada, que me dava menos espaço de mesa, mas, de qualquer maneira, se foi nessa sala compartilhada, ou na minha sala, ou na sala de reuniões, eu abria o mapa e ficava olhando para aquele mapa e pensando no problema que era resolver o disco. Falei: “Bom, isso aqui é um mapa e, portanto, é uma coisa planejada”. O disco é uma superfície sobre este mapa e isso tem que ser trabalhado em corte, primeira coisa. Ou seja, esse mapa que nós temos aqui, um aspecto imenso, eu pensava, não vai resolver o problema. Ele é insuficiente para isso, primeira coisa.

Segunda coisa, quem vai fazer esse mapa aí? Que base cartográfica é essa, sobre a qual pensar o problema?

Então, diante do que foi pedido, o disco sobre Brasília, a base que tinha e a minha reflexão, eu fiquei pensando uns dois dias nisso. Eu tomava muito café com ele [com o Superintendente Gastal] na sala dele resolvendo coisas. E era muito engraçado, porque ele é um ser muito inteligente, é bom que você diga isso, é inteligente, com uma visão urbana muito, vamos dizer, sedimentada, ele enxergava a cidade, enxergava o contraponto entre o que era a área tombada e o Distrito Federal e tinha uma visão urbanística também nesse sentido e fumava muito tomando café para resolver o problema.

Eu falei que era o seguinte, a base cartográfica que nós temos é insuficiente para pensar essa complexidade. Por mais que se resolva isso, como é que vai se representar, qual é a precisão dessa base cartográfica? E eu falei para ele outra coisa, essa questão de ver o horizonte, que era essa coisa mítica, que o Lucio Costa já falou muitas vezes, ver o horizonte, ver o horizonte. O que acontece, na verdade, com a área tombada de Brasília, eu uso sempre essa metáfora em aula, é que ela é uma calotinha, como se fosse um pires emborcado dentro de uma grande calota de fusca. Lembra a calota de fusca? E, portanto, ela está mais baixa e ela enxerga o horizonte, um pouco mais elevado, é mais ou menos isso. O que acontece é que essa calota de fusca, em algum momento, ela abre o ângulo dela e é onde está Águas Claras. Em alguns momentos, olhando para o Congresso Nacional, ela está mais perto.

Então, eu enxergava o mapa e enxergava a situação real de onde estava o horizonte. E conversando com ele, eu falei, essa questão de preservar o horizonte aqui é mais ou menos igual ao problema que os ingleses têm com a preservação do que eles

chamam de cone visual, de cone de visibilidade, que é o ângulo que você vê as coisas e que tem que ser preservado e que não é uma prática recorrente do IPHAN. Isso até ficou mais forte depois. O caso lá de Salvador, daquele edifício, daquele político que acharam com dinheiro etc. A questão da visibilidade estava entrando em parâmetros do IPHAN, mas isso não era uma coisa praticada.

E eu falei para ele, falei, a questão é de visibilidade, é a partir de onde se vê isso: “Isso, Eduardo, você tem toda razão, está certo? É isso mesmo, maravilha, genial”. E eu desdobrando o raciocínio: “Só que tem uma coisa, para tratar com isso, o mapa que nós temos é insuficiente. Nós temos que ter um outro mapa, uma outra base cartográfica precisa para que isso seja pensado, ainda mais se vai ser inventada uma legislação a partir do mapa”.

Então, eu tinha uma preocupação técnica e uma preocupação com as consequências disso, porque a área tombada tem um limite preciso, que é a EPIA e o Lago, entendeu? Ninguém mexe, a EPIA está ali, o Lago está aqui, acabou. Agora, esse entorno, quando você pegava essa linha do horizonte, parte dela é o quê? A Estrada Parque Contorno, que também é, vamos dizer, desenhada geometricamente por uma geometria de estrada, de desenho viário, rodoviário etc., com controle do DNER, etc., etc. Então eu ficava pensando assim, quem poderá me salvar? É o mapa do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem? É um mapa de não sei... Quem vai ter essa base? Como é que cruza isso?

E eu não sei bem como, eu fiquei pesquisando lá, imagino o que era o Google em 2010, pesquisando, pesquisando, e lá eu pensei assim, tem que ser uma cartografia inquestionável, tecnicamente perfeita. Isso tem que ser uma coisa muito séria do nível de quem controla o território. E eu não sei exatamente em que momento eu

tive esse estalo e pensei no Exército, esses caras fazem mapa do Brasil, esses caras têm que ter controle de fronteira. Porque o Barão do Rio Branco, filho do Visconde do Rio Branco, sabia muito bem disso, o Visconde do Rio Branco, pai do Barão, é quem resolveu muitos problemas de fronteira, de negociação de fronteira e evitou muito conflito, questão do Acre etc. Então eu pensei assim, se não é o Itamaraty, que tem uma mapoteca extraordinária, quem faz mapa hoje? Eu falei, o Exército. E aí comecei a acessar, acessar, acessar, e eu, por hábito, sou muito rápido com o telefone. Se eu quero falar com alguém, vou ligando, ligando, e eu chego, faço isso, a vida inteira fiz isso, desde quando tinha auxílio à lista. Então, assim, eu me dou muito bem de falar no telefone, sei que achei o telefone, do que era, eu apelidei aquele lugar de fábrica de mapas do Exército, que era um setor de geoprocessamento, geografia, mapeamento, blá, blá, blá, que fica lá indo para Sobradinho, indo lá, perto da Torre de TV Digital, era lá, certo?

Entrei em contato com eles, me apresentei como técnico do IPHAN, disse que gostaria de conversar sobre uma demanda, algo assim, agendei uma entrevista e fui, eu fui, tá? Estou dizendo isso de novo, eu, de longe, não quero me vangloriar, não quero... É porque eu fui a pessoa que foi fazendo isso, não foi a coordenadora técnica e não foi o superintendente, foi eu. E o Gastal apoiou, eu falei: “Olha, depois que eu achei isso tudo, achei esse lugar assim, o Exército que faz o mapa, posso entrar em contato com eles e tentar agendar alguma coisa?”, “Pode”.

Aí eu voltei para a minha sala e comecei, aí acertei as pessoas, marquei uma reunião e agendei a reunião. E lá fui eu, com o motorista para essa reunião, levei o mapa que nós tínhamos, devo ter levado o mapa que nós tínhamos, mas, sobretudo, o que eu tinha muita clareza era do tipo de pedido que eu ia fazer para eles, para saber se eles poderiam ajudar ou não, entendeu? Era uma grande conversa sobre uma hipótese.

E, lá, pelas tantas, eu fui recebido por dois técnicos, dois, enfim, militares do Exército, dessa fábrica de mapas, eu tenho o nome deles todos aqui, está em alguma agenda, depois, se quiser, eu passo.

Enfim, o fato é que comecei, fizemos a reunião, expliquei o problema, o que eu estava pensando, qual era o objetivo, militar gosta de objetivo, temos um objetivo, temos um propósito, falei, isso é para a superintendência do IPHAN, isso é para a presidência do IPHAN, e isso envolve IPHAN, Itamaraty, Unesco. Eu falei, essa é a cadeia de comando, para pôr os termos deles também, a como a coisa funciona. Eu falei, o mapa, ele é uma base para outras coisas, o mapa é para isso. Aí eles me perguntaram: “Mas esse mapa vai ser feito de que jeito?” Mas eu vim aqui para pedir o mapa. Falei, olha, aí é que entra a questão da informação, que eu acho que vai passar pelo mapa e vai chegar na portaria. Eu falei, é o seguinte, é como se de um ponto central, isso também era conversa com o Gastal, para pensar o disco, de um ponto central, o que você vê vai determinar os raios das coisas, entendeu? E isso na conversa com o Gastal, o que era o tal do disco, ficava claro, e eu falava: “Gastal, se esse negócio vai ser uma coisa gerada a partir de um ponto e vai ter uma espécie de raios de vários tamanhos, isso tem que ter um ponto gerador, um ponto zero”. “Claro, temos que ter um ponto zero, muito bem, o que você está pensando?” Eu falei: “O ponto zero do plano piloto é o ponto zero do cruzamento dos dois eixos. Não há dúvida que a referência tinha que ser a gênese do próprio plano piloto”.

O que eu acho sempre incrível é que, no raciocínio do Lucio Costa, os dois pontos que se encontram, que dá um ponto na geometria, aqui é a plataforma rodoviária, tem 700 metros. Eu falei: “Perfeito, Gastal, o ponto que se encontra chama-se plataforma rodoviária do Plano Piloto de Brasília, que tem tantos metros por tantos metros, tantos de altura, assim, assado. Eu falei, a gente pode pensar a plataforma e colocar bem no meio, olhando para o Congresso”. Ele: “Genial”. “Tem uma coisa, Gastal. O ponto

zero está na estrutura da plataforma, portanto, na arquitetura da plataforma, ou ele está no chão, que também é artificial?”

Tudo é artificial. O chão é zero artificial. Ele ficou olhando e pensando: “Se nós colocarmos o ponto muito baixo, o ângulo vai ser mais artificial. Vamos colocar em cima e mudar?” Eu falei: “Acho que é muito bom colocar em cima. Não por conta desse ligeira, dessa ligeira diferença de geometria desse plano visual”, falei para ele: “Mas por uma outra coisa. A plataforma já é tombada pela portaria 314. Assumindo que a plataforma vai conter esse ponto zero, ela ganha uma outra importância histórica”. Ele falou: “Genial!”

Porque aí é como se de novo, a partir de uma obra arquitetônica do Lucio Costa, o entorno de Brasília também passasse a ser pensado. Então, olha quanta coisa vai ser debitada na conta do Lucio Costa a partir do mesmo problema. E eu já tinha essa coisa conversada com ele quando eu estava na reunião com o exército. Manfrini, acho que é o nome do coronel, não era coronel antes, Manfrini. Daqui a pouco eu recupero o nome dele na agenda. Se eu não achar agora, porque a memória, depois eu pego, anoto e passo. Aí eu falei para ele: “Nós temos que ter uma cota zero. A cota zero nós estamos pensando em colocar na plataforma da rodoviária assim e assim assado, olhando para o Congresso assim e assim assado”. Aí ele falou assim para mim: “Tudo bem, só que para a gente fazer isso, fazer esse mapa, nós temos que ter esse ponto marcado. A partir desse ponto marcado nós vamos conectar os nossos aparelhos, a nossa máquina toda com satélites e a partir disso, com a medição que isso vai gerar, é que o mapa vai ser desenhado”.

Essa ideia é linda, essa ideia é fortíssima e vocês não têm a menor dúvida que eu fiquei absolutamente tenso e nervoso com o tamanho da responsabilidade que isso

implicava. Porque ao fazer o mapa, eu falei assim, olha onde eu estou me metendo. Entendeu? Olha o tamanho do peso que isso está. E é claro que quando eu cheguei de volta na superintendência, eu tive que contar tudo isso para o superintendente.

E é por isso que eu falei, Mariana, que em alguma medida eu devo ter registrado isso por escrito em nota técnica porque eu achava muito importante que isso ficasse documentado. Volto a dizer, não é por mim, porque aquilo me parecia uma história totalmente emocionante de como é que você cria um troço, entendeu? Então, eu expliquei isso para o Manfrini e para o outro cara do Exército e falaram assim: “Nós vamos agora agendar aqui com a nossa equipe e nós vamos até lá marcar o ponto zero. Tá bom?” Eu não me lembro quantos dias demoraram, se foi uma semana, não me demorou muito. E lá, pelas tantas, eu recebo o telefonema de manhã: “Estamos chegando na rodoviária para marcar o ponto zero”. “Tá bom. Então, eu estou indo para lá”.

Só que isso significava o quê, do ponto de vista técnico? Uma caminhonete e uma perua kombi, mas não sei quantos soldados e membros do Exército, todo mundo fardado, evidentemente, com o coturno brilhando, descem na rodoviária, para o negócio, descem na rodoviária, começam a colocar um monte de aparelho ligado, não era drone, como se fossem umas coisas de meio algum tipo de controle que estava conectado com satélite para poder achar o ponto médio que estaria na orientação do meio da plataforma do Congresso Nacional, projetado na rodoviária, para, no chão daquele lugar, bater o pino.

E eles trouxeram o pino de bronze. Então, assim, eu vi nascer o ponto. Entendeu? E eu achei lindo, porque olha o que eles trouxeram. O pino pronto, escrito IPHAN, não sei o que lá, olha o que eles inventaram para vocês. Então se estabeleceu uma parceria, acho que isso também é bonito de destacar, uma parceria, uma cumplicidade entre o

Exército Brasileiro e a superintendência do IPHAN, absolutamente baseada na minha conversa com eles. A minha palavra, a minha representação simbólica da superintendência junto deles. Não teve um convênio assinado, não teve um memorando. Houve depois uma formalização do contato. E aí houve depois uma coisa de confirmamos a reunião etc., e tal. Houve essa coisa, que na minha cabeça era uma coisa surreal. Falei, vem cá, eu fui lá, falei com os caras, os caras estão aqui com satélites, e não era um satélite, eram vários satélites ao mesmo tempo, porque esse pessoal trabalha com radiografia da Amazônia. Então, quem trabalha com radiografia da Amazônia, pegar uma baciuzinha hidrográfica, eles estavam dando risada, aquilo era uma kitnet para eles, entende? Para quem está acostumado com esses territórios indígenas. E tudo isso eu falei com eles, e eu pensava assim, nós não pedimos autorização para a rodoviária para furar o chão, para ter carro aqui, e eu pensava assim, eu não posso sair daqui, porque se vier alguém da administração do ônibus perguntar o que está acontecendo, eu tenho que explicar tudo o que está acontecendo, eu só sei que em algum momento que essa minha ficha caiu, que estava tudo acontecendo ao mesmo tempo.

Eles vieram, vamos instalar... A maluquice é que ninguém da rodoviária questionou o que estava acontecendo, não apareceu ninguém da Polícia Federal, ninguém da Polícia Militar, o que vai acontecer é uma coisa engraçada, é que começam os ambulantes a olhar, o sorveteiro a olhar o que está acontecendo, porque evidentemente alguma coisa está acontecendo. Tem meia dúzia de militares, dez, doze militares, depois alguns saem, porque eles vão colocar trena eletrônica para cá, para lá, para achar o meio, não sei o quê, entenderam? E eu aí, de Ray-Ban e chapéu, acompanhando aquilo tudo. E aí, em algum momento, eu liguei para a secretária da superintendência, para a Louise, e falei, Louise, a situação é essa, eu estou aqui, está assim, assim e assado, se der problema, eu vou te ligar, porque eu não sei o que pode acontecer, posso ser preso, pode dar imprensa.

Aí, o que é muito doido, olhando em retrospecto, é que ao mesmo tempo que era muito excitante, muito incrível, tinha esses medos malucos, porque era uma situação completamente fora do padrão, completamente não burocraticamente definida. Então, não custaria nada, o técnico do IPHAN mandou furar a rodoviária. Mais ou menos era isso. Entendem? Guardadas as proporções, era isso, o técnico acompanhando o processo de instalação do tal do marco zero. E assim, não pense que ele vai lá, liga, não sei o quê, e dá dez minutos. Não, demorou horas. Horas. Entendeu? Eu me lembro que aquilo ficou rodando muito tempo. Tanto que eu fiquei ali, saí, voltei de novo e falei, olha, qualquer coisa que aparecer, me liguem imediatamente. A vantagem é que o IPHAN e a superintendência naquela época eram no setor bancário norte. Então, eu ia e voltava, ia e voltava não sei quantas vezes. Entendeu?

[00:29:38] Mariana:

Esse pino de bronze continua lá?

[00:29:40] Rossetti:

É aquele pino que está lá. Aquele pino que está lá tem toda essa história. Porque aí, quando eles localizaram o lugar, marcaram a laser, aí vem a furadeira, aí eles fazem um furo, fazem uma massinha ali, um cimentinho bonitinho, põe o pino, limpa ao redor, fotografam todos, se fotografam com o pino, me fotografam junto com o pino etc. E o serviço está feito. Agora, a partir daquele ponto, agora que nós temos o ponto, nós vamos ativar o sistema x, y, z, e vai rodar não sei quanto tempo para gerar o mapa. Foi assim.

Foi assim para gerar a primeira versão do mapa. O mapa tem duas versões. Então, eu estou contando isso tudo porque a hora que a gente pega aquele mapa, tem o mapa e a portaria. Tudo isso foi feito para gerar o tal do mapa. E aí, nessa conversa

toda, tudo isso eu estava reportando na nota técnica o que estava acontecendo. Por quê? É claro que essa movimentação toda do entorno, eu sabia que ela tinha um potencial de impacto, de interesse imobiliário. Entende? Porque, a rigor, nós estamos tratando de um tipo de restrição ou de um tipo de limitação de gabarito, de territórios outros, além da área tombada. E vem cá, a terra tem dono. Eu não sei quem é o dono. Não sei se é o empresário x, y, z, ou se é a Terracap. Ou se é todo mundo. O próprio exército está num território desses. Então, tudo isso estava no meio da situação. E eu tinha muita preocupação que essa informação não podia vazar de jeito nenhum. Agora, eu estava com essa preocupação em uma situação pública, de estar lá furando o negócio.

A graça, olhando para o retrospecto, é que em 2011, 2010, não tinha tantos smartphones para ficar filmando. Se fosse hoje, eu tenho certeza de que eu estava no TikTok. Entendeu? Que eu estava no YouTube. Porque a situação era muito atraente do ponto de vista... Porque chega uma caminhonete, uma perua kombi, e descem 10, 12 caras. Todo mundo fardado. Não sei o quê. Eu ali, de Ray-ban e chapéu, falando. É assim. Eu falo Ray-ban e chapéu porque, naquela época, o meu cabelo estava muito raspado e eu usava chapéu por causa do sol. E eu andava muito... Eu não tinha carro. Eu andava muito a pé. Então, de fato, eu usava chapéu como coisa normal. Mas, enfim. Então, teve isso.

Depois desse processamento digital todo, foi gerado um mapa. Esse mapa que foi gerado alguns dias depois, nós fomos chamados para uma segunda reunião. Aí, nessa reunião, fomos eu e o Gastal, o superintendente. Eles foram nos apresentar o mapa. Eles fizeram uma apresentação do processo de gestão e de gestão do mapa, com as questões técnicas. Foi uma apresentação que eles nos fizeram no auditório, os dois técnicos e eu e o Gastal assistindo. Certo?

Naquele dia, é uma informação que acho que é importante, um pouco delicada, mas o Gastal estava particularmente muito mal-humorado. Porque ele estava com pressa que o mapa acontecesse e eu falava que não tinha como apressar o mapa. Falei, escuta, já consegui o contato de colocar gente que trabalha com a radiografia da Amazônia, parar o que está fazendo ou inventar uma espécie de divertimento totalmente na faixa, totalmente aqui, na palavra, fio de bigode, certo? Para fazer o negócio. E ele estava irritado. Tá, eu sei que ele também estava sendo pressionado, mas eu pensei, vem cá, o Brasil já demorou tanto tempo, agora que está fazendo um negócio legal, deixa rolar. Mas o fato é que ele estava realmente muito mal-humorado. E a explicação estava demorando. Até que quando eu falei, eu ficava segurando ele porque pensei, ele vai querer ir embora e não vai deixar chegar na hora H. Todo esse trabalho, toda essa loucura vai por água abaixo. E como é que eu vou resolver isso sem isso? Certo?

Felizmente, ele ficou até o final. E a hora que eles começaram a mostrar o mapa e as camadas e as faixas, o Gastal se convenceu de que aquilo era incrível, que aquilo era maravilhoso e que aquilo é o que tinha que ser. Aquele momento, aí ele gostou. Aí acabou, deu parabéns, abraçou, não sei o que lá e os técnicos do Exército nos deram uma versão impressa daquele mapa por duas razões. Acho que eles deram duas vias naquela versão preliminar. Para que nós estudássemos e pensássemos a partir daquele mapa impresso para fazer ajuste. Certo? Tinha isso. E ele também, o Gastal, queria pegar esse mapa e levar para o presidente do IPHAN, que não estava sabendo de nada. Porque até então, eu não sei exatamente o que o Gastal estava contando para o Luís Fernando. O fato é que, naquele momento, o Luís Fernando não sabia de nada do que estava acontecendo.

E aí, pegamos o mapa embaixo do braço, voltamos para a superintendência, e acho que naquele dia mesmo, de tarde, ou no máximo no dia seguinte, o Gastal foi conversar

diretamente com o Luís Fernando com o mapa debaixo do braço para tratar do assunto e mostrar o que estava acontecendo. E aí, ele me reportou, eu não estava nessa reunião, e ele falou assim: “o Nando adorou”. Eu pensei, claro que ele vai adorar, porque a ideia é essa. E ele contando na conversa que ele tinha tido com o Luís Fernando, que na intimidade as pessoas o tratavam de Nando, eu não era, o que eu estou dizendo é que o Nando é com ironia. Mas o que o Luís Fernando, na verdade, gostou, e aí a conversa dos dois, basicamente o Gastal me dizendo, que eu já falava: “olha, Luís Fernando, o Eduardo teve uma ideia genial, uma ideia que tem...” Ele falava genial o tempo todo para as ideias, não é uma coisa que eu soube, ele falava: “genial, genial, você é um doutor da USP, resolve esse problema”. Aham, fácil. Mas ele contou para o Luís Fernando: “olha, aconteceu assim, assim e assado, o Eduardo teve a ideia de procurar o exército assim e assim e assado”, o Luís Fernando foi ficando com o olho arregalado, e ele perguntou mais ao Gastal: “quanto custou esse convênio para nós?” E o Gastal: “nada”. Como nada? Nada. Nós pedimos e eles fizeram. O que é uma baita maluquice, porque isso deveria gerar, do ponto de vista da formalidade, 25 cartas de agradecimento, várias séries, vários níveis de agradecimento institucional realmente, de reconhecimento dessa colaboração. Pode chamar de colaboração, parceria, convênio, tudo o que quiser. O fato é que tinha que ter tido aí uma troca burocrática, mais efetiva, inclusive, e eu não sei como isso depois ficou, porque, como eu falei, eu fiquei até uma etapa e não fui para a frente.

Porque, quando eu estava envolvido nesse estudo, eu não sabia que eu ia sair disso. É bom lembrar. Eu saí em maio de 2011, mas eu não sabia que eu ia sair em maio de 2011, até porque eu tinha o contrato até 2020. Então, é o seguinte, esse mapa, a primeira versão, teve essa história toda, na superintendência. Fiz uma reunião com a Tereza, com os outros técnicos que estavam ali, que ainda não eram os novos, tinham entrado no concurso, mas ainda não estavam. Fizemos algumas decisões sobre o mapa e

ajustes etc. Inclusive, ajustes de cor, do tipo da cor que usava, contraste, cromático etc., para poder fazer o ajuste gráfico do mapa, o nome do mapa. Tudo isso foi meio inventado. Eu me lembro de uma coisa assim, você quer que eu coloque como nome? Tinha uma coisa dessa. Eu falava, tem que aparecer que o mapa é da superintendência. O mapa é nosso, em sentido de que somos os donos do mapa. Por que isso? Porque se vai ser gerada uma portaria, isso tem que ter uma propriedade. E eu falava, e depois nós vamos ter que ter os arquivos digitais. Depois eu pensava, mas o que vai adiantar ter o arquivo digital se não tem o hardware? Se não tem o software para rodar? Eu pensava, vou pedir, porque a gente vai ter, se vai rodar, depois se resolve.

Havia muitas preocupações minhas do ponto de vista de como o IPHAN, a superintendência, teria isso. Inclusive, porque isso teria que ser reportado da superintendência para a presidência do IPHAN, da presidência do IPHAN para o Itamaraty e do Itamaraty para a Unesco. Então, era um pouco essa a história. Aí teve essa rodada, esse ajuste todo, aí, mais uma vez, fui eu para conversar com os militares, para fazer o ajuste etc.

E se gerou o segundo mapa, esse também em duas versões, que é o mapa a partir do qual a portaria foi elaborada. Entendeu? É essa a historinha prévia. Agora, não sei se depois da geração desse segundo mapa se houve, que tipo de contato mais houve, que tipo de ajuste dessa formalização da parceria que houve, porque também fui perdendo esse contato. E aí eu me lembro que era a minha responsabilidade fazer o esboço do que poderia ser essa portaria, o raciocínio da portaria com essa questão do mapa de visibilidade.

E eu escrevi muitas vezes, em muitas situações, que aquelas alturas que apareciam no mapa não eram alturas absolutas, eram alturas em relação a... E o tempo todo tinha que ter aquela base, porque eu tinha muito medo dessa Eu tinha medo de que o mapa fosse mal compreendido, por ignorância ou má fé, e que aquilo gerasse problemas urbanísticos,

entendeu? E que iam dizer, não, mas está na portaria, está na... Minha preocupação era essa. Então eu devo ter gastado muita nota técnica, muita repetição para falar, explicar o que era. O que era isso? Aquilo gerava aquelas faixas de visibilidade e isso criava o tal do disco, ou seja, dependendo da situação topográfica, depois da linha do horizonte, eu podia ter tantos metros de altura, entendeu? Não importava o que acontecesse.

Agora, o que eu acho hoje é que passados mais de dez anos da portaria, inclusive, dessa experiência, é que essa questão da visibilidade poderia ter sido ajustada por dentro das áreas de interesse para o Plano Piloto, entendeu? E não pensar a área tombada de maneira ideal como uma coisa toda. Ou seja, o que interessa do ponto de vista da visibilidade é muito, vamos dizer, a partir da plataforma da rodoviária no sentido leste, no sentido oeste e alguma coisa para leste também. Desculpa, sul. leste, sul e norte, certo? Porque para oeste vai subir e depois tem a floresta, tem o Parque Nacional.

Então, por dentro desse raciocínio de visibilidade, por dentro desses cones visuais, seria possível pensar em níveis variados de proteção. O que me interessa mesmo proteger é esse visual da esplanada. Agora, se esse tipo de preocupação tivesse acontecido isso há muito tempo, você não teria uma série de situações urbanizadas que aconteceu. Vantagem é que isso é de baixo gabarito, de baixa concentração. Então, nada vai aparecer nesse horizonte, não vai ter edifício. Agora, se não tiver nenhuma proteção, pode acontecer. Então, eu acho que essa portaria teve essa demanda, essa premência. Ela resolve, do ponto de vista burocrático, jurídico, essa expectativa da Unesco. Ou seja, depois disso, a Unesco não pode mais cobrar esse aspecto. A Unesco vai cobrar outros, mas esse agora não precisava mais cobrar.

Agora, é impressionante. A inscrição na lista da Unesco é 7 de dezembro de 1987. A portaria é de fevereiro de 2012. São 25 anos de intervalo, praticamente. É muito

tempo para uma cidade que hoje tem 60 e tantos. E também é muito tempo, do ponto de vista da dinâmica de urbanização do entorno da área tombada.

Então, acho que um ajuste disso, pensando aqui, seriam esses ajustes dos cones visuais. Pode ter essas faixas, o que interessa mesmo? É para cá? É para cá? É ali? Não sei em que medida pode ter esse desdobramento. Não sei como é para o IPHAN, a superintendência, a gestão desse entorno. Já vi muita gente reclamando, mas não sei como é que é, porque eu perdi o contato com esse problema.

E eu me lembro, em algum momento, de ter conversado com a Anna Finger, ainda estando no IPHAN, para definir o entorno. Entendeu? Porque também teve uma conversa que eu tive com ela, que dizia a respeito do entorno das obras do Niemeyer. Nas obras do Niemeyer em Brasília. Porque, quando fez aquela listinha de aniversário dele, em 2007, isso estava na área central. Tinha que determinar entornos. E aí, um dia, ela me liga e fala assim, você não pode vir aqui me ajudar a pensar? Posso, mas aí teve umas coisas. O Gastal não queria que eu sáísse da superintendência para usar meu tempo lá. Teve uma chatice dessa, onde eu falei, preciso só até lá resolver. Me dá meio período, por favor. Aí eu fui, ele ficou bravo. Teve umas coisas assim, quer dizer, uma mistura de ciúmes, porque eu estava indo trabalhar para lá. Ela falou, vem cá, todo mundo para o IPHAN. Para! Então, teve essa coisa.

E aí também, essa experiência de determinar entorno em escala arquitetônica, eu pensava assim, tá, tudo bem, aqui você põe rua, rua, rua. E essa experiência aparentemente boba, menor, de arquitetura, aí você está. Tem o Congresso Nacional, Itamaraty, você coloca até aqui, até aqui, isso aqui pode ser entorno. Mas eu estava olhando um pouco, colocando um certo olhar junto com a Anna Finger, que tinha experiência do IPHAN. Então era diferente. No caso do entorno urbano, a escala

para mim era muito surpreendente. Inclusive porque não é a escala habitual com a qual eu projeto.

A minha escala é de arquitetura. Eu sou um sujeito que pensa na cidade, que gosta da cidade, da história da cidade, especialmente dessa cidade. Mas a minha escala de raciocínio é a partir do edifício. É assim que eu sou. Eu sou do campo de arquitetura e do urbanismo, mas eu sou da arquitetura e do urbanismo. Eu vou daqui e para lá. Eu tenho muita tranquilidade nesse sentido.

Então acho que é um pouco isso que cabe pensar, a partir da sua pergunta inicial, que aí sim vai gerar o mapa de visibilidade. Ou seja, o nome do mapa, o título do mapa, a configuração do mapa com aquelas faixas, das alturas, etc., vem desse problema. Inventar um disco, que é a palavra usada é essa, sobre Brasília para impedir novas Águas Claras. Era isso. Entende?

Depois, quando saí, pensei, não é que eu acabei entrando para ajudar a resolver o problema do Lucio Costa. Que coisa maluca! Toda vez que eu ouço ou leio ele falando de proteger a linha do horizonte, eu falo, é, Lucio, vai lá! Vai lá falar com o exército, vai lá furar a plataforma, vai lá brincar de satélite da Amazônia. Confesso que, do ponto de vista técnico, de ver aquilo funcionar, eu estava achando aquilo maravilhoso, poder ter tecnologia brasileira de satélite. Achava aquilo incrível. E ainda pensei, isso dá para fazer georreferenciamento de tudo. Entende?

Para mim, aquilo tinha uma chave de entrada tecnológica e de parceria real entre IPHAN essa instância de geometria, geografia do exército e tal, fantástica. Porque estava em área urbanizada, mas onde é que tem forte? O país é tão grande, os patrimônios são tão variados, entendeu? Nós temos que ter outra infra. Aquilo, para mim,

deixou muito claro uma coisa. Não dá para o IPHAN querer tomar conta de tudo que ele toma conta. E o IPHAN, nos últimos 15, 20 anos, foi querendo tomar conta de cada vez mais coisa, certo? Com as mesmas tecnologias e com a mesma infraestrutura, de achar que os técnicos, nas superintendências, nas suas mesinhas, resolvem as coisas. Entende? Aquilo estava muito claro para mim. Tinha uma questão colocada ali, a partir de Brasília, que deveria ser para pensar todo o IPHAN. Aqui nós não temos patrimônio náutico, mas onde é que tem forte? Onde é que tem limite com água? No Rio Grande do Sul tem limite de território? Rios? Eu sempre brincava.

O IPHAN tinha que ter barco, tinha que ter helicóptero, tinha que ter tanque, tinha que ter treinamento de escalada, porque as coisas... Tudo que é patrimônio do Brasil foi ficando mais diferente. Não é edificozinho de pedra e cal. E só para encerrar uma coisa que eu lembrava, nessa questão do entorno, era a situação histórica do IPHAN em 1938, quando protege o Ouro Preto. Qual é a área de entorno? Qual é a área da coisa tombada de Ouro Preto? É lindo, mas é absolutamente impraticável do ponto de vista jurídico hoje. Para a nossa sorte, em Brasília, onde a vista alcança tem uma estrada que é a estrada parque contorno, a EPCT. Quando a vista não alcança, no mapa tem a estrada e você sabe que é lá. Mas é uma maluquice. De certa maneira, acho que ajudei o IPHAN a organizar com o mapa, até onde a vista alcança de Brasília. Acho que era isso.

[00:49:09] Mariana:

Nessa época já existiu o Geoportal ou não?

[00:49:13] Rossetti:

Não, não. Certo. Nessa época, me ocorre pensar duas coisas. Não só não existia o Geoportal, como o diálogo institucional entre a superintendência do IPHAN e o GDF não era, vamos dizer, ajeitada. Não era bem trabalhada. Como aconteceu depois no

governo Rollemberg, por exemplo. Ali teve uma situação, sim, com competência política do governo Rollemberg, com quem estava nas secretarias, o que era equivalente a SEDUMA. Para mim isso é uma coisa muito chata, que vai mudando de nome o tempo todo, mas o equivalente a SEDUMA, que era o cargo ocupado pelo Thiago Andrade. Naquele momento, essa instância do GDF mais a superintendência do IPHAN, mais a própria área central do IPHAN, a partir do DEPAM, com o Andrey, ali houve uma articulação maior para repensar o que seria a portaria 166 e, portanto, recolocar o IPHAN no controle das suas próprias competências. No sentido de que, a partir desse processo que gerou aquela portaria, o meu entendimento, e isso já conversei com o Andrey, tem concordância, quer dizer, o IPHAN tem um diálogo com o GDF do jeito certo. Ou seja, aquilo que é a nossa competência IPHAN é essa, a sua competência GDF é essa. Beleza, beleza. Naquele momento, isso está resolvido. E acho isso muito importante ser destacado, Mariana e Ana Elizabete, pelo seguinte, em 2009 e 2010, nós não podemos nos esquecer de quantas obras em andamento estavam acontecendo ao mesmo tempo no Distrito Federal e na área tombada por conta dos 50 anos de Brasília. Certo? Tem obra no Teatro Nacional, no Palácio Planalto, na Praça dos Três Poderes, tem o VLT, tem um monte de coisa, mesmo na Catedral, ao mesmo tempo. Então, estou chamando a atenção primeiro para recuperar uma dimensão de o quanto a superintendência tinha de trabalho e de responsabilidade naquele momento, muito mal equipada de pessoas, com uma demanda muito grande. Quer dizer, teve um momento que tinha obra de restauro no Palácio Planalto e a Praça dos Três Poderes inteira estava trocando as pedrinhas. Uma operação que é maluca, era tirar a pedrinha do quadrante, limpar e pôr de volta. Até hoje, não sei para que fizeram isso.

[00:51:57] Mariana:

Eu queria aproveitar esse momento que você falou sobre as atribuições do GDF, do IPHAN, para fazer mais uma das perguntas que acho que cabe agora. Porque nessa

época já estava sendo pensado também o plano de preservação, o PPCUB. E, nesse momento, o PPCUB mantinha uma proposta para a área de entorno também. E aí, enfim, atualmente esse plano, a minuta que foi publicada em 2022, agora em novembro, ela já não tem mais, se concentra só no conjunto urbanístico, muito por conta, inclusive, da publicação da portaria do IPHAN. E aí eu queria saber o que você acha dessa ausência da falta de diretrizes por parte do GDF para a área de entorno do PPCUB?

[00:52:48] Rossetti:

Bem lembrado. Além de tudo isso que eu falei em 2009, 2010, ainda tínhamos o PPCUB. E eu também tratava disso. Havia sido escolhido o Eduardo Rossetti na superintendência, que tratava de vários assuntos pesados ao mesmo tempo. Quer dizer, ali realmente era a chance de ficar doido. E aconteceu.

Eu acho que o PPCUB, que saiu hoje, ano passado, enfim, pode se chamar PPCUB, pode ter o mesmo nome, pode ter a mesma, digamos, prerrogativa de querer ser um plano. O que me parece curioso de pensar é que a demora em aprovar o plano é algo, de certa maneira, politicamente programado. Sabe? E arrastado ao máximo para que esse plano perdesse o vigor que ele deveria ter. Eu acho que o primeiro grande golpe, digamos assim, que esse PPCUB sofre é na gestão. Se eu não me engano, é no Agnello Queiroz, que contrata aquela empresa de Singapura para fazer o plano do GDF menos daquela área tombada que seria do PPCUB. Certo? Não é isso? Não foi assim que aconteceu? Quer dizer, naquele momento, isso é 2012, se não me engano, no mesmo 2012, ou um pouco mais, não lembro agora, tem que olhar no slide do PowerPoint que isso está na cronologia.

Mas quando houve essa contratação dessa empresa do entorno e essa separação, aquilo ficou muito barulhento do ponto de vista administrativo, e aí vai o Ministério

Público, vai, sei lá etc. Ele estava em cima disso. Porque é evidente que o PPCUB tinha uma atribuição inclusive legal de fazer esse plano de gestão que também envolveria indiretamente o entorno.

O que eu acho é que sempre teve uma confusão do GDF, e é uma confusão, vamos dizer, construída de desinformação do que é a atribuição do IPHAN e do que são as atribuições do GDF. Eu acho que o debate sobre o entorno de Brasília sempre foi difícil, porque sempre se procura confundir quais são as atribuições, de modo que tudo que dá errado é o IPHAN e é o tombamento. Entendeu?

A portaria 166, ela dá um basta nessa bagunça e para tudo. A competência do IPHAN é essa. Eu brinco, ela dá a regra do jogo, zera o odômetro, entendeu? E a coisa é recolocada. E eu acho que isso aconteceu. Acho que hoje ainda existe essa confusão, ainda existe muita má informação, inclusive pela imprensa. A gente vira e mexe hoje. Brasília é tombada pela Unesco, direto. CBN, Correio Brasileiro, isso o tempo todo. Isso tem um impacto popular inacreditável e eu acho que nós precisamos ter mais atenção a isso.

Ontem eu estava na fila da sorveteria, atrás de mim havia dois casais de 32, 33 anos, de pessoas formadas que moram em Brasília, falando absurdos sobre o que é Brasília, o que é o tombamento, o que é o Lucio Costa, etc. Eu tive que contar até 7,8,9 para não virar para trás e falar, olha, gente, vamos fazer uma aula? Vamos rapidinho aqui? Entendeu? Porque era assim, eles diziam: Brasília tem a forma que tem por causa do Lucio Costa e do Niemeyer e não tem estacionamento para carros porque o plano previa que não ia ter conexão de ônibus, porque não ia ter pobre. Era disso para mais. Era um festival de generalizações, todas elas faladas de maneira muito séria, muito convictas, de modo que eles ouviram aquilo de alguém que eles acreditam e não eram pessoas sem formação. Dava para saber que eles tinham formação acadêmica, algum

diploma, todos eles tinham. Eles tinham cara de que tinham diploma, entendeu? Eles tinham vocabulário de quem tinha diploma e eles moravam todos no plano.

Então, para mim, tem essa preocupação a mais. Mas, para voltar para a questão do PPCUB, eu acho que o PPCUB se perde ao longo desse tempo. Então, o PPCUB que foi publicado é um PPCUB enfraquecido. É um PPCUB que pode ter o nome, como eu disse, mas ele não tem todas essas atribuições. E eu acho que ele vai perdendo essas atribuições de maneira a fazer com que... Olha, tem o PPCUB, viu? Cumpriu-se, beleza. Só que ele fica ali um pouco como letra morta. Eu falo disso porque, como eu peguei... Eu também vi o PPCUB nascer e decolar. Eu estava em uma audiência pública como representante da superintendência. Ao lado do Andrey, onde o PPCUB foi anunciado para a sociedade, digamos, de maneira pública. Foi a primeira audiência que teve a apresentação da equipe do PPCUB. Isso foi no auditório menor do museu, lotado o auditório.

E ali eu senti a tensão que o tal do PPCUB ia gerar entre todas as instâncias que sentiram maiores ou menores direitos de dizer o que é o tombamento, de como fazer a gestão, de compensar Brasília etc. Ali eu entendi o tamanho do peso das tensões políticas todas que envolvem o planejamento urbano e a preocupação com a área tombada. Para dar um exemplo do que aconteceu, de novo, não quero falar de mim, olha o que eu fiz, mas eu fiz... Basicamente, eu estava ali representando a superintendência. Então, em algum momento, percebo que tenho que falar alguma coisa em algum momento, porque o que o IPHAN está sendo provocado, que é isso, isso, aquilo, etc.

Lá pelas tantas, alguém se levanta, pega a palavra, se apresenta como tal, representante de tal lugar etc. E diz que Brasília não precisa de plano de preservação nenhum,

Brasília já tem um plano de preservação que é a portaria do Lucio Costa etc., etc etc. É esse o entendimento de gente que também tem diploma etc., e atua aqui ou ali. E aí, diante disso, eu falei, vou dizer, olha, gente, desculpa, não vai rolar, tá? Mas eu disse que tinha que levantar e dizer. E eu levantei a mão e peguei a palavra, me dei a palavra, subi no palco, peguei o microfone e, com uma calma daquelas que, de repente, você tem que ter para falar adiante uma plateia absolutamente hostil. Boa noite, meu nome é Tal, eu sou representante da superintendência do IPHAN, assim, assim assado, e eu estou aqui para garantir que o plano de preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília, PPCUB, vai ser executado, terá de ser resolvido, em razão da portaria 199 de 2004, que prevê, assim, assado etc., etc etc. Ou seja, não se trata de uma vontade do IPHAN, mas de uma vontade. Isso é uma deliberação que está juridicamente embasada, que tem demandas etc., etc etc. E eu espero que tenhamos um bom plano, blá, blá, blá, blá, blá, blá. Boa noite.

Voltei para a minha cadeira, do lado do Andrey, só olhei assim, fui claro, foi ótimo, foi ótimo. Quer dizer, então, Mariana, eu falo disso porque participei de muitas audiências públicas do PPCUB, fiz muita nota técnica sobre o PPCUB, muita reunião com a SEDUMA etc., etc, sobre o PPCUB, entendeu?

E tinha uma coisa um pouco anômala de fazer contribuições. Então, o IPHAN contribui, o IPHAN não sei o quê. O que me incomodava é que o IPHAN estava participando muito de uma coisa sobre a qual ele também teria que questionar. Entendeu? Os limites não eram bons e a falta de limite também não era bom, porque numa situação dessa, colegiada ou coletiva, quer dizer, os limites têm que estar muito claros. Quais são as competências e atribuições para que haja um diálogo? Isso não estava claro para mim, quer dizer, eu não tinha informação superior sobre quais eram as nossas expectativas, digamos assim, quais eram as nossas.

Então, falo isso porque essa imprecisão gerou muito outro tipo de debate em outras agências públicas e, de novo, tinha que pegar a palavra, falar, defender, e era muito desgastante que eu estava sendo usado. Eu estava no meio de um conflito de outros interesses que não eram nada a ver comigo...Então, esse PPCUB que saiu e que não tem esse cuidado com essa paisagem histórica, acho que não é tão diferente do que se podia esperar.

Eu não li o PPCUB...Até tenho que fazer esse dever de casa, é uma coisa que vou ter que fazer. O que ficou decidido, no final das contas, entende? Mas tenho a impressão de que ele foi muito desidratado. Inclusive, para mim, o que é muito evidente de que aconteceu esse desmonte é quando a equipe contratada... Houve uma licitação para esse projeto, para fazer esse plano. Uma equipe de Porto Alegre ganhou, que era a equipe capitaneada pela Briane Bicca, certo? Queridíssima, queridíssima, que veio para cá foi quando conheci a Briane ao vivo.

E aí era uma coisa bacana, porque eu, como técnico, conversava muito diretamente com a equipe do PPCUB, que era o Rafael, o sócio dele, que não lembro agora o nome dele, Rafael Bremer. Tinha gente da universidade, era muito bacana essa ponte, e com a própria Briane. Então, tinha ali uma história de preservação de Brasília, já que ela estava no GT e tudo mais. Então, aquilo que tinha uma cara bonita, uma institucionalidade legitimada, foi sendo muito atacado. Entende? E digo isso não só pelas agências públicas que participei, mas pela falta, difícil dizer isso, vai ficar registrado, por um tipo de acompanhamento da imprensa que não estava muito preocupado em explicar exatamente o que estava acontecendo, eu acho. Houve uma certa falta do devido interesse, entendeu? Por “N” razões, de mostrar o que estava acontecendo. E aí, de repente, saíram uns mapinhas explicativos, sabe assim? Acho que tem uma coisa que me irrita em Brasília, de morar

em Brasília, que diz respeito à questão de preservação, é a maneira como se fala sobre o tombamento no cotidiano.

Quando ouço essa conversa absurda na fila da sorveteria, é porque isso está no ar. Uma vez, um dia fui bem devagarzinho, mesa por mesa do Beirute, assim como quem está perdido, ouvindo as conversas. E o que sempre me impressiona é como as pessoas falam de Brasília em Brasília. Eu morei em Salvador, e às vezes as pessoas ficam falando de Salvador em Salvador. Em São Paulo, ninguém fala de São Paulo em São Paulo por São Paulo. Tem vários níveis de bairrismo, mas do jeito que se falava aqui, eu achava engraçadíssimo. Por conta desse tipo de matéria, de tombamento.

Quando houve a portaria 166, o Correio Brasiliense só caiu de pau. Eu tenho as capas, uso em aula isso. O IPHAN, não sei o que lá, como se a portaria fosse uma coisa negativa. Então, tem uma coisa equivocada, que é não acompanhar o assunto e não apresentar direito. Como é que o IPHAN abre polêmica sobre o tombamento? Precisa ter paciência. Falou, vem cá, ingenuidade, má fé ou o quê? Não dá para... Não é razoável. E, também, temos que entender que o assunto tombamento e preservação são assuntos técnicos, que tem uma especificidade. Então, tem que ter gente da imprensa qualificada para tratar disso. Ou preocupada em traduzir isso numa linguagem mais comum, mais acessível. E não fazer disso uma coisa sensacionalista. Tem uma outra chamada que era: “O que o tombamento tem a ver com você?” Para!

Guardadas as devidas proporções, no 8 de janeiro, no artigo que eu escrevi sobre o 8 de janeiro, uma das coisas que me irritou particularmente era o jeito que a imprensa tratava Brasília e o desconhecimento sobre Brasília. A imprensa ficou completamente aturdida de ter que explicar onde é que estavam acontecendo as

coisas. Eles não sabiam o que era a tal da esplanada, o tamanho, se tinha limite, se tinha flanco, se podia entrar polícia por aqui ou por ali. Eles não conhecem o território. Isso é irritante. Chega a ser ridículo. Ainda mais na hora que mostrava Palácio X, Palácio Y, eles não sabiam onde estavam. Tudo bem, a cobertura foi intensa, a situação absolutamente inusitada e inédita, mas havia uma ignorância sobre o que é a Capital Federal explícita na boca desses jornalistas todos. E eu escrevi isso não para criticar os jornalistas em si, mas essa situação de ignorância. Eu sei que o meu artigo foi lido por jornalistas, alguns gostaram muito. É uma redução de que Brasília... Voltando à questão da visibilidade.

É uma redução de que Brasília é a capital que você vê ali daquela coisa do ângulo de visibilidade esplanada com o Congresso. Isso também é Brasília, e é imagneticamente muito forte. A Brasília que é apresentada ao mundo pelo Jornal Nacional. Agora, não dá para pensar que uma capital federal tem 60 e tantos anos, na era da tecnologia total, da comunicação, seja desconhecida. Quantos vídeos explicando Nova York, o metrô de Paris... O que tem que fazer para conhecer Brasília? Uma novela? Uma minissérie de novo? É uma falta de interesse mesmo. Tudo bem que toda cidade na televisão é estereotipada. Tem o Rio de Janeiro, Copacabana, Manoel Carlos, Ipanema, Leblon. Tem tudo isso. Agora, acho que no caso de Brasília é excessivo. E a fala de ontem do Rui Costa é emblemática de não saber onde está pisando. Alguém hoje que olha para o Brasil e acha que a capital tinha que estar no Rio de Janeiro, aí vou ter que concordar com o nosso governador, o que é triplamente irritante. Mas é um idiota. E o Ibaneis estava certo em dizer que o Rui Costa é um idiota, que a Brasília desse seu Rui Costa é aeroporto, carro oficial, Asa Sul, eixo monumental, palácio. É isso. Hotel e volta. É isso. Não tem um mínimo de domínio histórico de entender por que Brasília, em termos de ocupação territorial, de história do planejamento urbano, transformação do Brasil... Não consegue entender que foi a Guerra Fria, porque também.... Então, assim, isso

tudo tem a ver com o PPCUB, tem a ver com isso. A ignorância, ela é muito grande. Então, eu acho que o PPCUB que foi publicado, eu acho que ele foi perdendo força, porque as forças ignorantes, que têm muitos nomes, foram ganhando conquistas no território. Eu preciso ler para entender especificamente o que é isso. Agora, a minha impressão é essa.

Quando você fala de paisagem urbana histórica, é aquele livro do Ron von Oers, *Historic Urban Landscape*. Adoro aquele livro. Eu o conheci. O Ron von Oers esteve no Brasil, fez palestra aqui. Eu o conheci, nos apresentamos, trocamos cartão em 2010. Ele trabalhava na Unesco, em Paris, e eu falei, olha, eu vou para Paris. Ele falou, vem conversar comigo. Eu pensei, meu querido, vou ficar seis dias em Paris, tudo o que eu quero ver, o que eu menos quero fazer, é uma reunião de trabalho. Ele foi muito simpático. Ele deu o cartão dele. Quando eu comprei o livro, o cartão era o marcador do livro, e ele morreu. O Ron von Oers morreu uns três anos depois disso, em março de 2014. Morreu cedo, não sei por quê. O livro é dele e do...

[01:10:18] Mariana:
Francesco Bandarim.

[01:10:19] Rossetti:
Isso, desse italiano. É.

[01:10:24] Mariana:
Enfim, a tese tomou esses caminhos muito por conta de uma outra tese que tratava sobre entorno, e para tratar, para expandir, para expandir um pouco mais sobre esse assunto de entorno, a gente achou por bem incorporar essa recomendação, porque trata de paisagem. E até ao longo do processo de instrução da Portaria n°68, houve

a presença de um professor italiano. Há uma conversa sobre paisagem cultural, de que não deveria ser abordado por aí. Você poderia falar um pouquinho?

[01:11:01] Rossetti:

Pouquinho. Eu estava nisso.

[01:11:04] Mariana:

Então, para a gente partir desse ponto e depois para a última questão, encerrando, a última questão é como se deu essa transição do desenvolvimento da normativa no grupo de pesquisa, a sua saída e essa possivelmente passar para a área central. Então, a gente pode falar um pouco dessa reunião, dessa presença do professor e esse final.

[01:11:28] Rossetti:

Bom, o assunto do entorno já estava rolando na superintendência, já tinha o mapa etc. Já estava fazendo textos sobre o esquema do que poderia ser a Portaria. Em algum momento, essas duas novas técnicas que tinham passado no concurso chegam. Foram a Flaviana Lira Barreto e a Ana Clara Giannecchini. Assim que elas chegaram e foram apresentadas à equipe etc. Eu perguntei: “Gastal, posso compartilhar com elas os assuntos que estamos tratando aqui na superintendência para atualizá-los junto com a Tereza, etc”. Ele falou: “Pode, claro”. Eu pensei: “Ótimo, porque agora vou compartilhar o segredo. Portanto, se essa porcaria vazar, tem mais riscos de ter mais culpados do que só eu”. Porque eu realmente tinha muito medo, falando sério agora, tinha muito medo de que houvesse algum vazamento. O fato é que, quando elas chegaram, eu quis realmente compartilhar, porque eu pensei, primeiro que eu tenho que dividir o assunto do ponto de vista objetivo, ter ideias. E segundo, que é um assunto que está em andamento e vai continuar sendo tratado, certo? Em algum momento, esse italiano, que eu não sei o nome, está lá na portaria, que acho que

tinha sido professor orientador da Ana Clara Gianecchini, estava por aqui também, não sei por qual motivo, e eu não sei bem como, se fez uma reunião com esse sujeito para explicar a ideia do entorno e discutir um pouco em que medida a chancela, o problema de paisagem cultural, poderia ou não ser trabalhado em Brasília.

[01:13:34] Mariana:

Ferruccio Ferrini, o nome. Ferruccio Ferrini.

[01:13:38] Rossetti:

Isso, eu lembro que ele tem nome de chocolate.

[01:13:41] Mariana:

Universidade de Nápoles.

[01:13:42] Rossetti:

Isso, é um napolitano com nome de chocolate, exatamente. O fato é que nós passamos uma tarde inteira com ele. Eu me lembro que, em algum momento, eu fiz a gentileza de passear no domingo com ele e com ela e tudo mais. Eu estava realmente com bastante paciência. Eu tinha exercido a minha paciência de sair e passear com gente para visitar Brasília desde 2009. Eu recebi, fui passear com a ministra da cultura de Angola, mostrei a quadra modelo, fiz entrevista para o Washington Post, gravei programa para a TV francesa. Eu só sei que falei de Brasília em muitos canais. Então, receber o cara com o nome de chocolate, no IPHAN, era fácil. Nós passamos uma tarde inteira discutindo esse assunto e o resumo da ópera foi que, no entendimento dele, que também era o meu, felizmente, não fazia sentido querer pensar a proteção de Brasília por essa perspectiva. Por “N” razões que ele deu exemplos na Toscana, a paisagem do leite, não sei o que lá. E aquilo fazia sentido. Por que eu acho ótimo

isso, para mim naquele momento que era técnico? Eu pensei que vai ser mais um grau de atribuição, mais um problema que a superintendência vai puxar para si e com aquilo que é cotidiano a gente não dá conta. Então, eu fiquei pensando, por que não se deve ter mais essa camada de problemas? Para mim, naquele momento, isso não era tão claro, mas não tenho a menor dúvida hoje de que a grande contribuição que o IPHAN superintendência pode ter em relação à proteção de Brasília é ter um diálogo realmente muito franco e ciente da sua atribuição com o GDF. Porque vão tentar atrapalhar o ritmo dos processos. Era muito comum que o pedido de um tipo de projeto a pessoa desse entrada no IPHAN e desse entrada ao mesmo tempo no GDF. E a coisa é muito simples. Um processo, um assunto, só deve chegar ao IPHAN, que é uma instância federal superior, depois de todas as apreciações no GDF. Isso aí é o elementar do ponto de vista jurídico, de um funcionamento normal. Como é que a coisa funciona? Entra por aqui, entra por aqui. Porque se o IPHAN começa falando e manda para o GDF, o GDF já tem uma fala do IPHAN, que ele luta para não ser o quê. Entendeu? É muito perigoso querer usar o IPHAN para legitimar X, Y, Z coisas. Seja gabarito, uso etc. Isso era muito confuso. A questão fundamental do IPHAN sempre foi essa. E a portaria 166 dá essa regra do jogo. As competências são essas. E assim vai ter que ser. Essa questão da paisagem cultural, naquele momento, foi vetada, foi negada, foi desconsiderada. Não sei se isso pode ser revisto hoje, se há interesse nisso. Até onde sei, o próprio IPHAN central parou de tratar com esse assunto, porque isso gerava demandas difíceis de serem tocadas. Até aí eu fui. Aquilo que passou a ser grupo de trabalho, já não estava mais. Entendeu? Que alguma articulação entre a superintendência e a área central. Esse grupo de trabalho tem com isso, não é?

[01:16:58] Mariana:

Tem algumas informações técnicas que você assina. Até uma quinta ou sexta reunião do grupo de trabalho no âmbito da superintendência do IPHAN do Instituto Federal.

[01:17:13] Rossetti:

Pode ser nessa transição como eu estava com o assunto, é meio isso, essa passagem.

[01:17:25] Rossetti:

Fico tão feliz em saber que esqueci disso. Isso é um sinal tão saudável para mim, é uma pressão que você não faz ideia. É isso, nesse clima todo que estou contando como era a superintendência, eram muitos assuntos. Muitos assuntos. Sobre os quais eu estava envolvido direta e indiretamente. Só o que eu falei catedral, teatro, praça, Palácio Planalto, PPCUB. Fora Catetinho. Feira da Torre de TV, que já tinha acontecido. E uma coisa divertidíssima que é o Ministério Público, que me mandava perguntas o tempo todo. O Dante não sabia o que era isso aqui, minha querida. Eu tinha reescrito aquilo tudo, você não tem ideia. Então, para ser racional e fechar objetivamente a questão, eu fui até aí, em algum momento, nesse grupo, e depois o assunto foi para frente. Não sei como é que se dá o passe de mágica que o assunto sai da superintendência de verdade de uma vez e vai para a central. Minha impressão. Não estavam resolvendo como deviam resolver nessa miscelânea. E a pressa falou, vem cá, dá isso aqui, vamos resolver essa bagaça logo, vamos tocar esse assunto. E acho que o Andrey, que é uma pessoa muito eficiente e tem uma visão panorâmica dos assuntos, isso aqui, vem para cá, Anna Finger você cuida disso e a coisa vai. Acho que foi por aí.

[01:19:07] Mariana:

Você saiu em maio de 2011?

[01:19:08] Rossetti:

Eu saí no dia 11 de maio de 2011.

[01:19:12] Mariana:

E a visita da UNESCO se deu no início de 2012, não é?

[01:19:18] Rossetti:

Isso é outro assunto que eu participei também. Agora que estou lembrando. Teve uma etapa, não sei bem quando. Outra coisa que eu participei é que tinha um processo contra o VLT. Também fiz nota técnica sobre o VLT. Viu? E também foi no ano de 2010 que o VLT foi barrado. Também foi um assunto com o qual trabalhamos. Mas... O que eu ia falar?

[01:19:52] Mariana:

Da proximidade da missão da UNESCO.

[01:19:54] Rossetti:

Ah, da missão da UNESCO. Havia uma coisa esquisita que era sobre as informações que a superintendência tinha que passar para a presidência. Tinha uma coisa esquisita que tinha a ver com esse fluxo, desse diálogo, dessa correlação de hierarquias entre o GDF e coisas. E certas informações do Instituto Federal que ainda tem o GDF. Então, na verdade, o IPHAN tem que perguntar para o GDF. O GDF tem que fornecer essas informações. O IPHAN teria que processar isso e encaminhar para a presidência que, por sua vez, bota em uma embalagem bonita com celofane e manda para o Itamaraty para mandar para a UNESCO. E, em algum momento, participei desse vai e vem de coisas. Juntar a informação e tudo mais. Eu me lembro que aquilo tinha uma... Eu achava aquilo... Não estava bonito, não estava tão bacana o tipo de informação que vinha. Eu achava aquilo impreciso, em alguma medida, e talvez genérico. E, se não me engano, foi algo parecido com o que a UNESCO disse do que ela recebeu. Certo? Em algum momento era isso. Então, você põe

a pressão de ter essa portaria de entorno o mais rápido possível com esse tipo de irritaçãozinha que a UNESCO estava tendo do que era Brasília num contexto de Brasil muito projetado para o mundo. Eu acho que isso acentua tudo. O Brasil muito projetado para o mundo. O Brasil cuja capital faz 50 anos. O Brasil que vai fazer Copa do Mundo em 2014, Olimpíada em 2016. Entendeu? Panamericano em 2012. Um Brasil muito vigoroso. Acho que isso é muito importante contextualizar também. De novo, acho que tem a ver um pouco com o que é essa expectativa do mundo em relação ao Brasil. É muito forte.

Você está andando em Paris numa viagem de turismo, olha na banca de jornal e está lá o *Le Monde* com a cara do Lula. Aí tem uma revista com a cara do Lula. Aí tem a revista *The Economist*. Teve uma mudança de interesse e atenção para o Brasil em todos os aspectos. Então, a UNESCO tem que falar o que é isso. Eu participei de algum jantar relacionado àquela senhora que tomava conta da UNESCO, não lembro o nome dela agora, Núria Sanz. Núria Sanz, o nome dela. Ela veio para cá numa missão que também teve uma outra coisa que a UNESCO fez com o Brasil, fez no Brasil, melhor dizendo, para a América Latina, que foi uma oficina de três dias no Rio de Janeiro, no Ministério, no Palácio Otávio Capanema, uma oficina para que o Brasil, países da América Latina e Caribe. Criassem... Fizesse uma lista de bens para a UNESCO analisar. Porque a concentração de bens acima da linha do Equador era muito grande e a UNESCO estava querendo equilibrar isso.

Então, o Brasil falou, não, UNESCO, por favor, vem para cá, vamos fazer uma grande reunião no Rio de Janeiro. E assim foi feito. Então, acho que isso também corrobora essa inserção do Brasil e a inserção do IPHAN como Instituto do Patrimônio do Brasil, sendo parâmetro para práticas e políticas de preservação na América Latina. Eu acho que é uma outra dimensão, Ana, não sei se você concorda comigo. Eu só fui entender

isso e perceber isso estando dentro do IPHAN. Depois, conversando com o Andrey, o quanto o IPHAN é parâmetro na América Latina. Às vezes, a gente não dá conta dessa força que nós temos.

[01:23:47] Medeiros:

E quando é que foi isso, Eduardo? Você falou, eu perdi a data. Foi no Capanema?

[01:23:53] Rossetti:

Foi no Capanema, deve ter sido talvez em 2011 já, começo de 2011. Talvez, março. Então, acho que tem tuda a ver com isso. Vejam quantos problemas de gestão, quantos assuntos estão no IPHAN no momento da superintendência em que também a portaria de entorno, a questão do entorno está sendo discutida. Acho que o pouco que fui falando, contando e tudo, menos do que mera memória, é recuperar um pouco esse contexto. Estou chamando a atenção disso porque o Gastal morreu. A Tereza, não sei se vai ter interesse em falar disso, nem sei que memória ela tem. Ela não estava diretamente movida com os assuntos. Tiago Perpétuo, Ana Clara Giannecchini e Flaviana Lira Barreto não estavam nessa fase toda. Quando eles chegaram, todos esses circos estavam armados. Agora, o que eles pensam disso é outra coisa. Quando eles chegaram, o picadeiro estava montado, o leão estava solto, o domador estava no centro, tinha orquestra, era tudo isso. Está bom?

[01:25:11] Mariana:

Está bom. As questões gerais foram essas. Acho que deu para situar bastantes pontos. Pelo processo, não conseguimos ter tanta profundidade. Não tem tantos documentos falando tanto do mapa. Isso é uma coisa que foi bastante esclarecedor. Uma dúvida que fiquei, você falou de uma empresa de Singapura que foi contratada para trabalhar o que seria a LUOS, é isso?

[01:25:45] Rossetti:

Não, ela se chamava Jurong. Jurong com J. Eles foram contratados para fazer planejamento territorial e urbano de todo o Distrito Federal, menos da área tombada.

[01:25:59] Mariana:

Do que seria hoje regido pela LUOS.

[01:26:02] Rossetti:

É, mas o exótico da coisa toda era contratar uma empresa. Entendeu? O esquisito era contratar uma empresa. Não houve uma concorrência, não houve nada. E era uma coisa meio a toque de caixa. Foi muito estranho.

[01:26:20] Medeiros:

Isso foi parar nos jornais, eu lembro. Foi na época que Singapura estava na crista da onda, por conta de toda a intervenção que tinha sido feita lá. Tinha sido lançado um livro que estava circulando aqui no Brasil. A gente chegou até a usar, Elane e eu, com algumas experiências feitas lá numa disciplina que a gente estava na Pós, na época, cidade contemporânea. A Elane, eu acho que continua dando, inclusive, ofertando. Talvez esse livro não esteja mais na bibliografia, mas eu lembro que isso foi parar nos jornais, exatamente, questionando o porquê de se contratar uma empresa de fora, sobretudo. De muito fora, né?

[01:27:01] Rossetti:

De muito fora, é.

[01:27:03] Medeiros:

Para dar pitaco aqui dentro e, claramente, deixando de fora o plano piloto.

[01:27:12] Rossetti:

Também, além da esquisitice toda da contratação, tem uma coisa que ficava acen-tuada, é que é como se o plano piloto era tombado, não tivesse que ter também um planejamento urbano. O equivocado nisso tudo é isso, é separar planejamento urbano de preservação. Entendeu? Eu sempre falo, gente, dentro da Carta de Washington, isso está colocado com toda clareza. A Carta de Washington, é de 1986. Depois disso é reativado em uma outra carta. Ninguém tem dúvida. Não precisaria da Carta de Washington para ter dúvida, mas dentro da Carta de Washington tem mais uma compreensão. Preservação e manutenção do patrimônio urbano não excluem o planejamento, ao contrário.

[01:28:04] Mariana:

O que a recomendação da Unesco da Paisagem Urbana Histórica faz é trazer tudo isso das cartas anteriores e tentar aplicar de fato, sem ser uma categoria a mais de preservação e sim uma metodologia, talvez, uma abordagem. Bom, acho que assim, finalizando já, eu gostaria, assim, eu elaborei também um questionário, é um formulário no Google Forms, que extrapola as questões da portaria, que tem a ver mais com a pesquisa mesmo. Estou fazendo os últimos ajustes nele, mas eu queria saber se eu enviasse até quarta-feira, se o professor tivesse disponibilidade de responder também.

[01:28:44] Rossetti:

É sobre o mesmo assunto? Não.

[01:28:46] Mariana:

Não, ele engloba, amplia, amplia o assunto do entorno, mas não fica preso na portaria, ele está tratando mais os estudos de caso que eu estou desenvolvendo na tese.

[01:29:00] Rossetti:

Respondo, sem problema, manda para o e-mail, eu vejo, falo, ah, tenho que responder, eu já cliço, abro, respondo.

[01:29:07] Medeiros:

É rápido, Eduardo, assim, acho que está levando o que, Mariana? Dez minutos no máximo, né? Não,

[01:29:13] Rossetti:

Não, tranquilo, respondo sim.

[01:29:14] Medeiros:

Principalmente porque assim, ele foi montado para o público em geral, não é para especialista, né? Então, assim, a gente procurou usar uma linguagem bem mais acessível, mas obviamente que para os especialistas a gente acha, né, entende que vai ser mais fácil a resposta do que ainda para o público em geral. Embora a gente tenha tentado explicar e tudo, acho que fica mais fácil. Então, não é, e a identidade vai ser resguardada, né?

[01:29:45] Mariana:

Isso, exatamente.

[01:37:26] Rossetti:

Eu agradeço o convite.

[01:37:27] Medeiros:

Foi super...

[01:37:29] Rossetti:

Estou muito feliz de contar essa história, eu acho que até quando encontrei com a Mariana ao vivo, falei, eu quero falar, agora eu quero contar essa história, porque até então eu nunca tinha me ocorrido pensar em contar. E aí, quando eu contei para o Andrey, falei, olha, Andrey, vou ter uma aluna, assim assado da Ana e tal, que quer falar comigo. Ah, que bom! Eu estou feliz, vou poder contar uma coisa que acho que ninguém sabe. Volto a dizer, não estou contando para me gabar, é porque acho que isso é uma história que tem a ver com a cidade e que eu fico particularmente feliz de poder contribuir com uma memória da cidade, de uma cidade que tem só 60 e tantos anos, na qual eu moro há 15 anos. Eu me sinto muito feliz de poder participar disso. Estou feliz de ser reconhecido pelo garçom do Beirute.

[01:38:18] Medeiros:

É verdade, é verdade. Obrigadíssimo, Eduardo.

[01:38:22] Rossetti:

Obrigadíssimo a vocês, um beijo para cada uma, e se tiver alguma coisa, estamos aí.

ANEXO III. FORMULÁRIO

Você está sendo convidado a participar da pesquisa **O ENTORNO DO CONJUNTO URBANÍSTICO DE BRASÍLIA**: Novos caminhos para a preservação de uma Paisagem Urbana Histórica. Esta pesquisa tem como objetivo identificar qual a opinião da sociedade sobre como a área de entorno pode contribuir para a proteção do Conjunto Urbanístico de Brasília e para a sua própria qualificação. A pesquisa está sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília – PPG FAU/UnB, pela pesquisadora Mariana Freitas Priester, sob a orientação da Prof. Dra. Ana Elisabete de Almeida Medeiros. O nome dos participantes que preencherem o formulário, não será divulgado.



CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar e autorizo a realização da pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome: _____ Data: _____
Endereço: _____ Profissão: _____

INTRODUÇÃO

O Conjunto Urbanístico de Brasília – CUB, Distrito Federal, foi classificado pela UNESCO como Patrimônio Mundial com a seguinte justificativa:

Disposta ao longo de um eixo monumental leste-oeste, atravessado por um eixo norte-sul curvado para seguir a topografia como uma via de transporte, Brasília é um exemplo definitivo do urbanismo modernista do século XX. Criada como a capital brasileira no centro-oeste do país de 1956 a 1960 como parte do projeto de modernização nacional do presidente Juscelino Kubitschek, a cidade reuniu ideias de grandes centros administrativos e espaços públicos com novas ideias de vida urbana promovidas por Le Corbusier em blocos habitacionais de seis andares (quadras), apoiados em pilotis que permitiam que a paisagem fluísse abaixo e ao redor deles. O planejamento da cidade é notável pela notável congruência entre o projeto urbanístico de Lucio Costa (o Plano Piloto) e as criações arquitetônicas de Oscar Niemeyer, refletida de forma mais contundente na interseção entre os eixos monumental e viário, que se configura como fator determinante do esquema de urbanização da cidade e ressalta o caráter representativo da Praça dos Três Poderes (Praça dos Três Poderes) e da Esplanada dos Ministérios (Esplanada dos Ministérios), também manifestado na geometria do Congresso Nacional e na nova forma de vida urbana concretizada nas Unidades de Vizinhança e suas respectivas Superquadras (<https://whc.unesco.org>).

Como garantia de proteção do Conjunto, o IPHAN estabeleceu uma poligonal de entorno, definida pela Portaria N°68/2012, que dispõe sobre a delimitação e diretrizes para a área de entorno do CUB.

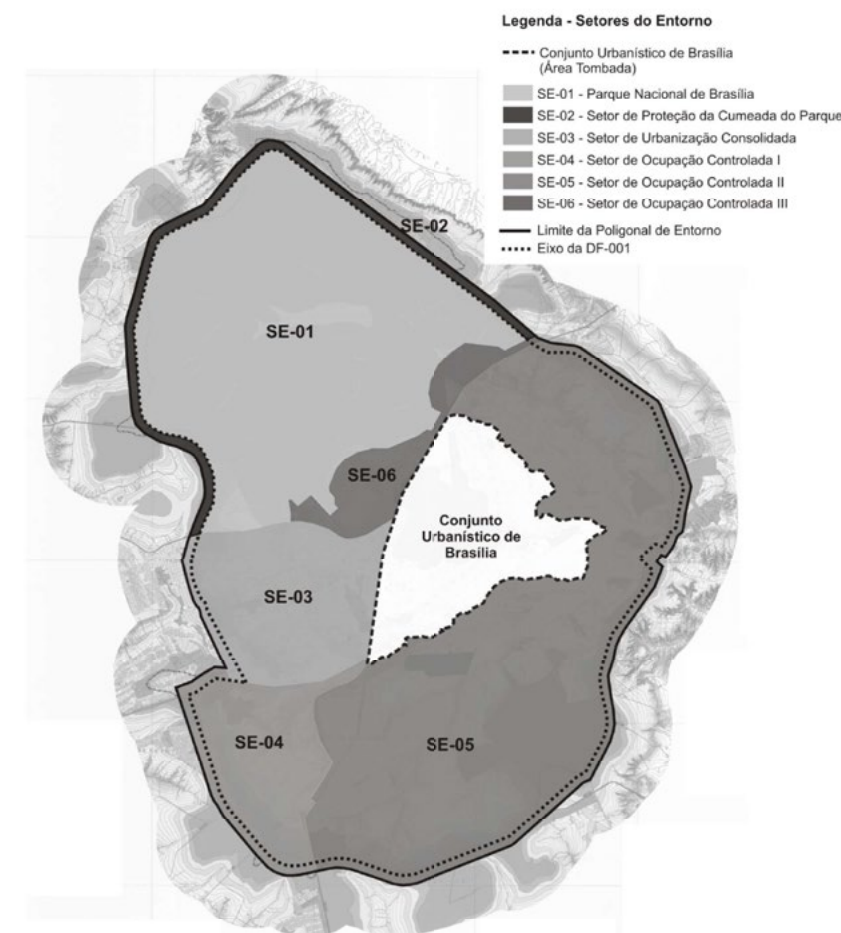


Figura 1. Poligonal de Área de Entorno. Fonte: Portaria n°68/2012 IPHAN.

GLOSSÁRIO: CONCEITOS E DEFINIÇÕES

1. Área de entorno: O entorno de um monumento, sítio ou área de interesse cultural define-se como o meio, próximo ou distante, que participa e contribui para o seu significado e singularidade. Para além dos aspectos físicos e visuais, o contexto compreende a interação: com o ambiente natural; com as práticas sociais ou espirituais do passado, ou presentes; com os costumes; com os saberes tradicionais; com os usos ou atividades, e outras formas ou expressões que integram o patrimônio cultural imaterial que criaram e conformaram o espaço e, ainda, com o meio, cultural, social e econômico, atual e futuro.
2. *Atributo*: qualquer característica quer seja material ou não material, de objetos e processos reconhecidos como possuindo valores patrimoniais.
3. *Significância*: o conjunto dos valores conhecidos do patrimônio cultural.
4. *Linha de Cumeada*: Linha que une os pontos mais altos de uma cadeia de montanha, tornando-se o divisor de águas.

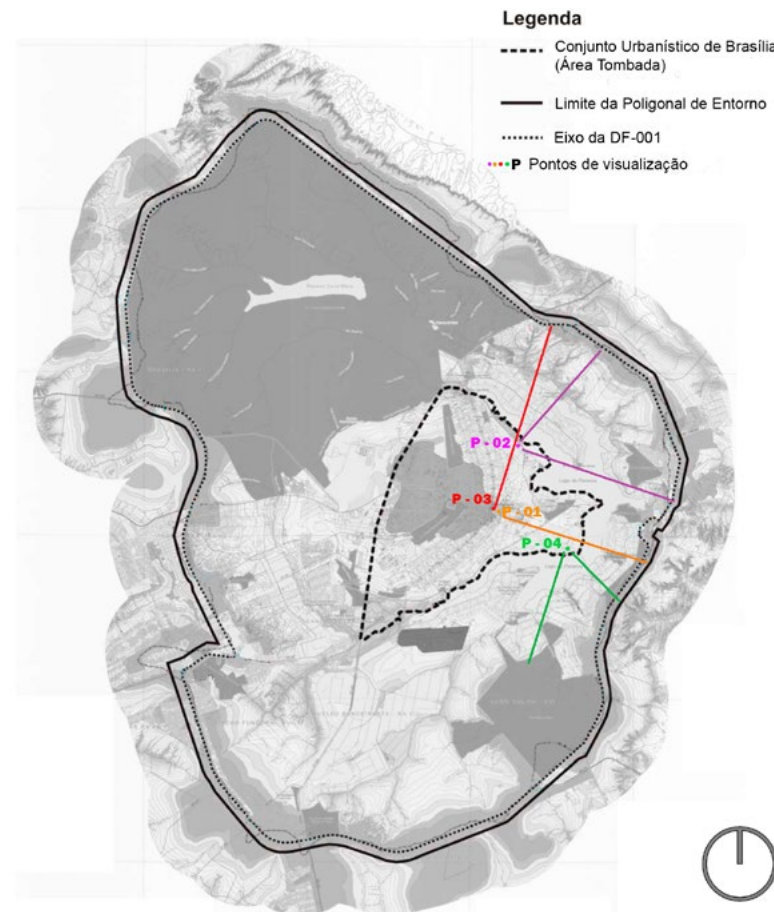
QUESTIONÁRIO

O questionário considera 5 pontos de vista:

1. Cenários panorâmicos I, a partir de visuais de “dentro para fora” do Conjunto Urbanístico de Brasília - CUB;

2. Cenários panorâmicos II, tomando visuais de “fora para dentro” do CUB;
3. Elementos naturais que circundam o CUB;
4. Elementos arquitetônicos que são marcos visuais na paisagem do CUB;
5. Elementos culturais que estão inseridos no entorno do CUB.

1. Cenários Panorâmicos I – Visuais a partir do CUB



A partir das imagens abaixo pode-se notar que é possível a visualização da linha de cumeeada da Bacia do Paranoá de diversos pontos do interior do CUB:

Você considera a linha de cumeeada um atributo relevante para a composição da paisagem do Conjunto Urbanístico de Brasília?

() SIM () NÃO



Figura 1. P-01: Nessa imagem registrada a partir do eixo monumental é possível ver a esplanada dos ministérios, o Congresso Nacional e ao fundo a linha de cumeeada da bacia hidrográfica do Paranoá. Fonte: GDF, 2009.



Figura 2. P-02: Nessa imagem registrada a partir do Setor de Clubes Esportivos é possível ver o Setor de Habitações Individuais Norte, aos fundos o Setor Habitacional do Taquari e no canto direito o Condomínio Paranoá Parque. Fonte: Autora.



Figura 3. P-03 Nessa imagem registrada a partir do Setor de Diversões Norte é possível ver a linha de cumeeada ao fundo e a torre de TV Digital. Fonte: Acervo pessoal da autora.



Figura 4. P-04 Nessa imagem registrada a partir da margem oeste do Lago Paranoá – próximo à ponte JK e ao Centro Cultural Banco do Brasil – temos a visada para o Lago Sul, bairro no qual se verifica um baixo adensamento populacional e que, devido à sua condição de relevo, atua como um anfiteatro natural. Fonte: Autora.

A partir das imagens apresentadas na página anterior:

Você considera que para a manutenção da linha de cumeada é necessário um cuidado maior na ocupação dessa região (regulamentação da altura das edificações, do adensamento populacional e dos parâmetros de ocupação do lote – Taxa de ocupação, usos, coeficiente de aproveitamento)?

() SIM () NÃO

2. Cenários panorâmicos II – Visuais de fora para dentro do CUB

A Portaria nº 68/2012 estabelece a preservação do entorno do CUB, e se refere a pontos de mirantes naturais de observação do Conjunto preservado. Isto posto avalie as imagens abaixo e responda a seguinte pergunta:

Na sua opinião, a criação e valorização de mirantes e percursos culturais para a observação do CUB, utilizando-se a EPCT (DF-001), como nos pontos destacados pelas figuras 1, 2 e 3 são importantes?

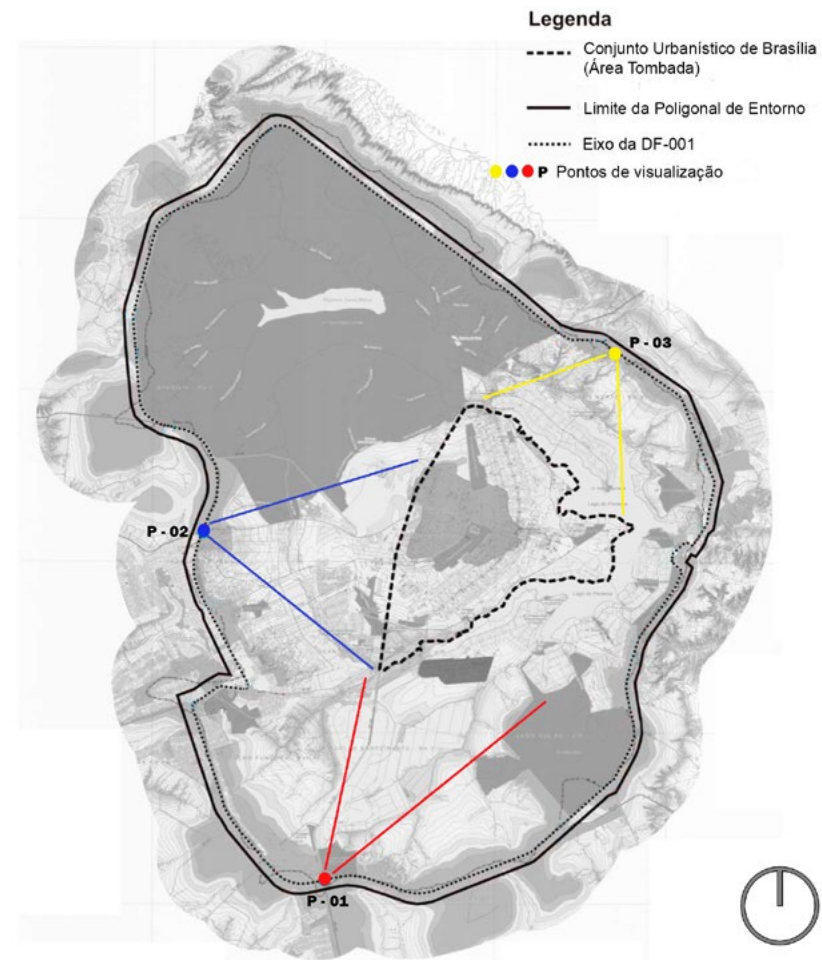


Figura 1. P - 01 Vista para o CUB do Cruzamento da EPIA (DF003) com a EPCT (DF - 001). Esta Localização encontra-se próximo a Casa Fazenda Gama, onde hoje localiza-se o Museu Casa Velha Fazenda Gama e também o Museu do Catetinho, dois importantes marcos culturais de Brasília. Fonte: Autora.



Figura 2. P - 02 Vista para o CUB do Taguaparque, situado em Taguatinga. Fonte: Autora.



Figura 3. P - 03 Vista para o CUB do estacionamento da Torre de TV digital. Fonte: Autora.

3) Elementos naturais

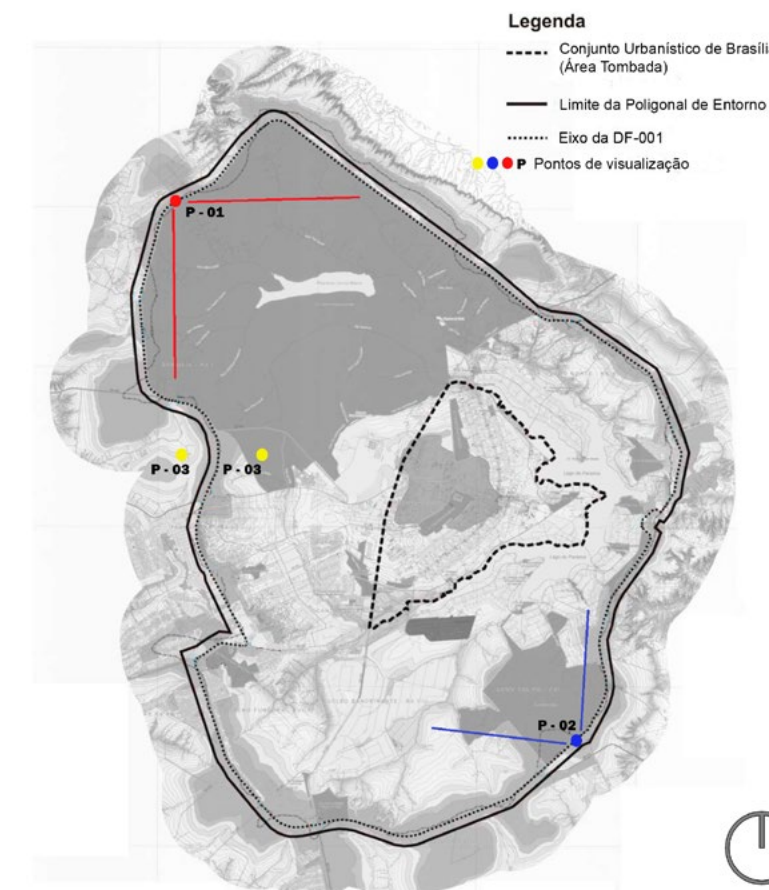




Figura 1. Figura 1: P-01 Nessa imagem é registrado o Parque Nacional de Brasília, sendo o seu limite evidenciado pela rodovia Estrada Parque Contorno – EPCT (DF-001). Fonte: Autora.

O Parque Nacional de Brasília contribui para a preservação dos recursos hídricos - além de abrigar o reservatório de abastecimento público de água de Santa Maria - e na preservação da biodiversidade do cerrado. A partir dessas informações, você considera o Parque Nacional de Brasília um atributo importante para a preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília?

SIM NÃO



Figura 2. P-02 Nessa imagem é registrado o Jardim Botânico de Brasília, sendo o seu limite evidenciado pela rodovia Estrada Parque Contorno – EPCT (DF-001). Fonte: Autora.

O Jardim Botânico de Brasília contribui para a preservação da biodiversidade do cerrado. A partir dessas informações, você considera o Jardim Botânico um atributo importante para a preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília?

SIM NÃO

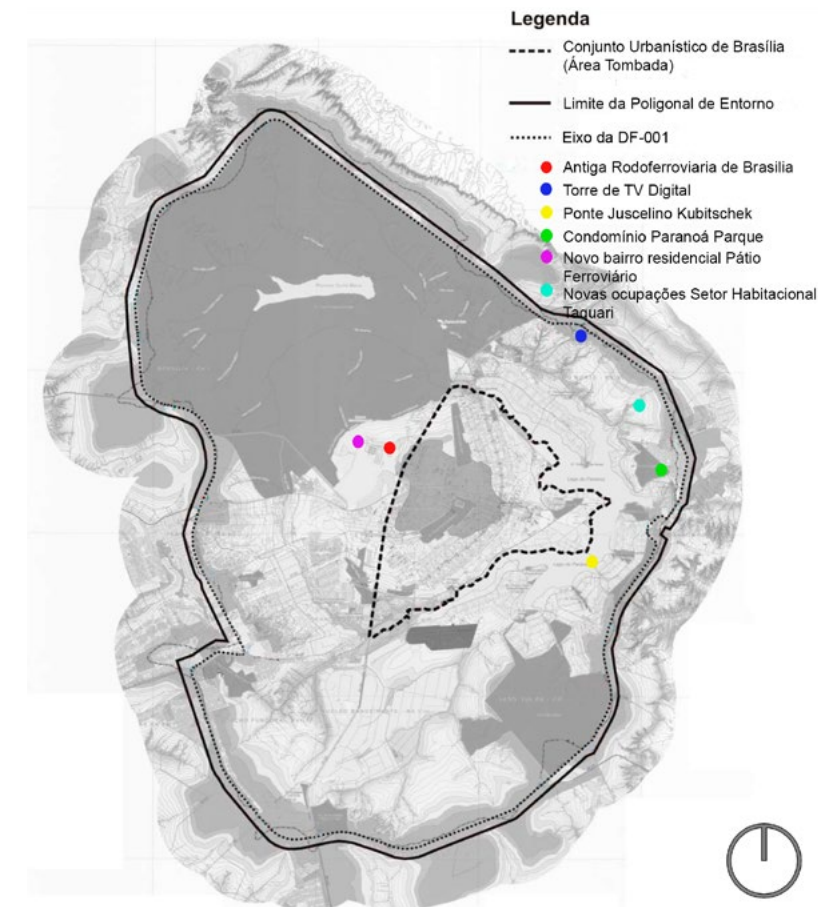


Figura 3. P-03 Na imagem se vê a Floresta Nacional de Brasília - FLONA. Fonte: MTB Brasília.

A Floresta Nacional de Brasília - FLONA é uma unidade de conservação responsável pela proteção de nascentes que irrigam a represa do Descoberto, responsável pelo abastecimento de cerca de 70% do Distrito Federal. A área também contribui para a proteção da biodiversidade do Cerrado. A partir dessas informações, você considera a FLONA um atributo importante para a preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília?

SIM NÃO

4) Elementos arquitetônicos e urbanísticos



Sobre os elementos arquitetônicos abaixo apresentados, opine sobre quais qualificam ou prejudicam a qualidade da paisagem no entorno do CUB?



Figura 1. Nessa imagem vê-se a antiga Estação Rodoferroviária de Brasília, projetada por Oscar Niemeyer. Aos fundos é possível ver o local denominado Pátio Ferroviário de Brasília, no qual constam novos projetos de ocupação pelo GDF. Fonte: Autora.

Antiga estação rodoferroviária de Brasília:

Qualifica Prejudica Indiferente

Sobre os elementos arquitetônicos abaixo apresentados, opine sobre quais qualificam ou prejudicam a qualidade da paisagem no entorno do CUB?



Figura 2. Nessa imagem vê-se a Torre de TV Digital localizada no cume da Bacia Hidrográfica do Paranoá. Fonte: Autora

Torre de TV Digital:

Qualifica Prejudica Indiferente

Sobre os elementos arquitetônicos abaixo apresentados, opine sobre quais qualificam ou prejudicam a qualidade da paisagem no entorno do CUB?



Figura 3. Ponte Juscelino Kubitschek. Fonte: Autora.

Ponte Juscelino Kubitschek:

Qualifica Prejudica Indiferente

Levando em consideração que a implantação de Habitação de Interesse Social (HIS) na área da Bacia Hidrográfica do Paranoá é importante, pois permite à população moradia em áreas qualificadas com infraestrutura já existente e a proximidade com locais de maior oferta de empregos, considera que o resultado da implantação do Condomínio Paranoá Parque qualificou ou danificou a paisagem?



Figura 4. Na imagem se vê o Condomínio Paranoá Parque implantado na cumeada da Bacia Hidrográfica do Paranoá. O condomínio não possui tratamento paisagístico e possui torres de caixa d'água como elementos verticalizados. Fonte: Autora.

Qualifica Prejudica Indiferente

Caso queira justifique as respostas dadas até aqui sobre os elementos arquitetônicos citados:

Está em estudo pelo Governo do Distrito Federal a ocupação da área do Pátio Ferroviário de Brasília como um novo bairro residencial. A partir das imagens abaixo, considera que esse estudo de ocupação para a área do Pátio Ferroviário contribui para a qualificação da paisagem ou danifica essa paisagem?



Figura 5. Na imagem se vê o estudo de volumetria do Plano de Ocupação proposto pelo GDF para a área do Pátio Ferroviário de Brasília. Fonte: Parecer Técnico nº11/2022.



Figura 6. Na imagem se vê o estudo de volumetria do Plano de Ocupação proposto pelo GDF para a área do Pátio Ferroviário de Brasília. Fonte: Parecer Técnico nº11/2022.

Pátio Ferroviário de Brasília:

Qualifica Prejudica Indiferente

Caso queira justifique as respostas dadas até aqui sobre a nova proposta de ocupação para o Pátio Ferroviário:

Atualmente o Setor Habitacional do Taquari - SHTQ conta com o Trecho 1 já implantado e edificado. O Trecho 2 encontra-se já com os lotes registrados, porém ainda não foi implantado, e há previsão de loteamento de novos trechos nesse Setor.



Figura 7. Na imagem se vê no Ponto 01 o Trecho 01 do SHTQ, já implantado; no ponto 02 se vê o Trecho 02 do SHTQ, ainda não implantado; no ponto 3 se vê área com previsão de novos loteamentos e no ponto 4, o Condomínio Paranoá Parque na Região Administrativa do Paranoá. Fonte: Cidade 3D GeoPortal DF, com alterações da autora.

Na imagem abaixo se vê em vermelho o Trecho 2 do SHTQ, ainda não implantado; em amarelo projeção de novos lotes a serem registrados, de acordo com as diretrizes urbanísticas do GDF e em verde O Condomínio Paranoá Parque, já edificado. Com base na imagem, considera que a ocupação para a área do Setor Habitacional do Taquari como está sendo planejada contribui para a qualificação da paisagem ou danifica essa paisagem?



Fonte: Imagem elaborada por Daniel Santa Rosa Bitencourt, a pedido da autora, com base nos dados levantados para a pesquisa.

Qualifica Prejudica Indiferente

5) Elementos culturais

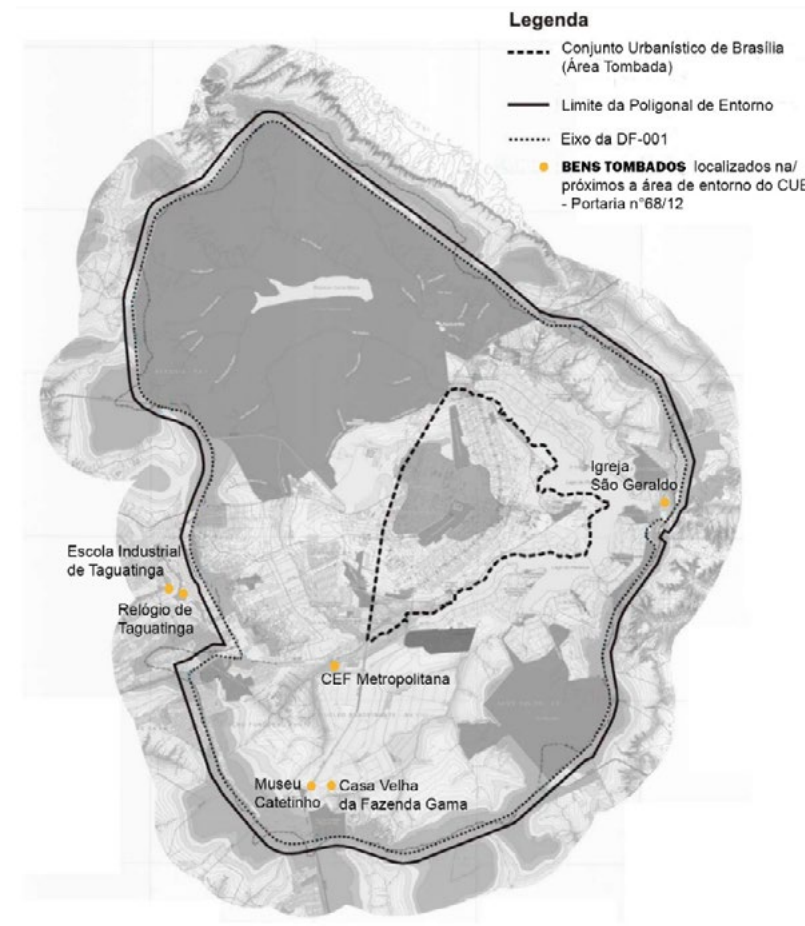


Figura 1. Escola Industrial de Taguatinga. Fonte: Autora.



Figura 2. Relógio de Taguatinga. Fonte: Autora.



Figura 3. Centro de Ensino Fundamental Metropolitana. Fonte: Autora.



Figura 4. Capela de São Geraldo, Paranoá. Fonte: Autora.

Na sua opinião, a criação de percursos culturais para a visitação dos bens culturais do DF, utilizando-se a EPCT (DF-001), como nos pontos destacados são importantes?



Figura 5. Palácio do Catetinho. Fonte: Autora.

Considerando a localidade (cite o nome) em que você reside, cite espaços (praças, ruas, parques), elementos naturais (rios, vegetação), eventos (blocos de carnaval, procissões religiosas, feiras, festas) que qualificam a paisagem da sua comunidade.



Figura 6. Casa Velha da Fazenda Gama. Fonte: Autora.

Considerando a localidade (cite o nome) em que você reside, cite espaços (edificações ou áreas degradadas), elementos (falta de infraestrutura), eventos (falta de oportunidade de empregos, violência) que prejudicam a paisagem da sua comunidade.



UnB



faunb

